



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas

Daniel Araújo Valença

**DISJUNTIVAS DO *PROCESO DE CAMBIO*: O AVANÇO DAS CLASSES
SUBALTERNAS, AS CONTRADIÇÕES DO ESTADO PLURINACIONAL DA
BOLÍVIA E O HORIZONTE DO SOCIALISMO COMUNITÁRIO**

João Pessoa-PB

2017

Daniel Araújo Valença

DISJUNTIVAS DO *PROCESO DE CAMBIO*:

O AVANÇO DAS CLASSES SUBALTERNAS, AS CONTRADIÇÕES DO ESTADO
PLURINACIONAL DA BOLÍVIA E O HORIZONTE DO SOCIALISMO COMUNITÁRIO

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba, por Daniel Araújo Valença, como requisito parcial para obtenção do título de doutor.

Área de concentração: Direitos Humanos e Desenvolvimento

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Renata Ribeiro Rolim

João Pessoa-PB

2017

V152d Valença, Daniel Araújo.

Disjuntivas do processo de cambio: o avanço das classes subalternas, as contradições do estado plurinacional da Bolívia e o horizonte do socialismo comunitário / Daniel Araújo
Valença. - João Pessoa, 2017.

404 f.: il. -

Orientadora: Renata Ribeiro Rolim.

Tese (Doutorado) - UFPB/CCJ

1. Direitos Humanos. 2. Socialismo Comunitário. 3. Estado Plurinacional. 4. Classes Subalternas. 5. Bolívia – Aspectos políticos e sociais. I. Título.

UFPB/BC

CDU: 342.7(043)

Daniel Araújo Valença

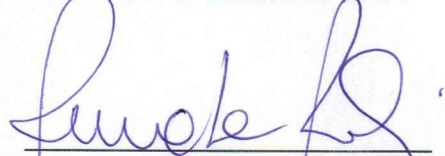
**DISJUNTIVAS DO PROCESSO DE CAMBIO:
O AVANÇO DAS CLASSES SUBALTERNAS, AS CONTRADIÇÕES DO ESTADO
PLURINACIONAL DA BOLÍVIA E O HORIZONTE DO SOCIALISMO COMUNITÁRIO**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba, por Daniel Araújo Valença, como requisito parcial para obtenção do título de doutor.

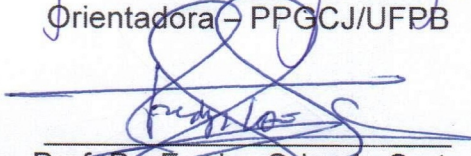
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Renata Ribeiro Rolim

Aprovado em 20 de abril de 2017.

BANCA EXAMINADORA



Prof^a. Dr^a. Renata Ribeiro Rolim
Orientadora – PPGCJ/UFPB



Prof. Dr. Fredys Orlando Sorto
Examinador Interno – PPGCJ/UFPB

Prof^a. Dr^a. Adriana Dias Vieira
Examinadora Interna – PPGCJ/UFPB

Prof. Dr. Enzo Bello
Examinador Externo – UFF

Prof. Dr. Clayton Mendonça Cunha Filho
Examinador Externo – UFC

“Se queremos ser marxistas e aprender com a experiência das revoluções de todo o mundo, devemos esforçar-nos por compreender em que consiste precisamente a peculiaridade deste momento de transição e qual é a tática que decorre das suas particularidades objetivas.”

(Lenin)

DEDICATÓRIA

Ao Grupo de Estudos em Direito Crítico Marxismo e América Latina – Gedic, onde brotou a ideia e possibilidade de tal aventura. Em todos estes anos da pós-graduação, carreguei comigo os aprendizados, momentos e solidariedade que construímos desde 2010;

Aos amigos e amigas do *Pyeda* que, uma vez mais, acompanharam-me nessa empreitada;

Aos colegas de turma do doutorado, especialmente Larissa Fontes, Oona Caju, Phillipe Cupertino, Felipe Mendes, Mariana Nobrega, Manoel Uchôa, Renata Martins;

Aos companheiros e companheiras do IPDMS e da RENAP, que nos ensinam cotidianamente a aliar a vida profissional à luta pela emancipação humana das pessoas;

À minha companheira Tassia Rabelo, com a qual tive a sorte de compartilhar os últimos momentos de nossas teses;

A Conceição Valença, Leone Valença e Alexandre Araújo Valença, minha família, sempre presente nos momentos difíceis;

A Ilana Paiva, pelo cuidado, pelas ideias, pelo acompanhamento do amadurecimento desta tese, enfim, sem ela não teria chegado até aqui;

Aos amigos e amigas da Bolívia: Nicolas Melendres, Danicita Cruz, Denis Flavio, Edmundo Nogales, Eduardo Lonhoff, Efrain Villarroel, Ester Torrico, Gabriel Limache, Pam Schnorr, Patricia Chavez, Andrea Revollo, Santi Andres, Giovana Morales. Em nome seus nomes, dedico esta tese às dezenas de pessoas incansáveis na luta pela *liberación* da Bolívia, que tive o prazer de conhecer quando vivi naquele país andino.

AGRADECIMENTOS

A minha orientadora, pela confiança e acompanhamento ao longo do desenvolvimento da tese;

A banca examinadora, por prontificar-se a participar da avaliação da presente tese;

Aos servidores do PPGCJ-UFPB, professores e técnicos, especialmente, Luísa Gadelha, sempre atenciosa com o conjunto dos discentes do programa;

A Eider Madeiros e Taynara Bezerra, cujas contribuições foram fundamentais para o término da presente tese;

A Aparecida França pelas importantes sugestões.

VALENÇA, Daniel Araújo. **Disjuntivas do *Proceso de Cambio***: o avanço das classes subalternas, as contradições do estado plurinacional da Bolívia e o horizonte do socialismo comunitário. 2017. 404 f. Tese (Doutorado em Direito). Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

RESUMO

A presente tese tem o intuito de analisar o processo político, econômico, cultural e jurídico vivenciado pela Bolívia nas últimas décadas, desde uma perspectiva totalizante e histórico-dialética. Para tanto, recorro ao método materialista histórico-dialético e debruço-me da formação social boliviana, literaturas em âmbito da História, do Direito, da Economia e Ciência Política, bem como realizei entrevistas abertas a lideranças do Estado Plurinacional, movimentos sociais e intelectuais. Ademais, mesmo sem pretensão de um estudo de caráter etnográfico, vivenciei por quatro meses experiências e realidades do país andino, as quais possibilitaram outro olhar sobre a extensa bibliografia relativa à Bolívia neste século XXI. Dessa forma, para dar conta de tal objeto, esta tese está estruturada da seguinte maneira: em um primeiro momento, recupero a história do marxismo na América Latina, bem como delimito as principais categorias que subsidiam a presente tese, especialmente a historicidade, a dialética e a totalidade. Logo após, debruço-me sobre a formação social boliviana, que encontra suas raízes no Império Inca e na sociedade colonial, e perfaz um entrelaçamento particular entre classe e etnia naquele país andino. É a partir dela que se torna possível compreender as crises de Estado ocorridas durante o período republicano e as sublevações populares neste incipiente século XXI. Estas, com origem imediata na depreciação das condições de reprodução social devido aos mecanismos de acumulação por despossessão, representaram o encontro – na história – das diversas lutas das classes subalternas, que compreendem desde levantamentos indígenas nos séculos XVIII e XIX, a operários e camponeses no século XX. É o campesinato indígena que amplia demandas econômico-corporativas em ético-políticas e traduz as reivindicações populares para um projeto político autônomo das classes subalternas. À frente do governo, o bloco camponês-indígena-popular impôs mudanças na matriz econômica nacional concomitante à profusão de novas ideias-força e institucionalidade estatal, materializada na Constituição Política de Estado de 2009. A literatura jurídica, em geral, ressalta apenas a influência das cosmovisões indígenas em suas tipologias e conceitos. Uma análise da formação social boliviana, do processo político em curso e dos dispositivos constitucionais, contudo, revela a incidência dos horizontes nacional-popular e indígena-comunitário, com preponderância do primeiro, tendo em vista o sujeito político que lidera o denominado “*Proceso de Cambio*”. O Estado Plurinacional então fundado advém da alteração da correlação de forças entre as classes sociais bolivianas e, como tal, constitui-se em uma forma estatal em transição, seja para o aprofundamento do *Proceso de Cambio* em direção ao “Socialismo Comunitário”, seja para uma restauração conservadora.

Palavras-chave: Socialismo comunitário – Estado Plurinacional – Classes subalternas

ABSTRACT

This thesis aims to analyze the political, economic, cultural and legal process experienced by Bolivia in the late decades, over a thorough totality and historical-dialectical perspective. For such, I have implemented extensive research on documents and bibliographies, along the scopes of History, Law, Economics and Political Science, in order to look upon and study the Bolivian social formation. I have also conducted open interviews with leaders of Estado Plurinacional (Bolivian Republic), social and intellectual movements, to make a standpoint besides the documents and literature canon. Moreover, even with no purpose of making ethnography, I have lived during four months some experiences and have faced the realities of this Andean country, from which I could realize another way of looking through the extensive bibliography related to Bolivia in the current 21st century. The analysis was prior and later conceived from historical-dialectical materialism lenses and theoretical matrices based on Marxist sources. Thus, to achieve such an object, this thesis is structurally presented as follows: first, I recover the history of Marxism in Latin America, as well as I set the lines of the main categories that support this thesis, especially the historicity, the dialectics and the totality. After that, I look at the Bolivian social formation, which is rooted in the Inca Empire and colonial society and, because of that, ends up showing a particular interweaving between class and ethnicity. It is from this formation that becomes possible to understand the state crisis occurred under the republican time and the popular uprisings in this early 21st century. The latter, immediately originated from the depreciation of social reproduction conditions due to the apparatus of dispossessive accumulation, represented the encounter – into history – of the several struggles of low-class groups, such as, for instance, indigenous uprisings in the 18th and 19th centuries and further with the workers and peasants in the 20th century. It is the indigenous peasantry that transforms economical-corporate demands into ethical-political actions and represents the popular claims for an autonomous political project of low-class groups. At the front of a government project, the peasant-indigenous-popular union imposed changes in the national economic logics simultaneously spreading new force-ideas of a state institutionality, accomplished in the State Political Constitution of 2009. The legal canon, in general, only emphasizes the influence of the indigenous cosmovisions on its typologies and concepts. An analysis of the Bolivian social formation, of the ongoing political process and of the constitutional arrangements, however, reveals the inter-purtenance of national-popular and indigenous-communitary horizons, with prominent arise of the former, because of the specific profile of the individual who leads the so-called “Proceso de Cambio” (Changing Process). The Plurinational State of Bolivia has its foundations in the shift of power correlations between the Bolivian social classes and, as such, constitutes a form of state in transition either to the strengthening of *Proceso de Cambio* towards “Communitary Socialism” or to a conservative turn.

Keywords: Communitary socialism – Plurinational State of Bolivia – Low-class groups.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Instrumentos democráticos previstos na CPE de 2009.....	157
Quadro 2 – Disposições sobre a propriedade na CPE de 2009.....	159
Quadro 3 – Disposições sobre a organização econômica boliviana na CPE de 2009	160
Quadro 4 – Composição da <i>Cámara de Diputados de la Asamblea Plurinacional</i> ..	163
Quadro 5 – Distribuição dos assentos especiais.....	163
Quadro 6 – Nações e povos indígenas minoritários por Departamento	163
Quadro 7 – Disposições sobre plurinacionalidade na CPE de 2009	165
Quadro 8 – Inversão estrangeira direta, segundo atividade econômica, 1996-2014 (em milhões de dólares estadunidenses)	211

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – População com necessidades básicas insatisfeitas, por área, censos 1976-2012, em porcentagem	198
Gráfico 2 – Inversão pública por setor econômico e fonte de financiamento 2005-2016 (p) (em milhões de dólares americanos)	202
Gráfico 3 – Crescimento do PIB real, 1997-2016 (em porcentagem).....	203
Gráfico 4 – Saldo da dívida externa pública sobre Produto Interno Bruto, 1970-2014 (em porcentagem)	204
Gráfico 5 – Evolução de depósitos e créditos 2003-2015 (em milhões de dólares)	205
Gráfico 6 – Porcentagem de trabalhadores assalariados e não assalariados que recebem acima do salário mínimo.....	212
Gráfico 7 – Incidência de pobreza, por área, 1999-2014	215
Gráfico 8 – Incidência de pobreza extrema, por área, 1999-2014 (em porcentagem)	215

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Royalties e transferências, segundo atividade econômica (em milhões bolivianos)	202
Tabela 2 – Variação percentual acumulada do índice de preços ao consumidor por ano, 1938-2014 (Base 2007).....	204
Tabela 3 – Relação salário mínimo e salário médio nacional	213

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAI – Alianza Andrés Ibáñez
ADEMCO – Asociación Departamental de Mujeres Campesinas de Oruro
APB – Autonomías Para Bolivia
APRA – Alianza Popular Revolucionaria Americana
AS – Alianza Social
ASP – Alianza Social Patriótica
ASP – Asamblea por la Soberanía de los Pueblos
AYRA – Movimiento Ayra
BOA – Empresa Boliviana de Aviación
CARTONBOL – Cartones de Bolivia
CEPB – Confederación de Empresarios Privados de Bolivia
CIDOB – Central Indígena de los Pueblos del Oriente de Bolivia
CN – Convergencia Nacional
CNMCIOB-BS – Confederación Nacional de Mujeres Campesinas Indígenas Originarias de Bolivia – Bartolina Sisa
COB – Central Obrera Boliviana
COMIBOL – Corporación Minera de Bolivia
CONALCAM – Coordinadora Nacional por el Cambio
CONALDE – Consejo Nacional por la Democracia
CONAMAQ – Consejo Nacional de Ayllus y Marcas del Qullasuyu
CPE – Constitución Política de Estado
CSCB – Confederación Sindical de Colonizadores de Bolivia
CSUTCB – Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia
DAB – Depósitos Aduaneros Bolivianos
EASBA – Empresa Azucarera San Buenaventura
EBA – Empresa Boliviana de Almendra y Derivados
EBIH – Empresa Boliviana de Industrialización de los Hidrocarburos
ECEBOL – Cementos de Bolivia
EEPAF – Empresa Estratégica de Producción de Abonos y Fertilizantes
EEPS – Empresa Estratégica de Producción de Semillas
EMAPA – Empresa de Apoyo a la Producción de Alimentos
ENABOL – Empresa Naviera Boliviana
ENDE – Empresa Nacional de Eletricidad
ENTEL – Empresa Nacional de Telecomunicaciones
FFAA – Fuerzas Armadas
FNMCB-BS – Federación Nacional de Mujeres Campesinas de Bolivia-Bartolina Sisa
FSB – Falange Socialista Boliviana
FSTMB – Federación Sindical de Trabajadores Mineros de Bolivia
INE – Instituto Nacional de Estadística
INRA – Instituto Nacional de Reforma Agraria
IPELC – Instituto Plurinacional de Estudios en Lenguas y Culturas
LACTEOSBOL – Lácteos de Bolivia
MAS-IPSP – Movimiento al Socialismo-Instrumento Político por la Soberanía de los Pueblos
MBL – Movimiento Bolivia Libre
MCSFA – Movimiento Ciudadano San Felipe de Austria
MIR-NM – Movimiento de Izquierda Revolucionaria Nueva Mayoría

MNR – Movimiento Nacionalista Revolucionario
MNR-FRI – Movimiento Nacionalista Revolucionario Frente Revolucionario de Izquierda
MOP – Movimiento Originario Popular
NDI – National Democratic Institute
OEA – Organização dos Estados Americanos
OEP – Órgano Electoral Plurinacional
ONU – Organização das Nações Unidas
PAPELBOL – Papeles de Bolivia
PIR – Partido de Izquierda Revolucionaria
POR – Partido Obrero Revolucionario
PROMIEL – Empresa Publica Productiva Apícola
PSUV – Partido Socialista Unido de Venezuela
PTI – Proceso de trabajo inmediato
SEDEM – Servicio de Desarrollo de las Empresas Públicas Productivas
SERECÍ – Servicio de Registro Cívico
SIFDE – Servicio Intercultural de Fortalecimiento Democrático
TAB – Transportes Aéreos Bolivianos
TCO – Territorios Comunitarios de Origen
UDAPE – Unidad de Análisis de Políticas Sociales y Económicas
UMSA – Universidad Mayor de San Andrés
UN – Unidad Nacional
UNASUL – União de Nações Sul–Americanas
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
YPFB – Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos–Corporación

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 MARXISMO E AMÉRICA LATINA: HISTÓRIA DE UM CONTINENTE EM LUTA	24
1.1 LEITURAS MARXISTAS DAS REALIDADES LATINO-AMERICANAS	25
1.2 QUAL OLHAR SOBRE UMA BOLÍVIA EM MOVIMENTO?.....	35
2 A COLONIZAÇÃO E A FORMAÇÃO SOCIAL BOLIVIANA: UMA SOCIEDADE ALICERÇADA NO ENTRELAÇAMENTO DE CLASSE E ETNIA	49
2.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O COLONIZADOR: A ESPANHA E O ABSOLUTISMO INCOMPLETO	51
2.2 ELEMENTOS GERAIS DA FORMAÇÃO SOCIAL LATINO-AMERICANA: A CONFORMAÇÃO DE UMA AUTÊNTICA SOCIEDADE COLONIAL	54
2.3 A COLÔNIA E A PARTICULARIDADE HISTÓRICA DO ALTO PERU	60
2.3.1 <i>Do período pré-hispânico: o estágio de desenvolvimento das forças produtivas e o primeiro contato com os exploradores</i>	60
2.3.2 <i>A conformação da sociedade colonial no Alto Peru: o entrelaçamento entre classe e etnia</i>	64
2.4 CONDICIONANTES INTERNOS E EXTERNOS DOS PROCESSOS DE INDEPENDÊNCIA DAS COLÔNIAS HISPÂNICAS	70
2.5 A FORMA POLÍTICA REPÚBLICA E A PRESERVAÇÃO DA ESTRUTURA SOCIOECONÔMICA COLONIAL.....	77
3 AS CRISES DE ESTADO E A NÃO REALIZAÇÃO DO ESTADO MODERNO	81
3.1 A PRIMEIRA CRISE DE ESTADO: A GUERRA FEDERAL E A DISJUNÇÃO ENTRE ESTADO E SOCIEDADE CIVIL	83
3.2 A SEGUNDA CRISE DE ESTADO: O PÓS-GUERRA DO CHACO E A REVOLUÇÃO NACIONAL.....	85
3.3 A TERCEIRA CRISE DE ESTADO E O ESGOTAMENTO DA ESTRATÉGIA NACIONALISTA- REVOLUCIONÁRIA.....	94
3.4 A QUARTA CRISE DE ESTADO E A FORMAÇÃO DO BLOCO CAMPONES-INDÍGENA-POPULAR.....	98
4 DA SUPERAÇÃO DO ESTADO APARENTE E NEOLIBERAL: O EMPATE CATASTRÓFICO, A CONSTITUINTE E O AVANÇO DO BLOCO CAMPONES-INDÍGENA-POPULAR	111
4.1 AS TRANSFORMAÇÕES EM TERMOS DE MATRIZ ECONÔMICA: NACIONALIZAÇÃO DE HIDROCARBONETOS E DE SETORES ESTRATÉGICOS	114
4.2 IRRADIAÇÃO DE IDEIAS-FORÇA: A TESSITURA DE NOVOS CONSENSOS HEGEMÔNICOS	117
4.3 A CONSTRUÇÃO DO NOVO ESTADO: PASSOS E IMPASSES DO PROCESSO CONSTITUINTE.....	120
4.3.1 <i>Da luta na sociedade civil para o seio da Constituinte: a composição interna e tensões no interior do Poder Instituinte</i>	122
4.3.2 <i>Percurso da Constituinte e empate catastrófico: o encerramento do primeiro ciclo revolucionário</i>	125
4.3.3 <i>Uma Constituição Política nacionalista, anti-imperialista, indígena e popular</i>	137
5 O ESTADO PLURINACIONAL EM CONSTRUÇÃO: A INDIANIZAÇÃO DO ESTADO PARI PASSU AO AVANÇO DAS CLASSES SUBALTERNAS	145

5.1 PLURINACIONALIDADE E IDEALIZAÇÃO: LIMITES DE UMA INTERPRETAÇÃO ABSTRATA	151
5.2 ESTADO PLURINACIONAL COMO EXPRESSÃO DA CONDENSAÇÃO DE FORÇAS EM SEU INTERIOR: OU SOBRE A NOVA SÍNTESE ENTRE CLASSE E ETNIA EM ÂMBITO ESTATAL	156
6 O ESTADO PLURINACIONAL E O SOCIALISMO COMUNITÁRIO: CONTRADIÇÕES DE UM PROCESSO POLÍTICO EM CURSO	173
6.1 AMÉRICA LATINA E O SOCIALISMO NO SÉCULO XXI: ASCENSÃO DE GOVERNOS DEMOCRÁTICO-POPULARES E APORTES PARA A LUTA CONTRA O CAPITAL.....	174
6.2 DO SOCIALISMO COMUNITÁRIO OU SOBRE A PARTICULARIDADE BOLIVIANA	181
6.2.1 <i>A civilização comunal como negação do capital</i>	181
6.2.2 <i>Comuna agrícola nos Andes: organização do processo de trabalho e a reprodução social da comunidade</i>	192
6.3 A ECONOMIA PLURAL, ASPECTOS CONTROVERSOS DO <i>PROCESO DE CAMBIO</i> E O HORIZONTE DE ÉPOCA DO SOCIALISMO COMUNITÁRIO.....	196
6.3.1 <i>Proceso de Cambio e gênero: a articulação entre lutas particulares e globais</i>	225
7 O 21 DE FEVEREIRO, O PRIMEIRO REVÉS ELEITORAL E AS TAREFAS PENDENTES DO <i>PROCESO DE CAMBIO</i>	231
7.1 AS DISTINTAS RESPOSTAS À PRIMEIRA DERROTA DO BLOCO CAMPONÊS-INDÍGENA-POPULAR	232
7.2 DAS CONTRADIÇÕES INTERNAS AO <i>PROCESO DE CAMBIO</i> E A NECESSIDADE DE NOVO <i>AUFHEBUNG</i>	240
CONSIDERAÇÕES FINAIS	249
REFERÊNCIAS.....	256
APÊNDICE.....	269

INTRODUÇÃO

Pretendo com a presente tese analisar o processo político, econômico, cultural e jurídico vivenciado pela Bolívia neste incipiente século XXI, a partir de uma perspectiva totalizante e histórico-dialética. As inquietações que motivaram tal pesquisa decorreram de fatos procedentes não apenas do país andino, mas de um conjunto de transformações – e contradições a elas inerentes – inauguradas na América Latina, em 1998, pela Venezuela¹, a partir do denominado ciclo de governos progressistas latino-americanos.

Tais mudanças se materializaram no âmbito econômico – as escolhas quanto ao destino dos excedentes de riqueza produzidos foram distintas daquelas do período neoliberal, vigentes no continente nas décadas de 1980 e 1990. Realizaram-se, ademais, na esfera política, novas expressões partidárias, ascensão de movimentos sociais e governos progressistas para além de crises de hegemonia em alguns Estados-nação da região. Ocorreram, também, em âmbito cultural em suas mais diversas manifestações, fortalecimento ou recuperação de idiomas originários, retomada de vestimentas, ressurgimento de religiões, mitologias, epistemologias autóctones, músicas e danças. Por fim, o extraordinário assentou-se, igualmente, na órbita jurídica: irromperam experiências constitucionais ímpares, pois eram formal e materialmente distintas do repertório constitucionalista das últimas décadas.

Portanto, se algum rincão do globo trouxe, neste século, algo novo – e, principalmente, *esperança* – em contexto de guerras e baixa participação democrática, foi a América Latina, a *Pátria Grande*². É bem verdade que, entre o início da presente investigação e seu término, uma nova onda conservadora se instalou no continente, seja por meio de golpes de Estado – Paraguai, Honduras e Brasil – seja mediante a escolha popular pelo retorno neoliberal – Argentina – ou mesmo devido a sintomas de esgotamento do processo político, como a derrota do *Partido Socialista Unido de Venezuela* - PSUV nas últimas eleições para o legislativo e a derrota em referendo da proposta de emenda constitucional que possibilitaria

¹ Também a Venezuela, cerca de duzentos anos antes, liderou outro processo político, da magnitude de uma “mudança de era”. Sob liderança de Simon Bolívar, jogou papel decisivo na guerra de libertação por quinze anos travada em solo hispano-americano.

² Termo incomum no Brasil, mas presente no cotidiano de parte dos militantes políticos da Bolívia, para os quais o ideário bolivariano de união de todo o território das ex-colônias hispânicas segue como uma de suas influências.

nova postulação de mandato ao binômio Evo-Linera. As profundas transformações latino-americanas em curto espaço temporal, sejam as de caráter nacional-populares ou as restauradoras, atestam a importância do olhar histórico e dialético sobre tal objeto.

Dito isso, importa expor as especificidades que levaram à escolha da Bolívia como objeto de estudo desta tese.

Assim como Venezuela, Equador, Argentina, Brasil, El Salvador, Uruguai e outros países latino-americanos, neste país andino o projeto neoliberal viu-se desautorizado nas urnas. Em 2005, ao obter 53% dos votos válidos, Evo Morales tornava-se o primeiro indígena sindicalista presidente em toda a história, ao lado do seu vice-presidente, o marxista Álvaro Garcia Linera, bem como os únicos eleitos diretamente pelo voto popular no período pós-ditatorial³. Dentre os Estados latino-americanos que vivenciaram intentos de modelos alternativos ao neoliberalismo, sem embargo, somente Bolívia, Venezuela e Equador passaram por processos constituintes⁴. E, dentre os três países citados, há particularidades que foram determinantes para a escolha daquele país.

A primeira delas é que o atual processo político recupera e extravasa, de maneira concomitante, a todo um apaixonante e peculiar histórico de lutas sociais: as inúmeras sublevações indígenas, tais como o exército de *Tupak Katari* e Bartolina Sisa, por nós desconhecido, composto por dezenas de milhares de indígenas que, no século XIX, cercaram La Paz; os levantes contra o imperialismo, dentre os quais se destaca a Revolução Nacional de 1952, uma das mais importantes do continente naquele século; as guerrilhas como via para a revolução, em que se sobressaem a liderada por Che Guevara e a *Katarista*, da qual participou o atual vice-presidente Álvaro Garcia Linera, na década de 1990. O país da extrema pobreza, da eterna instabilidade institucional, das perdas territoriais decorrentes de conflitos armados com vizinhos, entremeando resistência e persistência, reencontrou-se com sua história.

Atrelada às características supracitadas, destaque-se a composição étnica da Bolívia, que possibilita campo fértil para problematizar o entrelaçamento entre classe

³ Ao longo dessas duas décadas no país imperava a “*democracia pactada*”, pela qual competia ao Congresso escolher indiretamente o presidente, caso nenhum dos candidatos ou candidatas ultrapassasse a marca dos 50% de votos.

⁴ Enquanto escrevia as últimas linhas desta tese, o Chile persistia na busca por viabilizar um processo constituinte – o primeiro pós-ditadura Pinochet. Contudo, a sua conjuntura não se assemelha à que analiso nesta obra.

e etnia, questão nem sempre bem interpretada no campo marxista, bem como pelos que creem que a análise marxista lhe destina papel irrelevante ou secundário.

E, finalmente, porque setores das forças políticas que conduzem as transformações ocorridas na última década na Bolívia reivindicam que o país passa pelo “*Proceso de Cambio*” ou “*Revolución Democrática y Cultural*”, tendo como horizonte de época o “socialismo comunitário”.

Do amplo leque de acontecimentos passíveis de olhares e interpretações pelas Ciências Sociais, este último figura como o objeto desta tese. Interessa-me dissecar os aspectos e as contradições do Estado Plurinacional, do *Proceso de Cambio* e seu horizonte, o “socialismo comunitário”, a partir dos elementos distintivos de sua formação social.

Para a presente tese, portanto, imponho-me o desafio de refletir, de maneira articulada e dialética, sobre a totalidade desse processo social. Processo esse que não se configura em categorias estanques, em fragmentações do real. Também não se revela como algo dado, estático e insuperável. O movimento e o conflito são vistos como parte do desenvolvimento histórico, com suas rupturas e continuidades e um necessário porvir em construção. É das contradições intrínsecas às condições econômicas e sociais de cada época que brotam as possibilidades de sua superação. Busco, portanto, uma análise de dados amparada na teoria social marxiana, especialmente no que se refere às categorias totalidade, historicidade e dialética.

Dessa maneira, as categorias previstas na *Constitución Política de Estado - CPE*, seu processo constituinte, bem como a configuração do Estado Plurinacional são vistos na totalidade das relações sociais e econômicas alteradas a partir da ascensão das classes subalternas. Busco, portanto, desvelar as contradições deste Estado Plurinacional, do *Proceso de Cambio* e seus limites em termos de uma alternativa socialista. Parto da convergência entre duas perspectivas, a nacional-popular e a indígena-comunitária, como unidade dialética que possibilitou a conformação de um bloco político e uma vontade coletiva camponesa-indígena-popular, com a conseqüente ascensão das classes subalternas bolivianas e a transformação parcial do Estado.

Tratando-se de pesquisa qualitativa, adoto como meio a pesquisa bibliográfica, consultando livros e bases de dados indexadas, e documental, a partir de sítios oficiais do governo, de movimentos sociais e entidades. Considerando

tratar-se de uma realidade completamente alheia a meu mundo, optei por realizar trabalho de campo e viver por quatro meses na Bolívia. Para tanto, realizei um curso de um semestre sobre técnicas etnográficas. Não se tratava de optar por uma etnografia, a qual iria requerer bases sólidas de conhecimento nesse campo, mas de pinçar estratégias para melhor adentrar-me naquele universo por mim desconhecido. Assim, a partir de referências sugeridas pela Secretaria de Política Internacional do Partido dos Trabalhadores, cheguei a um dos intelectuais orgânicos do *Proceso*, Hugo Moldiz e a uma assessora de Leonilda Zurita, uma das dirigentes máximas do *Movimiento al Socialismo-Instrumento por la Soberanía de los Pueblos – MAS-IPSP* e militante *Bartolina Sisa*. A partir daí, os contatos, as reuniões, os momentos internos às organizações populares multiplicaram-se e foi possível conhecer de perto as diversas frações que compõem o amplo arco popular.

Foram quatro meses de vivências no cotidiano das organizações políticas, participação em congressos camponeses, indianistas, às vezes sob condições de temperatura e altitude completamente distintas das quais um pesquisador brasileiro está acostumado⁵.

Inicialmente, realizei uma viagem com o percurso do viajante médio brasileiro – *Puerto Quijarro, Santa Cruz, Sucre, Potosí, Uyuni*, pousando, por fim, em *La Paz*. Sabendo que passaria a maior parte do resto da estada na atmosfera política da capital, pelo percurso me interessava vivenciar um pouco do cotidiano do país, por mais que deveras distinto da lente de um turista. Contudo, mesmo sem rigor científico, naqueles dias me acerquei das primeiras impressões: a ampla diversidade – econômica, cultural, étnica, política – entre os *departamentos*⁶; elementos distintivos entre Oriente (no caso, *Santa Cruz*) e Ocidente; a atmosfera elitista de *Sucre*⁷, herdada dos tempos de dominação aristocrática; enfim, um país de extrema

⁵ Dentre elas, destaque-se a participação no *XVI Congreso de la Federación Única de Trabajadores Campesinos de Cochabamba* (há outras seis federações vinculadas a uma confederação, porém em outro limite territorial de Cochabamba, sendo que tal divisão não figura como dissensão política). Realizado em Bolívar, diminuto distrito de Cochabamba, a mais de quatro mil metros de altitude e frequentemente temperaturas abaixo de zero, reuniu oito mil camponeses quéchuas no ginásio da cidade.

⁶ *Departamentos*, em um Estado unitário como a Bolívia, figuram como divisões administrativas que não dispõem de mesma autonomia que os estados, seus assemelhados em âmbito de Estados federados. Com a Constituição de 2009, com a demanda por autonomias, houve um aumento da competência atribuída às *gubernaciones* (poder executivo dos *departamentos*).

⁷ O centro histórico de *Sucre* apaixona a todos os viajantes. De clima ameno, arquitetura colonial e amplas praças, a cidade é frequentemente vista como a mais encantadora do país. Poucos sabem, todavia, que a cor branca de suas paredes é uma reverência à sua história aristocrática, bem como

beleza e riquezas naturais, mas de um atraso em suas forças produtivas e exploração indígena que nunca houvera visto – especialmente nas minas de Potosí. Em Sucre, durante os dois dias em que lá permaneci, presenciei um ato organizado pela associação dos vendedores do Mercado Público, que contestava obras da *Alcaldía*⁸ no Mercado. No mesmo dia, ocorreu um desfile de membros de uma escola da rede pública em comemoração ao seu aniversário, nas principais ruas do centro.

A perspectiva de enxergar o espaço público, as ruas e o modelo organizativo já apontavam caracteres distintivos em relação às experiências brasileiras que vivenciara.

Posteriormente, morei por três semanas em residência de uma alta diplomata do Peru: lá, na zona sul de La Paz – região mais baixa e menos fria da cidade, de singulares padrões urbanísticos, muito mais próximos aos de áreas nobres do Brasil que do restante do país andino – tive a chance de conhecer o cotidiano de setores da elite *pacenha* e desenvolver impressões sobre ela. Se em Puerto Quijarro, Potosí e Uyuni deparei-me com camponeses ou mineiros indígenas que, com frequência, comunicavam-se em *quéchua* ou *aimará*, nesses dias presenciei moradores de La Paz⁹ que conversavam em inglês entre si e castelhano com garçons; crianças que estudavam em colégio americano, onde, para além da cor da pele e das vestimentas distintas do resto da região metropolitana, o idioma falado e escrito era o inglês¹⁰.

O fim da estada na zona sul *pacenha* se deu com o aluguel de um apartamento razoavelmente amplo em um bairro central de La Paz, *Sopocachi*. Como há enorme dificuldade financeira dentre os próprios dirigentes dos movimentos sociais e do MAS-IPSP, tal moradia me possibilitou convivência diária com lideranças políticas camponesas e indígenas, proporcionando uma privilegiada

que em uma de suas praças se deu um dos principais episódios de massacre aos indígenas durante o processo constituinte, o que acarretou a transferência do mesmo para Oruro.

⁸ O mesmo que prefeitura.

⁹ Questionei a um garçom, após, se eles eram turistas – pareciam muito bem ambientados para tanto. Ele me respondeu que não, que moravam lá e frequentavam o Café há algum tempo; retruquei quanto ao porquê deles se comunicarem em inglês; o trabalhador fez um sorriso de desconhecimento.

¹⁰ Nesta escola, um dia convidado para uma festividade, acompanhei as apresentações de diversos estudantes. As danças, as roupas, elementos do folclore boliviano, pareciam algo alheio a suas culturas e aquele dia era uma tentativa de “ponte” entre o seu mundo e o mundo no qual viviam. Naquelas poucas semanas de zona sul, restou-me claro que o tema colonialismo na Bolívia apresenta conteúdo completamente distinto e singular frente à, por exemplo, realidade brasileira, mesmo com as similaridades quanto ao processo colonizador de ambos.

vivência no interior do processo político – reuniões, atos de rua, conversas informais, dentre outros.

Realmente, desde o primeiro desembarque em solo *pacenho*, em abril de 2014, poucos dias de adaptação me revelavam uma efervescência e um sentimento de transformação perceptível nas pessoas, nas ruas, no espaço público. Viver alguns dias na Bolívia atual nos leva a crer termos vivido meses, tamanha a energia política, social, cultural acumulada e que, nesse momento, explode no campo e na cidade, especialmente na capital.

Gramsci dizia que “todo movimento histórico inovador só é maduro se dele participam não só os velhos, mas os jovens, os adultos e as mulheres, de modo que até mesmo deixa um reflexo na infância” (GRAMSCI, 2014c, p. 275). Os mais velhos que vivenciaram a ditadura até princípios da década de 1980, passando pelos jovens que, ainda adolescentes, aprenderam a manusear dinamites¹¹ para lutar na Guerra do Gás, as crianças que fizeram *dibujos*¹² para o concurso sobre o teleférico e a Bolívia do século XXI levavam-me a crer que estava vivenciando a história, ao encontrar-me com um movimento histórico inovador. O campo orientou, pois, sobremaneira esta tese. E, para condensá-lo, fiz uso de diário de campo, ao qual amiúde farei referências ao longo do texto.

Para balizar dúvidas surgidas do acervo bibliográfico consultado – e que seria ampliado após o campo, pois dele retornaria com mais de trinta livros, a maioria inacessível no Brasil e com olhares distintos daqueles da nossa literatura brasileira que se volta à Bolívia – realizei entrevistas abertas com lideranças de movimentos sociais, intelectuais e membros do governo plurinacional. Estas tiveram duração variada, de uma hora a até três horas, nas quais abordava desde a história boliviana aos caracteres do atual processo político.

¹¹ Após reunião preparatória para a abertura popular do Encontro do G77 em Santa Cruz (2014), durante a confraternização, um jovem do MAS-IPSP me emocionava ao relatar como aprendera a manusear dinamites em meio à Guerra do Gás. A invocação da luta dos antepassados percorria toda a narrativa.

¹² *Desenhos*. O governo Evo criou um teleférico que liga diversas zonas de La Paz à El Alto, cidade conurbada da região metropolitana. Uma das principais obras de infraestrutura e mobilidade da história do país, o teleférico teve consequências não apenas para o direito à mobilidade dos trabalhadores de El Alto (passaram em realizar em dez minutos um deslocamento que pelo sistema rodoviário custava em torno de uma hora em horários de pico), mas mexeu com o imaginário da população: no concurso de desenhos do qual participaram crianças da rede pública de educação, era perceptível a elevação da autoestima popular; “*El Alto de pié*”; “*Bolívia el país del futuro*”, etc. Em paralelo, a denominação das estações em Aimara e referências indígenas criavam a simbiose entre o indígena e o desenvolvimento por ele promovido.

Dentre os movimentos, busquei entrevistar lideranças das organizações que protagonizaram o processo em curso, tal qual a de horizonte nacional-popular *Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia* – CSUTCB e a indígena-comunitária *Consejo Nacional de Ayllus y Marcas del Qullasuyu* – CONAMAQ, bem como movimentos que surgiram na última década e que não conformam o “núcleo duro” do *Proceso de Cambio*, tal como os *Trabajadores Sociales Comunitarios de Bolivia*. Do governo Plurinacional, entrevistei o ministro da Educação e a ministra de Autonomias. Do ministro Roberto Aguilar, para além das experiências à frente da vice-presidência da assembleia constituinte, interessava-me o intuito de constituição de novas ideias-força a partir da educação. Com ele, tive a grata surpresa de conversar por mais de três horas no Ministério, em pleno sábado, e dele ouvir histórias e “anedotas” que fizeram apaixonar-me ainda mais por aquele país¹³.

Da *Ministra de Autonomías*, Cláudia Peña, busquei compreender as contradições e choques entre os povos indígenas majoritários, Aymarás e Quéchuas e os minoritários, bem como o árduo processo em busca das autonomias indígenas. Ademais, tive uma conversa informal com Hugo Moldiz sobre suas apreensões quanto ao *Proceso de Cambio*, e entrevistei a Jorge Viaña, destacado gramsciano da atualidade na Bolívia. Nelas, busquei informações sobre a história política da Bolívia, os tempos de neoliberalismo e a articulação do bloco contra hegemônico, como enxergavam o “*proceso de cambio*”¹⁴ e seus desafios. Interessava-me, antes de tudo, como conhecedor do meu objeto mediante livros e análises de pesquisadores brasileiros e estrangeiros, identificar a Bolívia pelos olhos dos bolivianos, especialmente daqueles que conduzem o “*Proceso*”.

Dessa feita, no primeiro capítulo abordo o referencial teórico adotado e as categorias centrais para a investigação. Desenvolvo um histórico dos diversos olhares marxistas para o continente e, desde aí, aponto perspectivas que descarto. Se a história de luta social no continente é indissociável do marxismo, e ainda mais

¹³ Dizia ele, ao sair do tema de pergunta por mim a ele dirigida: “[...] Hay otra experiencia, y te cuento así suelto anecdóticamente, porque es lo que a veces no vas a encontrar en los libros [...]” (Informação verbal). Entrevista concedida por AGUILAR-GÓMEZ, Roberto Iván. **Entrevista 1** [jun. 2014]. Entrevistador: Daniel Araújo Valença. La Paz, 2014. 1 arquivo de mp3 (2h11min). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice desta tese.

¹⁴ Expressão desconhecida na bibliografia a que tive acesso antes da pesquisa de campo e reivindicada pelo governo, por partidos e movimentos sociais que constituem sua base, como o conjunto de transformações políticas, jurídicas e culturais que estão ocorrendo em solo boliviano.

a boliviana, também não se mostraram secundários os erros de interpretações da realidade política desenvolvidas por determinadas correntes do marxismo¹⁵.

No capítulo segundo, em observância ao referencial teórico proposto, resgato a história latino-americana e boliviana, sempre em diálogo com o contexto mundial e o particular momento de desenvolvimento do modo de produção capitalista para a compreensão da formação social desse país. Assim, recupero elementos hispânicos e ameríndios anteriores à Conquista¹⁶ (TODOROV, 2003), o desenvolvimento de suas forças produtivas e as relações de produção e suas contradições intrínsecas que levaram à superação do período colonial.

No terceiro capítulo, abordo a turbulenta República boliviana e suas crises de Estado. Ao longo desse período, a Bolívia vivenciou o esgotamento das estratégias liberal, nacionalista-revolucionária e neoliberal. A manutenção de relações sociais de produção de cunho colonial, mesmo após a queda do regime, levou a não realização da República, ou, nas palavras de Zavaleta-Mercado (2013b), a constituição de um Estado aparente. É durante a quarta crise de Estado que camponeses, indígenas e outras frações populares, através dos movimentos sociais e do MAS-IPSP, recuperam o histórico de lutas sociais e exclusão política e unificam as classes subalternas ao redor de um bloco político camponês-indígena-popular.

No quarto capítulo, analiso o intento do bloco histórico em constituição, de materializar uma série de transformações combinadas em âmbito de estrutura e superestrutura (MARX, 2008), demandadas durante os levantamentos subversivos de princípios do século XXI. Assim, volto-me à análise das mudanças em termos de matriz econômica nacional, da tessitura de novas ideias-força (GARCÍA-LINERA, 2010) e do largo e inquietante processo constituinte entre 2006 e 2009. Ademais, exponho principais posições da literatura jurídica quanto às recentes experiências constitucionais latino-americanas, para, em divergência, oferecer uma visão desde a história e a dialética.

No capítulo quinto, debruço-me sobre uma das faces do *Estado Plurinacional*, a indianização do Estado boliviano. Mesmo com recuos frente ao programa político elaborado pelo *Pacto de Unidad* em momento prévio à constituinte, há uma

¹⁵ Com a expressão “marxistas” refiro-me a toda a literatura posterior à obra de Marx e Engels e, para esta, utilizo o termo “marxiano”.

¹⁶ Amparando-me em Todorov (2003), utilizarei o termo “Conquista” quanto à tomada do continente americano por europeus, no intervalo compreendido entre os séculos XV e XVI.

indianização do Estado a partir de uma nova correlação de forças em seu interior, de novas ideias-força e lógica estatal.

A afirmação do Plurinacional, contudo, é indissociável do horizonte nacional-popular, da ordem socioeconômica que institui o planejamento, o controle e a direção da economia e seus excedentes pelo Estado. Faço panorâmica análise sobre o debate ao redor do socialismo neste incipiente século XXI para apontar os limites, as contradições e os avanços da Bolívia em sua busca pelo socialismo comunitário. É da unidade dialética do nacional-popular com o indígena-comunitário que pode vir a ocorrer um aprofundamento do *Proceso de Cambio*, bem como de suas contradições intrínsecas pode vir a derrocada do Estado Plurinacional.

Por fim, no último capítulo, analiso o primeiro revés eleitoral do bloco camponês-indígena-popular no Referendo de 21 de Fevereiro de 2016. Uma vez mais, situo tal evento na história e busco apreender as contradições que ele reflete e os impasses e tarefas pendentes do *Proceso de Cambio*. Este trata-se, em verdade, de uma original tentativa de vilipendiados e vilipendiadas daquele país andino de construir o seu próprio porvir.

1 MARXISMO E AMÉRICA LATINA: HISTÓRIA DE UM CONTINENTE EM LUTA

“No queremos, ciertamente, que el socialismo sea en América calco y copia. Debe ser creación heroica. Tenemos que dar vida con nuestra propia realidad, en nuestro propio lenguaje, al socialismo indoamericano”

(José Carlos Mariátegui)

Neste capítulo, busco resgatar, desde uma perspectiva geral e panorâmica, interpretações originais da realidade latino-americana realizadas por marxistas da região para, logo a seguir, demonstrar a imprescindibilidade do marxismo no tocante à compreensão dos processos políticos, econômicos, culturais e jurídicos pelos quais passa a Bolívia. Desde essa perspectiva, esmiuçarei as principais categorias neste campo teórico que contribuem para subsidiar a presente tese.

A luta política das classes subalternas no continente latino-americano se revela indissociável do marxismo. Não que aquela inexistisse antes do socialismo científico. Os quilombos e as diversas sublevações indígenas durante os séculos de colonização consubstanciam provas em sentido contrário. Tampouco figurou como único guia das massas sublevadas, após seu ingresso no novo continente. Em verdade, disputou o imaginário popular com outras correntes teóricas, tais como o anarquismo, o nacionalismo revolucionário e, no caso da Bolívia, também com o indianismo.

De qualquer modo, pode-se dizer que, assim como ocorrera na Europa, a chegada do marxismo na América Latina representou a conquista, por parte de trabalhadores e trabalhadoras, de uma teoria para orientar-lhes na ação concreta. E não foram poucos os momentos históricos sob essa influência: a Revolução Cubana em seu período inaugurado em 1961, a Revolução Nicaraguense, o governo de Salvador Allende no Chile, a fundação da *Central Obrera Boliviana* – COB, as *Tesis de Pulacayo* e a Guerrilha do Che na Bolívia, dentre inúmeros outros.

O marxismo, para além de subsidiar incontáveis lutas políticas, figurou como instrumento de compreensão da realidade particular latino-americana e sua inserção dependente no capitalismo mundial. Apesar de interpretações por vezes estáticas e dogmáticas, quase que trasladadas sem mediação com as peculiaridades da

formação social da América Latina, houve também aquelas de ímpar genialidade e originalidade.

1.1 LEITURAS MARXISTAS DAS REALIDADES LATINO-AMERICANAS

Desde a chegada do marxismo na América Latina, no início do século passado, há intensos debates não apenas quanto às divergências dentre suas correntes, mas, também, sobre a validade de suas categorias para a análise da realidade latino-americana. Ademais, aqui se alicerçou não somente vasta teoria no espectro marxista como, igualmente, lutas políticas lideradas por organizações sob esta orientação.

Na América Latina da primeira década do século XX, o marxismo, como teoria, se materializava com Daniel DeLeón, dirigente do Partido Socialista Operário nos Estados Unidos, e primeiro teórico marxista “original” do continente. DeLeón escreveu uma série de artigos desde as peculiaridades norte-americanas e caminhos para a transformação social naquele país (PERICÁS, 2005). Entre as décadas de 1910 e 1920, por sua vez, o argentino Juan Justo traduziu a obra *O Capital*, tornando-a disponível antes mesmo que em alguns países europeus (LÖWY, 2012).

Nesse mesmo momento histórico, o jornalista peruano José Mariátegui, após alguns anos na Itália e percorrendo trilhas semelhantes às de Antonio Gramsci¹⁷, voltava-se à árdua tarefa de manusear as ferramentas do marxismo para a compreensão da realidade peruana. Tratava-se, pois, não de trasladar o marxismo à América Latina, mas de elaborar “um pensamento marxista latino-americano realmente original” (PERICÁS, 2005, p. 7).

Mariátegui polemizou com aqueles que transpunham as análises marxianas para o Peru sem atentar para as respectivas particularidades nacionais, bem como com os que arguíam que a filosofia da práxis¹⁸ respondia a situações específicas da

¹⁷ Pericás, no entanto, ressalva que “é questionável que alguma vez tenha ocorrido um encontro entre Gramsci e Mariátegui, como afirmam alguns autores. É possível que tenham se cruzado no congresso de Livorno, o que não caracterizaria necessariamente um ‘encontro’. De qualquer maneira, não houve uma influência *direta* do teórico italiano no jovem jornalista peruano, ou vice-versa, mesmo que se possa traçar um paralelo entre a vida e a obra desses dois autores” (PERICÁS, 2005, p.19).

¹⁸ Termo usado por Gramsci para referir-se ao marxismo; ele o teria usado tanto para ludibriar a censura, como, também, para atribuir à obra de Marx a capacidade de figurar como uma

Europa em processo industrializante do século XIX. Denominada de excepcionalismo indo-americano, tal vertente absolutizava a especificidade da América Latina, sua cultura, história e estrutura social. Ao extremo, colocava o marxismo como teoria válida exclusivamente para a realidade europeia. Sua principal representação estava na Aliança Popular Revolucionária Americana – APRA, sob liderança de Haya de La Torre. Löwy (2012) aduz que, para De La Torre, o espaço-tempo indo-americano seria governado pelas suas próprias leis, profundamente distintas do “espaço-tempo” europeu analisado por Marx. Sendo assim, *mister* seria uma teoria própria que transcendesse ao marxismo.

Mariátegui (2010), em *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*, voltava-se à formação social específica do Peru e dos Andes. Dessa maneira, seus olhos centravam-se na particularidade do índio camponês andino. Sob uma realidade em que quatro quintos da população peruana da época compunham-se de indígenas, ainda espoliados mesmo após o período colonial, inferiu que qualquer superação da situação socioeconômica daquela sociedade perpassava por essa problemática.

Tratou, dessa forma, de “desmistificar” a questão indígena: seria passível de resolução apenas com uma solução político-social, pois suas causas restavam necessariamente derivadas do modelo econômico e regime de propriedade da terra (MARIÁTEGUI, 2010). Descredenciaria, portanto, as teses amiúde reivindicadas como solução para reversão da exploração sobre os indígenas. Para ele, o problema do índio não se revelava como um problema de educação, pois “a mecânica da servidão anularia totalmente a ação da escola, se essa, por um milagre inconcebível dentro da realidade social, conseguisse conservar, na atmosfera do feudo, sua pura missão pedagógica” (MARIÁTEGUI, 2010, p.60). Tampouco se situaria nos terrenos da razão ou da moral. Se, em períodos coloniais, em que maior era a autoridade da ação religiosa, ou no auge dos valores liberais das lutas pela independência, não ocorreu sensibilização dos espanhóis e *criollos*, não seria de se esperar que, “quando esses princípios estão em crise no mundo, adquiram, de repente, no Peru, uma insólita vitalidade criadora”¹⁹ (MARIÁTEGUI, 2010, p.55).

compreensão de mundo totalizante e inovadora, em que teoria e prática política são indissociáveis (GRAMSCI, 2006). E, por essa razão, me aproprio constantemente de tal termo.

¹⁹ Mariátegui escrevia em finais da década de 1920, ou seja, período de crise da razão moderna e ascensão do nazi-fascismo.

Descartaria, também, as saídas de cunho administrativo ou jurídico. Para ele, o *gamonalismo*²⁰ invalidava inevitavelmente toda lei ou ordenamento de proteção indígena. Portanto, mais importante que a legislação tutelar seriam as condições concretas sob as quais ocorre a reprodução social²¹.

Para ele, vestígios de “comunismo inca”²² facilitariam a via socialista, tendo em vista o histórico de trabalho social, bem como de não apropriação privado-individual da terra. Ademais, categorias como classes sociais, propriedade dos meios de produção, imperialismo, dentre outras, eram, portanto, aplicáveis à compreensão daquela realidade, desde que consideradas em suas especificidades. Dedicou, por outro lado, importância às questões subjetivas para uma profunda transformação social e advogava por uma revolução proletária para libertação de seu país e do continente.

Percebe-se um ponto de contato com Gramsci na preocupação deste com a construção de uma vontade coletiva nacional-popular e com uma reforma intelectual

²⁰ Mariátegui ressaltava que o termo dispunha de conteúdo mais abrangente que o meramente econômico: “O termo *gamonalismo* não designa apenas uma categoria social e econômica: a dos latifundiários ou grandes proprietários agrícolas. Designa todo um fenômeno. Compreende uma grande hierarquia de funcionários, intermediários, agentes, parasitas, etc. O índio alfabetizado se transforma em explorador de sua própria raça porque se coloca a serviço do *gamonalismo*. O fator central do fenômeno é a hegemonia da grande propriedade semifeudal na política e no mecanismo do Estado” (MARIÁTEGUI, 2010, p.54-55).

²¹ Assim, registrava: “O trabalho gratuito está proibido por lei e, no entanto, o trabalho gratuito, e até o trabalho forçado, sobrevivem no latifúndio. O juiz, o subprefeito, o comissário, o professor, o coletor, estão todos enfeudados à grande propriedade. A lei não pode prevalecer contra os *gamonales*. [...] O novo exame do problema indígena, por isso, se preocupa muito menos com as linhas gerais da legislação tutelar que com as consequências do regime da propriedade agrária” (MARIÁTEGUI, 2010, p.55).

²² A crítica a ele oposta de que idealizaria a sociedade incaica parece-me desponderada. Mariátegui não negava a apropriação de parcela dos excedentes pela aristocracia, contudo, em refinado marxismo, registrava a existência de trabalho associado e a terra como território comunal e não propriedade privada: “A liberdade individual é um aspecto do complexo fenômeno liberal. Uma crítica realista pode defini-la como a base jurídica da civilização capitalista [...] Uma crítica idealista pode defini-la como uma aquisição do espírito humano na idade moderna. Em nenhum caso essa liberdade cabia na vida incaica. O homem do *Tawantinsuyo* não sentia absolutamente nenhuma necessidade de liberdade individual [...]. Aguirre parte da ideia de que autocracia e comunismo são dois termos irreconciliáveis. O regime incaico – constata – foi despótico e teocrático; logo – afirma – não foi comunista. Mas o comunismo não supõe, historicamente, liberdade individual nem sufrágio popular. A autocracia e o comunismo são incompatíveis na nossa época; mas não o foram em sociedades primitivas. Hoje uma ordem nova não pode renunciar a nenhum dos progressos morais da sociedade moderna. O socialismo contemporâneo [...] é a antítese do liberalismo; mas nasce de suas entranhas e se nutre de sua experiência. [...] O regime incaico certamente foi teocrático e despótico. Mas esse é um traço comum a todos os regimes da antiguidade [...]. O *ayllu* – a comunidade – foi a célula do império. Os incas fizeram a unidade, inventaram o império; mas não criaram a célula. O Estado jurídico organizado pelos incas reproduziu, sem dúvida, o Estado natural preexistente. [...] Não deve apequenar, nem muito menos negar, o que nessa obra pertence à massa. Aguirre, literato, individualista, se compraz em ignorar a multidão na história.[...] Na sociedade incaica não existia o roubo porque não existia a propriedade. Ou, se preferirmos, porque existia uma organização socialista da propriedade” (MARIÁTEGUI, 2010, p.92-93).

e moral como premissas do socialismo, o que posteriormente seria desenvolvido na obra de Ernesto Che Guevara.

O *Amauta*²³ acreditava que seriam três as tarefas dos socialistas: “olhar, observar e entender o Peru, organizar os operários, camponeses e indígenas e, depois, formar um partido socialista” (MONTROYA-ROJAS, 2010, p.10).

À questão indígena Mariátegui atrelou o problema da terra; ele enxergava o povo incaico como agricultores e pastores e percebia sua forma histórica de organização – fundada no elemento comunidade – como impulsionadora de uma possível sociedade socialista. Interessante notar que Mariátegui desconhecia as “correspondências com os populistas russos” e especialmente a carta de Marx à Vera Ivanovna Zaslitch, em que ele abordava a possibilidade de revolução em um país de frágil desenvolvimento das forças produtivas²⁴.

Mariátegui colocava em xeque o que era a percepção da intelectualidade peruana de direita da época: o país era visto a partir de Lima, enquanto que os Andes e o campo peruano seriam o “atraso” da sociedade, devido aos “vícios”, ao problema “espiritual” e “educacional” dos indígenas²⁵ (MONTROYA-ROJAS, 2010).

O elemento central do debate não era distinto do que, de alguma maneira, Gramsci observara e combatera na Itália, quanto à diferença de desenvolvimento entre o Norte e o *Mezzogiorno*:

[...] o homem do povo da Itália do Norte pensava que, se o *Mezzogiorno* não progredia depois de ser libertado dos entraves que o regime dos Bourbon opunha ao desenvolvimento moderno, isto significava que as causas da miséria não eram externas, a serem buscadas nas condições econômico-políticas objetivas, mas internas, inatas na população meridional, tanto mais que estava enraizada a convicção da grande riqueza natural da terra: e só restava uma

²³ Nome da revista que criou em 1926, em quéchua significa sábio (PERICÁS, 2005), mestre, pensador (MONTROYA-ROJAS, 2010). Posteriormente, intelectuais cognominam Mariátegui desde o título de sua publicação, o “Amauta José Carlos Mariátegui”.

²⁴ Estão reunidas na obra “Lutas de Classes na Rússia” (MARX, ENGELS, 2013). Na carta à Vera I., Marx aduz que sua análise em “Acumulação do Capital”, no livro I do Capital (MARX, 2013b), se referia especificamente à Europa Ocidental e ao processo vivenciado pela Inglaterra. Ademais, crê ser possível uma revolução socialista na periferia do capitalismo moderno e visualiza a comuna russa, um modelo de propriedade rural comunitária, como alavanca para a regeneração social da Rússia (MARX, ENGELS, 2013).

²⁵ Concepção essa preservada mesmo em tempos atuais. Quando da recém-chegada à La Paz para a pesquisa de campo, um taxista afirmava que *El Alto* (região mais alta e pobre, com mais de um milhão de pessoas e base social de Evo Morales) se separou de *La Paz* há cerca de 30 anos, porque era muito grande e as pessoas de lá, de origem camponesa e de pele escura, não se adaptariam à cidade. Por essa razão, lá seria caótico. A zona sul de La Paz, habitada por pessoas de pele branca, seria, conseqüentemente, mais organizada.

explicação, a incapacidade orgânica dos homens, sua barbárie, sua inferioridade biológica (GRAMSCI, 2014c, p.73-74).

Assim como Gramsci descartara a explicação fundada na “natureza” dos homens do norte e do *Mezzogiorno* incorporada com certo tom de cientificismo pelo positivismo, trasladando o ângulo de análise para as condições econômico-políticas objetivas, de desenvolvimento das forças produtivas do norte face à dependência do *Mezzogiorno*, Mariátegui concluiria que o Peru e a América Andina se explicavam a partir de elementos objetivos: a questão da terra, a composição de suas classes sociais e o modo de produção adotado, desde o período espanhol, determinavam seu atraso.

Negava-se uma “natureza” humana específica dos índios (“inferioridade espiritual”, “preguiça”, etc.): as características dos nativos não eram mais vistas a partir da especulação, mas das condições concretas de reprodução social, dentro da realidade da América Latina e dos Andes e de uma reconfiguração das forças produtivas e relações sociais de produção após a chegada dos colonizadores.

Mariátegui assim condensa sua elaboração teórica:

A reivindicação indígena carece de concreção histórica enquanto se mantiver em um plano filosófico ou cultural. Para adquiri-la – isto é, para adquirir realidade, corporeidade – precisa se converter em reivindicação econômica e política. O socialismo nos ensinou a colocar o problema indígena em novos termos. Deixamos de considerá-lo abstratamente como problema étnico ou moral para reconhecê-lo concretamente como problema social, econômico e político (MARIÁTEGUI, 2010, p.54).

Em termos de órbita marxista, o *Amauta* inova ao perceber que, naquela sociedade específica, a configuração das relações de produção, dos meios de produção e da divisão social do trabalho perpassavam a questão étnica. Frente a intelectuais de outras correntes teóricas, seu pensamento revelava-se original por atribuir à questão indígena a centralidade do aspecto político e econômico, qual seja, a terra.

Os que ainda não romperam com o cerco de sua educação liberal e burguesa e, colocando-se numa posição abstrata e literária, se divertem em embaralhar os aspectos raciais do problema, esquecem que a política e, portanto, a economia, o dominam fundamentalmente. Empregam uma linguagem pseudoidealista para

escamotear a realidade, dissimulando-a sob seus atributos e consequências (MARIÁTEGUI, 2010, p.54).

De acordo com Mariátegui, o caminho para a superação da subjugação peruana passava, portanto, necessariamente pelo índio.

Se Mariátegui desmistificou a questão indígena e problematizou a situação dos índios em relação à sua reprodução social – visualizando que, naquela sociedade estratificada a partir da colonial, o índio conformava a classe camponesa – o intelectual peruano não salientou que a questão étnica perfazia uma posição de classe específica, em que o camponês indígena possuía características distintivas frente ao europeu, por exemplo.

Com o mecanicismo do stalinismo e o sectarismo do trotskismo, sem embargo, a obra e a peculiaridade de Mariátegui foram vistas como “romantismo”, sem caráter “científico” e as investigações sobre o entrelaçamento entre classe e etnia interrompidas.

Na década seguinte, de 1930 em diante, sob orientação da III Internacional e liderança dos partidos comunistas locais, tomou corpo a defesa da revolução democrático-popular: não tendo o continente passado por suas revoluções burguesas, seria necessário acumular forças para uma revolução nacional-democrática, possibilitando, então, o desenvolvimento das forças produtivas, com a ascensão das classes contrapostas, burguesia e proletariado, para, *a posteriori*, a eclosão da revolução socialista. Buscavam-se, pois, reformas que implicassem em superação das relações sociais e forças produtivas de cunho pré-capitalistas, com vistas à emancipação política outrora alcançada em solo europeu e americano.

Tal vertente, também denominada de “etapismo”, trasladava mecanicamente o desenvolvimento histórico do capitalismo na Europa Ocidental como “fatalidade histórica” para os países latino-americanos²⁶. Desde essa perspectiva²⁷, a América

²⁶ Ocorre que disposições marxianas, à época não popularizadas, predicam em sentido oposto: “Portanto, a ‘fatalidade histórica’ desse processo está *expressamente* restrita aos *países da Europa Ocidental*. A razão dessa restrição é indicada na seguinte passagem do capítulo 32: ‘A *propriedade privada* fundada no trabalho pessoal [...] é suplantada pela *propriedade privada capitalista*, fundada na exploração do trabalho de outrem, sobre o trabalho assalariado’. Nesse processo ocidental, o que ocorre é a *transformação de uma forma de propriedade privada em outra forma de propriedade privada*. Já no caso dos camponeses russos, ao contrário, seria preciso *transformar sua propriedade comunal [propriété commune] em propriedade privada*. Desse modo, a análise apresentada n’O *Capital* não oferece razões nem a favor, nem contra a vitalidade da comuna rural, mas o estudo especial que fiz dessa questão, sobre a qual busquei os materiais em suas fontes originais, convenceu-me de que essa comuna é a alavanca [*point d’appui*] da regeneração social da Rússia [...]” (MARX, 2013b, p.850).

Latina constituía-se por uma estrutura agrária de tipo feudal; uma burguesia nacional apta a cumprir com seu dever histórico revolucionário do século XVIII e um campesinato hostil ao socialismo ou coletivismo. Essa orientação nacional-democrática, todavia, incorria em erros insuperáveis:

la orientación nacional-democrática fue criticada, dentro de la propia izquierda, por tres motivos principales: a) por subestimar los vínculos orgánicos entre latifundio, imperialismo y capitalismo; b) por creer en la viabilidad de una alianza estratégica del proletariado con la ‘burguesía nacional’; c) por concebir cómo ‘etapas’ relativamente estancadas, lo que sería más adecuado concebir como ‘flujo’, como ‘transcrescimiento’ (POMAR, 2014, p.91).

Afora tais erros metodológicos, a interpretação “etapista” desconsiderava particularidades atinentes a cada realidade nacional, como a afirmada por Mariátegui e, na prática, imbuía os camponeses – inclusive os indígenas camponeses – do mesmo “espírito” que seus pares franceses durante a dinastia Bonaparte²⁸.

Tal perspectiva transformou toda a América Latina em uma realidade comum, em que a conformação de suas classes sociais, o desenvolvimento particular de suas forças produtivas, sua inserção no movimento do capital, bem como as especificidades de cunho étnico e cultural, restavam interpretadas não conforme sua particular formação social, mas sim de acordo com a do velho continente.

Mas, em semelhante época, outra fração no espectro marxista levantava-se contra essa visão²⁹:

[...] a perspectiva de uma revolução ‘permanente’ que combina tarefas democráticas, agrárias, nacionais e anticapitalistas, e a rejeição de uma aliança estratégica com a burguesia local, considerada incapaz de desempenhar um papel revolucionário significativo, diferenciavam radicalmente o trotskismo do comunismo

²⁷ Interessante perceber que tal interpretação errônea sobre a obra marxiana foi realizada por aqueles que materializaram tal estratégia política, mas também por seus críticos que, sem embargo, terminam em incorrer no erro de atribuí-la a Marx e Engels e não a seus intérpretes: “Todos estes valorosos pensadores e militantes da causa comunista fizeram leituras de um sujeito revolucionário específico que poderia encadear um processo profundamente transformador na Europa, e, quiçá, no mundo. Contudo, foram figuras importantes que refletiram toda uma análise sobre a necessidade da Revolução Socialista a partir da Europa” (LEONEL JÚNIOR, 2013, p.02).

²⁸ Marx abordou em *O 18 de Brumário* as lutas entre as classes sociais francesas e que terminaram por redundar no golpe de Estado de Luís Bonaparte em 02/12/1851.

²⁹ Em verdade, a inserção trotskista adquiriu contornos de movimentos de massas somente na Argentina e na Bolívia, a qual influenciou sobremaneira as *Tesis de Pulacayo*, aprovadas em 1946 pelo movimento mineiro, à época com importante presença trotskista.

pró-soviético, além, é claro da sua independência em relação à URSS e sua crítica ao autoritarismo burocrático (LÖWY, 2012, p.35).

Ocorre que, se a vertente etapista partia de análises indiferentes às realidades nacionais e continental, o trotskismo, ao propugnar pela revolução ininterrupta, imediatamente socialista e sob liderança de operários, também minimizava a categoria marxiana *mediação com a realidade* e a análise concreta da situação concreta das forças produtivas e relações de produção em cada país. Ambas vertentes, portanto, menosprezavam as condições temporais, geográficas, étnicas, a conformação das classes, enfim, as formações sociais específicas, para a análise política.

Tem-se, pois, que por mais que se bradasse a aliança obreiro-camponesa, seria uma aliança do *juntos* porém *no mucho*. O papel do campesinato restaria secundário frente ao do operariado, independente das condições particulares de desenvolvimento das classes camponesas e operárias, da centralidade da indústria ou da agricultura na economia local.

De qualquer forma, para ambas as correntes, o indígena seria a representação de relações sociais de produção pré-modernas. Representariam a superstição, a negação da ciência, um atraso histórico a ser removido.

Outra vertente de teoria e ação política marxista a tomar corpo no seio das esquerdas da América Latina, dentre as décadas de 1950 a 1970, foi a opção pela luta armada e a guerra de guerrilhas. A inexistência de atmosferas nacionais democrático-burguesas em países sitiados por ditaduras civil-militares, bem como a vitória cubana de 1959, concorriam para reforçar tal opção³⁰.

Após as derrotas na maioria das guerrilhas rurais e urbanas promovidas no continente e com o concomitante processo de redemocratização nos mais diversos países, ocorreu o descenso do ciclo guerrilheiro na América Latina (LÖWY, 2012), seguido de rearranjos das esquerdas locais sob padrões distintos, de acordo com as realidades nacionais. Assim,

As esquerdas do subcontinente se afastaram das experiências de 'socialismo real' e do marxismo (-leninismo) enquanto ideologia 'oficial', em certo sentido 'nacionalizando-se'. Isso permitiu o afastamento em relação a referências em franco colapso e a

³⁰ Che Guevara e Carlos Marighela despontavam como as duas principais inspirações no contexto desta vertente.

adequação à crescente fluidez e heterogeneidade social contemporânea. Com isso, configuraram-se diversas possibilidades, como a abertura às mais diversas referências progressistas do PSCh [Partido Socialista do Chile), ou a fusão de indigenismo e nacionalismo popular do MAS [-IPSP] (SILVA, 2011, p.262).

Dentro desse grande espectro, pode-se citar a Frente Ampla no Uruguai, o PSUV, o Partido dos Trabalhadores, no Brasil, o MAS-IPSP, na Bolívia, dentre outros. Para Silva (2011, p.27), “as esquerdas [...] aderiram (em termos gramscianos) à ‘guerra de posição’. Ou seja, as esquerdas latino-americanas vão se adaptando à modernidade num sentido geral, bem como à tradução regional de sua etapa atual”.

De qualquer maneira, sob a influência de diversos matizes da filosofia da práxis, travaram-se inúmeras lutas populares contra todo tipo de apropriação dos excedentes do trabalho alheio – as formas de colonialismo, semicolonialismo, as relações de dependência para com os países centrais, etc. Nesse sentido, Barsotti e Pericás (1998) expressam questões que atraíram a atenção dos marxistas da região:

a reconfiguração da posição sempre subordinada dos países latino-americanos em relação ao mercado mundial capitalista, a influência das empresas imperialistas-multinacionais, a eterna pendência da questão agrária, as elites oligárquicas e seus estados autocráticos foram questões presentes nos debates das lutas políticas e sociais, que possibilitaram a criação de projetos e planos de ação dentro da ordem e contra ordem (BARSOTTI, PERICÁS; 1998, p.07).

Mas há uma infinidade de aspectos da realidade latino-americana abordados – e denunciados – pela literatura marxista: o atraso como expressão de um capitalismo tardio e de relações de dependência frente aos países europeus e aos Estados Unidos; as ditaduras militares como forma política adequada e necessária, por um lado, ao refreio das forças populares e, de outro, à redução do custo de reprodução da força de trabalho e exportação de mais-valias para manutenção do Estado de Bem Estar Social³¹ em países europeus; e a desagregação social com a

³¹ Harvey (2005) afirma que, com o risco de expansão soviética e pressão dos trabalhadores por expansão de direitos, o Estado de Bem Estar Social e a ascensão econômica dos proletários dos países centrais foi possível graças à exportação da mais-valia aos continentes sob julgo do colonialismo (África) e de ditaduras militares (Américas). Décadas antes, Mariátegui afirmava (2005, p.50): “A revolução social é um fenômeno da civilização capitalista europeia. O regime capitalista – no juízo de Lloyd George – deve adormecê-la, distribuindo entre os trabalhadores da Europa uma parte dos ganhos obtidos dos demais trabalhadores do mundo. Devem-se extrair do trabalho braçal

forma neoliberal de Estado, voltada à desregulamentação da economia e inserção dos mercados nacionais na sistemática internacional de financeirização da economia.

Na presente tese, interpreto o processo político boliviano a partir de uma perspectiva marxista – e, por conseguinte, reitero a sua atualidade para a compreensão dos processos históricos latino-americanos.

As reconfigurações e reestruturações do conjunto das forças produtivas, do mundo do trabalho, das geopolíticas nacionais e internacional, demandam um marxismo dinâmico e dialético, que apreenda o movimento histórico real das classes (THOMPSON, 1979) e as contradições internas da sociedade, mas não autorizam a rejeição da filosofia da práxis. Conforme precisei acima, também em princípios do século XX o marxismo foi posto em xeque quanto a sua aplicabilidade em nossa região. E quais fatos sucederam essa análise? Golpes de Estado, ditaduras, guerrilhas, revoluções, novos padrões de acumulação do capital e desenvolvimento dependente.

Com a emergência de novos padrões associativos e identitários, cumulada com as crises do socialismo real e do marxismo no último quartel do século XX, tornaram-se sedutoras as explicações de tônica pós-moderna e multicultural, ou de(s)colonial. Apesar da contribuição de tais vertentes e da importância de desenvolverem-se as epistemologias do sul, os ataques ao *trabalho* em curso no Brasil, Argentina e outros países no continente sob restauração conservadora, demonstram que a história ainda dispõe de seu motor. Por outro lado, nos países andinos, interpretar a questão indígena desde uma perspectiva candidamente étnica e isolada da concreta disputa do poder e movimento da história, leva a uma mistificação do processo histórico, em que, de maneira curiosa, algumas palavras de idiomas originários são recuperadas e ressaltadas, enquanto fatos e processos políticos materiais são omitidos ou preteridos. Os riscos, de tudo que é sólido e estável desmanchar-se no ar, todavia, persistem.

Parto, portanto, a expor as categorias de análise com as quais me debruço sobre o processo boliviano.

asiático, africano, australiano ou americano os xelins necessários para aumentar o conforto e o bem-estar do trabalhador europeu e debilitar sua aspiração de justiça social. Deve-se organizar a exploração nas nações coloniais para que abasteçam de matérias-primas as nações capitalistas e absorvam integralmente sua produção industrial”.

1.2 QUAL OLHAR SOBRE UMA BOLÍVIA EM MOVIMENTO?

O começo do século XXI reservou à Bolívia a eleição do primeiro indígena-camponês presidente de uma República, bem como uma nova CPE e a proclamação da fundação do *Estado Plurinacional de Bolívia*. Nesse interstício, o país atraiu interesse internacional e pulularam estudos com temas de perspectivas teóricas diversas. É preciso, todavia, “descortinar” este ineditismo – ou, como diria Mariátegui (2010), “desmistificar” tal processo – desde a compreensão de suas determinações e contradições intrínsecas, e não adequando o processo histórico real às categorias com as quais se pretenda investigar³².

Debruço-me, pois, sobre o Estado Plurinacional e a CPE como partes do processo político, econômico, social e cultural em curso na Bolívia, a partir de categorias marxianas e aportes de seus sucessores. Ambos, sob o olhar da filosofia da práxis, remetem, aprioristicamente, à história, como insistia Hobsbawm (2011b). Sua leitura, sem a história, implicaria em converter em atemporal o que se encontra em movimento. É o retrato de um filme. Com ele, seria possível extrair inumeráveis aspectos sobre o que se sucede. Não deixariam de ser, todavia, impressões parciais, que não concebem a totalidade do processo e, por isto, por vezes recai-se em palavras vazias.

Portanto, faço uso da categoria marxiana totalidade³³, que não se constitui do somatório de unidades, mas consiste na interconexão entre as partes e o todo, o quantitativo e o qualitativo, o particular e o universal, a teoria e a prática que, em constante relação entre si, retroalimentam-se e transformam-se mutuamente. Ao não

³² No mesmo sentido, Thompson critica o que ele caracteriza como “el caso en exceso frecuente de que la teoría preceda a la evidencia histórica sobre la que tiene como misión teorizar” (THOMPSON, 1979, p.34).

³³ Marx assim delimita essa categoria: “Se consideramos um dado país de um ponto de vista político-econômico, começamos com sua população, sua divisão em classes, a cidade, o campo, o mar, os diferentes ramos de produção, a importação e a exportação, a produção e o consumo anuais, os preços das mercadorias etc. Parece ser correto começarmos pelo real e pelo concreto, pelo pressuposto efetivo e, portanto, no caso da economia, por exemplo, começarmos pela população, que é o fundamento e o sujeito do ato social de produção como um todo. A população é uma abstração quando deixo de fora, por exemplo, as classes das quais é constituída. Essas classes, por sua vez, são uma palavra vazia se desconheço os elementos nos quais se baseiam. P. ex., trabalho assalariado, capital etc. Estes supõem troca, divisão do trabalho, preço etc. O capital, p.ex., não é nada sem o trabalho assalariado, sem o valor, sem o dinheiro, sem o preço etc. Por isso, se eu comesse pela população, esta seria uma representação caótica do todo e, por meio de uma determinação mais precisa, chegaria analiticamente a conceitos cada vez mais simples; do concreto representado [chegaria] a conceitos abstratos [*Abstrakta*] cada vez mais finos, até que tivesse chegado às determinações mais simples. Daí teria que dar início à viagem de retorno até que finalmente chegasse de novo à população, mas desta vez não como a representação caótica de um todo, mas como uma rica totalidade de muitas determinações e relações” (MARX, 2011b, p.54).

ser estática ou atemporal, ela transforma-se a partir de suas próprias contradições e conflitos internos. Ao delimitar outra categoria central, a dialética³⁴, Marx enxerga o ser humano a partir da história, em constante movimento, devido às contradições internas de cada totalidade social que tendem a levar a seu perecimento e ao surgimento de uma nova totalidade.

Tais contradições, em última instância, advêm da maneira como as pessoas se reproduzem socialmente em determinada sociedade. A partir do momento em que o ser humano tornou-se sedentário, por exemplo, desenvolveu técnicas básicas de produção que possibilitaram o excedente.

Tornou-se possível, então, que alguém, a partir de seu trabalho, produzisse o suficiente para reproduzir-se e, também, possibilitar a reprodução de seu amo. O trabalho, que é atividade fundante do conjunto das objetivações humanas e da sociabilidade, no capitalismo, revela-se estranhado e alienado: não mais se apresenta como condição da natureza humana (PAULO NETTO, 2012), mas como uma força criadora de valor, para além do valor de uso dos objetos³⁵.

Mas o sistema capitalista revela-se expansível por natureza e, sempre em movimento, desenvolve periodicamente novos padrões de acumulação, não necessariamente concentrados na esfera objetiva da produção. Nesse sentido,

³⁴ Assim resumia Marx o seu método: “Para Hegel, o processo de pensamento, que ele, sob o nome de Ideia, chega mesmo a transformar num sujeito autônomo, é o demiurgo do processo efetivo, o qual constitui apenas a manifestação externa do primeiro. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem [...]. A mistificação que a dialética sofre nas mãos de Hegel não impede em absoluto que ele tenha sido o primeiro a expor, de modo amplo e consciente, suas formas gerais de movimento. Nele, ela se encontra de cabeça para baixo. É preciso desvirá-la, a fim de descobrir o cerne racional dentro do invólucro místico. Em sua forma mistificada, a dialética esteve em moda na Alemanha porque parecia glorificar o existente. Em sua configuração racional, ela constitui um escândalo e um horror para a burguesia e seus porta-vozes doutrinários, uma vez que, na inteligência positiva do existente, inclui, ao mesmo tempo, a inteligência de sua negação, de seu necessário perecimento. Além disso, apreende toda forma desenvolvida no fluxo do movimento, portanto, incluindo o seu lado transitório; porque não se deixa intimidar por nada e é, por essência, crítica e revolucionária” (MARX, 2013b, p.91).

³⁵ Engels, em Prefácio ao livro II de O Capital, esclarecia a descoberta de Marx quanto à mais valia frente a seus predecessores da economia política: “Primeiro. O trabalho é a medida do valor. No entanto, o trabalho vivo, ao ser trocado pelo capital, apresenta um valor inferior ao do trabalho materializado pelo qual ele é trocado. O salário, o valor de uma determinada quantidade de trabalho vivo, é sempre inferior ao valor do produto criado por essa mesma quantidade de trabalho vivo, ou na qual esta se materializa. Assim formulado, o problema é, de fato, insolúvel. Marx o coloca nos termos corretos e, desse modo, o resolve. Não é o trabalho que tem um valor. Como atividade criadora de valor, ele pode ter um valor especial tanto quanto a gravidade pode ter um peso especial, o calor uma temperatura especial, ou a eletricidade uma voltagem especial. Não é o trabalho que é comprado e vendido como mercadoria, mas a *força* de trabalho. “Tão logo se torna mercadoria, seu valor se rege pelo trabalho nela incorporado como um produto social, ou seja, é igual ao trabalho socialmente necessário para sua produção e reprodução” (ENGELS, 2014, p.99-100).

(HARVEY, 2011) teceu a categoria “acumulação por despossessão³⁶” (ou espoliação) para definir o processo de concentração de riqueza, no neoliberalismo, que, semelhante à acumulação primitiva registrada por Marx, constitui na concentração dos excedentes socialmente produzidos, seja pela financeirização, manipulação de crises, privatizações, expulsão de povos e comunidades de seus territórios; enfim, métodos de variada sofisticação e capazes de transformar o comum em privado, em mercadoria.

Compreendendo que este tipo de acumulação mostra-se determinante em países onde convivam a economia capitalista e outros padrões de produção, tal qual a Bolívia, utilizo-me da categoria classe não apenas como a relação objetiva do homem e da mulher quanto à sua inserção na divisão social do trabalho, mas como ela se realiza na história. Se há relações de produção múltiplas, sobrepostas, as posições relativas das classes e sua consciência transformam-se no transcurso do tempo, em função das lutas de classes concretas em desenvolvimento. Ou seja, as pessoas encontram-se imersas em determinado contexto de reprodução social, experimentam a exploração, identificam interesses antagônicos e assemelhados e, a partir daí, descobrem-se como classe (THOMPSON, 1979). O erro metodológico, portanto, é considerar as classes de maneira independente a suas relações, identidades e lutas históricas, em que a categoria condiciona a realidade e não esta é interpretada pela categoria. Ou, seguindo Thompson:

Espero que nada de lo escrito anteriormente haya dado pábulo a la noción de que yo creo que la formación de clases es independiente de determinantes objetivos, que clase puede definirse simplemente como una formación cultural, etc. [...] Las clases acaecen al *vivir* los hombres y las mujeres sus relaciones de producción y al *experimentar* sus situaciones determinantes, dentro ‘del conjunto de relaciones sociales’, con una cultura y unas expectativas heredadas, y al modelar estas experiencias en formas culturales (THOMPSON, 1979, p.38).

³⁶ “Mas a ‘acumulação por despossessão’ continua a desempenhar um papel na reunião do poder do dinheiro inicial. Meios tanto legais quanto ilegais – como violência, criminalidade, fraude e práticas predatórias do tipo das que foram descobertas nos últimos tempos no mercado de hipotecas *subprime* ou de forma ainda mais significativa no comércio de drogas – são implementados. Os meios legais incluem a privatização do que antes era considerado como recursos de propriedade comum (como a água e a educação), o uso do poder público para apreender bens, as práticas generalizadas de aquisições, as fusões e outros mecanismos similares que resultam no “desmembramento de ativos” e o cancelamento de obrigações de pensão e saúde, por exemplo, num processo de falência. [...] As grandes perdas nessa parte do mundo alimentaram os cofres dos principais centros financeiros” (HARVEY, 2011, p.48).

Tapia (2009), buscando compreender os acontecimentos neste início de século na Bolívia, aborda a categoria classe desde a diferenciação quanto a sua composição técnica e política. A composição técnica de classe estaria relacionada com a condição objetiva de inserção nas forças produtivas, ou seja, à classe propriamente dita. Já a composição política se conformaria a partir de formas de organização, práticas políticas e da ideologia como produtos históricos da luta de classes e que possibilitam certo grau de autonomia em relação a sua posição no processo produtivo (TAPIA, 2009).

Da composição técnica deriva o sujeito classista propriamente dito, que detém ou disputa o poder de classe na sociedade, enquanto que da composição política advém o sujeito político, aquele que disputa o poder de Estado. A formação de um bloco político se dá a partir da articulação da constituição desses sujeitos classistas com as determinações das estruturas nacionais e inserção internacional. Não se trata, ainda, de um bloco histórico em sentido gramsciano, porque a hegemonia ainda está em disputa³⁷ (GONÇALVES, 2011).

García-Linera, debruçando-se sobre a proletarização universalizante da força de trabalho, conclui em uma perspectiva que amplia a composição da classe trabalhadora, para além dos assalariados (expostos à subsunção real ao capital):

Essa valorização do capital [mais-valor] pode acontecer, em certos casos, no plano individual, como ocorre com os assalariados de empresas; ou, em outros, na sociedade em seu conjunto, como o que sucede com os trabalhadores camponeses, artesanais, familiares, ou 'conta-próprias', uma vez que estes, sem valorizar tal ou qual empresário privado e sem manter contratos de emprego com nenhum burguês, mercantilizam sua capacidade de trabalho e valorizam o capital social enquanto submergem em relações mercantis (compra e venda de força de trabalho temporário, compra de produtos industriais, venda de produtos próprios, empréstimos bancários, etc.). E como essas formas extorsivas do consumo da força de trabalho, matizadas, requerem que sua utilidade esteja sob o mando geral do capital, o trabalho, como trabalho mercantilizado, é levado a aparecer como parte do capital, como um de seus momentos: como capital variável (GARCIA-LINERA, 2010, p.75).

³⁷ Gramsci considera o bloco histórico como “conjunto complexo e contraditório das superestruturas como reflexo das relações sociais de produção” (GRAMSCI, 2006, p.250). Hugo Moldiz considera que, desde antes das eleições de 2005, há um bloco histórico “nacional-indígena-popular”. Para ele, “esta es la primera vez en la historia boliviana en la que los vilipendiados, por su clase e identidad, se han convertido en protagonistas activos de su propio devenir” (MOLDIZ, 2009, p.150).

Com essa caracterização, Linera incorpora à esfera da classe trabalhadora amplos contingentes de trabalhadores informais, camponeses, artesãos, antigos mineiros realocados em função da reestruturação neoliberal da economia na década de 1980, etc. Somando-se as duas perspectivas analíticas, nota-se que, dada a reestruturação do mundo do trabalho desde o advento do neoliberalismo e a condição multi-civilizatória da sociedade boliviana, o sujeito revolucionário na Bolívia se materializa “sujeito político conformado da aliança entre a classe trabalhadora – entendida da forma ampliada demonstrada por Linera – os camponeses e a classe comunal potencialmente anticapitalista” (GONÇALVES, 2011, p.16).

O tema do sujeito revolucionário boliviano é objeto de reflexão por Linera ao longo das últimas décadas, em que ele busca compreender a redefinição das formas de ação coletiva desde a reestruturação neoliberal do capital em 1980. No contexto dessa investigação, a partir de Zavaleta, ele trabalha a “*forma multitud*”³⁸, consubstanciada em uma:

[...] rede compacta de assembleias e de práticas democráticas plebeias [que] não apenas se apresentou como demandante de direitos diante do Estado, com seu sistema de partidos e Parlamento, como também o substituiu como mecanismo de governo, como sistema de mediação política e como cultura de obediência. Daí que, diferentemente do que propõe Touraine em relação aos ‘novos movimentos sociais’ – que não seriam movimentos políticos dirigidos à conquista do poder –, a *multidão*, na prática, é uma politização extrema da sociedade possuidora de uma força organizativa capaz de pôr em dúvida a pertinência dos sistemas de governo prevaletentes, do regime de democracia liberal, e de erigir, até agora provisoriamente, sistemas alternativos de exercício do poder político e de vida democrática legítima (GARCIA-LINERA, 2010, p.256).

Ocorre que a *potentia* das mobilizações subversivas do início deste século, tal qual a Guerra do Gás, Guerra da Água e o levantamento Aimará, somados à crise da democracia liberal-representativa e suas estruturas, redundaram em interpretações “autonomistas”, na crença em um sujeito histórico “não contaminado” pela política, por suas organizações e suas contradições. Não teriam, tampouco,

³⁸ Em contexto europeu e norte-americano, um grupo de intelectuais ligados a Antonio Negri também problematiza essa categoria, todavia, em uma perspectiva que considero distinta da de Linera, pois aquela descarta a centralidade da classe trabalhadora e das formas organizativas partido político e sindicato, tal qual o faz Hardt nessa passagem: “Estos tres acercamientos al concepto de multitud — uno económico: multitud y no clase obrera; otro filosófico: multitud y no pueblo; otro y político: multitud y no partido— nos muestran a la multitud no como negación, sino como un nuevo concepto de clase, un nuevo concepto de pueblo y un nuevo concepto de partido” (HARDT, 2008, p.86).

posição objetiva na divisão social do trabalho e, conseqüentemente, de classe. Algo mais aproximado a uma profissão de fé – em que experiências de elementos constitutivos díspares como as guerras populares da Bolívia, o “Ocupa Wall Street” em Nova York e “Os Indignados” na Espanha são apresentados como expressões do mesmo fenômeno – que moralmente nos afaga e tranquiliza em período de tantas derrotas das utopias, que à possibilidade concreta de sua realização histórica.

Todavia, a *multitud* aspirava ao poder e, em seu interior, havia uma classe camponesa que iria durante o processo histórico de luta traduzir a *potentia* em projeto político autônomo das classes subalternas, bem como cada vez mais visualizar-se como indígenas originários camponeses. Linera percebe isso e em seus últimos textos, traz à tona o protagonismo do campesinato indígena originário no processo político em curso e, nos últimos anos, a necessidade de reaproximação com a COB³⁹.

Acercando-me, então ao conceito de luta de classes que adoto na presente tese, trago a elaboração de Harvey (2011), tecida a partir de sua categoria de “acumulação por despossessão”. Para ele, há dois grandes grupos de destituídos. Os “despossuídos dos frutos de seu poder criativo num processo de trabalho sob o comando do capital ou do Estado capitalista” (HARVEY, 2011, p.195), ou materialmente subsumidos ao capital. E há, também, “aqueles que foram privados de seus bens, seu acesso aos meios de sobrevivência, de sua história, cultura e formas de sociabilidade, a fim de abrir espaço (às vezes literalmente) para a acumulação do capital” (HARVEY, 2011, p.195), ou seja, possibilitaram a acumulação de capital através de sua “despossessão”. Neste segundo caso, torna-se mais complexo inferir sua “composição e [...] seu caráter de classe” (HARVEY, 2011, p.198). Estes, contudo, figuram como subsumidos formalmente ao capital ao possibilitar a acumulação capitalista materializada de maneira indireta, não no momento produtivo em si.

Portanto, abordo a categoria classe social em perspectiva histórica, em que, em decorrência da apropriação desigual dos excedentes socialmente produzidos, conforma-se e delinea-se em função da luta de classes. Levando em consideração que a relação de produção majoritariamente adotada pelo processo colonizador foi a

³⁹ Em mesmo sentido, assisti a Evo, durante as comemorações do 1º de Maio em 2014, perante uma marcha multitudinária, afirmar que nunca houvera ocorrido um ato daquela magnitude e que representasse a unidade da classe trabalhadora como naquela manhã na Plaza Murillo.

mita, este delineamento desde sempre esteve entrecortado pelo elemento étnico. Por outro lado, se no século XX a luta de classes se conformava a partir da acumulação proveniente da mineração, e o operariado mineiro se forjou como sujeito revolucionário – objetivado na Revolução Nacional de 1952 e na *Asamblea Popular* em 1971 – com o neoliberalismo há uma reestruturação econômica e novos padrões de acumulação que possibilitam o protagonismo camponês em um emaranhado popular mais amplo e entrecortado etnicamente.

Compreendo, pois, as “massas populares” camponesas, indígenas, mineiras e comunitárias da Bolívia, como “classes subalternas”, de histórias de lutas “desagregadas e episódicas” que, combinando “espontaneidade” e “direção consciente” (GRAMSCI, 2014a, p.199), constituíram uma “ação política real” e um projeto político autônomo⁴⁰ e levaram à crise de hegemonia do bloco burguês-imperialista-colonial (MOLDIZ, 2009).

No tocante à formação social particular das sociedades andinas e boliviana, recorro à originalidade de Mariátegui (2005, 2010, 2011), Zavaleta-Mercado (2013a, 2013b), e Álvaro García Linera (2008a, 2008b, 2009, 2010, 2012a, 2012b, 2013a, 2013b, 2014, 2015).

Se Zavaleta desponta como o maior intelectual marxista na história da Bolívia, a produção teórica de Linera ocupa espaço essencial na presente tese, tanto

⁴⁰ Marx, ao comentar sobre as lutas de classes na França, especificava o momento em que o proletariado, enquanto classe, forjou sua autonomia e interpôs um projeto político próprio frente às classes dominantes francesas: “Ao ditar a república ao governo provisório e, por meio do governo provisório, a toda a França, o proletariado ocupou imediatamente o primeiro plano como partido autônomo, mas, ao mesmo tempo, desafiou toda a França burguesa a unir contra ele” (MARX, 2012a, p.44). Por outro lado, Marx entende por proletariado, “do ponto de vista econômico, apenas o assalariado que produz e valoriza ‘o capital’ e é posto na rua assim que se torna supérfluo para as necessidades de valorização do ‘Monsieur Capital’, como Pecqueur denomina esse personagem. ‘O enfermo proletário da selva virgem’ é uma gentil quimera de Roscher. O selvático é proprietário da selva e a trata com tanta naturalidade quanto o orangotango, isto é, como propriedade sua. Ele não é, portanto, um proletário. Esse só seria o caso se fosse a selva que o explorasse, e não o contrário” (MARX, 2013b, p.690-691). Em mesmo sentido, em nota à edição inglesa de 1888 do Manifesto Comunista, afirmava Engels: “Por burguesia entende-se a classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção social que empregam o trabalho assalariado. Por proletário, a classe dos assalariados modernos que, não tendo meios próprios de produção, são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver” (MARX, ENGELS; 2010, p.40). E, no livro II de O Capital, Marx aponta como condições necessárias à realização da força de trabalho a separação dos meios de subsistência e meios de produção, “como propriedade alheia, do possuidor dessa força de trabalho” (MARX, 2014b, p.113). Na presente tese, não é o proletariado, mas o campesinato que interpõe o projeto político das classes subalternas. Isto não implica na negação do proletariado como categoria histórica, nem menos do sujeito histórico ou de frações das classes subalternas que não se enxergam como classe ou camponeses e também mostraram-se importantes nos ocorridos nas últimas décadas na Bolívia. Todavia, esse processo revela tal especificidade e daí advém características e contradições peculiares frente a outras experiências subalternas, tal qual a francesa daquele período.

por ser o principal intelectual orgânico do processo em curso⁴¹, quanto por apresentar uma interpretação densa do processo político recente. Amparando-me neste autor, a questão indígena na Bolívia não se restringe ao elemento étnico-cultural, tampouco o despreza: a originalidade de seu pensamento consiste na identificação da aproximação entre o marxismo, o nacionalismo revolucionário e o indianismo.

Partindo deste repertório, investigo o “Proceso de cambio” ou a “Revolución Democrática y Cultural”, que contém, em seu bojo, a nova CPE de 2009 e o Estado Plurinacional. Portanto, não sigo a incipiente – porém extensa e importante – literatura jurídica sobre o denominado “novo constitucionalismo latino-americano”, de pilares multiculturais e afirmação do pensamento de(s)colonial ou das epistemologias do sul. Nesta, em geral, a formação social boliviana é preterida e termina-se por “se mistificar” os concretos processos históricos. Como consequência, o constitucionalismo latino-americano transforma-se em um “momento – ou movimento – constitucional no continente”, com “categorias próprias” frente a experiências do constitucionalismo moderno, e fundado essencialmente na interculturalidade. Ocorre que a criatura pode aparentar transformar-se em criadora, mas, ao “descortinar” a “aparência” (MARX; ENGELS, 2011), proponho que a CPE e o Estado Plurinacional sejam vistos como formas políticas decorrentes de uma profunda alteração nas relações sociais e correlação de forças no seio da sociedade boliviana – por mais que, dialeticamente, retroalimente essas relações sociais.

Se Marx mergulhou e esmiuçou a produção do valor em O Capital livro I e sua circulação no livro II de O Capital, o mesmo não se pode dizer no tocante às temáticas do direito e do Estado. Ao afastar-se do direito em direção à filosofia e, logo após, para a economia política, suas considerações sobre o direito revelam-se dispersas em toda sua obra. Isto implica em ampla polêmica no âmbito marxista quanto ao tema, pois há especificidades, processos de amadurecimento intelectual, etc. ao longo das abordagens. Tendo em vista que não consta dos objetivos desta tese esmiuçar esse debate, parto, então, para a sua delimitação.

⁴¹ Linera resgata uma tradição cara ao marxismo, mas que, com sua crise pós 2º Guerra Mundial, desapareceu do cenário político: a figura do militante que é, ao mesmo tempo, dirigente político e teórico destacado, tal qual o foram Gramsci, Rosa Luxemburgo, Lênin, dentre outros.

Apreendo o direito burguês como uma expressão particular da totalidade da sociedade burguesa. Sua especificidade, em relação a outros padrões societários⁴², encontra-se em homens e mulheres reconhecerem-se “mutuamente como proprietários privados” (MARX, 2013b, p.159), ou seja, “sujeitos de direitos”, abstratamente equiparados⁴³. Marx, referindo-se ao processo de troca, aponta que o conteúdo da relação jurídica que surge dentre eles é dado pela relação econômica e não o oposto⁴⁴. Ao criticar a inversão ilusória de F. Eden em sua obra *A situação dos pobres*, o fundador da filosofia da práxis afirma:

Eden devia ter perguntado: e as ‘instituições burguesas’, são criaturas de quem? Sob o ângulo da ilusão jurídica, ele não enxerga a lei como produto das relações materiais de produção, mas, ao contrário, as relações de produção como produto da lei (MARX, 2013b, p.692).

Mas, sendo parte da totalidade da sociedade burguesa, o mesmo reverbera também as contradições e conflitos a ela imanentes:

Vimos que essas determinações minuciosas, que regulam com uma uniformidade militar os horários, os limites, as pausas do trabalho de acordo com o sino do relógio, não foram de modo algum produto das lucubrações parlamentares. Elas se desenvolveram paulatinamente a partir das circunstâncias, como leis naturais do modo de produção moderno. Sua formulação, seu reconhecimento oficial e sua proclamação estatal foram o resultado de longas lutas de classes. Uma de suas consequências imediatas foi que, na prática, também a

⁴² Marx aborda “estrutura” e “superestrutura” no Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política: “A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual” (MARX, 2008a, p.47), bem como as recupera no Livro I de O Capital, ao referir-se à Idade Média: “A dependência pessoal caracteriza tanto as relações sociais de produção material quanto as esferas da vida erguidas sobre elas” (MARX, 2013b, p.152). Contudo, considerando o conjunto de sua obra, a visão estática e mecânica de apenas uma infraestrutura informando uma superestrutura é equivocada. Em verdade, ele referia-se a grandes momentos históricos, padrões societários, o que não implica na impossibilidade de autonomia relativa da política em períodos de transição.

⁴³ Nesse sentido, de maneira irônica, aponta: “A esfera da circulação ou da troca de mercadorias, em cujos limites se move a compra e venda da força de trabalho, é, de fato, um verdadeiro Éden dos direitos inatos do homem. Ela é o reino exclusivo da liberdade, da igualdade, da propriedade e de Bentham” (MARX, 2013b, p.250), bem como “E a igual exploração da força de trabalho é o primeiro direito humano do capital” (MARX, 2013b, p.364).

⁴⁴ E dessa maneira critica a inversão idealizada de Proudhon: “Proudhon cria seu ideal de justiça, a *justice éternelle* [justiça eterna], a partir das relações jurídicas correspondentes à produção de mercadorias, por meio do que, diga-se de passagem, também é fornecida a prova, consoladora para todos os filisteus, de que a forma de produção de mercadorias é tão eterna quanto a justiça. Então, em direção inversa, ele procura modelar de acordo com esse ideal a produção real de mercadorias e o direito real que a ela corresponde” (MARX, 2013b, p.159).

jornada de trabalho dos operários masculinos adultos foi submetida aos mesmos limites, uma vez que a cooperação de crianças, jovens e mulheres era indispensável à maioria dos processos de produção. E, assim [...], a jornada de 12 horas foi implementada geral e uniformemente em todos os ramos da indústria submetidas à legislação fabril. Mas os fabricantes não permitiriam esse ‘progresso’ sem exigir um ‘retrocesso como recompensa. Por eles pressionada, a Câmara Baixa reduziu a idade mínima das crianças aptas a serem exploradas de 9 para 8 anos (MARX, 2013b, p.355).

Ao inverter a ilusão jurídica através da dialética, ao subvertê-la, Marx demonstra a impossibilidade da emancipação humana pela via jurídica; “O direito nunca pode ultrapassar a forma econômica e o desenvolvimento cultural, por ela condicionado, da sociedade” (MARX, 2012b, p.31).

Isso tampouco retira a autonomia relativa da política na luta de classes concreta em momento histórico específico e determinado⁴⁵. Marx aduz, inclusive, que “A criação de uma jornada normal de trabalho é, por isso, o produto de uma longa e mais ou menos oculta guerra civil entre as classes capitalista e trabalhadora” (MARX, 2013b, p.370). Em outra obra, *O socialismo jurídico*, Engels e Kautsky (2012) registram claramente o limite do “estreito horizonte jurídico burguês” (MARX, 2012b, p.32), ao passo que veem as reivindicações jurídicas como expressão de relações reais e, porque não, de determinado estágio da luta de classes⁴⁶. É o que se deduz, uma vez mais, do prefácio de Engels à edição alemã de 1890 do Manifesto Comunista:

Hoje, quando escrevo essas linhas, o proletariado europeu e o americano passam em revista suas forças de combate, pela primeira vez mobilizados em *um único* exército, sob *uma única* bandeira, por

⁴⁵ Mariátegui ressalta que o marxismo busca a causa econômica em “última análise”, e isto não é o mesmo que a tudo derivar mecanicamente da economia: “Nenhuma dessas comprovações diminui a validade do método marxista, que busca a causa econômica ‘em última análise’, e é isso o que nunca puderam entender aqueles que reduzem arbitrariamente o marxismo a uma explicação puramente econômica dos fenômenos” (MARIÁTEGUI, 2011, p.34).

⁴⁶ Dessa forma, atestam: “Isso naturalmente não significa que os socialistas renunciem a propor *determinadas reivindicações jurídicas*. É impossível que um partido socialista ativo não as tenha, como qualquer partido político em geral. As reivindicações resultantes dos interesses comuns de uma classe só podem ser realizadas quando essa classe conquista o poder político e suas reivindicações alcançam validade universal sob a forma de leis. Toda classe em luta precisa, pois, formular suas *reivindicações jurídicas*. Mas as reivindicações de cada classe mudam no decorrer das transformações sociais e políticas e são diferentes em cada país, de acordo com as particularidades e o nível de desenvolvimento social. Daí decorre também o fato de as reivindicações jurídicas de cada partido singular, apesar de concordarem quanto à finalidade, não serem completamente iguais em todas as épocas e entre todos os povos. Constituem elemento variável e são revistas de tempos em tempos, como se pode observar nos partidos socialistas de diversos países. Para essas revisões, são as *relações reais* que devem ser levadas em conta” (ENGELS; KAUTSKY, 2012, p.47-48) (grifos no original).

um único objetivo imediato: a fixação legal da jornada normal de oito horas de trabalho, segundo decisão do Congresso Internacional, reunido em Genebra em 1866, e do Congresso Operário de Paris, reunido em 1889 (ENGELS, 2010, p.80, grifos no original).

Em outro momento (por volta da década de 1850), Marx produzia um conjunto de escritos tão original quanto desconhecido. Debruçando-se sobre os processos políticos espanhóis e a Constituição de Cádiz, ele a vê como produto original da vida intelectual espanhola. Para o fundador da filosofia da práxis, a liberdade na Espanha se fez tradicionalmente sobre dois pilares – as *Cortes* e os *ayuntamientos*. Ao conservar e reorientar tais instituições para a transformação política, o texto constitucional tomava ares tanto revolucionário quanto tradicional. Revolucionário por romper com o antigo regime e tradicional por reinterpretar a história das instituições espanholas, desde as necessidades da política moderna (MARX, 2014a).

Apesar de reconhecer o ineditismo e a importância daquela Constituição, Marx em momento algum desviava o olhar das condições concretas de existência:

Sólo bajo el poder de la Junta Central era posible unir las realidades y las exigencias de la defensa nacional con la transformación de la sociedad española y la emancipación del espíritu nacional, sin lo cual toda constitución política tiene que desvanecerse como un fantasma al menor contacto con la vida real (MARX, 2014a, p.73).

Em suas “obras políticas”, especialmente *O 18 de Brumário e As lutas de classes na França*, resta mais nítida a leitura de Marx de que as formas jurídica e estatal refletem o estágio real da luta de classes no seio da sociedade⁴⁷. Assim, sublinha que “Com a Assembleia Nacional Legislativa estava completo o fenômeno

⁴⁷ Em 18 de Brumário, Marx realiza uma acurada análise da movimentação das classes em luta na França. Inaugurada pela Revolução Francesa de 1789, primeiro opuseram-se a burguesia e a nobreza. Em momento posterior, em que o velho insiste em viver e o novo tem dificuldade de nascer, a elas somou-se o proletariado. E ele descreve as diversas “mudanças” na forma Estado – Monarquia, República, etc. – a partir do deslocamento de forças entre as classes, até o momento do golpe de Estado por Luís Bonaparte: “A Constituição, a Assembleia Nacional, os partidos dinásticos, os republicanos azuis e os republicanos vermelhos, os heróis da África, o discurso tonitruante proferido do palanque, o relampejar da imprensa do dia, o conjunto da literatura, as figuras políticas e os renomados intelectuais, o Código Civil e o direito penal, *liberté, égalité, fraternité* e o segundo [domingo do mês] de maio de 1852 – tudo desapareceu como se fosse uma quimera diante da fórmula mágica pronunciada por um homem que não era considerado mestre-feiticeiro nem pelos seus inimigos. O sufrágio universal parece ter sobrevivido só o tempo suficiente para redigir de próprio punho o seu testamento diante dos olhos do mundo inteiro e declarar pessoalmente, em nome do povo: ‘Tudo que existe merece perecer’” (MARX, 2011c, p.31).

da *república constitucional*, isto é, da forma republicana do Estado, em que se constitui o domínio da classe burguesa” (MARX, 2012a, p.105).

De Marx, portanto, no tocante à forma jurídica e forma Estado, retiro a inteligência de que as mesmas, de maneira mediata, fazem parte de uma totalidade social e expressam o estágio de lutas de classes no interior das relações sociais de produção, e, de maneira imediata, o deslocamento da correlação de forças no interior da luta de classes.

Por fim, Garcia-Linera (2013a), partindo de categorias de Zavaleta-Mercado⁴⁸, Nicolas Poulantzas⁴⁹, Gramsci e Lenin, aborda o Estado desde três eixos analíticos; o Estado como correlação política de classes sociais, como materialidade institucional e, por fim, como capacidade de irradiar ideias-força que assegurem a hegemonia na sociedade (GARCÍA-LINERA, 2013a), para, daí, interpretar o Estado Plurinacional como “Estado em transição”:

En síntesis, podemos decir que la transición estatal se presenta como un flujo de marchas y contramarchas flexibles e interdependientes que afectan las estructuras de poder económico (como propiedad y control del excedente), la correlación de fuerzas políticas (como representación parlamentaria, fuerza de movilización social, liderazgo y hábito administrativo) y la correlación de fuerzas simbólicas (como ideas ordenadoras y reguladoras de la vida en común). La transición estatal estructural, o proceso constituyente, habla de la construcción de una nueva correlación de fuerzas o bloque dominante en el control de la toma de decisiones económicas-políticas del país; pero a la vez, de la persistencia y continuidad de antiguas prácticas y núcleos de poder interno que reproducen todavía partes del viejo Estado, buscando reconstituirlo desde adentro (GARCÍA-LINERA, 2013a, p.105-106).

⁴⁸ Em entrevista exploratória, Ximena Centellas Rojas expunha o significado da categoria Estado aparente: “Los indios no existían, los indios no contaban y la mayoría de la población boliviana entre indios y mujeres no era contada para el Estado. Entonces se genera la resistencia colonialista en el mundo indígena, una subversión, una incredulidad que todavía subsiste ahora y lo has debido ver, respecto al funcionamiento del Estado. ‘Yo no creo en el Estado’, o sea, no es como en Brasil, en Chile, donde el estado tiene una fuerte presencia, un fuerte respeto a su institucionalidad, en Bolivia no, en Bolivia ¿a quién le importa el Estado? Porque el Estado no es nuestro y además porque esta resistencia aimara pasiva quechua, de los pueblos indígenas originarios campesinos generaba sus propias autoridades a través de sus usos y costumbres” (Informação verbal). Entrevista concedida por CENTELLAS-ROJAS, Ximena Ana María. **Entrevista 3** [jun. 2014]. Entrevistador: Daniel Araújo Valença. La Paz, 2014. 1 arquivo de mp3 (1h07min). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice desta tese.

⁴⁹ Poulantzas assim resume seu conceito de Estado: “condensação *material e específica* de uma relação de forças entre classes e frações de classe” (POULANTZAS, 1980, p.148).

Desde esse arcabouço teórico e com os instrumentos metodológicos expostos na introdução, busco compreender o “*Proceso de Cambio*” em curso na Bolívia.

As experiências das esquerdas com o Estado, inauguradas, de maneira concomitante, pela via bolchevique na Rússia e socialdemocrata na Europa ocidental, revelam que, para aqueles que lutam por transformar o mundo, nem tudo *cambia* em flores.

A experiência da socialdemocracia europeia, em que pese ter alcançado elevado patamar de reprodução social de suas classes trabalhadoras – a partir, como bem ressalta Harvey (2005), da exportação de mais valias – entrou em crise no exato momento de descenso internacional das classes trabalhadoras na relação capital x trabalho⁵⁰.

Por outro lado, pode-se dizer, também, pecando pela abordagem sintética, que a extraordinária revolução russa perdeu o fôlego com o recuo de processos revolucionários a ela concomitantes (na Alemanha, na Itália, na Hungria), a burocratização e o autoritarismo do período stalinista, bem como devido ao salto tecnológico ocorrido nas potências capitalistas a partir da terceira revolução industrial e as reconfigurações geopolíticas ocorridas desde então.

Outra via de ascenso das esquerdas ao Estado, a experiência chilena de construção democrática do socialismo, sucumbiu perante o deslocamento de forças no interior do Estado e o uso de seu elemento último – a coercitividade. Nesse ínterim, desenvolveu-se também a ideia da negação do Estado, seja a partir dos anarquistas, que desde a Primeira Internacional disputavam a liderança no seio da classe trabalhadora⁵¹, seja mediante as elaborações tais quais a de John Holloway de “como mudar o mundo sem tomar o poder” (2003) ou a ação zapatista em solo mexicano.

De todo modo, cada uma das possibilidades experimentadas pelas esquerdas desde o surgimento do Estado Moderno até a atualidade, apresenta suas

⁵⁰ À Constituição de Weimar, propalada como um constitucionalismo de preocupação social em relação às suas antecessoras no mundo, não por acaso, seguiu-se o nazismo. Na atualidade, após a derrocada do regime soviético e recuo global das classes trabalhadoras, assiste-se ao desmonte do Estado de Bem Estar Social, que vigorou na Europa nas primeiras décadas do pós 2ª Guerra. Revela-se recorrente, portanto, a hipótese da reversibilidade das reformas parciais em âmbito de ordem capitalista, bem como a possibilidade de tal recuo ser ainda mais intenso que as conquistas do período imediatamente anterior.

⁵¹ Mariátegui a descreve como “um germe, um programa. A realidade internacional ainda não estava definida e o socialismo era apenas uma força em formação” (MARIÁTEGUI, 2005, p.96).

contradições, seus percalços e limites. No caso boliviano, concorrem elementos de sua formação social específica, mas também aspectos particulares ao próprio “*proceso de cambio*”. A originalidade de sua Constituição Política de 2009 e do Estado Plurinacional reside, para além das valiosíssimas disposições quanto à indianização do Estado, no projeto político autônomo das antigas classes subalternas – todavia mediado pela correlação de forças – de transformar o Estado desde uma revolução democrática em seu próprio interior. Sobre as potencialidades, contradições e esperanças dessa opção política debruço-me, de agora em diante, a partir das categorias acima expostas.

2 A COLONIZAÇÃO E A FORMAÇÃO SOCIAL BOLIVIANA: UMA SOCIEDADE ALICERÇADA NO ENTRELAÇAMENTO DE CLASSE E ETNIA

“A luta contra o imperialismo já não confia senão na solidariedade e na força dos movimentos de emancipação das massas coloniais.”

(José Carlos Mariátegui)

A formação social latino-americana revela suas raízes na empreitada colonial. Não que inexistissem farta história, cultura e padrões de sociabilidade antes da conquista europeia. Em verdade, a anterior diversidade de nações, em estágios distintos de desenvolvimento das forças produtivas, deparou-se com novos povos, europeus, e, como num estalo, alterar-se-iam bruscamente sua reprodução social e o seu porvir histórico.

Guaranis, incas, astecas e outras incontáveis sociedades indígenas conheceram esse “novo mundo” desde uma posição rotundamente desfavorável. Os incas, por exemplo, cujo amplo domínio se estendia para além dos Andes, caíram sem grandes conflitos frente aos espanhóis, pois a disputa entre os irmãos imperadores *Atahualpa* e *Huáscar* (MESA-FIGUEROA, GISBERT, MESA-GISBERT, 2008) causara uma fragilidade sem precedentes ao Império. Todavia, em geral, a derrota indígena se deu em função do inferior desenvolvimento de suas forças produtivas e, conseqüentemente, de seu poderio militar, em relação aos colonizadores.

Ao subjugar os povos originários, Portugal e Espanha os inseriram em um contexto internacional até então por eles desconhecido, como também impuseram relações de produção, formas organizativas, valores, religião, direito. Deste ato de força e de busca desenfreada por locupletar-se, construiu-se um padrão civilizatório de traços intrínsecos, com especificidades frente a outras realidades espaço-temporais. A sociedade colonial fundou seus pilares na submissão das civilizações indígenas predecessoras e em sua inserção dependente no circuito do capitalismo mercantil, proporcionando um imbricamento entre subjugação de classe e etnia sem precedentes.

Destaco que, perante a pluralidade de povos, estágios de produção, aspectos climáticos e geográficos, para além das características distintivas entre Portugal e Espanha, apesar de elementos comuns às sociedades coloniais, estas não podem ser reduzíveis a um modelo único. À peculiaridade dos processos históricos da América Latina frente ao restante do mundo, somem-se particularidades da própria Bolívia. Assim como para o Peru⁵², desenvolver-se sob os Andes e herdar elementos do milenar império inca e outras etnias indígenas viriam a se constituir em especificidades centrais em todo o decorrer de seu processo histórico. Daí adveio uma economia que perpassa os séculos assentada na agricultura e na mineração.

As questões indígena, da terra e dos recursos naturais persistiriam entrecortadas por toda a história boliviana. Ademais, esse país registrou um histórico de levantes populares – por parte de *criollos* e indígenas – guerras e motins, que seria decisivo quanto à extensão territorial e à economia do país e levaria, ao longo das gerações, a uma narrativa heroica de um povo em luta⁵³. O camponês, o mineiro, o índio se veem como sujeitos que incorporam e materializam a resistência. Se, para jovens palestinos, enfrentar o exército israelense mediante pedras e paus conforma um significado inteligível em sua totalidade apenas para eles próprios, na Bolívia, as longas marchas, os bloqueios de estradas dinamitadas, as greves de fome⁵⁴ adquirem significação peculiar e se confundem com sua história.

Neste capítulo viso, pois, debruçar-me sobre essa história e cada um de seus aspectos, necessários, em nossa perspectiva, à compreensão de todo o processo político, econômico e cultural vivenciado pela Bolívia nesse limiar de século XXI. Portanto, abordo a formação social boliviana desde uma perspectiva totalizante, enxergando-a inserta nos processos de transformação continental e global, todavia com foco nos aspectos próprios de seu desenvolvimento social.

⁵² Importante esclarecer que, durante o período colonial, as terras invadidas pela Espanha foram divididas em vice-reinados, sendo o Vice-reino do Peru o que hoje corresponde aproximadamente ao Peru e à Bolívia.

⁵³ Em viagem que realizei a um sítio no meio rural de Cochabamba, Ester Torrico, à época presidenta da Juventude do MAS-IPSP e, atualmente, senadora, apontava para uma pequena escola, lembrando que ali seu pai possibilitara o seu início na política. Militante do sindicalismo rural, pela CSUTCB, ele levava a filha com 12 anos para começar a participar das atividades do sindicato. Ali estava desde o ambiente da luta camponesa do Chapare contra a política do governo de criminalização da Coca aos levantes indígenas comandados por Tupak Katari.

⁵⁴ Pode-se dizer que não se mostram tão definidos os “recortes” quanto aos sujeitos particulares e seus métodos de enfrentamento: o instrumento da greve de fome, por exemplo, foi utilizado pelo presidente Evo Morales como mecanismo de mobilização para a aprovação da CPE de 2009, em um dos momentos em que houve impasse aparentemente intransponível. Lideranças da oposição, empresariais e integrantes de oligarquias locais, também aderiram à greve de fome em protesto por investigações contra Evo.

Assim, dedico-me às características gerais da metrópole hispânica, quanto à formação social latino-americana e às especificidades referentes à atual Bolívia.

2.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O COLONIZADOR: A ESPANHA E O ABSOLUTISMO INCOMPLETO

As transformações ocorridas entre os séculos XV e XVI, em solo europeu, intensificavam o incipiente processo de desenvolvimento capitalista e levavam à superação dos estáticos horizontes feudais. O desenrolar dos fatos constituía um movimento histórico que arrastava consigo tudo ao seu redor. A partir desse momento, “ao redor” significa incomensuráveis léguas a mais, e passa a referir-se ao mundo.

Em 1492, um conjunto de eventos eleva a Espanha ao protagonismo internacional. De uma só vez, os espanhóis derrotavam os árabes e os expulsam de seu território, conquistavam a América e publicavam a primeira gramática moderna, no idioma castelhano, de autoria de Antonio de Nebrija (TODOROV, 2003).

Ocorre que a superação do feudalismo, a reconfiguração das classes sociais e as transformações capazes de possibilitar ao capitalismo tornar-se hegemônico no mundo só poderiam ser obra de séculos de transição, por meio de arranjos inúmeros e contraditórios. A formação dos burgos, o aumento da circulação das mercadorias, os processos de transformação da sociedade civil, em sentido marxiano, exigiam nova forma política. Esta necessidade histórica se materializou mediante as monarquias absolutistas.

Para Marx (2014a), as grandes monarquias se formavam sobre a base da decadência das classes feudais em conflito – a aristocracia rural e os cidadãos. Ele apresenta, todavia, uma decisiva especificidade dessa forma política em solo hispânico frente a sua manifestação geral:

[...] en los otros grandes Estados de Europa, la monarquía absoluta se presenta como un centro civilizador, como la iniciadora de la unidad social. Allí era la monarquía absoluta el laboratorio en que se mezclaban y trataban los distintos elementos de la sociedad hasta permitir a las ciudades trocar la independencia local y la soberanía medievales por el dominio general de las clases medias y la común preponderancia de la sociedad civil. En España, por el contrario, mientras la aristocracia se hundía en la decadencia sin perder sus

privilegios más nocivos, las ciudades perdían su poder sin ganar en importancia moderna (MARX, 2014a, p.39-40).

Marx parte, então, para a investigação de quais movimentos reais entre as classes determinavam que o absolutismo hispânico não correspondesse ao “centro civilizador” capaz de fomentar a sociedade moderna, tal qual seus pares, mesmo apresentando semelhante forma política.

A lenta e tenaz luta contra a invasão árabe perdurou cerca de 800 anos, sendo a Península reconquistada desde pequenos territórios, mediante batalhas lideradas por nobres locais, que pós-vitórias se constituíam em reinos separados, com a posterior adoção de leis e costumes próprios. Por outro lado, as cidades também gozavam de certa vida, pois se constituíam em importante tática frente ao assédio mouro e, com as condições geográficas do sul da Península, mostravam-se favoráveis o comércio e a expansão marítima (MARX, 2014a).

O processo de transformação da monarquia feudal em absoluta, liderado por Carlos I, dessa feita, dava-se em meio a essa correlação de forças. Sua expressão e materialização ocorria nas Cortes, *lócus* de poder político onde os estamentos se reuniam. O primeiro grande choque interno desse processo ocorreu em 1520, quando a *Asamblea de las Cortes* se reuniu em *Tordesillas* e dirigiu ao monarca um repúdio contra os abusos da realeza. Este respondeu com a cassação dos direitos dos deputados partícipes, o que levou à guerra civil (MARX, 2014a).

Carlos I se ancorou no antagonismo entre nobres e cidadãos para isolar e derrotar a estes. Logo após, em novo conflito, em 1539, excluiu os nobres que exigiam o privilégio da isenção de impostos da participação nas Cortes, destituindo seu poder político. Por fim, o terceiro estamento constitutivo das Cortes, o Clero, “desde los tiempos de Fernando el Católico bajo la bandera de la Inquisición, había dejado de identificar sus intereses con los de España feudal [...]; se había transformado en el más poderoso instrumento del absolutismo” (MARX, 2014a, p.38).

Com isto, Carlos I preservou os privilégios econômicos da nobreza decadente, retirou incentivos das cidades, ocasionando a rápida perda de população, riqueza e importância dos espaços urbanos e promoveu uma unidade territorial sob a consigna do cristianismo e do absolutismo (RAMOS, 2012).

Se a Espanha se inseria no capitalismo mercantil, isto não se dava desde uma mudança em suas relações sociais. Ramos (2012) ressalta, também, que o

binômio Coroa e Santa Igreja adicionava à expulsão muçulmana a judia, o que desaguava em perda econômica das cidades, tendo em vista que, naquele momento, aos judeus cabia o papel de circulação de dinheiro (MARX, 2009) através de empréstimos e incipientes atividades de cunho capitalista, em período histórico em que tais atividades ainda se revelavam condenáveis.

Dessa maneira,

La expulsión de los musulmanes y judíos demostró que la unidad de España se realizaba ante todo en el plano espiritual, aunque debiera sufrir, como efectivamente sufrió, un grave daño en su desarrollo económico y social. Si se expulsó a moros y judíos, no se eliminó a la nobleza ni se establecieron realmente las condiciones para un desenvolvimiento de la producción capitalista, único cimiento, en dicho período, de la unidad nacional (RAMOS, 2012, p.44).

Entrementes, a Inglaterra concretizava passos em direção à acumulação primitiva de capital, desde a transformação da estrutura fundiária do campo, iniciada ainda no mesmo século XVI (MARX, 2013b), ao desenvolvimento da indústria. Enquanto a Espanha se destacava como potência do capitalismo mercantil, a Inglaterra fincava os alicerces para exercer a liderança no capitalismo industrial.

Este específico processo político, econômico e cultural de centralização pelo qual passava a Espanha, viu-se entrecortado pela conquista e colonização das Américas. Com elas, a monarquia visava à descoberta de ouro e expansão do cristianismo⁵⁵.

Desde uma Coroa débil, que não rechaçara os privilégios da nobreza e nem impulsionara uma nascente burguesia, a exploração econômica restou por cair em mãos particulares. Com orçamentos limitados, a monarquia hispânica optou por criar frágeis estruturas burocráticas e atribuir aos particulares o recolhimento de tributos. Tal empreendimento se deu sob liderança de castellanos e, *“los catalanes, es decir, el sector más burgués y moderno de España, se ven excluidos por la hegemonía castellana de toda intervención en América”* (RAMOS, 2012, p.66).

⁵⁵ Em sentido oposto, Mesa-Figueroa, Gisbert e Mesa-Gisbert (2008, p.84) afirmam que a monarquia espanhola não financiou diretamente as navegações, mas ao contrário, tratavam-se de *“una aventura de riesgo compartido en la que el dinero para barcos, caballos, vituallas y contratación de efectivos corría íntegramente por cuenta de los conquistadores”*. Os escritos de Colombo analisados por Todorov (2003), no entanto, proporcionam elementos para fundamentar a tese da participação direta da Coroa em tais incursões.

Não apenas catalães estavam aliados da empresa colonizadora, mas também *aragoneses*, *valencianos* e demais povos da Espanha em formação; os *castellanos* reservaram para si o monopólio das Índias. Seus nobres e latifundiários não participaram da conquista, mas seriam estes, no entanto, os que ocupariam os altos cargos da Coroa na colônia (RAMOS, 2012).

Neste fato, reside uma tensão que eclodiria séculos após, dentre as últimas décadas do século XVIII e primeiras do XIX; os anseios das classes dirigentes econômicas locais, enveredadas para a mineração ou o latifúndio, se revelariam cada vez mais conflitantes com os interesses realistas e seus representantes. O colonizador não era mais distinto apenas dos índios, como também se afastava de sua herança espanhola.

2.2 ELEMENTOS GERAIS DA FORMAÇÃO SOCIAL LATINO-AMERICANA: A CONFORMAÇÃO DE UMA AUTÊNTICA SOCIEDADE COLONIAL

A colonização inseriu o território conquistado em um longo processo de exploração, em favor de suas respectivas metrópoles e sob variantes que se alteravam de acordo com o contexto do capitalismo internacional.

A infinidade de povos indígenas anteriores à chegada do branco europeu se viu imersa no processo de expansão do capital. A partir do final do século XV, quando do contato com o colonizador, toda a reprodução social e dinâmica própria de desenvolvimento de tais povos teria sua rota particular alterada pelo novo momento mundial – em verdade o *primeiro* momento mundial - imposto pelo capitalismo europeu. A partir dali, as principais transformações ocorridas nestas terras não derivavam diretamente de processos próprios aos povos autóctones, mas restariam praticamente determinadas pelas mudanças do capitalismo internacional, da geopolítica global e das intervenções e ingerências de potências estrangeiras.

Quanto a isto, Florestan Fernandes (1998) compactou o histórico da formação social latino-americano em quatro grandes padrões de dominação externa. No primeiro deles, o colonial, gestou-se uma ordem social em que os interesses das Coroas e dos colonizadores pudessem ser institucionalmente preservados, o que tomou forma concreta mediante a

Transplantação dos padrões ibéricos de estrutura social, adaptados aos trabalhos forçados dos nativos ou à escravidão (de nativos, africanos ou mestiços). Assim, uma combinação de estamentos e castas produziu uma autêntica sociedade colonial, na qual apenas os colonizadores eram capazes de participar das estruturas existentes de poder e de transmitir posição social através da linhagem 'europeia'. [...]. Sob tais condições societárias, o tipo legal e político de dominação adquiriu o caráter de exploração ilimitada, em todos os níveis da existência humana e da produção, para o benefício das coroas e dos colonizadores (FERNANDES, 1998, p.96-97).

De início, os territórios colonizados foram alvo de todo tipo de pilhagem. Em período em que o comércio e a circulação de capital floresciam na Europa, metais preciosos eram saqueados a esmo. Com o transcorrer da colonização, as Coroas ibéricas organizaram, em geral, forças produtivas voltadas à mineração, agricultura e extrativismo. As relações de produção alicerçavam-se na escravidão ou, no caso hispânico, fazia-se uso preferencial de mecanismos assemelhados à servidão, como a *mita*, a *encomienda* e a *yanaconage*, os quais abordarei adiante.

Para atender aos interesses da realeza *pari passu* aos da nobreza hispânica e das elites locais, a sociedade colonial fincava seus pilares sob a exploração ilimitada do trabalho, a partir de um recorte étnico. Materializar-se-ia, portanto, uma conformação social – e as correspondentes contradições intrínsecas – específicas à sociedade colonial:

No caso das colônias espanholas (excetuando-se as das Antilhas), a estrutura social era bastante mais complexa do que a das áreas de escravidão negra. Os elementos metropolitanos ocupavam os cargos dirigentes do aparelho do Estado: Administração, Justiça, Exército e Igreja; os criollos (brancos nascidos na América) constituíam a classe que controlava os meios de produção (terras, minas) ou formavam uma burguesia mercantil, de ideologia liberal; as camadas médias eram compostas de produtores independentes (artesãos) ou assalariados urbanos, quase todos mestiços; a massa indígena formava o campesinato das grandes propriedades rurais, voltadas para uma economia de subsistência ou de exportação, ou os trabalhadores das minas (AQUINO; LOPES; LEMOS, 2000, p.165).

Esta particularidade mostrou maiores consequências nos territórios dos antigos impérios Inca, Asteca e Maia, cuja reverberação mais intensa se devia ao desenvolvimento distinto das forças produtivas e relações de produção no período pré-colombiano, levando, por um lado, a uma dimensão própria do entrelaçamento entre classe e etnia, e, de outro, a uma evolução distinta do campesinato submetido

à *encomienda* e *mita* em comparação aos escravos das *plantation* (AQUINO; LOPES; LEMOS, 2000).

Após três séculos de colonização e exploração ilimitada dos recursos naturais e, fundamentalmente, das nações e povos subjugados, o processo de acumulação primitiva de capital, favorecido também pelas transformações no campo promovidas pela Inglaterra em seu território e na Irlanda, mediante os *enclosures*⁵⁶, inaugurou um novo estágio do capitalismo.

Se o capitalismo mercantil reordenou o mundo entre os séculos XV e o XVIII, sua própria dinâmica interna levou à sua superação e reconfiguração econômica e geopolítica global. A transição de época, de modo de produção, capitaneada pela burguesia, não se deu – como não poderia deixar de ser – de maneira simultânea e sem percalços. Ao contrário, diversos foram os fatores e elementos concomitantes, em que, por vezes, a oposição não era apenas entre classes, mas entre classes dirigentes e dirigidas de nações com níveis distintos de desenvolvimento e inserção no novo modo de produção⁵⁷. A história da Espanha e suas colônias, no primeiro quarto do século XIX, insere-se nessa problemática.

Entre o final do século XVIII e princípios do século XIX ocorreu o que Hobsbawm (2011a) denominou, provavelmente ancorado em Engels⁵⁸, de revolução dual. A revolução industrial na Inglaterra e a revolução política na França ofereceram os pilares para a superação da velha ordem mercantil e dos persistentes resquícios feudais. Elas implicavam, antes de tudo, em uma reconfiguração das forças produtivas, relações sociais de produção e formas políticas correspondentes. A

⁵⁶ Para Roberto Smith, “O tratamento abstrato enquadrado numa totalidade dialética, onde a propriedade fundiária se constitui em pressuposto das relações capitalistas, tem sua mediação concreta baseada no fenômeno dos *enclosures* que se processam na formação histórica e social inglesa entre os séculos XVI e XVIII. Corresponde ao processo de destruição do campesinato, mediante o despojamento de seus meios de produção e de subsistência, e que fará aparecer a miserável figura do homem livre, mercador de sua força de trabalho, conduzida na história ao mundo ‘fantasmagórico’ da mercadoria” (SMITH, 1990, p.18). Ao emancipar politicamente o servo de sua relação de dependência, em verdade se estava entregando-o a sua própria sorte e recusando-lhe o acesso às terras comuns (MARX, 2013b).

⁵⁷ As obras de Marx sobre os movimentos das classes na França no período compreendido entre 1789 e 1871, que engloba desde a Revolução Francesa à Comuna de Paris, constituem uma primorosa análise sobre esse período de transição. Nesse sentido, sugiro a leitura de *Lutas de Classe na França, O 18 de Brumário e Guerra Civil na França*.

⁵⁸ Em *A situação da classe trabalhadora da Inglaterra*, Engels aponta que a revolução industrial teve para a Inglaterra a mesma importância que a revolução política para a França: “A revolução industrial teve para a Inglaterra a mesma importância que a revolução política teve para a França e a filosófica para a Alemanha, e a distância que separa a Inglaterra de 1760 da Inglaterra de 1844 é pelo menos tão grande quanto aquela que separa a França do Antigo Regime da França da Revolução de Julho. O fruto mais importante dessa revolução industrial, porém, é o proletariado inglês” (ENGELS, 2010, p.59).

acumulação mercantil cedeu passo à extração do valor na Inglaterra e, nesse ínterim, a “liberdade” e “igualdade” proclamadas na França constituíam necessidade para a venda da força de trabalho. Conformavam uma emancipação política (MARX, 2009) – e não humana – tão necessária ao fim das relações de servidão quanto à expansão do capital.

Nessa conjuntura, os territórios sob domínio das potências de outrora já não podiam resistir às novas transformações que varriam o mundo. Se a Inglaterra necessitava de novos mercados consumidores e do fim do monopólio colonial, as elites locais sul-americanas, alijadas da estrutura de governo local, contavam com o contexto internacional para se rebelarem.

À desagregação do sistema, todavia, persistiu um neocolonialismo, capitaneado pela Inglaterra, desde o controle das relações comerciais, conformando o que Florestan Fernandes (1998) classificou como o segundo padrão de dominação:

A manutenção do *status quo ante* a economia, com o apoio e a cumplicidade das ‘classes exportadoras’ (os produtores rurais) e os seus agentes ou os comerciantes urbanos. O esforço necessário para alterar toda a infra-estrutura da economia parecia tão difícil e caro que esses setores sociais e suas elites no poder preferiam escolher um papel econômico secundário e dependente, aceitando como vantajosa a perpetuação das estruturas econômicas construídas sob o antigo sistema colonial (FERNANDES, 1998, p.98).

O ingresso da Inglaterra nas terras coloniais remonta ao período de seu incipiente desenvolvimento, ainda em 1713, quando, pelo Tratado de Utrecht, teve acesso ao comércio do *Río de La Plata* por trinta anos (RAMOS, 2012). Tal tratado inauguraria as ingerências britânicas em solo latino-americano, sendo que, no século seguinte, restaria límpida a transferência de jugo da Espanha para a Inglaterra. A independência das colônias espanholas sempre esteve em seus cálculos da política externa e com ela contribuiu, seja com apoio militar ou reconhecendo de imediato as vitórias e declarações independentistas. Mais que isso, a Inglaterra agiu firmemente para assegurar a “balcanização” (RAMOS, 2012) da América Latina, evitando a criação de grandes Estados, conforme as áreas limítrofes dos *Virreinos*, e estimulando-a a partir dos interesses das dezenas de elites locais.

O gérmen desse processo, contudo, encontra-se nas transformações econômicas experimentadas na sociedade colonial. O declínio da mineração fez ascender os latifúndios e a regionalização econômica correspondeu à disputa pelo controle político local ou regional pelas oligarquias agrárias (AQUINO; LOPES; LEMOS, 2000).

Somados à heterogeneidade étnica e cultural do continente, estavam dadas as condições objetivas de surgimento de vinte novos Estados, em geral corroídos por séculos de colonização, bem como pelas perdas oriundas das guerras de libertação. À chantagem de assegurar a livre autonomia de tais territórios, os ingleses opuseram tratados comerciais para si favoráveis, como o assinado com a *Grand Colombia* (logo após a *Batalla de Ayacucho*), Buenos Aires e Brasil.

Se na Europa a forma república significava a vitória da burguesia na direção política da sociedade – e implicava no liberalismo como doutrina mestra orientadora e na compra e venda da força de trabalho desde a emancipação política (MARX, 2009) e fim dos estamentos – na América Latina, à nova forma política não condiziam transformações reais das forças produtivas e relações de produção herdadas do período colonial. Continuou-se com uma hierarquização rígida de entrelaçamento entre classe e etnia, e de produção de riquezas fundada na exploração ilimitada do trabalho e voltada para o estrangeiro. A dependência, ao longo do século XIX, permaneceu, porém com uma troca em um dos seus polos⁵⁹.

Florestan Fernandes, no tocante ao desenvolvimento dependente da América Latina, apontava ainda um terceiro e quarto padrões de dominação externa, posteriores ao período colonial e ao neocolonialismo inglês: o imperialista e o capitalista corporativo ou monopolista. Com o imperialismo, ocorreu um processo modernizante a partir da introdução de indústrias de bens de consumo, mecanização no campo e aumento das transações bancárias. Essa aparente modernização, entretanto, implicava no condicionamento e reforço externo das estruturas econômicas arcaicas, necessárias à preservação do esquema da exportação-importação, baseado na produção de matérias-primas e bens primários. Buscava-se, pois, “a transferência do excedente econômico das economias satélites para os países hegemônicos [...] formando o burguês complacente” (FERNANDES, 1998, p.100). Em terras latino-americanas, a classe burguesa assumia ares aristocráticos e

⁵⁹ Concretizados os processos de libertação, a Inglaterra somava 26.565.000 libras esterlinas emprestadas às novas repúblicas (RAMOS, 2012).

se mostrava acomodada à posição secundária no processo de acumulação de capital.

Tem-se, pois, que a América Latina, em seu contexto geral, não desenvolveu uma classe burguesa⁶⁰ em conflito e em superação às arcaicas aristocracias rurais. O que em cenário europeu revelou-se um conflito entre decadente e nova classe dominante, no continente das veias abertas mostrou-se como uma continuação, um prolongamento:

A classe latifundiária não conseguiu se transformar em uma burguesia capitalista, dirigente da economia nacional. A mineração, o comércio, os transportes, se encontram nas mãos do capital estrangeiro. Os latifundiários se contentaram em servir como intermediários a esse, na produção de algodão e açúcar. Esse sistema econômico manteve, na agricultura, uma organização semifeudal, que se constitui na maior dificuldade para o desenvolvimento do país (MARIÁTEGUI, 2010, p.47).

As reformas democrático-burguesas, tais como reforma agrária, expansão de direitos civis e políticos como o sufrágio universal, características dos países que superavam o feudalismo e o domínio nobre, no século XIX, em solo europeu, mostraram-se penderes na América Latina.

Por fim, quanto ao quarto período, caracterizou-se pela expansão das grandes empresas corporativas que se apoderaram de posições de liderança nos países latino-americanos através de “associação com sócios locais, por corrupção, pressão e outros meios” (FERNANDES, 1998, p.100). Florestan Fernandes alertava, todavia, que países como a Bolívia vivenciaram integralmente apenas as duas primeiras grandes fases de dominação, ao contrário de outros como Brasil e Argentina.

Os apontamentos de Florestan permitem uma análise da formação social latino-americana global e dialética, em que ela é investigada *pari passu* ao desenvolvimento do capitalismo internacional. Ressalto, por fim, que sua análise não alcança o período neoliberal, em que houve, em todo o continente, um aprofundamento da “acumulação por despossessão” (HARVEY, 2011), mediante a privatização de empresas nacionais, de recursos naturais e infraestrutura e medidas

⁶⁰ Aquino, Lopes e Lemos (2000) ressaltam, todavia, que, apesar do movimento de independência ter assumido caráter predominantemente aristocrático e rural, dirigido pelas oligarquias agrárias, em algumas áreas, como no Prata, o processo assumiu um caráter burguês e urbano, dirigido pelo grupo local mercantil.

diversas que implicavam a canalização das riquezas nacionais para a acumulação internacional.

Desse histórico, percebe-se que não houve um desenvolvimento próprio latino-americano. Seu frágil desenvolvimento das forças produtivas não advém, portanto, nem da “incapacidade” “natural” de seus habitantes, nem de faltar à América Latina “percorrer o caminho” das grandes potências; ou seja, copiá-las e fazer-se à imagem e semelhança do “mundo civilizado”.

Em verdade, seu atraso figurou como *necessidade* para o desenvolvimento do capitalismo em âmbito internacional, bem como o atendimento de interesses das elites locais. Por isto, a questão nacional se mostra presente ao longo da epopeia do continente, bem como intrincada às contradições de classe internas de cada Estado. Em solo latino-americano, o nacionalismo incorpora caráter anticolonial (MONTENEGRO-QUIROGA, 2003) e anti-imperialista (RAMOS, 2012), em que por vezes ambos se entrelaçam e se reafirmam.

A partir desse panorama geral da formação social latino-americana, passo a aprofundar as especificidades da colonização hispânica e seu rebatimento e consequências para a história social da Bolívia.

2.3 A COLÔNIA E A PARTICULARIDADE HISTÓRICA DO ALTO PERU

Analisei até o presente momento algumas características gerais do processo de formação social latino-americano. Apesar de todas as áreas de colonização de exploração restarem sob influências de tais condicionantes, a diversidade de povos, culturas, o desenvolvimento das forças produtivas, as condições geográficas proporcionaram peculiaridades múltiplas, em hipótese alguma menosprezáveis. Assim, as terras sob colonização hispânica apresentam especificidades frente à portuguesa e que concorrem para as condições concretas atuais distintas dentre os diversos países da América Latina, sobre as quais passo a discorrer.

2.3.1 Do período pré-hispânico: o estágio de desenvolvimento das forças produtivas e o primeiro contato com os exploradores

Antes da chegada dos colonizadores à América, existiam milenares nações indígenas, que apresentavam ampla diversidade étnica, cultural e de formas de

reprodução social, distribuídas pelo território do continente. Para a presente tese, importa destacar, de maneira panorâmica, aspectos distintivos das terras que hoje compõem majoritariamente a Bolívia frente aos demais territórios colonizados.

De acordo com Aquino, Lopes e Lemos (2000), as comunidades indígenas conformavam, em sua enorme maioria, sociabilidades com regimes de economia natural: havia uma divisão do trabalho segundo o sexo e a idade, sendo os produtos imediatamente consumidos e a troca rara ou ocasional⁶¹. Apresentavam, portanto, baixo desenvolvimento de forças produtivas, conformando sociedades sem Estado e classes sociais definidas. O núcleo básico de organização era, em geral, o *ayllu*, modelo organizativo comunitário e composto por indivíduos aparentados (AQUINO; LOPES; LEMOS, 2000).

Existiram, no entanto, três civilizações que apresentavam um desenvolvimento econômico muito distinto das supracitadas: astecas, maias e incas. Durante o período imperial incaico, territórios que hoje compõem Bolívia, Peru, Equador, parte do Chile, um setor do norte argentino, da Amazônia brasileira e até parte da Colômbia (RAMOS, 2012) estavam sob sua influência. O Império estava fincado na propriedade coletiva da terra e na divisão social do trabalho, em regime assemelhado ao modo asiático de produção (RAMOS, 2012. AQUINO; LOPES; LEMOS, 2000). Não conheciam moeda nem tributos e toda a produção era direcionada ao Estado que, em um sistema de redistribuição, deslocava os excedentes necessários à subsistência dos habitantes (MESA-FIGUEROA; GISBERT; MESA-GISBERT, 2008). Constituíam, todavia, “sociedades estratificadas complexas”, com a existência de escravidão e servidão dentre as relações de produção (BETHELL, 1990).

O Império Inca organizava-se em torno de um elaborado sistema administrativo, que se configurava na divisão em quatro grandes regiões. O *Tahantisuyo* – Terra das Quatro Partes – era composto por *Chinchasuyo*, ao norte, *Cuntisuyo*, a costa do pacífico, *Antisuyo* na selva e *Collasuyo* no Altiplano (MESA-FIGUEROA; GISBERT; MESA-GISBERT, 2008), cada uma delas subdivididas em

⁶¹ Marx ressalva que a tripartição de estágios históricos de desenvolvimento realizada pela Escola Histórica Alemã, através das categorias economia “natural”, “monetária” e “creditícia” não é a mais acertada, pois esta não destaca como traço distintivo o processo de produção e sim os modos de intercâmbio correspondentes a essa economia. Para ele, dever-se-ia falar de “economia de troca” (MARX, 2014b) já que se refere ao consumo imediato por parte dos produtores com trocas mínimas de produtos.

províncias e compostas, por sua vez, em certo número de *Ayllus* (AQUINO; LOPES; LEMOS, 2000).

Ao preservar-se a antiga administração dos povos conquistados – desde que estes aceitassem os padrões da dominação do império – os incas conseguiram manter sua hegemonia sobre grande número de povos de diferentes culturas e línguas – com prevalência do *quéchua* e *aimara*. Em perspectiva diversa, Mesa-Figueroa, Gisbert e Mesa-Gisbert (2008) atribuem a unificação cultural do império e o efetivo domínio inca aos *mitmas*, grupos que eram trasladados de um território para outro, de acordo com os interesses do Estado.

De qualquer maneira, em todo o território imperial desenvolveu-se uma sociedade de classes sob monarquia teocrática. O imperador, como descendente direto do deus Sol, posicionava-se no topo da pirâmide. Logo após ele, havia uma aristocracia administrativa e religiosa. Artesãos, militares, contabilistas e escravos formavam uma camada social heterogênea (AQUINO; LOPES; LEMOS, 2000). Por fim, a base daquela sociedade compunha-se da grande massa de camponeses, integrada aos *ayllus*, que, para além da agricultura em regime de trabalho coletivo, estavam expostos à *mita*, que se constituía na “obrigatoriedade de fornecer trabalho gratuito nas obras públicas (construção de templos, canais de irrigação, estradas, etc.) e nas minas” (AQUINO; LOPES; LEMOS, 2000, p.71).

Concordo, contudo, com Mariátegui (2010) ao sublinhar o trabalho coletivo e a inexistência da propriedade privada em tal Império. A maior parte do excedente do trabalho, por outro lado, destinava-se à reprodução social daquela sociedade e não à acumulação privada. Revela-se coerente, portanto, daí aduzir que a preservação do comunitário neste modelo de sociabilidade conforma uma característica distintiva e que se mostrará presente até os dias atuais.

Ao conhecerem os ibéricos, os ameríndios se organizavam, pois, nestes dois “modelos” de sociedades: as de economia natural e as de desenvolvimento mais complexo (AQUINO; LOPES; LEMOS, 2000). A forma de se relacionar com essas distintas realidades implicou em opções colonizadoras específicas, desde a perspectiva das melhores condições para a circulação do capital mercantil.

Na América tropical e subtropical, os europeus implementaram o sistema de *plantations*, com atividades monocultoras voltadas à exportação, e fundado no trabalho escravo negro. Diversos foram os motivos que confluíram para esse caminho: a inexistência de sociedades densas e estratificadas, com larga exploração

do trabalho humano antes do advento da colonização, a resistência indígena em se subjugar a esse regime, o intuito dos capitalistas mercantis de acumular via tráfico de escravos, bem como a localização geográfica de tais áreas. Nelas, subjugar negros mostrava-se mais rentável que o uso em larga escala de povos indígenas, bem como se abria novo canal de acumulação mercantil.

Nas regiões sob domínio anterior dos Impérios inca, maia e asteca, observa-se a adoção de outra opção exploratória:

Nas áreas onde o modo de produção asiático era dominante – México, países andinos –, os interesses do capital mercantil e da política mercantilista foram grandemente favorecidos pela descoberta de valiosas reservas de ouro e prata, e um modo de organização coletiva do trabalho indígena que possibilitava adaptar-se ao tipo de exploração colonial que os europeus desejavam empreender na América. Não foi necessário organizar *plantations*, nem tampouco importar mão-de-obra africana. Bastou adaptar instituições da Europa feudal, como a *encomienda*, às formas de servidão coletiva existentes na América antes da chegada dos europeus. A servidão do índio *encomendado* não era a de um indivíduo, mas de uma comunidade inteira, que era concedida a *encomenderos*, mediante *repartimientos*, isto é, contingentes de índios para serem utilizados como mão-de-obra na agricultura (AQUINO; LOPES; LEMOS, 2000, p.86).

Tais nações indígenas apresentavam grandes povoados e produção de excedentes. As forças produtivas até então desenvolvidas permitiam que reis e altos elementos da administração e do clero gozassem da condição de não produzir. Os espanhóis, perante estes impérios, eliminaram o topo das pirâmides sociais e adaptaram os sistemas laborais existentes (BETHELL, 1990), do trabalho voltado ao comunitário para sua exploração, agora em níveis ilimitados, destinado à acumulação particular. A conquista e a colonização, nesse caso, fincaram seus pilares na subjugação de amplas camadas indígenas.

Logo após o período imediato à conquista e à pilhagem, a acumulação de capital mercantil pelos hispânicos construiu bases não apenas no saqueio via mineração, mas no reordenamento de sistemas de trabalho e tributários, recuperando e transformando experiências da Baixa Idade Média e pré-colombianas, que conformariam um *modus* de circulação de riquezas desde a exploração indígena. A reprodução social na colônia e a circulação de capital mercantil repousaria na criação de relações de produção e de tributos voltados

especificamente à espoliação de indígenas. Estes se constituiriam no motor da sociedade colonial andina pelos séculos vindouros.

2.3.2 A conformação da sociedade colonial no Alto Peru: o entrelaçamento entre classe e etnia

Os distintos estágios de desenvolvimento das nações indígenas, em paralelo às condições ambientais e climáticas dos territórios, contribuíram para diferentes escolhas quanto ao modelo de colonização. Ao mesmo tempo em que a sociedade colonial era algo novo e distinto das sociabilidades anteriores – não se configurava nem como escravismo clássico, nem como feudalismo europeu (AQUINO; LOPES; LEMOS, 2000) – específicos padrões de exploração foram empregados, de acordo com os interesses de cada Coroa, e com as condições econômicas, culturais e geográficas de cada região.

Nos Andes, os espanhóis extasiaram-se com a grandeza do Império Inca:

La cordillera de los Andes constituye la espina dorsal de Sudamérica. Sus cadenas centrales y el altiplano fueron el corazón del Imperio Inca. En gran parte, ésta mantuvo el mismo rol dentro del dominio español a lo largo del período colonial, merced a sus enormes depósitos auríferos y abundante disposición de mano de obra indígena (BETHELL, 1990, p122).

Em verdade, a colonização ascendeu para regiões de frio intenso e ar rarefeito somente devido à abundância das minas (MARIÁTEGUI, 2010). Nestes territórios, nas primeiras décadas de exploração, os hispânicos valeram-se especialmente da pilhagem. Palácios, ornamentos e metais preciosos eram saqueados de maneira virulenta. Em paralelo, foram desenvolvidas as condições para o início e a consolidação da mineração como principal atividade econômica da Colônia. Martínez-Peláez (1994, p.30-31) destaca, contudo, que a sujeição econômica é o momento da consolidação da conquista:

[...] los indios no estuvieron sujetos y dominados mientras no se les despojó de sus fuentes de riqueza – apropiación de sus tierras – y le les sometió a esclavitud. Vale decir que la lucha armada fue solamente un medio, un recurso para llegar al sometimiento económico, y que este último fue el momento decisivo de la conquista. Y aun puede demostrarse que la evangelización fue una

tercera fase: sometimiento ideológico, necesario, al igual que la fase militar, para la consolidación de la conquista económica (p.30-31).

Sob as mãos de terceiros, a Coroa irrigava seu orçamento não com a exploração direta da atividade econômica, mas via sua delegação para particulares, imbuídos da autoridade real. Em paralelo à atividade mineradora, surgiram latifúndios, amiúde próximos às áreas extrativistas ou dos centros urbanos (BETHELL, 1990).

Relações de produção hierárquicas existentes desde a era pré-colombiana foram ressignificadas, a partir da adequação dos institutos da *encomienda* e da *mita*, bem como das experiências do feudalismo espanhol. A relação de produção servil, portanto, fora trasladada para a colônia, entretanto, adaptada às condições de reprodução social preexistentes à chegada ibérica. A servidão individual, típica do feudalismo europeu, aqui se manifestou coletiva, comunitária. Sua ressignificação implicava em outro padrão de apropriação do excedente do trabalho, agora voltado à acumulação mercantil e não mais reprodução social da comunidade.

A *encomienda*, em sua versão latino-americana, constituía-se no trabalho coletivo servil de uma comunidade indígena para um particular enquanto este vivesse e imbricada de fins catequizantes. Os *encomiendados*, devido à superioridade militar frente aos indígenas e exercendo “seus direitos” derivados da vitória “em guerras justas”, subjugavam toda a comunidade conquistada. Os indígenas prestavam trabalhos forçados ou pagavam tributos, enquanto que aos *encomiendados* competia iniciar-lhes à fé católica e pagar tributos à Coroa (AQUINO; LOPES, LEMOS, 2000). Para Martínez-Peláez (1994, p.63):

La encomienda primitiva fue eso: una manera de disimular, bajo el pretexto de que se entregaba a los indios para cristianizarnos, el hecho de que se los repartía para explotarlos hasta la aniquilación. La esclavitud que se escondía tras el repartimiento y la encomienda primitivos no estaba, pues, legalmente autorizada (p. 63).

Ocorre que esta relação social de produção, se inicialmente livrou a Coroa de maiores dispêndios com a Conquista, proporcionava concentração de poder econômico e político em mãos de *criollos*, e não da Coroa. Martínez-Peláez (1994) aduz que os protestos de ordens religiosas em favor de indígenas – liderados pela de Santo Domingo, a mais próxima dos interesses do reinado – e as mudanças nos

institutos de exploração do trabalho dos nativos, advieram da luta aberta entre Coroa e *criollos* em relação à apropriação dos excedentes do trabalho indígena.

A Metrópole, então, impulsionou a substituição da *encomienda* pela *mita*. Se, no período incaico, a *mita* estava destinada à reprodução da vida em comunidade, sua readaptação se deu sob bases completamente distintas e se transformou no principal modelo de exploração do trabalho indígena e acumulação de capital do período colonial. Os recrutamentos compeliavam povos inteiros, que experimentavam por vezes a interrupção de sua agricultura ou mesmo a perda de suas reservas, transportadas nas viagens que poderiam durar até dois meses (BETHELL, 1990).

O mais extenso, organizado e famoso dos recrutamentos forçados se sucedeu em *Potosí*, cuja mina *Cerro Rico* ainda hoje impressiona a turistas, aturcidos em conhecer mineiros com expectativa de vida que não ultrapassa os sessenta anos⁶². A *mita* era empregada especialmente nas áreas de grande povoamento e organização prévia indígena. Estima-se que em torno de 50 mil pessoas entravam e saíam de *Potosí* todos os anos.

Ao contrário da *encomienda*, nesse sistema de exploração de força de trabalho os índios recebiam alguma remuneração e não havia o dever, por parte dos que os subjugavam, de arcar com a sua reprodução social. Como consequência, “*el mitayo recibía un trato – como cuando se le incluía en una transacción comercial – de un semiesclavo, a la vez que se le privaba de los beneficios materiales de la esclavitud y de la exención de impuestos*” (BETHELL, 1990, p.68). A abolição oficial da *mita* viera a ocorrer somente em 1812, o que não implicou em sua extinção, assim como persistiram outras relações de produção assemelhadas à condição servil – *encomienda*, escravidão.

Outra relação social de produção do Império Inca ressignificada pelo colonizador se denominava *yanaconage*. Naquela sociedade indoamericana, havia alguns plebeus dependentes de nobres que não participavam diretamente nos direitos e obrigações gerais da comunidade. Para Bethell (1990), *yanaconas* acreditavam que uma dependência pessoal e direta a espanhóis seria mais benéfica que a servidão indireta da *encomienda*. Ao assumir uma gama de funções na

⁶² Em um apertado local da mina de Cerro Rico, parávamos para ouvir o guia. Após relatar a história da exploração indígena naquele local, voltou-se para um senhor que escavava abruptamente. Disse que ele era o mais antigo da mina. No geral, todos morriam antes, não passando a expectativa de vida dos 60 anos. Como ato de “solidariedade”, compartilhávamos com o mineiro um *trago* que o guia nos orientara a comprar. Somado à coca, lhe possibilitava resistência ao frio, à fome – lá entrando, não se sai para descanso físico e alimentar – e ao cansaço.

sociedade colonial e começarem a receber salários, tais índios transformaram-se nos primeiros trabalhadores assalariados. Bethell (1990) defende que, a partir de fins do século XVI, os trabalhadores assalariados, por mais que mal remunerados, tornariam-se maioria nas minas. Todavia, a literatura de história consultada não confirma essa hipótese, bem como em sua própria obra, Bethell a relativiza, demonstrando que em geral se incorria em servidão por dívidas.

As supracitadas relações de produção coloniais terminavam por gerar uma sociedade colonial com especificidades frente a outras experiências no continente. Nela, ergueu-se uma rígida divisão social, com fundamento na exploração ilimitada do trabalho, segundo a cor da pele. No topo, estavam os *chapetones* ou *guachupines*, brancos nascidos na Espanha e que ocupavam altos cargos da Administração. À frente dos meios de produção, detentores do latifúndio e da exploração mineira, todavia aliados do poder político, os *criollos*, brancos nascidos na América. As grandes massas estavam compostas por mestiços, filhos de brancos com indígenas, e os indígenas na base da pirâmide social. Ramos destaca que:

Por lo demás, el mestizo será llamado criollo con el tiempo, y según sean sus caudales y legitimidad de filiación, estará integrado a clases económicamente privilegiadas, aunque persista para él la segregación de la vida política. El criollo ilegítimo o desprotegido será 'mestizo' y vegetará en las capas profundas y expoliadas de la sociedad colonial (RAMOS, 2012, p.78).

A formação social da sociedade colonial, portanto, implicava em contradições internas que se desenvolveriam ao longo do período colonial. Primeiro, os interesses dos *criollos*, apartados do poder político, iriam cada vez mais afastar-se dos da Coroa. Ademais, mesmo com a mortandade de indígenas expostos às mais ríspidas condições de exploração, as escolhas produtivas para aquela região exigiam algum nível de preservação do contingente populacional nativo. A *mita* só era possível com a exploração concomitante de grande quantidade de indígenas. Por outro lado, ela era facilitada se realizada a partir da subjugação da comunidade e não pela arregimentação de maneira dispersa e aleatória.

Essa conformação levou a um aspecto quantitativo e qualitativo distintivo frente aos demais processos de colonização. Assim como na sociedade capitalista a divisão do trabalho e das funções equivale a algo superior à simples soma dos seus componentes, ou seja, implica em determinada totalidade (GRAMSCI, 2006), a

existência desses povos como amplas maiorias possibilitou-lhes preservar e desenvolver mecanismos de autorreprodução, autogoverno e preservação parcial de seus vínculos identitários em termos de território, língua, cultura, bem como mecanismos de resistências à espoliação forânea⁶³.

Para além das relações sociais de produção adotadas, a opção de urbanização também veio a enrijecer a estratificação social.

O objetivo central espanhol quanto ao povoamento residia na conformação de “duas repúblicas”, uma para espanhóis e outra para indígenas. Ao promover uma urbanização forçada, os espanhóis apropriavam-se dos campos abandonados pelos indígenas e, pouco a pouco, formou-se o binômio latifúndio-grande cidade (BETHELL, 1990). Ocorre que, de certa maneira, essa opção colidia diretamente e contribuía para desagregar a forma pré-colombiana fundada nos Ayllus e na organização por parentesco e comunitária.

A ideia da segregação étnica, consubstanciada no princípio das “duas repúblicas”, materializava-se em cidades biétnicas ou em sistemas com um lugar central e seus satélites. Ademais, Bethell (1990) se vale de dados do *Diccionario de America* de 1789 para respaldar a suposição de que brancos e mestiços estavam predominantemente no meio urbano, enquanto indígenas no ambiente rural. Afirma, todavia, que, com o transcorrer da colonização, a ideia da segregação começou a ruir e houve certa mestiçagem, levando à perda de identidade dos integrantes das diversas nações indígenas com

Los variopintos atributos de sus grupos étnicos, y habían pasado a engrosar el estrato común de los ‘indios’. De forma similar, los variados fenotipos de las castas posteriores dejaron de ser socialmente significativos, para ser absorbidos indistintamente bajo la denominación de ‘plebe’. En ambos casos, la homogeneización de los desposeídos señalaba el fracaso del viejo ideal eclesiástico y jurídico de la ‘incorporación’ social. El sentido de clase era un común sentimiento entre desheredados, antes que un sentimiento de participar en una causa común (BETHELL, 1990, p. 36).

⁶³ Entre os séculos XVIII e XIX os levantamentos populares revelam-se eminentemente indígenas: em 1780, Tupak Amaru II se reivindicava herdeiro direto do líder inca Tupak Amaru e promovia uma rebelião na região onde atualmente se encontra Cuzco; em 1871, Tupak Katari reivindicaria a sublevação de Amaru e, ao lado de Bartolina Sisa, promoveria outro importante levante indígena nos Andes. Em 1899, Willka Zárate constituiria um exército e governo autônomo indígena que, derrotado, redundaria na fragmentação do movimento político indígena (SADER; JINKINGS, 2006).

O trabalho de campo desenvolvido para a presente tese, ao longo do primeiro semestre de 2014, corrobora com a análise do rural como *locus* principal do indígena boliviano na formação social daquele país, mesmo após o período colonial e as transformações subsequentes. Os camponeses, sejam os oito mil que participavam do congresso de camponeses das federações de Cochabamba⁶⁴ ou lideranças da CSUTCB ou da *Confederación Nacional de Mujeres Campesinas Indígenas Originarias de Bolivia – Bartolina Sisa* (CNMCIQB-BS), com as quais desenvolvi constante contato, eram indígenas – quéchuas, aimarás. Não é possível dissociar a questão indígena da questão da terra. O “índio originário” do “camponês”. Por outro lado, no meio urbano, há uma perceptível influência mestiça. Determinadas frações intermediárias da classe trabalhadora, como profissionais liberais, taxistas, corretores de imóveis, ambulantes apresentam traços indígenas, porém, por vezes, situam-se dissociados dos laços identitários e, até, em oposição a eles⁶⁵. Outros tantos se veem como indígenas, mas não mantêm os fortes laços da organização indígena, seja em termos de *Ayllus*, sindicalismo rural ou de pertencimento a determinado povo/nação.

A tese de Bethell (1990, p.174) de que a rigidez das castas foi se diluindo e se configurou uma distinção “más amplia entre ‘gente decente’ y plebe”, ou seja, de que os laços que unem as diversas frações das classes subalternas se encontram na ausência de posses, deve ser sopesada. O específico dessa formação social não é a bipolarização, por mais que ela exista, assim como em quaisquer sociedades de intensa desigualdade social, mas que, no seio do espectro popular, amplas parcelas se reconhecem em suas particularidades – como camponeses originários, indígenas de determinada nação, mineiros, etc.⁶⁶.

⁶⁴ No supracitado *XVI Congreso de la Federación Única de Trabajadores Campesinos de Cochabamba*.

⁶⁵ Não foram poucas as manifestações de racismo presenciadas ao longo daqueles quatro meses. Como exemplo, em determinado episódio, um taxista relatava que inexistia preconceito até a chegada de Evo ao governo. Após isso, os camponeses teriam passado a querer “demais” e o conflito se instaurou. Em outra oportunidade, ainda mais exemplar, a corretora que me locou um imóvel em La Paz, durante a pesquisa de campo, levantou uma série de apontamentos quando da avaliação de devolução do mesmo. Como não apresentavam muita razoabilidade e a convivência houvera sido de laços quase maternos, a interpelei. Então, terminou por afirmar que, naquele apartamento, transitara “todo tipo de gente”, referindo-se às lideranças de movimentos sociais e do MAS-IPSP que por lá se alojavam quando necessário.

⁶⁶ Logo em princípios do campo, me chamou a atenção o uso de chapéus pelos indígenas, especialmente as mulheres. Em Santa Cruz, não era algo constante, apesar do que, quando as via, necessariamente as identificava como indígenas. Em La Paz, ao contrário, conformavam a maioria – exceto na zona sul, onde não via indígenas pelas ruas e me vem em mente apenas uma indígena “guardadora de carro”, ofício esse que não vi se repetir ao longo da estada. Somente quando da

A criação de laços identitários, decorrentes do histórico de opressão, não autoriza a reflexão de que as mais de três dezenas de nações indígenas, bem como o campesinato e os setores obreiros tenham perdido esses elementos. A possibilidade de ação política da plebe, de criação de um sentimento comum e laços identitários – o que García-Linera (2010) denominou de “potência plebeia” – apontada por Bethell (1990) como existente desde o final do período colonial, indica que o campesinato indígena, os indígenas originários e as frações das classes subalternas mais organizadas conseguiram em certos momentos influenciar e dirigir moral e politicamente a parcelas de mestiços e setores desorganizados. No período imediatamente anterior ao das lutas de libertação e durante estas, por vezes essa potencialidade se manifestava. Um fato histórico que descontrói a ideia da dissolução identitária ao redor da plebe foi o levantamento de mais de 60 mil índios em cerco à La Paz, sob liderança de Tupak Katari.

Adentrei em aspectos da particularidade boliviana no tocante ao período colonial, mas se faz necessário destacar algumas determinações do período das lutas de libertação e que tiveram implicância para a nascente República da Bolívia.

2.4 CONDICIONANTES INTERNOS E EXTERNOS DOS PROCESSOS DE INDEPENDÊNCIA DAS COLÔNIAS HISPÂNICAS

O capitalismo mercantil transformou o outrora “estático” continente Europeu. Desde o século XV, nasciam Estados nacionais, burguesias ocidentais consolidavam seu poderio econômico, e o comércio atingia a escala mundial. O feudalismo cedia passo para mudanças na economia, nas ideias e nas formas políticas de organização societária. A ebulição desses séculos seria apenas o prenúncio do que estaria por vir com a revolução industrial e o domínio burguês na política.

participação no congresso camponês de Cochabamba identifiquei que os chapéus atendiam a determinado padrão. Enquanto os de La Paz possuíam copa alta – proporcionando ao observador a permanente impressão de uma queda iminente – e abas curtas, os de Cochabamba dispunham de copas baixas e abas largas, com infinitudes de arranjos e colorações. Posteriormente, descobri que as abas largas protegiam as camponesas do sol mais intenso de Cochabamba e demonstravam pertencimento ao povo quéchua, bem como os chapéus de La Paz aos aimarás. Por outro lado, mulheres da organização Bartolina Sisa se adornavam com o azul – cor da organização, bem como uma das cores do MAS-IPSP – enquanto operários participavam de atos com seus capacetes de mineiros.

Condicionantes externos, relativos às transformações pelas quais passava o capital, e internos, referentes às contradições inerentes às relações entre metrópole e colônia, canalizar-se-iam para sepultar o capitalismo mercantil e sua ordem colonial.

A virada do século XVIII para o XIX experimentaria a superação do capitalismo mercantil pelo concorrencial. A revolução dual acarretaria um lapso temporal de disputa fratricida entre classes, frações de classe e Estados Nacionais para, apenas após décadas, consolidar-se a vitória burguesa frente à nobreza e ao proletariado. Para Hobsbawm,

A grande revolução de 1789-1848 foi o triunfo não da 'indústria' como tal, mas da indústria capitalista; não da liberdade e da igualdade em geral, mas da classe média ou da sociedade 'burguesa' liberal; não da 'economia moderna' ou do 'Estado moderno', mas das economias e Estados em uma determinada região geográfica do mundo (parte da Europa e alguns trechos da América do Norte), cujo centro eram os Estados rivais e vizinhos da Grã-Bretanha e França (HOBSEAWM, 2011a, p. 20).

Mas, para além das revoluções política, na França, e industrial, na Inglaterra, quanto às influências externas, a dramaticidade dos acontecimentos na Espanha, do primeiro quartel do século XIX, também provocou rebatimentos na colônia. O país hispânico não era mais a potência de outrora; enquanto Inglaterra prosseguia em sua revolução industrial, a preservação de elementos da ordem feudal impedia a Espanha de realizar-se como nação capitalista moderna.

Fragilizada, em 1808, sofreu a invasão de Napoleão, o qual destronou a Fernando VII (ECHAZÚ-CORTÉZ, 2010). Frente ao poderio militar do invasor, as classes dirigentes ibéricas – a aristocracia, a dinastia, o alto clero e os setores liberais – capitularam, enquanto “*exhortaban al Pueblo a someterse al intruso extranjero*” (MARX, 2014a, p.45). Todavia, o exército, camponeses e demais setores populares ergueram resistência (RAMOS, 2012). Principiava-se um duradouro conflito que tornaria o elo entre metrópole e colônia ainda mais tênue.

Nos planos de Napoleão estava o intuito de delegar novo rei à Espanha, bem como uma Constituição. Dessa maneira, um grupo de 91 espanhóis de “máxima distinção” (MARX, 2014a) referendavam tal Carta. O domínio francês sobre a quase totalidade do território espanhol e a capitulação de Fernando VII, levou este a estabelecer uma *Junta Suprema de Gobierno*. Esta desapareceu rapidamente e as

idades sublevadas criaram, de maneira autônoma, Juntas próprias, subordinadas às capitais das províncias. Se a composição das Juntas se deu mediante o sufrágio universal, a debilidade popular era tão profunda que foram eleitos em geral seus “*superiores naturales*”, ou seja, “*las Juntas se vieron llenas de gentes elegidas en virtud de la posición que antes ocupaban y muy distantes de ser jefes revolucionarios*” (MARX, 2014a, p. 52-53). Assim mesmo, a alta nobreza, anteriormente capitulada frente a Napoleão, perante os avanços populares, decide ingressar na luta pela soberania espanhola.

Sob cerco militar, as Cortes da Espanha e da América hispânica, desconhecendo a Carta napoleônica, reivindicaram poder constituinte. No decorrer do processo constitucional, percebia-se a divisão entre *liberales*, *serviles* e *americanos*. No tocante à relação Metrópole-Colônia, os representantes das Índias arguíam pela construção uma igualdade plena entre metrópole e colônia, ou seja, pela incorporação das colônias ao Estado espanhol, com iguais direitos entre cidadãos nascidos na península e no além-mar.

Consubstanciou-se, então, a Constituição de Cádiz de 1812. Marx a descreve como “*un producto original de la vida intelectual española que resucitaba las antiguas instituciones nacionales, introducía las reformas reclamadas abiertamente por los escritores y estadistas más eminentes del siglo XVIII*” (MARX, 2014a, p. 98). No entanto, ocorre que a mesma não encontrou substrato nas condições concretas da sociedade civil espanhola e viria a perecer. Para o fundador da filosofia da práxis,

La Constitución de 1812 llevaba fuertemente impreso aquel mismo sello de impracticabilidad que tanto caracteriza a todas las cartas constitucionales bosquejadas originalmente por naciones modernas en su época de regeneración. Son impracticables en la época revolucionaria a la que deben su origen, y no por este u otro párrafo, sino simplemente por su naturaleza constitucional. Están fuera de lugar en la época constitucional por hallarse impregnadas de grandes ilusiones, inseparables del nacimiento de la regeneración social (MARX, 2014a, p. 122).

A Constituição de Cádiz extinguiu a *mita* e os *repartimientos*, todavia, quanto aos direitos políticos, concedia-os apenas aos *chapetones*, espanhóis que na colônia residiam.

Analisando o conjunto dos processos políticos espanhóis, o de 1808 a 1814, o de 1820 a 1823 e o de 1834 a 1843, em momento posterior à derrota proletária

francesa, em 1848, Marx apontava que as revoluções na Espanha eram mais prolongadas e menos intensas que as francesas. Ademais, “*todas las guerras de independencia sostenidas contra Francia tienen en común la impronta de la regeneración unida a la impronta reaccionaria; pero en ninguna parte tanto como en España*” (MARX, 2014a, p. 48). Em curto lapso temporal, aquela Carta que prometia reformas chocava-se, no entanto, com as condições concretas hispânicas e viu-se descartada logo a seguir. Sob aquela conjuntura, qualquer “*constitución política tiene que desvanecerse como un fantasma al menor contacto con la vida real*”⁶⁷ (MARX, 2014a, p. 73). E a restauração conservadora se fez com o retorno da monarquia.

As transformações políticas e econômicas vivenciadas na Espanha e na Europa refletiriam no continente americano. Denominado “*Movimiento Juntista*”, foram vários os levantamentos pós-invasão francesa, entre 1809 e 1811, em geral sob pretexto de lealdade a Fernando VII e de contestação à ocupação do território espanhol, mas que, na prática, terminava por desconhecer a autoridade da Espanha – Sucre (25/5/1809), La Paz (16/07/1809), Quito (10/08/1809), Caracas (19/04/1810), Buenos Aires (25/05/1810), Bogotá (20/07/1810), México (16/09/1810), Santiago (18/09/1810), Asunción (15/05/1811), San Salvador (05/11/1811), dentre outras (ECHAZÚ-CORTÉZ, 2010).

Como registrei anteriormente, com o decorrer da exploração colonial, a contradição entre os proprietários dos meios de produção, *criollos*, e os detentores do poder político, a Coroa e sua burocracia instalada na colônia, foi se desenvolvendo. Como não ocupavam cargos na Administração, atribuídos a espanhóis enviados pela Coroa, do ponto de vista econômico, o monopólio comercial em nada lhes favorecia, as dissensões foram se agravando. A tributação, o comércio adverso, as ofertas inglesas, as recorrentes crises econômicas decorrentes de flutuações quanto às matérias primas de exportação, constituíam elementos que geravam tensão entre os dois polos.

A postura dos liberais de Cádiz, de defesa de uma emancipação política parcial, portanto, figurou como impulso aos *criollos* para as lutas de libertação

⁶⁷ A reflexão marxiana sobre o processo político espanhol e a Constituição de Cádiz oferece subsídios à compreensão – para além das influências imediatas no tocante às lutas de libertação latino-americanas – da singularidade das lutas em cada formação social – ao diferenciar o histórico espanhol do francês – bem como quanto à inafastabilidade da esfera jurídica para com as concretas relações sociais que a impulsionaram. Em se tratando de um momento revolucionário, de grandes transformações, intensifica-se a possibilidade de descompasso entre o texto legal e as mudanças nas correlações de forças na sociedade.

(RAMOS, 2012). Os conflitos, inicialmente de repúdio à intervenção francesa e em “defesa do rei”, tomam outra significação, de superação da ordem colonial. Entrementes, o bloqueio continental de Napoleão às frotas inglesas e a necessidade de mercado consumidor para a brusca ampliação de sua produção, também confluíam para o rompimento da ordem colonial.

Nessa conjuntura em que a Espanha revelava-se econômica e militarmente fragilizada, e a Inglaterra incentivava e promovia a autonomia, os levantamentos na América em busca da derrocada colonial perdurariam quinze anos, até a independência completa de todo território sob domínio hispânico.

Apesar da posterior cisão em diversos Estados nacionais, a guerra anticolonial foi concomitante em todo o território sob jugo espanhol. Após os primeiros anos de conflito, a polarização das forças opostas se conformou em dois lugares principais e distantes entre si: no *Virreinato de Lima* concentraram-se as forças coloniais e no *Virreinato de La Plata* (especialmente Buenos Aires) as independentistas⁶⁸. O longo período de guerra de libertação foi acompanhado de avanços e recuos das tropas independentistas e das realistas em todo o território, outrora sob domínio único espanhol. Nesse diapasão, as terras que hoje compõem a Bolívia revelavam-se estratégicas para o combate: em uma guerra continental, o Alto Peru converteu-se em uma muralha para os realistas que não conseguiam derrotar a persistente guerra de guerrilhas para alcançar Buenos Aires.

Comandados por *caudillos* guerrilheiros, índios e mestiços⁶⁹ encamparam inúmeros enfrentamentos entre 1810 e 1825, período durante o qual as cidades do *Alto Perú* eram em geral dominadas pelos espanhóis e o campo pelos independentistas (ECHAZÚ-CORTÉZ, 2010). Naquele interregno, também no tocante à participação das castas houve alterações. No início dos levantamentos, parcelas expressivas de índios e mestiços não se somaram à luta independentista ou mesmo cerraram fileiras do lado realista. Para eles, a exploração se materializava na figura do *criollo* local e não na da longínqua realeza.

68 Até a criação do *virreinato del Río de la Plata*, em 1776, a *Audiencia de Charcas*, terras da atual Bolívia, estava subordinada ao *Virreinato de Lima* (RAMOS, 2012). Quando, em Buenos Aires, se depõe ao *virrey* Cisneros, devido à dissolução da *Junta de Sevilla* pelos franceses, a *Audiencia de Charcas* decide por retornar ao *Virreinato de Lima*.

69 Para além de vários *caudillos*, como Padilha, Muñecas, Arze, Camarago, Lanza, cabe ressaltar a participação do líder índio Juan Manuel Cáceres, bem como do cacique Pumakahua (que era realista e após se voltou contra os espanhóis), no processo de independência (ECHAZÚ-CORTÉZ, 2010).

Do bloco independentista, destacaram-se as lideranças de San Martín, comandando as tropas gaúchas, e Bolívar, à frente das colombianas. Após o retorno deste do Haiti, emancipado por *Pétion*, a emancipação política de mestiços, índios e negros tornou-se programa da libertação. Em consequência, a maioria destes adere aos exércitos sublevados.

Ao passo que a localização conferiu ao *Alto Perú* o trunfo de impedir aos realistas retomar o controle do continente, o pôs em situação desfavorável frente às lutas pela libertação. Por estar ao centro dos polos onde as forças se recompunham, encontrava-se sempre exposto ao conflito permanente, levando à dizimação de seus guerrilheiros e sua economia. Para Viaña⁷⁰ (Informação verbal), também concorreu para este cenário o interesse espanhol em não perder a fonte de riqueza em que se constituía a exploração mineira nesta região.

Pelo mesmo motivo, dentre todos os novos Estados, por mais que esta região tenha sido a pioneira nas sublevações – ainda em 1809 – terminou sendo a última a se tornar independente. Após triunfos dos exércitos argentinos de San Martín e dos da Colômbia, sob liderança de Bolívar, em 1825, Sucre, a mando de Bolívar, e logo depois da derrota das forças reais nas batalhas de *Ayacucho* e *Tumusla*, entrou em território boliviano e declarou sua independência. Esta se concretizou, portanto, em cenário militar, política e economicamente desfavorável à nova República que se conformava.

Ezachú-Cortéz (2010) argumenta ser possível identificar três posições ou perspectivas políticas dentre aqueles que compuseram o campo da luta anticolonial. Os indígenas requeriam o aniquilamento das estruturas coloniais de exploração sobre o trabalho e a emancipação política – a *mita*, a *encomienda*, a servidão, o tributo indígena, dentre outros – ou seja, incorporavam um projeto político não apenas separatista, mas de dissolução da sociedade colonial. Os mestiços não dispunham de força social para elaborar um projeto claramente estruturado. Por fim, os *criollos* buscavam um fim meramente separatista, com a preservação das formas de exploração do trabalho da sociedade colonial. O entrelaçamento entre etnia e classe, contudo, mostra-se nítido.

⁷⁰ Entrevista concedida por VIAÑA, Jorge. **Entrevista 2** [jun. 2014]. Entrevistador: Daniel Araújo Valença. La Paz, 2014. 1 arquivo de mp3 (1h44min). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice desta tese.

Essa análise peca, contudo, ao atribuir aos *criollos* uma posição política única, de cunho oligárquico e conservador. Se bem que, é verdade, com a crise da mineração, o deslocamento para os latifúndios reforçaria o poder das oligarquias locais (AQUINO; LOPES; LEMOS, 2000) *pari passu* ao estímulo à posterior balcanização (RAMOS, 2012) – ou seja, defesa do surgimento de Estados nacionais não de acordo com as divisões do Império hispânico – os *virreinato* – mas sim atendendo aos interesses das elites locais conjugados com os do Império britânico – dentre os *criollos* havia também a defesa da unidade latino-americana como alternativa às ingerências estrangeiras, bem como pela emancipação política de índios e negros. Dentre estes estiveram Bolívar, Miranda, Artigas, San Martín, Sucre, Morazán, Barrios, dentre outros. Com efeito, foram os que protagonizaram as principais batalhas e conduziram os processos de independência (RAMOS, 2012).

Ao liderar as etapas finais dos quinze anos de guerra de libertação, Bolívar empreendeu a ideia da conformação da unidade latino-americana e da emancipação política de indígenas e mestiços. Nessa direção, convocou o Congresso do Panamá, que contou com a participação de representantes de doze Repúblicas, do qual saiu como presidente da *Gran Colombia* – que congregava os atuais Estados da Venezuela, Colômbia, Equador e Panamá – da Bolívia e ditador do Peru (RAMOS, 2012).

A defesa da unidade política e territorial e da centralização derivava da compreensão de que seria a única maneira de libertar tais áreas do jugo estrangeiro. Para Bolívar, frente à descentralização econômica do império devido à crise da mineração no século XVIII, somente um Estado forte e dirigente possibilitaria uma inserção soberana no contexto internacional. Todavia, ao atribuir cidadania aos indígenas e extinguir – formalmente – as relações de produção de cunho semifeudais, atraiu contra si os interesses de todas as oligarquias latifundiárias, principais detentoras do poder econômico no período pós-libertação.

As oligarquias *criollas* locais desejavam, antes de tudo, a liberalidade para seu domínio econômico e a ascensão ao poder político. A elas não interessava a substituição de um regime por outro que fosse empecilho à livre exploração. A proposta da *Patria Grande* teve, ainda, um último episódio quando, após a morte de Bolívar e Sucre, Francisco de Morazán criou a *República Federal de Centroamérica*, bem como André de Santa Cruz a *Confederación Perú-Boliviana* (RAMOS, 2012). Ambos os projetos não tardaram por serem derrocados.

Para Ramos, a “balcanização” estava inserida em uma necessidade do capitalismo internacional de princípios do século XIX:

El capitalismo mundial se fundó en la creación de los grandes Estados nacionales y se consolidó por la fragmentación del poder de las semicolonias, a las que transformó en Estados monocultores sometidos a la política mundial de precios regulados por la Europa (RAMOS, 2012, p.271).

Os processos de independência, portanto, decorreram da agudização das contradições entre os interesses das elites coloniais frente às elites metropolitanas. Os levantamentos foram liderados pelos *criollos* que, aceitando parcialmente as ideias liberais, provocaram divisões no exército imperial e atraíram mestiços e indígenas para seu redor. Como os *criollos* exerciam uma liderança oligárquica local nas regiões sob sua influência econômica, o ideário da “Pátria Grande” foi cedendo espaço para o atendimento de interesses particulares das classes dirigentes locais. Assim, o desmantelamento da sociedade colonial levou à criação de vários Estados nacionais, cujas contradições e cujos conflitos intrínsecos à sociedade colonial se mantiveram intocáveis. A persistência material da estrutura econômico-social colonial seria o centro dos futuros conflitos (ECHAZÚ-CORTÉZ, 2010).

2.5 A FORMA POLÍTICA REPÚBLICA E A PRESERVAÇÃO DA ESTRUTURA SOCIOECONÔMICA COLONIAL

A independência da Bolívia terminou por ocorrer em contexto desfavorável frente a seus vizinhos. O Peru arrogava para si o *Alto Perú*: este seria uma *audiencia* (*Audiencia de Charcas*) e não um *virreinato*, ou seja, o *Alto Perú* se constituía uma esfera administrativa do *Virreinato de Lima*. A Colômbia, por outro lado, concorreu diretamente para a libertação, pois enviou o exército comandado por Sucre; ocorre que este convocou uma assembleia nacional sem a permissão da Colômbia. A esta não lhe interessavam conflitos com o Peru, menos ainda a criação de um novo Estado, pois se tornaria exemplo para que as *Audiencias* da Venezuela e de Quito se emancipassem de seu território. Por fim, a Argentina convidou a Bolívia para somar-se a seu território, todavia aceitava sua livre determinação, pois, à época, os gaúchos estavam em vias de um conflito com o Brasil e, sendo este o

único país do continente a emancipar-se via monarquia e não república, era tido como representante da Tríplice Aliança (ECHAZÚ-CORTÉZ, 2010). Em caso de eventual enfrentamento, todo apoio seria válido.

A independência, após vários arranjos – inclusive uma aprovação posterior do Congresso de Lima em relação à medida⁷¹ – tomou ares de equilíbrio geopolítico na região, mesmo que, por fim, não agradou aos interesses de seus vizinhos. A presença de quatro exércitos estrangeiros ao longo do período de luta independentista, e a necessidade de custear as despesas de guerra, contudo, agravou ainda mais o saqueio das riquezas naturais de seu território. A Bolívia conquistou a autonomia, portanto, sob trágica conjuntura política, econômica e social⁷².

Seu primeiro presidente foi Bolívar. Ainda em 1825, aboliu o tributo indígena, bem como proibiu relações de produção de cunho semifeudal. Sob influência dos valores liberais, extinguiu também o “cacicazgo”, a liderança dos caciques em relação a suas tribos⁷³. Ao sair de *Chuquisaca* (atual Sucre), delegou a presidência à Sucre, a quem coube implementar uma série de medidas liberais com o fim de desestruturar os pilares da sociedade colonial.

Sucre tentou por em prática a ilegalidade dos serviços gratuitos, a abolição da *mita* na mineração e instituir o trabalho remunerado, bem como o confisco de determinadas propriedades da Igreja. Ocorre que, com tais medidas, ao também acabar com o tributo indígena e criar o imposto sobre todo homem entre 18 e 60 anos, Sucre agregou contra si todas as frações de classe dirigentes (ECHAZÚ-CORTÉZ, 2010). Ademais, Mesa-Figueroa, Gisbert e Mesa-Gisbert (2008) ressaltam

⁷¹ Mesa-Figueroa, Gisbert e Mesa-Gisbert (2008), bem como Echazú-Cortéz (2010) afirmam que Bolívar emitiu um decreto em Arequipa que condicionava a decisão da assembleia constituinte do Estado nascente à posterior aprovação do *Congreso de Lima*. Assim, tanto o nome “*Bolívia*” quanto o convite para que o libertador redigisse a Constituição se inscreviam no intuito de conquistar a autonomia via agrado do principal líder das batalhas anticoloniais.

⁷² Condarco-Morales (1983) elenca condições geográficas que vão prejudicar a pujança da República em seu nascimento: posição física – em um continente à época desfavorecido geopoliticamente – voltada para o pacífico; demarcação primitiva das fronteiras que terminou por aprofundar esse isolamento; perda posterior do domínio sobre o mar, em 1880, levando a um prejuízo sem precedentes quanto à circulação de mercadorias. Agrega, também, dificuldades econômicas: o arcaísmo industrial devido à “la imperfección del tradicional patrimonio cultural hispano-indígena del que el país era heredero” (CONDARCO-MORALES, 1983, p.22); a destruição da incipiente indústria nacional pela concorrência inglesa e americana; a queda do preço da prata ao longo do século XIX.

⁷³ MESA-FIGUEROA; GISBERT; MESA-GISBERT (2008), mesmo desde uma perspectiva que flerta com o liberalismo, apregoam que essa disposição, “*de gran purismo liberal*”, destruiu os vínculos entre sociedade *criolla*-mestiça e a indígena. Chama atenção o fato de tais autores, mesmo sob aquela orientação teórica, reconhecerem que após o advento da República esta ainda assim não se materializou.

o confisco, pelo Estado, de bens da Igreja, maior proprietária de terras e riquezas, como elemento de desestabilização, bem como a nomeação de espanhóis e colombianos para a ocupação de altos cargos no governo.

O país é fundado assolado em séria crise econômica, decorrente das dívidas e destruições consequentes da guerra de libertação. Os ingressos advindos da tributação dos indígenas correspondiam a 39% do total do Estado (MESA-FIGUEROA; GISBERT; MESA-GISBERT, 2008). Sob essas circunstâncias, foram, então, reintroduzidos. Sob instabilidade interna, para a qual concorria o assédio externo do Peru, os exércitos deste vizinho adentram a Bolívia.

Por seu exército não se levantar em armas, Sucre renunciou ao mando do país e, logo após, Peru e Bolívia assinavam tratado que seria o primeiro de afronta aberta à soberania nacional:

En él se estipulaba la salida de las tropas colombianas del país, la convocatoria a una Asamblea para aceptar la renuncia del Mariscal Sucre, la designación de un gobierno provisorio y la revisión de la Constitución Vitalicia. Las condiciones del tratado fueron lesivas y atentatorias a la soberanía boliviana (MESA-FIGUEROA; GISBERT; MESA-GISBERT, 2008, p.285).

O que se seguiu foi um regime republicano em que amplas massas não identificavam no que a República se diferenciava, na concretude, do passado recente. O poder político passou a ser alcançado mediante motins e determinada alternância entre oligarquias locais ancoradas em setores das forças armadas e tentativas emancipatórias desde caudilhos militares.

O processo colonizador germinou a crença em uma espoliação secular dos “de fora” – o homem branco, europeu e o Estado estrangeiro – sobre os diversos povos indígenas do antigo *Tahantisuyo*. À conquista da independência, após 15 anos de guerra, seguiu-se uma República sem emancipação política indígena e com preservação – em termos materiais – de relações semifeudais de produção. O termo “colonização”, aos poucos se confundiria com “imperialismo”, desenvolvendo, em contraposição, uma peculiar capacidade de repulsa à imposição externa;⁷⁴ um

⁷⁴ Ao participar do Congresso nacional de organizações Indianistas-Kataristas, um dos palestrantes, de vertente indianista mais contundente, abordava que os indianistas não deveriam defender a Constituição do Estado Plurinacional da Bolívia; para ele, a manutenção do nome Bolívia, um presente em reverência a Bolívar enquanto este ainda estava vivo, era a prova que ela representava a manutenção dos caracteres trazidos pela colonização; a opressão dos brancos sob os indígenas.

sentido comum de que, mesmo após a independência, a espoliação estrangeira não cessou. Ela se materializa, inclusive, através de bolivianos que vivem naquele país⁷⁵, mas que teriam a cor de pele, os costumes, a cultura e valores do outro, vinculados a interesses alheios.

Neste capítulo, busquei demonstrar que a conquista interrompeu o desenvolvimento natural dos povos e nações indígenas no continente. O Império Inca, de complexas estruturas de irrigação e outras obras públicas, por um lado, conformava-se por classes sociais, contudo, por outro, o excedente do trabalho voltava-se à reprodução social daquele modelo societário. Os espanhóis ressignificaram a *mita* com fins de exploração das minas e acumulação mercantil e ergueram uma estratificada sociedade colonial, fundada na exploração ilimitada do trabalho, a partir do recorte étnico. As lutas de libertação e a proclamação da República, tampouco alteraram tais condições concretas de sociabilidade. Como consequência, o país andino dispõe de uma formação social em que classe e etnia se entrelaçam de maneira particular, e a questão indígena, da terra e dos recursos naturais permaneceriam como temas pendentes ao longo de sua história.

Advogada, inclusive, que o movimento indígena deveria lutar pela expulsão dos brancos do governo e do território do país.

⁷⁵ Essa contradição é mais perceptível no *departamento* de La Paz: nas grandes feiras de La Paz e El Alto, não se veem brancos bolivianos. As feiras se revelam como cultura dos povos indígenas em toda a Bolívia, decorrente do alijamento dos mesmos quanto a meios de produção e circulação de mercadoria sob crivo capitalista. Em contrapartida, presenciei bolivianos brancos conversando em inglês em um café da zona sul de La Paz – os cafés praticamente inexistem no país – bem como os filhos da família que me abrigou por um período em La Paz estudavam em colégio “americano”: as aulas e avaliações se davam em inglês, e, em determinada atividade comemorativa da escola a cultura boliviana era apresentada pelos discentes, praticamente todos brancos, na perspectiva de “folclore”.

3 AS CRISES DE ESTADO E A NÃO REALIZAÇÃO DO ESTADO MODERNO

“É impossível ser marxista na Bolívia sem ser indianista, e não se pode ser indianista conseqüente se não se é, por sua vez, marxista.”

(Álvaro García Linera)

Apesar de a independência ter fincado seus lemas mobilizadores em valores liberais e em contraposição à ordem colonial, as relações sociais de produção e os processos de emancipação política típicos da revolução dual, não se materializaram em solo boliviano. A República, criada em 1825, conformava uma nova forma política, todavia alicerçada na preservação da anterior estrutura socioeconômica. Como demonstrarei neste capítulo, em função desta disjuntiva, a Bolívia vivenciou quatro grandes crises de Estado, sendo a última delas a causa imediata do atual processo político.

As classes dirigentes do país que nascia, ao derrotar o projeto político de Sucre e Bolívar, demarcariam as décadas seguintes. Optavam por uma sociedade de *apartheid* institucionalizado (GARCÍA-LINERA, 2012b), pois *“vivían del colonialismo y del patrimonialismo, y para modernizar el Estado, tenían que cambiar la base material de su dominación, arriesgándose a construir una nueva”* (GARCÍA-LINERA, 2010, p. 34).

Tendo em vista o modelo econômico e político constituído durante o período colonial e herdado no século XIX, que implicava em “ilhas” de geração de riqueza e monopólio político-econômico por poucos grupos urbanos e latifundiários, mostrava-se desinteressante a presença estatal em todo o território nacional. O Estado existia na exata medida – e delimitação espaço-temporal – em que possibilitasse a acumulação de capital por suas elites dirigentes. Zavaleta-Mercado (2013b), amparado em Gramsci, denominou-o de “Estado aparente”: este não tinha o condão – e nem o buscava – de condensar a totalidade da sociedade, ou seja, irradiar-se por seu território impondo os diversos hábitos, culturas, formas de organização política, coercitividade, a partir de suas classes dirigentes. O Estado não lograva articular a territorialidade estatal, somente fragmentos espalhados e dispersos, que

tivessem alguma possibilidade de geração de riqueza. Disto redundam algumas consequências que marcariam sua história republicana.

Se a Europa vivenciou prolongado processo de superação dos estamentos e da perseguição política devido à orientação religiosa⁷⁶, no país andino a não emancipação política indígena e a preservação de formas semifeudais de produção – nas relações sociais concretas, não necessariamente no arcabouço jurídico – significava condição de criação de excedente e acumulação. Ambos, portanto, mantiveram-se como temas pendentes por todo esse período histórico, até a Revolução Nacional de 1952.

Por outro lado, ao não fundar-se no exercício da direção moral e intelectual sobre o conjunto das classes subalternas, outra resultante é que estas preservaram parcialmente sua cultura, seus idiomas, formas de autogoverno e reprodução social. Seja através dos *Ayllus* ou mediante o sindicato rural – especialmente após a Revolução Nacional de 1952 – as nações e comunidades indígenas desenvolveram, mantiveram, adaptaram seus próprios mecanismos de sociabilidade, de maneira apartada à lógica estatal.

Por fim, a conformação de um Estado aparente apresentava implicações quanto à estabilidade estatal. De um lado, perdas de territórios para outros Estados e, de outro, a inviabilidade de uma separação relativa do poder político frente às classes proprietárias fazia com que trocas de elites dirigentes – que correspondiam a grupos regionais, sem projeto político e enraizamento nacional – implicassem em crises de Estado (POULANTZAS, 1980).

Deveras, desde a sua fundação até a década de 1980, a República da Bolívia vivenciou em torno de 200 golpes de Estado (RIVERA-SANTIVÁÑEZ, 2008). Por outro lado, García-Linera (2010) e Moldiz (2009) aduzem que, dentre essas inúmeras rupturas, o Estado boliviano vivenciou quatro grandes crises de Estado, ocasiões em que todo o conjunto complexo de estruturas políticas, sociais e econômicas restavam questionadas. Tais momentos, para amplas majorias acostumadas a lutar ou padecer perante sua realidade social, revelaram-se como recorrentes tentativas de superação da ordem colonial. Partindo delas, destacarei,

⁷⁶ Ver *Para a Questão Judaica*, em que Marx (2009) aborda sobre o equívoco de Bauer em condicionar a emancipação política dos judeus ao abandono de sua religião. Já ali, aos 25 anos, ele apontava que tal percepção chocava-se com o cerne do capitalismo – a possibilidade da existência concomitante de igualdade política (ou emancipação política) e desigualdade econômica – bem como os limites dessa emancipação em relação a um ideário de emancipação humana.

de maneira panorâmica, elementos da formação social boliviana referentes aos séculos XIX e XX e que desembocaram no atual “*proceso de cambio*”.

3.1 A PRIMEIRA CRISE DE ESTADO: A GUERRA FEDERAL E A DISJUNÇÃO ENTRE ESTADO E SOCIEDADE CIVIL

No período de 1879 e 1884 ocorreu a Guerra do Pacífico, entre Chile e Bolívia, a qual contou com o apoio do Peru. O conflito se deu em torno da disputa pelo guano, salitre e cobre da costa do Pacífico. As classes dirigentes bolivianas delegaram à burguesia chilena o papel de explorar essa região e, quando o Estado boliviano intentou aumentar a tributação sobre a produção, o Chile se opôs e elevou a disputa à condição de conflito armado (Moldiz, 2009). Após a guerra, além das riquezas naturais perdidas, o país se viu com a pior de todas as perdas territoriais que ocorreria em sua história: a da saída para o mar⁷⁷.

Para Zavaleta-Mercado (2013b) e Moldiz (2009), a derrota se deveu à disjunção entre Estado e sociedade civil, na capacidade daquele em mobilizar especialmente as classes subalternas. Argumenta Zavaleta Mercado que:

En todo caso, el carácter o rasgo central de la guerra es el haber ocurrido con un carácter más bien interestatal. En Perú y Bolivia era puramente estatal; en Chile, el estado tenía la aptitud de movilizar psicológicamente y administrativamente al pueblo (ZVALETA-MERCADO, 2013b, p.177).

A derrota no conflito levou ao agravamento das condições econômicas e sociais do país e terminou por confluir à acumulação de condições políticas para uma guerra civil entre frações regionais da elite do país:

⁷⁷ Para Condarco-Morales, “la mediterraneidad de Bolivia surgida como consecuencia de múltiples factores adversos, constituyó, a partir de 1880, el cuarto factor que dio a Bolivia un aislamiento sin parangón en la geografía de América” (CONDARCO-MORALES, 1983, p.15). A perda do território litorâneo persistiu no imaginário popular ao longo dos séculos. Conversas inúmeras durante o trabalho de campo corroboram com a tese de que a escolha do Chile para o escoamento do gás na proposta de privatização em 2003 concorreu para a sublevação popular conhecida como Guerra do Gás. Durante o governo Evo Morales- García Linera, o país interpelou o Chile perante a Corte de Haia, e a comissão criada para tal propósito reuniu todos os espectros políticos, desde o governo às mais diversas frações das elites locais. O pleito não apenas continua na agenda política boliviana, como é perceptível que a hostilidade entre os dois países aumentou neste último período. Seria necessário um levantamento mais acurado, contudo, parece-me que nos últimos meses o governo boliviano elevou o tom contra o Chile visando a, também, conquistar maior apoio interno.

Dos son los rasgos característicos de este período, que abarca de 1895 a 1900, la identificación de las clases medias con los postulados liberales y la instrumentalización o subsunción de los indígenas a ese proyecto, interesados en recuperar la propiedad de la tierra – de la cual fueron desvinculados por el gobierno de Mariano Melgarejo (1864-1871) – y en el reconocimiento de sus derechos políticos. El desgaste de los conservadores, que administraron el país durante casi 20 años, la caída de la minería de la plata y el surgimiento de la minería del estaño, que trasladó el poder económico, político y social del eje Sucre-Potosí al eje La Paz-Oruro, ocurrió en paralelo al auge del pensamiento liberal (MOLDIZ, 2009, p.18).

O conflito se resolveu em favor da burguesia liberal do norte, a qual contou com o apoio de mais de sessenta mil indígenas sob liderança de Zarate Willca. Assim como nas lutas de libertação nacional, aqui novamente as classes subalternas, compostas por imensa maioria indígena, participaram vitoriosamente de uma guerra civil, mas sem constituir uma ação e projeto político autônomos. Em verdade, durante o conflito converteram-se de auxiliares e apoiadoras da revolução liberal para movimento independente de emancipação indígena⁷⁸ (CONDARCO-MORALES, 1983). Perante esta conjuntura de possível descolamento indígena, “se produjo un nuevo pacto colonial-señorial entre las clases dominantes, que dejaron atrás sus simpatías por los partidos de tendencia conservadora o liberal” (MOLDIZ, 2009, p.19) ao promover novo massacre contra os povos originários.

A resolução da primeira crise estatal do período republicano implicaria em importantes consequências. A questão regional, surgida no período colonial a partir da crise da mineração e ascensão de elites oligárquicas regionais, tomou outro patamar, perfazendo determinado senso comum⁷⁹. Por vezes, viu-se instrumentalizada pelas elites locais como elemento mobilizador de grandes massas. É o caso, por exemplo, da reivindicação do *Comité Cívico de Intereses de*

⁷⁸ Condarco-Morales (1983) destaca como motivação central da sublevação indígena a conversão da propriedade comunal em privado-particular, realizada através de sucessivos decretos e leis no interregno entre 1866 e 1895. Para ele, “La rebelión acaudillada por Pablo Zárate Willka, en el curso de los últimos años del pasado siglo, fue una de las más grandes conmociones sociales promovidas y realizadas por la población indígena de Bolivia. Ni antes ni después, registra el acontecer nacional un movimiento similar de tan vastas proporciones ni de tan ambiciosos fines e impresionantes hechos. Precedida por aisladas reacciones emocionales y locales contra la creciente expansión del latifundio, fue la más acabada expresión de las aspiraciones de reivindicación agraria y emancipación social y política de las nacionalidades indígenas de la República de Bolivia” (CONDARCO-MORALES, 1983, p. 417).

⁷⁹ Gramsci (2006, p. 98) considera senso comum como o “conjunto desagregado de ideias e opiniões” ou “características difusas e dispersas de um pensamento genérico de certa época em certo ambiente popular”. O regionalismo, fortalecido, para além dos aspectos supracitados, também devido à opção pelo Estado unitário, persistiu como tema sensível até os dias atuais.

Chuquisaca durante a *Asamblea Constituyente*, pela restituição da condição de capital nacional plena à cidade de Sucre, pleito que quase implodiu o processo constituinte.

Por outro lado, a traição dos liberais contra Willca e seu exército indígena assegurou a preservação fática de relações sociais de produção de cunho colonial, bem como a interdição de qualquer possibilidade de emancipação política indígena. A derrota indígena-camponesa, se representou a fragmentação e dispersão do movimento político indígena pelas décadas seguintes (SADER, JINKINGS, 2006), fez mais um capítulo da “memória larga” de sublevações e levantamentos indígenas (RIVERA CUSICANQUI, 1984). Resistência incaica, Tupak Amaru, Tupak Katari, Willka, um repertório histórico de figuras míticas e de luta pela terra comunal, pelo direito a auto-organização e à emancipação política também viriam a compor o senso comum boliviano. Mas, na história da luta das classes subalternas bolivianas, ao indígena sublevado dos séculos XV-XIX se somariam o operário mineiro e o campesinato. Ambos, também indígenas, por mais que determinadas vertentes insistissem em apartar a classe da etnia.

3.2 A SEGUNDA CRISE DE ESTADO: O PÓS-GUERRA DO CHACO E A REVOLUÇÃO NACIONAL

Após a primeira grande crise estatal da recente república boliviana, o país se envolveria em outro conflito externo, dessa vez em enfrentamento contra o Paraguai. A denominada Guerra do Chaco consistiu, em verdade, numa disputa por petróleo entre duas multinacionais, a estadunidense Standard Oil, que detinha o controle sobre os hidrocarbonetos bolivianos, e a anglo-holandesa Royal Dutch Shell.

Uma vez mais o país viu-se derrotado e, com o fim da guerra, agudizam-se as contradições no seio da composição social boliviana:

El modelo de democracia restringida, los principios liberales sustentados en la exclusión parcial de la pequeña burguesía y la exclusión total de los indígenas, y el poder económico acumulado por los llamados barones del estaño – Patiño, Aramayo y Hochschild – estaban en un proceso de franco agotamiento tras casi cincuenta años de relativa estabilidad (MOLDIZ, 2009, p. 21).

Por outro lado, data de princípios do século XX a chegada de teorias políticas opostas à perspectiva liberal: no país andino, no início da década de 1930, crescia a aceitação pelo marxismo – nas vertentes do pirismo⁸⁰ e do trotskismo – do nacionalismo revolucionário e do fascismo. Entre as décadas de 1930 e 1940, registraram-se alguns acontecimentos que demonstram o crescimento do nível de consciência e organização dentre as classes subalternas as quais ensaiam uma autonomia política: a fundação da *Federación Sindical de Trabajadores Mineros de Bolivia* - FSTMB em 1944, a aprovação das *Tesis de Pulacayo* em 1946, a realização do primeiro congresso indígena, em 1945, e o desencadeamento de uma rebelião indígena no mesmo ano (TICONA-ALEJO, 2014).

O Estado, frente à maior efervescência popular, mobilizou seu aparelho coercitivo, com destaque para o *Masacre de Catavi*. O estopim para a resolução da segunda grande crise de Estado boliviana se deu com o desconhecimento, por parte do general Mamerto Urriolagoitia, da vitória do *Movimiento Nacionalista Revolucionario* - MNR nas eleições de 1951. Em 1952, massas operárias e camponesas em armas promoveram a revolução nacional, sob as bandeiras de nacionalização das minas, reforma agrária e voto universal (MOLDIZ, 2009). A emancipação política indígena, a questão da terra e os recursos naturais e a nacional/anti-imperialista entrelaçavam-se novamente.

O período pré-revolucionário e a Revolução Nacional de 1952 proporcionariam novas configurações classistas, organizativas e identitárias. As massas indígenas do campo, que haviam protagonizado o histórico de resistências no interstício entre a Conquista e fins do século XIX, assimilam elementos do repertório de luta ocidental e perfazem um campesinato peculiar:

O grande impulso de constituição dos sindicatos camponeses ocorreu durante os primeiros meses da revolução de 1952, rompendo parcialmente as estruturas tradicionais e étnicas que agrupavam o mundo agrícola andino. No entanto, a forte tradição comunitária fez destes primeiros sindicatos, incentivados pela revolução que se desenvolvia nas cidades, órgãos de poder local e autogestão popular (ANDRADE, 2011, p.164).

⁸⁰ O Partido de Izquierda Revolucionaria – PIR foi criado e tomou corpo na década de 1940, assentado em uma plataforma etapista, enquanto o trotskismo se organizava no POR, fundado em 1935, ao redor da estratégia da revolução permanente.

Com a revolução, os índios conquistavam a emancipação política⁸¹, desde o reconhecimento como cidadãos e eleitores (TICONA-ALEJO, 2014), mas aquele processo político enxergava-os como “em transição” para a mestiçagem. As formas próprias de organização do processo de trabalho e da propriedade, de autogoverno comunitário, as línguas, as crenças e os valores originários não compuseram o programa revolucionário⁸². Em verdade, partindo de uma leitura mecânica do marxismo⁸³, o operariado mineiro e a *intelligentsia* da pequena burguesia concebiam os camponeses com desconfiança e a questão indígena como um tema pré-moderno, cerne do atraso boliviano⁸⁴. Desde essa interpretação, os próprios

⁸¹ Para Andrade (2011, p. 24), o sufrágio universal instituído em 1952, ao passo que finalmente possibilitaria aos índios igualdade política, serviu, também, “para conter a democracia direta dos conselhos que germinavam a partir das organizações sindicais em torno da COB e a da ação autônoma dos primeiros sindicatos camponeses”.

⁸² O atual Ministro da Educação do Estado Plurinacional e ex-vice-presidente da *Asamblea Constituyente*, Roberto Iván Aguilar Gómez, em entrevista a mim concedida, comenta que, em 1955, o governo revolucionário editou o *Código de la Revolución Educativa*, que visava a um sistema educacional libertador, democrático e universal. Detinha, todavia, dois problemas centrais: um, relativo ao seu caráter homogeneizador: “derecho a la educación tuvo como efecto inmediato el de homogenizar la educación y por lo tanto generar una des-estructuración de la lengua originaria y la incorporación del español como la lengua universal y la lengua de por qué era lengua de educación” (informação verbal)e, por outro, não se irradiou por todo o território nacional: “universaliza los contextos urbanos, los contextos provinciales pero sigue manteniendo excluido del derecho a la educación, los contextos más alejados y generalmente eran indígenas. Entonces, sí, o sea la reforma del 52, la del 55 en realidad, la del código de la educación, fue transformador en el derecho a la educación pero fue excluyente y preservó las formas coloniales de la educación solamente para ciertos sectores. No dio solución al tema educativo de fondo y al tema estructural” (Informação verbal). Entrevista concedida por AGUILAR-GÓMEZ, Roberto Iván. **Entrevista 1** [jun. 2014]. Entrevistador: Daniel Araújo Valença. La Paz, 2014. 1 arquivo de mp3 (2h11min). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice desta tese.

⁸³ Aguilar-Gómez (Informação verbal) pondera, todavia, que este período, auge da esquerda que começa a desestruturar-se na década de 1970, apesar dos equívocos da época, se mostraram importantes, pois muitos dos que hoje participam do processo político em curso tiveram suas bases teóricas e políticas consolidadas nesse momento histórico.

⁸⁴ Aguilar-Gómez assim resumia tal concepção, majoritária na esquerda no período de início de sua militância política: “[...] la llamábamos tradicional, o sea, la concepción obrerista de la revolución socialista. [...] La concepción obrerista que venía desde la década de los 30, estaba vinculada fundamentalmente a entender y comprender que la clase obrera vanguardizada por el sector minero, constituía la base ideológica de todo el proceso revolucionario y a partir de ello es que se estructuran los partidos de izquierda muy articulados a lo que es el contexto obrero, fundamentalmente minero. No había partido de izquierda que no tuviera base minera. ¿Por qué? Porque sobre la base de la dirigencia minera se articulaba lo que era la Central Obrera Boliviana, porque la Central Obrera Boliviana define que el secretario ejecutivo tenía que ser minero, por la concepción de la vanguardia de la clase obrera minera, entonces, el movimiento campesino que en esa época era entendido solamente como movimiento campesino y el componente indígena no se lo incorporaba como parte del debate, era considerado en el planteamiento tradicional del enfoque marxista como clase media propietaria, pequeña propietaria, y por lo tanto alejada del interés revolucionario” (Informação verbal). Entrevista concedida por AGUILAR-GÓMEZ, Roberto Iván. **Entrevista 1** [jun. 2014]. Entrevistador: Daniel Araújo Valença. La Paz, 2014. 1 arquivo de mp3 (2h11min). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice desta tese. Em sentido oposto, Andrade (2011), historiador de orientação teórica trotskista, pontua que o operariado mineiro mostrou-se ressabiado com o campesinato devido à intervenção estatal e do MNR nos sindicatos rurais, rompendo a autonomia da classe e instrumentalizando suas organizações políticas.

mineiros não se enxergavam como pertencentes a nações indígenas, o que dificultava a constituição de laços identitários e pontes de aproximação entre as classes subalternas.

A revolução, contudo, fora conduzida política e ideologicamente pela pequena burguesia. O operariado mineiro, se, por um lado, tornou-se o principal sujeito político no interior das classes subalternas em lugar do indígena dos séculos anteriores, por outro, não se propôs a liderar um projeto político autônomo⁸⁵. Logo após, a pequena burguesia abandonou o caráter anti-imperialista e tomou o rumo de construção de um capitalismo de Estado. Sob a gestão de Siles Zuazo, posterior à gestão de Víctor Paz Estenssoro⁸⁶, implementou-se, mediante a pressão dos Estados Unidos e como resposta à estagnação e superinflação, o *Plan Eder*, consolidando o desvio quanto aos postulados da revolução nacional vitoriosa em 1952 (MOLDIZ, 2009). O caminho traçado pela revolução levou a uma resolução daquela crise de Estado com a exclusão das classes subalternas e a conformação de novo pacto *colonial-señorial* (MOLDIZ, 2009), executado por sucessivos governos militares que atraíram, por sua vez, o apoio do campesinato⁸⁷.

⁸⁵ Jorge Viaña, professor universitário na Universidad Mayor de San Andrés - UMSA e intelectual do processo, em entrevista exploratória a mim concedida, sublinhava que o operariado, neste momento, não desenvolvera vocação de poder: “[...] una clase obrera tan joven que renuncia al poder aunque ha destruido al estado y al ejército, que no es poca cosa, casi ningún lugar del mundo, por lo menos en el siglo XX, mediados del siglo XX, del 50 para acá digamos, casi no hay, ¿no? Pero eso determina una cosa bien compleja y bien particular de esta configuración de relaciones de clase, o sea, el proletariado nunca construyó una vocación de poder, por lo menos hasta el 52 y la revolución es la demostración de eso, ¿no? Zavaleta claramente te dice, ‘Los del proletariado renuncian al poder, nadie les ha robado el poder, ellos han renunciado al poder porque no han construido referencias de auto gobierno, no se veían gobernándose a sí mismos’” (Informação verbal). Entrevista concedida por VIAÑA, Jorge. **Entrevista 2** [jun. 2014]. Entrevistador: Daniel Araújo Valença. La Paz, 2014. 1 arquivo de mp3 (1h44min). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice desta tese.

⁸⁶ A gestão de Víctor Paz Estenssoro, entre 1952 e 1956, foi sucedida por Hernán Siles Zuazo, que governou entre 1956 e 1960. Estenssoro foi novamente presidente entre 1960 e 1964, quando, no início de um terceiro governo, sofreu um golpe de Estado promovido por seu vice, René Barrientos Ortuño. Sua morte, em acidente de helicóptero, levou a uma série de governos de curta duração, havendo, em 1971, novo golpe de Estado, dessa vez dirigido pelo Coronel Hugo Banzer Suárez, com apoio do MNR. Se os primeiros governos do MNR implicaram em deterioração dos pressupostos da revolução, no governo Banzer houve verdadeira repressão e perseguição ao movimento operário e demais organizações populares que construíam, naquele início de década, um clima revolucionário em todo o país.

⁸⁷ Andrade (2011, p.165) atribui as bases do pacto ao momento imediatamente posterior à Revolução de 1952, a partir do aparelhamento dos sindicatos, e assim relata a aproximação entre os governos militares e o campesinato: “Esta instrumentalização dos sindicatos camponeses assume novos contornos com o pacto militar-camponês. Esse processo se avoluma ainda nos governos do MNR, quando o general Barrientos, dentro da ‘política de Ação Cívica’ do exército, recebe a responsabilidade de resolver um conflito entre comunidades camponesas nas localidades de Cliza e Ucureña, no vale de Cochabamba. O pacto estabelecia um compromisso dos militares em respeitar as conquistas camponesas (terra, sindicatos, educação) e os camponeses, por seu lado, a apoiar as

As classes subalternas bolivianas vivenciariam novo período de descenso, para, na década de 1970, brotarem novas experiências populares, explosivas e revolucionárias. Neste ano, com apoio popular e obreiro, Juan José Torres González, militar de orientação nacionalista-revolucionária, liderou novo golpe de Estado e buscou a efetivação de um programa de claro corte anti-imperialista. A tentativa de novo golpe de Estado, desta vez conservador, ainda em 1970, provocou intensa reação popular e acirramento da luta de classes no país. Assim, em 1971, o operariado protagonizaria uma das mais ricas experiências populares do continente, denominada Assembleia Popular (ou Comuna de La Paz):

A Comuna de La Paz ou Assembleia Popular foi expressão de um autêntico movimento político operário e popular de massas, incorporando partidos, sindicatos e organizações em uma síntese superior. Combinou as forças do movimento sindical e dos partidos como expressão do movimento político geral da classe operária, e a Assembleia Popular foi sua expressão mais desenvolvida (ANDRADE, 2011, p. 279).

A Assembleia Popular conformou-se como instrumento de democracia direta, com nítido programa socialista e autônoma frente ao governo Torres⁸⁸. Liderada por mineiros e pela COB, reuniu também camponeses e setores médios urbanos, fazendo pulular as assembleias e a auto-organização nos mais diversos espaços. A Assembleia Popular conformava um órgão autônomo⁸⁹ em relação às organizações sindicais, políticas e populares, constituindo-se em uma síntese da tradição boliviana de autogoverno e da democracia de conselhos do movimento comunista internacional (ANDRADE, 2011).

forças armadas e combater as propostas subversivas de esquerda. O paternalismo que caracterizava a 'ação civil' militar, com troca de favores e regalias, aprofundou a destruição dos laços políticos que uniam o movimento em escala regional e nacional e suas relações com o movimento operário".

⁸⁸ Andrade (2011, p. 110) ressalva que "A declaração final da Assembleia Popular no ato do 1º de maio afirmava que esta se definia como o 'órgão de poder da classe operária e das massas bolivianas'. Mais do que isso, se constituía numa 'frente anti-imperialista revolucionária dirigida pela classe operária', com o objetivo de garantir 'o triunfo da revolução boliviana e seu entroncamento no socialismo e na materialização da libertação nacional'. Procurando reafirmar sua independência, destacava que sua existência não era resultado de concessões do governo".

⁸⁹ Apesar de autônoma frente às organizações, o operariado mineiro exercia sua hegemonia e impunha a obrigatoriedade de ao menos 60% dos delegados presentes em todas as reuniões e em todos os níveis serem operários. Para Andrade (2011, p.127), era uma forma de "afirmar uma predestinação ideológica revolucionária dos operários" frente a demais setores das classes subalternas. Ao transladar de maneira mecânica as tradições revolucionárias europeias, uma maior participação camponesa era vista como passível de deturpação ideológica dos rumos da revolução.

Torres se viu no dilema de estimular a auto-organização dos trabalhadores e a formação de milícias populares – e, por conseguinte, perder o controle perante as massas – para frear o movimento golpista conservador, ao passo que tal escolha também poderia levar as oligarquias à tentativa de golpe de Estado. A vacilação do governo Torres, a divisão no seio popular quanto aos rumos imediatos da sublevação popular e a adesão de setores de baixa patente das forças armadas à órbita da Assembleia contribuíram para desatar o golpe de Estado levado a cabo por Hugo Banzer Suárez. A ditadura então instaurada revelou-se como uma das mais sanguinárias daquele século, e se inseria em contexto regional de recrudescimento às alternativas de poder popular:

A brutalidade destruidora que se seguiu com o governo do coronel Banzer foi diretamente proporcional à criatividade e à ameaça revolucionária contidas na Comuna de La Paz. O seu sufocamento exigiu a mobilização de forças externas, pois se tratava de deslocar o sentido da revolução latino-americana. O contexto histórico do continente nos anos da década de 1970 opunha sólidas perspectivas de auto-organização revolucionária de massas expressas na situação boliviana, nos ‘cordones industriales’ no Chile, no processo peruano que também daria origem a Assembleias Populares no final da década, às ditaduras militares (ANDRADE, 2011, p. 281).

Mas não apenas o sujeito político operário voltaria à cena política na década de 1970. Nesta mesma década, iniciou-se a tessitura do indianismo, uma original teoria que teve Fausto Reinaga como precursor. Este publicaria, em 1970, o *Manifiesto del Partido Indio* e, em 1971, *Tesis India* (TICONA-ALEJO, 2014). Em seus primeiros escritos, Reinaga realizou uma singular interpretação da Bolívia e territórios originários incaicos para recuperar seus elementos fundantes e defender uma nova possibilidade de desenvolvimento autônomo de seus povos e nações. Bebendo parcialmente das formulações de Reinaga, ainda na década de 1970, desenvolveu-se o indianismo katarista. Em seu interior, havia desde os “indianistas duros”, que rejeitavam qualquer assimilação ocidental, aos que aproximavam as questões étnicas e de classe, sendo estes a parcela majoritária. Em posição próxima à de Mariátegui (2010), o katarismo enxerga o camponês como índio. Este camponês, contudo, não é abstrato e atemporal. Se na Europa ocidental se materializava desde a propriedade privada particular e uma organização individual do processo de trabalho, o katarismo reconhece a particularidade do campesinato boliviano: este não passou pela individuação ocidental e preserva, mesmo que

parcialmente, organização do processo de trabalho, da propriedade e de reprodução social próprios às comunidades originárias. Por outro lado, inegável seria que, naquele momento, amplas massas indígenas também se identificassem como camponesas, bem como se auto-organizassem ao redor de seus sindicatos.

As organizações indianistas kataristas⁹⁰, ao lançarem, em julho de 1973, em cerimônia com ampla participação de *aymaras* e *quéchuas*, o *Manifiesto de Tiwanaku*, forneceram bases para a posterior teorização e ação política com fins de descolonizar o Estado. O manifesto realizava uma crítica incisiva ao Estado republicano e colonial, bem como à Revolução Nacional de 1952, por esta mirar ao mestiçamento⁹¹ da sociedade boliviana e não à afirmação de sua diversidade de nações e tempos históricos. O índio, como ser eminentemente comunitário, não foi visto como sujeito coletivo econômico e político, mas individualizável, a partir dos referenciais modernos.

O Manifesto reconhecia a importância da reforma agrária levada a cabo pela Revolução Nacional, contudo apontava seus limites ao importar modelo organizativo e técnico-produtivo no processo de trabalho alheio à realidade boliviana⁹². Tal reforma agrária, por outro lado, seria parte das condições objetivas necessárias à conformação da organização camponesa que lideraria processos políticos no século XXI.

Por fim, o manifesto terminava por concluir que somente a partir de um projeto político autônomo seria possível superar a condição indígena:

⁹⁰ Eram elas: o Centro de Coordinación y Promoción Campesina Mink'a; o Centro Campesino Tupaj Katari; a Asociación de Estudiantes Campesinos de Bolivia; a Asociación Nacional de Profesores Campesinos (PRIMER MANIFIESTO DE TIAHUANACO, 1973).

⁹¹ Nesse sentido, assinalava o manifesto: “[...] La escuela rural por sus métodos, por sus programas y por su lengua es ajena a nuestra realidad cultural y no sólo busca convertir al indio en una especie de mestizo sin definición ni personalidad, sino que consigue igualmente su asimilación a la cultura occidental y capitalista. Los programas para el campo están concebidos dentro de esquemas individualistas a pesar de que nuestra historia es esencialmente comunitaria, sistema cooperativo es connatural a un pueblo que creó modos de producción en mutua ayuda como el ayni, la mink'a, yanapacos, camayos. . . La propiedad privada, el sectarismo político, el individualismo, la diferenciación de clases, las luchas internas nos vinieron con la Colonia y se acentuaron con los Regímenes Republicanos [...] La Reforma agraria está concebida también dentro de ese esquema. El poder económico y político es la base de la liberación cultural. Debemos tecnificar y modernizar nuestro pasado pero de ningún modo debemos romper con él” (PRIMER MANIFIESTO DE TIAHUANACO, 1973).

⁹² “Con la Reforma agraria los indios nos liberamos del yugo ominoso del patrón. Es una pena que esta no haya traído todos los bienes que de ella se esperaba debido sobre todo a que está concebida en un esquema demasiado individualista ya que, por obra de algunos elementos derechistas incrustados dentro del MNR no fue implementada con otras leyes que favorezcan la inversión, la tecnificación y la comercialización de productos. El Voto universal no debería desconocer la participación orgánica de las comunidades indígenas en la vida política” (PRIMER MANIFIESTO DE TIAHUANACO, 1973).

Tampoco creemos en la prédica de aquellos partidos que, diciéndose de izquierda no llegan a admitir al campesinado como gestor de su propio destino. Una organización política para que sea instrumento de liberación de los campesinos tendrá que ser creada, dirigida y sustentada por nosotros mismos [...] Creemos que la única solución está en la auténtica organización campesina. El equilibrio entre los productos del campo que nosotros vendemos y lo que debemos comprar de la ciudad lo encontraremos en la correlación de fuerzas (PRIMER MANIFIESTO DE TIAHUANACO, 1973).

Ao contrário do indianismo “mais puro”, o Katarismo enxergava o índio como camponês e o campesinato indígena como possível sujeito revolucionário – sem fazer uso expreso desta categoria – em um país eminentemente rural. A ação política indianista deveria recuperar os mecanismos ancestrais dos *Ayllus*, constituir um sindicalismo rural autônomo e comunal, bem como desenvolver seu próprio instrumento partidário (TICONA-ALEJO, 2014) para, atraindo o apoio de outras frações⁹³ das classes trabalhadoras, construir a regeneração social da Bolívia. Surgiu, desde aí, portanto, a categoria “campesino indígena” (Informação verbal)⁹⁴ e um sujeito histórico que seria maturado até princípios do século XXI.

Apesar de ainda incipientes, o desenvolvimento do indianismo e do katarismo confluíram, ao lado da experiência da Assembleia Popular e da desumana repressão da ditadura Banzer, para o rompimento do pacto militar-camponês. Seu momento imediato deu-se com o *Masacre de Tolata y Epizana*, em que as forças armadas assassinaram dezenas de camponeses que realizavam bloqueios em Cochabamba contra a alta dos preços de gêneros de primeira necessidade.

A falência do pacto contribuiu para o desmoronamento da ditadura e abertura de novo momento democrático, em que a estratégia nacionalista revolucionária

⁹³ A mediação política com a correlação de forças real da sociedade boliviana era tal que o Katarismo abria-se inclusive para alianças com a Igreja Católica e evangélicas progressistas, em momento de expansão da Teologia da Libertação, por mais que o cristianismo tenha cumprido papel medular na exploração colonial: “Los mineros, los fabriles, los obreros de la construcción, del transporte, las clases medias empobrecidas... son hermanos nuestros, víctimas bajo otras formas, de la misma explotación, descendientes de la misma raza y solidarios en los mismos ideales de lucha y liberación. Solamente unidos lograremos la grandeza de nuestra patria. Pedimos igualmente a la Iglesia Católica (la Iglesia de la gran mayoría campesina) igualmente a otras Iglesias Evangélicas que nos colaboren en este gran ideal de liberación de nuestro pueblo aymara y quechua. Queremos vivir íntegramente nuestros valores sin despreciar en lo más mínimo la riqueza cultural de otros pueblos” (PRIMER MANIFIESTO DE TIAHUANACO, 1973).

⁹⁴ Entrevista concedida por VIAÑA, Jorge. **Entrevista 2** [jun. 2014]. Entrevistador: Daniel Araújo Valença. La Paz, 2014. 1 arquivo de mp3 (1h44min). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice desta tese.

experimentaria seus últimos anos, com Siles Zuazo, desta vez pela Unidad Democrática y Popular (UDP).

Tem-se, portanto, que mesmo com ampla participação operária, camponesa e indígena na revolução de 1952, não se constituiu uma unidade no seio das classes subalternas em torno de um programa político autônomo.

A revolução nacional terminara com alguma semelhança à conjuntura da revolução de fevereiro de 1848 da França, destrinchada por Marx, em que “os trabalhadores haviam feito a Revolução de Fevereiro junto com a burguesia, mas procuraram impor seus interesses *ao lado* da burguesia” (MARX, 2012a, p.46). Porém, assim como Marx apontara quanto à França da década de 1840, nesse momento as classes trabalhadoras bolivianas ainda não estavam maduras para conduzir de maneira autônoma o processo político. A derrocada da revolução nacional significaria não apenas a derrota das classes subalternas e preservação das aristocracias locais, mas também o deslocamento dos camponeses em direção ao apoio às ditaduras que se seguiram. A queda do grupo guerrilheiro comandado por Ernesto Che Guevara, em 1967, também se insere nesse contexto. O operariado mineiro se forjaria como sujeito revolucionário em princípios da década seguinte, sendo duramente abatido no decorrer de sua marcha.

A partir da influência do katarismo, esse histórico de disjuntiva no seio popular começaria a ser alterado com a criação da CSUTCB, em 1979. Trata-se da “*primera vez que intentan converger obreros e indígenas campesinos en un proceso de acercamiento que reconfigura a toda la relación de clases*” (Informação verbal)⁹⁵. Ocorre que a história reservaria uma derrota sem precedentes aos mineiros na década seguinte, conforme demonstrarei na próxima seção. A composição de classes subalternas ao redor de um projeto político autônomo não seria possível nas duas décadas seguintes, pois estas viveriam um avanço do capital sobre o trabalho sem precedentes naquele século.

⁹⁵ Entrevista concedida por VIAÑA, Jorge. **Entrevista 02** [jun. 2014]. Entrevistador: Daniel Araújo Valença. La Paz, 2014. 1 arquivo de mp3 (1h44min). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice desta tese.

3.3 A TERCEIRA CRISE DE ESTADO E O ESGOTAMENTO DA ESTRATÉGIA NACIONALISTA- REVOLUCIONÁRIA

A terceira crise de Estado não decorreu de conjunturas de conflitos externos, revolução ou golpe de Estado. Consistiu, isto sim, no encerramento do ciclo histórico inaugurado com a Revolução de 1952⁹⁶, em que o nacionalismo revolucionário disputou o cenário político boliviano e conquistou setores das classes subalternas, apesar de suas inúmeras contradições ao longo destas décadas. Esta crise abarcou um período mais curto que as anteriores, compreendendo o interstício entre 1982 e 1985, em que Siles Zuazo empreende um viés nacionalista revolucionário à frente do Executivo, contudo, vê-se obrigado a convocar eleições antecipadas frente à ingovernabilidade.

Siles enfrentou amplas pressões, internas e externas. Quanto a estas, os Estados Unidos buscavam a preservação dos interesses de suas multinacionais, bem como a expansão do ideário neoliberal. Em âmbito interno, conformou-se uma maioria parlamentar de oposição de direita, cumulada com boicote econômico por parte das elites proprietárias (MOLDIZ, 2009). Após as ditaduras, o Estado encontrava-se endividado e sem capacidade de investimento. Isto, combinado com a pressão das burguesias locais, levou a um surto inflacionário decorrente da frágil produtividade nacional.

Por outro lado, seu governo não conseguiu reaglutinar as diversas frações das classes subalternas ao redor do projeto nacionalista. Ao contrário, a *Central Obrera Boliviana* – COB, por exemplo, liderou grandes manifestações de massas por demandas econômico-corporativas ao longo do período. À derrocada do

⁹⁶ Linera ressalta que, independente da luta de classes e correlação no interior do Estado, ao longo deste período se atribuiu a ele viés desenvolvimentista: “Entre 1952 y 1964, el MNR fue el partido más importante, aunque tenía que compartir su protagonismo no con otros partidos, que en los hechos eran poco influyentes en el escenario político (FSB [Falange Socialista Boliviana], POR [Partido Obrero Revolucionario], etc.) sino con organizaciones sociales (COB, Federación de Mineros) que crearon un tipo de sistema político democrático de tipo partidarista y corporatista unipolar (MNR/COB). Desde el golpe de Estado de 1964 hasta 1982, el campo político se escindió en dos polos. Por una parte, el Ejército, que hacía el papel de articulador de fracciones empresariales; por la otra, la COB, que se desempeñaba como centro unificador de lo nacional-popular de raigambre obrera y urbana. Sin embargo, esta polaridad era relativa porque si bien entre los sindicatos obreros y las FFAA [Fuerzas Armadas] había una mirada antagónica sobre el sistema político (democracia versus dictadura), en términos económicos ambas posiciones compartían un modelo desarrollista con un Estado productivo y promotor de la modernidad” (GARCÍA-LINERA, 2013a, p. 46).

horizonte nacional-revolucionário que por décadas mobilizou a Bolívia, seguiu-se o nascente projeto neoliberal⁹⁷, com a eleição de Víctor Paz Estenssoro⁹⁸, em 1985.

Assim como a resolução de sua segunda crise estatal se insere em um contexto latino-americano de alternativas nacional-populares – por mais que de especificidades locais e de variada radicalidade – a terceira, consistindo no choque entre o nacionalismo revolucionário e o neoliberalismo, marca – ao lado da experiência chilena – o ingresso da região no ciclo neoliberal.

Neste período histórico, a revolução tecnológica, o descenso da organização de massas na Europa e sua expressão socialdemocrata, bem como da experiência socialista russa possibilitaram novos padrões de acumulação capitalista. Nos países desenvolvidos, conformou-se um desemprego estrutural decorrente da elevação da composição orgânica do capital, em que o trabalho morto progressivamente avança frente ao trabalho vivo (POMAR, 2017). Nos países de inserção dependente no capitalismo internacional, materializou-se o que Harvey (2011) denomina de “acumulação por despossessão”, ou seja, uma série de mecanismos de redirecionamento da riqueza, nacional e historicamente construída para o capital financeiro internacional. Privatizações, mecanismos de câmbio e desoneração tributária, flexibilizações no mundo do trabalho e outras medidas de repartição de excedentes sob a estampa da estabilidade inflacionária:

[...] un plan radical de estabilización de corte ortodoxo a través de la promulgación del Decreto Supremo 21060, que incluía entre sus medidas la devaluación del tipo de cambio en un 93%, apertura externa, liberalización de las tasas de interés, libre negociación de contratos de trabajo y ajuste fiscal, lo que permitió a futuro restablecer paulatinamente la estabilidad económica en el país (PÁRRAGA-DAZA, 2015, p. 27).

O Decreto Supremo 21060⁹⁹, ao passo que adequava a política macroeconômica boliviana às disposições neoliberais, instituía, também, a

⁹⁷ Aguilar-Gómez afirma que: “Para el 85 la gente aplaudía el neo-liberalismo frente a una situación hiper inflacionaria que era extremadamente grave y que la habían parado con sacrificio, con hambre...pero la habían parado” (Informação verbal). Entrevista concedida por AGUILAR-GÓMEZ, Roberto Iván. **Entrevista 1** [jun. 2014]. Entrevistador: Daniel Araújo Valença. La Paz, 2014. 1 arquivo de mp3 (2h11min). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice desta tese.

⁹⁸ Por ironia da história, justamente o primeiro presidente da Revolução Nacional de 1952.

⁹⁹ Em entrevista ao semanário El Deber, Domitila Chungara, presa política por mais de uma década no período compreendido entre as ditaduras de René Barrientos e Hugo Banzer Suárez, líder de uma greve de fome com a participação de mais de 1500 pessoas, dizia ter perdido os seus sete filhos,

privatização¹⁰⁰ das minas, fato que, no caso boliviano, terminaria por reordenar a configuração objetiva de suas classes sociais:

De esta manera, el capitalismo boliviano pasaba de su estadio estatal a un estadio privado transnacionalizador, en el que produce una recomposición de las clases dominantes y de la propia estructura del bloque de las clases subalternas. La crisis estatal del período 1982-1985 fue un golpe a la burguesía industrial de capitales nacionales, consolidó en la categoría de ‘núcleo hegemónico’ a las fracciones financiera, minera, agroexportadora y latifundista, y sacó de escena a la ‘burguesía burocrática’, que durante más de tres décadas administró, en su condición de ‘clase reinante y mantenedora’, las empresas estatales [...] (MOLDIZ, 2009, p. 26).

Não se buscava, portanto, apenas reorientar os fluxos de excedentes em prol do capital internacional; tratava-se de uma drástica e estrutural recomposição objetiva de classes. O discurso do *fim da história*, nesta realidade nacional, voltava-se a apagar décadas de sublevação mineira, a simbologia da resistência no imaginário popular, bem como quaisquer riscos de rupturas. O sujeito heroico portador de dinamites¹⁰¹, apto a desestabilizar os processos de acumulação e mobilizar massas de despossuídos, teria de ser destruído, bem como as quebras de institucionalidade superadas, pois representavam o arcaico, o período de uma Bolívia pré-moderna.

Tanto o é que, em nível de lógica estatal, armou-se um sistema democrático “imune” a instabilidades políticas. Denominado “*democracia pactada*”, para García-

primeiro devido ao exílio político dos mesmos e, com o supracitado decreto, os perderia novamente como exilados econômicos (MEMORIAS, 2016).

¹⁰⁰ Aguilar-Gómez (informação verbal) assim pontua este decreto e seus objetivos reais: “Para el 85 se saca el decreto 21060, que fue el decreto que incorpora el neo-liberalismo [...] en sus formas más duras, en todos sus componentes. El tema, por ejemplo de des-estructurar el Estado como un estado productor, haciendo que el tema de la minería que era el soporte pasara al sector privado, se destruye la minería estatal y al destruir la minería estatal, se destruye el sindicato minero, un sindicato minero que tenía una fuerza numérica importante, pero además, lo más importante, una fuerza ideológica, de pronto se ve vulnerable cuando lo trasladan físicamente a regiones que no eran minas, a regiones que no eran suyas y lo que le queda es sobrevivir. El minero, realmente como proyecto ideológico, fue uno de los proyectos más duros que implementó el neo-liberalismo, la derecha, a través del decreto supremo, la re-localización le llamó, y era realmente re-ubicar físicamente al minero en regiones en donde pasaba a ser indefenso”. Entrevista concedida por AGUILAR-GÓMEZ, Roberto Iván. **Entrevista 1** [jun. 2014]. Entrevistador: Daniel Araújo Valença. La Paz, 2014. 1 arquivo de mp3 (2h11min). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice desta tese.

¹⁰¹ Nesse sentido, diz Aguilar-Gómez (informação verbal): “El minero era fuerte porque se había forjado en la mina, un minero que no le temía a la muerte, todos los días entraba al socavón y todos los días enfrentaba la muerte en el socavón. Por lo tanto no le tenía miedo a la muerte, enfrentarse a los militares, enfrentarse a la policía no era para él más que otro día de entrada al socavón”. Entrevista concedida por AGUILAR-GÓMEZ, Roberto Iván. **Entrevista 1** [jun. 2014]. Entrevistador: Daniel Araújo Valença. La Paz, 2014. 1 arquivo de mp3 (2h11min). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice desta tese.

Linera (2010), constituía-se em uma separação ilusória dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, pois, em caso de nenhum candidato a presidente alcançar a maioria absoluta nas urnas em primeiro turno, a escolha do chefe do executivo, dentre os mais votados, competia ao Congresso. A este cabia, também, as indicações para as instâncias do Poder Judiciário, que ocorriam em conformidade à proporção dos votos de cada agremiação. Dessa feita, por todo o período democrático correspondente ao interregno entre as terceira e quarta crises de Estado, o chefe máximo do Executivo terminou por ser escolhido de maneira indireta.

A conjuntura inaugurada a partir das reformas de Víctor Paz Estenssoro viu-se aprofundada ao longo da década de 1990, especialmente no governo de Sánchez de Lozada, com a depreciação das condições de reprodução social das classes trabalhadoras:

Relocalização e fechamento de empresas, racionalização do orçamento estatal, 'livre' comércio, reforma tributária, desregulação, privatização, capitalização, flexibilização trabalhista, fomento às exportações e a lei Inra (que criou o Instituto Nacional de Reforma Agrária) centraram-se em prol da racionalidade empresarial, da taxa de lucro na gestão de força de trabalho, mercadorias, dinheiro e terras. Entretanto, com o tempo, seus efeitos se fizeram sentir de maneira dramática nas condições de vida das comunidades (GARCÍA-LINERA, 2010, p. 262).

Das contradições inerentes à nova ordem social brotariam os elementos que levariam à última crise de Estado. A reconfiguração objetiva das classes sociais no seio subalterno trouxe novas formas de organização, ação política e identidades, que se somaram ao patrimônio histórico boliviano. Por outro lado, a Ley INRA (Instituto Nacional de Reforma Agraria), com o reconhecimento de 33 *Territorios Comunitarios de Origen* – TCO's e a *Ley de Participación Popular*, que descentralizou a gestão e criou mais de 300 governos locais, repertórios assimilados pelo neoliberalismo que provocavam "inclusão" sem, contudo, obstruir a acumulação por despossessão, característica desse período, terminavam por impulsionar novas identidades, resistências e ações políticas. Uma década e meia após a última crise estatal, uma vez mais a Bolívia viveria seus dias de sublevação.

3.4 A QUARTA CRISE DE ESTADO E A FORMAÇÃO DO BLOCO CAMPONÊS-INDÍGENA-POPULAR

A conjuntura neoliberal redefiniu a conformação das classes subalternas e sua ação política¹⁰², com a progressiva perda da densidade e capacidade de mobilização de sindicatos urbanos e da COB¹⁰³ por formas agrárias, indígenas e de unificação locais de caráter tradicional e de tipo territorial (GARCÍA-LINERA, 2010): “a deterioração crescente da estrutura econômica tradicional da sociedade rural e urbana deu lugar a um fortalecimento dos laços comunitários como mecanismos de segurança primária e reprodução coletiva” (GARCÍA-LINERA, 2008b, p. 59), especialmente em El Alto e Cochabamba, cidades que foram receptoras do êxodo mineiro.

Tapia (2010) aponta que a quarta crise de Estado originou-se em processo de acumulação histórica protagonizada cumulativamente desde setores sociais distintos e específicos. Nas terras baixas do país, também denominadas de Oriente, conformadas pela *Amazônia*, *Llanos Orientales* e pelo *Chaco* boliviano, a persistência de dezenas de nações indígenas a configuram como a região mais plural da Bolívia. Povos de baixa densidade demográfica, de matriz em geral nômade e sem histórico de unificação política e de mando, iniciaram um processo de organização e unificação das várias comunidades de mesma cultura. Esta unificação, inicialmente entre populações de territórios e culturas aproximados, atingiu, em grau superior, uma articulação interétnica de uma mesma região. O

¹⁰² Assim condensa Centellas-Rojas (Informação verbal) esse momento: “¿Qué pasó con nuestra izquierda? Todas las vertientes aquí en el 85 fracasan: los maoístas, los trozkistas, los stalinistas, todos los istas y el pueblo boliviano dice ¿ahora qué? Esta izquierda no me sirve. Porque esa derrota no solo implica una falta de capacidad o de vocación de poder en el gobierno del partido comunista que era el más grande en ese momento en Bolivia, demuestra una incapacidad de la clase pequeño burguesa de llevar adelante un proceso revolucionario, que la clase obrera no había gestado un líder a la altura del proceso del proceso del sujeto social”. Entrevista concedida por CENTELLAS-ROJAS, Ximena Ana María. **Entrevista 3** [jun. 2014]. Entrevistador: Daniel Araújo Valença. La Paz, 2014. 1 arquivo de mp3 (1h07min). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice desta tese.

¹⁰³ A reestruturação do mundo do trabalho boliviano implicou, também, na desestruturação da direção política operária: “Entonces, ese es uno de los pasos más complejos y ahí es donde viene, yo creo, un planteamiento muy estratégico de la derecha, del neo-liberalismo, y era des-estructurar una vanguardia potencialmente peligrosa para la derecha. Destruído el contexto del minero, comienza un proceso de descomposición de los sectores de izquierda (Informação verbal). Entrevista concedida por AGUILAR-GÓMEZ, Roberto Iván. **Entrevista 1** [jun. 2014]. Entrevistador: Daniel Araújo Valença. La Paz, 2014. 1 arquivo de mp3 (2h11min). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice desta tese.

acúmulo político levou, por fim, a um nível mais elevado de unificação, materializado na *Central Indígena de los Pueblos del Oriente de Bolivia* – CIDOB (TAPIA, 2010).

Esta fração indígena promoveu, em 1990, a *Marcha por el Territorio y La Dignidad*, que partiu do Oriente à La Paz e, com forte apelo popular, canalizou suas reivindicações para o reconhecimento cultural e territorialidade, especialmente através da demarcação de TCO's, bem como de suas formas de vida econômica, social e política e, pela primeira vez, lançaria a proposta de assembleia constituinte (TAPIA, 2010).

Para Tapia, este processo político se traduz em uma dupla conotação:

Por un lado, las asambleas de pueblos indígenas implican un proceso de ampliación de la sociedad civil: éstas se incorporan como instituciones de la sociedad civil, que interactúan con otras instancias de la misma y con el Estado. En ese sentido, tenemos una sociedad civil más multicultural, hay un componente de desarrollo de la sociedad civil; pero a la vez, este proceso implica también un proceso de articulación nacional, es decir, la articulación de estos pueblos y culturas como naciones, como colectividades que están en un proceso de rearticulación de sus estructuras de autogobierno y reclaman al Estado boliviano el reconocimiento de las mismas (TAPIA, 2010, p. 138).

Em paralelo à inserção dos povos do Oriente no âmbito da sociedade civil boliviana, em seu seio acumulava-se outra movimentação, desenvolvida a partir do rompimento do pacto militar-camponês e do amadurecimento do Katarismo a partir da década de 1970. Tal movimento, de cunho político, étnico e cultural, propunha a compreensão do sujeito explorado boliviano desde seu pertencimento a uma nação indígena, com sua língua, memória e formas político-organizativas, bem como seu posicionamento em âmbito de reprodução social, no caso, como campesinato.

Partindo deste horizonte, com o apoio da COB, há a criação da CSUTCB em 1979, articulando classe camponesa e nação indígena, reconstituindo a *Nación Aymara*, “*otra de las fuentes de demanda e imaginación de un Estado Plurinacional*” (TAPIA, 2010, p. 138)¹⁰⁴. No contexto do mesmo processo histórico de criação da CSUTCB, conformaram-se também a Confederación Sindical de Colonizadores de

¹⁰⁴ Para Sánchez-Echevarría (2015), o discurso em torno à identidade nacional e às nacionalidades vê o nacional como um fato heterogêneo ao invés de unívoco e homogêneo. O nacional é a afirmação da diversidade originária frente ao colonial e ao imperialista.

Bolivia – CSCB em 1971, e a *Federación Nacional de Mujeres Campesinas de Bolivia* – FNMCB “Bartolina Sisa¹⁰⁵”, em 1980.

As *trillizas* – alcunha atribuída às três entidades, por sua aproximação em termos de origem e orientação político-ideológica – incorporam o entrelaçamento entre classe e etnia, entre o sindical e o comunal¹⁰⁶, decorrentes de uma realidade objetiva criada com a reforma agrária da Revolução Nacional de 1952.

Tendo em vista a reestruturação econômica neoliberal principiada em 1985, é na década de 1990 que se somam as condições que tornam possível o campesinato começar a despontar na liderança popular no seio das classes subalternas. O protagonismo deslocava-se, pois, para o campo, especialmente para o *Chapare*, em *Cochabamba*, “onde predominará um discurso de tipo camponês complementado com alguns componentes culturais indígenas” (GARCÍA-LINERA, 2008b, p. 57). Esta região seria a de maiores enfrentamentos entre Estado e sociedade civil, liderada pela CSUTCB e Bartolinas, na década de 1990.

O *Chapare*, região tropical propícia à agricultura, destaca-se pela produção da folha de coca. Ocorre que, para acessar recursos de agências americanas – bem como atender aos interesses de multinacionais do agronegócio que buscavam produzir naquelas terras – o governo boliviano declarou guerra à coca e, por conseguinte, aos 70 mil camponeses desse território.

A luta camponesa em torno da terra, neste contexto, encontrava na folha da coca um elemento totalizante e unificador: de um lado, uma cultura milenar, de

¹⁰⁵ O nome é uma homenagem à Bartolina Sisa, líder indígena que comandou, ao lado de seu companheiro Túpac Katari, os grandes levantamentos indígenas do século XVIII. As Bartolinas nascem como “braço” da CSUTCB, em processo de empoderamento das camponesas: “Durante el Congreso Campesino Departamental de La Paz, realizado el año 1977, las mujeres manifestaron su deseo de articularse consolidándose así de manera orgánica varias organizaciones, como la Asociación Departamental de Mujeres Campesinas de Oruro (ADEMCO), y los Congresos de los Clubes de Madres (1978-79). En 1979, se organiza el Primer Sindicato Comunal Femenino en el departamento de La Paz. Ese mismo año, se nombra un comité *ad hoc* para convocar al Primer Congreso Nacional de Mujeres Campesinas. Producto de éste, el 10 de enero de 1980, se posesiona la Federación Nacional de Mujeres Campesinas de Bolivia (FNMCB “BS”). La FNMCB “BS” nace como una organización representativa de las mujeres campesinas e indígenas de la región andina y algunas zonas del trópico de Bolivia; y como una organización hermana de la CSUTCB (Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia) a nivel nacional, departamental, regional y de centrales campesinas (SÁNCHEZ-ECHEVARRÍA, 2015, p. 6).

¹⁰⁶ Neste trecho referente ao seu histórico, a CSCB demonstra essa aproximação: “La usurpación de la tierra por parte de los españoles, criollos, y clases dominantes siempre ha estado unida con una lucha racial. La discriminación y el odio forman parte de la herencia colonial de América Latina que nos sigue oprimiendo. Ante esta opresión, los pueblos originarios han resistido en varias formas a lo largo de la historia. Nunca olvidando las experiencias de nuestros antepasados que se rebelaron contra los invasores españoles. A partir de la década de los 1930, adoptamos el sindicalismo para continuar nuestra lucha anti-colonial” (CONFEDERACIÓN, 2016).

origem indígena, presente em todo o país¹⁰⁷; de outro, uma imposição imperialista, que não apenas realizou treinamentos junto às forças policiais nacionais como passou à ação direta repressiva e com saldo de mortes com o passar do tempo (MORALES-AYMA, 2014)¹⁰⁸. O Chapare incorporava, também, o repertório histórico de enfrentamentos da classe mineira realocada para essa região.

Frente às incursões do Estado boliviano, progressivamente desenvolveu-se a consciência e a organização popular camponesas, também favorecidas por elementos subjetivos, como a capacidade de liderança de dirigentes como Evo Morales e Leonilda Zurita.

Um conflito de cunho econômico-corporativo e localizado transcendeu paulatinamente à dimensão ético-política (GRAMSCI, 2002), totalizante, e transbordou as fronteiras da luta particular do camponês do Trópico¹⁰⁹. As classes

¹⁰⁷ Por todo o país há o consumo da folha de coca in natura, guardadas em pequenos sacos plásticos, especialmente pelas camadas trabalhadoras indígenas. Todavia, dentre os setores médios e altos, também há tal consumo, porém, em geral, na forma de chá e industrializada ou medicação homeopática. Assim, os mineiros de Potosí a consomem para suportar as jornadas nas minas sem alimentação; os guias do *Salar del Uyuni*, os trabalhadores informais e operários em La Paz, e assim por diante.

¹⁰⁸ Aqui, não se trata apenas de determinado produto de notável consumo nacional; a coca representa uma cultura milenar dos povos indígenas da região nas mais diversas dimensões possíveis. Bem natural que dispõe de propriedades para as adversas condições climáticas e sociais – benéfica contra dores de cabeça e falta de ar devido à altitude, neutraliza a fome, indicada para reumatismo, dentre outras propriedades – contudo, é no campo espiritual que reside sua força. Todos os rituais e momentos de contato com a transcendência veem-se por ela acompanhados. Certa vez estava com Danicita Cruz, militante Bartolina, e um amigo seu indianista; ocorrera uma nevada e um pico próximo à La Paz, *la Cumbre*, estava abaixo de neve. Chegando ao local, subimos e, ao lado de uma cruz, ele comentava que a Igreja Católica a construira por ali ser um caminho incaico e ponto de oferendas. Com cachaça e folha de coca, ele realizou uma pequena celebração.

¹⁰⁹ Centellas-Rojas (Informação verbal) elenca os fatores constitutivos da especificidade *cocalera* que possibilitaria sua condução política do processo: “[...] cuando la clase obrera fracasa, es derrotada, es dispersada por el neoliberalismo que ha vivido toda la América Latina, se reconfigura la lucha pero ¿qué pasó con estos mineros? Por eso los campesinos adquieren el rol dirigencial. Estos mineros que son expulsados como parias por todo el territorio nacional, hay hijos de ellos que son los que se van a Cochabamba y que constituyen lo que será la base ideológica de los cocaleros. [...] Entonces la defensa [...] de coca no tiene que ver con el narcotráfico tanto como el hecho de “yo ya no voy a volver a ser condenado, a ser un paria errante que no tenga de qué vivir” y defenderán con su vida ese pedazo de tierra. Si a eso le sumas el hecho de la consciencia antiimperialista minera, la consciencia de clase heredada de los viejos mineros, pero además la presencia de las tropas norteamericanas en territorio cocalero, permanente abuso de derechos humanos, violación de mujeres, robos, asaltos, asesinatos a mansalva, al extremo indignante de izar la bandera norteamericana como si fuera territorio norteamericano el Chapare [...] El otro tema está la modalidad de la resistencia de esos pueblos indígenas; hay pueblos quechuas más agresivos, menos agresivos. [...] Pero la resistencia aimara pasiva tiene componentes muy interesantes, viene desde la cultura del Tiwanaku el que hasta el día de hoy [...] el componente del aimara es distinto, es más agresivo, es mucho más pacífico y callado, por eso se dice resistencia aimara pasiva [...] En Bolivia todas estas cosas, primero un mundo indígena compuesto así por aimaras y quechuas casi en 50%, una vanguardia cocalera que además es aimara y quechua porque no te olvides que estos hijos migrantes aimaras, quechuas, mineros, porque el minero era aimara y quechua han ido a Cochabamba, entonces eso hace que los cocaleros reflejen una vanguardia política muy superior en un mundo indígena” Entrevista concedida por CENTELLAS-ROJAS, Ximena Ana María. **Entrevista 3** [jun.

subalternas, ao se solidarizarem para com o Trópico, teciam uma unidade em seu seio e em confrontação ao colonial, ao imperialismo e à espoliação.

Mas da luta política concreta também derivavam reconfigurações no próprio seio popular. Os indígenas de terras baixas, no desenrolar das suas marchas foram também elevando demandas particulares à esfera da política, como no tocante à defesa da assembleia constituinte (TAPIA, 2010). Por outro lado, o campesinato, sob liderança da CSUTCB, mas também das Bartolinas e da CSCB, recupera o indianismo e incorpora gradualmente à sua plataforma reivindicações étnicas, reforçando o entrelaçamento entre classe e etnia¹¹⁰.

No decorrer desse processo de luta, em paralelo à pauta sindical-camponesa, iniciaram o processo de organização política com fins de combinar a luta corporativa à eleitoral. Assim, participaram das eleições municipais de 1989 com a sigla emprestada *Izquierda Unida* e das nacionais, em 1993, com a *Eje de Convergencia Patriótica* (MORALES-AYMA, 2014).

Após estas experiências e o amadurecimento da classe e da sua organização sindical¹¹¹, deliberam pela criação de seu próprio instrumento político, em 1995, durante o *I Congreso do Instrumento Político de Tierra y Territorio*, em Santa Cruz:

2014]. Entrevistador: Daniel Araújo Valença. La Paz, 2014. 1 arquivo de mp3 (1h07min). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice desta tese.

¹¹⁰ Nesse sentido, a resolução do XII Congreso Ordinario de la CSBS dizia: “Conformar Comités de Autodefensa de la Tierra, Territorio y la hoja de la coca en cada sindicato de base, central, y federación. Declarar enemigos de los campesinos, colonizadores e indígenas a los partidos burgueses como el ADN, MNR, MBL, UCS, MRTKL, y CONDEPA”, bem como “A partir de este Congreso las organizaciones sindicales llevará el bastón de mando como símbolo de autoridad de acuerdo a nuestros usos y costumbres, con su Ley AMA SUA, AMA LLULLA Y AMA QHELLA. Pedir la repatriación de nuestros símbolos de Kollasuy marca como Wiphala y el Bastón de Mando que ha sido entregado a los Estados Unidos por el Llunk'u Victor Hugo Cárdenas” (RESOLUCIÓN..., 1998) e, na mesma direção, a CSUTCB: “Entre tanto, las reivindicaciones étnicas – culturales de los pueblos originarios se incrementaron en los últimos años. Recibieron un fuerte impulso con la marcha por Territorio y Dignidad de los pueblos Nor Orientales en 1990 y con las conmemoraciones del 5º Centenario de la colonización española en 1992. La CSUTCB, por su parte, ha venido asumiendo cada vez con mayor fuerza el discurso de la identidad indígena, con varios de cuyos matices ya había nacido en 1979. Esto se puede evidenciar, entre otras muchas expresiones, en la reivindicación de TIERRA Y TERRITORIO y en el uso generalizado de la WIPHALA para símbolo de las Naciones Originarias. Es decir, de la lucha por el reconocimiento de su identidad como pueblos originarios particularmente como QUECHUAS Y AYMARAS, que dada la gran migración interna, no están solamente en las áreas rurales sino también en las ciudades e incluso en regiones no andinas de todo el territorio nacional; aymaras y quechuas ya no son sinónimos de ‘campesinos’ sino ni son ‘Naciones Originarias’ [...] Los planteamientos ideológico-políticos de la CSUTCB de la recuperación de la identidad étnica, no se han traducido en modificaciones organizativas. En otras palabras la CSUTCB tiene un discurso pro-indígena originario, pero una organización todavía fuertemente apegada al molde sindical-clasista” (PROCESO..., s/d).

¹¹¹ É o momento em que, no seio popular, há uma reestruturação da direção política: “Ahí es donde comienzan a surgir un nuevo tipo de dirigentes vinculados fundamentalmente a un nuevo sector social que tenía particularidades diferentes y que la izquierda, el marxismo nunca lo había planteado, ni lo había visto como potencialmente la dirección, y es el movimiento indígena y el movimiento

El debate se centró en que mientras nosotros no seamos poder político, nunca se cumplirán las reivindicaciones, nunca conseguiremos nada, seguiremos esperando como hace 500 años. Nosotros mismos debemos gobernarnos, creando un instrumento político para los bolivianos (MORALES-AYMA, 2014, p. 274).

A criação do instrumento perpassa, como se percebe pelo próprio nome do congresso, pela terra e pelo território, por questões de classe e étnicas em uma simbiose de difícil apartação, bem como em constante contradição¹¹². O desenvolvimento autônomo da classe, todavia, não se deu à revelia de intentos de desestabilização. No congresso da CSUTCB de 1996, delegados filiados ao MNR e ao *Movimiento Bolivia Libre* – MBL, que conformavam o bloco partidário de sustentação do governo neoliberal, buscaram derrubar a criação do Instrumento, sendo, entretanto, derrotados na assembleia final.

Tendo como primeiro dirigente Juan de la Cruz Villca, que era secretário geral da COB à época, o nome inicial do instrumento foi *Asamblea por la Soberanía de los Pueblos (ASP)*¹¹³.

Por ter seu registro eleitoral impedido de forma recorrente pelo Poder Judiciário, o *Instrumento por la Soberanía de los Pueblos* tomou emprestada a sigla MAS (Movimiento Al Socialismo), conformando o MAS-IPSP¹¹⁴. Após o MNR, único partido na história da Bolívia de sólido enraizamento social, o MAS-IPSP:

es el segundo partido en la historia boliviana que posee firmes raíces sociales, gracias a su origen de instrumento político de los sindicatos

campesino” (Informação verbal). Entrevista concedida por AGUILAR-GÓMEZ, Roberto Iván. **Entrevista 1** [jun. 2014]. Entrevistador: Daniel Araújo Valença. La Paz, 2014. 1 arquivo de mp3 (2h11min). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice desta tese.

¹¹² “El MAS había surgido como partido campesino y desde el principio se había articulado con sectores de izquierda. A pesar de que sus candidatos, ministros y militantes atraviesan todas las fronteras sociales, el MAS siempre mantenía una posición de partido del campo y de los movimientos sociales indígenas campesinos que le habían dado origen (SCHAVELZON, 2012, p. 26).

¹¹³ A “*Asamblea*”, uma vez mais, foi reivindicada pelas classes subalternas bolivianas.

¹¹⁴ Aguilar-Gómez (Informação verbal) situa a originalidade do MAS-IPSP: “Cuál fue la virtud del MAS, en realidad del IPSP: que sobre la base de un cambio radical en las concepciones, desde la propia vanguardia, la concepción de estructurarse el MAS-IPSP, el IPSP primero, porque después electoralmente se convierte en el MAS, se articula sobre una base indígena-campesina y en ese orden indígena-campesina, y sobre la base de esta fuerza de liderazgo y dirección indígena-campesina, van confluyendo los otros sectores y obviamente se van articulando a un proyecto histórico que es el que ahora llevamos adelante como una revolución democrática cultural”. Entrevista concedida por AGUILAR-GÓMEZ, Roberto Iván. **Entrevista 1** [jun. 2014]. Entrevistador: Daniel Araújo Valença. La Paz, 2014. 1 arquivo de mp3 (2h11min). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice desta tese.

cocaleros del Chapare cochabambino que luego se expande hasta constituirse en el instrumento político de las llamadas “trillizas” campesinas -Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia (CSUTCB), Interculturales (ex colonizadores) y Confederación Nacional de Mujeres Campesinas Indígenas Originarias de Bolivia “Bartolina Sisa” (CNMCI OB-BS). (CUNHA FILHO, 2014, p. 4).

Figurando como braço eleitoral dos movimentos camponeses e indígenas, ao MAS-IPSP caberia traduzir na esfera da sociedade política a crise da hegemonia neoliberal e sua substituição por um horizonte conformado pela aproximação do nacional-popular com o indígena-comunitário (CUNHA FILHO, 2015).

A quarta crise estatal boliviana, portanto, inicia-se com a *Guerra del Agua* em 2000, quando a população da cidade de Cochabamba sublevou-se contra a privatização da água e, com o apoio dos sindicatos rurais e *regantes* daquele departamento, conseguiu expulsar a *Empresa Aguas del Tunari*. A privatização não afetava a região do Trópico (MORALES-AYMA, 2014), todavia, o levante popular contou com o apoio dos *cocaleros* e revelou-se momento de consolidação da aliança campo-cidade.

A direção política do movimento foi exercida desde a *Coordinadora por la Defensa de la Vida y el Agua*, rede de movimentos e organizações sociais contrários à privatização. Para Tapia (2010), foi este sujeito que articulou, durante a Guerra da Água, uma plataforma política em torno da restituição do caráter público dos serviços estatais, da nacionalização dos recursos naturais e da Assembleia Constituinte:

La Coordinadora no es una organización indígena en sí misma, es una organización que articula sindicatos campesinos, comités de regantes, sindicatos fabriles y varias otras formas de organización de la sociedad civil, pero que no tenía por objeto el proceso de unificación de una nación, a no ser la reconstitución de la nación boliviana. Es por eso que es importante el componente nacionalización. Lo importante es que una organización que no es propiamente indígena retoma la idea de una asamblea plurinacional y, además, la idea de que esta Asamblea Constituyente tendría que ir dirigida al diseño y construcción de un Estado Plurinacional (TAPIA, 2010, p. 141-142).

Neste momento, no seio da sociedade civil, começa-se o desenho de transformações estruturais em âmbito de sociedade política – o Estado Plurinacional – decorrente da simbiose das mais diversas lutas das classes e dos setores subalternos travadas nas décadas e séculos anteriores.

A afirmação do plurinacional por uma organização não eminentemente indígena expressava dois elementos: o primeiro, que a proposição do *pluri* estava diretamente associada à afirmação do nacional que, em continente sul-americano, assume o caráter de negação do colonialismo e do imperialismo e, recentemente, do neoliberalismo. Ou seja, ao lado da dimensão cultural, religiosa, de sistema de crenças e valores, coexiste um elemento econômico e político. O imperialista se imbrica ao colonial, bem como o nacionalista ao plurinacional. Em segundo lugar, a expansão da influência do indianismo para além de suas próprias fronteiras organizativas, uma ampliação dos laços identitários.

O padrão neoliberal de acumulação por despossessão, neste momento, revela-se em xeque na sociedade. O Estado conformado pela *democracia pactada* e puramente representativa, regido pelo “livre mercado” e eficiência privada na economia, sob correlação de forças impostas pelo capital transnacional, havia se esgotado. O Impuestazo e a Guerra do Gás consolidariam a crise estatal.

Em 2003, alegando *déficit* fiscal – mesmo após a “capitalização” ou, em verdade, privatização das empresas públicas bolivianas a valores inferiores ao do mercado – Goni implementou uma majoração de impostos – incluso sobre a renda – conhecida como “El Impuestazo”, levando à sublevação de trabalhadores urbanos, bem como da polícia nacional. O conflito entre estes e as forças armadas deixou, novamente, dezenas de vítimas.

No mesmo ano, em outubro, o Governo anunciou que o gás do *departamento* de Tarija seria exportado por um consórcio internacional, o *Pacific LNG*, para os Estados Unidos e por território chileno¹¹⁵. A partir da organização comunitária e territorial, a cidade de El Alto¹¹⁶ se levantou e, em uma semana, 63 pessoas eram assassinadas pelas forças estatais¹¹⁷.

No cume da Guerra do Gás, após a morte de 73 militantes, o cerco a La Paz e a fuga de Goni por helicóptero desde o Palácio Quemado¹¹⁸, setores da esquerda

¹¹⁵ Some-se a essa postura de reviver políticas neoliberais numa década de rechaço popular a esta via, à insatisfação histórica dos bolivianos em relação aos chilenos em função da perda de seu território e acesso ao mar.

¹¹⁶ Cidade conurbada com La Paz e com mais de um milhão de habitantes, a maioria advinda do êxodo rural e do fechamento de minas.

¹¹⁷ O ex-presidente encontra-se hoje vivendo sob cobertura dos Estados Unidos, sendo reivindicação dos mais diversos movimentos o seu julgamento por crimes contra a humanidade.

¹¹⁸ “[...] es la “derrota definitiva”, que es una derrota militar en contextos de lo que es un proceso revolucionario, porque [es] una derrota ideológica, una derrota política, una derrota militar al hacer que el movimiento indígena-campesino logre frenar a la Policía de las Fuerzas Armadas, repeler su acción militar, el de la llegada de los mineros aliándose con el movimiento campesino tomando la

ventilaram a possibilidade de tomada do poder por parte de Evo, hipótese não aceita por este: “[...] *me acuerdo lo que me dijo Fidel Castro antes de que sea presidente. ‘No hagan lo que yo he hecho, hagan lo que está haciendo Hugo Chávez, la revolución se hace con el pueblo, se hace en democracia. Estamos en otros tiempos’*” (MORALES-AYMA, 2014, p. 333).

Em verdade, intelectuais afins ao processo atestaram em entrevista e conversas que, nesta ocasião, Evo não detinha ainda liderança política do processo¹¹⁹. O que unia as inúmeras frações das classes subalternas era o inimigo em comum; as fricções – as diferenças regionais, entre os horizontes nacional-popular e o indígena-comunitário, dentre outras – em seu interior, contudo, eram inúmeras e a unidade ao redor de projeto político ainda se mostrava impossível.

A organização política da tradição de esquerda, de vocação ao assalto ao poder em tempos de crise de hegemonia, inexistia naquele momento histórico. A “forma multidão” potencializava a resistência ao neoliberalismo, contudo, revelava-se insuficiente para liderar novo processo político. Roberto Aguilar narrava as confabulações revolucionárias:

[...] porque las condiciones militares en ese momento insurreccionales estaban dadas. ¿Qué es lo que faltaba? Lo que Lenin le llamaba la condición subjetiva, el contexto del partido, el contexto de la organización. A mí me tocó vivir la experiencia de estar en la Universidad, yo era docente universitario y con un grupo de estudiantes tomamos la universidad e hicimos apertura para que los mineros se alojen ahí y en la noche, cuando los mineros hacían fogatas para cubrirse del frío y poder debatir, yo escuchaba, escuchábamos con todos los compañeros, el debate que había y era

ciudad de La Paz, les demostró que militarmente no había quien se les pusiera al frente, entonces, esa derrota militar abre la posibilidad innegablemente de una derrota política, cambio de gobierno e inmediatamente viene el período de transición hasta las siguientes elecciones” (Informação verbal). Entrevista concedida por AGUILAR-GÓMEZ, Roberto Iván. **Entrevista 1** [jun. 2014]. Entrevistador: Daniel Araújo Valença. La Paz, 2014. 1 arquivo de mp3 (2h11min). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice desta tese.

¹¹⁹ Nesse sentido, afirma Aguilar-Gómez (Informação verbal): “[...] en realidad el contexto de la articulación y el ascenso de Evo estaba consolidándose en ese momento, entonces no constituía todavía un referente político general” [...] Él era el dirigente cocalero campesino, de interculturales, pero no era un dirigente de mineros, no era un dirigente de fabriles, era un compañero más. Entonces este tema ha creado un vacío en la dirección y obviamente se llega a la conclusión que estamos en un gobierno de transición”. Viaña (Informação verbal) acrescenta: “[...] El MAS era muy chiquitito [...] Hasta el 2005 capaz. En 2002 ya tenían algunos diputados, senadores, cosas, pero...el MIP también, el Movimiento Indígena Pachakuti de Felipe Quispe tenía seis o siete diputados. O sea, tienes que armar una cosa de una complejidad más grande, de actores, de procesos, ¿no? Ahora, todo es el MAS pero antes era muy poco”. Entrevista concedida por VIAÑA, Jorge. **Entrevista 2** [jun. 2014]. Entrevistador: Daniel Araújo Valença. La Paz, 2014. 1 arquivo de mp3 (1h44min). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice desta tese.

muy interesante. Los mineros jóvenes decían mañana vamos a organizar y vamos a entrar de la Plaza San Francisco por la Potosí, ustedes van a entrar por la parte de arriba, les van a meter dinamita a los policías y cuando ellos retrocedan nosotros vamos a ir avanzando casa por casa. Es decir, los mineros jóvenes ya estaban diseñando la estrategia militar de la toma del poder. Avanzar hasta la Plaza Murillo y alcanzarlos. Los mineros mayores, los que tenían más edad y más experiencia, les dicen a los mineros jóvenes: ¿Y para qué vas a hacer eso? ¿Cómo para qué? Pa' sacarlo pues al Sánchez de Lozada del gobierno. Sí, lo vas a sacar, ése ya está muerto, ya no sirve. ¿Pero a quién vas a poner? Y entre ellos se miran y en esa época estaba de dirigente Solares, y dicen, ¿lo vas a poner al Solares? No puedes, ¿qué te pasa? Lo vas a...no me acuerdo que otros dirigentes había...lo vas a poner a éste, no puedes, no tampoco. ¿Quién va a subir? ¿Quién va a tomar el poder? Y comienzan a darse cuenta que el tema no era solamente hacer una derrota militar, sino tener un proyecto histórico (Informação verbal)¹²⁰.

A sucessão dessas três sublevações em princípios do século XXI, precedidas do levantamento Aimará de 2000, o maior de caráter indianista do século XX, levou a uma crise de hegemonia próxima a uma guerra civil.

No amplo espectro subalterno, que se materializava nos confrontos de rua como forma *multitud*, despontavam a liderança indígena-camponesa, expressa no MAS-IPSP e em Evo Morales, e a vertente do indianismo mais puro, com Quispe e o MIP. Os indígenas de terras baixas, apesar do impacto de suas marchas, não politizaram o processo; ou seja, não criaram instrumentos e programa aptos a se conformarem como projeto de poder. Por outro lado, o indianismo liderado por Quispe não dispunha de condições de ampliar-se desde a esfera corporativa à política, com capacidade de irradiação sob outros espectros do meio popular.

Coube, então, ao sindicalismo indígena-camponês¹²¹ a liderança de um bloco político camponês-indígena-popular¹²². Leonilda Zurita Vargas, conhecida como a

¹²⁰ Entrevista concedida por AGUILAR-GÓMEZ, Roberto Iván. **Entrevista 1** [jun. 2014]. Entrevistador: Daniel Araújo Valença. La Paz, 2014. 1 arquivo de mp3 (2h11min). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice desta tese.

¹²¹ “Mas, a partir do momento em que um grupo subalterno tornar-se realmente autônomo e hegemônico, suscitando um novo tipo de Estado, nasce concretamente a exigência de construir uma nova ordem intelectual e moral, isto é, um novo tipo de sociedade e, conseqüentemente, a exigência de elaborar os conceitos mais universais, as mais refinadas e decisivas armas ideológicas” (GRAMSCI, 2006, p.225).

¹²² Hugo Moldiz (2009) defende que se conformou um bloco “nacional-indígena-popular”. Busquei ressaltar, desde o início, o equívoco em se separar as frações no interior das classes subalternas a partir de categorias estanques e isoladas – o camponês, o indígena, o obreiro –, quando o levantamento empírico nos revela que por vezes elas se mesclaram e complementaram ao longo da história, especialmente no passado recente, mas utilizo bloco “camponês-indígena-popular”. E o faço porque, em geral, as análises quanto à Bolívia, talvez por influência do atual momento histórico do

principal dirigente *cocalera* ao lado de Evo e militante Bartolina Sisa, em entrevista exploratória, historicizava-me este processo:

Empezamos la batalla en el trópico desde el año 90, 91, 92 hasta el 2003, era una batalla en la defensa de la madre tierra, en la defensa de la hoja sagrada de coca porque acaso si tú no defiendes la madre tierra, entonces no están defendiendo la coca, sino que la coca está produciendo encima de la madre tierra, entonces defender la coca es defender la madre tierra. Defender la madre tierra era defender nuestros recursos naturales renovables y no renovables, como nuestro petróleo y nuestros ríos, nuestras aguas, eso son las cosas principales de nuestra madre tierra. Y por eso surge como vanguardia de Bolivia, como organizaciones campesinas indígenas, que somos parte de la CSUTCB. Nos organizamos, nos movilizamos y hoy en donde estamos es gracias a la lucha de los campesinos para poder tener cualquier situación, como nuestra nacionalización y tener un gobierno de izquierda (Informação verbal)¹²³.

Ao ultrapassar a fase de mobilização por demandas econômico-corporativas próprias e alcançar, progressivamente, a tessitura de plataformas ético-políticas que respondiam às contradições imediatas e mediatas do Estado boliviano (GARCÍA-LINERA, 2010), tal fração dirigente reuniu as demais ao seu redor e compuseram um bloco social de larga duração¹²⁴. Tal grupo, desde o desvelamento da crise de Estado em princípios desta década, foi tecendo sua direção intelectual e moral sobre as massas, colocando em xeque a hegemonia neoliberal anterior, e exercendo sua liderança antes mesmo de conquistar o poder governativo (GRAMSCI, 2005).

marxismo, se olvidam de trabalhar a categoria classe e atribuir ao campesinato – e que é, também, indígena – papel central no atual processo político, bem como nas contradições atuais decorrentes desta realidade particular.

¹²³ Entrevista concedida por ZURITA-VARGAS, Leonilda. **Entrevista 4** [jul. 2014]. Entrevistador: Daniel Araújo Valença. La Paz, 2014. 1 arquivo de mp3 (27 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice desta tese.

¹²⁴ Aguilar-Gómez (Informação verbal) argumenta que: “[...] se confluyen las condiciones y obviamente se llega a lo que después ya fue articulación de un proyecto revolucionario, que rompe las estructuras y las concepciones que manteníamos en la izquierda. Lo primero que se rompe es la concepción del liderazgo, la dirección la asume, el movimiento indígena-campesino. La concepción que se tenía de que al ser pequeña burguesía, pequeña propietaria no tenía interés en la transformación, queda un poco en debate, en el contexto de...cuando asumen un liderazgo que se constituye en transformador. ¿Cuál es la explicación que yo doy ahí? Que no era la condición económico-social, no era la condición económica la que primaba en el componente campesino indígena, era el componente social el que primaba. Es decir, por más que sea propietario, y eso obviamente no le dé un horizonte de cambio, la condición de humillado, excluido, marginado, discriminado, le dio la fuerza al movimiento”. Entrevista concedida por AGUILAR-GÓMEZ, Roberto Iván. **Entrevista 1** [jun. 2014]. Entrevistador: Daniel Araújo Valença. La Paz, 2014. 1 arquivo de mp3 (2h11min). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice desta tese.

Esta liderança, conformada nas lutas populares da quarta crise de Estado, materializou-se como direção político-social não no MAS-IPSP, instrumento eleitoral, mas no *Pacto de Unidad*, conformado em 2004, em Santa Cruz.

O *Pacto*¹²⁵, integrado principalmente por cinco grandes organizações nacionais – CSUTCB, FNMCB Bartolina Sisa, CSCB, CIDOB e CONAMAQ – nascia no Oriente, região mais débil para o bloco camponês-indígena-popular, como demonstração da vontade de poder e constituição de hegemonia nacional. Formalmente, segundo seus documentos, o *Pacto de Unidad* surge como espaço das organizações sociais para materializar três demandas da “*Agenda de Octubre*”, pleitos surgidos durante os processos de luta do começo do século XXI: a assembleia constituinte, referendo para nacionalização do gás e reforma Agrária (SCHAVELZON, 2012).

Ressalto que, além dos enfrentamentos de rua destes princípios de século XXI, em âmbito de luta política, ocorreu a expulsão relâmpago de Evo Morales do parlamento boliviano, em 2002, sob a acusação de terrorismo e tráfico de drogas e a intervenção do embaixador americano no cenário político local¹²⁶.

Logo após, em 2004, o MAS-IPSP se tornou a maior força política do país (sessenta prefeituras e 25% dos parlamentares municipais) e, em 2005, Evo Morales foi eleito presidente da República, tendo como plataforma principal:

recuperar los recursos económicos que se van del país, debido a la privatización y capitalización, defender la producción, la cultura, la hoja de coca. También hemos condenado la corrupción, el racismo, la descarada injerencia de los Estados Unidos, la falta de soberanía,

¹²⁵ “El Pacto de Unidad creado en Santa Cruz el 2004, está articulado por la Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia (CSUTCB), Consejo Nacional de Ayllus y Marcas del Qullasuyu (CONAMAQ), Confederación de Pueblos Indígenas del Oriente de Bolivia (CIDOB), Asamblea del Pueblo Guaraní (APG), Confederación Sindical de Colonizadores de Bolivia (CSCB), Federación Nacional de Mujeres Campesinas Indígenas Originarias de Bolivia “Bartolina Sisa” FNMCI OB ‘BS’, Confederación de Pueblos Étnicos de Santa Cruz (CPESC), Movimiento Sin Tierra (MST), Asociación Nacional de Regantes y Sistemas Comunitarios de Agua Potable y Movimiento Cultural Afrodescendientes. Actualmente en el pacto de unidad, los que mantienen su adhesión completa son la CSUTCB, FNMCI OB ‘BS’ y los Interculturales” (SÁNCHEZ-ECHEVARRÍA, 2015, p. 6). Alerto, desde já, que durante todo o período de lutas populares composto pelas sublevações da quarta crise estatal até a promulgação da nova constituição política, as organizações e os movimentos assimilam pautas e reivindicações de suas pares e atualizam suas plataformas e identidades, o que aparece, por exemplo, na troca de nomes ocorrida com as Bartolinas e com os Colonizadores.

¹²⁶ Em uma delas, às vésperas de eleições nacionais e perante o crescimento de Evo nas pesquisas, Manuel Rocha afirmou que se Evo fosse eleito presidente, cessaria a ajuda econômica americana ao país, bem como o mercado americano para o gás boliviano. Após a péssima repercussão, divulgou nota dizendo respeitar a soberania da população e que estava apenas reiterando as linhas mestras da política dos Estados Unidos na “luta” contra o terror e o narcotráfico.

el neoliberalismo [...] también el pleito de Asamblea Constituyente (MORALES-AYMA, 2014, p.315).

A quarta crise de Estado da Bolívia, em verdade, recuperou as contradições não resolvidas ao longo da história do país andino e, ao contrário das demais, destaca-se, pela primeira vez, por constituir-se em um embate entre as elites dirigentes e as classes subalternas lideradas pelos camponeses, e em favor destas aquela se resolver.

A preservação de relações sociais de produção de caráter semifeudal e da não emancipação política de indígenas implicou na convivência com periódicas crises de Estado. As classes dirigentes não exerceram seu domínio a partir do exercício de hegemonia frente aos setores subalternos, ou seja, de direção política e moral sob estas. Por conseguinte, à coercitividade se ergueram lutas populares, de caráter preponderantemente indígena, até o século XIX; mineiro, no século XX e, no século XXI, uma mescla de classe e etnia, de campesinato e indianismo. Portanto, a vitória popular em 2005 tratou-se, em verdade, de um *aufhebung*, uma superação-conservação: as diversas formas organizativas e horizontes subalternos, o sindicalismo rural, os *ayllus*, o marxismo, o nacionalismo revolucionário, o indianismo; toda esta original pluralidade subversiva histórica boliviana se encontrou, se entrelaçou e mesclou, derrotando o cambaleante bloco neoliberal.

4 DA SUPERAÇÃO DO ESTADO APARENTE E NEOLIBERAL: O EMPATE CATASTRÓFICO, A CONSTITUINTE E O AVANÇO DO BLOCO CAMPONÊS-INDÍGENA-POPULAR

“Prometo al pueblo compromiso indeclinable con la revolución democrática, prometo al pueblo obediencia a los movimientos sociales, a los que me debo, por los cuales estoy aquí y a los cuales he entregado mi vida y lo seguiré haciendo. Presidente Evo, aquí tiene a un revolucionario, a un viejo bolchevique y tupackatarista a la vez, una combinación formidable para ayudarlo”

(Álvaro García Linera)

O desmantelamento do regime colonial não representou a constituição de um “Estado ‘com o consenso dos governados’ e passível de desenvolvimento” (GRAMSCI, 2014c, p.242), em que a cidadania abranda os conflitos centrais no interior da sociedade e se irradia “como identidade nacional sobreposta às classes e origens étnicas” (ABREU, 2008, p. 142). Ao não superar a fase econômico-corporativa (GRAMSCI, 2014c), ao permanecer como adendo e intermediária da burguesia internacional, a classe dirigente boliviana terminou por construir o que Zavaleta Mercado (2013b), amparado em Gramsci, denominou de Estado Aparente. As ideias, os costumes, os valores das classes dirigentes não alcançavam as classes subalternas, seja devido ao racismo – preferiam manter uma sociedade de *apartheid* institucionalizado (GARCÍA-LINERA, 2012b) – seja, essencialmente, porque “vivían del colonialismo y del patrimonialismo, y para modernizar el Estado, tenían que cambiar la base material de su dominación, arriesgándose a construir una nueva” (GARCÍA-LINERA, 2010, p. 34).

Por outro lado, ao não conseguir condensar a totalidade da sociedade (ZVALETA-MERCADO, 2013b) – ou seja, os diversos hábitos, culturas, formas de organização política – mas apenas setores privilegiados da mesma, ao não lograr articular a territorialidade estatal, somente fragmentos espalhados do território nacional, o Estado aparente vivenciou inúmeras crises de hegemonia, bem como sofreu perdas de importantes parcelas territoriais ao longo da história.

Ao tomar posse, em 22 de janeiro de 2006, com uma maioria de 53,7%, votação inédita em todo o período anterior em que vigorou a *democracia pactada*, o

governo atuou para assegurar a unidade do novo bloco de poder dirigente, desde a afirmação das identidades étnicas e do enfrentamento ao imperial, com preponderância de uma perspectiva nacional-popular.

De acordo com Linera, o desafio consistia em assentar as bases para superar o Estado aparente mediante um “*proceso civilizatorio que a la larga tiende a diluir el Estado en la sociedad, en lo que se ha denominado la perspectiva socialista y comunitaria de un Estado integral*”¹²⁷ (GARCÍA-LINERA, 2012b, p.10).

O entrelaçamento entre classe e etnia também se revelaria na posse informal em Tiwanaku, cidade sagrada andina, quando Evo Morales recebeu o título de *Apu Mallku* – mandatário supremo dos povos andinos – dos *amautas* (sacerdotes indígenas), cujo último detentor houvera sido Túpac Amaru. Em seu discurso, Evo asseverou:

Aqui em Tiwanaku começa uma nova era para os povos do mundo. Só com a força dos povos vamos acabar com o estado colonial, com o neoliberalismo, e poderemos dobrar o braço do império. Peço a todos os indígenas que me controlem, e que se eu não puder avançar o suficiente, empurrem-me. Estamos diante de uma revolução democrática e cultural...Passamos da resistência à tomada do poder. Demonstramos que se pode derrotar democraticamente os interesses externos; queremos seguir avançando para liberar a Bolívia e a América Latina. Vamos seguir as lutas de Túpac Katari e as tarefas que nos deixou o Che [...] (BARBOSA FILHO, 2008, p. 77-78).

Em paralelo a ações concretas de refundação do Estado e reorientação econômica, o governo Evo-Linera desde seu princípio, ordenaria ideias-forças para o intento de construção de nova hegemonia político-cultural. A cerimônia indígena de posse por si só, bem como a referência a Túpac Katari, demonstrava a centralidade da questão indígena como elemento identitário, enquanto, ao lembrar Che Guevara, recuperava-se o histórico nacionalista e marxista daquele país, de maior inserção nos setores urbanos¹²⁸.

¹²⁸ A invocação do indianismo e do marxismo em torno de uma unidade indígena-camponesa-popular seria uma constante ao longo do processo iniciado em 2005. No primeiro de maio de 2014, houve uma multitudinária marcha de trabalhadoras e trabalhadores finalizada em frente ao *Palacio Quemado*. Evo, Linera e lideranças sociais subiram à sacada enquanto a multidão marchava e acenava a seus líderes. Após o desfile, antes do pronunciamento de Evo, se entoou A Internacional. Ao lado da sacada, painéis com as imagens de Túpac, Che e Bartolina.

Desde ali, iniciava-se o que García Linera (2012b) denominou de terceira fase do processo revolucionário.

Os dois grandes blocos de poder, o camponês-indígena-popular, em ascenso, e o imperial-burguês-colonial, em descenso, detinham capacidade de presença territorial e raios de liderança, no que se conformou uma dualidade em que o bloco popular comandava o governo, enquanto que o poder de Estado (lógica e mando institucional), o poder econômico – principais meios de produção que à época respondiam pelo PIB – e o poder ideológico – meios de comunicação e outros aparelhos privados de hegemonia, como a educação – permaneciam sob direção ou influência do bloco hegemônico em declínio.

Configurava-se, pois, um momento particular aos processos revolucionários que se desenvolvem através da via democrática¹²⁹, em que a existência de concepções de mundo opostas e em conflito polarizado no interior da sociedade civil, alcança também o interior do Estado (GARCÍA-LINERA, 2012b).

Perante um impasse ou empate catastrófico dado, o MAS-IPSP descartou a via etapista, bem como a possibilidade de revolução permanente ao não aceitar tomar de assalto o poder durante o auge da crise de Estado em 2003. Optou por uma estratégia aproximada à que Pomar (2014) denomina de democrático-popular e socialista, com a ação combinada de organização e mobilização em termos de sociedade civil e, em âmbito de sociedade política, a adoção de medidas reformistas, que elevassem o valor de reprodução da força de trabalho¹³⁰, *pari passu* a ações incisivas de alteração da matriz econômica nacional, deslocamento de poder das antigas elites econômicas, democratização do Estado e disputa cultural. Passo, pois, a analisá-las.

¹²⁹ No caso do Chile, por exemplo, as classes trabalhadoras alcançaram o governo em 1971, todavia o poder de Estado continuou sob controle das elites derrotadas na eleição anterior e na ocorrida durante o governo Allende. Naquele caso, a crise de hegemonia resolveu-se em favor da restauração conservadora.

¹³⁰ Para tanto, Marx parte de uma abstração de considerar não o trabalhador e o capitalista individualmente, mas a relação como classe de trabalhadores e capitalistas: “[...] devemos considerar todos os momentos determinantes da variação na grandeza de valor da força de trabalho: preço e volume de necessidades vitais elementares, natural e historicamente desenvolvidas, custos da educação do trabalhador, papel do trabalho feminino e infantil, produtividade do trabalho, sua grandeza extensiva e intensiva (MARX, 2013b, p. 631).

4.1 AS TRANSFORMAÇÕES EM TERMOS DE MATRIZ ECONÔMICA: NACIONALIZAÇÃO DE HIDROCARBONETOS E DE SETORES ESTRATÉGICOS

Ao assumir o governo em princípios de 2006, o binômio Evo-Linera iniciaria uma série de ações voltadas à reorientação da economia do país. Em âmbito internacional, a valorização das *commodities* nessa segunda metade da década possibilitava alguma margem política para países de economia primária.

Se, por um lado, o frágil desenvolvimento das forças produtivas bolivianas constituía-se num entrave para um possível intento socialista – devido à carência de excedentes – por outro, ao não ter ocorrido a generalização da subsunção do trabalho vivo pelo capital (GARCÍA-LINERA, 2009), estavam dadas condições objetivas para a preponderância do poder político sobre o econômico; ou seja, para a alteração da matriz econômica nacional desde os interesses das novas classes à frente do governo.

Como visto, ao longo de sua história, a Bolívia se constituiu como país essencialmente mineiro, produtor de gás e agricultor. Durante o período do estatismo nacionalista-revolucionário entre as décadas de 1950 e 1980, tais áreas foram incorporadas pelo Estado, ao qual cabia conduzir o processo de modernização da economia. Nas décadas seguintes, com o esgotamento do projeto nacional-revolucionário, houve a sua suplantação pelo ideário neoliberal e a construção simbólica do capital estrangeiro¹³¹ como único capaz de promover o desenvolvimento econômico nacional.

A crise de Estado materializada em 2003 produziu a quebra irremediável daquele consenso social, emergindo o pleito da nacionalização dos hidrocarbonetos como principal mobilizador social, ao lado da necessidade de uma Constituinte. Eleito a partir dessa premissa, o novo governo arriscou e foi além: iniciou um processo progressivo de ressignificação da matriz econômica boliviana, desde a

¹³¹ García-Linera destaca o vínculo entre economía e ideología neste proceso: “Desmantelada la base material de la izquierda sindical (COB) y en medio de la derrota política de la izquierda partidaria (UDP), el pensamiento conservador y de derecha, que se presentaba como renovador y progresista, ocupó monopólicamente el escenario de las representaciones legítimas del mundo. Así, durante una década y media, los principios de representación y visión del mundo dominantes, aceptados por gobernantes y gobernados, estuvieron signados por la ideología del libre mercado, la creencia en el papel desarrollista de la inversión extranjera y el cuoteo multipartidarista como sinónimo de gobernabilidad” (GARCÍA-LINERA, 2013a, p. 47).

nacionalização dos hidrocarbonetos, de setores estratégicos privatizados na década anterior e atribuição ao Estado de papel dirigente na economia.

Ao nacionalizar os hidrocarbonetos, passou ao controle do Estado o correspondente a cerca de 50% das exportações bolivianas (GARCÍA-LINERA, 2013b). A nacionalização tampouco representou um ato meramente jurídico ou político. Uma vez mais a ação política foi articulada em termos de estrutura e superestrutura; de redistribuição de excedente econômico e de afirmação das ideias-força do bloco ascendente. Em primeiro de maio de 2006, como parte das atividades comemorativas do dia dos trabalhadores, as instalações da Petrobrás amanheceriam ocupadas pelas forças armadas bolivianas e o decreto de nacionalização era anunciado.

Com tal ação de força, em parte possível em razão de o Executivo brasileiro constituir-se à época em aliado político¹³², de um lado o governo desarmava politicamente os que buscavam a expulsão das multinacionais – perspectiva idealizada que, materializada, se constituiria em séria adversidade, tendo em vista o déficit tecnológico e de *intelligentsia* nacional no setor – ao passo que reordenava o bloco dirigente desde a unidade em torno do nacional, popular e indígena.

Pelo sistema adotado, houve uma inversão quanto ao controle dos excedentes da produção dos hidrocarbonetos, pelo qual o Estado passou a apropriar-se em torno de 75% de todo valor bruto de produção gerado pelo setor (GARCÍA-LINERA, 2013b).

Dessa maneira, os ingressos saltaram de um bilhão e seiscentos milhões de dólares nos cinco anos anteriores à nacionalização, para nove bilhões e meio nos cinco anos posteriores (GARCÍA-LINERA, 2013b). Se tal resultado adveio também do cenário internacional da década passada, favorável às *commodities*, figura como indiscutível o papel da nacionalização para a recomposição do orçamento global do país¹³³, que é diretamente condicionado por essa riqueza natural.

Desde a modificação nos instrumentos de controle e exploração dos hidrocarbonetos e a apropriação de seus excedentes, ocorreu uma ruptura da estruturação econômica da sociedade. Neste campo, voltou-se para o

¹³² À época, partidários da oposição brasileira, especialmente do Democratas, cobravam declaração de guerra por atentado à soberania nacional brasileira.

¹³³ García-Linera (2013a) reconhece que a primeira década do século XXI tenha sido favorável aos países exportadores de *commodities*, porém, com base em dados da Unidad de Análisis de Políticas Sociales y Económicas – UDAPE, afirma que o Estado saltou do controle de um para três dólares a cada quatro exportados no setor de hidrocarbonetos, o principal da economia boliviana.

desenvolvimento de políticas públicas com vistas a assegurar direitos de cidadania e criação de um incipiente mercado interno, em paralelo a uma política expansiva de inversão produtiva com fins de criar um parque industrial mínimo para superar o modelo primário exportador.

Desde aí, o governo elaborou o *Plan Nacional de Desarrollo*, publicado pelo decreto supremo N° 29272¹³⁴, em que se institui o que posteriormente seria denominado de Economia Plural na CPE de 2009. Ao Estado se atribuiu papel dirigente na economia, seja como acumulador e distribuidor de excedentes econômicos, seja como indutor do desenvolvimento da economia comunitária, alterando a correlação de forças entre os blocos econômicos internos.

Em paralelo à refundação da YPFB, o governo reestruturou, nacionalizou ou criou uma série de empresas estatais: a Corporación Minera de Bolivia - COMIBOL, a Empresa Nacional de Telecomunicaciones - Entel, a Empresa Siderúrgica del Mutún, a Empresa de Apoyo a la Producción de Alimentos - EMAPA; Empresa Boliviana de Almendras – EBA, Empresa Azucarera San Buenaventura – EASBA, a Lacteosbol, que agrupa a pequenas empresas de tratamento de leite pelo país; a Papelbol, a Azucarbol, a Cartonbol, a Acebol, a Cofadena, a ENDE, de que o Estado participa com 50% das ações; a Bolivia TV, a Empresa Naviera Boliviana - Enabol; a Empresa Boliviana de Aviación – BOA, a Depósitos Aduaneros Bolivianos - DAB, a Empresa Boliviana de Industrialización de los Hidrocarburos – EBIH e a Transportes Aéreos Bolivianos – TAB. O Estado, portanto, passou a possuir empresas altamente rentáveis – como a YPFB, a Entel e a BOA – bem como várias de caráter social e estímulo à economia comunitária e outras em período de consolidação (GARCÍA-LINERA, 2012a).

Tem-se, pois, que

Así, esta apuesta estratégica de fortalecimiento de la producción para el mercado interno y de internalización estatal del excedente económico, generado con las ventas al mercado externo, está viabilizando la consolidación de un bloque de poder estatal entre productores medianos, pequeños, comunidades indígena-campesinas y Estado, que controla cerca del 58% del PIB, lo que

¹³⁴ O decreto estabelecia como objetivo do plano: “Desarrollar la convivencia equilibrada y la complementariedad con equidad de la Economía Estatal, la Economía Comunitaria – que se asienta en procesos productivos, impulsados por organizaciones sociales, comunitarias, y micro y pequeños empresarios, artesanos, organizaciones económicas campesinas, organizaciones productivas, comunidades y asociaciones urbanas y rurales–, la Economía Mixta y la Economía Privada” (BOLIVIA, 2007).

permite hablar de un bloque con suficiente materialidad económica como para encauzar las decisiones económicas de la sociedad (GARCÍA-LINERA, 2013a, p. 101).

Desenvolverei de maneira mais detalhada o tema do controle de excedentes no capítulo VI desta tese, mas, no tocante a este momento de transição e consolidação de uma nova correlação de forças, mostrou-se central o controle governamental dos setores econômicos estratégicos – minérios e hidrocarbonetos, comunicação e transportes, gêneros alimentícios – e de empresas voltadas a impulsionar a economia comunitária. A tessitura do bloco de poder em 2003 e apresentação de uma vontade nacional-popular semeada até 2005, nesse momento tende à consolidação como bloco histórico, qual seja, em uma relação orgânica entre estrutura e superestrutura (PORTELLI, 1977) capaz de dirigir intelectualmente e moralmente o todo social. Em paralelo à alteração da matriz econômica, o governo impulsionou a irradiação de ideias-força do novo bloco hegemônico, bem como a superação do conjunto lógico-procedimental do Estado neoliberal, conforme pontuo a seguir.

4.2 IRRADIAÇÃO DE IDEIAS-FORÇA: A TESSITURA DE NOVOS CONSENSOS HEGEMÔNICOS

Ao ascender ao poder estatal, o bloco dirigente levava consigo as consignas que unificaram os setores populares nos anos anteriores: constituinte, questão indígena e nacionalização de hidrocarbonetos. Em paralelo às mudanças em termos econômicos e ao prosseguimento do processo constituinte, o governo passou a emanar ações voltadas à construção de novos consensos, de uma vontade nacional-popular.

Pode-se dizer, recuperando Gramsci, que o desenvolvimento político do conceito de hegemonia, para além do progresso político-prático, realiza-se como um grande progresso filosófico, já que pressupõe uma unidade intelectual e uma ética adequada a uma concepção do real que superou o senso comum e tornou-se crítica, por mais que ainda restrita, incipiente, em desenvolvimento (GRAMSCI, 2006). Tratava-se de, derrotado o projeto neoliberal em âmbito eleitoral e postas em crise suas concepções de mundo e sociabilidade, constituir um arcabouço simbólico-cultural apto a suplantiar os valores neoliberais-capitalistas em termos de ideias e

valores regentes da sociedade. Ou, mais ainda, tratava-se de formar “[...] uma estreita ligação entre grande massa, partido e grupo dirigente; e todo o conjunto, bem articulado, pode se movimentar como um ‘homem-coletivo’” (GRAMSCI, 2006, p.148).

Para tanto, o governo iniciou uma incisiva ação em duas grandes frentes concomitantes e interdependentes: uma de contrainformação estatal diária e, a outra, de semear a ampliação do conjunto de intelectuais componentes do bloco histórico emergente. No tocante à primeira, o governo criou a empresa estatal de televisão, Bolívia TV. Em paralelo, fundou o jornal diário *Cambio*, disponível pela internet e com distribuição impressa de alcance semelhante aos jornais de natureza empresarial. Ampliou também o acesso a sinais de transmissão de rádios comunitárias por parte de sindicatos, associações e movimentos, especialmente indígenas-camponesas.

A conformação de meios de comunicação direta com a sociedade, para constituir fluxos de contrainformação e reduzir o domínio e influência dos meios empresariais, em verdade mostrou-se uma ação governamental adotada – desde intensidades distintas – pelo conjunto dos governos progressistas da região¹³⁵. Sem embargo, a particularidade do processo boliviano, neste campo, encontra-se na ação política direcionada à ampliação da camada de intelectuais¹³⁶ do novo bloco histórico.

Durante a pesquisa de campo, o cotidiano de La Paz surpreendia-me pela infinidade de debates, *talleres* em torno do *Proceso de Cambio*, das identidades bolivianas, sua história, da conjuntura internacional e outros temas¹³⁷. Por vezes, me

¹³⁵ A Argentina, por exemplo, ao passo que não obteve êxito em impulsionar meios de comunicação desenvolvidos pelas próprias organizações sociais, transformou meios de comunicação já existentes em massivos – *Televisión Pública Argentina* e *Radio Nacional* – e, *pari passu*, criou um canal infantil – *Paka Paka* – um de esportes – *Dxtv* – um de vídeos – *Incaatv* – e um canal do ministério da educação – *Encuentro* e atacou frontalmente o oligopólio empresarial com a *Ley de Medios*.

¹³⁶ Aqui, trato do termo intelectual a partir da concepção gramsciana: “Por isso, seria possível dizer que todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais (assim, o fato de que alguém possa, em determinado momento, fritar dois ovos ou costurar um rasgão no paletó não significa que todos sejam cozinheiros ou alfaiates). Formam-se, assim, historicamente, categorias especializadas para o exercício da função intelectual; formam-se em conexão com os grupos sociais mais importantes, e sofrem elaborações mais amplas e complexas em ligação com o grupo social dominante. Uma das características mais marcantes de todo grupo que se desenvolve no sentido do domínio é sua luta pela assimilação e pela conquista ‘ideológica’ dos intelectuais tradicionais, assimilação e conquista que são tão mais rápidas e eficazes quanto mais o grupo em questão for capaz de elaborar simultaneamente seus próprios intelectuais orgânicos” (GRAMSCI, 2010, p. 18-19).

¹³⁷ Dentre os quais, pude participar do seminário nacional promovido pelo *Ministério de Justicia* sobre justiça indígena e a *ley de deslinde jurisdiccional*, com a participação de ministros do Tribunal

via em uma “cola,” buscando assisti-los, por mais que as condições climáticas não facilitassem a espera. A *Vicepresidencia*, perceptivelmente à frente desta práxis político-pedagógica e também da interpretação do *Proceso de Cambio*, criou uma revista de investigação científica para incentivar a formação de uma nova *intelligentsia* boliviana, que publica seus artigos ao lado de nomes de expressão internacional. Também dentre as publicações da *Vicepresidencia*, disponíveis pela internet e por meio impresso, estão livros de García-Linera com textos seus de análise histórica da Bolívia e de desvelamento do *Proceso de Cambio*. Desde tais livros, há não apenas uma detalhada e profunda análise do ocorrido ao longo de uma década, mas a constituição de uma narrativa e interpretação histórica voltada a constituir uma concepção de mundo¹³⁸ no universo do bloco histórico. No cotidiano do campo e em entrevistas, como as realizadas com Jorge Viaña e Hugo Moldiz, intelectuais orgânicos do *Proceso de Cambio*, por vezes categorias centrais usadas por García-Linera para a interpretação da atualidade boliviana apareciam. É possível dizer que se Zavaleta foi o intérprete da ascensão e declínio do Estado nacionalista-revolucionário, García-Linera o é quanto ao Estado Plurinacional.

Por fim, outra práxis política liderada pela *Vicepresidencia* que materializou essa perspectiva estratégica foi a criação e realização periódica de seminários denominados *Pensando el Mundo desde Bolivia*, com participação de importantes intelectuais da atualidade no campo marxista e da teoria crítica¹³⁹.

Plurinacional, com exposições em castelhano e quéchua; do seminário sobre o socialismo comunitário, voltado às lideranças nacionais da CSUTCB; comemoração do dia do comunicador social, em que Álvaro García Linera fez uma exposição sobre comunicação, monopólios e rádios comunitárias; do lançamento da *Revista Migraña*, no prédio da *Vicepresidencia*, sempre acompanhado da presença de García-Linera e exposições de autores e autoras, além de recorrentes discursos de Evo e Linera em atividades políticas.

¹³⁸ Ainda no tocante aos intelectuais, afirma Gramsci: “Quando se distingue entre intelectuais e não-intelectuais, faz-se referência, na realidade, somente à imediata função social da categoria profissional dos intelectuais, isto é, leva-se em conta a direção sobre a qual incide o peso maior da atividade profissional específica, se na elaboração intelectual ou se no esforço muscular-nervoso. Isto significa que, se se pode falar de intelectuais, é impossível falar de não-intelectuais, porque não existem não-intelectuais. Mas a própria relação entre o esforço de elaboração intelectual-cerebral e o esforço muscular-nervoso não é sempre igual; por isso, existem graus diversos de atividades especificamente intelectual. Não há atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens*. Em suma, todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um ‘filósofo’, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção de mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isto é, para suscitar novas maneiras de pensar” (GRAMSCI, 2010, p. 52-53).

¹³⁹ Em 2015, com o tema “*La crisis de la economía mundial y los desafíos para América Latina*”, com Win Dierckxsens, Julio Gambina e Jaime Estay; “*Alternativas políticas para la crisis global*”, com Pablo Iglesias; em 2014 com David Harvey; em 2011, “*Es posible pensar un cambio radical hoy?*”, com Slavoj Žižek, dentre vários outros ao longo dos anos.

4.3 A CONSTRUÇÃO DO NOVO ESTADO: PASSOS E IMPASSES DO PROCESSO CONSTITUINTE

A Constituinte convocada em 2006¹⁴⁰ se consubstanciava sob caracteres completamente atípicos à tradição histórica constitucional boliviana e latino-americana. Dentre elas, destacam-se três questões centrais e interdependentes entre si: 1 era fruto da ascensão do bloco dirigente camponês-indígena-popular e não de mera alternância de elites políticas advindas de frações diversas da aristocracia e burguesia; 2 conseqüentemente, baseava-se em uma participação popular sem precedentes, ao contrário de diversas constituições elaboradas somente em âmbito de sociedade política¹⁴¹; 3 tal tessitura, por fim, implicava se alcançar não apenas mudanças de regime, como nos casos de redemocratização, ou ampliação de direitos, mas a constituição de uma lógica estatal¹⁴², reflexo do bloco social em ascensão. Paraphraseando Marx, em análise da Assembleia de Cádiz, nenhuma outra, em toda história da Bolívia, reuniu tal diversidade de classes, etnias e complexidade de interesses em conflito¹⁴³.

¹⁴⁰ Schavelzon, em original entografia do proceso constituinte, resalta essa particularidade deste proceso constituinte: “Cierta día, en una das comisiones, los asesores explicaban en el pizarrón, frente a algunos constituyentes del MAS, que el Estado Plurinacional Comunitario sería un aporte de esta Asamblea al constitucionalismo a escala mundial. Es una inédita combinación de lo social, lo liberal y lo comunitario con la cual, decían los asesores, la nueva Constitución combinaría lo mejor de los constitucionalismos francés de 1789, mexicano de 1917 y soviético de 1935, agregando también el aporte de lo comunitario por parte de los pueblos indígenas (SCHAVELZON, 2012, p. 21).

¹⁴¹ Bueno e Silva (2014) recordam que a Constituição de 1988, conhecida por “Constituição Cidadã”, tampouco fora realmente instituinte e participativa, pois, devido à correlação de forças da época, prevaleceu a tese de uma Constituinte Congressual em detrimento da proposta de Assembleia Nacional Constituinte Exclusiva. Como consequência, não houve a composição de um corpo instituinte apartado do Congresso Nacional e com dissolução predeterminada de acordo com o encerramento dos trabalhos, bem como até senadores biônicos participaram da elaboração da nova Carta Magna.

¹⁴² Nesse sentido, Roberto Aguilar (Informação verbal) contava-me um episódio da Constituinte como “*broma*”, porém, que demonstra a especificidade da experiência boliviana: “Y un día entramos al debate con las organizaciones indígenas y ellas plantean y dicen: ‘Nosotros queremos que en este nuevo Estado se reconozcan nuestras naciones’. Y viene un compañero y dice: ‘Perdón compañeros es que dentro de la teoría del Estado, Estado-Nación, no puede haber más de una nación, la configuración del Estado está sustentado en una nación’. Y un compañero lo mira y le dice: ‘¿Y quién dice eso?’ ‘Bueno dentro de la teoría constitucional del derecho francés...’; ‘¿Y quiénes son ellos?’ ‘Bueno son tratadistas constitucionalistas que han desarrollado...’; ‘Sí, pero habrán escrito para Francia, ¿no? Nosotros, los bolivianos, que vivimos aquí, somos originarios de estas tierras, queremos que nuestro estado sea un Estado que reconozca todas las naciones que somos’. Y de pronto nos dimos cuenta de que las teorías del estado, no servían para nada en la estructuración de un nuevo estado”. Entrevista concedida por AGUILAR-GÓMEZ, Roberto Iván. **Entrevista 1** [jun. 2014]. Entrevistador: Daniel Araújo Valença. La Paz, 2014. 1 arquivo de mp3 (2h11min). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice desta tese.

¹⁴³ Quanto a essa problemática, Aguilar Gómez (Informação verbal): “Todos los conflictos fueron absorbidos por la Asamblea y por eso la ves como una Asamblea conflictiva. Conflicto con las

Os elementos supracitados, por sua originalidade histórica, permitem, em termos epistemológicos, desvelar a natureza do processo constitucional. Em termos ontológicos, a Constituinte revela-se compreensível somente como parte do processo de revolução democrática, ao passo que também cumpre o papel de assentar suas bases, de atribuir-lhe estabilidade.

É vasta a bibliografia que aborda aspectos inovadores da CPE de 2009, sendo que, ao secundarizar-se os movimentos reais da sociedade boliviana e os conflitos inerentes ao processo constituinte, termina por cair num idealismo, em que a forma de manifestação suplanta o conteúdo que nela se manifesta¹⁴⁴. A CPE, então, emerge apartada de suas condicionantes, ou como fruto de uma visão fragmentada, idealizada, “movimentalista”¹⁴⁵, ou até mesmo como uma evolução moral decorrente de valores ancestrais do sujeito indígena.

Essa visão do “Estado como o que envenena”, ao fundo, ampara-se numa perspectiva binária e moral, em que o movimento social, o indígena e o Direito perfazem o universo do “bom”, do desejado, enquanto classe, sindicato e lutas de classes passam despercebidos¹⁴⁶. Em decorrência, o processo, a Constituição como

universidades y el tema de la autonomía siempre ha existido pero lo que pasó fue es que las universidades se volcaron a hacer su movilización en defensa de la autonomía a la Asamblea, entonces era como un huracán que iba atrayendo todos los conflictos. Entonces para mucha gente pareció que la Asamblea era destructiva, porque nos genera más conflictos de los que teníamos antes. No, la Asamblea lo que hizo fue visibilizarlos y atraerlos, juntarlos y ponerlos en un espacio en donde obviamente todos podían mirarlos y veían que era altamente conflictiva”. Entrevista concedida por AGUILAR-GÓMEZ, Roberto Iván. **Entrevista 1** [jun. 2014]. Entrevistador: Daniel Araújo Valença. La Paz, 2014. 1 arquivo de mp3 (2h11min). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice desta tese.

¹⁴⁴ Quanto à aparência e essência, alfineta Marx: “O economista burguês [...] não consegue distinguir entre a forma de manifestação e o que nela se manifesta, cerra os olhos para o fato de que ainda hoje o fundo de trabalho só excepcionalmente aparece sobre o globo terrestre na forma de capital (MARX, 2013b, p.643-644).

¹⁴⁵ “O grande problema de somente focar a tomada do poder, ou a construção do poder à margem do Estado, radica em que houve e há, na esquerda, a concepção de Estado como coisa. E, como coisa, ou o Estado é conquistável, ou é descartável, ‘distanciável’. Tem-se que se afastar dessa coisa que nos envenena” (GARCÍA-LINERA, 2015, p.02-03). Desde essa perspectiva, os “movimentos sociais” ou “os sujeitos indígenas” – a identidade de classe camponesa bem como seu instrumento político se veem curiosamente omitidos nessa literatura jurídica – deflagram as rebeliões do início do século XXI – Guerras da Água e do Gás – e, como em um passe de mágica, tem-se uma Constituição desimpregnada de lutas políticas concretas. Por conseguinte, ao não captar as contradições reais dos processos políticos, em momento posterior, os conflitos entre nações originárias e o governo são apreendidos de maneira idealizada, como se tivera ocorrido uma “traição” governamental aos pressupostos da CPE.

¹⁴⁶ “[...] Y, lo más decisivo, la victoria político-electoral de un *gobierno de movimientos sociales* articulados en torno a las organizaciones indígenas originarias, han cambiado la estructura del Estado y la composición del bloque social dirigente de la formación estatal. No sólo estamos ante una nueva estructura de alianzas entre clases sociales, con la capacidad de dirección política, intelectual y moral del Estado, sino que por primera vez en la historia estatal tenemos una composición de clases y naciones indígenas como bloque social dirigente del Estado – lo que es ya una doble revolución en el

seu produto e as contradições posteriores a ela, são vistas de maneira distorcida. Visando a superar esse entendimento, dedicarei a próxima seção ao processo constituinte e, em seguida, aos principais eixos constitucionais.

4.3.1 Da luta na sociedade civil para o seio da Constituinte: a composição interna e tensões no interior do Poder Instituinte

A Constituinte surgiu, ao lado da nacionalização dos hidrocarbonetos, como demanda popular nas mobilizações da quarta crise de Estado vivenciada pela Bolívia¹⁴⁷. Como visto, o bloco histórico que se estava gestando trazia consigo o acumulado de séculos de lutas populares. A questão indígena-camponesa, a indígena-originária, a perspectiva anti-imperialista do nacionalismo revolucionário, um marxismo debruçado sobre a particular realidade nacional e que supera visões marxistas esquemáticas e importadas quanto ao problema do índio; todo esse repertório conformava uma diversidade de frações das classes subalternas – inclusive quem se recusa a se “classificar” na categoria classe, como setores indianistas que afirmam ser ela uma construção ocidental – cuja unidade se formou sob a liderança política e moral do sindicalismo indígena-camponês, ao redor do *Pacto de Unidad*.

Perante a Assembleia Constituinte, o *Pacto de Unidad* revelou-se como o *locus* do encontro de organizações sindicais camponesas, indígenas originárias, de povos das terras altas e baixas, colonizadores (SCHAVELZON, 2012). O *Pacto*, os constituintes eleitos pelo MAS-IPSP e o governo Evo-Linera conformariam uma rica experiência de consensos e dissensos na busca pela materialização de um texto constitucional¹⁴⁸.

ordenamiento estatal –, clases subalternas que se alzan como organizadoras y dirigentes de la estructura estatal, rompiendo la antigua fatalidad popular de las revoluciones que reafirmaban la subalternidad de las clases subalternas; pero, por otro lado, clases sociales subalternas que a la vez son naciones indígenas – o clases populares al lado de naciones indígenas – que asumen la construcción estatal, rompiendo la exclusión secular de las naciones indígenas del mando y reconocimiento del Estado” (GARCÍA-LINERA, 2014, p.49-50).

¹⁴⁷ Não pretendo, com isto, afirmar que a demanda por uma Constituinte seja datada de princípios do século XXI. Com a quarta crise de Estado, se materializam as condições objetivas para sua viabilização política, mas seu pleito por setores específicos ocorria desde anos, tal como o da marcha dos indígenas de terras baixas de 1993.

¹⁴⁸ Para o aprofundamento quanto aos trabalhos, consensos e dissensos da Assembleia Constituinte, recomendo a etnografia realizada por Salvador Schavelzon, disponível em português com o título “A Assembleia Constituinte na Bolívia: etnografia do nascimento de um estado plurinacional” e publicada

No interior do bloco camponês-indígena-popular não estava a Central Obrera Boliviana-COB e os mineiros da *Federación*, ausentes da liderança política no ciclo 2000-2005, bem como da formação do MAS-IPSP (SCHAVELZON, 2012). O tema classe e outros caros à história da esquerda boliviana estavam a par de constituintes advindos do meio urbano de tradição marxista, tal qual o vice-presidente da Assembleia Constituinte, Roberto Aguilar.

Ademais, dentro do bloco pró-constituinte, havia tensões diversas decorrentes de sua pluralidade interna. Uma delas, dentre os constituintes do MAS-IPSP, que se revelava na separação entre orgânicos, que compuseram a lista de candidatos do partido a partir das indicações das organizações que o integram, e os “*invitados*” que, por sua trajetória ou conhecimento, foram convidados para atrair votos dos setores urbanos.

Todavia, a principal tensão, inerente ao Pacto e que se visibilizaria durante e após o processo constituinte, revelava-se no tocante às distinções entre as matrizes camponesas e indígenas originárias. CSUTCB, FNMCB “BS” e CSCB se reivindicavam como indígenas, mas não aceitavam abdicar da identidade camponesa; CIDOB (com base social dentre indígenas de terras baixas orientais) e CONAMAQ (formada especialmente por *Ayllus* de terras altas), minoritárias em termos mobilizatórios¹⁴⁹ e de presença constituinte, demandavam a identidade originária de maneira mais “pura”.

O Katarismo houvera combinado a visão classista à étnica, mas, em suas variantes indígenas mais radicais, as formas políticas da esquerda apareciam como exógenas e coloniais. Enquanto o sindicato se involucrava na mirada classista e de herança da Revolução Nacional e aparecia como polo de esquerda, Conamaq apontava para inclusão na Constituição das nações indígenas para exercer o autogoverno e a autonomia, via três passos estratégicos: reconstituir o território, restituir as autoridades dos *Ayllus* e fortalecer o governo do *Qullasuyu*.

Para Schavelzon:

La organización creció a fines de los 90 y en la década de 2000 con un discurso alternativo a la CSUTCB, tanto en la lucha katarista por la autodeterminación aymara como en la lucha campesina salida de

com adaptações na Bolívia, intitulada: “El nacimiento del Estado Plurinacional de Bolivia: versión para el debate de la Democracia Intercultural”.

¹⁴⁹ Em discurso para constituintes do MAS-IPSP, Evo dizia: “*Los indígenas son los impulsores, y los campesinos los que se movilizarán y la defenderán*” (SCHAVELZON, 2012, p. 40).

los valles cochabambinos por el control del Estado. Conamaq tenía un proyecto de gran escala, pero su trabajo era más que nada a nivel local, con articulaciones regionales, por lo que al igual que los pueblos de las tierras bajas del Bloque Indígena en el Pacto de Unidad, apuntaban a la autonomía antes que a la disputa por el poder estatal (SCHAVELZON, 2012, p.50).

Para membros da CONAMAQ, sindicatos eram formas coloniais, criadas pela esquerda ocidental; para militantes da CSUTCB, a reconstituição dos *Ayllus* era uma proposta fragmentadora e localista encabeçada por Ongs e que atendia a interesses externos. Essa disjuntiva, que por vezes colocava em dúvida a solidez do *Pacto*, expunha, a todo o momento, concepções de mundo distintas, advindas da formação social boliviana e que, com a experiência liderada pelo MAS-IPSP, logrou-se uma tensa, contraditória e criativa unidade.

Dessa multiplicidade de sentidos, compreensões, formas organizativas nacional-populares, e, também para fazer frente aos intentos separatistas da oposição, perante a qual se fazia necessário a reafirmação da nação boliviana, se alcançava uma das sínteses possíveis no artigo 3º da CPE:

La nación boliviana está conformada por la totalidad de las bolivianas y los bolivianos, las naciones y pueblos indígena originario campesinos, y las comunidades interculturales y afrobolivianas que en conjunto constituyen el pueblo boliviano (BOLIVIA, 2009).

As questões supracitadas figuravam como tensões internas do bloco camponês-indígena-popular que afluíam e ameaçavam implodir o processo constituinte. Restavam, todavia, os conflitos em âmbito da totalidade da Assembleia, que amiúde implicaria na necessidade de unidade e construção de consensos no bloco popular. Para além do MAS-IPSP, houve a eleição de outras 15 agremiações. Dos 255¹⁵⁰ constituintes, o MAS-IPSP elegeu 137, o Podemos alcançou 60, o MNR 18 (com três grupos departamentais: MNR, MNR-FRI e MNR-A3), a UN (Unidad

¹⁵⁰ Albó (2008) defende que a lei convocatória contribuiu para possibilitar uma participação da variedade geográfica, social e política da população boliviana na Constituinte. Ela estabelecia que em cada uma das 70 “*circunscripciones uninominales*” três seriam eleitos, sendo que a força política mais votada conseguia dois (necessariamente um homem seguido de mulher ou vice-e-versa) e a segunda força mais votada conquistava a terceira vaga. Os demais 45 constituintes seriam eleitos na proporção de 5 por *departamento*, sendo que a força mais votada alcançaria duas cadeiras (com equidade de gênero) e uma cadeira para cada uma das três forças políticas seguintes, exceto se a última não alcançara ao menos 5%. Nesse caso, a primeira colocada asseguraria três vagas. Tais regras, por um lado asseguravam determinada pluralidade e, por outro, tornavam praticamente impossível a conquista dos 2/3 por uma específica agremiação.

Nacional) 08; o MBL (Movimiento Bolivia Libre) 08, a AS (Alianza Social) 06; a CN (Convergencia Nacional) 05, o MOP (Movimiento Originario del Pueblo) 03; a APB (Autonomía Para Bolivia) 03, a Ayra 02; a ASP 02; o MIR-NM 1; o MCSFA 1 e AAI 1. Dentre os partidos menores, Albó (2008) demonstra que a aproximação junto ao MAS-IPSP (caso de ASP, AYRA, CN, MBL, MOP) totaliza 62% e ao Podemos (AAI, APB, MIR-NM, MNR-FRI) 28,6%, não assegurava os 2/3 à maioria nem o 1/3 à minoria – um terceiro bloco, “grupos bisagra¹⁵¹”, alcançava 9,4% (SCHAVELZON, 2012).

A ampla maioria do MAS-IPSP, por outro lado, significou uma assembleia constituinte de maioria camponesa-indígena-popular: 33% viviam na área rural; quase metade dos constituintes não alcançara 40 anos; 88 assembleístas eram mulheres (73,9% delas do MAS-IPSP ou campo de influência) e 119 falavam fluentemente uma língua originária (ALBÓ, 2008). Era, portanto, um poder instituinte atípico em relação ao constitucionalismo internacional, bem como quanto as experiências pretéritas bolivianas.

A oposição, deslocada do poder central, composta por latifundiários, oligarquias e empresários vinculados ao capital estrangeiro, alcançou êxito nas disputas *departamentales* do Oriente¹⁵², o que a possibilitou assumir uma posição de obstrução do processo constituinte em si. Este chegaria ao seu cume em 2008.

4.3.2 *Percurso da Constituinte e empate catastrófico: o encerramento do primeiro ciclo revolucionário*

As organizações sociais, através do *Pacto de Unidad*, participaram ativamente da discussão quanto a *Ley de Convocatoria a la Asamblea*, bem como quanto ao texto constituinte. As propostas articuladas buscavam atender à diversidade de demandas existentes no seio das classes subalternas, que em verdade acumulavam séculos de reivindicações. Frente a essa conjuntura, o *Pacto de Unidad* realizou uma série de encontros nacionais para, em 05 de agosto de 2006, apresentar aos constituintes uma proposta de texto constitucional, elaborada desde as bases das “*organizaciones campesinas, indígenas, originárias y de colonizadores*”, e firmada pela CSUTCB, CNMCIQB “BS”, CSCIB, Cidob, Conamaq,

¹⁵¹ Significando “dobradiça da porta”, aparentemente Albó usa essa metáfora para demonstrar o comportamento errante, pendular e, que, por fim, restaria decisivo, desse grupo.

¹⁵² Apenas nos *departamentos* de Beni, Pando e Santa Cruz, o *Podemos* elegeu 33 constituintes.

Coordinadora de Pueblos Étnicos de Santa Cruz – CPESC, Movimiento Sin Tierra de Bolivia - MST, Asamblea del Pueblo Guarani – APG, Confederación de Pueblos Étnicos Moxeños de Beni – CPEMB, Asociación Nacional de Regantes – Anarescapys e la Coordinadora de Defensa del Río Pilcomayo – Coderip (SCHAVELZON, 2012).

Mesmo a maioria das cinco principais organizações do Pacto compoendo o MAS-IPSP, e através do Instrumento terem indicado seus quadros para o papel constituinte, isto não representou o esvaziamento do debate político no interior das entidades. Ao contrário, iniciou-se um processo constituinte de natureza extremamente particular e extraordinária frente à história do constitucionalismo, materializando-se em certa triangulação – por vezes instável e tensa – entre organizações camponesas originárias, constituintes e governo.

A *Ley Especial de Convocatoria a la Asamblea Constituyente (Ley 3364/2006)* foi promulgada em 06 de março de 2006 e convocou eleições para julho. Instituiu o funcionamento da Assembleia por um ano, a partir de agosto 2006, com 255 constituintes. De acordo com a divisão temporal de Linera, iniciava-se, quanto à revolução democrática em curso, no período de seu empate catastrófico: momento em que ambos os blocos sociais apresentam projeto político nacional e com irradiação em todo o território, sem nenhum conseguir impor a derrota ao adversário. Tal conjuntura tampouco deixava de expressar-se em termos eleitorais; se Evo foi o primeiro presidente eleito com mais de 50% dos votos válidos, nas eleições para os *departamentos* e para o Senado a oposição havia sido vitoriosa.

Com o senado por ela controlado, o governo teve de realizar acordos sob frágil liame, pois, de um lado, a oposição reverberava a obstrução da constituinte e, de outro, as organizações ameaçavam declarar enfrentamento aberto aos setores conservadores. Assim, desde diversas pactuações, limitou-se a possibilidade de eleição direta de indígenas e a aprovação da mesma teria de ser por 2/3 dos constituintes (Art. 25º, *Ley 3364*). Ademais, quando da regulamentação da lei, através do Decreto Supremo N° 28753, Evo convocou, para o mesmo dia de eleição dos constituintes, um referendo para consulta quanto o *régimen autonómico* em cada *departamento*, a vir a ser vinculante no novo texto constitucional. Desde aí, a oposição atrelar-se-ia à pauta da autonomia que, no transcurso da Constituinte, iria adquirir ares separatistas e, logo após, fascistas.

Em janeiro do mesmo ano, abertos os trabalhos constituintes, conformaram-se 21 comissões temáticas, quanto às quais o MAS-IPSP foi estratégico na escolha de 11 delas para exercer a direção do processo: *Estructura del Estado, Poder Legislativo, Poder Ejecutivo, Poder Judicial, Autonomías, Educación, Hidrocarburos, Minería-Metalurgia, Desarrollo Rural, Tierra Territorio, Desarrollo Económico*. A oposição tentou obstruir e não participou da divisão das pastas, exceto alguns dissidentes interessados em participar de alguma direção de comissão oferecida pelo MAS-IPSP (SCHAVELZON, 2012).

Outro tema ao qual a oposição se agarrou com fins de mobilização social foi o da capital nacional; fissura na história boliviana desde a guerra civil, a Guerra Federal. Assim, a oposição conseguiu atrair o *Comité Interinstitucional de Chuquisaca* para tal pleito e, desde aí, mobilizou o imaginário popular em torno da demanda regional. Como Chuquisaca se constituía no *departamento* de menor inserção e mobilização das organizações populares no Ocidente boliviano, cresceram os ataques à Constituinte a ponto desta ter de transladar-se com fins de assegurar a integridade física dos constituintes.

Com o decorrer dos meses, tornou-se cada vez mais claro que o intuito da oposição era acumular forças regionais para inviabilizar a Constituinte. Ao final do termo previsto para aquela, os trabalhos não estavam concluídos e o congresso ampliaria sua duração por mais seis meses. Em 2008, todavia, a oposição altera sua estratégia e decide pelo enfrentamento aberto. Seus senadores propugnam por convocação¹⁵³ de referendo revogatório/ratificatório do mandato de presidente e o governo resolve por aceitar o “aceleramento” da crise e aprovar no parlamento a convocação do referendo, quanto à presidência e chefias dos *departamentos*.

A conjuntura se acelera rumo ao que Linera denominaria “*punto de bifurcación*”, em que o empate catastrófico entre os dois grandes blocos caminhava

¹⁵³ García-Linera argui que a movimentação ousada da oposição se dava sob orientação da embaixada americana: “Todo empieza la primera semana de mayo de 2008, cuando Goldberg [embaixador americano] se reúne con Tuto Quiroga y miembros del Senado para que aprueben la Ley de Convocatoria al Referéndum Revocatorio, confiados en que o el Presidente no aceptaría el reto y se deslegitimaría o que en caso de someterse al voto popular, sería revocado en su mandato. Sin embargo, los miembros del Consejo Nacional Democrático (CONALDE) no fueron consultados y el 23 de junio se reunieron en Tarija y emitieron una resolución en que rechazaban la realización de la consulta. El 2 de julio, Goldberg llegó de Estados Unidos, después de haber ultimado detalles y se reunió con los Prefectos del CONALDE para convencerlos de su plan, en un acto flagrante de injerencia política. El 5 de julio los prefectos “recapacitan” y aceptan ir al referéndum” (GARCÍA-LINERA, 2010, p. 120).

para uma solução de força. Ao denominá-lo também por “*momento jacobino de la revolución*”, ele o define como:

Momento en que los bloques antagónicos, los proyectos irreconciliables de sociedad que cubren territorialmente la sociedad y el Estado, deben dirimir su existencia de manera abierta, desnuda, a través de la medición de fuerzas, la confrontación (el último recurso que resuelve las luchas cuando no hay ya posibilidades de otra salida) (GARCÍA-LINERA, 2012b, p. 19).

Em 10 de agosto de 2008, o binômio Evo-Linera alcança 67,4% dos votos, percentual mais de 10% superior ao de sua eleição inicial, *pari passu* à destituição pelas urnas, de importantes nomes da oposição¹⁵⁴. Dessa maneira,

El proyecto indígena popular obrero campesino del MÁS ya no es un proyecto de la mitad del país, sino de más de los dos tercios de los bolivianos, un proyecto que es de occidente, de oriente, del valle, del trópico, de la Amazonia, del norte y del sur; se ha convertido en un proyecto nacional (GARCÍA-LINERA, 2010, p. 59).

A derrota eleitoral do bloco imperial-burguês-colonial, todavia, não representou a superação do impasse na correlação de forças nacional. Este partiria, ainda, para um último intento: a exacerbação da questão da autonomia, com um golpe de Estado fundado no separatismo.

Desde o protagonismo de *cívicos*¹⁵⁵ e *prefectos*¹⁵⁶, os passos do golpe de Estado se iniciam em 15 de agosto, quando o *Consejo Nacional por la Democracia* (CONALDE) tomou a decisão de desconhecer as autoridades nacionais, bloquear rodovias e tomar instituições públicas, sendo que, em 29 de agosto, após ataques a postos policiais, decidiu-se por bloquear o acesso à Media Luna por parte da presidência e sua equipe e pedir apoio internacional (GARCÍA-LINERA, 2010).

Neste momento, setenta instituições públicas do governo nacional estavam ocupadas ou haviam sido atacadas e destruídas, tal como a ENTEL, a Televisión Boliviana y a Red (de rádios) Patria Nueva. Em paralelo à tomada de instituições,

¹⁵⁴ *Prefectos* de La Paz e Cochabamba, destituídos na consulta revogatória.

¹⁵⁵ Andrade (2011), historiador brasileiro especialista em Bolívia, destaca que os *comités cívicos departamentales* surgiram, em sua maioria, no período entre 1967 e 1971 em resposta à ascensão do movimento de massas daquele período e encabeçados por suas respectivas elites locais.

¹⁵⁶ A Constituição de 1967, em vigor até 2009, previa, como divisão administrativa, a existência de nove departamentos, cuja administração ficava a cargo de “*prefecturas*”; desde a CPE de 2009, tal nomenclatura foi substituída por *gubernaciones*.

desatou-se o boicote de abastecimento, com o rompimento de ductos de gás e a suspensão da circulação de carne bovina.

O que se viu, logo após, foi o colonialismo e o racismo nus: os valores e concepções de mundo desde a supremacia racial, por algumas décadas adstritos e reclusos a círculos de iguais, com a ascensão e possibilidade real de efetividade hegemônica do bloco popular, materializavam-se em ações concretas de crime contra a humanidade. Em 11 de setembro, camponeses-indígenas vinculados ao MAS-IPSP, foram atacados em emboscada planejada pelo *Comité Cívico* e pela *Prefectura de Pando*, com parcimônia policial, e morte de ao menos 15 camponeses. Dentre os que sobreviveram, alguns foram violentados dentro do hospital (CRONOLOGÍA..., s/d), outros foram torturados¹⁵⁷, com o afã de imputar-lhes o recebimento de pagamento para a participação na marcha. Uma vez mais na história das classes subalternas, quando estas desenvolvem a consciência de classe e se organizam, veem-se alvo da acusação de não poderem ser senhores e senhoras de seu destino¹⁵⁸.

Ante o massacre, com o qual as forças cívicas pretendiam intimidar o bloco camponês-indígena-popular do Oriente e buscar apoio internacional à sua proposta separatista, o governo Evo-Linera decretou estado de sítio, retomou as instituições públicas dos *departamentos* do Oriente e expulsou o embaixador norte-americano Philip Goldberg, flagrado em reuniões com lideranças opositoras às vésperas do conflito (GARCÍA-LINERA, 2012b). Ademais, “de todas partes del país, desde las comunidades, ayllus, minas, fábricas y barrios, una estructura de movilización social se puso en marcha para defender la democracia y la revolución” (GARCÍA-LINERA, 2012b, p. 21). Por fim, a solidariedade internacional dos Estados-membros da União de Nações Sul-Americanas - UNASUL (GARCÍA-LINERA, 2010) conformou as condições objetivas que redundaram no isolamento dos setores separatistas.

As forças conservadoras restaram eleitoralmente derrotadas, desmoralizadas perante suas bases sociais e enclausuradas em pequenos circuitos do Oriente. Em sua quarta crise estatal do período republicano, a resolução da mesma, pela

¹⁵⁷ No vídeo artesanal “La Matanza de Porvenir”, enquanto um dos militantes é torturado, ouve-se a fala de um dos agressores: “*Por esa gente MASISTA de mierda no se tiene compasión*” (LA MATANZA..., 2008).

¹⁵⁸ O *Masacre de Porvenir* não foi, todavia, a única manifestação fascista provinda dos setores mais extremos do bloco imperial-burguês-colonial. Em entrevista a um militante do MAS-IPSP em Montero (*departamento* de Santa Cruz), que preferiu não identificar-se, ele comentava sobre a organização da juventude do MAS-IPSP para fazer frente à “juventude fascista”, em que, por vezes, enfrentaram-se, estando os fascistas munidos de armas de fogo e os masistas com dinamites.

primeira vez na história, se daria em favor das classes subalternas e sob sua direção política. Ademais, neste bloco reluzia todo o repertório histórico de lutas daquele país, conformando um sujeito histórico camponês-indígena-popular, por mais que o operariado da COB não tenha ocupado papel destacado. Tal resultado, por outro lado, conformou-se, em termos imediatos, devido a uma ação política que combinou feitos eleitorais, de força e de consenso de novas ideias-força.

Vencido o ponto de bifurcação, o governo Evo-Linera habilmente atraiu para si a plataforma da autonomia departamental (VIÑANA, 2014), desde que assegurada a unidade da nação boliviana e prevalência do poder central. Logo após essa “costura” por fora dos circuitos constituintes, foi a vez do Congresso Nacional incorporar “*carácter constituyente*” (SCHAVELZON, 2012, p.170). O debate, então, era de que, para além da questão das autonomias, os congressistas estariam aptos a negociar mudanças de forma e não de conteúdo, tendo em vista a inexistência do “espírito instituinte”.

Enquanto os intentos de acordo prosseguiam no Congresso, as organizações sociais iniciaram uma gigantesca marcha em 13 de outubro, desde Caracollo, a 200 km de La Paz, para exigir a aprovação do referendo aprovativo, bem como definidor da extensão máxima permitida para a propriedade da terra¹⁵⁹ (SCHAVELZON, 2012). Linera mais tarde a qualificaria como a mais “*multitudinária*” da “*historia social*” boliviana (GARCÍA-LINERA, 2010, p.61) e responsável pela alteração definitiva na correlação de forças em prol do bloco dirigente emergente. Nesse momento, para o contexto do *Proceso de Cambio*, ocorre outro fato histórico: a COB, depois de anos apartada do centro da luta política, resolve por unir-se à Coordenadora Nacional por el Cambio – Conalcam, “organização de organizações”, criada ainda em 2006 para a defesa do “*proceso de cambio*”.

Após inumeráveis mesas “informais”, que surgiam segundo a conjuntura e interlocutores aptos¹⁶⁰ a desenvolvê-las e que, quando obtinham êxito, tinham seus consensos levados para a mesa formal de incorporação ao texto constitucional, o Congresso aprovaria uma “*ley interpretativa*”, auto atribuindo-se competência para realizar “interpretações” (modificações, em verdade) do texto constitucional

¹⁵⁹ Esse tema será abordado de maneira mais sistemática no próximo capítulo; de qualquer maneira, uma das dissensões mais agudas da Constituinte era em torno à questão do limite da extensão da propriedade da terra.

¹⁶⁰ Schavelzon aponta que “Ni la visión separatista ni el indianismo pluralista más puro tenían lugar en esa mesa (SCHAVELZON, 2012, p. 172).

aprovado sem os 2/3 na cidade de Oruro em 2007. Em seu artigo 2º, a Ley 3941/2008¹⁶¹ estabelecia que:

En aplicación de la Institucionalidad Republicana, el principio de Soberanía Popular, el Estado Social y Democrático de Derecho, determinados en los Artículos 1, 2 y 4 de la Constitución Política del Estado, estableciéndose que es Facultad del Honorable Congreso Nacional contribuir al proceso constituyente y realizar los ajustes necesarios al texto constitucional aprobado por la Asamblea Constituyente, sobre la base de la voluntad popular y el interés nacional, por ley especial de Congreso, aprobada por dos tercios de votos de sus miembros presentes, se interpreta los alcances del Artículo 232 constitucional, en los términos siguientes [...] (LEY 3941, 2008).

Com a lei 3941/2008, o Congresso Nacional boliviano alterava a Constituição de 1967, ainda em vigor, no seu dispositivo sobre poder constituinte:

ARTICULO 232. La Reforma total de la Constitución Política del Estado es potestad privativa de la Asamblea Constituyente, que será convocada por Ley Especial de convocatoria, la misma que señalará las formas y modalidades de elección de los constituyentes, será sancionada por dos tercios de voto de los miembros presentes del H. Congreso Nacional y no podrá ser vetada por el Presidente de la República (BOLÍVIA, 1967).

A partir de tal instrumento normativo, aprovado na madrugada de 21 de outubro de 2008, a redação do Artigo 232 da Constituição de 1967 passava a vigorar com a seguinte disposição:

ARTÍCULO 232. I. La reforma total de la Constitución Política del Estado es potestad privativa de la Asamblea Constituyente, que será convocada por Ley Especial de Convocatoria, la misma que señalará las formas y modalidades de elección de los constituyentes, será sancionada por dos tercios de votos de los miembros presentes del H. Congreso Nacional y no podrá ser vetada por el Presidente de la República.

II. Concluido el proceso constituyente y recibida la propuesta constitucional, para ser sometida a consideración del pueblo soberano, el H. Congreso Nacional podrá realizar los ajustes necesarios sobre la base de la voluntad popular y del interés nacional, por ley especial de Congreso, aprobada por dos tercios de votos de sus miembros presentes.

III. Los ajustes no podrán afectar la esencia de la voluntad del constituyente.

¹⁶¹ Especialmente nesta subseção, faço uso dos trechos legais no corpo do texto tendo em vista a centralidade dos mesmos para a historicização almejada.

Enquanto os arreadores do congresso permaneciam cercados pela multidão que chegara desde a Marcha, os parlamentares do MAS-IPSP mascavam coca e os da oposição tomavam café para resistir ao cansaço e à revisão do texto constitucional (SCHAVELZON, 2012). Às 12h52min. do dia 21 de outubro, em meio aos marchantes, na *Plaza Murillo*, Evo Morales, “*llorando emocionado*”, promulgou a *Ley de Convocatoria*, aprovada por 106 parlamentares, apenas um a mais dos dois terços necessários (BARBOSA FILHO, 2008).

A lei estabeleceu para 25 de janeiro de 2009 o referendo confirmatório do novo texto constitucional, bem como para a população decidir quanto à redação final do artigo 398, que dispunha sobre a questão de terras. Em seu artigo segundo, declarava que:

ARTÍCULO 2°. Se aprueba e incorporan en el texto del Proyecto de Constitución Política del Estado los ajustes efectuados por el H. Congreso Nacional, sobre la base del trabajo realizado en el diálogo entre el Gobierno Nacional con los Prefectos y representantes municipales sobre Autonomías y por la Comisión Especial de Concertación del H. Congreso Nacional. Según texto anexo, que consta de 411 Artículos y 10 disposiciones transitorias, 1 disposición abrogatoria y 1 disposición final (LEY N° 3942, 2008).

Ao devolver à soberania popular o papel de recepcionar o novo texto constitucional, a Lei também lhe atribuiu o dever de definir quanto ao impasse no tema terra, de acordo com o seu artigo terceiro:

ARTÍCULO 3°. Las preguntas para dirimir el Artículo 398 del proyecto de Constitución Política del Estado serán las siguientes:

1. ¿Esta usted de acuerdo con la propuesta de mayoría de la Asamblea Constituyente, para que el Artículo 398 del proyecto de Constitución Política del Estado, sea incorporado a la nueva Constitución Política del Estado, con la siguiente redacción?:

“se prohíbe el latifundio y la doble titulación por ser contrarios al interés colectivo y al desarrollo del país. Se entiende por latifundio la tenencia improductiva de la tierra; la tierra que no cumpla la función económica social; la explotación de la tierra que aplica un sistema de servidumbre, semiesclavitud o esclavitud en la relación laboral o la propiedad que sobrepasa la superficie máxima zonificada establecida en la ley. La superficie máxima en ningún caso podrá exceder las diez mil hectáreas”.

2. ¿Está usted de acuerdo con la propuesta de minoría de la Asamblea Constituyente, para que el Artículo 398 del proyecto de Constitución Política del Estado, sea incorporado a la nueva Constitución Política del Estado, con la siguiente redacción?:

“Se prohíbe el latifundio y la doble titulación por ser contrarios al interés colectivo y al desarrollo del país. Se entiende por latifundio la tenencia improductiva de la tierra; la tierra que no cumpla la función económica social; la explotación de la tierra que aplica un sistema de servidumbre, semiesclavitud o esclavitud en la relación laboral o la propiedad que sobrepasa la superficie máxima zonificada establecida en la ley. La superficie máxima en ningún caso podrá exceder de cinco mil hectáreas”.

E, em seu artigo quarto, estabelecia a pergunta quanto à ratificação da totalidade do novo texto constitucional, alterada pelo senado após acordos entre governo e oposição:

ARTÍCULO 4°. La pregunta para refrendar el texto del proyecto de Constitución Política del Estado será la siguiente:

¿Está usted de acuerdo con refrendar el texto del proyecto de Constitución Política del Estado presentado por la Asamblea Constituyente, y ajustado por la Comisión Especial de Concertación del H. Congreso Nacional, que incluye los consensos logrados en el diálogo entre el Gobierno Nacional con los Prefectos y Representantes Municipales sobre autonomías, incorporando el resultado de la consulta sobre el Artículo 398 a ser resuelto en este mismo referéndum, y que la misma sea promulgada y puesta en vigencia como nueva Ley Fundamental del Estado Boliviano?.

Apesar das diversas concessões realizadas pelo MAS-IPSP no tocante ao texto original de Oruro, os principais setores da oposição e a Igreja Católica encamparam o “NO” (SCHAVELZON, 2012). Em 25 de janeiro, no referendo popular, 61% votou pelo “SÍ” à nova constituição e um rotundo 80,65% contra o latifúndio, estipulando em cinco mil hectares o limite máximo da propriedade. Após três anos, chegava-se ao fim do processo constituinte, originalmente previsto para apenas um. Após inúmeros conflitos, mortes, tentativas de bloqueio da oposição e até golpe de Estado, chegou-se ao limiar de uma guerra civil. Schavelzon comenta que o *masista* Carlos Romero, em entrevista em sua etnografia, atribuiu como condições para o acordo a polarização extrema desde 2006, o apoio internacional e, de modo fundamental, a liderança e disposição de Evo de respaldar modificações com vistas a evitar o enfrentamento aberto:

Evo Morales fue importante, nuevamente, cuando después de 17 horas de espera en la plaza Murillo los mineros detonaban cachorros de dinamita y se proponían sobrepasar el anillo policial para invadir el Congreso, expulsar a los parlamentarios que no alcanzaban un acuerdo y clausurarlo. Sólo con la voz del Presidente, que explicó que era la oposición la que buscaba una excusa para suspender la sesión, los manifestantes más radicalizados estuvieron de acuerdo en continuar esperando. Antes también el Presidente había suplicado paciencia a los ‘ponchos rojos’, que también amenazaban con tomar el Parlamento, y les había explicado que era el sector oligárquico el que tomaba instituciones (SCHAVELZON, 2012, p. 126).

Ao final, cerca de 180 artigos sofreram algum tipo de modificação, em um total de 411 do texto de Oruro.

Dentre as dezenas de modificações, frente à preocupação da oposição de sobrevivência eleitoral de seus partidos, restituiu-se o Senado – derogado na versão de Oruro – e as “*circunscripciones plurinominales*” ao texto constitucional, para além da extensão dos mandatos parlamentares até dezembro de 2009 e não mais para imediatamente após a aprovação do novo texto, como era previsto inicialmente (SCHAVELZON, 2012).

Outra temática sensível, em que a oposição avançou quanto a suas reivindicações, foi a da autonomia. O governo aceitou não subordinar as leis departamentais a decretos presidenciais, assegurando aos departamentos a qualidade legislativa. Dessa forma, em termos de hierarquia normativa, restou estabelecido, no Art. 410, a ordem de: *a) Constitución Política del Estado; b) Los tratados internacionales, c) Las leyes nacionales, los estatutos autonómicos, las cartas orgánicas y el resto de legislación departamental, municipal e indígena; d) Los decretos, reglamentos y demás resoluciones emanadas de los órganos ejecutivos correspondientes*. Por outro lado, as competências privativas do governo central passaram de 43 para 22, enquanto dos departamentos de 12 para 36.

Outras seriam as temáticas alvo de algum nível de concessões: terra e territórios, exploração de recursos naturais renováveis e direitos de terceiros, dentre outros. Ao estabelecer-se o limite de cinco mil hectares em relação a apenas novos domínios, tratava-se, em verdade, de uma concessão categórica. Apesar disto, o antigo bloco hegemônico permaneceu fiel em sua crítica à nova CPE: Tuto Quiroga participou do acordo, todavia encampou o “No”; desde os Estados Unidos, Branko Marinkovic desconhecia o acordo; Ruben Cóstas convocava para uma Frente Ampla

pelo “No”. Um senador do Podemos declarava que a CPE sobreviveria apenas ao período Evo no governo, enquanto um jornal de Santa Cruz, El Nuevo Día, em seu editorial defendia que “*el proyecto absolutista con los indígenas como escudo para perpetuarse en el poder*” havia sido abandonado ou deixado para adiante (SCHAVELZON, 2012).

Já o intelectual conservador Juan Carlos Urenda Díaz (2009), em seu livro bilíngue (castelhano-ínglês!) “El Estado catoblepas”, critica o que constituiriam cinco grandes contradições da Constituição: a) o princípio da igualdade seria violado pelo racismo expresso em seu texto; b) o sistema democrático teria sido substituído por um controle social de tipo fascista; c) o regime de autonomias seria de fato anulado por um sistema de competências centralizado no poder nacional; d) o desenvolvimento econômico limitado pela tendência ao estatismo comunitarista e um regime de investimento sobre recursos naturais absolutamente desalentador; e) a justiça comunitária como negação da justiça como função essencial do Estado.

Se as concessões acordadas não bastariam para o afã da oposição burguesa-oligárquica, tampouco faltaram críticas de capitulação por parte de setores à esquerda. Felipe Quispe, líder aimará, que no passado disputava a liderança da CSUTCB com Evo, escreveria o documento: “*Traición al movimiento indígena y popular! Evo Morales y el MAS acaban de arrodillarse nuevamente ante la derecha, los racistas y la reacción*”. Schavelzon comenta que assessores próximos a dirigentes das organizações indígenas mais críticas tomaram conhecimento do acordo em torno a não retroatividade do limite da propriedade da terra durante a marcha ao congresso e, naquele momento, defender uma dissidência seria impensável (SCHAVELZON, 2012).

Viaña, em entrevista a mim concedida, flexibiliza as concessões:

[...] el propio Álvaro García es público hermano, te presto el texto dice, “Esto es una constitución de transición, ¿por qué? Porque hemos hecho concesiones viejo, y, ¿por qué hemos hecho concesiones?, porque si no nos ibas a chingar, chau!” Listo, ahora, ¿será verdad?, ¿no será verdad?, esa es la evaluación que hacía el ejecutivo, o sea, el círculo de poder de gobierno. Es interesante pensarlo, porque yo no sé si había que realmente hacer tantas concesiones o no, no lo sé, hay una distancia corta todavía, ¿no? Pero lo que evidentemente pasó fue que se viabilizó, o sea, y viene el punto de bifurcación con la masacre de Porvenir en setiembre del mismo año, 2008. Entonces coinciden digamos, la salida del proceso

constituyente con el momento de reelección del Evo y derrota político militar de la derecha (Informação verbal)¹⁶².

García-Linera (2013b) afirma que cada vírgula alterada do rascunho da constituinte contou com a mediação de representantes da UNASUL, da Organização dos Estados Americanos - OEA e da Organização das Nações Unidas - ONU e concordância das entidades do *Pacto de Unidad* e da COB. Para ele, o texto original de Oruro fora “esticado” justamente para sobrar alternativas de acordo com a oposição.

De acordo com Viaña, a unidade do bloco popular derivava também do inimigo imediato e comum:

[...] la pelea con la derecha hacían que estas peleas tampoco llegaran muy lejos...el CIDOB podía pero no demasiado, el gobierno también aceptaba lo que el bloque indígena le imponía a veces, ¿no? De hecho muchas veces dijeron, ‘Bueno, no tenemos proyecto constituyente, el proyecto constituyente es lo que ha hecho el Pacto de Unidad’, así te decía a veces digamos los sectores más oficialistas del gobierno. Esto es muy importante entender porque hay visiones muy maniqueas ¿no?, hay unas visiones muy anti-estatalistas, hiper-movimientistas, que no entienden esta tensión y creen que los malos son los del gobierno, traidores, etcétera y también hay la otra un anti-movimiento de un estatalismo pragmático que se ‘c.’ en todo el mundo y dicen, ‘que dejen de j.’, el CIDOB que deje de ‘joder’ todo el mundo y que funcione el Estado. Esto es interesante pero se mueve en un escenario en el que estás digamos, compelido a mantenerte en unidad, o sea y hubiera sido demasiado estúpido para cualquiera más autonomista o más oficialista dentro del bloque de poder que si quieres ser de izquierda, pelearse demasiado, entonces las peleas llegaban hasta por ahí (Informação verbal)¹⁶³.

O processo constituinte boliviano repousa sua riqueza no desvelamento do que é uma constituinte, visível em tal intensidade justamente por ter se constituído em processo coordenado pelas classes subalternas em deslocamento da estrutura estatal anteriormente constituída e correspondente ao antigo bloco histórico hegemônico.

¹⁶² Entrevista concedida por VIAÑA, Jorge. **Entrevista 2** [jun. 2014]. Entrevistador: Daniel Araújo Valença. La Paz, 2014. 1 arquivo de mp3 (1h44min). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice desta tese.

¹⁶³ Entrevista concedida por VIAÑA, Jorge. **Entrevista 2** [jun. 2014]. Entrevistador: Daniel Araújo Valença. La Paz, 2014. 1 arquivo de mp3 (1h44min). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice desta tese.

Por ele, percebe-se que o texto legal é a expressão, o reflexo, de difícil correlação de forças em, que, por vezes, ou havia muito manejo político ou uma guerra civil restaria iminente. Tanto o é que o “formal”, o “doutrinário” cede espaço para o real e tem-se uma Constituição nascida não do poder instituinte em si, mas, contraditoriamente, alterada e delimitada pelo antigo poder instituído. Daí a perspectiva de Schavelzon (2012) de tratar-se de uma Constituição aberta ou transitória, como achavam alguns interlocutores do *proceso* à época. No trabalho de campo, bem como em entrevistas, tal qual a realizada com Viaña (2014), pareceu-me mais uma polarização ao redor de sua significação política – dentre os que defendiam o “*proceso de cambio*”; todos a abordavam como algo com pretensão de perpetuação, consolidação – e, dentre seus opositores, de sua negação, atribuindo-lhe o condão de ser a “Constituição do MAS” ou “Constituição de índios e camponeses”.

4.3.3 *Uma Constituição Política nacionalista, anti-imperialista, indígena e popular*

A Constituição boliviana seria a última e mais arduamente conquistada no contexto do ciclo de novas cartas magnas pelo qual passaram alguns Estados latino-americanos. Diversos autores do campo do Direito intentaram, ao longo desse período, sistematizar e teorizar acerca de tais processos. Desde aí, há uma efervescência de conceitos e nomenclaturas visando a compreender essas obras normativas de fins do século XX e princípios do século XXI. Ávila-Santamaría (2011) as denominaria de “neo-constitucionalismo transformador”; Gargarella (2009) e Leonel Júnior (2013) por “novo constitucionalismo latino-americano”; Viciano-Pastor e Martínez-Dalmau (2010) se referem também a “*constitucionalismo sin padres*”, dentre outros.

A diversidade de nomes para referir-se ao mesmo objeto denota, por um lado, a sua originalidade e, por outro, a busca de juristas por situá-lo no âmbito da teoria constitucional e sua história. Ocorre que, ao se tentar tal objetivo, por mais que importante e necessária ação científica, tem-se incorrido em uma ilusão jurídica¹⁶⁴, ou jurídico-epistemológica, em que relações materiais, concretas, contraditoriamente

¹⁶⁴ Nesse sentido, afirmava Marx: “Eden devia ter perguntado: e as ‘instituições burguesas’, são criaturas de quem? Sob o ângulo da ilusão jurídica, ele não enxerga a lei como produto das relações materiais de produção, mas, ao contrário, as relações de produção como produto da lei” (MARX, 2013b, p. 692).

edificadas na história e refletidas em um texto constitucional, são metamorfoseadas em conceitos pré-determinados ou que aspiram – mesmo sem se perceber – a certo universalismo – passíveis de utilização em realidades antitéticas como as de Bolívia e Colômbia¹⁶⁵.

A máxima “não é a história dos povos que tem de se adequar aos manuais interpretativos de análise, sejam eles marxistas ou quaisquer outros, mas sim o marxismo que deve ser aplicado como método e arcabouço teórico na análise das realidades concretas”, bem recordada por Gonçalves (2011), permanece válida, contudo, para quaisquer referenciais teóricos – liberais, pós-coloniais, etc.

No afã de desvelar a originalidade do que ocorre na América Latina, seja em termos mundiais ou de história do continente, tem-se atribuído ao “novo constitucionalismo” vida própria, e este toma contornos de produto da teoria constitucional – por mais que os autores insistam em afirmar que ele surgira à revelia da academia, tal qual o fazem Viciano-Pastor e Martínez-Dalmau (2010) – ou mesmo de sua evolução temporal¹⁶⁶. Aparentemente, nessa direção, Wolkmer e Fagundes discorrem:

Tendo em conta essa preocupação, é que se introduz e ganha força a proposta do constitucionalismo insurgente (denominado por alguns

¹⁶⁵ Em geral, esse país também visto “sob influência do novo constitucionalismo latino-americano”, por sua CPE de 1991 apresentar avanços em termos de direitos indígenas e pluralismo jurídico.

¹⁶⁶ Tanto que, de maneira insistente, praticamente todos os trabalhos abordam uma “evolução” temporal do constitucionalismo, como o fazem, nesse trecho, Viciano-Pastor e Martínez-Dalmau: “Desde este punto de vista, y sin restringirse en las conceptualizaciones clásicas, la evolución del Derecho Constitucional se ha planteado desde cuatro grandes paradigmas propios de los *momentos constituyentes* que correspondieron las vivencias históricas del constitucionalismo: el surgimiento del constitucionalismo liberal revolucionario durante las revoluciones burguesas, a partir de finales del siglo XVIII; la evolución conservadora del planteamiento revolucionario hacia el positivismo y el primitivo concepto de Estado de Derecho, fruto de la renovada coalición entre clases burguesas y monarquías o sectores conservadores, que vio su auge durante el siglo XIX y los primeros años del siglo XX; el constitucionalismo democrático, durante las primeras décadas del siglo XX, producto del enfrentamiento del Estado liberal conservador a las amenazas políticas, sociales y económicas, que provocaron el retorno del problema de la legitimidad del poder –problema que había sido apartado desde el contractualismo–; y el constitucionalismo social, cuyo objetivo nunca bien concluido era garantizar los derechos sociales que, por la vía del hecho, conformaron el fundamento de las políticas caracterizadoras del Estado del bienestar y que, académicamente, se conceptualizó en el actualmente vigente concepto de Estado Social y Democrático de Derecho; aquel que, según el planteamiento de Habermas, completaba los movimientos emancipadores de la burguesía y la socialdemocracia con las pretensiones de reconocimiento de las identidades colectivas y con las demandas de igualdad de derechos de las formas de vida culturales” (VICIANO-PASTOR, MARTÍNEZ-DALMAU, 2010, p. 309). Para a crítica à epistemologia que percebe o objeto desde uma evolução linear e progressiva na história, se constituindo, em verdade, em perspectiva liberal e positivista, ver VALENÇA, Daniel Araújo; PAIVA, Ilana Lemos. Direitos Humanos: da idealização à materialidade. In.: NOZU, Washington Cesar Shoití, et. al. **Direitos Humanos e inclusão**: discursos e práticas sociais. Campo Grande/MS: Ed. UFMS, 2014b.

de Constitucionalismo andino), que começa a gestar-se nos países latino-americanos, diante das mudanças políticas e dos novos processos constituintes com suas caracterizações. O impulso inicial do recente momento constitucional na América Latina foi marcado por um *primeiro ciclo* social e descentralizador das Constituições Brasileira (1988) e Colombiana (1991) (WOLKMER; FAGUNDES, 2011, p. 400).

Pelo abordado nesta tese, em verdade, a singularidade do processo político e constituinte boliviano não permite aproximá-la às constituições de Brasil (1988) e da Colômbia (1991), a ponto de perfazer uma sucessão de ciclos. Aproxima-se, isto sim, dos processos constituintes venezuelano e equatoriano, o que também não implica em liberalidade quanto ao estudo da específica formação social destes países para uma coerente apreensão de seus textos constitucionais.

Em outro momento, Gargarella descola o sujeito constituinte do sujeito histórico da luta política concreta e aduz que:

Podríamos agregar que la pregunta-objetivo planteada por los constituyentes bolivianos era, cuanto menos, una muy relevante, bien escogida. Pocos temas resultan más cruciales y parecen más justificados, en la actualidad boliviana, que el de la marginación indígena. En tal sentido, es un mérito del constituyente boliviano el haber salido a la búsqueda, y el de haberle hecho frente, a dicha decisiva cuestión (GARGARELLA, 2009, p. 3).

Aqui, não se trata mais do “constitucionalismo latino-americano” dotado de vida própria, mas de uma apartação entre o constituinte e a materialidade das relações sociais, entre o Estado e a sociedade¹⁶⁷. É aquele que adquire vida própria:

¿Qué problema debería escoger el futuro constituyente latinoamericano, como problema-objetivo a atender a través de una eventual reforma de la Constitución? El problema de la desigualdad, tal vez, que viene afectando de modo decisivo el desarrollo constitucional de la región? Posiblemente, pero en todo caso la pregunta está abierta, y es una que el constituyente no puede dejar simplemente de lado, como a veces ha hecho (GARGARELLA, 2009, p. 3).

¹⁶⁷ Partindo da análise do mundo do trabalho e de realidade espaço-temporal em que inexistiam os grandes partidos de massa socialdemocratas europeus do século XIX, Marx assim abordava o vínculo entre relações sociais e o âmbito jurídico: “Vimos que essas determinações minuciosas, que regulam com uma uniformidade militar os horários, os limites, as pausas do trabalho de acordo com o sino do relógio, não foram de modo algum produto das lucubrações parlamentares. Elas se desenvolveram paulatinamente a partir das circunstâncias, como leis naturais do modo de produção moderno. Sua formulação, seu reconhecimento e sua proclamação estatal foram o resultado de longas lutas de classes” (MARX, 2013b, p. 354-355).

É como, portanto, se houvesse um “espírito” constituinte, um espectro a rondar o continente para, em algum momento, responder a contradições concretas no seio de cada sociedade (em verdade, a sua particular luta de classes), de acordo com as respectivas realidades nacionais. Já Wolkmer e Fagundes (2011) enxergam tais constituições materializando “novos atores sociais”, em uma idealização em que o criador se metamorfoseia em criatura e, mais ainda, sendo passível de expansão para outras realidades específicas no continente:

Parece evidente que as mudanças políticas e os inovadores processos sociais de luta nos Estados latino-americanos engendraram não só novas constituições que materializaram novos atores sociais, realidades plurais e práticas desafiadoras, mas, igualmente, propõem, diante da diversidade de culturas minoritárias e da força inconteste dos povos indígenas do Continente, um novo paradigma de constitucionalismo, o que poderia denominar-se “Constitucionalismo Pluralista Intercultural” (compreendendo, aqui, as expressões que já vêm sendo utilizadas: constitucionalismo andino ou indígena) (WOLKMER, FAGUNDES, 2011, p. 404).

Mesmo afastando-se da vertente multicultural, Leonel Júnior também confere movimento autônomo para a forma jurídica:

Assim, ao se propor postulados questionadores do *status quo*, reformulando os paradigmas existentes, está também lançado o desafio de repensar o direito e a política a partir de um novo paradigma. Para então constituir-se uma nova hegemonia jurídica na América Latina, os parâmetros serão outros, não mais um amontoado de garantias meramente individuais, eurocêntricas e de cunho liberal. Isso possibilitará o início de uma nova conformação política e jurídica, a partir de postulados diretivos e com perspectivas reais de reformulação de um novo paradigma político para o direito. A partir das lutas sociais manifestadas pela *hiperpotentia* latino-americana, as quais não aceitam mais a insuficiência de garantias de direitos apresentadas pela Modernidade aos países periféricos e querem reconhecidos direitos próprios, de uma sociedade própria, realizadora de seu paradigma (LEONEL JÚNIOR, 2013, p. 8).

Ademais, Viciano-Pastor e Martínez-Dalmau (2010) apontam elementos formais e materiais que caracterizariam o novo constitucionalismo latino-americano (aos quais eles e a maioria da literatura englobam Bolívia, Equador, Venezuela e Colômbia). Dentre as primeiras, figuram:

han sido cuatro las características formales que más han caracterizado al nuevo constitucionalismo: su contenido innovador (originalidad), la ya relevante extensión del articulado (amplitud), la capacidad de conjugar elementos técnicamente complejos con un lenguaje asequible (complejidad), y el hecho de que se apuesta por la activación del poder constituyente del pueblo ante cualquier cambio constitucional (rigidez) (VICIANO-PASTOR; MARTÍNEZ-DALMAU, 2010, p. 322).

Por outro lado, elencam, por ordem de importância, uma série de caracteres materiais, aos quais interessa deter-nos devido ao objeto desta tese. O primeiro seria a participação popular, desde a ativação direta do poder constituinte – ou seja, trata-se de constituições fruto de assembleia nacional constituinte exclusiva e aprovação popular para sua convocatória e aprovação – à *“búsqueda de instrumentos que recompongan la perdida (o nunca lograda) relación entre soberanía y gobierno”*. Almeja-se, pois, a criação de ferramentas técnicas jurídicas para um maior controle social sobre o poder instituído e, ademais, *“sí interrumpe la posición tradicional de los partidos políticos, que si bien se mantienen principalmente en el ámbito de los derechos políticos, su papel queda limitado por la acción directa del pueblo”*¹⁶⁸ (VICIANO-PASTOR, MARTÍNEZ-DALMAU, 2010, p. 326).

O segundo aspecto mais revelador seria um amplo leque de direitos, que abarcaria não apenas aqueles historicamente reconhecidos ao longo da história constitucional, mas que traria novas abordagens: direitos específicos de nações indígenas; direitos da natureza, da *Madre Tierra*, à qual se atribui condição de sujeito de direitos, dentre outros.

Apontam, também, para a escolha pelo controle concentrado de constitucionalidade, se bem que este já havia sido parcialmente adotado na reforma constitucional de 1994 (RIVERA-SANTIVÁÑEZ, 2008)¹⁶⁹. E, por fim, indicam:

¹⁶⁸ Viciano-Pastor e Martínez-Dalmau, aparentemente, defendem que houve certo deslocamento do protagonismo político – ou repartição de espaços em termos de esfera pública – de partidos políticos para “o povo”, ou a “multidão”, nos termos de Negri. Cabe ressaltar, todavia que se os partidos tradicionais vinculados ao bloco hegemônico imperial-burguês-colonial entraram em colapso, houve permanente crescimento do MAS-IPSP entre a década de 1990 e o momento atual. Se, com a CPE de 2009 e com a própria ascensão do bloco político camponês-indígena-popular em 2006, houve a ampliação de esferas de participação política, há uma permanente e contraditória mescla, fusão, em termos de qual é o espaço de participação via Instrumento e qual o é via organização de origem. De qualquer forma, a regra é a existência da mediação da forma *organización política* e não sua suplantação.

¹⁶⁹ Rivera-Santiváñez (2008, p.189) recorda, no tocante ao controle de constitucionalidade, que “desde la reforma constitucional de 1861 rigió el modelo americano, conocido también como el modelo de la revisión judicial o control jurisdiccional difuso de constitucionalidad”.

[...] la necesidad de superar las desigualdades económicas y sociales y de plantear constitucionalmente el nuevo papel del Estado en la economía se traduce en amplios capítulos económicos. En efecto, las *constituciones económicas* en el nuevo constitucionalismo incorporan simbióticamente varios modelos económicos que van desde la iniciativa privada y la justicia redistributiva hasta la protección de la economía comunitaria, pero con un elemento común: la presencia del Estado, que se traduce en su participación en aspectos tan relevantes como la decisión pública sobre los recursos naturales, o la regulación de la actividad financiera (VICIANO-PASTOR; MARTÍNEZ-DALMAU, 2010, p. 327-328).

O horizonte pós-colonial e multicultural, ao desvencilhar-se da dialética histórica pela qual avançam as sociedades, termina por reproduzir o esquema interpretativo de determinado referencial da modernidade – o liberal – em que a estruturação do pensamento está fundada na oposição Estado x sociedade.

Por partir de tal premissa e, por fim, não superar o liberalismo, as conclusões a que se chegam, no geral, conformam interpretações distorcidas da realidade e terminam, inclusive, por dificultar a compreensão dos processos em curso.

Em perspectiva diversa, defendo que as constituições políticas de Bolívia, Venezuela e Equador inserem-se no marco de uma original conjuntura política no continente e nestes países em particular, em que, pela primeira vez, suas crises de hegemonia se resolveram em favor da ascensão de suas classes subalternas e respectivos projetos políticos.

Assim, em determinadas realidades espaço-temporais, a força das classes subalternas em ascensão levou a processos constituintes que respondiam às suas necessidades e possibilidades específicas. Daí o equívoco, por exemplo, da maioria dos juristas, que, quando abordam “o novo constitucionalismo”, compreendem em seu universo também a Constituição da Colômbia, quando sua aproximação em relação às constituições da Bolívia, do Equador e da Venezuela se mostra em existência de instrumentos de participação popular e reconhecimento a direitos indígenas, mas não quanto a aspectos concretos e centrais do processo político-econômico-social-cultural aos quais se vinculam¹⁷⁰.

¹⁷⁰ Ou quais teriam sido as previsões constitucionais de cunho anti-neoliberal e anti-imperialista na Colômbia? Em que termos aquela Constituição redireciona os excedentes em relação às suas classes sociais? Quais momentos concretos de participação popular direta, referendos revogatórios, plebiscitos, dentre outros, ocorreram por aquelas terras? Ou, para irmos a uma questão central:

Retornando à Constituição Política de Estado da Bolívia, tem-se que ela é a expressão de um processo com correlação de forças em que o bloco histórico camponês-indígena-popular recuperou a história das lutas das classes subalternas e dela produziu uma nova síntese.

Por isso, e recuperando a formação social exposta nesta tese, afirmo que ela revela duas faces principais e interdependentes entre si: mostra-se anti-imperialista e nacionalista¹⁷¹: riquezas naturais outrora vilipendiadas por multinacionais voltam-se à redistribuição de excedentes para a garantia de novo patamar de reprodução social das classes subalternas bolivianas; é plurinacional, não no sentido de reconhecer que a sociedade é multicultural, como o fizera a reforma constitucional de 1993, mas de atribuir ao Estado o caráter de plurinacional (GARCÍA-LINERA, 2010), o que significa uma indianização do Estado. Classe e etnia (ou o nacional-popular e o indígena-comunitário) entrelaçam-se no texto legal, como produto das lutas políticas concretas que desaguaram na nova CPE.

Schavelzon, ressaltando que as mudanças constitucionais detinham uma força política “real”, de potencial transformador, considera que:

Fue aprobada una Constitución ‘abierta’. La misma resulta del compromiso no totalmente madurado entre visiones diferentes, derivando en una resolución compuesta por distintas posibilidades y tensiones no resueltas en una única dirección. Se trata de artículos en los que no se define un avance ni se defienden de forma terminante las instituciones de la comunidad, pero que al mismo tiempo dan espacio para que desde un poder social o comunitario se construya autonomía o formas alternativas de democracia (SCHAVELZON, 2013, p. 9).

houve alguma alteração da correlação de forças internas no país a ponto de transformar a lógica estatal anterior?

¹⁷¹ Schavelzon dissecou a orientação política majoritária no seio do campo popular e que iria nortear a Constituição: “En alianza tensa con los pueblos indígenas de tierras altas y tierras bajas, en la elaboración del proyecto de Constitución, tenía lugar una matriz política que surgía de distintas miradas de izquierda, socialistas, de defensa de la soberanía nacional, o quizás incluso resabios del clasismo que fuera dominante en la izquierda boliviana hasta la Marcha por la Vida. Podemos unificar como ‘izquierda nacional’ [...] era quizás la mirada dominante entre los constituyentes del MAS y es también la que puede verse como mirada de la mayoría de los campesinos que formaron el Instrumento Político e ingresaron al Estado. Antes que plurinacionalidad y las tesis del indianismo katarista, que fueron fundamentales en la Constitución, los sindicatos campesinos y colonizadores llegaron con un reclamo de justicia social; de recuperación de la soberanía sobre los recursos naturales, de empleo y lucha contra la pobreza, e incluso con un antiimperialismo de izquierda que creció en la década anterior y permitió el apoyo masivo al Movimiento Al Socialismo de Evo Morales” (SCHAVELZON, 2012, p. 201).

Concluo, portanto, apontando que sua originalidade encontra-se em ser ela uma força estabilizadora da vitória do bloco de poder popular ascendente. Consequentemente, ela encerra a crise estatal anterior e fornece os alicerces para a construção de uma nova estrutura estatal com instituições correspondentes à nova correlação de forças predominante no campo político¹⁷². Como síntese desta conjuntura, uma restauração conservadora no campo político pode vir a implicar em sua futura derrocada, bem como um aprofundamento da hegemonia camponesa-indígena-popular pode vir a demandar alterações em seu texto.

¹⁷² Nesse sentido, aponta Centellas-Rojas (Informação verbal): “Entonces, si tú quieres decir cómo se inscribe esta Constitución, se inscribe en medio de una lucha de clases poderosísima, por eso no se puede hablar de esta Constitución sin entender todo el proceso constituyente que ha implicado una tensión de fuerzas, una correlación de fuerzas, la resistencia del lado conservador nacional por evitar la modificación, el avance impetuoso de los diferentes sectores que han puesto en letras de molde todo”. Entrevista concedida por CENTELLAS-ROJAS, Ximena Ana María. **Entrevista 3** [jun. 2014]. Entrevistador: Daniel Araújo Valença. La Paz, 2014. 1 arquivo de mp3 (1h07min). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice desta tese.

5 O ESTADO PLURINACIONAL EM CONSTRUÇÃO: A INDIANIZAÇÃO DO ESTADO PARI PASSU AO AVANÇO DAS CLASSES SUBALTERNAS

Demonstrei, no decorrer da presente tese, que, no contexto da formação social boliviana, da superação do Estado colonial – com a libertação nacional e instituição da República – não derivaram transformações concretas das relações sociais de produção. Como apontou Lenin (2005), a substituição da forma política não implica necessária alteração da essência da exploração capitalista¹⁷³, nem das condições de reprodução social de determinada sociedade. A extração social da mais-valia e sua apropriação privada conservaram-se sob os mesmos pilares da época colonial.

Lenin referia-se, à época, ao transladar do Estado Czarista para a República Democrática, bem como outras transformações na tipologia do poder político¹⁷⁴. De fato, a fome e a guerra persistiram naquele Estado moribundo até a sua completa regeneração com a Revolução de 1917. E o que dizer do Estado Plurinacional na Bolívia? Quais as implicações e a extensão da transformação de República para Estado Plurinacional?

Passado o momento do empate catastrófico e do ponto de bifurcação, nos quais as organizações superaram, internamente, as profundas divergências existentes no seio do bloco camponês-indígena-popular para impor uma derrota ao antigo bloco dominante, não se tratava mais de enfrentamento entre blocos de poder antagônicos¹⁷⁵, mas da emergência de distintas visões e compreensões de mundo no campo popular:

¹⁷³ Dizia ele: “[...] a essência econômica da exploração capitalista não se altera em nada pelo fato de as formas monárquicas de governo terem sido substituídas pelas repúblicas democráticas, e que, por isso, também o inverso é correto: só a forma da luta pela inviolabilidade e pela santidade dos lucros capitalistas necessita ser modificada para salvaguardá-los sob uma república democrática com a mesma eficácia que sob uma monarquia absoluta” (LENIN, 2005, p. 79).

¹⁷⁴ Poulantzas (1980, p. 142-143) assim desenvolve o problema: “construir uma teoria do Estado capitalista que, a partir das relações de produção, explique, pela própria estrutura de seu objeto, sua reprodução diferencial em função da luta de classes. Se dou tanta ênfase a esses pontos, não é por acaso: é que o teorismo formalista na teoria do Estado pode tomar diversas formas. Pelo momento afastamos uma delas; a que consiste em construir o objeto de uma teoria do Estado capitalista colocando-a em relação unicamente com as relações de produção no sentido de uma estrutura econômica, na qual a luta de classes e a dominação política só intervêm a posteriori, para explicar as concretizações-singularidades secundárias desse Estado no real histórico. Concepção que leva a negligenciar as formas específicas desse Estado”.

¹⁷⁵ Assim, pontua Linera que: “Esta victoria cierra la cuarta fase o etapa de la época revolucionaria y da inicio a la quinta que se caracterizará ya no por la presencia de contradicciones entre bloques de poder antagónicos, entre proyectos de sociedad irreconciliables como sucedía hasta aquí, sino que

[...] te crea una especie de cegueras cognitivas, o sea, a veces bueno, a veces malo; por ejemplo, del 2006 al 2008 a nadie se le ha ocurrido incluso hasta el 2010, 2011, “p.” pelearse mal y romper con el gobierno, ¿me entiendes? Porque tenías la presión de la derecha, entonces, tú decías, “p.” se notaba intuitivamente incluso que no podíamos pelear, yo tenía posición más autonomista y tú más capitalista pero eso tiene un límite. Cuando desaparece esto, la gente ya se enloquece hermano, ¿me entiendes? Entonces te peleas a muerte¹⁷⁶ (Informação verbal).

As contradições emergentes no seio do bloco camponês-indígena-popular, que García-Linera (2012b) denomina de “*tensiones creativas de la Revolución*”, conformariam um conjunto de choques e contradições internas ao processo, algumas inerentes à estratégia de transformação do Estado e da sociedade a partir do enfrentamento eleitoral¹⁷⁷, enquanto outras derivam da própria formação social peculiar boliviana.

A partir de elementos levantados por Marx, Lenin e Poulantzas, e da particular interpretação da Bolívia realizada por Garcia Linera, abordo o Estado como “condensação *material e específica* de uma relação de forças entre classes e frações de classe” (POULANTZAS, 1980, p. 148). Linera¹⁷⁸ dissecou essa

estará marcada por la presencia de contradicciones al interior del bloque nacional-popular, es decir, por tensiones entre los propios sectores que protagonizan el Proceso de Cambio, que se darán en torno a cómo llevarlo adelante. Se trata, por tanto de contradicciones no simplemente secundarias sino creativas porque tienen la potencialidad de ayudar a motorizar el curso de la propia revolución (GARCÍA-LINERA, 2012b, p. 23-24).

¹⁷⁶ Entrevista concedida por VIANA, Jorge. **Entrevista 2** [jun. 2014]. Entrevistador: Daniel Araújo Valença. La Paz, 2014. 1 arquivo de mp3 (1h44min). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice desta tese.

¹⁷⁷ Divirjo da posição de Alysso Mascaro, teórico marxista da filosofia do Direito, que, ao apontar a natureza da burocracia – seu agir umbilicalmente vinculado à continuidade da reprodução capitalista – deduz pela impossibilidade estrutural de “ação estatal que venha a proceder à superação do capitalismo em favor do socialismo, porque tal empreendimento corrói o tipo específico de relação social que sustenta tal aparato político” (MASCARO, 2013, p. 83). Conclui, então, que “não há experiências de superação das explorações capitalistas granjeadas por meio democrático-eleitoral” (MASCARO, 2013, p. 88). Se socialismo é o período de transição em que o poder político encontra-se sob o domínio dos trabalhadores e das trabalhadoras, que alicerçam novas relações de produção que não a de compra-e-venda de força de trabalho e apropriação privada das riquezas socialmente erguidas e, portanto, uma obra socialista apenas pode ser fruto de uma histórica auto-organização de trabalhadoras e trabalhadores, por outro, o Estado não pode ser visto como “coisa”, que, por sua natureza, “contaminaria” a ação política. Por essa perspectiva, qualquer experiência de disputa política do Estado desde dentro implicaria a futura cooptação à sua lógica interna. Mesmo sendo o agir da burocracia condizente com a manutenção da reprodução social – e do domínio capitalista – mesmo que o avanço popular em determinado setor estatal implique recomposição conservadora em outro polo em seu interior (POULANTZAS, 1980), em uma relação de oposição capital x trabalho, o ocupar do Estado pode vir a favorecer o desenvolvimento livre da auto-organização das pessoas.

¹⁷⁸ “[...] el Estado no es solamente una máquina, sino una síntesis colectiva de la sociedad con liderazgo interno que utiliza sus mecanismos —los monopolios coercitivos, tributarios y propietarios— para cierto tipo de iniciativas, es decir, el Estado también es un pedazo de la sociedad, jerarquizado

perspectiva e explicou o Estado a partir de três eixos: a institucionalidade, conjunto de procedimentos lógicos, regras, normas e burocratização; as ideias-força que regem o domínio estatal e o expandem por toda a sociedade; e a correlação de forças que esse Estado contraditoriamente comporta. Tal institucionalidade se rege a partir de um aparato jurídico responsável para assegurar determinada previsibilidade ante uma ordem de expansividade e mutabilidade permanente do capital.

No meio jurídico, em geral, propõe-se que o direito visa a impor barreiras ao Estado em favor de particulares, bem como instaurar os limites aos indivíduos que tornem possível a convivência em sociedade. Amparado em (POULANTZAS, 1980), considero que o direito moderno foi tecido de maneira a garantir a expansividade do capital para que, mesmo em eventuais alterações na condensação de forças no interior do Estado, não ocorra crises de Estado ou prejuízos à acumulação ampliada. Ou seja, este conjunto lógico elaborado nos três últimos séculos, permite a separação relativa das classes proprietárias em relação ao poder político, possibilitando que modificações no seio da aliança do bloco de poder venham a ser amortizadas sem redundar, necessariamente, em crises de Estado (POULANTZAS, 1980).

Disto não advém que a pressão de classes e grupos subalternizados não conquistem melhores condições de reprodução social, em que o arco de políticas públicas do Estado amplia-se – dessa maneira, maiores porções da riqueza social produzida são redistribuídas e não acumuladas na expansividade do capital – ou mesmo as contraprestações do polo dominante da relação capital x trabalho. Há, contudo, momentos históricos muito precisos em que essa barreira, praticamente intransponível, vê-se transposta por um bloco contra-hegemônico. As ideias-força que antes permitiam a relação de domínio na sociedade não surtem mais efeitos. Os aparelhos coercitivos então acionados, tampouco amortizam a plebe sublevada.

Isto se sucedeu na Bolívia, no interstício 2000-2005, em que à crise de hegemonia neoliberal se opôs um projeto político original das classes subalternas, que viria a constituir novas ideias-força, uma distinta correlação de forças no interior

internamente y con capacidad de decisión. Comenté alguna vez que si algo resume al Estado es la realización hegeliana de la idea, en el Estado la idea deviene en materia y no la materia en idea, es Hegel realizado, si algo diferencia al Estado de la universidad, de la academia, de una ONG o de un sindicato es que en el Estado la idea deviene en materia, tiene ese poder simbólico, real y material, y ahí están los recursos, los financiamientos y la burocracia para hacer cumplir y materializar la idea (GARCÍA-LINERA, 2010, p. 132)".

da sociedade e do Estado e, conseqüentemente, um novo aparato jurídico e lógica institucional.

Dissequei, nos capítulos segundo e terceiro, a formação social boliviana e suas crises de Estado. Vincularam-se à perpetuação da exploração do trabalho sob formas não capitalistas, concomitante a um desenvolvimento estatal aparente (ZVALETA MERCADO, 2013b), em que o Estado mostrava-se incapaz de irradiar-se territorialmente e impor ideias-força e modelos organizativos liberais. Em paralelo à não generalização da propriedade privada e do assalariamento como forma universal de reprodução social, o Estado boliviano não emancipou politicamente a índios e mulheres e as formas políticas modernas não se desenvolveram de fato. Isto possibilitou a preservação de formas comunitárias de reprodução social, de auto-organização e autogoverno, impedindo a individualização de seus habitantes no todo social, no Estado-nação.

O Estado, que “instaura essa atomização e *representa* (Estado representativo) a unidade do corpo (povo-nação), *fracionando-o* em mônadas formalmente equivalentes” (Poulantzas, 1980, p.70), não atingiu, nessa realidade espaço-temporal, a conformação do indivíduo liberal. De maneira dialética, o não desenvolvimento de suas forças produtivas viu-se acompanhado da não realização de seu reflexo político, a democracia representativa burguesa¹⁷⁹.

Dentre as manifestações desta realidade espaço-temporal, tem-se a não realização da formação da nação boliviana moderna e sua língua nacional necessárias como pilares de uma economia e mercado nacionais, mas, sobretudo, para o exercício da função política do Estado (POULANTZAS, 1980). Ao contrário, para amplos contingentes, a língua originária sobreviveu como o primeiro idioma¹⁸⁰ nas relações mercantis, políticas ou intersubjetivas, bem como as formas organizativas sindicais e comunitárias consubstanciaram *status* de Estado, realizando a mediação entre o indivíduo e o comum. Persistiram, portanto, apesar

¹⁷⁹ Recordo que o sufrágio universal foi conquistado somente em 1952, obra da Revolução Nacional de 52 – portanto, dos próprios trabalhadores e trabalhadoras – sendo, todavia, cassado em inúmeros momentos ditatoriais posteriores e mitigado durante o período da *democracia pactada*.

¹⁸⁰ No XVI Congreso de la Federación Única de Trabajadores Campesinos de Cochabamba, em Bolívar, assisti a oito mil camponeses debatendo sobre seus problemas de cunho produtivo, organizativo, político, em quéchua, ao longo dos três dias. Como branco, de vestimenta e idioma particular, chamava a atenção de camponeses e camponesas Indígenas. Na plenária final, que se prolongou por toda a madrugada com a “*policia sindical*” intervindo para acordar aos mais exaustos, em momentos de divergência por vezes se recorria ao castelhano. Ali, restou-me límpido que as categorias classe e etnia revelam-se umbilicalmente interligadas, de maneira completamente particular.

de subsumidas formalmente ao capital (GARCÍA-LINERA, 2009), relações de produção e formas de sociabilidade não capitalistas.

Demonstrei que, ao longo de sua história, o Estado boliviano passou por algumas experiências de busca por outro desenvolvimento que não o dependente, subjugado aos interesses do capital internacional. A principal delas, a Revolução Nacional de 1952, de orientação nacionalista, não obstante, ao passo que confrontou abertamente a submissão aos interesses estrangeiros, não dialogou com a questão étnica nem alterou a base produtiva do país. Liderada pela *intelligentsia* da pequena burguesia nacionalista, secundarizou a participação política camponesa e indígena e perdeu, no decorrer do processo político, o protagonismo operário.

O século XXI caracterizou-se pela maturação de um novo processo político, uma vez mais de contestação ao imperialismo e à sociedade colonial em suas múltiplas manifestações. Desde a vitória eleitoral em 2005, inaugurou-se um período de progressivo deslocamento da condensação de relações de força no interior do Estado (POULANTZAS, 1980) em favor do bloco popular, no seio do qual se processou por mais de uma década o encontro do campesinato, do operariado urbano e de indianistas, orientados pelo marxismo, indianismo e nacionalismo. Neste interregno, um momento central é o do nascimento do Estado Plurinacional em 2010, a partir da CPE aprovada em ténue acordo entre o oficialismo e a oposição, posteriormente referendada pela população.

A plurinacionalidade boliviana tem sido interpretada no meio jurídico, especialmente dentre aqueles que a abordam desde o horizonte das epistemologias do sul, como a ascensão, nas mais diversas dimensões – cultural, epistemológica, linguística, dentre outras – das incontáveis nações originárias da Bolívia, bem como a possibilidade de superação da sociedade colonial por cosmovisões originárias e de traços distintivos frente ao arcabouço moderno-ocidental. Por vezes, a dimensão política e da luta concreta no seio da sociedade boliviana tem sido preterida ou relegada.

Na presente tese, todavia, recorto o problema sob outro prisma. Quais os vínculos intrínsecos entre o cultural e sua base material no atual processo político? Em que termos se materializa o histórico entrelaçamento de classe e etnia no “*Proceso de Cambio*”? Pode o Estado plurinacional ser visto como uma etapa, como um intento de específica via democrática ao socialismo, tal qual afirma o atual

governo e a maior parte de sua base social? Quais as contradições deste processo e desafios postos para o futuro?

Ponho nestes termos não apenas porque expressivas frações dentre os atores que constroem o processo político reivindicam a opção estratégica pela superação do capitalismo – o próprio governo e os principais movimentos sociais¹⁸¹ que outrora fundaram o *Pacto de Unidad* – mas, também, porque, abordar o intento de superação da colonialidade, omitindo-se quanto ao problema da superação das relações de produção instauradas durante a colônia, é esquivar-se da essência da empreitada colonial. Como visto, tal experiência voltou-se ao saqueio de novos territórios, à sua inserção dependente no circuito do capitalismo comercial e no processo de reprodução simples do capital. Para isto, além do domínio militar, lançou-se mão também da subjugação cultural (MARTÍNEZ-PELÁEZ, 1994). As revoluções do capital e o processo de reprodução ampliada, no qual a América Latina também se viu imersa, tampouco podem ser esquecidas quando da reflexão sobre as opressões étnicas e culturais. O nacionalismo, aqui, com características distintivas frente ao seu homônimo europeu, revela o repúdio ao que é imperialista, à espoliação externa. Impossível, pois, a superação da colonialidade sem uma alternativa concreta, material, à lógica do capital.

Debruçar-se sobre esse objeto não se configura como tranquila escolha. Primeiro, porque inexitem fórmulas ou esquemas lógicos herméticos sobre o que é e quais passos para o caminho ao socialismo e seu estágio superior, o comunismo (HOBSBAWM, 2011b). O intento de transformar a luta política em dogmas supra-

181 Neste ponto, Leonilda Zurita, dirigente Bartolina Sisa: “Bueno de nosotros el tema de socialismo comunitario es que todos somos en común. No puede ser que tú digas, mi parcela es mía y nada más, nada. El socialismo es la solidaridad, reciprocidad, socialismo para mí es la complementariedad, vivir bien en armonía con nuestra sociedad, con la madre tierra, todos somos por iguales. Y por eso comunitario es en común, nada de solitos, un grupito, no, sino en común, trabajar de todos para todos y para el pueblo boliviano. Y no ver los intereses de grupos o de personas, sino hay que trabajar para el pueblo porque el pueblo te necesita, el pueblo es el que define y para el pueblo entendemos que nuestro proceso de cambio es del pueblo y para el pueblo” (Informação verbal). Entrevista concedida por ZURITA-VARGAS, Leonilda. **Entrevista 4** [jul. 2014]. Entrevistador: Daniel Araújo Valença. La Paz, 2014. 1 arquivo de mp3 (27 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice desta tese. E, Hilarión Mamani Navarro, líder da organização CONAMAQ: “Es muy bonito pero hay que implementar poco a poco, ¿no? No es de la noche a la mañana, el proceso es poco a poco, entonces, por eso es un trabajo conjunto no solamente los pueblos indígenas en Bolivia, también hay que aglutinar los pueblos indígenas a nivel del mundo. Debemos exportar las sabidurías ancestrales, lo que hemos avanzado en Bolivia. Y estamos muy contentos en lo que hemos avanzado y vamos a seguir avanzando, trabajando de manera conjunta” (Informação verbal). Entrevista concedida por NAVARRO-MAMANI, Hilarión. **Entrevista 6** [jul. 2014]. Entrevistador: Daniel Araújo Valença. La Paz, 2014. 1 arquivo de mp3 (26 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice desta tese.

históricos, sem mediações espaço-temporais, como demonstrado no capítulo primeiro, não respondeu aos desafios da história da luta pela emancipação humana.

Há, por outro lado, outro risco, premente, de se refletir sobre determinado processo no decorrer de seu próprio curso, com as implicações inúmeras disto decorrentes: dificuldades de apreensão da totalidade das condicionantes objetivas, possibilidades de rupturas no percurso histórico, dentre outras. Não obstante, dialeticamente, de tal opção epistemológica emergem potencialidades: uma acurada análise do processo social em seu transcurso reposiciona o marxismo desde sua principal virtude: o de poder constituir-se em guia para a compreensão da realidade concreta e para a ação política daqueles que por ela optaram (LENIN, 2005).

Sendo assim, a reflexão sobre o processo informa a própria ação política em seu interior. Em momento de refluxo progressista e avanço conservador na maioria dos países sul-americanos, tal problematização contribui para a compreensão dos processos político-jurídicos em curso, suas potencialidades, contradições, seus limites e reveses possíveis.

5.1 PLURINACIONALIDADE E IDEALIZAÇÃO: LIMITES DE UMA INTERPRETAÇÃO ABSTRATA

A luta pela superação do colonialismo e emancipação das nações indígenas percorreu séculos na Bolívia. A resistência indígena ergueu-se concomitante à Conquista, bem como massivos e extraordinários levantamentos ocorreram durante o primeiro século da República. O levante contra fazendeiros em Chayanta de 1927, o surgimento do Katarismo na década de 1970, as políticas multiculturalistas da década de 1990, o levantamento aimará em princípios do século XXI, dentre outros momentos históricos, atestam que a temática indígena sempre se mostrou como questão nacional pendente. E, buscando responder a tal demanda, a maioria política na Constituinte teceu o Estado Plurinacional.

Para a apreensão da categoria plurinacionalidade, elevada ao patamar constitucional como modelo de Estado (Art. 01, CPE), Tapia (2010), intelectual boliviano atualmente crítico ao *proceso de cambio*, opta por precisá-la na história para, então, dissecar seu conteúdo e conformação atual. Ao apontar o Estado Plurinacional como uma tipologia incomum em âmbito mundial, ele busca

compreendê-lo a partir da história concreta boliviana. Para ele, processos concomitantes envolvendo indígenas de terras baixas, o katarismo e o campesinato e novas formas de ação política urbana, coincidiram para a quarta crise estatal. Partindo de padrões organizativos, mobilizatórios e identitários específicos, as frações populares imbuíam-se umas nas outras e, por vezes, determinada reivindicação transformava-se em plataforma geral.

Quanto à plurinacionalidade, se no bloco imperial-burguês-colonial era rechaçada e arguia-se por medidas mitigantes – tais quais, desde uma perspectiva multicultural, as de caráter inclusivas – no bloco popular, distintas eram as compreensões quanto ao plurinacional.

Partindo desses pressupostos e da história¹⁸², Tapia (2010) lança a hipótese de que o *Pacto de Unidad* desenhou um protótipo de Estado Plurinacional, antes de inaugurada a Assembleia Constituinte, sendo que o MAS-IPSP o reduziu ao “*formato de un Estado liberal moderno que contiene reconocimiento multicultural*” (TAPIA, 2010, p.143). Isto porque, para ele, a CPE articulou uma lógica jurídica¹⁸³ de Estado liberal com reconhecimento multicultural:

Hay un nivel, el central, el macro o general que está pensado y diseñado con base en los criterios organizadores del Estado moderno, que implica una formulación jurídica en términos de derecho positivo, es decir, con pretensiones de universalidad, abstracción y validez general, como también una pretensión de sistematicidad o de lógica en que las normas más específicas devienen de los principios más generales. En un segundo nivel, se reconoce un conjunto de diferentes sistemas normativos, sobre todo de formas de administración de la justicia en territorios acotados donde habitan de manera predominante otros pueblos con otra cultura. [...] La actual constitución política boliviana está organizada con base en este principio de jerarquía constitucional, que implica reconocer e instituir la superioridad del sistema jurídico y de

¹⁸² Remeto o leitor à última seção do capítulo terceiro, em que historicizo a quarta crise estatal, bem como aponto a percepção de Tapia quanto a tal processo.

¹⁸³ Para tal assertiva, Luis Tapia provavelmente se ampara no artigo 410 da CPE: “Artículo 410. I – Todas las personas, naturales y jurídicas, así como los órganos públicos, funciones públicas e instituciones, se encuentran sometidos a la presente Constitución. II – La Constitución es la norma suprema del ordenamiento jurídico boliviano y goza de primacía frente a cualquier otra disposición normativa. El bloque de constitucionalidad está integrado por los Tratados y Convenios internacionales en materia de Derechos Humanos y las normas de Derecho Comunitario, ratificados por el país. La aplicación de las normas jurídicas se regirá por la siguiente jerarquía, de acuerdo a las competencias de las entidades territoriales: 1 Constitución Política del Estado; 2 Los tratados internacionales; 3 Las leyes nacionales, los estatutos autonómicos, las cartas orgánicas y el resto de legislación departamental, municipal y indígena; 4 Los decretos, reglamentos y demás resoluciones emanadas de los órganos ejecutivos correspondientes” (BOLIVIA, 2009).

instituciones políticas de origen moderno por sobre el conjunto de las otras instituciones políticas (TAPIA, 2010, p.156).

Argumentando em mesmo sentido, porém partindo de referencial político, teórico e objetivos distintos, Rojas (2011) aduz que as constituições tecidas no continente neste princípio de século apontam para o reconhecimento de direitos multiculturais e o reconhecimento de novos sujeitos jurídicos, desde a preservação das bases liberais: o governo representativo, a propriedade privada, a economia de mercado, a divisão de poderes e o reconhecimento de direitos civis e políticos fundamentais (ROJAS, 2011). Dedicando-se a analisar a influência do modelo cubano no constitucionalismo latino-americano, ele conclui que a região manteve a tradição republicana, liberal e democrática em termos de cultura jurídica¹⁸⁴:

Las constituciones venezolana de 1999, ecuatoriana de 2008 y boliviana de 2009 poseen concepciones de la propiedad, del rol del Estado dentro de la economía, de los derechos civiles y políticos y de la diversidad cultural diferentes a las de la Constitución socialista cubana. Desde un punto de vista constitucional los “socialismos del siglo XXI” se diferencian notablemente del sistema político insular, toda vez que aquellos no rompen con la tradición liberal democrática desde la plataforma doctrinal del marxismo-leninismo (ROJAS, 2011, p.15).

Ambos autores, sem embargo, aparentam desconsiderar ou secundarizar as condições concretas de tessitura do Estado Plurinacional¹⁸⁵. Como apontei, o país esteve no liame de uma guerra civil, no período constituinte. Ao contrário da

¹⁸⁴ Rojas, em sua argumentação, afirma que “El avance hacia el reconocimiento de nuevos sujetos jurídicos iniciado por esas constituciones, por la vía de los derechos plurinacionales, multiculturales, comunitarios, indígenas o ambientales –los famosos derechos de la “madre tierra”- está ausente en la Constitución cubana y en el limitado debate constitucional de la isla, símbolo de los gobiernos del ALBA” (ROJAS, 2011, p.15-16). Incorre em anacronismo, todavia, ao considerar a forma estatal e os esquemas lógico-formais de maneira apartada à correlação de forças no seio da sociedade civil e do Estado, bem como desconsiderar cada formação social e as específicas realidades espaço-temporais. Assim, termina por afirmar algo que se tornaria insustentável poucos anos após: “Hoy Cuba no es la vanguardia o el modelo a seguir de las izquierdas regionales sino una excepción constitucional en medio de una América Latina que experimenta una acelerada consolidación de la democracia” (ROJAS, 2011, p16).

¹⁸⁵ No mesmo sentido, Viaña (Informação verbal) afirma: “intelectuales, como es Tapia y [...], que son tipos muy lúcidos y muy eruditos, pero hermano, decir que es un gobierno anti-indígena es demasiado. Tú puedes hacer las críticas que quieras, ¿no?, y se van a enojar seguro los oficialistas, pero, ¿me entiendes?, es un problema de principio de realidad. O sea, y ahí hay un tema muy importantes de, capaz como metodología, plantearte los horizontes de visibilidad que te abre cada correlación de fuerzas, pero no es lo mismo, hermano 2006, no es lo mismo 2008, no es lo mismo 2010 y no es lo mismo 2014 y no va a ser lo mismo después de la próxima elección, si no se gana otra vez con 2/3, con todas las cámaras, estás ‘j...’ hermano”. Entrevista concedida por NAVARRO-MAMANI, Hilarión. **Entrevista 6** [jul. 2014]. Entrevistador: Daniel Araújo Valença. La Paz, 2014. 1 arquivo de mp3 (26 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice desta tese.

proposta elaborada no *Pacto de Unidad* de 2005, redigida e consensuada no interior do bloco camponês-indígena-popular, a CPE constituiu-se em uma síntese “do possível” frente à resistência da oposição conservadora, no período compreendido entre 2006 e 2008, e às múltiplas divergências que emergiam na diversidade do bloco popular.

Se Tapia (2010) aparenta considerar a categoria plurinacionalidade de maneira idealizada, ou seja, tratá-la como tipologia ideal e não como consequência das condições concretas de luta pelo poder, Rojas (2011) equipara tipos normativos sob conjunturas completamente distintas. A revolução cubana apresenta formação social, modelo de organização política e via para a revolução, particulares à sua época, por mais que tais elementos constitutivos possam materializar-se novamente. Não se trata de escolha ideal em sentido hegeliano, em que a ideia tem o condão de produzir a história, mas de consequências de árdua disputa política.

O Estado Plurinacional da Bolívia não se enquadra no modelo liberal e a CPE não reflete um matiz liberal, porque não se ancoram no ser humano abstrato, individualizado (TRINDADE, 2002), tampouco incorporam uma concepção de Estado como ente que se pretenda “neutro”¹⁸⁶ e “separado” da sociedade civil¹⁸⁷, aparentemente acima de conflitos corporativos¹⁸⁸, mas que se alicerça na constante reprodução social fundada na acumulação de capital da forma mais intensa possível, a partir da igualdade política e desigualdade material. Aqui reside a

¹⁸⁶ Seria escandaloso no Brasil a produção cinematográfica que o governo boliviano realizou para denunciar à sociedade elementos que apontavam intervenção direta dos Estados Unidos e meios empresariais de comunicação para, a partir da criação de crises políticas – envolvendo questões éticas, morais, como abordarei na próxima seção – interferir no resultado do referendo de fevereiro de 2016. Denominado “Él cartel de la mentira” “cede tempo livre” para que representantes dos principais jornais impressos e canais televisivos expliquem a cobertura da imprensa quanto ao “Caso Zapata” e busca demonstrar a vinculação dos mesmos à oposição política local, bem como aos órgãos da diplomacia americana. O vídeo encontra-se disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=GbFvWnGU72U>>.

¹⁸⁷ A categoria sociedade civil, neste caso, está empregada desde a ótica marxiana, abrangendo as relações sociais de produção, em esfera distintiva frente à política (MARX, 2013a).

¹⁸⁸ “A oposição entre Estado e sociedade civil [de acordo com Hegel] está, portanto, consolidada; o Estado não reside na sociedade civil, mas fora dela; ele a toca apenas mediante seus ‘delegados’, a quem é confiado a ‘gestão do Estado’ no interior dessas esferas. Por meio destes ‘delegados’ a oposição não é suprimida, mas transformada em oposição ‘legal’, ‘fixa’. O ‘Estado’ é feito valer, como algo estranho e situado além do ser da sociedade civil, pelos deputados deste ser contra a sociedade civil. A ‘polícia’, os ‘tribunais’, e a ‘administração’ não são deputados da própria sociedade civil, que neles e por meio deles administra o seu próprio interesse universal, mas sim delegados do Estado para administrar o Estado contra a sociedade civil” (MARX, 2013, p.74).

natureza do Estado liberal¹⁸⁹, e não nas formas políticas em si – separação de poderes, forma jurídica¹⁹⁰, etc.

Da mesma maneira, a essência do Estado Plurinacional em construção se assenta no bloco histórico que unificou amplas camadas das classes subalternas do país. Sob liderança do campesinato indígena, tampouco há consenso sobre a totalidade do projeto político reivindicado dentro do próprio bloco histórico. Perspectivas camponesas, marxistas, nacionalistas, indianistas, operárias chocam-se constantemente no interior do *proceso de cambio*¹⁹¹, especialmente após o declínio das elites oligárquicas. Se o Estado neoliberal era a materialização do exercício de domínio do bloco imperial-burguês-colonial¹⁹², o Estado Plurinacional

¹⁸⁹ Esta síntese revela-se possível considerando a concepção de Estado de Poulantzas (1980), que o enxerga a partir da correlação de forças no interior do Estado e das relações sociais concretas sob as quais ele se erige.

¹⁹⁰ Marx (2014a) apontava que a Constituição de Cádiz transbordava ares revolucionários e tradicionais. Revolucionários por superar o antigo regime em favor do ascenso burguês, e tradicionais por adaptar antigas instituições espanholas às necessidades deste ascenso. Žižek (2011, p.104), debruçando-se sobre forma e conteúdo, defende que: “Devemos lembrar aqui as palavras programáticas de Stokely Carmichael, fundador do Black Power: ‘Temos de lutar pelo direito de inventar os termos que nos permitirão definir a nós e à nossa relação com a sociedade, e temos de lutar para que sejam aceites. Essa é a primeira necessidade de um povo livre e também o primeiro direito recusado por todos os opressores’. O problema é como exatamente fazer isso. Ou seja, como resistir à tentação de se definir com referência à alguma identidade mítica e totalmente externa (raízes africanas), que, cortando os vínculos com a cultura ‘branca’, priva o oprimido das ferramentas intelectuais cruciais para a luta (isto é, a tradição emancipatória e igualitária), assim como de potenciais aliados”. O Estado Plurinacional não renega qualquer influência liberal, mas apropria-se parcialmente de seu repertório para estabilizar nova hegemonia na sociedade boliviana.

¹⁹¹ Viaña destaca a ficção jurídica da categoria “*indígena campesino originario*” necessária para a preservação da unidade no seio popular durante o período constituinte: “hace 4 años, estás intentando construir un Estado plurinacional, cuando en realidad las adversidades son más grandes porque no es la derecha la que te ‘j...’ sino nuestras propias contradicciones internas, por ejemplo lo del TIPNIS también es una disputa por territorio, ¿qué es lo indígena originario campesino que hemos aprobado en la Constitución? Era un artefacto político que permitía construir unidad entre Chimanes, Yuracarés, cocaleros, Aymaras, Quechuas y todos. Pero [...] Porque viene un originario campesino después estalla en pedazos en el TIPNIS, porque una cosa es ser un Chiman, Yuracaré que vive con 400 kilómetros de casa y otra cosa es un cocalero que tiene necesidad de expandir sus cultivos de coca, bueno eso hermano, no está ni bien ni mal, así es”. Mesmo tratando-se de uma abstração jurídica, o decorrer do processo constituinte e do “proceso de cambio” implicaram, a partir das relações sociais concretas, em redefinições identitárias. Os “*colonizadores*” (*Confederación Sindical de Colonizadores de Bolivia*), por exemplo, passam a se afirmar como “*interculturales originarios*” (*Confederación Sindical de Comunidades Interculturales Originarios de Bolivia*), bem como as Bartolinas abandonam a consigna “*mujeres campesinas*” (*Federación Nacional de Mujeres Campesinas de Bolivia*) por “*mujeres campesinas Indígenas Originarias*” (*Confederación Nacional de Mujeres Campesinas Indígenas Originarias de Bolivia*) (Informação verbal). Entrevista concedida por VIAÑA, Jorge. **Entrevista 2** [jun. 2014]. Entrevistador: Daniel Araújo Valença. La Paz, 2014. 1 arquivo de mp3 (1h44min). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice desta tese.

¹⁹² Tal Estado era liberal porque sua gênese se encontrava na apartação frente aos indivíduos como condição para a acumulação, desde uma inserção dependente no capitalismo internacional que assegurava determinada apropriação de excedentes por parte de suas elites. Mecanismos tidos, em geral, como patrimônio liberal, tal qual o sufrágio universal, que ocorreu mediante a Revolução nacionalista de 1952, enquanto que a tripartição dos poderes era relativa, já que, na prática, era o

revela-se como expressão dessa composição social que alterou a correlação de forças no país.

Tapia (2010), ao propor que o Estado plurinacional se ergue a partir de uma matriz fundada no direito positivo, desde a pretensão à “universalidade”, “abstração” e “validade geral”, para inferir que há uma sobreposição de modelos modernos frente aos autóctones – e, conseqüentemente, prevalência da perspectiva liberal – termina por analisar o Estado desde uma concepção instrumental, como se ele apenas “coisa” fosse. A forma política, neste caso, é vista dissociada das relações sociais, da sua base estrutural, bem como da concreta correlação de forças. Ambos incorrem em considerar a forma e desconsiderar a materialidade, quando é esta que informa àquela.

5.2 ESTADO PLURINACIONAL COMO EXPRESSÃO DA CONDENSAÇÃO DE FORÇAS EM SEU INTERIOR: OU SOBRE A NOVA SÍNTESE ENTRE CLASSE E ETNIA EM ÂMBITO ESTATAL

A CPE de 2009 revela-se como uma das mais límpidas expressões da correlação de forças dentre as classes sociais no interior do Estado, seja no tocante à totalidade das classes bolivianas, seja em relação ao interior das classes subalternas. Se ela orienta o Estado à manutenção da propriedade das classes proprietárias – não se volta à expropriação e socialização dos meios de produção – contudo, por outro lado institui um remanejamento do excedente da riqueza socialmente produzida para suas classes subalternas *pari passu* à indianização estatal. Para provar tal assertiva, extraio as disposições constitucionais referentes à propriedade, à ordem econômica e à democracia, para, logo após, dissecar a natureza do Estado Plurinacional.

As disposições constitucionais não se encaixam no repertório histórico do Estado liberal, bem como reverberam, também, a liderança do sindicalismo camponês indígena no interior do bloco histórico, mediante uma preponderância da influência das perspectivas de esquerda - o anti-imperialismo, o marxismo, o nacionalismo radical - ante ao multiculturalismo e perspectivas indianistas mais puras.

congresso que elegia o presidente em sede de segundo turno durante a vigência da ‘democracia pactada’.

Quadro 1 – Instrumentos democráticos previstos na CPE de 2009.

MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO	CONSTITUCIÓN POLÍTICA DEL ESTADO DE BOLIVIA
Revogação de mandatos	Todos os cargos eletivos são revogáveis, exceto os do Judiciário (Artigos 157, 170 e 240).
Convocação de referendo	<p>Qualquer emenda à Constituição precisa de validação popular mediante referendo (Art. 411);</p> <p>Cidadãos podem convocar referendo para aprovar tratados e convênios internacionais (Art. 259);</p> <p>Quanto a tratados sobre questões limítrofes, integração monetária, integração econômica estrutural e cessão de competência a órgãos supranacionais o referendo é obrigatório (Art. 257);</p> <p>O referendo é obrigatório para a confirmação de Estatuto ou Carta Orgânica aprovados por 2/3 do respectivo órgão legislativo do ente territorial em questão (Art. 275);</p> <p>O referendo também é necessário para que municípios constituam uma autonomia regional (Art. 280), para a conversão de município em autonomia indígena originário-camponesa (Art. 294) ou para a conformação de região indígena originário-camponesa (Art. 295);</p>
Convocação de Assembleia Constituinte	Para a reforma total da Constituição, de suas bases fundamentais ou que afetem deveres e garantias, há a convocação de nova Assembleia Constituinte plenipotenciária, mediante referendo, solicitado por iniciativa cidadã (20% eleitores), pela maioria absoluta da <i>Asamblea Plurinacional</i> ou pelo chefe do Executivo. O novo texto constitucional precisará de posterior ratificação em referendo (Art.411).
Iniciativa legislativa popular	Cidadãos podem propor legislação, modificações constitucionais (Artigo 162).
Ampliação dos mecanismos de representação	A CPE instituiu o sufrágio universal como mecanismo de composição das Cortes Superiores do Judiciário, bem como do Conselho de Magistratura, a partir de listas pré-ordenadas pela <i>Asamblea Plurinacional</i> (Artigos 182, 183, 188, 194 e 197);
Autonomia indígena	<p>Territórios indígenas autônomos são instâncias sub-nacionais de governo, nos quais se aplicam justiça indígena e usos e costumes para seleção de governantes (Artigos 289 a 296);</p> <p>Leis que afetem territórios indígenas e recursos naturais dos mesmos precisam passar por consulta prévia obrigatória no território em questão (Art. 30).</p>
Controle social e participação em políticas públicas	<p>Participação, por meio das organizações sociais, do desenho das políticas públicas (Art. 241), do planejamento e controle ao lado dos órgãos do Estado (Art. 242);</p> <p>Controle social e participação na tomada de decisões no sistema único de saúde (Art. 18), na oferta de serviços básicos – água, eletricidade, gás, postal e telecomunicações (art. 20), na política ambiental (Art. 345) e na gestão dos recursos naturais (Art. 351);</p> <p>Participação social, comunitária e dos pais no sistema educativo, mediante organismos representativos em todos os níveis do Estado e nas nações e povos indígenas originários-camponeses (Art. 83);</p> <p>Controle social e participação dos trabalhadores na organização e</p>

	gestão das empresas públicas (Art. 309); Participação e controle social na exploração e industrialização recursos naturais (Art.351); gestão da água (Art.374).
--	--

Fonte: Constitución Política del Estado Plurinacional de Bolivia, 2009.
Quadro elaborado pelo autor¹⁹³.

No tocante à democracia, o modelo representativo é ampliado para o que a CPE denomina de democracia intercultural. Para além da democracia representativa, que se consolidou, ao longo do século XX, como único regime possível no interior do campo democrático¹⁹⁴, materializado como disputas periódicas entre elites dirigentes através de partidos políticos, o Estado Plurinacional se ampara nas democracias comunitária e participativa¹⁹⁵, esta ativada mediante referendo, plebiscito e iniciativa popular de acordo com as previsões constitucionais.

Como se percebe pelo quadro supracitado, os instrumentos de participação direta consubstanciam uma natureza rígida à CPE, restituindo a soberania popular¹⁹⁶ e a ela atribuindo, inclusive, poder para deliberar por uma nova constituinte.

Se no Estado liberal, em sua atual versão neoliberal, a correlação de forças se mede periodicamente em processos eleitorais, nos quais o *marketing* detém mais proeminência que o programa político, bem como meios empresariais de comunicação praticamente monopolizam a tessitura das ideias-força no seio da sociedade civil, a extensa previsão de participação direta incorre não apenas na garantia de preservação dos direitos inscritos no texto constitucional, mas também

¹⁹³ Pérez-Flores, Cunha Filho e Coelho (2009) elaboraram um quadro com mecanismos de participação ampliada na CPE de 2009, do qual faço uso parcial para elaboração deste quadro.

¹⁹⁴ Para uma crítica contundente à democracia representativa, ver “MIGUEL, Luis Felipe. A democracia domesticada: bases antidemocráticas do pensamento democrático contemporâneo. **Dados**, v. 45, n.3, Rio de Janeiro, 2002”, e também “WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2011”.

¹⁹⁵ Para além de tais instrumentos, a CEP também prevê uma série de dispositivos de participação cidadã, tal qual o Conselho de Magistratura, pelo qual jurisdições ordinárias, especializadas e agroambientais se subordinam ao controle administrativo e financeiro deste órgão, formado por sufrágio universal dentre membros indicados pela Assembleia Legislativa Plurinacional (BOLÍVIA, 2009).

¹⁹⁶ Neste sentido, argumenta Centellas-Rojas (Informação verbal): “[...] si tú analizas bien toda la parte de revocatoria de mandato, ¿a qué tiende nuestra constitución? A dejar de delegar el poder para ejercer el poder directamente. En términos democráticos bajar a la democracia representativa para que la comunitaria directa y participativa sea la que mande, en otras palabras, aquí sí el pueblo gobierna, delibera y gobierna pero es un proceso, por ejemplo, la rotación de mandato, el referéndum, todo lo que hemos puesto son formas de la democracia comunitaria que ejercían en las comunidades, la rotación, todo eso, pero es un proceso todavía de transformaciones”. Entrevista concedida por CENTELLAS-ROJAS, Ximena Ana María. **Entrevista 3** [jun. 2014]. Entrevistador: Daniel Araújo Valença. La Paz, 2014. 1 arquivo de mp3 (1h07min). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice desta tese.

na possibilidade de constituição de outros canais de conformação de ideias-força e disputa de hegemonia.

No tocante à questão agrária, o Estado Plurinacional supera a lógica do estoque fundiário baseado apenas na propriedade privada individual, conforme atesta o quadro 02:

Quadro 2 – Disposições sobre a propriedade na CPE de 2009.

DISPOSIÇÕES SOBRE A PROPRIEDADE NA CONSTITUIÇÃO	CONSTITUCIÓN POLÍTICA DEL ESTADO DE BOLIVIA
Tipos de propriedade	Estatal, privada individual, comunitária ou coletiva (art.393). A propriedade comunitária ou coletiva compreende o território indígena originário-camponês, as comunidades interculturais originárias e as comunidades camponesas.
Formas de intervenção estatal na propriedade privada.	A expropriação se dá por necessidade ou utilidade pública, de acordo com a lei e atendendo à prévia e justa indenização (art.57). As dimensões mínimas e máximas, bem como formas de reversão, são regulamentadas por lei.
Limitações à concentração fundiária/uso não condizente com os interesses coletivos	Proibição de dupla titularidade e do latifúndio: quando a terra que não cumpre função socioeconômica; há servidão, semiescravidão ou escravidão ou ultrapassa o limite máximo zonificado de acordo com a lei. Limite de até cinco mil hectares, respeitando-se os direitos adquiridos (art. 398).
Propriedade Urbana	Não está sujeita a reversão (art.57). Todos têm direito à moradia adequada; cabe ao Estado promover a habitação de interesse social.

Fonte: Constitución Política del Estado Plurinacional de Bolivia, 2009.

Quadro elaborado pelo autor.

O uso comunal do território é pela primeira vez reconhecido e incentivado, bem como a propriedade privada sofre a limitação de cinco mil hectares, por decisão popular no mesmo referendo de aprovação da CPE, e a proibição da dupla titulação. A não retroatividade do limite à dimensão da propriedade privada às terras adquiridas, antes da vigência constitucional, deve ser sopesada com a conjuntura da época de aprovação da Carta. Perante a possibilidade concreta de uma guerra civil, o governo convenceu o bloco camponês-indígena-popular da Assembleia Constituinte e do Senado a declinar da proposição inicial aprovada em Oruro. Trata-se, de qualquer maneira, de uma rotunda concessão do governo Evo-Linera em favor das elites fundiárias, especialmente as do Oriente.

É em âmbito da ordem econômica que CPE do Estado Plurinacional mais se aparta das constituições políticas da época da República e sob influência liberal. No quadro 03, destaco as principais disposições neste tema:

Quadro 3 – Disposições sobre a organização econômica boliviana na CPE de 2009

DISPOSIÇÕES SOBRE A ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA NA CONSTITUIÇÃO	CONSTITUCIÓN POLÍTICA DEL ESTADO DE BOLIVIA
Modelo econômico	<p>Institui a economia plural: privada, social cooperativa, estatal e comunitária, priorizando as últimas (Art. 306 e 330);</p> <p>visa a eliminar a pobreza e a exclusão social nos marcos do <i>vivir bien</i> (Art. 313);</p> <p>atribui participação ativa das economias comunitária e pública no aparato produtivo (Art. 313);</p> <p>o Estado exerce a direção integral do desenvolvimento econômico e seus processos de planejamento (Art. 311 e 316);</p> <p>redistribuição dos excedentes econômicos para políticas sociais (Art. 306);</p> <p>proteção e promoção da economia comunitária de povos e nações indígenas originário-camponesas (Art. 306);</p> <p>constitui prioridade do Estado a industrialização dos recursos naturais para superação da dependência quanto a <i>commodities</i> e constituição de uma economia de base produtiva e exportadora, em todo o território nacional, em harmonia com a natureza (Art. 311, 318 e 355);</p> <p>o investimento nacional será priorizado frente ao capital multinacional (Art. 320).</p>
Intervenção estatal na economia	<p>O Estado poderá intervir em toda a cadeia de setores estratégicos buscando garantir o abastecimento (Art. 311);</p> <p>não se permitirá a acumulação privada de poder econômico que ponha em risco a soberania econômica do Estado (Art. 312);</p> <p>promoverá a integração das distintas formas econômicas de produção (Art. 316);</p> <p>determina o monopólio estatal das atividades produtivas e comerciais, se imprescindíveis em caso de necessidade pública (Art. 316);</p> <p>compete ao Estado gerir recursos econômicos com fins de promover a industrialização (Art. 316);</p> <p>compete ao Estado a direção da política de mineração e metalurgia (Art. 369).</p>
Disposições quanto à iniciativa privada	<p>O Estado protege a iniciativa privada para que contribua com o desenvolvimento econômico e social do país e sua independência econômica (Art. 308 e Art. 311);</p> <p>proibição do monopólio e do oligopólio privado, ou qualquer associação privada com fins de controle e exclusividade na produção e comercialização de bens e serviços (Art. 314);</p> <p>apoio a micro, pequenas e médias empresas (Art. 318).</p>
Formas de organização e produção	<p>O Estado reconhece, protege e promoverá a organização das cooperativas em atividades produtivas, como forma de trabalho solidário (Art. 55);</p> <p>O Estado fomentará a economia comunitária como alternativa solidária</p>

	rural e urbana (Art. 311).
Recursos naturais	Propriedade do povo e administrados pelo Estado (Art. 311); promoção prioritária da industrialização dos recursos naturais, com respeito ao meio ambiente e aos direitos de nações e povos indígenas originário-camponeses (Art. 316 e 319); o Estado assumirá o controle e a direção sobre a exploração, a industrialização, o transporte e a comercialização dos recursos naturais estratégicos, através de entidades públicas, cooperativas ou comunitárias, que poderão contratar empresas privadas ou constituir empresas mistas (Art. 351).
Controle social produtivo	O Estado garantirá uma entidade de Planejamento econômico participativo com representantes das instituições públicas e da sociedade civil organizada (Art. 317); controle social sobre as empresas estatais, bem como garantia da participação de seus trabalhadores na tomada de decisões (Art. 309).
Disposições quanto à política monetária	Os membros da direção do Banco Central serão escolhidos pelo Presidente(a) da Bolívia, mediante lista tríplice elaborada pela Assembleia Plurinacional, para mandato de cinco anos (Art. 329); o Estado fomentará a criação de entidades financeiras não bancárias para o investimento socialmente produtivo (Art. 330); o Banco Central da Bolívia não reconhecerá dívida dos bancos privados (Art. 330); As operações financeiras da Administração Pública serão realizadas por entidade bancária pública a ser criada por lei (Art. 330).

Fonte: Constitución Política del Estado Plurinacional de Bolivia, 2009.
Quadro elaborado pelo autor.

A par desses dispositivos constitucionais, resta claro que o Estado Plurinacional está orientado a exercer a direção econômica do país, e esta se mostra atrelada à redistribuição de excedentes. Uma das originalidades do processo boliviano encontra-se, portanto, em seus agentes terem conseguido transformar uma vontade nacional-popular (GRAMSCI, 2002), o domínio público sobre os hidrocarbonetos, em não apenas política de governo, mas inscrita na CPE e alçada à condição de ideia-força do novo Estado. Portanto, descarto a hipótese de constituir-se em um modelo estatal nos moldes de um Estado liberal. Persiste, todavia, a necessidade de esclarecer se o Estado Plurinacional é, de fato, plurinacional ou multicultural.

Tapia (2010) considera que a definição mais radical em termos de plurinacionalidade está prevista no Art.02¹⁹⁷ da CPE, que reconhece o conjunto de

¹⁹⁷ “**Artículo 2.** “Dada la existencia precolonial de las naciones y pueblos indígena originario campesinos y su dominio ancestral sobre sus territorios, se garantiza su libre determinación en el marco de la unidad del

povos e culturas, línguas, religiosidade, cosmovisões, territorialidade e formas de autogoverno. Defende, todavia, que o traço básico da nova Constituição – e, por conseguinte, do novo modelo estatal – se encontra no princípio da hierarquia constitucional.

Assim, a primazia constitucional consistiria em organizar o núcleo do governo central segundo critérios próprios ao Estado moderno, com base no direito positivo e suas pretensões à universalidade, conformando uma “*reorganización del Estado en torno al núcleo neocolonial, es decir, en torno a instituciones eurocéntricas*” (TAPIA, 2010, p.157). Neste ponto, Tapia (2010) reconhece que não apenas o MAS-IPSP, mas também o *Pacto de Unidad* incorre em “eurocentrismo”, ao reivindicar, por exemplo, o presidencialismo. Para embasar sua crítica à redução da plurinacionalidade durante a constituinte e no período posterior de efetivação das disposições constitucionais, antepõe seu argumento quanto a duas questões principais: a consulta a povos e nações originárias em caso de exploração de recursos naturais em seu território, bem como a reserva de cadeiras no parlamento para povos indígenas minoritários ser insuficiente para representar toda a diversidade de povos e nações originárias do país.

Quanto à exploração de recursos naturais, o projeto do *Pacto de Unidad* previa a consulta vinculante bem como a capacidade de veto da nação do território em questão, disposições que sucumbiram na versão final da Constituição e em sua regulamentação posterior¹⁹⁸. No tocante à reserva de cadeiras indígenas no parlamento, a CPE previu “*circunscripciones especiales indígena originario campesinas*”, a serem regulamentadas considerando-se a densidade populacional (BOLIVIA, 2009).

Pela *Ley del Régimen Electoral*, a Câmara de Deputados constitui-se por 130 deputados, conforme a disposição a seguir, de acordo com os *departamentos*:

Estado, que consiste en su derecho a la autonomía, al autogobierno, a su cultura, al reconocimiento de sus instituciones y a la consolidación de sus entidades territoriales, conforme a esta Constitución y la ley” (BOLIVIA, 2009).

¹⁹⁸ Neste sentido, assim dispõe a *Ley del Régimen Electoral*, uma das cinco leis fundamentais da estruturação do Estado Plurinacional: “Art. 39: La Consulta Previa es un mecanismo constitucional de democracia directa y participativa, convocada por el Estado Plurinacional de forma obligatoria con anterioridad a la toma de decisiones respecto a la realización de proyectos, obras o actividades relativas a la explotación de recursos naturales. La población involucrada participará de forma libre, previa e informada. En el caso de la participación de las naciones y pueblos indígena originario campesinos, la consulta tendrá lugar respetando sus normas y procedimientos propios. Las conclusiones, acuerdos o decisiones tomadas en el marco de la consulta previa no tienen carácter vinculante, pero deberán ser considerados por las autoridades y representantes en los niveles de decisión que corresponda” (VICEPRESIDENCIA..., 2011, p. 94).

Quadro 4 – Composição da *Cámara de Diputados de la Asamblea Plurinacional*

DEPARTAMENTO	TOTAL
La Paz	29
Santa Cruz	25
Cochabamba	19
Potosí	14
Chuquisaca	11
Oruro	9
Tarija	9
Beni	9
Pando	5

Fonte: *Vicepresidencia* (2011, p.97).

Quadro transcrito pelo autor.

Destas cadeiras, há a previsão de sete destinadas a povos indígenas originário-camponeses, de acordo com os *departamentos*:

Quadro 5 – Distribuição dos assentos especiais

DEPARTAMENTO	Escaños Departamentales	Escaños Uninominales	Escaños Pluirnacionales	ESPECIAL
La Paz	29	15	13	1
Santa Cruz	25	13	11	1
Cochabamba	19	10	8	1
Potosí	14	8	6	0
Chuquisaca	11	6	5	0
Oruro	9	5	3	1
Tarija	9	5	3	1
Beni	9	5	3	1
Pando	5	3	1	1
TOTAL	130	70	53	7

Fonte: *Vicepresidencia* (2011, p. 97).

Quadro transcrito pelo autor.

Dentre as sete cadeiras previstas, sua a ocupação se materializa mediante a rotação dentre os povos e nações de cada *departamento*:

Quadro 6 – Nações e povos indígenas minoritários por Departamento

DEPARTAMENTO	NACIONES Y PUEBLOS INDÍGENAS MINORITARIOS
La Paz	Afroboliviano, Mosestén, Leco, Kallawaya, Tacana y Araona
Santa Cruz	Chiquitano, Guaraní, Guarayo, Ayoreo y Yuracaré - Mojeño
Cochabamba	Yuki y Yuracaré
Oruro	Chipaya y Murato
Tarija	Guaraní, Weenayek y Tapiete

Beni	Tacana, Pacahuara, Itonama, Joaquiniano, Maropa, Guarasugwe, Mojeño, Sirionó, Baure, Tsiname, Movima, Cayubaba, Moré, Cavineño, Chácobo, Canichana, Masetén y Yuracaré
Pando	Yaminagua, Pacahuara, Esse Eja, Machinerí y Tacana

Fonte: Vicepresidencia (2011, p. 97).

Quadro transcrito pelo autor.

Como se depreende do quadro supramencionado, no caso dos “*escaños especiales*”, trata-se de vagas a serem compartilhadas por povos minoritários, enquanto Aymaras e Quéchuas, maiorias populacionais, disputam os “*escaños uninominales*” e os “*plurinacionales*”.

Tapia (2010) opõe à regulamentação constitucional a ressalva de que a reserva de 07 cadeiras dentre 130 não permite que todos os povos e nações originários minoritários tenham voz e representação no parlamento, sendo uma quantia inferior à proposta inicial do *Pacto de Unidad*. Vista em perspectiva ideal, o recuo aparenta configurar-se em deturpação da reivindicação plurinacional: cada nação em território boliviano, com exercício equitativo de direitos. O problema de tal absolutização é que se aparta das condições concretas em que a luta política está sendo travada. Como consequência, se durante a Constituinte são as oligarquias que se amotina contra a reserva de vagas, são estas que na década seguinte estariam cerrando fileiras em “defesa” dos povos indígenas do Oriente.

Em sentido diverso, Ayo-Saucedo (2010) argumenta que o número final de cadeiras previstas para povos originários minoritários coaduna-se com a proporção dos mesmos em relação ao conjunto populacional:

De ese modo, grupos étnicos como los itonama, cavineño, yuracaré, afrobolivianos, entre otros tantos, desconocidos hasta el presente, tienen hoy no sólo un reconocimiento constitucional sino un espacio institucional fijo (Albó, 2009). Este es un hecho inédito, más allá de que algunos hayan quedado todavía disconformes. Destaca, por ejemplo, la CIDOB, que había contemplado la posibilidad de contar con 17 circunscripciones indígenas (Cf. Dalosto, Flavio, 2009) o el mismo anteproyecto de la Cámara de Diputados enviado al Senado que establecía 14 circunscripciones cuyos candidatos, además, debían ser avalados por sus organizaciones de base. Sin embargo, a pesar de estas reacciones, es necesario mencionar que siete curules representan poco más del cinco por ciento del total de representantes del Congreso Nacional, mientras, la población total de casi 500 mil habitantes que representa esta organización indígena suma el 4,5 por ciento de la población boliviana total (AYO, 2010, p.174-175).

Há que se considerar, contudo, se as disposições constitucionais configuram uma indianização do Estado e, principalmente, se tal processo se materializa na totalidade do âmbito estatal. Destaco, pois, determinados trechos constitucionais:

Quadro 7 – Disposições sobre plurinacionalidade na CPE de 2009

DISPOSIÇÕES SOBRE A PLURINACIONALIDADE	CONSTITUCIÓN POLÍTICA DEL ESTADO DE BOLIVIA
<p>Reconhecimento lingüístico e cultural</p>	<p>O Estado também reconhece como língua oficial todos os idiomas das nações e povos indígenas originário-camponeses: aymara, araona, baure, bésiro, canichana, cavineño, cayubaba, chácobo, chimán, ese ejja, guaraní, guarasu'we, guarayu, itonama, leco, machajuyai-kallawaya, machineri, maropa, mojeño-trinitario, mojeño-ignaciano, moré, mosetén, movima, pacawara, puquina, quechua, sirionó, tacanha, tapiete, toromona, uru-chipaya, weenhayek, yaminawa, yuki, yuracaré e zamuco (Art. 5);</p> <p>meios de comunicação deverão promover a diversidade cultural do país e oferecer programas plurilíngues (Art.107);</p> <p>de maneira progressiva conforme regulamentação em lei, todo servidor ou servidora deverá dominar o castelhano e o idioma originário local (Art. 234 e disposição transitória 9);</p> <p>a <i>Wiphala</i> é reconhecida como um dos símbolos do Estado (Art. 6), bem como a folha de coca é reconhecida como patrimônio cultural e fator de coesão social (Art. 384).</p>
<p>Organização do Estado</p>	<p>A Bolívia é um Estado Unitário Social de Direito Plurinacional Comunitário, intercultural, descentralizado e com autonomias. Se funda no pluralismo político, econômico, jurídico, cultural e linguístico¹⁹⁹ (Art. 1).</p>

¹⁹⁹ A definição estatal atípica, comumente abordada em âmbito jurídico de maneira dissociada e sem vínculo com a luta política daquele momento constituinte, é desta maneira explicada pelo vice-presidente da Constituinte, Aguilar Gómez (Informação verbal): “Esa es la expresión de un acuerdo político que permitió darle viabilidad a la Constitución. El Estado unitario en la concepción de lo que no podíamos permitir, en un momento donde la derecha estaba avanzando en el intento de desintegrar Bolivia por el contexto de autonomía y la insurrección separatista de Santa Cruz, que fueras por la vía de un Estado autonómico, no, no podías, por lo tanto Estado unitario. ¿Pero cómo? Si habíamos reivindicado que la lucha de Santa Cruz... ¡Ah ya! Entonces le metemos con autonomías, listo, los dos estamos ahí, ¿no ve? Segundo, es un Estado comunitario plurinacional. ¿Pero cómo? Las teorías del Estado indican que el Estado debe ser social de derecho porque responde a la sociedad pero responde también a la ley, no puede ser desarticulado la propuesta de la derecha. Y la propuesta del MAS, de las organizaciones era comunitario plurinacional y punto. Lo de social de derecho es una expresión del Estado colonial pero obviamente el debate llevó a que, está bien respetémonos entre todos, que seas social de derecho respeto tu posición, pero es comunitario y plurinacional también, ¿de acuerdo? De acuerdo. Se entran las dos posiciones. Ese artículo es la síntesis de los consensos y de los acuerdos que se logran en planos políticos pero que después se traducen en plano social. Es el acuerdo social, el acuerdo es el real sentido del pacto social que una Constitución representa. El pacto social, el contrato social que se expresa en la Asamblea es el primer artículo, lo complejo, lo ecléctico de ése artículo es el consenso entre los sectores urbanos y los sectores rurales, entre las clases medias, burguesías y los sectores indígenas, obrero, es la conjunción de todo eso entre los temas regionales y los temas estatales”. Entrevista concedida por

	<p>As instituições indígenas fazem parte da estrutura geral do Estado (Art. 30);</p> <p>autonomia indígena originária-camponesa, com autogoverno como exercício da livre determinação das nações e povos indígenas nos territórios em que suas nações por ela optarem (Art. 289);</p> <p>o Estado está composto por Executivo, Legislativo, Judiciário e Órgão Eleitoral, reconhecendo a plurinacionalidade e assegurando a participação de indígenas originário-camponeses (Art.12, 146, 174, 187, 197, 206, 278);</p> <p>o Poder Judiciário reconhece a jurisdição ordinária e a indígena originário-camponesa, ambas gozando de mesma hierarquia (Art. 179) e submetidas à CPE (Art. 190).</p>
<p>Políticas públicas e plurinacionalidade</p>	<p>O Sistema Único de Saúde é intracultural, intercultural (Art. 18) e inclui a medicina tradicional dos povos e nações indígenas originário-camponeses (Art.35);</p> <p>o sistema educativo como um todo é intracultural, intercultural e plurilíngue (Art. 30 e 78), e a educação se voltará ao enriquecimento intercultural do Estado, promovendo a identidade e o desenvolvimento cultural dos membros de cada nação ou povo indígena originário-camponês (Art. 80).</p>
<p>Mecanismos de representação plurinacional</p>	<p>Possibilidade de eleger parlamentares indígenas e autoridades dos territórios autônomos por meio de usos e costumes (Artigo 11);</p> <p>quota indígena originário-camponesa na Câmara (Artigo 146) e nas Câmaras departamentais (Art. 278);</p> <p>quota indígena originário-camponesa no Tribunal Constitucional Plurinacional (Art.197), no Tribunal Agroambiental (Art.187), no Órgão Eleitoral Plurinacional (Art. 206);</p> <p>a postulação a cargos públicos eleitos, com exceção do Judiciário, se realizará através de organizações das nações e povos indígenas originário-camponeses, agrupamento cidadão e partidos políticos (Art.209).</p>
<p>Terra Comunal</p>	<p>O Estado reconhece e protege a propriedade comunitária ou coletiva, que compreende o território indígena originário-camponês, as comunidades interculturais originárias e as comunidades camponesas. Ela é indivisível, imprescritível, inibargável, inalienável e irreversível e isenta de tributos agrários (Art. 394).</p>

Fonte: elaboração pessoal do autor com base na Constituição da Bolívia (2009).

A lógica estatal prevista no texto constitucional almeja um Estado Plurinacional. Ainda em lenta construção, os contornos do mesmo não indicam somente o reconhecimento cultural e inclusão de nações originárias, como se poderia inferir a partir da análise de determinadas disposições constitucionais, especialmente as previstas no primeiro capítulo da CPE. Tampouco se limita às reservas de vagas no aparelho estatal com fins de inserção de minorias. Se a CPE é analisada em relação ao conjunto da institucionalidade estatal, percebe-se que se atribuiu qualidade superior à reserva de vagas.

De acordo com o Art.12 da CPE (BOLIVIA, 2009), O Estado Plurinacional é composto por quatro poderes: Executivo, Legislativo, Judicial e Eleitoral. Para o Executivo, a CPE estabelece que a composição ministerial deve respeitar o caráter plurinacional do Estado. Por mais que não estabeleça cota, consubstancia uma diretriz programática em relação a objeto que, historicamente na teoria política, revela-se de completa discricionariedade do chefe do Executivo²⁰⁰. Em âmbito legislativo, além das cadeiras previstas para nações indígenas originário-camponesas para a Câmara, há também a reserva de vagas nas assembleias departamentais e municípios (BOLIVIA, 2009).

Da mesma forma, no *Órgano Electoral Plurinacional* (OEP), Poder do Estado Plurinacional ao lado do Executivo, Legislativo e Judiciário, também há a previsão de reserva de cadeiras. Composto pelo *Tribunal Supremo Electoral*, *Servicio de Registro Cívico* (SERECÍ) e *Tribunales Departamentales*, o primeiro é composto de ao menos dois indígenas originários campesinos dentre sete membros, enquanto os últimos, dentre os cinco juízes, ao menos um tem de ser indígena originário campesino (Art. 206).

Por fim, o Poder Judiciário é composto pela jurisdição ordinária – o *Tribunal Supremo de Justicia*, os *tribunales departamentales de justicia*, os *tribunales de sentencia* e juízes; pela jurisdição agroambiental – o Tribunal Agroambiental e os juízes agroambientais; pela jurisdição indígena originário-camponesa; pela jurisdição

²⁰⁰ Ressalto, sem embargo, que setores indianistas questionam politicamente a não plurinacionalidade do gabinete de Evo, como o fazem Tona-Murisaka e Marcelo Veja, dirigentes de organizações indianistas kataristas: “en dos gestiones del gobierno del Evo, nosotros no hemos ocupado espacios políticos, no tenemos un indianista, un katarista ministro o vice ministro” (Informação verbal). Entrevista concedida por TONA-MURISAKA, JOHNNY ATIPAK; VEGA, Marcelo. **Entrevista 7** [jul. 2014]. Entrevistador: Daniel Araújo Valença. La Paz, 2014. 1 arquivo de mp3 (1h28 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice desta tese.

constitucional, exercida pelo *Tribunal Constitucional Plurinacional* e pelo *Consejo de la Magistratura*.

No tocante ao *Tribunal Supremo de Justicia*, para a qualificação das postulações, influi ter ocorrido exercício de autoridade indígena originária-camponesa por parte da candidata ou candidato²⁰¹. Para o *Tribunal Agroambiental*, a CPE repete, em seu Art. 187, a metodologia de designação prevista para o *Tribunal Supremo de Justicia*, e estabelece que na pré-seleção se garantirá a composição plural, considerando critérios de plurinacionalidade (BOLIVIA, 2009). O *Consejo de la Magistratura* também se conforma mediante sufrágio universal, mas a CPE não institui mecanismos de garantia da plurinacionalidade. Por último, o Tribunal Constitucional Plurinacional está integrando magistradas e magistrados eleitos pelo sufrágio universal, assegurando-se representação do sistema ordinário e do sistema indígena originário-camponês.

Estas disposições constitucionais foram regulamentadas pela *Ley del Régimen Electoral*. De acordo com esta, a composição do *Supremo Tribunal de Justicia* se conforma mediante a eleição de um magistrado ou magistrada titular e suplente, em cada um dos nove *departamentos*, a partir de duas listas – uma de homens e outra de mulheres – pré-selecionadas, de até seis candidaturas, assegurando-se ao menos uma pessoa indígena originário-camponesa em cada lista. Para o Tribunal Agroambiental, a lei prevê a eleição de sete titulares e suplentes, a partir de uma lista aprovada pela *Asamblea Plurinacional* com 28 nomes. Para o *Consejo de Magistratura*, determinam-se cinco titulares e cinco suplentes, dentre quinze pré-selecionados. Por fim, o Tribunal Constitucional Plurinacional compõe-se por sete membros, eleitos dentre 28 escolhidos pela *Asamblea*. Em todos estes tribunais, se assegura a participação de indígenas originário-camponeses (VICEPRESIDENCIA, 2011).

²⁰¹ O Art. 182 estabelece que a composição do tribunal se dará mediante sufrágio, após prévia seleção por parte da *Asamblea Plurinacional*, competindo ao Órgano Electoral organizar o processo eleitoral difundindo os méritos das postulantes e dos postulantes:

“Art. 182. [...] VI. Para optar a la Magistratura del Tribunal Supremo de Justicia será necesario cumplir con los requisitos generales establecidos para los servidores públicos: haber cumplido treinta años de edad, poseer título de abogado, haber desempeñado, con honestidad y ética, funciones judiciales, profesión de abogado o cátedra universitaria durante ocho años y no contar con sanción de destitución del Consejo de la Magistratura. Para la calificación de méritos se tomará en cuenta el haber ejercido la calidad de autoridad originaria bajo su sistema de justicia” (BOLIVIA, 2009).

A CPE e as normas infraconstitucionais imprimem uma lógica de indianização do Estado, se bem que em intensidade inferior ao acúmulo político da primeira década do século, bem como aos pleitos dos movimentos e intelectuais indianistas.

A plurinacionalidade, portanto, se materializa desde a alteração na correlação de forças no seio da sociedade e no interior do Estado. Isto se concretiza, também, quando o MAS-IPSP²⁰² alcança mais de 2/3 da *Asamblea Plurinacional*, pela segunda vez consecutiva e, neste ano de 2017, lidera nove *departamentos*.

Ademais, ressalto que o processo de tessitura da plurinacionalidade revela-se tão rico e se perfaz em tantos campos que, por vezes, há várias experiências em desenvolvimento que terminam não sendo captadas pelos que se interessam por se debruçar sobre este objeto²⁰³.

Em explanação sobre o histórico da educação no país, o Ministro da Educação me alertava quanto ao papel colonizador da estrutura educacional herdada das décadas anteriores, em que línguas, cultura e saberes indígenas eram desprezados como conhecimento²⁰⁴. Se a Revolução Nacional buscou situar a educação como direito universal, o fez desconsiderando a diversidade cultural e linguística do país e sem irradiar-se pelo território nacional; encrustou-se no meio urbano. Em momento posterior, durante o neoliberalismo, a questão indígena foi

²⁰² Não pactuo com a vertente que enxerga o MAS-IPSP fora do campo do indianismo e, por vezes, de ação política contrária aos povos e nações originários, especialmente os minoritários do Oriente. Apesar da prevalência do elemento classe ou do nacional-popular à frente do *“pachamamismo”*, decorrente da influência katarista e das *trillizas*, revela-se princípio de realidade reconhecer no MAS-IPSP a existência da pauta do indianismo. Nesse sentido, o indianista katarista Tona-Murisaka, em entrevista a mim concedida, reconhece a influência indianista no processo, apesar da liderança política não ser por eles exercida: “[...] Linera está muy consciente de que el fundamento, la base ideológica política actual, junto al hermano Evo, sale de los partidos indianistas kataristas y ese día nos rindió homenaje y algunas veces lo hemos invitado y a nuestros líderes le dice “maestro”. Entrevista concedida por TONA-MURISAKA, JOHNNY ATIPAK; VEGA, Marcelo. **Entrevista 7** [jul. 2014]. Entrevistador: Daniel Araújo Valença. La Paz, 2014. 1 arquivo de mp3 (1h28 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice desta tese.

²⁰³ Nesse sentido, opto por não analisar a justiça originária, por não possuir vínculo orgânico com o tema do socialismo comunitário e pela necessidade de explorar a plurinacionalidade sob outras lentes, pois quanto àquela existem inúmeros estudos aprofundados. Para consulta ao tema: SANTOS, Boaventura de Sousa; RODRÍGUEZ, José Luis Exeni. *Justicia indígena, plurinacionalidad e interculturalidad en Bolivia*. Quito: Abya Yala, 2012.

²⁰⁴ Assim, explicava Aguilar-Gómez (Informação verbal): *“parte de las formas de des-estructurar a la comunidad fueron las de incorporar los componentes de una educación homogenizante. El derecho a la educación tuvo como efecto inmediato el de homogenizar la educación y por lo tanto generar una des-estructuración de la lengua originaria y la incorporación del español como la lengua universal”*. Entrevista concedida por AGUILAR-GÓMEZ, Roberto Iván. **Entrevista 1** [jun. 2014]. Entrevistador: Daniel Araújo Valença. La Paz, 2014. 1 arquivo de mp3 (2h11min). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice desta tese.

abordada desde una perspectiva “folclórica”²⁰⁵ e financiada por organismos internacionales.

Aguilar-Gómez (Informação verbal) delimita três principais transformações: a criação do *Instituto Plurinacional de Estudios en Lenguas y Culturas* – IPELC, a alteração da matriz curricular básica e a criação de Universidades indígenas.

O IPELC, composto por 37 institutos de língua e cultura, um por cada idioma dos povos originários e os afro-bolivianos, volta-se à padronização linguística e se constitui na ação estatal em direção ao resgate linguístico das nações originárias, assegurando a autonomia destas para recuperar seus idiomas:

Mira, este tema administrativo e institucional que aparece como un tema burocrático, para nosotros y para el movimiento indígena es el salto más importante porque le hemos transferido del Estado (Ministerio de Educación), la responsabilidad al movimiento indígena que tome decisiones sobre lengua y cultura aplicada a educación²⁰⁶ (Informação verbal).

A padronização visa a potencializar a língua escrita, possibilitando a publicação de livros oficiais, materiais escolares, dentre outros, de acordo com o bilinguismo estabelecido pela CPE. A reestruturação dos componentes curriculares da rede básica, por outro lado, ocorre num fluxo e contra fluxo entre Estado e comunidades:

[...] nosotros manejamos 3 currículas: la currícula base, que es la del Estado y es la intercultural, esta es “inter”; la currícula regionalizada es la currícula de los pueblos y esta es “intra”. [...] Nosotros hemos incorporado, uno es el “inter” pero otro es el “intra”, dentro de la comunidad se desarrollan componentes propios que fortalecen la lengua y la cultura de la propia comunidad. Y el tercero es el currículo diversificado, que es más para adaptación en algunos contextos muy locales, en una zona es agrícola entonces no es pecuaria, entonces van a diferenciarse componentes de articulación de la educación productiva de acuerdo a sus particularidades, pero estos son los dos componentes fundamentales. [...] Entonces tú tienes una construcción curricular

²⁰⁵ Nesse sentido, pontuava o Ministro da Educação (Informação verbal): “*El neo-liberalismo [...] Intentó incorporar temas de educación intercultural, etc...pero lo hizo de una manera muy...el multiculturalismo, pero lo hizo de una manera muy folclorizado. ¿Te das cuenta? O sea, no era construido por los propios indígenas [...] Entonces se folclorizó y obviamente se trasladó como todo contexto indígena de los sectores más pobres a la responsabilidad de financiamiento externo y al tema de buena voluntad*”.

²⁰⁶ Entrevista concedida por AGUILAR-GÓMEZ, Roberto Iván. **Entrevista 1** [jun. 2014]. Entrevistador: Daniel Araújo Valença. La Paz, 2014. 1 arquivo de mp3 (2h11min). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice desta tese.

que armoniza la currícula base del Estado que es homogénea con una currícula regionalizada que es del pueblo. Y ahí es donde tú vienes configuraciones...el ejemplo más simple, es el tema de historia. Tú vas a tener la historia del mundo, la historia de Bolivia, la historia del pueblo Aymará, de la Nación Aymará, pero además puedes incorporar historias de Pacajes, que es una de las expresiones de Aymara (Informação verbal).

A conformação da matriz curricular é realizada pelo Estado, no tocante à parte geral, com a participação dos movimentos e entidades da educação, e a regionalizada é aprovada de maneira comunitária, com o acompanhamento do Ministério da Educação²⁰⁷.

Em âmbito de educação superior, a partir do Art. 93 da CPE e do Decreto Supremos nº 29.664, criaram-se Universidades indígenas, instituições de ensino superior fundadas na língua, na cultura e nos saberes de povos originários da região: Universidad Apiaguaiki Tupa, localizada no município de Machareti, no *departamento* de Chuquisaca; Universidad Tupak Katari (aymara), localizada em Warisata, em La Paz e Universidad Casimiro Huanca, localizada no município de Chimoré em Cochabamba²⁰⁸.

A partir do exposto neste capítulo, concluo, afastando-me de correntes multiculturalistas e pós-modernas, que o Estado Plurinacional é fruto do encontro na história das classes subalternas bolivianas por séculos em luta²⁰⁹, representando a

²⁰⁷ Aguilar-Gómez comenta que o Estado assegura o suporte para o envolvimento da comunidade – seminários, formações, etc. – mas compete a esta a decisão final, com o aval da organização comunitária: “*La currícula regionalizada aprobada por el pueblo tiene que venir firmada por la organización de ese pueblo. El caso Guaraní por ejemplo, tienen la APG, la Asamblea del Pueblo Guaraní que es una organización que aglutina a todas las comunidades y a todas las autoridades originarias del pueblo Guaraní. En cada una tiene sus formas, tiene que venir firmado por ellos, se trabaja con el ministerio, les apoyamos todo, pero la construcción y la decisión es de ellos*” (Informação verbal). Entrevista concedida por AGUILAR-GÓMEZ, Roberto Iván. **Entrevista 1** [jun. 2014]. Entrevistador: Daniel Araújo Valença. La Paz, 2014. 1 arquivo de mp3 (2h11min). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice desta tese.

²⁰⁸ Aguilar-Gómes (Informação verbal) ressalta também a criação de “Escuelas Superiores de Formación de Maestros”, com fins de alterar a formação profissional dos educadores da rede básica. Se antes do “Proceso de Cambio” os docentes poderiam ser formados pelo Estado, pela iniciativa privada e pela Igreja, e em cursos de 3 anos de duração, com a criação das Escuelas Superiores o Estado assume o monopólio da formação de educadores, bem como o tempo de curso é unificado em cinco anos.

²⁰⁹ Também nesse sentido, afirma-se no preâmbulo da CPE de 2009: “*El pueblo boliviano, de composición plural, desde la profundidad de la historia, inspirado en las luchas del pasado, en la sublevación indígena anticolonial, en la independencia, en las luchas populares de liberación, en las marchas indígenas, sociales y sindicales, en las guerras del agua y de octubre, en las luchas por la tierra y territorio, y con la memoria de nuestros mártires, construimos un nuevo Estado*” (BOLIVIA, 2009).

síntese de um repertório de levantamentos indígenas, operários, camponeses²¹⁰. Na última crise estatal, é o campesinato à frente do MAS-IPSP e das *trillizas*, imbuído de horizonte preponderantemente nacional-popular, que lidera o bloco histórico e busca uma indianização do Estado *pari passu* à superação imediata do neoliberalismo e mediata do capitalismo, mediante a original – ademais, lenta e contraditória – proposta do socialismo comunitário. O Estado Plurinacional, portanto, é o exercício da direção política e moral das classes subalternas e reverbera um projeto de sociabilidade de esquerda, sob influência direta do indianismo, que interpenetra toda a CPE e a lógica estatal²¹¹. Se o Estado republicano foi a expressão de determinado entrelaçamento entre classe e etnia – em que *criollos* detinham privilégios devido à cor da pele, à propriedade de meios de produção e exercício do poder político – o Plurinacional expressa um novo e particular enlace entre classe e etnia, desta vez ocorrido no mundo subalterno.

No presente capítulo, portanto, assinaei que a composição étnica do aparelho estatal, suas ideias-força e a correlação de forças no Estado traduzem sua indianização²¹². Esta não é fruto de uma “elevação moral” ou assimilação da cultura dos povos indígenas, mas da luta política destes, sob liderança das frações que se reivindicam camponesas originárias. Por isto, a plurinacionalidade não pode ser interpretada de maneira abstrata e idealizada, mas conforme a concreta correlação de forças no interior da sociedade e do próprio bloco histórico camponês-indígena-popular.

²¹⁰ A formação social boliviana a levou ao desenvolvimento de um potencial organizativo e uma práxis reivindicatória formidáveis. Abordei as principais sublevações, mas tão impressionante quanto elas se revela a organicidade no cotidiano das pessoas. Durante o campo, me surpreendi ao ver que os engraxates – *lustrabotas* – de La Paz possuíam um jornal próprio, bem como quando, no dia do aniversário da cidade, no qual há a tradição de desfile pelas ruas da capital – de estudantes, de trabalhadores das empresas públicas, das empresas privadas, de comunidades, etc. –, dentre as mais diversas organizações que vi passar, impressionou-me a ala da “*Asociación de Trabajadores de Humor Infantil*”, com a presença de dezenas de “trabalhadores de humor infantil” fantasiados e provocando risos naquela madrugada em La Paz.

²¹¹ Um dos dispositivos constitucionais que melhor exprimem essa condensação de forças é o Art. 255 da CPE, que prevê, dentre os princípios que regem as relações internacionais, o “*rechazo y condena a toda forma de dictadura, colonialismo, neocolonialismo e imperialismo*” e o “*respeto a los derechos de los pueblos indígenas originario camponeses*” (BOLIVIA, 2009).

²¹² Para García-Linera, “*esta indianización no solo está en la nueva narrativa estatal de los orígenes indígenas de nuestro ser nacional presente en los nuevos textos escolares, en la ampliación del panteón de los héroes fundadores de la patria, en la oficialización de los idiomas indígenas, en la nueva iconografía cívica; también lo está en la distribución de tierras a comunidades indígenas, en la multiplicación de inversiones estatales controladas por municipios, comunidades, sindicatos y barrios urbanos indígenas, originarios y campesinos; pero también, en la ocupación, en todos los niveles de decisión estatal, comenzando desde la presidencia del Estado, de hombres y mujeres de pertenencia indígena-originaria-campesina, además del control y mando de la gestión estatal por parte de las organizaciones indígenas, urbanas campesinas*” (GARCÍA-LINERA, 2013a, p.122-123).

6 O ESTADO PLURINACIONAL E O SOCIALISMO COMUNITÁRIO: CONTRADIÇÕES DE UM PROCESSO POLÍTICO EM CURSO

Até aqui, delimitarei as especificidades da formação social boliviana, em que a exploração ilimitada do trabalho revela um recorte étnico e conforma na história um repertório de lutas indígenas, operárias e camponesas. Estas giram ao redor de horizontes “nacional-popular” e “indígena-comunitário” (CUNHA FILHO, 2015), os quais se encontram na quarta crise de Estado. Nela, a tipologia organizativa expressava-se pela forma *multitud* (GARCÍA-LINERA, 2010), rebelada contra mecanismos de acumulação por despossessão (HARVEY, 2011). Competiu aos camponeses indígenas, mediante a constituição de seu instrumento político autônomo, a “tradução” dessa potência sublevada em um projeto político que unificasse as classes subalternas e atraísse os setores médios descontentes com o neoliberalismo. Desde então, conformou-se o governo Evo-Linera, a nacionalização dos hidrocarbonetos e recursos naturais em geral, bem como o processo constituinte e o Estado Plurinacional. Neste capítulo, problematizo as contradições do “*Proceso de Cambio*” e o horizonte do socialismo comunitário.

A tentativa de golpe de Estado operada pela oposição, em 2008, e sua posição política contrária ao processo constituinte e à nova CPE, levaram ao recuo de sua capilaridade social, bem como da irradiação de suas ideias-força. O bloco das classes subalternas consolidou a hegemonia conquistada na primeira metade da década e avançou posições no Oriente do país, antigo reduto das forças conservadoras. A indianização do Estado, a plurinacionalidade, a negação do neoliberalismo e suas propostas centrais, o Estado como planejador e dirigente da economia, expandiram-se como projeto político de grandes massas²¹³.

A maturação da confrontação entre dois blocos de poder ao longo de uma década e o desenlace do ponto de bifurcação em favor do bloco camponês-indígena-popular, a partir da aprovação da CPE em 2009, inaugurou um novo momento histórico-político-jurídico que García-Linera (2012b, p.23) denominou de

²¹³ Durante o trabalho de campo, em 2014, nos meios de comunicação empresariais, não se contestava diretamente tais pontos. Questionava-se “a gestão”, a “competência técnica”, buscava-se vincular a indianização com a prevaricação para com os militantes do MAS-IPSP, todavia não se confrontava o cerne de tais temas. Se, por um lado, esta é a ação política possível para provocar em médio prazo determinado desgaste governista e apenas posteriormente colocar em xeque as questões de fundo, por outro, figura como o reconhecimento de tais concepções de mundo no imaginário popular.

“quinta fase del proceso proceso revolucionario: la emergencia de las contradicciones creativas”. Em verdade, se as contradições gerais anteriores opunham os blocos camponês-indígena-popular e imperial-burguês-colonial, com a derrocada deste como projeto político, emergem as inerentes ao bloco popular²¹⁴.

Do ponto de vista continental, esse processo político particular possibilitou à Bolívia caminhos específicos em relação a países vizinhos que, também em princípios do século XXI, repeliram o neoliberalismo. No país andino, as palavras de ordem – mobilizadoras – da década de 2000, “nacionalização dos recursos naturais” e “constituente já”, foram substituídas por “socialismo comunitário” e “Estado Plurinacional”. Parto para um breve debate sobre esse ciclo de governos progressistas – considerando que alterações nessa conjuntura refletem no processo boliviano – para, a seguir, debruçar-me sobre a peculiaridade da Bolívia.

6.1 AMÉRICA LATINA E O SOCIALISMO NO SÉCULO XXI: ASCENSÃO DE GOVERNOS DEMOCRÁTICO-POPULARES E APORTES PARA A LUTA CONTRA O CAPITAL

As condições objetivas e concretas de reprodução social herdadas do neoliberalismo possibilitaram nova alteração na correlação de forças entre as classes sociais no continente. Para Stédile (2016), o período de vitórias do capital sobre o trabalho (1980- 1990) foi substituído por uma dinâmica de luta de classes de alternância de vitórias entre trabalhadores e capitalistas.

Nesse contexto de transição, as experiências diversas de governos democrático-populares refletiam a diversidade de nível de organização, mobilização e politização das classes subalternas locais, bem como de correlação de forças entre as classes sociais em cada país.

²¹⁴ Conforme destaquei no decorrer desta tese, no seio das classes subalternas há uma diversidade tremenda e diferenças – em função da complexidade de sua formação social – corporativas, organizativas, de horizontes políticos, que foram minimizadas pela figura do líder Evo Morales – que incorpora o elemento étnico e classista – mesmo passado o período dos enfrentamentos abertos com o “inimigo comum”. Certa vez, no Congresso nacional de organizações Indianistas-Kataristas, visivelmente convocado em função do intuito de algumas das organizações de promover a unidade do katarismo ao redor da reeleição de Evo, presenciei uma agitação decorrente do anúncio de que o Vice-presidente estava a caminho do “ampliado”. Vários indígenas adeptos de um indianismo “mais puro” bradavam: “marxistas no”, “blancoides no” e foi necessário um dos dirigentes mais antigos do katarismo explicar a importância de García-Linera e seu reconhecimento do katarismo em sua obra para que logo a seguir ele irrompesse no salão e realizasse sua fala.

Dentre os motivos para esse momento histórico atípico, Valter Pomar (2014) elenca os efeitos negativos do neoliberalismo – e seu rebatimento no potencial eleitoral dos partidos de direita – a acumulação de forças pelas esquerdas em cada país, especialmente na combinação entre luta social e luta eleitoral, e a ocorrência de um período sem ingerência frontal da política externa norte-americana, voltada especialmente para o Oriente Médio.

De acordo com Pomar (2016), há, contudo, momentos particulares em cada país e que levaram a uma falsa dicotomia entre a existência de experiências de esquerda “radicais” e outras “reformistas”, estando, por exemplo, as experiências de Bolívia, Venezuela e Equador dentre as primeiras, e Brasil, Argentina, Uruguai, dentre outras, no segundo campo:

No ambiente estratégico dos anos 1990, a maioria dos partidos e organizações de esquerda da América Latina e Caribe foi convergindo na prática e também no plano das formulações para uma estratégia que consistia -- malgrado profundas diferenças históricas, sociais, políticas e ideológicas -- em buscar ***melhorar a vida do povo através de políticas públicas que seriam implementadas a partir de espaços legislativos e executivos conquistados através de processos eleitorais***. [...] Em alguns casos, aquelas políticas públicas foram precedidas ou acompanhadas de processos constituintes, que resultaram em reformas importantes e foram acompanhadas de uma retórica radicalizada, embora ***de fato não tenham implicado em revoluções*** (ou seja, na expropriação econômica e política da classe dominante) (grifos no original) (POMAR, 2016).

Stédile (2016), em sentido diverso, argumenta que, em oposição aos projetos neoliberais, propagaram-se modelos “neodesenvolvimentistas”, de corte antineoliberal, e amparados pela aliança entre classe trabalhadora e setores da burguesia industrial interna, e o da Alba²¹⁵, de integração continental entre os governos progressistas com a participação dos movimentos sociais. A análise dicotômica, sem embargo, desconsidera que, apesar de insertos em momentos históricos comuns e em uma inserção dependente no capital internacional, cada Estado-nação da região contém formação social deveras particular e, apesar das aproximações, passam processos díspares e, frequentemente, com a combinação de características “progressistas” e “conservadoras”. Portanto, no Uruguai, país de

²¹⁵ *Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra America*, voltada à cooperação entre os governos progressistas da região e em resposta à proposta comercial Área de Livre Comércio das Américas – ALCA.

maior individuação capitalista, ocorreram mudanças em âmbito de direitos individuais, tais como a legalização do aborto, do uso da maconha e da união entre pessoas do mesmo sexo, que não ocorreram na Bolívia, e assim por diante.

Se no decorrer da resistência ao neoliberalismo no Brasil se destacam a Marcha dos Cem Mil do MST e as greves das Universidades Federais e dos trabalhadores da Petrobrás, na Bolívia, os eventos históricos residem na resistência dos *cocaleros*, na Guerra da Água e do Gás, conformando um repertório de lutas particular²¹⁶.

Portanto, categorias como “movimentos sociais” ou “participação popular”, informam realidades concretas distintas e a perspectiva dicotômica termina em importar na inversão ilusória da realidade, em que esta adequa-se a categorias estanques. Desde aí resulta, então, a tentação pela exportação ou importação de “modelos” – padrões organizativos e mobilizatórios, identitários, instrumentos e processos normativos, etc.

Ao contrário desta perspectiva, reconheço que a região experimentou ciclos em comum (POMAR, 2016), tais como o populista (décadas 1940-1960); o ditatorial (1960 a 1980), o neoliberal (1980 a 2000) e o ciclo de governos progressistas (1998 em diante), contudo, sem prejuízos quanto à irredutibilidade de suas histórias nacionais.

Apesar de concordar com Pomar (2016) quanto à estratégia das esquerdas dirigentes dos processos políticos deste século XXI não se conformarem em estratégias revolucionárias como as do século passado, há uma gama de especificidades que devem ser detalhadas, inclusive dentre os países de processos mais radicalizados, para que se apreenda o conteúdo real de tais transformações²¹⁷.

²¹⁶ Katz (2016, p. 326) ressalta que Evo Morales “foi o único presidente da região que surgiu diretamente de ações insurrecionais dos movimentos sociais”.

²¹⁷ Nesse sentido, considero lúcida a ressalva de Cunha Filho (2014, p. 5): “Aunque cierto sentido común haya presentado a las protestas bolivianas del quinquenio 2000-2005 como la gran sublevación del “otro indígena” negado a lo largo de 200 años por la colonialidad, la verdad es que esta es solo una de las caras de la moneda. Primero, porque el gran ciclo de protestas del mencionado quinquenio no fue solo fruto de sublevaciones indígenas, sino que también se nutría de la memoria de la tradición nacional popular, asentada en un imaginario de control sobre los recursos naturales, búsqueda de industrialización y democratización social cuyo auge fue la Revolución Nacional de 1952. Y segundo, porque el propio movimiento indígena boliviano es mucho más complejo y lleno de clivajes internos que escapan a muchos de los análisis apresurados. Uno de esos clivajes tiene que ver con las organizaciones y actores que buscan asociarse a un horizonte organizativo y reivindicativo más propiamente indianista, como la Confederación de Pueblos Indígenas de Bolivia (CIDOB) y el Consejo Nacional de Ayllus y Markas del Qullasuyu (CONAMAQ), las ‘mellizas’, como a veces son llamadas en Bolivia (ver nota 5), y otras más próximas a un horizonte campesino, como las ‘trillizas’”.

Se bem é verdade que no caso da Bolívia não houve expropriação de capitais e propriedades de burguesias nacionais e transnacionais, tampouco se trata de processo político de melhorias socioeconômicas e reformas constitucionais importantes nos marcos da democracia liberal-burguesa.

De qualquer maneira, não se trata, desde o início, de uma estratégia de elevação dos custos de reprodução social da força de trabalho – e a consequente redução da pobreza, acesso a direitos, melhorias salariais – nem de processos constituintes dissociados de alterações concretas na correlação de forças entre as classes sociais no interior do Estado. Ao oposto, a disputa de sentidos no interior do Estado, a correlação de forças entre classes e frações de classes, fortemente delimitadas pelo recorte étnico, estão no cerne das tensões e dificuldades experimentadas nestes anos.

Desta forma, Equador, Venezuela e Bolívia, a partir de seus próprios contextos, assumiram um discurso mais radicalizado, no qual se destacaram os termos revolução bolivariana e socialismo do século XXI – partindo de Heinz Dieterich – na Venezuela, Revolução Cidadã no Equador, e socialismo comunitário na Bolívia²¹⁸. Contribuíram, portanto, para se reabrir o debate político e teórico ao redor do socialismo, sobre sua atualidade e aprendizados históricos, em período em que as classes trabalhadoras se encontram em defensiva estratégica²¹⁹.

Os termos “socialismo do século XXI”, “revolução cidadã”, “socialismo comunitário²²⁰”, não conformam, todavia, uma negação das experiências socialistas

²¹⁸ Tendo em vista diversas polêmicas criadas em torno a tais nomenclaturas, que mais ofusca do que contribui para a análise concreta dos processos políticos em si, abordo o socialismo desde o seu debate na atualidade e, logo após, parto para a análise do socialismo comunitário.

²¹⁹ Pomar (2014) busca, com esse conceito, situar o momento de avanço do capital sobre o trabalho, cujas bases materiais se conformaram com o advento da 3ª revolução industrial, ocorrido a partir da década de 1980. A queda da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS, o recuo da socialdemocracia na Europa, a crise do marxismo e a perda de capacidade organizativa e mobilizatória dos sindicatos e, em termos latino-americanos, as derrotas da revolução sandinista e da candidatura de Lula, em 1989, perfazem um período histórico em que a utopia socialista desaparece aos olhos das classes trabalhadoras e estas buscam lutas de resistência contra ataques a direitos conquistados.

²²⁰ No seio das classes subalternas bolivianas não há, tampouco, consenso quanto a nomenclatura e projeto político que consubstancia: “El marco del socialismo comunitario o el socialismo andino es un tema que todavía genera un marco de debate, porque mientras algunos vienen del contexto del marxismo, por lo tanto, hablar de socialismo es muy natural en construcción de una sociedad. Para otros sectores como el sector indianista y los sectores indigenistas, el contexto de hablar de socialismo es mala palabra” (Informação verbal). Deparei-me com esta realidade de maneira recorrente no cotidiano do campo; ao participar do congresso nacional de organizações Indianistas-Kataristas, por exemplo, em determinado momento um dos organizadores tomou a fala no intervalo entre as palestras e argumentou que indianistas divergiam de capitalistas e de marxistas; aqueles queriam o Estado mínimo e estes o máximo; aqueles defendiam a propriedade privada e estes a

do século XIX e XX. Revelam, isto sim, que a luta socialista apresenta como premissa ser travada em determinada realidade nacional, com suas particulares determinações espaço-temporais, mesmo que insere e em constante relação com a totalidade dos processos sociais²²¹.

Compreendo que elas incorporam, como palavras de ordem tais quais “pão, terra e paz”, na Rússia de 1917, papel mobilizador, de ideias-força que canalizam esperanças, identidades e traduzem-se em unidade na ação política das classes subalternas, de acordo com as especificidades próprias a cada realidade espaço-temporal²²². Ademais, constituem, também, parte de um esforço para a retomada em termos de teoria e de ação política da possibilidade socialista, desde o acúmulo das respostas satisfatórias aos problemas de sua época (séculos XIX e XX), bem como dos “efeitos colaterais” que se materializaram em tal período.

Quanto ao debate teórico relativo ao socialismo e às experiências do século XX, Atilio Alberto Boron, marxista argentino, retoma o prefácio da edição alemã do Manifesto do Partido Comunista, publicada em 1872, em que Marx e Engels defendem a atualização daquele programa frente aos fatos da Comuna de Paris, para argumentar que *“se imponía actualizar el programa, como también se impone hoy, dado que el de comienzos del siglo XX sufrió los embates del tiempo y debe ser reexaminado y revisado”* (BORON, 2008, p. 1). Boron defende que nova experiência socialista deve advir da luta cotidiana, de acordo com as particularidades espaço-temporais de cada país. Para ele,

De lo que se trata es de la creación de un hombre y una mujer nuevos, de una nueva cultura y un nuevo tipo de sociedad,

estatal; aqueles defendiam a democracia burguesa e estes a ditadura estatal. O indianismo, prosseguia ele, defendia o resgate histórico das formas pré-colombianas, com a propriedade coletiva, o Estado Plurinacional e a democracia comunitária. Entrevista concedida por AGUILAR-GÓMEZ, Roberto Iván. **Entrevista 1** [jun. 2014]. Entrevistador: Daniel Araújo Valença. La Paz, 2014. 1 arquivo de mp3 (2h11min). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice desta tese.

²²¹ Nessa mesma direção argumenta Poulantzas: “Só pode haver apenas transição nacional para o socialismo, não apenas no sentido de um modelo universal adaptado às singularidades nacionais, mas no sentido de uma pluralidade de vias originais para o socialismo, cujos princípios gerais tirados da teoria e da experiência do movimento operário mundial não passam de painéis indicadores” (POULANTZAS, 1980, p.136). O projeto descolonizador e outros de acordo com suas particularidades locais, por outro lado, deve articular-se com um projeto anticapitalista dos trabalhadores, em que não se perca de vista a abolição da exploração da força de trabalho.

²²² Nesse sentido, argumentava Lenin: “Acontece com demasiada frequência que, quando na história ocorre uma mudança brusca, até os partidos avançados levam um tempo mais ou menos longo para habituar-se à nova situação, repetem palavras de ordem que ontem eram corretas, mas hoje perderam todo o sentido, perderam o sentido ‘subitamente’ como ‘súbita’ foi a mudança da história [...] Cada palavra de ordem particular deve derivar do conjunto de peculiaridades de uma determinada situação política” (LENIN, 2005, p. 69).

caracterizados por la abolición de toda forma de opresión y explotación, el primado de la solidaridad, el fin de la separación entre gobernantes y gobernados, y la reconciliación del hombre con la naturaleza (BORON, 2008, p. 4).

Ao referir-se à impossibilidade de um programa único, balizado a partir do exterior, parte de uma crítica à linha da III Internacional de conceber as categorias do marxismo como supra-históricas.

Amparando-se em Lebowitz, Boron defende que, assim como não é possível propagar um modelo de socialismo do século XXI, é razoável elaborar o que não deve ser tal socialismo: estatismo, burocratismo, ausência de ampla participação e mobilização popular. Não seria populismo, no sentido de que se deve promover a organização autônoma das classes trabalhadoras e sua ativa participação política, não, sendo, também, totalitária; não poderia, tampouco, ser o culto do produtivismo e da tecnologia (BORON, 2008).

Os fundadores da filosofia da práxis não estabeleceram em dogmas como se daria o processo de superação da ordem capitalista. De qualquer forma, ao longo de suas obras, teceram pistas de condições que não seriam a-históricas, mas materializar-se-iam de acordo com a realidade objetiva da luta política concreta. Dessa maneira, a partir da configuração como classe para si (MARX, 2012a) e constituição de um projeto político autônomo, o proletariado lutaria pelo poder político para exercê-lo com vistas a destruir as antigas relações de produção e de dominação de classe (MARX; ENGELS, 2010). Trata-se, pois, de processo não linear, contraditório e de superação dialética da universalização da venda da força de trabalho e do antigo aparelho estatal que opõe governantes e governados. Tal transformação não se daria por decreto, abruptamente, mas mediante uma transição, ou seja, um período socialista para uma futura sociabilidade mundial (LINERA, 2009).

Marx (2012b, p.32), em *Crítica ao Programa de Gotha*, embora pouco se debruce quanto aos elementos de uma sociedade comunista e socialista, indica pistas da transição ao afirmar que “foi em geral um erro transformar a assim chamada *distribuição* em algo essencial e pôr nela o acento principal”. Ele destaca que, ao contrário do socialismo vulgar, o científico translada a centralidade da distribuição para a esfera da produção, da superação da venda da força de trabalho

pelo trabalho associado (MARX, 2012b). Registrava, contudo, a probabilidade de uma árdua e lenta transição ao socialismo²²³:

Mas essas distorções são inevitáveis na primeira fase da sociedade comunista, tal como ela surge, depois de um longo trabalho de parto, da sociedade capitalista. O direito nunca pode ultrapassar a forma econômica e o desenvolvimento cultural, por ela condicionado, da sociedade (MARX, 2012b, p. 31).

Em mesma direção, como atesta Žižek (2005), os textos de Lenin, pós revolução de 1917, passaram a apontar para a impossibilidade de construção de imediato da nova sociedade²²⁴. O atraso das forças produtivas e dos padrões de sociabilidade, neste caso, requeria um duradouro processo de transição. Para Žižek, Lenin percebera que:

[...] a principal tarefa do poder bolchevique era executar as tarefas do regime burguês progressista (educação geral, etc.); contudo, o próprio fato de ser um governo revolucionário proletário a realizar essas tarefas mudava a situação fundamentalmente – havia uma possibilidade ímpar de que essas medidas ‘civilizadoras’ fossem implementadas de tal maneira que saíssem de seu limitado quadro ideológico burguês [...]. O paradoxo dialético, portanto, era que a própria inviabilidade da situação russa (o atraso que obriga o poder proletário a cumprir a missão civilizadora burguesa) poderia se transformar em uma vantagem única (ŽIŽEK, 2005, p.14).

A possibilidade de uma transição duradoura não apenas para o comunismo, mas também ao próprio socialismo, em termos de debates quanto ao socialismo no século XXI e à América Latina, toma corpo, especialmente com a adoção das esquerdas latino-americanas de estratégias de luta social e eleitoral combinadas, desde a década de 1980. Com isto, não se quer dizer que não haja a possibilidade de que, no futuro, novamente estratégias ancoradas na guerra de movimentos

²²³ Importante registrar que o comunismo, modo de produção fundado no trabalho associado e, por conseguinte, sem lutas de classes e Estado tal qual o conhecemos, pela teoria marxiana, é estágio posterior a esta longa transição até o socialismo, o que indica a possibilidade de a superação do capitalismo ocorrer de maneira lenta e árdua, na visão de Marx, pós derrota das classes trabalhadoras em 1948.

²²⁴ Na verdade, ainda em “Cartas de Longe”, na carta 5 – *As tarefas da organização proletária revolucionária do Estado*, de abril de 1917, após elencar uma série de medidas, ele adiantava a impossibilidade de uma ruptura direta ao socialismo perante aquela realidade nacional: “Em seu conjunto e em seu desenvolvimento esses passos seriam a transição para o socialismo, que na Rússia é irrealizável diretamente, de um só golpe, sem medidas transitórias, mas é plenamente realizável e urgentemente necessária como resultado de medidas transitórias desse tipo” (LENIN, 2005, p. 62).

venham a ser adotadas, mas não estão postas para o presente momento histórico. Quanto à Bolívia, Linera (2010) considera estar aberto um longo período de transição ao socialismo comunitário, um aporte da particularidade boliviana para a luta socialista internacional, independente de outros setores o denominarem por “comunitarismo”, “*vivir bien*”, etc. Passo, agora, a destrinchar essa especificidade.

6.2 DO SOCIALISMO COMUNITÁRIO OU SOBRE A PARTICULARIDADE BOLIVIANA

No capítulo segundo, apresentei a formação histórica da sociedade boliviana. Mesmo que de maneira não exaustiva, aponte as principais determinações objetivas herdadas desde o período pré-colombiano.

Álvaro García Linera, principal formulador do “socialismo comunitário”, recupera essa formação social boliviana e, subsidiando-se no aporte marxiano quanto à compreensão de modos de produção pré-capitalistas, intenta uma original interpretação²²⁵ da realidade boliviana. Nessa perspectiva, a presença histórica e a persistência de comunas agrícolas (*Ayllus*) e tempos civilizatórios paralelos ao capitalista, poderia se constituir em base material – ao invés de empecilho – de uma sociabilidade superior ao capitalismo. Analiso, portanto, os pontos nodais da civilização pré-colombiana e que se prolongam no decorrer dos séculos, e as reflexões dos fundadores da filosofia da práxis quanto ao desenvolvimento das forças produtivas e possibilidade de revoluções na periferia do sistema capitalista para, logo após, debruçar-me sobre suas consequências no processo político boliviano no século XXI.

6.2.1 A civilização comunal como negação do capital

Marx, no Livro I e II de *O Capital*, interpretou a sociedade Inca como “economia de troca” (MARX, 2014b, p.195), ou comunidade natural-espontânea (MARX, 2013b), pois nela, destarte a existência de classes sociais e incipiente

²²⁵ Esta se materializaria na obra *Forma valor y Forma Comunidad: aproximación teórica-abstracta a los fundamentos civilizatórios que preceden al Ayllu Universal*, fruto de seus estudos de *O Capital*, durante prisão de cinco anos por pertencimento à guerrilha katarista.

comércio, o produto do trabalho não assumia a natureza de mercadoria como forma geral de produção:

[...] Antes da troca, as coisas A e B ainda não são mercadorias, mas tornam-se mercadorias apenas por meio dela. O primeiro modo como um objeto de uso pode ser valor é por meio de sua existência como não-valor de uso, como quantidade de valor de uso que ultrapassa as necessidades imediatas de seu possuidor. As coisas são, por si mesmas, exteriores [*äuserlich*] ao homem e, por isso, são alienáveis [*veräusserlich*]. Para que essa venda [*Veräusserung*] seja mútua, os homens necessitam apenas se confrontar tacitamente como proprietários privados daquelas coisas alienáveis e, precisamente por meio delas, como pessoas independentes umas das outras. No entanto, tal relação de alheamento [*Fremdheit*] mútuo não existe para os membros de uma comunidade natural-espontânea, tenha ela a forma de uma família patriarcal, uma comunidade antiga indiana, um Estado inca, etc. A troca de mercadorias começa onde as comunidades terminam [...] Sua relação quantitativa de troca é, a princípio, inteiramente acidental (MARX, 2013b, p.162).

A partir de outro viés analítico, Todorov (2003) aponta o elemento comunitário como qualidade distintiva das sociedades indígenas frente à europeia moderna:

É, portanto, a sociedade – por intermédio da casta dos sacerdotes, meros depositários do saber social – que decide a sorte do indivíduo, o qual não é, pois, um indivíduo no sentido que geralmente damos ao termo. Na sociedade indígena de antigamente, o indivíduo não representa em si uma totalidade social, é unicamente o elemento constitutivo de outra totalidade, a coletividade (TODOROV, 2003, p.92).

Mas, o que define a relação social indivíduo-comunidade? A determinabilidade estaria em caracteres espaciais e temporais, classificando-se, pois, sociedades primitivas, asiáticas, modernas, dentre outras, em escala evolutiva?

Marx situa a resposta na organização do processo de trabalho, na propriedade e nos mecanismos instituídos para a reprodução social de determinada sociedade. Assim, nas comunidades antigas, a relação do ser humano “com as condições objetivas do trabalho é mediada por sua existência como membro da comunidade” (MARX, 2011b, p.398) e, por outro lado, “a existência efetiva da comunidade é determinada pela forma particular de sua propriedade sobre as condições objetivas do trabalho” (MARX, 2011b, p. 398).

O debate sobre o comunitário resvala, portanto, em como a sociedade organiza a sua reprodução social e como ocorre a distribuição do produto do mais trabalho²²⁶ dentre produtores e não produtores.

O trabalho é, como criador de valores de uso, “uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais” (MARX, 2013b, p.120), pelo qual o ser humano se reproduz socialmente ao longo da história. Trabalhadores e meios de produção figuram como fatores constitutivos das formas sociais de produção, sendo que o modo particular de combinação dentre elas revela-se fator decisivo para distinguir as épocas. Não se trata, portanto, de algo imanente, da natureza de tais fatores, mas que assume “caráter social específico” (MARX, 2014b, p.119) sob condições determinadas, historicamente desenvolvidas.

A questão apresenta-se, portanto, da seguinte maneira: qual a combinação destes fatores constitutivos no modelo incaico e suas consequências mesmo após o declínio do Império?

Garcia-Linera (2009) aponta que Marx, ao longo de suas obras, amadureceu a investigação sobre sociabilidades pré-capitalistas, especialmente no tocante à organização do processo de trabalho e apropriação da terra. Sobre tais temas, ele se debruça de maneira incipiente em O Manifesto Comunista²²⁷ (1848), e, mais voltado a padrões de sociabilidade distintos do feudalismo, nos Grundrisse (1857-1858).

Ocorre que, a partir da segunda metade da década de 1860, aprofundou-se a agitação política na Rússia, levando-o a iniciar uma série de estudos sobre aquele país²²⁸, despertando-lhe especial interesse a sobrevivência da comuna russa em oposição à constituição do proletariado²²⁹.

²²⁶ Linera assim pontua este tema: “El producto del trabajo necesariamente ha de dividirse en trabajo necesario, con su específica forma comunal de circulación ritual dentro de la comunidad, y plus-trabajo que vincula a la comunidad con el Estado. El plus-trabajo entonces es aquella parte del trabajo comunal que ya no existe como goce, como posesión y propiedad comunal, sino como extrañamiento, como desposesión, por tanto, ‘como servicios y prestaciones’ que escapan del control comunal” (GARCÍA-LINERA, 2009, p. 321).

²²⁷ Nesta obra, sua argumentação quanto às sociedades pré-capitalistas se volta para o escravismo e o feudalismo, seja porque eram os modelos societários dos quais à época detinha fontes exaustivas, seja porque expressavam um ponto nodal aos objetivos do Manifesto: a divisão da sociedade em classes antagônicas e a dialética daí decorrente (GARCÍA-LINERA, 2009). No Prefácio à edição russa do Manifesto Comunista, em 1882, ele e Engels consideram a Rússia conforma “a vanguarda da ação revolucionária na Europa” (MARX, ENGELS, 2013, p.125) e especulam que a posse coletiva de mais da metade das terras pelos camponeses a coloca em condição distintiva frente à realidade abordada no Manifesto.

²²⁸ Dessa forma, em carta à redação da revista russa Otechestvenye Zapiski, ele pontuava: “Para poder julgar com conhecimento de causa o desenvolvimento econômico da Rússia contemporânea,

Tais estudos, que se prolongariam até 1882, véspera de seu falecimento, representariam uma “virada metodológica”, ao negar “qualquer interpretação unilinear, evolucionista, etapista e eurocêntrica do materialismo histórico” (LÖWY, 2013, p. 09). Devido à forma de apropriação da terra, de organização do processo de trabalho e mecanismos de reprodução social, a forma comunal é vista como portadora de um potencial revolucionário e a filosofia da práxis reafirmada como ciência da história.

Marx inaugurou o debate público quanto ao tema com a carta à redação da *Otechestvenye Zapiski*, de 1877, em resposta a texto de Michailovski que, por sua vez, pretendia defender Marx contra ataques do economista vulgar Jukovski. Nela, Marx concorda com outro russo, Tchernichevski, para concluir que, ao invés de “destruir a comuna rural para passar ao regime capitalista”, ela poderia, “sem experimentar a tortura infligida por esse regime, apropriar-se de todos os seus frutos mediante o desenvolvimento de seus próprios pressupostos históricos” (MARX; ENGELS, 2013, p. 65). Esclarece, então, que o capítulo sobre a acumulação primitiva, em *O Capital*,

visa exclusivamente traçar a rota pela qual, na Europa ocidental, a ordem econômica capitalista saiu das entranhas da ordem econômica feudal. Portanto, ele expõe o movimento histórico que, divorciando os produtores de seus meios de produção, converteu os primeiros em assalariados (proletários, no sentido moderno da

aprendi a língua russa e depois estudei durante longos anos as publicações oficiais referentes a esse tema” (MARX; ENGELS, 2013, p. 66). Referia-se, no caso, à situação da propriedade fundiária russa e suas terras comunais.

²²⁹ A investigação de Marx centrava-se nas relações de produção, especialmente na transição entre a relação de dependência e o “trabalho livre”, ou seja, aquele que possibilita o desenvolvimento de relações capitalistas de produção. Assim, Marx aponta que os proprietários fundiários russos, após a emancipação política de quase 22 milhões de servos, cerca de metade do campesinato russo, reclamavam que, mesmo quando possuíam dinheiro, não conseguiam “encontrar em quantidade suficiente e no momento desejado as forças de trabalho que têm de ser compradas, uma vez que o trabalhador rural russo, em consequência da propriedade comunal da terra, ainda não está totalmente separado de seus meios de produção e, por isso, ainda não é um ‘assalariado livre’ no sentido pleno da palavra. Mas a existência de assalariados livres numa escala social é uma condição indispensável para que D – M [que o capital monetário se transforme em mercadoria força de trabalho], a transformação de dinheiro em mercadoria, possa ser concebida como transformação de capital monetário em capital produtivo. É evidente, pois, que a fórmula que expressa o ciclo do capital monetário (D-M...P...M'-D) [dinheiro que compra mercadorias meios de produção e força de trabalho e, após o ciclo do capital produtivo se transforma em mercadoria adicionada de mais-valor e se realiza com a venda da mercadoria e o fim do ciclo do capital monetário] só vale como forma do ciclo do capital quando se baseia na produção capitalista já desenvolvida, pois pressupõe a existência da classe assalariada em escala social. A produção capitalista, como vimos, produz não apenas mercadoria e mais-valor, mas reproduz, e num volume cada vez maior, a classe dos trabalhadores assalariados, transformando a enorme maioria dos produtores diretos em assalariados” (MARX, 2014b, p.116).

palavra) e os detentores dos últimos em capitalistas (MARX; ENGELS, 2013, p. 66).

A base de toda essa evolução, portanto, é a expropriação dos agricultores. Contudo, “apenas na Inglaterra [...] tal expropriação se apresenta em sua forma clássica” (MARX, 2013b, p.788) e, sendo assim, tal tendência referia-se à determinada formação social histórico-concreta, e não poderia ser trasladada de maneira mecânica; ou seja, não havia margem para transformar o marxismo em “teoria histórico-filosófica geral” (MARX; ENGELS, 2013, p. 67), com leis gerais independentes de condicionantes espaço-temporais²³⁰.

Ainda debruçando-se sobre este tema, Marx recebeu uma carta da populista russa Vera Zasulich, na qual ela o inquiria quanto ao possível destino da comuna russa, bem como sobre a “teoria da necessidade histórica” de que todos os países do globo passassem por todas as fases do desenvolvimento capitalista²³¹. Para respondê-la, Marx se deparou com as tarefas de explicar a essência de seu método materialista histórico-dialético e, a *posteriori*, examinar a situação da comuna rural russa (MARX; ENGELS, 2013).

Nesse sentido, quanto ao método, reafirmou a impossibilidade de trasladar, sem mediação, as suas análises quanto ao processo de acumulação primitiva em *O Capital* para a realidade russa, pois naquele caso tratava-se de evolução de uma forma de propriedade privada para outra forma de propriedade privada. Dessa maneira, afirmava Marx:

²³⁰ Percorrendo essa linha argumentativa, Marx interpelou a Michailovski da seguinte maneira: “Ora, como o meu crítico aplicou esse esboço histórico à Rússia? Tão somente assim: se a Rússia tende a tornar-se uma nação capitalista a exemplo das nações da Europa ocidental [...] não será bem-sucedida sem ter transformado, de antemão, uma boa parte de seus camponeses em proletários; e, depois disso, uma vez levada ao âmago do regime capitalista, terá de suportar suas leis impiedosas como os demais povos profanos. Isso é tudo! [...] Ele ainda tem necessidade de metamorfosear totalmente o meu esquema histórico da gênese do capitalismo na Europa ocidental em uma teoria histórico-filosófica do curso geral fatalmente imposto a todos os povos, independentemente das circunstâncias históricas nas quais eles se encontrem, para acabar chegando à formação econômica que assegura, com o maior impulso possível das forças produtivas do trabalho social, o desenvolvimento mais integral possível de cada produtor individual. Porém, peço-lhe desculpas. (Sinto-me tão honrado quanto ofendido com isso)” (MARX; ENGELS, 2013, p. 68).

²³¹ Dizia Vera Ivanovna: “Apenas duas soluções são possíveis. A comuna rural, liberada das exigências desmesuradas do fisco, dos pagamentos aos donos das terras e da administração arbitrária, é capaz de se desenvolver pela via socialista, quer dizer, de organizar pouco a pouco sua produção e distribuição de produtos sobre bases coletivistas. Nesse caso, o socialista revolucionário deve envidar todos os seus esforços em prol da libertação da comuna e de seu desenvolvimento. Mas se, pelo contrário, a comuna está destinada a perecer, ao socialista como tal não resta outra coisa senão dedicar-se a cálculos [...] para descobrir [...] em quantas centenas de anos, talvez, o capitalismo atingirá na Rússia um desenvolvimento comparável ao da Europa ocidental” (MARX; ENGELS, 2013, p.79).

Restringi expressamente a ‘fatalidade histórica’²³² desse movimento aos países da Europa ocidental [...]. Assim, em última análise, ocorre a transformação *de uma forma de propriedade privada em outra forma de propriedade privada*. A terra nas mãos dos camponeses russos jamais foi *a sua propriedade privada*; então, como se aplicaria esse desenvolvimento? (MARX; ENGELS, 2013, p. 89).

Ou seja, a resposta à pergunta da populista russa estava condicionada às condições histórico-concretas do estágio do capitalismo russo em 1881, de sua particular realidade nacional, articulada à dialética local-global. Por isto, Marx alia, também, a condição russa com o desenvolvimento capitalista da Europa ocidental. A Rússia estaria em posição singular, pois poderia apropriar-se das conquistas capitalistas sem passar pelas vicissitudes deste sistema:

Do ponto de vista histórico, o único argumento sério a favor da *dissolução fatal* da comuna de *camponeses russos* é este: quando muito, se encontra em toda parte na Europa ocidental um tipo mais ou menos arcaico de propriedade comum; ela desapareceu totalmente com o progresso social. Por que ela escaparia a esse mesmo destino tão somente na Rússia? Respondo: porque na Rússia, graças a uma combinação de circunstâncias únicas, a comuna rural, ainda estabelecida em escala nacional, pode se livrar gradualmente de suas características primitivas e se desenvolver diretamente como elemento da produção coletiva em escala nacional. É justamente graças à contemporaneidade da produção capitalistas que ela pode se apropriar de todas as *conquistas positivas* e isto sem passar por suas vicissitudes desagradáveis (MARX; ENGELS, 2013, p. 89-90) (grifos dos autores).

Seria possível, em vista disso, apropriar-se do desenvolvimento das forças produtivas que, no Ocidente, tardou séculos para maturar-se, sem a necessidade histórica de passar pelo processo de apartação do ser humano em relação aos meios de produção e sua exposição como mercadoria força de trabalho, bem como pelas consequências daí decorrentes²³³. A sua preservação em grande escala, em

²³² Neste trecho, uma nota da edição alemã esclarece: “referência à passagem da carta de Vera Zasulitch a Marx, de 16 de fevereiro de 1881, que menciona ‘[...] a teoria da necessidade histórica de que todos os países do mundo passem por todas as fases da produção capitalista’” (MARX; ENGELS, 2013, p. 89).

²³³ “Falando em termos teóricos, a ‘comuna rural’ russa pode, portanto, conservar-se, desenvolvendo sua base, a propriedade comum da terra, e eliminando o princípio da propriedade privada, igualmente implicado nela; ela pode tornar-se um ponto de partida direto do sistema econômico para o qual tende a sociedade moderna; ela pode trocar de pele sem precisar se suicidar; ela pode se apropriar dos frutos com que a produção capitalista enriqueceu a humanidade sem passar pelo regime capitalista” (MARX; ENGELS, 2013, p.90).

escala nacional, associada ao ambiente histórico possibilitado pela produção capitalista, permitir-lhe-iam as ferramentas para o desenvolvimento do trabalho coletivo. Ademais, se as despesas do Estado russo voltadas a indenizar a nobreza quanto à emancipação das comunas tivessem servido para o “desenvolvimento ulterior da comuna rural, [...] todo mundo reconheceria nela um elemento de regeneração da sociedade russa e de superioridade em relação aos países ainda subjugados pelo regime capitalista” (MARX; ENGELS, 2013, p. 90).

Para desenvolver tal linha de raciocínio, Marx analisa os traços distintivos entre a comuna agrícola e tipos mais primitivos, que constituíam formas particulares de uma forma geral de sociabilidade primária, apurando seus estudos anteriores sobre o tema. Assim, na forma geral “arcaica ou ancestral”, as comunidades primitivas estavam baseadas no parentesco natural de seus membros e é a partir do rompimento deste laço que poderiam se expandir e suportar o contato com estrangeiros. Naquelas, tipo primário da forma arcaica, a casa comum constituía base material da comunidade, enquanto na comuna agrícola – ou tipo secundário da forma geral primária – a casa e seu quintal conformavam propriedade privada do agricultor. Por outro lado, a terra arável continuava como propriedade comunal, mas periodicamente dividida entre os membros da comuna agrícola, de maneira que cada agricultor explorava por sua conta os campos que lhe foram designados e apropriava-se dos seus frutos individualmente, enquanto nas primitivas a produção era em comum, bem como a repartição dos frutos (MARX; ENGELS, 2013).

García-Linera (2009) aduz que estas variações de tipo de forma geral comunal “arcaica ou ancestral”, não subsistem no interior do “*Proceso de trabajo Inmediato*” (Pti) – disposição dos meios de trabalho e objeto de trabalho por parte do trabalhador – comunal, mas quanto ao processo de produção e reprodução social. Nos tipos primários e secundários, a propriedade e o trabalho são majoritariamente comunitários e o processo técnico-social do trabalho é similar. Aquele que realiza trabalho não se encontra dissociado dos meios e do objeto do trabalho. O que distingue uma forma primitiva de uma comuna agrícola é que, na primeira, trata-se de uma organização direta e localmente reproduzida, enquanto na segunda há um poder central que impõe e organiza a extração de mais-trabalho das comunidades. Para Marx,

A produção comunitária e a propriedade comum, como existe, por exemplo, no Peru, é obviamente uma forma secundária; introduzida e transferida por tribos conquistadoras que conheciam por si mesmas a propriedade comum e a produção comunitária na forma antiga mais simples, tal como ela existe na Índia e entre os escravos. [...] O aperfeiçoamento e a elaboração sistemática desses sistemas a partir de um *centro superior* demonstram sua gênese posterior (MARX, 2011b, p.402).

O tipo secundário da forma geral arcaica compreende, portanto, a existência de um poder secundário regulador de certas funções econômico-reprodutivas da comunidade, como obras públicas, de irrigação, dentre outras, mas centralmente com a fixação de formas de concentração da força de trabalho para a produção de excedentes expropriados como renda ou tributo. Expressam uma intervenção do poder político centralizado (Estado) no controle direto do excedente social comunal (GARCÍA-LINERA, 2009).

Assim, referindo-se à comuna russa, afirma Marx que:

O dualismo inerente à comuna agrícola podia proporcionar-lhe uma vida vigorosa, pois, de um lado, a propriedade comum e todas as relações sociais dela decorrentes proporcionavam uma sede sólida, ao mesmo tempo que a casa privada, a cultura parceleira da terra arável e a apropriação privada dos frutos admitiam um desenvolvimento da individualidade, incompatível com as condições das comunidades mais primitivas (MARX; ENGELS, 2013, p. 93).

O critério distintivo entre os diversos padrões de sociabilidade de Marx, portanto, não se assenta na forma política desenvolvida (teocrática, etc.), nem na espacialidade onde se desenvolveu determinada sociedade (Oriente, Américas, etc.) e tampouco se trata da natureza das trocas. Seu fundamento se encontra no “caráter social da produção, e não no modo de intercâmbio; este resulta, ao contrário, daquele”²³⁴ (MARX, 2014b, p.196). Com base nesse critério, mostra-se possível identificar a essência de tais padrões de sociabilidade e suas contradições inerentes.

Dessa forma, a comuna agrícola aparece como mais recente tipo particular da forma geral arcaica, como estágio de transição entre esta e a forma geral secundária – ou seja, de uma sociedade fundada sobre a propriedade comum para uma

²³⁴ “Ademais, é natural que ao horizonte burguês, limitado à realização de negócios, escape inteiramente o fato de que é o caráter do modo de produção que constitui o fundamento do modo de intercâmbio a ele correspondente e não o contrário” (MARX, 2014b, p. 196).

sociedade fundada sobre a propriedade privada (MARX; ENGELS, 2013). Essa gênese carrega consigo uma dialética que pode levar a prevalecer o elemento coletivo ou o privado. No tocante aos seus elementos internos, o isolamento das comunas faz surgir um “despotismo mais ou menos central” e, principalmente, o elemento privado pode levar à acumulação individual e sujeição do comunitário aos indivíduos, alavancando a expansão da propriedade privada. Para Marx, o essencial aqui é o “trabalho parcelado como fonte de apropriação privada” (MARX; ENGELS, 2013, p.110), pois ele possibilita o acúmulo de bens móveis e, por conseguinte, o risco da dissolução da igualdade econômica e social primitiva.

Quanto às condicionantes externas, o próprio desenvolvimento capitalista no globo e na Rússia engendra a abolição da propriedade comum, com fins de apartar os camponeses da terra e permitir a criação de amplos contingentes de “mão de obra livre”. Portanto, em paralelo à sobrevivência do elemento comunal na disposição societária da propriedade e da produção, há a tensão interna e externa pela dissolução de tais traços constitutivos.

Para Marx, perante esta disjuntiva, a possibilidade de resolução de tal dialética em favor do aspecto coletivo está condicionada não a elementos internos, mas ao porvir de uma revolução que lhe proporcione desenvolver-se em “condições normais” (MARX; ENGELS, 2013, p. 96):

Se a revolução acontecer em tempo oportuno, se ela concentrar todas as suas forças para assegurar o livre crescimento da comuna rural, ela logo se desenvolverá como elemento regenerador da sociedade russa e como elemento de superioridade frente aos países submetidos ao regime capitalista (MARX; ENGELS, 2013, p.102).

A revolução e a tomada do poder político seriam, pois, uma condição para o desenvolvimento e expansão da produção cooperativa – o trabalho associado – e uma “forma superior de tipo arcaico de propriedade”, a “propriedade comunista”, a partir da comuna russa (MARX; ENGELS, 2013).

Por fim, em outros dois textos, Marx e Engels se debruçam sobre a comuna russa²³⁵, as contradições a ela inerentes e as possibilidades de constituição de outra sociabilidade. Em ambos, a regeneração da comuna russa está associada à revolução, nacional e ocidental:

²³⁵ Em *Prefácio à edição russa do Manifesto Comunista*, escrito por Marx e Engels em 1882 e, em 1894, em *Posfácio a Questões Sociais da Rússia*, escrito por Engels.

Se a revolução russa constituir-se no sinal para a revolução proletária no Ocidente, de modo que uma complemente a outra, a atual propriedade comum da terra na Rússia poderá servir de ponto de partida para uma evolução comunista (MARX; ENGELS, 2013, p.125).

No texto ulterior, Engels oscila entre uma perspectiva determinista e uma condicional:

[...] uma eventual reconfiguração da comuna russa não poderá partir dela mesma, mas única e exclusivamente dos proletários industriais do Ocidente. A vitória do proletariado europeu ocidental contra a burguesia e a substituição a ela associada da produção capitalista pela produção socialmente conduzida constituem as condições necessárias para alçar a comuna russa ao mesmo estágio (MARX; ENGELS, 2013, p. 132).

Logo a seguir, no mesmo texto, é a revolução na Rússia que se revela impulsionadora do proletariado moderno ocidental:

[...] para que ainda se conserve um resquício dessa comunidade, a primeira condição é a derrubada do despotismo czarista, a revolução na Rússia. Esta não só arrancará a grande massa dessa nação, os camponeses, do isolamento em seus povoados que constituem seu *mir*, seu 'mundo', e a conduzirá ao grande palco, onde conhecerá o mundo exterior e, desse modo, a si própria, a sua própria situação e os meios para salvá-la da presente penúria, mas ela também proporcionará ao movimento dos trabalhadores do Ocidente um novo impulso e novas e melhores condições de luta e, desse modo, acelerará a vitória do moderno proletariado industrial, sem a qual a Rússia atual não conseguirá sair nem da comuna nem do capitalismo, rumo a uma transformação socialista (MARX; ENGELS, 2013, p. 142).

Como Marx apontou nos esboços à Vera Zaslitch, tal objeto requeria uma pesquisa mais acurada, impossibilitada pela sua enfermidade e pela dedicação à sistematização de *O Capital* por Engels. De qualquer maneira, essa série de escritos desautoriza a duas interpretações recorrentes, seja no seio do marxismo ou no dos que o renegam por sua perspectiva totalizante.

A primeira delas enxerga o marxismo como evolucionista e determinista. Por conseguinte, haveria uma fatalidade histórica que determinaria que revolução só pode ocorrer em países desenvolvidos, bem como teriam os países periféricos que percorrer todo o trajeto daqueles que primeiro se desenvolveram. Esta perspectiva

choca-se frontalmente com os escritos finais de Marx e Engels sobre a comuna Russa e a acumulação primitiva, aqui abordados, mas também com a teoria da dependência, tangencialmente abordada no primeiro capítulo, segundo a qual o desenvolvimento dos países ricos está associado à exportação de mais-valia. Impossível, portanto, que as dezenas de países subdesenvolvidos percorram o mesmo caminho dos desenvolvidos, pois é mediante esta relação desigual que se perpetua o desenvolvimento de alguns em detrimento do conjunto das nações.

A segunda visão antevê alternativas locais e isoladas como respostas a um problema de caráter global. No século XVIII, socialistas utópicos apresentavam soluções ao capitalismo a partir desta perspectiva. O que se viu, conforme Marx e Engels à época anunciavam, é que a expansividade do capital impede alternativas desta natureza. Seu desenvolvimento natural-espontâneo interior se vê interrompido pelas leis naturais de expansividade do capital.

Portanto, desde a análise de tais textos, é possível inferir que, por preservar formas de propriedade, trabalho e sociabilidade em comum, a comuna agrícola pode figurar como “alavanca da regeneração social”, em base material para um padrão de sociabilidade superior, sem precisar passar por todo o processo histórico ocorrido nos países capitalistas desenvolvidos. Estas formas societárias, todavia, sobrevivem à expansividade do capital, o que as leva a estar permanentemente assediadas e impossibilita qualquer possibilidade de alternativa puramente local. Consequentemente, a persistência da forma comunal exige a tomada do poder político, com fins de anular as influências deletérias externas, bem como o impulsionar suas virtudes internas.

Por fim, é o grau de desenvolvimento das forças produtivas alcançado pela modernidade que possibilita ao trabalho associado desenvolver toda sua potencialidade. Por conseguinte, o desenvolvimento de uma revolução apenas nacional dificulta extraordinariamente o aprofundamento da produção em comum.

É a partir de tais elementos, que conformam uma base material particular, específica da sociedade russa em transição entre os séculos XIX e XX, e em contradição direta com a expansividade do capital²³⁶, que García-Linera (2009) se subsidia para elaborar uma original interpretação da Bolívia, como passo a expor.

²³⁶ Linera se debruça, então, sobre a contradição entre a forma comunal e a forma valor: “[...] estaba claro que no se podía comprender la potencia emancipativa de las comunidades como libre asociación de productores sin entender la fuerza expansiva del capitalismo, su dinámica interna

6.2.2 Comuna agrícola nos Andes: organização do processo de trabalho e a reprodução social da comunidade

Como abordei no segundo capítulo da presente tese, a extração do mais-trabalho na sociedade incaica ocorria mediante a *mita*, exploração coletiva do trabalho em determinada comunidade. Mas a apropriação de mais-trabalho alheio, a cisão da comunidade em produtores e não produtores detentores do poder político, todavia, não implicava no fetichismo²³⁷ encontrado no sistema capitalista, em que a relação social entre pessoas aparece como relação entre coisas (mercadorias), como estranhamento entre indivíduos que aqui existem como mônadas isoladas e autônomas de interesses contrapostos²³⁸, e não parte de uma totalidade social. No capitalismo, a separação dos trabalhos como independentes privados possibilita que o produto se apresente como mercadoria; constituem, pois, a forma valor e a coisificação das relações sociais o resultado de um modo específico de realização do trabalho.

Nesta forma de organização do trabalho, contudo, os meios de produção e o objeto do trabalho não se encontram alijados do ser humano, apesar da extração de mais-trabalho alheio. A terra consubstancia outra materialidade, figurando como:

la prolongación inorgánica de la subjetividad del individuo (determinación natural), pero que existe como tal en cuanto el individuo es miembro de la comunidad (determinación social). La pertenencia del individuo a la comunidad es la riqueza y 'propiedad' de la comunidad. El contenido de la forma de concentración de los

como expropiación de la capacidad productiva de los productores. Esto es, el capital como el reverso de la comunidad o, se si prefiere, la comunidad como lo no-capital, como el reverso del capitalismo" (GARCÍA-LINERA, 2009, p.11).

²³⁷ Marx detalhou sua compreensão quanto à categoria fetichismo da mercadoria no livro I de O Capital: "Já a forma-mercadoria e a relação de valor dos produtos do trabalho em que ela se representa não tem, ao contrário, absolutamente nada a ver com sua natureza física e com as relações materiais [*dinglichen*] que dela resultam. É apenas uma relação social determinada entre os próprios homens que aqui assume, para eles, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Desse modo, para encontrarmos uma analogia, temos de nos refugiar na região nebulosa do mundo religioso. Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, como figuras independentes que travam relação umas com as outras e com os homens. Assim se apresentam, no mundo das mercadorias, os produtos da mão humana. A isso eu chamo de fetichismo, que se cola aos produtos do trabalho tão logo eles são produzidos como mercadorias e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias" (MARX, 2013b, p.148).

²³⁸ "En estas circunstancias que suponen a) la anulación de las relaciones de parentesco, de solidaridad productiva-reproductiva, y b) el desenvolvimiento del intercambio en medio de una mutua intencionalidad de necesidad, de interés material a través del producto del otro, los individuos aparecen entonces como opuestos, como confrontados a través de sus posesiones, y el volumen de éstas adquiere relevancia definitoria en la culminación del intercambio (GARCÍA-LINERA, 2009, p.76).

medios de trabajo y el trabajo es aquí de carácter plenamente social (GARCÍA-LINERA, 2009, p. 105).

E, na economia incaica, o processo tecnológico de organização do trabalho não se traduz em mercantilização. Assim, Linera aponta que:

En este sentido podemos decir que la organización técnico-social, tanto de la economía comunal arcaica como de la forma de comuna agrícola, excluye inexorablemente la interiorización de la forma mercantil del producto del trabajo. Un ejemplo de economía comunal plenamente desmercantilizada es señalada por Marx en la economía incásica, en la que 'el producto social no circula como mercancía ni se distribuye mediante el comercio de trueque, que sería ya una forma de intercambio equivalente sin mediación monetaria (GARCÍA-LINERA, 2009, p. 294)

A colonização nos Andes, voltada à exploração das minas, manteve a *mita* como relação de produção fundamental, o que implicava, também, a preservação relativa da forma comunidade. O comunitário assumia, então, não apenas o papel de possibilitar a reprodução social, mas também de resistência e sobrevivência frente à exploração externa. Deste contexto, surge a capacidade para flexibilizar o pertencimento comunal para além da consanguinidade e diversas outras estratégias de sobrevivência do comunal. Cada comunidade em separado, fruto da exploração colonial, luta por sua soberania particular. Linera (2009) aduz uma dialética em que a conquista local de autonomia, descolada da totalidade, implica, contudo, o reforço da legitimação do poder colonial geral, pois este representa a desestruturação da interunificação comunal:

Cada comunidad puede, por separado, preservar sus tierras locales o sus autoridades o sus sistemas de cultivo o sus formas de circulación de riquezas, pero a costa de dejar en pie y adecuarse a un poder global colonial-mercantil que arrebató a otras comunidades sus tierras, o las obliga a convertir a sus autoridades en agentes mercantiles o a transformar sus tierras en mercancía y, a la larga, a reforzar sin desearlo un poder general que va a arrasar con las propias conquistas de la comunidad particular (GARCÍA-LINERA, 2009, p. 22).

O período pós-colonial tampouco consistiu na superação desta lógica. Ao traçar o conceito de Estado Aparente, Zavaleta Mercado (2013b) apreende justamente a persistência desta condição histórica. O Estado liberal não se irradiou por todo o território nacional. Ao oposto, suas elites *criollas* o fincaram nas áreas de

produção de valor, onde as mesmas habitavam, transformando a nação em ilhas, enquanto territórios se perdiam ou desenvolviam mecanismos de auto reprodução social. O comunitário, então, manteve-se e desenvolveu-se como necessidade para a reprodução social de diversas nações indígenas.

O *Ayllu* ou o sindicato, nesta realidade espaço-temporal, assumiu o papel de organizador da reprodução social, substitutivo do Estado erguido desde a colonização. Obras de irrigação, caminhos para o escoamento da produção, a tarefa educativa, tais elementos continuaram sob a coordenação da comunidade através de sua forma natural-organizativa. A dialética quantidade x qualidade traduziu-se na capacidade de preservar as formas produtivas, organizativas, assembleistas, alheias à condição moderna.

A subsunção ao capital, portanto, revela-se formal. O que é diretamente não capital, o trabalho vivo e a comunidade, continuam sendo fontes inesgotáveis com as quais o capital se alimenta e se expande²³⁹, mas que, dialeticamente, podem vir a enterrá-lo (GARCÍA-LINERA, 2009).

Mesmo na atualidade, em que a comunidade aymara-qhiswa acumula uma história de lenta desagregação, fragmentação e espoliação pelo capitalismo em seus mais diversos períodos históricos, persiste um processo de reprodução sob a lógica do trabalho comunal.

García-Linera (2009) ressalta sete momentos principais do Pti agrícola nos Andes, nos quais subsiste um caráter familiar-comunal ou mesmo comunal, de maneira aproximada à comuna agrícola russa: 1º) preparação da terra com o *qhulli* ou arado do solo, desde diversas técnicas, e a carga da força de trabalho familiar; 2º) a semeadura, que se realiza com divisão de tarefas entre homens e mulheres; 3º) o período de vigilância sobre as plantações – *yapu kamaña* – para que não sejam afetadas pelos animais; 4º) *yapu picha*, entre a semeadura e a colheita, que consiste em técnicas de trabalho do solo e de irrigação artesanal, desenvolvidas de maneira familiar; 5º) a colheita; 6º) seleção dos produtos, para alimentação, venda ou processamento da batata ou outros tubérculos, em *chuño* ou *tunta*; 7º) o processamento, realizado pelas mulheres da comunidade, da batata em *chuño*,

²³⁹ “Las antiguas naciones no pueden existir, ni reproducirse, de manera independiente, pues ya se hallan incorporadas al espacio potencial de existencia de la nación burguesa. O sucumben [...] o se erigen ante ella para defender sus formas de socialidad [...]. Cualquier forma no-capitalista de construcción nacional tiene, por tanto, que partir de esta universalidad como materia prima e imprimirle una nueva forma: una forma de universalidad no subsumida a la forma de valor, no cosificada ni enfrentada como ajenitud al propio individuo” (GARCÍA-LINERA, 2009, p. 228).

forma tradicional de armazenar a batata por meses ou anos, rico em nutrientes e um dos principais alimentos da cultura indígena.

Para ele, a maioria destes momentos do Pti revela-se executados de maneira familiar e mediante uso de meios de trabalho individuais, porém

El proceso de producción de la comunidad, en cambio, abarca un conjunto de formas y técnicas laborales interfamiliares, de trabajo comunal, de medios de producción comunales, de ciclos de rotación de tierras, de control comunal de las mantas, etc., que tienen aún hoy un fuerte contenido comunal en su realización efectiva (GARCÍA-LINERA, 2009, p. 330).

A persistência de modalidades de propriedade e trabalho comuns revela um momento da organização social-produtiva distinto do moderno capitalista, conformando o que Zavaleta Mercado (2013b) denominou de sociedade *abigarrada*, ou seja, a convivência de diversos padrões civilizatórios em uma mesma realidade temporal ou a não universalização da individuação que caracteriza o período burguês-liberal. E a não individualização completa da propriedade e do processo imediato de trabalho, por outro lado, relaciona-se dialeticamente com modelo organizativo de cunho distinto da democracia liberal representativa:

Lo decisivo de todo ello desde el inicio es que la forma de la unidad comunal es, si se quiere, plebiscitaria, sujeta a la inclinación autodeterminativa de los miembros celulares (familiares) de la comunidad, que existen como miembros de la comunidad en tanto eligen y producen tal pertenencia”. No es pues extraño que Marx se haya referido a la comuna agraria como una ‘agrupación de hombres libres’ (GARCÍA-LINERA, 2009, p. 329).

A forma comunal, desta feita, conforma a base material sobre a qual pode vir a repousar uma proposta de transição de padrão de sociabilidade. A comunidade e o trabalho vivo constituem diretamente o não-capital – ao opor a propriedade social à privada, bem como a não individualização no mundo do trabalho – apesar de serem fonte insubstituível de alimentação e expansão deste, de estarem expostos à subsunção formal cotidiana. E, ademais, mesmo no tocante àquelas situações de laços mais apartados e produção comum residual, o elemento comunitário tem o condão de promover a auto unificação:

Aunque ya no fundada directamente y mayoritariamente sobre la producción común de bienes de vida material, la comunidad traza sus relaciones de autounificación a partir de la disponibilidad y acceso a los medios que hacen efectiva la producción: la comunidad de lengua, de cultura, de historia pasada y deseada consolidados como medios de vinculación a la tierra” (GARCÍA-LINERA, 2009, p. 333).

A não parcelização e individualização da propriedade privada da terra e do indígena-camponês – sua língua, sua cultura, seus rituais, seus momentos técnico-organizativos do processo de trabalho em comum – possibilita uma base material para que o indígena-campesino se forje como sujeito histórico político, mas também econômico. Essa base material, de existência concreta no decorrer dos séculos, ganhou corpo politicamente a partir dos processos políticos iniciados na década de 1970 – com a rearticulação do campesinato – e organização dos indígenas de terras baixas e consolidou-se, neste século XXI, com a formação do *Pacto de Unidad*.

A tomada do poder por parte deste bloco inaugurou um período histórico em que as classes populares detinham hegemonia em âmbito de sociedade civil e consubstanciaram o intento de transformação da esfera política. Ocorre que a existência de alguma base material e política para a tentativa de tessitura de uma proposta popular ou de projeto de socialismo comunitário coexistem com uma infinidade de contradições concretas e imediatas. O não desenvolvimento das forças produtivas, a debilidade econômica e social do país, as contradições – relativas à concepção de mundo, de práxis política, etc. – dentro do anteriormente compacto bloco camponês-indígena-popular, conformam impasses, tensões e dificuldades ao processo em sua totalidade, que passo a expor na próxima seção.

6.3 A ECONOMIA PLURAL, ASPECTOS CONTROVERSOS DO PROCESO DE CAMBIO E O HORIZONTE DE ÉPOCA DO SOCIALISMO COMUNITÁRIO

A preservação da *forma comunidad*, de modelos de autogoverno autóctones, de tipologias de apropriação do solo distintas da capitalista privado-individual e de combinações mais ou menos flexíveis de trabalho associado, por mais que em graus díspares e por vezes em escala residual, consubstanciam uma formação social particular da Bolívia. Conforme demonstrei neste capítulo, considerando as contribuições de Marx, Engels e García-Linera, tais elementos comunitários

aparecem como potencialidade para a constituição de outro padrão de sociabilidade, quando conjugados com o domínio do poder político e o desenvolvimento de forças produtivas que assegure algum nível de abundância capaz de garantir uma adequada reprodução social da população boliviana.

Ressalto que, em outro momento histórico, os espanhóis aproveitaram-se do regime *mitayo* de exploração do trabalho, desenvolvido durante o Império Inca, para redirecioná-lo e desenvolver o modo de produção capitalista mercantil. Da mesma maneira, a não realização plena do indivíduo liberal e do assalariamento possibilitam um substrato para o trabalho associado e a propriedade comum de meios de produção. García-Linera (2009) debruçou-se no cárcere sobre a possibilidade socialista nos Andes, decorrente da organização rural e comunitária em *Ayllus*.

Materializando-se a abstração teórica da *forma comunidad*, tem-se que, no atual processo em curso, o indígena camponês realizou-se como sujeito político, histórico – protagonizou a crise estatal deste século XXI e, a partir daí, exerceu a liderança do processo –, mas encontra dificuldades para realizar-se como sujeito econômico, pressuposto para a expansão da *forma comunidad*. Comentando sobre a base material do novo bloco histórico, García-Linera (2013a, p. 91-92) aponta que:

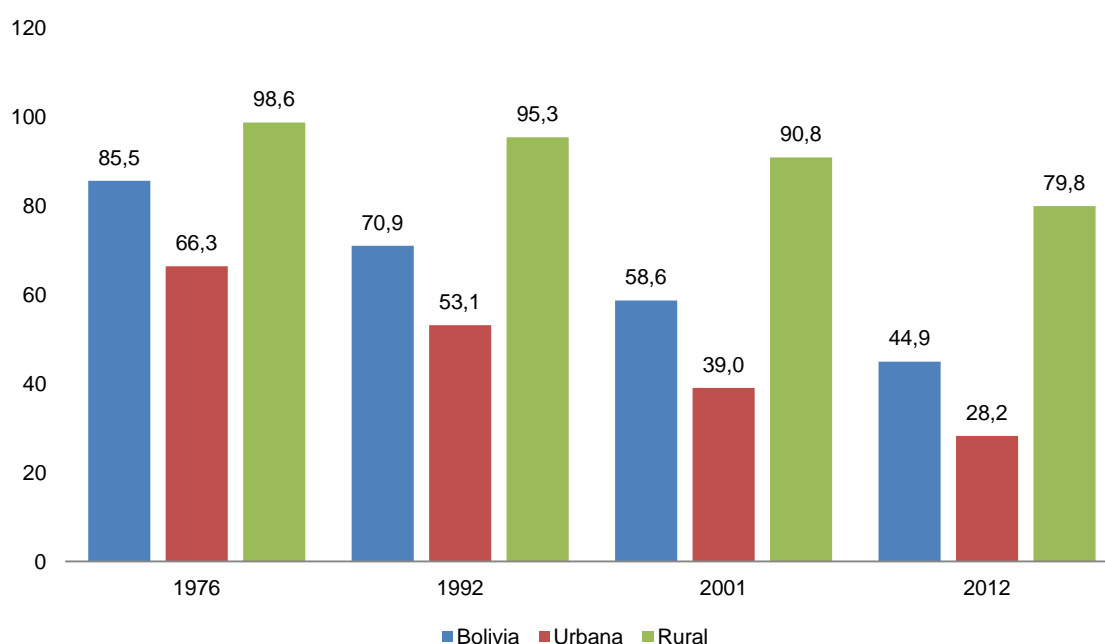
Su base material económica la constituye la pequeña producción mercantil, tanto agraria como urbana, la misma que caracterizó a la multitud movilizada en las grandes rebeliones sociales semi insurreccionales de 2000 a 2003. En ese bloque dirigente destacan campesinos indígenas con vínculos regulares con el mercado (el trópico [Chapare] y valles de Cochabamba; zonas de colonización en el oriente; comunarios del altiplano paceño, orureño, chuquisaqueño y potosino; valles tarijeños), indígenas campesinos de tierras bajas y de los ayllus andinos, también pequeños productores urbanos y sectores con actividad mercantil relativamente avanzada, entre los que se puede hablar de la presencia de un tipo de ‘empresariado de origen popular’ que auto identificado más como trabajador que como burguesía, abastece el mercado interno.

Esta base econômico-social, contudo, não tem o condão de produzir excedentes capazes de alterar as condições de reprodução social do povo boliviano. Por outro lado, a burguesia boliviana, historicamente débil e, após 2005, por vezes em conflito aberto²⁴⁰ com o bloco histórico ascendente, tampouco poderia sustentar outro padrão de desenvolvimento para o país²⁴¹.

²⁴⁰ Aguilar-Gómez (2014, p.18 e 19) contava-me sobre as tentativas de boicote da burguesia local no período de transição, no empate catastrófico: “Nos vino el problema de una zafra muy baja caída en

O gráfico abaixo demonstra o grau de necessidades básicas insatisfeitas quando da chegada de Evo-Linera ao governo, bem como que persistem demandas elementares para a reprodução social de amplas massas bolivianas:

Gráfico 1 – População com necessidades básicas insatisfeitas, por área, censos 1976-2012, em porcentagem



Fonte: Instituto Nacional de Estadística – Unidad de Análisis de Políticas Sociales y Económicas (UDAPE)

Gráfico transcrito e adaptado pelo autor.

la producción de azúcar, empresarios sacando azúcar, boicot de los empresarios para no haber azúcar, crisis de azúcar, subida del precio y ahí estábamos entrando en una situación parecida a nuestros hermanos en Venezuela, muy crítica, desabastecimiento, etc. Se vino el, ta, primero corte, no hay exportación de azúcar y comienzan a fiscalizar, decomiso de azúcar que esté siendo exportada. Segundo, no podemos, igualito, no ha habido producción, no ha habido zafra, nos falta azúcar, ya. ¿Cuánto te falta? No me acuerdo cuanto era...500.000 toneladas de azúcar. “Tráigalas. ¿Qué país nos puede vender ahoritita 500.000 toneladas de azúcar? Colombia, compren a Colombia tráigase y listo, crece el MAPA, la empresa de producción...o sea a ella llegan 400.000 toneladas de azúcar y comienza a distribuir a los mercados. [...] Pollo, harina, azúcar, aceite, son los elementos que eran más controlados por una agro-industria que manejada y controlada por Santa Cruz y los sectores más reaccionarios querían crear algo vulnerable. Se los ha tumbado con el tema de importación. Nosotros hemos tenido esa posibilidad porque somos economía todavía pequeña, un mercado pequeño y que con una cantidad pequeña puedes meterle una buena inyección a la economía.

²⁴¹ Em recente texto, García-Linera (2016) cunhava a denominação “burguesía offshore”: “La burguesía offshore tiene un pie en el lugar donde genera recursos, extrae materias primas, aprovecha mercados cautivos, hace negocios en base a favores políticos; pero a la hora de pagar impuestos, tiene el otro pie fuera del país; se refugia en paraísos fiscales para no pagar impuestos; se registra en una empresa offshore para proteger patrimonio, esconder propiedad y guardar dividendos. Se trata de una burguesía sin lealtad territorial y sin ningún tipo de apego nacional. El país donde proceden sus ganancias es solo un enclave laboral al que hay que sacarle todo lo que se pueda y al que hay que dejarle nada. La gente laboriosa que produce sus ganancias son solo mitayos modernos cuya vida importa menos que una taza de café”.

A partir dele, depreende-se que o conceito de “Estado aparente”, elaborado por Zavaleta, dispõe de base material histórica e que, apenas recentemente, o aparelho estatal alcançou a zona rural.

Perante essa conjuntura, de fragilidade econômica empresarial e comunitária, bem como de indicadores socioeconômicos desfavoráveis, o Estado assumiu, no primeiro mandato de Evo-Linera, a direção econômica do país, a partir das nacionalizações dos hidrocarbonetos e criação de empresas estatais em setores estratégicos. Esta política inaugurada em 2006 termina por orientar a CPE, na qual se atribui direção estatal da economia com fins de produção, controle e redistribuição de excedentes. Inaugurou-se, portanto, um novo modelo econômico – positivado em uma CPE rígida – e, também, um profundo debate sobre suas contradições.

Romero-Arnez (2015) aponta que a economia boliviana não é comunitária, mas, ao “estatizar a economia”, o Estado boliviano logrou incrementar as taxas de crescimento econômico, a partir de duas variáveis, a demanda interna e a exportação de hidrocarbonetos. Para ele, o modelo econômico boliviano sofre influência de várias escolas, desde o estruturalismo neo keynesiano até o marxismo. A economia planificada, segundo ele, próxima à da URSS, estaria baseada em um keynesianismo populista. Pablo Stefanoni (2016) o denomina de “*neodesarrollismo’ populista de Evo*”, considerando-o como novo modelo econômico baseado no estatismo e em certa ortodoxia macroeconômica. A *Confederación de Empresarios Privados de Bolivia – CEPB* demonstra receio sobre a política de estatização promovida pelo governo:

[...] la actual administración de gobierno, que mantiene aún una incierta política de nacionalizaciones destinadas, en principio a sectores donde se explotaban recursos naturales no renovables, pero que poco a poco se ha ido extendiendo hacia sectores como el de la generación y distribución de energía eléctrica [...] En este sentido, nos encontramos en un escenario paradójico, en la que el incremento de la inversión pública, en pro de profundizar la presencia del Estado en todos los niveles de la economía, no se ve reflejado en mayores tasas de crecimiento, sino más bien en la reducción del atractivo del país [...]. Por lo tanto, se hace necesaria una urgente revisión de las políticas públicas, particularmente de las señales que se le ofrecen a los inversionistas, así como un profundo cambio en la estructura normativa e impositiva que se aplica actualmente (CONFEDERACIÓN..., 2013, p. 21).

O governo, contudo, o considera como um modelo original próprio à realidade boliviana²⁴², denominando-o de “*Modelo Económico Social Comunitario Productivo*” ou Economia Plural, pelo qual o Estado controla os setores estratégicos e planifica a economia, ao passo que promove a industrialização e induz ao desenvolvimento da economia comunitária.

O Ministro das Finanças e Economia, Luis Alberto Arce Catacora, à frente da pasta desde princípios do governo Evo-Linera, considera que

Éste es un modelo de transición hacia el socialismo, en el cual gradualmente se irán resolviendo muchos problemas sociales y se consolidará la base económica para una adecuada distribución de los excedentes económicos. En ningún momento se pensó en construir el socialismo de inmediato, el propio Carlos Marx – cuando habla de la Comuna de Paris – y Lenin, dan elementos que explican por qué no se puede realizar el tránsito mecánico del capitalismo al socialismo, hay un periodo intermedio, es el que se tiene en mente con el Modelo Económico Social Comunitario Productivo en Bolivia, es decir, empezar a construir una sociedad de tránsito entre el sistema capitalista generando condiciones para una sociedad socialista (ARCE-CATACORA, 2014, p. 4).

Para ele, as duas grandes correntes de política econômica do campo capitalista carecem de respostas à atual crise mundial e o modelo boliviano figura como a antítese do neoliberalismo: se este se funda no livre mercado, a Economia Plural estaria assentada na direção do Estado (planificador, banqueiro, regulador, investidor, produtor do desenvolvimento). Os excedentes de uma economia extrativista, anteriormente voltados às matrizes de multinacionais, atualmente seriam redistribuídos no seio da sociedade boliviana. O Estado, outrora facilitador da acumulação por despossessão, operaria para a distribuição das riquezas socialmente produzidas. Ainda de acordo a Arce-Catacora, a estabilidade macroeconômica revela-se ponto de partida – e não a meta – para gerar desenvolvimento, constituindo uma poupança interna para financiamento das inversões nacionais, em detrimento do anterior financiamento externo.

Registrei, quando abordei a quarta crise estatal boliviana, que a *Agenda de Octubre* se compunha de dois elementos centrais, a nacionalização dos

²⁴² A *Revista Economía Plural*, publicação informativa do *Ministerio de Economía y Finanzas Públicas de Bolivia* com fins de divulgar sistematicamente o pensamento econômico boliviano – vinculado a esta perspectiva teórico-política, bem como em geral voltada à divulgação dos dados macroeconômicos do governo – destaca que o modelo atual começou a ser desenhado no último quinquênio da década de 1990, desde intelectuais do meio acadêmico, como alternativa substitutiva ao neoliberalismo.

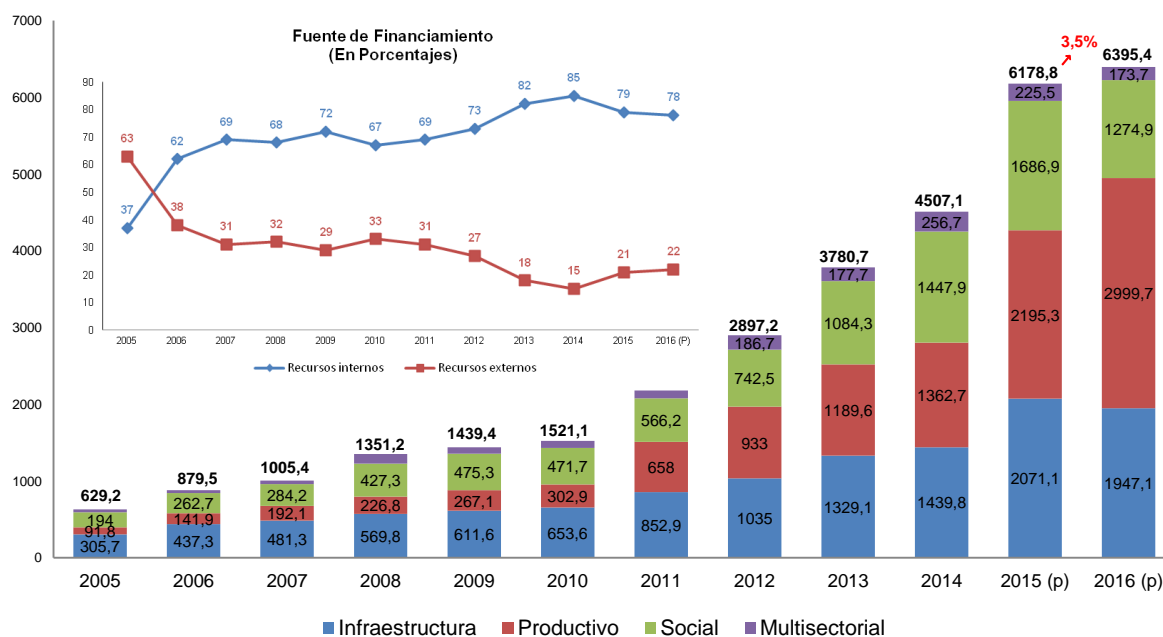
hidrocarbonetos e recursos naturais em geral, bem como a constituinte. A candidatura do MAS-IPSP representou, no pleito eleitoral de 2005, esta plataforma política. O modelo econômico adotado desde então é claramente de intervencionismo e direção estatal da economia, voltado à distribuição de excedentes a partir do extrativismo e com fins de industrialização dos recursos naturais. Se tal direcionamento é iniciado em 2006, a partir de 2010 mostra-se intensificado, tendo em vista a sua reafirmação pela CPE e a derrota das elites locais que até 2009 adotavam a tática de bloqueio ao governo e suas ações.

No seio do bloco camponês-indígena-popular tal diretriz não era consensual, havendo choques entre o horizonte nacional-popular *versus* o indianista-comunitário. Se durante a Constituinte essa contradição insistia em reaparecer, porém sempre solucionada em função do “inimigo maior”, o período de consolidação do Estado Plurinacional mostrou-se entrecortado por ela com maiores dissensões até os dias atuais. De um lado, a afirmação do *vivir bien* e da autonomia dos povos originários minoritários; de outro, a corrida contra o tempo para a alteração qualitativa dos índices econômicos e sociais do país, através da industrialização de seus recursos naturais.

A liderança política no interior do bloco camponês-indígena-popular, desde antes da eleição de Evo-Linera, contudo, apontava para a prevalência do nacional-popular. Tanto as principais organizações do Pacto de Unidad quanto o MAS-IPSP, incorporam mais esta perspectiva que aquela. E os dados que passo a analisar levam a crer ter sido este o caminho percorrido.

Se o investimento estatal em 2005 estava na casa dos 629 milhões de dólares, em 2016 projetavam-se 6 bilhões e meio de dólares:

Gráfico 2 – Inversão pública por setor econômico e fonte de financiamento 2005-2016 (p) (em milhões de dólares americanos)



Fonte: Viceministerio de Inversión Pública y Financiamento Externo (VIPFE) – MEFP
 Elaboración: DGP GP – MEFP; (p): Presupuesto aprobado 2015 y Proyecto de PGE 2016.
 Gráfico transcrito e adaptado pelo autor.

Como se depreende do gráfico, houve uma expressiva inversão estatal, desde um incremento da poupança interna. Isto só foi possível devido às novas regras relativas aos hidrocarbonetos e recursos naturais, que elevaram a capacidade arrecadatória do Estado e foram acompanhadas por políticas redistributivas. Dessa maneira, na primeira nacionalização dos hidrocarbonetos, governo de David Toro (1937-38), em torno de 11% dos ingressos decorrentes da produção voltavam-se ao Estado. Em 1969, na segunda nacionalização, sob governo de Alfredo Ovando, alcança 18% frente a 82% das multinacionais. Com a terceira nacionalização, mediante o Decreto Supremo 28701, 82% dos ingressos são retidos pelo Estado (ESTADO..., 2017).

Tabela 1 – Royalties e transferências, segundo atividade econômica (em milhões bolivianos)

DESCRIPCION	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010 (p)	2011 (p)	2012 (p)	2013 (p)	2014 (p)
TOTAL	1.138,09	1.569,67	3.074,85	4.799,90	5.358,94	4.745,04	4.047,65	4.640,16	6.193,01	7.860,26	9.335,89	9.817,35
Regalías mineras	48,01	73,56	118,43	400,7	546,79	597,93	513,81	739,34	1.007,45	864,37	763,23	999,09
Regalías por hidrocarburos	755,43	1.149,23	1.607,55	2.076,43	2.190,91	2.371,59	2.428,51	2.552,92	3.149,33	4.777,01	5.761,69	5.932,88

IEHD	258,47	255,32	378,24	372,71	521,35	502,8	160,94	264,63	553,93	284,21	416,36	495,21
IDH	0	0	894,58	1.815,04	1.956,09	1.095,70	918,43	963,03	1.283,25	1.720,17	2.208,01	2.219,48
Otros	76,19	91,57	76,06	135,02	143,8	177,03	25,96	120,24	199,03	214,49	186,6	170,69

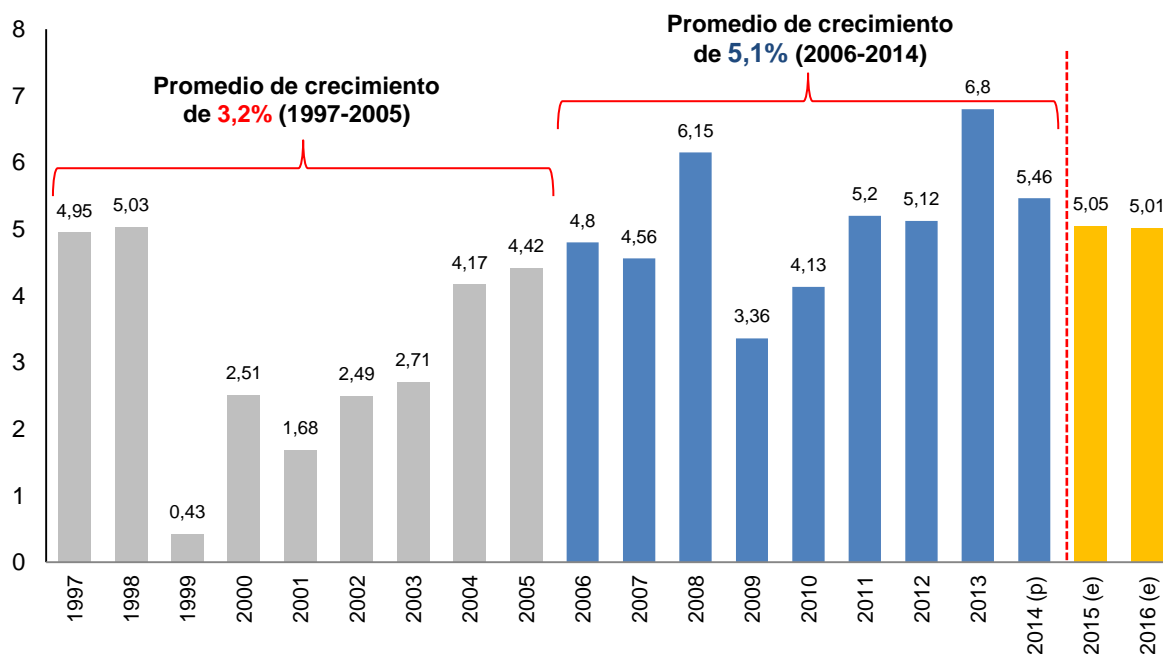
Fonte: Ministerio de Economía y Finanzas Públicas, 2016.

Tabela transcrita e adaptada pelo autor.

É a nacionalização de 2006, portanto, que fornece a base material para as escolhas macroeconômicas, sociais e políticas realizadas após a ascensão do bloco camponês-indígena-popular. Ao controlar excedentes, o Estado viabilizou-se como dirigente da economia e executou medidas destinadas a desenvolver forças produtivas, vias de comunicação e redistribuir excedentes dentre as classes subalternas.

Para a alteração do investimento público, concorreu uma política macroeconômica rígida, voltada à “bolivianização” do sistema bancário, ajuste das contas públicas e crescimento econômico cumulado com controle inflacionário. Assim, o PIB perfez um crescimento médio de 5,1% entre 2006 e 2014, frente aos 3,2% do período 1997-2005²⁴³; a inflação entre 2006 e 2014 ficou ao redor de 6,5.

Gráfico 3 – Crescimento do PIB real, 1997-2016 (em porcentagem)



Fonte: Ministério, 2016; (p) Preliminar (e) Estimado para lá gestión 2016 Elaboración: VPCF – DGPGP – UGPPP.

Gráfico transcrito e adaptado pelo autor.

²⁴³ O PIB per capita saltou de \$US 1.000,00 em 2005 para \$US 3.056 em 2016 (ESTADO..., 2017).

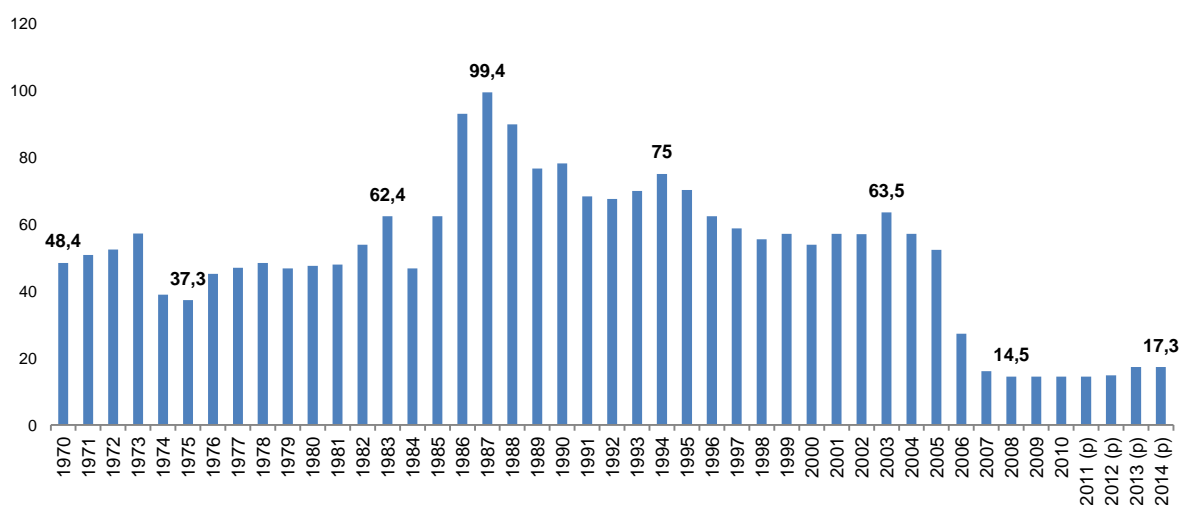
Tabela 2 – Variação percentual acumulada do índice de preços ao consumidor por ano, 1938-2014 (Base 2007)

AÑO	ACUMULADA	AÑO	ACUMULADA	AÑO	ACUMULADA	AÑO	ACUMULADA	AÑO	ACUMULADA	AÑO	ACUMULADA
1938	34,07	1951	26,91	1964	10,43	1977	10,46	1990	18,01	2003	3,94
1939	40,57	1952	30,87	1965	4,86	1978	13,49	1991	14,52	2004	4,62
1940	16,91	1953	152,24	1966	6,57	1979	45,45	1992	10,46	2005	4,91
1941	35,16	1954	98,65	1967	11,36	1980	23,94	1993	9,31	2006	4,95
1942	29,34	1955	68,84	1968	3,48	1981	25,12	1994	8,52	2007	11,73
1943	8,42	1956	474,66	1969	3,20	1982	296,55	1995	12,58	2008	11,85
1944	7,63	1957	(13,76)	1970	4,08	1983	328,49	1996	7,95	2009	0,26
1945	7,70	1958	18,70	1971	3,29	1984	2.177,23	1997	6,73	2010	7,18
1946	16,00	1959	10,08	1972	23,60	1985	8.170,52	1998	4,39	2011	6,90
1947	15,85	1960	10,69	1973	34,75	1986	65,96	1999	3,13	2012	4,54
1948	5,32	1961	7,41	1974	38,95	1987	10,66	2000	3,41	2013	6,48
1949	9,70	1962	3,21	1975	6,04	1988	21,51	2001	0,92	2014	5,19
1950	35,82	1963	(1,56)	1976	5,50	1989	16,56	2002	2,45		

Fonte: Instituto Nacional de Estadística.
Tabela transcrita e adaptada pelo autor.

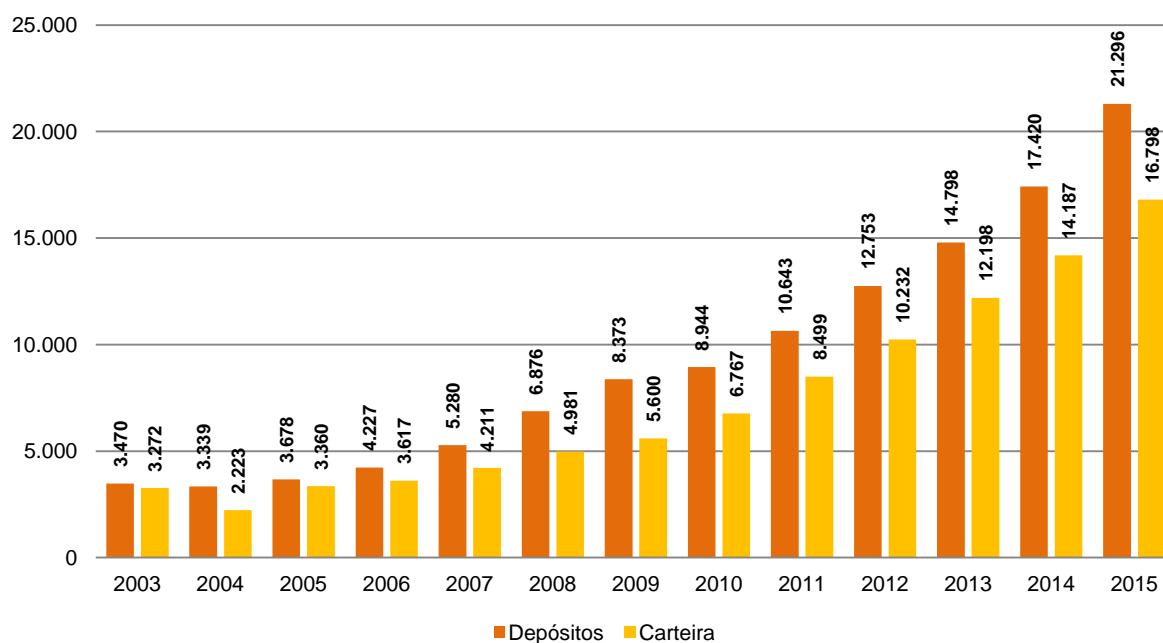
Concomitante ao controle da relação dívida externa x PIB, o déficit fiscal sofreu redução de 4,19% para em torno de 0,22%, sendo relativo à maior inversão estatal em indústrias e infraestrutura e não em gasto corrente (ESTADO..., 2017). Ademais, houve um crescimento da poupança interna e da oferta de créditos, que passaram de apenas 04% em pesos bolivianos para 62% do total de empréstimos (ESTADO..., 2017).

Gráfico 4 – Saldo da dívida externa pública sobre Produto Interno Bruto, 1970-2014 (em porcentagem)



Fonte: Instituto Nacional de Estadística; (p) Preliminar.
Gráfico transcrito e adaptado pelo autor.

Gráfico 5 – Evolução de depósitos e créditos 2003-2015 (em milhões de dólares)



Fonte: Ministerio, 2016.

Gráfico transcrito e adaptado pelo autor.

A crítica que considera a política macroeconômica como austera, ortodoxa ou mesmo neoliberal deve ser sopesada. Primeiro porque, apesar de constituir-se, de imediato, em orçamentos contingenciados para políticas públicas, a fragilidade da economia boliviana exige cautela. Quaisquer turbulências internacionais – como a iniciada em 2008 – revelam-se mais dramáticas, devido a sua dependência e não diversificação produtiva. Há, porém, outro elemento de fundo.

A defasagem da infraestrutura e do parque produtivo tem sido enfrentada diretamente pelo Estado no período Evo-Linera. Contudo, representam aporte de grandes somas de capital que tardam a concluir o tempo de rotação do capital²⁴⁴ e a novamente estar disponível para nova inversão. Ao adiantar capital fixo e circulante²⁴⁵ para construção de determinada indústria de beneficiamento de matérias-primas, o capital circulante necessita de um interregno para concluir seu

²⁴⁴ O tempo de rotação “é igual à soma do tempo de produção e do tempo de circulação do capital” (MARX, 2014b, p. 323).

²⁴⁵ Marx assim distingue capital fixo do circulante: “Essa parte do valor de capital fixada no meio de trabalho circula tanto quanto qualquer outra [...] Ao longo da duração total de seu funcionamento [do meio de trabalho], uma parte de seu valor permanece nele fixada, com existência independente diante das mercadorias que ajuda a produzir. Por meio dessa peculiaridade, essa parte do capital constante assume a forma de capital *fixo*. Ao contrário, todas as outras partes que integram o capital desembolsado no processo de produção constituem capital *circulante* ou *líquido*” (MARX, 2014b, p. 241) (grifos do autor).

tempo de rotação, enquanto surgem novas demandas por reinvestimentos de capital circulante antes de se completar sua rotação.

O capital, portanto, não conclui sua rotação, conseqüentemente não gera mais-valor nesse período e, por outro lado, pelo período de trabalho²⁴⁶ ser prolongado, perturbações no processo social de produção podem provocar perdas do investido em meios de produção e força de trabalho (MARX, 2014b). A política de austeridade, nesse contexto, perfaz um conteúdo material singular, em relação, por exemplo, a uma política macroeconômica voltada à apropriação concentrada da produção social, mediante um “arrocho fiscal” com fins de garantia do pagamento de dívidas interna e externa do Estado.

Morales-Olivera (2016) atrela a capacidade de poupança²⁴⁷ atual boliviana ao êxito da orientação político-econômica do governo. Para ela, a Bolívia deixou de ser completamente dependente de exportações no momento em que desenvolveu a demanda interna, em função da redistribuição de excedentes que passam a ser controlados pelo Estado após as nacionalizações dos recursos naturais.

Ela considera a economia boliviana como de “heterogeneidade estrutural”, em que coexistem setores econômicos de produtividade “normal” e de “*productividad rezagada*” (atrasada). Nestes, há a generalização do subemprego, a transferência de valor rural-urbano, o intercambio desigual “*de sectores de productividad rezagada*” para os de maior produtividade. O governo estaria conseguindo intervir para maior equidade em tais relações.

Outra ação redistributiva é a política de transferência direta de renda – através dos *bonos*²⁴⁸ – que possibilitou um incremento nos gastos do que ela

²⁴⁶ Período de trabalho, para Marx, significa “o número de jornadas de trabalho conexas que, num ramo determinado de negócios, é requerido para fornecer um produto acabado” (MARX, 2014b, p. 321).

²⁴⁷ Ela destaca que “Según la Autoridad de Fiscalización del Sistema Financiero el año 2005 existían sólo 1.9 millones de depósitos en el Sistema Financiero, mientras que en 2015 existen nada menos que 8.5 millones de depósitos de los cuales el 87% son depósitos de menos de 500 \$us. Si se toma en cuenta que la población adulta en Bolivia son menos de 7 millones de personas, el dato es muy elocuente” (MORALES-OLIVERA, 2016, p. 10).

²⁴⁸ Evo Morales condensa o alcance da política de transferência direta de renda da seguinte maneira: “Desde el 2006 al 2016, a mujeres gestantes, Bono Juana Azurduy 1.7 millones de beneficiarias, Subsidio Prenatal Universal por la vida, 291 mil beneficiarias; [...] Bono Juancito Pinto, millones de beneficiados desde el 2006; Bono al Bachiller destacado, 26.514 beneficiados con mil bolivianos un varón y una mujer por unidad educativa, cuando salen bachilleres. [...] Renta Dignidad: Para adultos mayores, complementario nutricional Carmelo 442 mil beneficiarios. Los beneficiarios de la Renta de Vejez Universal, Renta Dignidad, en 11 años logró un crecimiento al 95,7%. En el 2005 año recibían Bs 1.800, pero no era universal, en nuestra gestión quiero decirles hermanos y hermanas, son 954.626 beneficiarios, los rentistas cada año reciben Bs 2.600, los no rentistas reciben Bs 3.250 de Renta Dignidad” (ESTADO..., 2017, p. 15-16).

denomina “*bienes salario*” – alimentos, roupas, produtos de necessidade básica – que, no caso da economia boliviana:

son producidos por pequeños productores agrícolas, artesanos o microempresarios que constituyen el 84 % de la población económicamente activa. El 91% de la gente pobre de Bolivia trabaja en estas pequeñas unidades económicas es decir son pequeños productores agrícolas, artesanos, microempresarios urbanos o trabajadores de esas unidades productivas. Esto significa que, (como los pobres siempre han comprado bienes básicos a los pobres), la demanda para los bienes o servicios producidos por los pobres se ha incrementado (MORALES-OLIVERA, 2016, p. 10).

Ao passo que possibilitou um incremento de vendas nestes setores, a maior demanda permitiu, também, aos pequenos produtores comercializar sua produção de maneira menos suscetível às pressões de atravessadores e grandes empresas. A essa redistribuição que ela denomina de secundária, somou-se também a de “*activos productivos*”, recursos que possibilitam processos de produção com agregação de valor ao produto do trabalho: a distribuição de terras, máquinas, o acesso ao crédito, ou seja, uma “redistribución primaria ENTENDIDA como re-patrimonialización de los pobres” (MORALES-OLIVERA, 2016, p. 10. Grifos da autora). Por conseguinte, ocorreu uma crescente incidência da demanda interna no PIB em função de uma

unidad específica entre formas específicas de acumulación, producción y realización de la plusvalía y (en América Latina) una articulación específica del polo dominante interno con las formas precapitalistas (y capitalistas) subordinadas, y también una articulación determinada con los centros capitalistas dominantes (MORALES-OLIVERA, 2016, p. 9).

Um dos mecanismos para assegurar trocas menos desiguais foi a criação do *Servicio de Desarrollo de las Empresas Públicas Productivas – SEDEM*, vinculado ao *Ministerio de Desarrollo Productivo y Economía Plural*, e voltado a incubar empresas estatais²⁴⁹ que contribuía para agregar valor à produção familiar,

²⁴⁹ São elas e suas respectivas previsões legais: a *Lácteos de Bolivia – LACTEOSBOL* (Decreto Supremo N° 29254), a *Papeles de Bolivia – PAPELBOL* (Decreto Supremo N° 29255), a *Cartones de Bolivia – CARTONBOL* (Decreto Supremo N° 29256), a *Cementos de Bolivia – ECEBOL* (Decreto Supremo N°29667), a *Empresa Boliviana de Almendra y Derivados – EBA* (Decreto Supremo N°0225), a *Empresa Pública Productiva Apícola – Promiel* (Decreto Supremo N° 1447), *Empresa Estratégica de Producción de Semillas – EEPS* (Decreto Supremo N° 1311), *Empresa Estratégica de*

associativa e comunitária. Em perspectiva socialista, esta política figura como central, pois potencializa a comunidade, mas também intervém no mundo da produção, alterando a correlação de forças entre capital e trabalho.

García-Linera (2012a) as denomina como “empresas sociais”, pois não visam a competir com grandes corporações privadas, mas possibilitar a produção local comunitária. No caso da Lacteosbol, por exemplo, os camponeses conviviam ou com a perda de parte da produção, devido à dificuldade de circulação das mercadorias, ou com seu valor de troca comprimido por gigantes do ramo, tal como a PIL, que adquiria a produção, a etiquetava e vendia o leite com valor agregado. Então, a partir do pleito das comunidades, o Estado criou pequenas fábricas de leite para uso e consumo local (GARCÍA-LINERA, 2012a). Ademais, agrega que:

El objetivo es que estas pequeñas plantas, locales y sociales, pasen bajo el control de los propios sindicatos. Eso sería lo ideal, que el Estado pudiera entregarles a ellos y que tengan una buena administración, una buena gestión. Quisiéramos que sean empresas comunitarias. El Estado las ha encubado pero no las quiere mantener indefinidamente, sino más bien entregarlas a las propias organizaciones sociales, que vayan aprendiendo la gestión y administrándolas porque es para ellas (GARCÍA-LINERA, 2012a, p. 45).

Cenário diverso é indicado pela CEPB. Se por vezes esta organização atesta aspectos positivos das transformações vivenciadas desde 2006²⁵⁰, suas publicações apontam problemas quanto ao investimento estatal e ao fomento ao mercado de trabalho. Em resumo, suas críticas se voltam ao Estado privilegiar o extrativismo e não o desenvolvimento produtivo privado, bem como a perda de competitividade devido à ampliação de direitos laborais.

Assim, a CEPB afirma que a baixa inversão sempre foi um dos problemas centrais da Bolívia, decorrente das restrições orçamentárias do poder público e da iniciativa privada. De 2006 em diante, se o modelo econômico adotado alterou o nível de investimento no país, o teria feito de maneira a premiar “la inversión de baja

Producción de Abonos y Fertilizantes – EEPAF (Decreto Supremo N°1310). Para consulta aos decretos supremos, acessar: <<http://www.sedem.gob.bo/content/decretos-supremos-sedem>>.

²⁵⁰ Como exemplo, essa passagem: “La adaptación al cambio climático, la defensa de los derechos de los niños, jóvenes y mujeres, la predominancia de los enfoques de soberanía productiva y alimentaria y el énfasis en la democracia participativa y en la salud, caracterizan el momento actual del Estado Plurinacional de Bolivia y de las transformaciones sociales que vive el país desde 2006” (CEPB, 2013, p. 01).

calidad, particularmente en los sectores de construcción, viviendas y comercio” (CEPB, 2013, p.21). Para a entidade, se houve um incremento nominal considerável no período, os problemas estruturais da economia boliviana parecem se acentuar devido ao avanço estatal nos distintos âmbitos da economia nacional:

En este sentido, nos encontramos en un escenario paradójico, en la que el incremento de la inversión pública, en pro de profundizar la presencia del Estado en todos los niveles de la economía, no se ve reflejado en mayores tasas de crecimiento, sino más bien en la reducción del atractivo del país, y de determinados sectores donde se supone que Bolivia tienen ventajas importantes para los capitales privados, nacionales y extranjeros. Por lo tanto, se hace necesaria una urgente revisión de las políticas públicas, particularmente de las señales que se le ofrecen a los inversionistas, así como un profundo cambio en la estructura normativa e impositiva que se aplica actualmente (CEPB, 2013, p. 21).

Quanto ao crescimento do PIB e a atratividade do país, a entidade aparentemente incorre em erro de análise de dados para defender a sua plataforma política – redução da burocracia e dos custos de produção para fins de promoção do crescimento econômico através da economia privada. A CEPB critica o crescimento do PIB, todavia, o mesmo oscilou positivamente, em termos nominais e comparativos. Na segunda metade do período neoliberal (entre 1997-2005) o crescimento médio foi de 3,2%, sendo que entre 2006 e 2014 alcançou 5,1%. Por outro lado, se em 2005 em torno de 64 mil empresas eram formalizadas, em 2016 esse número salta para ao redor de 284 mil (ESTADO..., 2017).

De qualquer forma, considerando-se que os reflexos da crise estrutural do capitalismo de 2008 foram sentidos na América Latina no início desta segunda década – puxados por Brasil, Argentina e Venezuela – o ritmo de crescimento boliviano revela uma consistência impressionante. De acordo com a Comissão Econômica para América Latina e Caribe - CEPAL (2017), as projeções de crescimento da Bolívia apontam para 4% em 2016 e 3,8% em 2017, quando a América do Sul teve retração de 2,4% em 2016 e uma frágil recuperação atingindo 0,9% de crescimento em 2017.

Também não se pode afirmar que houve uma redução dos atrativos do país para o capital estrangeiro. A CEPB (2013) afirma que houve um *boom* de investimento estrangeiro na década de 1990 – devido à “capitalização” (em verdade, privatização) de empresas estratégicas – seguido de contração deste tipo de

investimento, decorrente de uma crise internacional no fluxo de inversões estrangeiras, bem como das “tensões sociais” entre 2003 e 2005 e as perspectivas de nacionalizações e fuga de capitais de curto prazo:

Como porcentaje del PIB, se observa como el comportamiento de la IED ha ido de la mano con el ciclo económico hasta el año 2006, momento en el cual se observa cómo se separan las tendencias entre el flujo de capitales hacia Bolivia y el crecimiento del PIB. [...] Al año 2012, la IED como porcentaje del PIB llegó solo al 3,9%, mientras que en 1998 esta cifra había alcanzado el 12,1%. Esto implica que aún ante la mejora considerable de las condiciones macroeconómicas, las políticas económicas que se implementan en el país, están destinadas a expandir el aparato productivo estatal y asegurar un flujo constante de recursos fiscales (CEPB, 2013, p. 18).

A partir destes dados e comparando-os com a atração nominal de cada país da região, a CEPB conclui que a política fundada no intervencionismo estatal reduz a atração ao capital estrangeiro e, conseqüentemente, o crescimento do país. O problema desta análise está em ofuscar o movimento real de capitais, bem como sua qualidade e as conseqüências econômicas. Se a década de 1990 teve a maior proporção de investimentos externos x PIB da história da Bolívia, tal inversão se concentrava na aquisição de empresas públicas em setores estratégicos, bem como seus dividendos voltavam-se preferencialmente ao pagamento da dívida pública interna e externa.

Ademais, esse tipo de atração não tem o condão de ser duradouro; a CEPB aponta a “crise de fluxos” e as Guerras da Água e do Gás, mas não indica que a redução também coincidiu com a inexistência de outras empresas estatais de interesse de multinacionais a serem privatizadas.

Por outro lado, apesar das “ameaças” de fuga de capitais e de judicialização por parte de empresas multinacionais prejudicadas²⁵¹, os dados nominais apontam

²⁵¹ Cunha Filho (2016, p. 145) registra que as nacionalizações promovidas pelo governo Evo-Linera não se trataram de expropriações: “Técnicamente, la así llamada tercera nacionalización del gas boliviano no ha sido una nacionalización *tout court*, sino una renegociación forzada del control de los activos y de los porcentuales accionarios de las empresas del sector donde el Estado ha asumido control mayoritario, pero no se ha convertido en operador único ni tampoco ha expropiado sin pago a los bienes o paquetes accionarios asumidos”. Em mesmo sentido, o Procurador Geral do Estado, Héctor Arce, “Somos un ejemplo por la cantidad de nacionalizaciones que se han llevado adelante y en recuperación de la capacidad económica. Bolivia fue un ejemplo de cómo llevar adelante este proceso evitando entrar en controversias legales y condenas en el ámbito internacional que perjudican al Estado (ARCE-ZACONETA, 2017)”, ao informar ainda existirem seis processos de arbitragem internacional contra o Estado Plurinacional, de um total de cerca de vinte casos, em que a Procuradoria teria revertido a pretensão de ressarcimento de um valor aproximado a três bilhões e

uma redução de investimentos nos primeiros anos de governo Evo-Linera seguida de crescimento contínuo no período posterior. Este tem sido puxado por macro projetos de infraestrutura ou produtos dirigidos pelo Estado e com participação estrangeira²⁵².

Quadro 8 – Inversão estrangeira direta, segundo atividade econômica, 1996-2014 (em milhões de dólares estadunidenses)

ACTIVIDAD ECONOMICA	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
TOTAL	427,2	854,0	1.026,1	1.010,4	832,5	877,1	999,0	566,9	448,4
Agricultura, Ganafería, Caza y Silvicultura	1,3	0,2	0,3	2,6	-	-	-	-	-
Explotación y Exploración de Petróleo Crudo y Gas Natural	53,4	295,9	461,9	384,1	381,6	453,1	462,8	247,8	184,5
Explotación y Exploración de Minas y Canteras	19,7	29,9	38,2	23,1	28,5	34,5	11,6	20,5	37,8
Industria Manufacturera	28,2	25,4	16,1	149,6	93,4	87,3	91,1	62,2	88,7
Producción y Distribución de Energía Eléctrica, Gas y Agua	38,6	105,2	84,9	71,7	42,0	41,4	42,3	35,8	73,6
Construcción	0,1	181,6	103,5	140,6	64,4	18,2	283,0	88,6	8,5
Venta por Mayor y Menor	5,8	0,8	5,1	21,8	33,3	12,6	11,0	57,8	24,2
Hoteles y Restaurantes	-	1,0	-	-	31,4	1,0	0,0	0,2	0,2
Transporte, Almanamiento y Comunicaciones	244,1	179,6	223,3	168,9	108,9	200,8	39,7	39,1	6,9
Intermediación Financiera	35,8	23,9	88,8	42,0	42,5	20,1	54,9	9,4	20,0
Otros servicios	0,1	10,5	3,9	6,0	6,5	8,1	2,5	5,7	4,0

ACTIVIDAD ECONOMICA	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013 (p)	2014 (p)
TOTAL	488,2	582,2	953,3	1.302,0	686,7	935,6	1.033,3	1.505,2	2.029,8	2.112,9
Agricultura, Ganafería, Caza y Silvicultura	-	(0,3)	3,2	4,3	2,6	0,5	-	0,6	-	-
Explotación y Exploración de Petróleo Crudo y Gas Natural	139,3	50,2	162,7	376,5	325,4	310,0	383,9	946,2	1.399,5	1.350,8
Explotación y Exploración de Minas y Canteras	223,6	340,0	319,7	477,8	91,6	219,7	238,4	218,9	151,0	207,2
Industria Manufacturera	31,0	52,3	142,6	102,2	48,8	280,3	216,7	107,9	306,4	426,0
Producción y Distribución de Energía Eléctrica, Gas y Agua	10,1	14,2	21,7	51,6	24,8	-6,8	23,0	11,6	11,0	(35,5)
Construcción	5,1	13,9	7,0	28,5	5,2	1,3	0,0	0,0	0,0	(5,4)
Venta por Mayor y Menor	41,4	32,4	90,4	192,0	83,6	58,4	44,2	36,7	17,0	57,6
Hoteles y Restaurantes	0,2	0,3	0,2	0,0	2,2	0,1	1,3	0,1	0,0	0,5
Transporte, Almanamiento y Comunicaciones	11,6	62,3	178,6	58,6	86,7	28,5	101,6	49,6	59,9	14,6
Intermediación Financiera	18,2	8,0	9,2	-15,5	15,5	19,0	23,9	132,5	77,6	88,5
Otros servicios	7,7	9,0	18,0	26,0	0,0	24,7	0,4	1,2	7,6	8,7

Fonte: Instituto de Estadística – Banco Central de Bolívia; (p) Preliminar.

Quadro transcrito e adaptado pelo autor.

O quadro 8 demonstra que nos exercícios de 2004, 2005 e 2006, período que compreende o interregno entre a viabilidade eleitoral do MAS-IPSP até princípios da gestão, a inversão estrangeira mostrou-se inferior à da década de 1990. Contudo, recupera-se em 2007 e toma robustez após a conformação do Estado Plurinacional.

As críticas da CEPB revelam-se mais contundentes no tocante ao mundo do trabalho. Para ela, as políticas públicas tiveram um êxito inicial, porém demonstram,

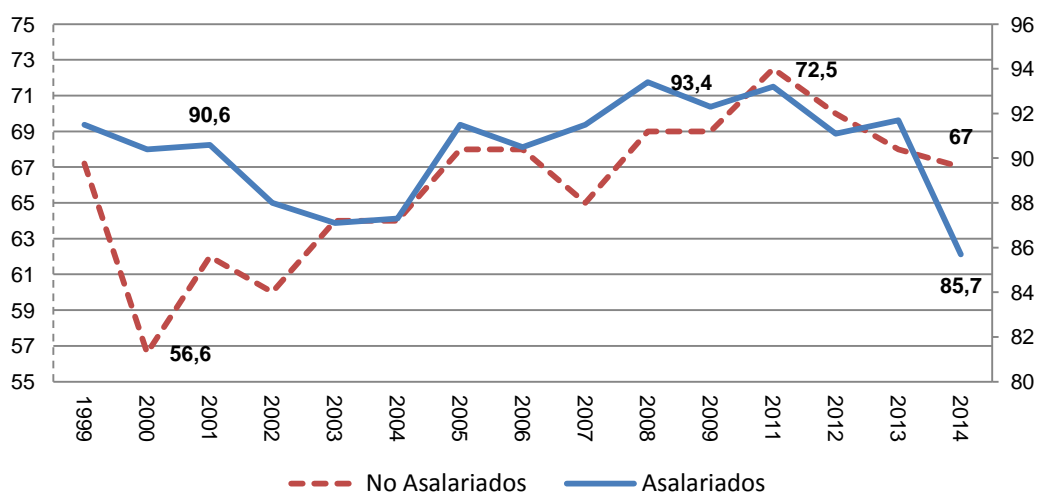
meio de dólares para um desembolso de oitocentos milhões de dólares por parte do Estado Plurinacional da Bolívia.

²⁵² Dentre elas, “la industrialización del cobre en Corocoro (en asociación con la surcoreana KORES), la construcción y lanzamiento de un satélite de comunicaciones (financiado y ejecutado con la cooperación del gobierno chino) o el tendido de una red de teleféricos para el transporte metropolitano en la ciudad de La Paz (en asociación con la austríaca Doppelmayr) sí han concluido satisfactoriamente, además de otros importantes proyectos en avanzado proceso de ejecución como la planta petroquímica de urea y amoníaco en asociación con la sur-coreana Samsung prevista para inaugurarse en el 2016 en Bulu Bulu” (CUNHA FILHO, 2016, p.151).

nos últimos exercícios, tendência à reversão. As pressões normativas e custos laborais resultariam em informalidade, autoemprego e emprego desprotegido (CEPB, 2016), em uma sociedade em que ao redor de 2/3 da população economicamente ativa não está sob o regime de assalariamento (CEPB, 2016).

Partindo dessa realidade, a CEPB cruza os dados referentes à porcentagem de trabalhadores assalariados e não assalariados que recebem acima do salário mínimo. Como resultado, em torno de 66% dos não assalariados recebiam valor superior ao mínimo em 2005, estando este número ao redor de 67% em 2014. Por outro lado, dentre os assalariados, aproximadamente 91% percebiam acima do mínimo em 2005, número que chegou a alcançar 93,4, mas entrou em queda a partir de 2011, acentuada entre 2013 e 2014, até atingir 85,7%.

Gráfico 6 – Porcentagem de trabalhadores assalariados e não assalariados que recebem acima do salário mínimo



Fonte: CEPB (2016).

Gráfico transcrito e adaptado pelo autor.

A partir destes dados, a CEPB (2016) aduz que a maior intervenção estatal no mundo do trabalho resultou em precarização. Apesar de constituir-se em dado que aponta determinada fragilidade do *Proceso de Cambio*, a entidade patronal não considera o reajuste nominal do mínimo – de 231% entre 2006 e 2015, frente à inflação de 75% – para a mediação dos números supracitados. Uma análise mais detida destes dados revela, outrossim, que o aumento do salário mínimo impactou positivamente no mercado informal.

Mesmo com a redução de quase seis dígitos dentre os que recebem acima do mínimo no intervalo entre 2005 e 2014, tal dado se mostra frágil, se dissociado da

análise conjunta no tocante ao salário mínimo *real* em 2005 e em 2014, o qual variou entre 400 bolivianos para algo em torno de 750 bolivianos²⁵³. Ademais a entidade minimiza os efeitos da crise estrutural do capitalismo de 2008, com maior intensidade na Bolívia a partir de 2014.

Outra problemática do mundo do trabalho se consubstancia no achatamento sobre os que recebem acima do mínimo, os “setores médios”. A política de valorização do salário mínimo termina por fazer com que aqueles que se encontram nessa faixa de renda sintam-se “pressionados” pela ascensão popular, ou desprivilegiados na divisão das riquezas do país²⁵⁴. Se se ampliou o acesso a direitos, políticas públicas e a indianização do Estado, elementos que afetam este setor médio, o mesmo não se pode dizer quanto à renda deste setor em relação ao conjunto da população, conforme se percebe no quadro:

Tabela 3 – Relação salário mínimo e salário médio nacional

SALARIO MÍNIMO ESTABLECIDO Y SU RELACIÓN COM EL SALARIO MEDIO NOMINAL			
(En Bs. y porcentaje)			
Año	SMN	SAL. MEDIO	%
1999	330.0	1721	19%
2000	355.0	1841	19%
2001	400.0	1951	21%
2002	430.0	2041	21%
2003	440.0	2173	20%
2004	440.0	2304	19%
2005	440.0	2341	19%
2006	500.0	2351	21%
2007	525.0	2452	21%
2008	577.5	2565	23%
2009	647.0	2639	25%
2010	679.5	2882	24%
2011	815.4	3121	26%
2012	1.000.0	3303	30%
2013	1.200.0	3557	34%
2014	1.440.0	3867	37%

Fonte: CEPB, 2016.

Tabela transcrita e adaptada pelo autor.

Assim, a CEPB (2016) tece uma crítica ao reajuste obrigatório anual dos salários determinado pelo governo desde 2008, com índices superiores à inflação – exceto em 2008, que teve uma taxa de inflação elevada – porque se constituiria em

²⁵³ A própria CEPB (2016) admite a robustez da política de valorização do salário mínimo, atestando que o valor de 400 bolivianos que em 2001 correspondia a US\$ 59,00, em 2015 estava ao redor de US\$ 241.

²⁵⁴ Em conversa com guia turístico em Potosí ou em táxi em La Paz, ou seja, categorias e localização sem aproximação entre si, os interlocutores afirmavam que o governo Evo-Linera era voltado apenas a camponeses.

política negativa para a relação capital-trabalho. Primeiro, porque definida pelo governo em negociação somente com o lado laboral – a COB. Ademais,

Lo que se aprecia es una tendencia al estancamiento del salario real y una ligera mejora hacia el final del periodo, hecho que contrasta con lo que se podría pensar de solo comparar los ajustes de decreto contra la inflación de cada periodo, que inducirían a pensar erróneamente que el salario real se incrementó sostenidamente (CEPB, 2016, p.10).

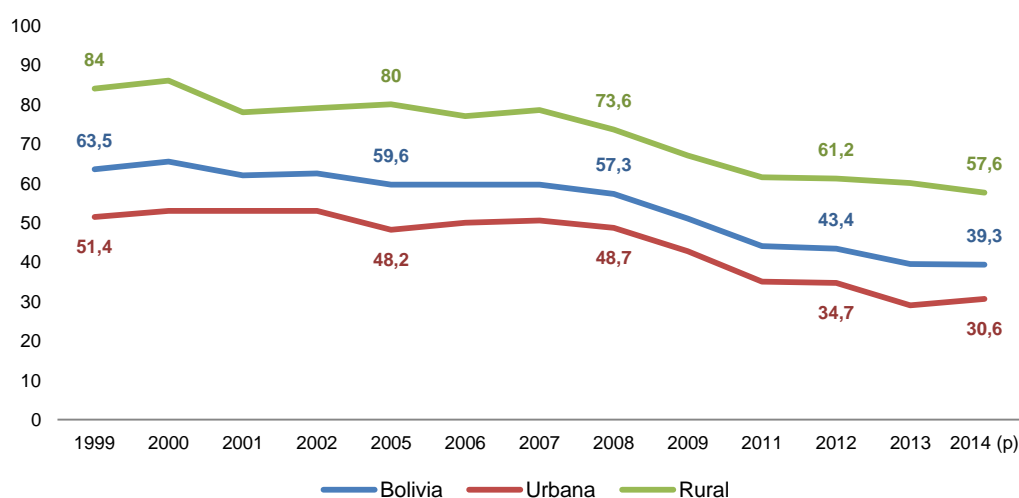
A CEPB (2016) argumenta, portanto, que houve um estancamento do salário real, o qual obteve leve melhora no final do período 2007-2015. Para ela, isto ocorreu porque ocorreu uma modificação na escala salarial a partir da substituição gradual de trabalhadores mais caros por outros de menor custo, o que implicaria em perda de produtividade e precarização laboral (CEPB, 2016). Tal conclusão, contudo, exige pesquisas mais aprofundadas e voltadas especialmente a essa finalidade.

Outra esfera de ampliação das políticas públicas do Estado voltadas à redistribuição de excedentes se deu na seara previdenciária. Sob críticas à esquerda de que seria uma reforma neoliberal e, também, dos empresários, que argumentavam constituir-se em aumento do custo de produção, o governo criou um sistema misto composto de um regime não contributivo (a Renda Dignidade) e um regime semicontributivo de capitalização individual, administrado por uma entidade pública criada pela Lei 065/2010. Esta conflita com a tendência dos novos governos neoliberais da região, ao prever redução da idade para aposentadoria, bem como por assegurar regimes especiais. Assim, diminui para 58 anos a idade para a aposentadoria, permite às mulheres abater em um ano para cada filho até o limite de três e garante aos trabalhadores do setor de mineração a idade mínima de 56 anos ou 51 em caso de trabalho no interior de minas (CUNHA FILHO, 2011).

Cunha Filho (2011, p. 6), comentando sobre a contradição entre ampliação de direitos e preservação de modelo de capitalização individual, coloca que se busca um “Estado de Bem Estar, mas sem tocar na política monetária e nas reservas do tesouro, por isso o Estado não financia e a capitalização é individual”. O Estado, portanto, não aparece como financiador direto da previdência, o que revela a prioridade à prudência fiscal (CUNHA FILHO, 2011).

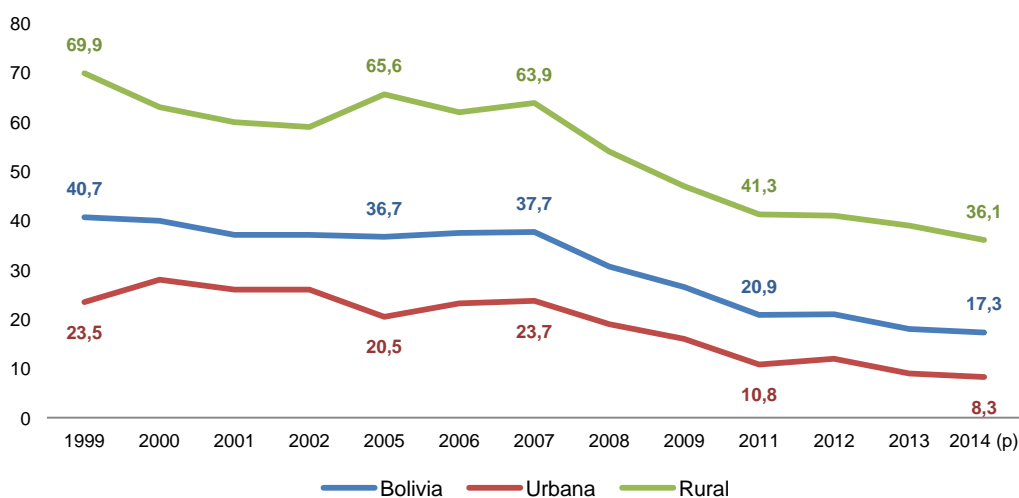
O conjunto de medidas no campo da produção e redistribuição de excedentes, tomadas a partir de 2006 e com pilares fincados na nacionalização dos recursos naturais, portanto, teve o condão de alterar as condições de reprodução social da população boliviana. Desta totalidade, no campo se materializaram as maiores transformações, especialmente no tocante aos índices de pobreza, extrema pobreza e acesso a terra:

Gráfico 7 – Incidência de pobreza, por área, 1999-2014



Fonte: Instituto Nacional de Estadística; (p) Preliminar.
Gráfico transcrito e adaptado pelo autor.

Gráfico 8 – Incidência de pobreza extrema, por área, 1999-2014 (em porcentagem)



Fonte: Instituto Nacional de Estadística; (p) Preliminar.
Gráfico transcrito e adaptado pelo autor.

Para tais resultados, também incidiu a reconfiguração da divisão do estoque fundiário boliviano. Se em 2005 a pequena propriedade camponesa e a comunitária representavam 17,2%, estando 39% sob controle de empresas na modalidade “média propriedade”, em 2016 houve a inversão deste número para 9,8 milhões de hectares com destinação empresarial e 45,9 milhões sob regime de pequena propriedade e comunal (ESTADO..., 2017, p. 25). Ademais, o governo criou o *Seguro Agrario Universal Pachamama*, que protege o camponês em nevadas e outros fenômenos naturais que inviabilizam a safra. Assim, “desde el 2013 al 2016, cuatro años 789.425 hectáreas aseguradas y 445.565 productores asegurados, 64,2 millones de bolivianos indemnizados a 85.254 productores” (ESTADO..., 2017, p. 25).

Por outro lado, destaco que, se a totalidade do período sob orientação camponesa-indígena-popular indica mudanças substanciais em relação ao estoque fundiário, a partir de 2009 há, também, aproximações do governo Evo-Linera em relação ao agronegócio: desaceleração da reforma agrária, financiamentos para o agronegócio, dentre outras políticas. Esta reorientação no tocante ao primeiro mandato Evo-Linera aponta para uma via de convivência entre a agricultura camponesa e comunitária com o agronegócio. As conseqüências políticas (em termos de deslocamento de classes e correlação de forças), sociais e econômicas, contudo, exigem estudo acurado, posterior à presente tese.

Apesar de mais nítido no meio rural, o conjunto das condições sociais bolivianas alterou-se: em 2005, os 10% mais ricos detinham riqueza superior em 128 vezes a dos 10% mais pobres, em 2015 esta proporção caiu para 37 vezes; entre 1994 e 2005 realizaram-se 48.660 instalações domésticas de gás, e no governo Evo-Morales 707.811. O investimento em casas populares saltou de 422 milhões de bolivianos para 739 milhões. O orçamento da saúde, de 2.150 milhões de bolivianos para 12.141 milhões. Na educação, o analfabetismo dentre maiores de 15 anos reduziu-se de 13,3% para 2,8% em 2016. Além das três novas Universidades indígenas, o governo criou 64 novos institutos tecnológicos, cifra proporcional à dos 180 anos anteriores a 2006 (ESTADO..., 2017).

Dessa maneira, a indianização do Estado analisada no capítulo quinto e alterações nas condições concretas de reprodução social do povo boliviano ocorreram de maneira concomitante. Em âmbito econômico, o bloco ascendente

promoveu a inversão na correlação de forças, perdendo o capital externo o controle que exercia sobre o país:

En términos de correlación de fuerzas en el campo económico, el poder del capital externo se ha debilitado abruptamente en áreas estratégicas (hidrocarburos y telecomunicaciones), perdiendo flujos financieros, activos y excedentes. En otros casos, el capital extranjero ha perdido el control monopólico de precios (soya, aceite). En tanto los sectores locales del capital comercial y de servicios, adheridos al capital externo, que formaban parte de las élites empresariales intermediarias, hoy ya no cuentan con las anuales transferencias de recursos públicos que más bien están siendo dirigidas a apoyar a pequeños y medianos productores (GARCÍA-LINERA, 2013a, p. 100).

Esta reacomodação das forças econômicas, contudo, ocorreu mediante a concentração estatal de ativos, aparatos produtivos e excedentes, persistindo a economia comunal e o trabalho associado como residual. Por outro lado, passados dez anos de governo do MAS-IPSP, acentuam-se contradições no processo. Os dados relativos às questões sociais – redução da pobreza, da miséria, taxa de abandono escolar, de matrículas nas Universidades, dentre outras – apresentam, especialmente de 2013 em diante, uma tendência ao menor impacto das políticas públicas. O desempenho quanto à melhoria nas condições sociais de reprodução da população boliviana perderam a intensidade alcançada no primeiro governo Evo-Linera. Isto se deve, primeiramente, ao “choque” de uma política intervencionista imediatamente após a neoliberal, o que levou a índices pujantes nos anos iniciais do “*proceso de cambio*”. Seria, portanto, natural um ritmo mais lento nas transformações com o passar dos anos.

Há, também, certa flutuação do governo entre possibilitar o acesso a direitos e políticas públicas ou priorizar o investimento em infraestrutura e área produtiva.

Esta será a percepção caso o processo seja entendido em sua totalidade. Assim, desde uma perspectiva histórica, apreendo que, apesar de a primeira década deste século ter se constituído em período de alta das *commodities*, o que beneficiava e garantia algum respiro ao governo, a luta política – com o aprofundamento do empate catastrófico, a partir da intervenção americana, das tentativas de cisão político-territorial pelas elites do Oriente e do golpe de Estado de 2008 – e o boicote econômico da burguesia oriental conformavam um cenário que impunha a primazia estatal.

Nessa conjuntura instável, o governo logrou manter a unificação das classes subalternas ao redor do tema da constituinte, ao passo que lhe assegurava substrato para avançar na nacionalização dos recursos naturais – hidrocarbonetos, minas, etc. – e criação de empresas de comunicações, transporte e produção. No ano de 2008, exercício em que houve a exasperação da luta de classes interna e a tentativa de golpe de Estado, foi quando houve o maior salto de investimento na macro área de política social.

Consolidada a hegemonia do bloco camponês-indígena-popular – agora com centro de irradiação desde o governo e não pelas organizações sociais do *Pacto de Unidad* – com a derrota dos setores conservadores nos eventos de 2008 e a promulgação da Constituição em 2009, o governo manteve o investimento crescente em políticas sociais, mas focou na macro área de infraestrutura e, logo a seguir, na produtiva, especialmente a industrialização voltada à agregar valor ao extrativismo.

Com isto, a contradição anterior no seio do bloco histórico, entre a perspectiva nacional-popular e a indianista-comunitária se agudizou. Não se trata de uma mudança de rumos do governo ou de um desvirtuamento do Estado Plurinacional. A CPE, por toda sua extensão, remete à determinada lógica estatal fundada na redistribuição de excedentes a partir da industrialização dos recursos naturais.

A infraestrutura débil e a fragilidade das forças produtivas herdada pelo governo Evo-Linera o levou a investir de maneira sem precedentes em rodovias – que saltaram de 3 mil quilômetros pavimentados para 15 mil – pontes, plantas fabris e outras obras estratégicas de irradiação territorial estatal, desde 2006, contudo, com mais pujança a partir da derrota do bloco histórico anterior. O choque, portanto, com uma perspectiva de *vivir bien* seria eminente. Viaña (Informação verbal) comentava-me a contradição possível de tal opção:

[...] se ha concentrado mucho del 2010 al 2014 en tratar de hacer los grandes proyectos de transformación estructural, por lo tanto grandes obras basadas en la infraestructura, petróleo, gas, caminos. Entonces bueno, ahí sí se podría decir hermano, habría que hacer un análisis de los presupuestos del 2009, 10, hasta ahora, cuánto se usa para realmente potenciar la economía [comunitaria], y sí, yo pienso que tampoco se ha avanzado mucho y tal vez sí ahí habría que hacer una crítica, en fin, ¿no? Pero hermano, o sea no se puede

tener la chancha, los chanchitos y la fábrica de embutidos todo junto²⁵⁵.

O projeto do socialismo comunitário, portanto, está entrecortado por uma realidade que impõe desenvolvimento de forças produtivas, manutenção do poder político, e indianização do Estado em paralelo ao incentivo ao trabalho associado e propriedade comunal. Para Viaña (Informação verbal), a teoria do socialismo comunitário se ampara na canalização de recursos da nacionalização para, a partir dos excedentes, provocar a redistribuição pelo Estado. Ocorre que, como ressaltai, o socialismo é inalcançável apenas em esfera distributiva. Nesta, a superação da alienação do trabalho revela-se intangível.

Os dados que levantei no trabalho de campo, contudo, apontam que, se há uma opção estratégica pela política redistributiva e no desenvolvimento de forças produtivas dirigidas pelo Estado, existem também medidas *em favor* do trabalho e *contra* o capital. Viaña (Informação verbal)²⁵⁶ cita a quebra de monopólios, como o da produção e circulação de soja em Santa Cruz; a então Ministra Cláudia Peña (Informação verbal) relatava-me que a redistribuição de excedentes passou a ser, também, tarefa da iniciativa privada:

[...] Entonces hay toda una mirada de redistribución de la riqueza [...] más allá de los bonos digamos, políticas públicas que son un cuestionamiento al poder económico en sí, o sea no sólo es el Estado el que tiene que repartir, sino todos, no podemos ganar demasiado más que la generalidad y a mí me parece eso, como una antesala al socialismo comunitario, pero también hay que decir que en éste gobierno, todo lo que es comercio, consumo se ha fortalecido bastante, lo cual no es muy socialista ni tampoco es muy comunitario, pero por otro lado también, se están tomando medidas económicas para frenar la circulación de dinero. Se lanzan los bonos BCB directo, que compras como letras de cambio y eso es para retirar efectivo del mercado y que la gente no lo malgaste, no haga subir mucho los precios. Entonces yo veo esto del socialismo comunitario más como una mirada a largo plazo²⁵⁷.

²⁵⁵ Entrevista concedida por VIAÑA, Jorge. **Entrevista 2** [jun. 2014]. Entrevistador: Daniel Araújo Valença. La Paz, 2014. 1 arquivo de mp3 (1h44min). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice desta tese.

²⁵⁶ Entrevista concedida por VIAÑA, Jorge. **Entrevista 2** [jun. 2014]. Entrevistador: Daniel Araújo Valença. La Paz, 2014. 1 arquivo de mp3 (1h44min). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice desta tese.

²⁵⁷ Entrevista concedida por STACY-PEÑA, Claudia. **Entrevista 5** [jul. 2014]. Entrevistador: Daniel Araújo Valença. La Paz, 2014. 1 arquivo de mp3 (33 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice desta tese.

Em verdade, para além das nacionalizações, há uma série de políticas de sopesamento ao avanço do capital sobre o trabalho, que permitem afirmar especificidades do processo boliviano frente a experiências redistributivas de seus vizinhos. Além de reverter as privatizações de fins do século XX, tem-se a criação de empresas estatais que contribuem para o controle e planejamento e governamental da economia quanto a áreas sensíveis²⁵⁸, bem como ponderação quanto a trocas desiguais; é, também, o caso da política de dupla gratificação natalina em anos em que o país obtém crescimento econômico pujante²⁵⁹, o restabelecimento da estabilidade laboral – Decreto Supremo 28699, de 1º de maio de 2006 – ou quanto à intervenção do Estado no mercado financeiro. O Ministro da Educação apontava, contudo, que não se trata de uma “estatalização” da economia:

El Estado ha comenzado a ver el tema estratégico, hidrocarburos, minería, litio, el tema de metalurgia, agricultura, comenzaba a posesionar los temas fuertes y de pronto ha consolidado una economía que ha sido muy bien orientada. [...] Algunos dicen, críticamente dicen, pero no cambió nada de la base capitalista neo-liberal. No, no es cierto eso. Primero neo-liberal ya lo has desechado con el fortalecimiento del Estado y el control del Estado de los aspectos más importantes de la economía. El tema capitalista sí, o sea todavía el mercado existe, todavía la propiedad y tienen sectores importantes, pero algo que el presidente nos decía: “¿Nosotros tenemos capacidad de hacernos cargo de las fábricas y hacer que funcionen mejor que lo que estaban funcionando ahoritita? No, déjalas que sigan funcionando ahí. Cuando tengamos esa capacidad ahí sí recién las vas a reemplazar pero mientras tanto no, ¿por qué, qué vas a hacer? (Informação verbal²⁶⁰).

²⁵⁸ O Ministro da Educação me relatava estas ações contra os monopólios e o lucro exacerbado devido à escassez e alta de gêneros alimentícios: “Uno de los temas que es interesante es cómo se han generado situaciones de control sobre el mercado, ¿no? El mercado es obviamente vulnerable, sensible a muchas elasticidades y una de esas elasticidades es la elasticidad política, la decisión de los empresarios y otra, obviamente al tema de los precios comparativamente. Si ahoritita Bolivia, tiene el precio de la carne está en 10 y en Perú está en 20, no vas a sacar toda tu carne al Perú y por lo tanto salvaste el mercado interno. Una medida que se hizo fue el agarrar y decir, cuando el precio del mercado interno se eleva se prohíbe exportación. No hay exportación. Y al que lo pesquemos le decomisamos. [...] Comienza a subir el precio del azúcar, prohibición de exportación de azúcar. “¡No puede ser! Que eso es una imposición! [...] (Informação verbal). Entrevista concedida por AGUILAR-GÓMEZ, Roberto Iván. **Entrevista 1** [jun. 2014]. Entrevistador: Daniel Araújo Valença. La Paz, 2014. 1 arquivo de mp3 (2h11min). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice desta tese.

²⁵⁹ Chamado de “doble aguinaldo”, constitui-se em um 14º salário, decretado pelo governo plurinacional, e obrigatório também para a iniciativa privada, quando o crescimento anual do PIB for superior à 4,5%.

²⁶⁰ Entrevista concedida por AGUILAR-GÓMEZ, Roberto Iván. **Entrevista 1** [jun. 2014]. Entrevistador: Daniel Araújo Valença. La Paz, 2014. 1 arquivo de mp3 (2h11min). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice desta tese.

O “*proceso de cambio*”, em seu aspecto econômico, transita em uma contraditória realidade em que há a necessidade de desenvolvimento das forças produtivas para a geração e redistribuição de excedentes, contudo sem contar com o capital privado para liderar tais investimentos, bem como com o cuidado de não permitir a recuperação de poder político por parte de frações da burguesia local. A intervenção estatal representa mais extrativismo, porém não se supera a dependência atual do extrativismo e *commodities* sem mais extrativismo²⁶¹. Constrói-se, então relações contraditórias com impactos imediatos em âmbito político, seja no seio do bloco camponês-indígena-popular, seja na disputa entre este e as antigas elites aliadas do poder. No mesmo sentido, aduz Viaña (informação verbal):

[...] si tú no desarrollas fuerzas productivas técnicas más o menos avanzadas, no vas a salir nunca del extractivismo. Ese debate del extractivismo o anti-extractivismo se lo maneja de una forma muy “boluda”, ¿no? O sea, Brasil que es la octava economía del mundo ha profundizado su perfil extractivista pero no es porque Lula es traidor, o sea, ‘p.’. ¿Porque qué va a hacer Brasil? O sea, es un campo que está definido por la división internacional del trabajo o sea, no lo define Lula. Y si Brasil no puede hacer demasiado, ¿qué va a hacer Bolivia hermano? Va a dejar de producir gas para que los ecologistas estén felices? No hermano. Ahora, por otro lado los cabrones estatistas también se aprovechan de eso para hacer ‘c.’, también hay eso²⁶².

²⁶¹ García-Linera critica a idealização da disjuntiva extrativismo x ambientalismo: “[...] Desde então a Bolívia e América Latina acabaram definidas na distribuição planetária de tarefas do capitalismo como produtoras de matérias-primas. Trazemos quase 450 anos dessa herança. É verdade, está aí essa herança. Igualmente, somos sociedades, as latino-americanas, com muitos problemas de pobreza, com muitas necessidades de uma população que durante décadas e séculos, na colônia, na República, até o neoliberalismo, foram abandonadas à sua sorte. Quase todos os nossos países chegaram ao século XXI com a metade de sua gente na pobreza. [...] Muitas necessidades imediatas. Muitos requerimentos imediatos. Tens essa herança, era extrativista desde antes e tens muitas necessidades materiais insatisfeitas das pessoas. Então o que tens que fazer? Produzir, por causa dessa herança, para satisfazer as necessidades da gente, que vê em seus líderes e na sua revolução a esperança para sair da pobreza e para acabar com sua miséria e abandono. Temos na América Latina raiz indígena. [...] As tecnologias indígenas, a sabedoria indígena, gerada nas terras baixas, na Amazônia e na serra, é de uma tecnologia produtiva, de um conhecimento produtivo que sempre tentou dialogar com a natureza, porque a natureza foi concebida como um ser vivo, como um ser orgânico, e o ser humano como prolongação orgânica desse ser superior. [...] Como resolvo a contradição entre ambos? Grande debate. [...] Se só nos dedicamos a produzir, não importa se artesanalmente, mas para satisfazer apenas necessidades materiais, teremos êxito econômico, teremos resultados econômicos, mas teremos abandonado uma raiz comunitária, uma herança comunitária indígena que habilita um por vir, pois o futuro será ecológico, ou não será futuro. O futuro socialista, o futuro comunitário há de ser ecológico ou não poderá vir a existir. Se somente nos dedicamos a cuidar da natureza, a não tocá-la, seguimos na pobreza, seguimos na miséria [...] Esta é a farsa deste meio ambientalismo colonial. Porque há um ambientalismo revolucionário. Mas o ambientalismo colonial nos quer impor essa armadilha” (GARCÍA-LINERA, 2015).

²⁶² Entrevista concedida por VIANÁ, Jorge. **Entrevista 2** [jun. 2014]. Entrevistador: Daniel Araújo Valença. La Paz, 2014. 1 arquivo de mp3 (1h44min). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice desta tese.

Estes elementos, de caráter objetivo, se causaram tensões no bloco hegemônico desde princípios de sua ascensão, tomaram corpo nos últimos anos. A oposição entre uma perspectiva nacional-popular e uma “*pachamámica*” é um dos cerne dos conflitos pós-constituente. Frente a ele, a figura de Evo perfaz o elo que restringe maiores cisões no polo popular. Em um olhar sobre o sujeito revolucionário e seu projeto de sociabilidade, percebe-se as dificuldades para a construção de uma alternativa socialista. Como aponte, transformações objetivas nas relações de produção e modo de produção bolivianos – somadas à irrelevância atribuída à questão étnica – provocaram, entre as décadas de 80 e 90, a deterioração da histórica liderança operária.

O sujeito revolucionário que surge desta conjuntura, o camponês-indígena originário, é forjado durante lutas que detém uma dimensão econômico-corporativa, e evolui para o nível ético-político. Contudo, não alcança a formulação de um projeto de transição. Inicialmente, a plataforma constituinte-nacionalização dos recursos naturais unificou todo esse espectro popular. Logo após o início do governo, contudo, seja a etnografia de Schavelzon (2012), os diálogos no trabalho de campo e literaturas aqui revisadas apontam para a transferência do “intelectual coletivo” do processo das organizações sociais para o governo. É este que lidera o processo constituinte e coordena as costuras políticas. Não se trata de menosprezar a importância dos movimentos e do MAS-IPSP, mas, sim, de se aperceber esse deslocamento e a dificuldade de o camponês-indígena originário constituir-se no sujeito revolucionário que canaliza as energias da forma *multitud* para um projeto claro e desenhado.

Após a derrota da direita neoliberal e fundação do Estado Plurinacional, essas organizações cerram fileiras ao redor do lema “*proceso de cambio*”. Todas as entrevistas realizadas junto a lideranças de organizações sociais, seja a CNMCIOMB-BS ou a CONALMAC, revelam clara a perspectiva de que a preocupação é, de um lado, a satisfação de necessidades mais básicas e direitos elementares da população e, de outro, sustentação e apoio ao governo Evo-Linera para prosseguimento do processo. Logo após, esta dificuldade se mostraria, também, na proposta de Agenda 2025, em que o governo elaborou um conjunto de metas econômico-sociais para serem atingidas quando do bicentenário boliviano. As organizações assumem essa plataforma e cerram fileiras por ela. E, nos últimos dois

anos, dominou a agenda política das organizações, mas também do país, o intento de prorrogação do mandato de Evo-Linera.

Assim, se o MAS-IPSP tem sua fortaleza em sua capacidade de constituir-se no canal de luta institucional das organizações, a sua conformação – prático-real – como mera máquina eleitoral, esvazia seu potencial de intelectual coletivo.

Em paralelo à superação sucessiva de contradições entre o estatalismo e a economia comunitária, o *industrialismo* e o *vivir bien*, desde 2006, na esfera política, as classes subalternas impuseram uma democratização crescente no tocante às decisões estatais. Após décadas de crises e golpes de Estado, de “democracia pactada” e baixa participação popular, entre 2005 e 2017 ocorreram 47 referendos, enquanto que audiências entre dirigentes de movimentos sociais e o Presidente da República saltaram de 59, entre 1985 e 2006, para 5889 entre 2006 e 2017 (ESTADO..., 2017).

As Leyes-Macro, principais regulamentações infraconstitucionais de organização do Estado Plurinacional, foram elaboradas a partir de inúmeros “*talleres*” e consultas às organizações sociais. Reduz-se, mesmo que de maneira ainda tímida, a distância entre governantes e governados, entre sociedade política e civil em termos gramscianos (GRAMSCI, 2002).

Ademais, mesmo que com lentidão e incertezas quanto à realização prática, se avança na autonomia indígena, com autogovernos indígena-originários. Em princípios de 2017, sete anos após a fundação do Estado Plurinacional, sob acompanhamento do *Órgano Electoral* e decisão autônoma da comunidade, concretizou-se a primeira autonomia indígena, a de guaranis de *Charagua Iyambae*. A então ministra de autonomias, Claudia Peña (Informação verbal), contava-me sua visão acerca da relação entre socialismo comunitário e autonomias:

Entonces yo veo esto del socialismo comunitario, más como una mirada a largo plazo y ahí me parece que las autonomías indígenas tienen mucho para decir es decir si nosotros logramos, como bolivianos y bolivianas, tener gobiernos indígenas fuertes, pero basados en sus principios y procedimientos propios, a mí me parece que de ahí puede salir el germen, las alternativas, las miradas que nos permitan construir en los hechos, en lo concreto ese socialismo comunitario. [...] no es un proceso tranquilo y corto, porque nosotros en este momento tenemos nueve estatutos en proceso, siete que ya están completos, consensuados y todo, y si vos revisas y comparas los estatutos, hay algunos que son bien municipalistas, que parece una alcaldía casi, pero hay otros pueblos que tienen sus estatutos

muchos más interesantes, que te llaman la atención, la forma que tienen de organizarse los pueblos indígenas y en todo caso, éstos pueblos que ahora tienen esa mirada ya contagiada del municipio, de aquí a cinco años van a revisar sus estatutos y van a recuperar algunas cosas, entonces no es un tema inmediato²⁶³.

E há uma diversidade real nestes processos, bem como no tocante ao lugar do sujeito no “proceso de cambio”, como se percebe nas declarações da liderança indígena guarani de *Charagua Iyambae*:

Esta autonomía no responde a ningún color político; es de los pueblos indígenas, la esencia es el respeto a la naturaleza y a los pueblos indígenas, eso es lo que busca Charagua [...] logramos alcanzar la autonomía gracias a la lucha de los ancestros, quienes perdieron su vida durante el proceso (RONALD-ANDRÉS, 2017 *apud* PINTO, 2017, p. 1).

Há, portanto, uma dupla questão. Primeiro, as autonomias indígenas foram pensadas para povos minoritários, o que comporta em sua essência a inviabilidade de um *Ayllu Universal*, desde autonomias. Estas podem ver-se como parte-consequência do “proceso de cambio”, ou afastar-se do campo camponês-indígena-popular em âmbito de disputa nacional. Como se percebe da fala da liderança indígena guarani, a forma partido segue rejeitada, como ocidental e a conquista da autonomia é atribuída à luta de seus ancestrais e não à luta travada de maneira imediata na última década. A memória recente, que poderia vincular à luta política empreendida pelos movimentos e organizações sociais e MAS-IPSP frente às entidades partidárias tradicionais, não é reportada, o frágil elo permanece sendo realizado pela figura do líder indígena – Evo Morales.

Ocorre que a indianização do Estado, seja pela consolidação de governos autônomos seja pela série de disposições constitucionais acima abordadas, tende a fortalecer o bloco camponês-indígena-popular, ao passo que uma alteração na correlação de forças pode vir a fraturar a superação do Estado colonial. Em outras palavras: a de-colonização do Estado é inseparável da luta política. Isto gera uma conjuntura de instabilidade e transitoriedade, por mais que, no atual momento, ao oficialismo compita atuar pela estabilidade e permanência da aliança que sustenta Evo no poder.

²⁶³ Entrevista concedida por STACY-PEÑA, Claudia. **Entrevista 5** [jul. 2014]. Entrevistador: Daniel Araújo Valença. La Paz, 2014. 1 arquivo de mp3 (33 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice desta tese.

O projeto do antigo bloco imperial-burguês-colonial é incompatível com a orientação econômica implementada pelo atual governo e inscrita na ordem constitucional, bem como em relação à indianização do Estado. Portanto, por mais que as frações nacional-popular e indígena-comunitário entrem em colisão, uma contradição central tende a manter a unidade constituída bem como aprofundá-la. Nesse contexto, persiste a difícil arte política de manter a unificação em um mesmo bloco setores subalternos que, apesar da subalternidade, orientam sua práxis desde valores e princípios tão díspares e aprofundar a apropriação dos frutos do trabalho por parte de quem os produz, bem como a gestão do comum.

6.3.1 *Proceso de Cambio e gênero: a articulação entre lutas particulares e globais*

A crise no marxismo em fins da década de 1980 foi seguida de uma crescente organização e produção teórica ao redor de questões identitárias – de gênero, étnica, de orientação sexual²⁶⁴. Houve um deslocamento da organização classista e da ação política em si, que contribuiu para o despontar identitário em suas múltiplas manifestações, todavia em paralelo ao esvaziamento da ação sindical e partidária (VALENÇA; PAIVA, 2014b). Neste ponto, o processo político boliviano também se revela *sui generis*, pois a principal organização de mulheres não se adequa aos

²⁶⁴ A questão de gênero revela-se bastante controversa no campo marxista, mas entendo que Marx forneceu, ainda no século XIX, pistas de como ancorar-se no materialismo histórico-dialético para adentrar nesse importante debate. Ele trata as opressões de gênero como traço cultural e histórico que ganha contorno próprio nas sociedades capitalistas, e que precisavam ser erradicadas. Em *Sobre o Suicídio*, Marx aborda o patriarcado – obviamente sem utilizar-se desta nomenclatura – em um dos exemplos que trabalha na obra, ele esclarece que natural distingue-se de “o que está na natureza de nossa sociedade” (MARX, 2006, p. 25). Já, em *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, Marx afirma a historicidade que contorna as relações humanas: “A relação imediata, natural, necessária, do homem com o homem, é a relação do homem com a mulher. Nesta relação genérica natural a relação do homem com a natureza é imediatamente a sua relação com o homem, assim como a relação com o homem é imediatamente a sua relação com a natureza, a sua própria determinação natural. Nesta relação fica sensivelmente claro, portanto, e reduzido a um factum intuível, até que ponto a essência humana veio a ser para o homem natureza ou a natureza [veio a ser], essência humana do homem. A partir desta relação pode-se julgar, portanto, o completo nível de formação (die ganze Bildungsstufe) do homem. Do caráter dessa relação segue-se até que ponto o ser humano veio a ser e se apreendeu como ser genérico, como ser humano; a relação do homem com a mulher é a relação mais natural do ser humano com o ser humano. Nessa relação se mostra também até que ponto o comportamento natural do ser humano se tornou humano, ou até que ponto a essência humana se tornou para ele essência natural, até que ponto a sua natureza humana tornou-se para ele natureza. Nesta relação também se mostra até que ponto a carência do ser humano se tornou carência humana para ele, portanto, até que ponto o outro ser humano como ser humano se tornou uma carência para ele, até que ponto ele, em sua existência mais individual, é ao mesmo tempo coletividade” (MARX, 2008b, p. 104-105). Portanto, desde os escritos marxianos, é possível se afirmar que, como seres sociais e históricos, há muitos fatores que vão se complexificando nas relações humanas e que uma verdadeira luta pela superação da sociedade capitalista implica na busca da transposição de todas as opressões, e não apenas a central delas, a de classe.

moldes ocidentais, bem como seguiu “*un proceso histórico en la construcción de su identidad engarzado con reivindicaciones muy propias y diferentes al movimiento de mujeres urbano*” (SÁNCHEZ-ECHEVARRÍA, 2015, p. 3).

Se a CSUTCB e o MAS-IPSP constituem a reverberação do entrelaçamento entre classe e etnia, gênero e classe também se aproximam no processo político boliviano. Não que houvesse uma orientação política marxista ou feminista²⁶⁵ a informar a luta política; esta, uma vez mais, era produzida no cotidiano da reprodução social e da luta política, e ali amadureciam as questões de classe e de gênero.

Como registrei no capítulo terceiro, as camponesas indígenas fundaram a *Federación Nacional de Mujeres Campesinas de Bolivia* (FNMCB “BS”), em processo político concomitante à formação da CSUTCB. A criação da entidade derivava do questionamento ao patriarcado dominante na seara do sindicalismo rural indígena, e reivindicava uma participação equitativa da mulher camponesa nos espaços sindicais e políticos em geral, nos marcos do *chacha warmi*, ou seja, do poder político *diárquico*²⁶⁶, próprio da tradição andina.

Envolvidas em diversos dos principais eventos políticos das últimas décadas – como a fundação do MAS-IPSP, as lutas no Chapare e o *Pacto de Unidad* – a ação política das Bartolinas possibilitou transformações estruturais em âmbito de sociedade civil e do Estado. No universo indígena camponês, durante o difícil processo político constituinte, optaram por transformar, em 2007, a organização política em “*Confederación de Mujeres Campesinas Indígenas Originarias de Bolivia ‘Bartolina Sisa’*”. A decisão implicava independência, autonomia e mesma hierarquia frente à entidade irmã CSUTCB. Mas, para além de abandonar o *status* de federação e, conseqüentemente, a filiação à CSUTCB, a mudança também possuía componente identitário: as mulheres já não mais se reconheciam como

²⁶⁵ Por otra parte, constatamos que si bien las “Bartolinas” no se suscriben a un discurso feminista, y desde una visión occidental es difícil entender que no luchen de frente contra las estructuras patriarcales de los sindicatos, mostramos en este trabajo que ellas enarbolan un discurso de empoderamiento, construido desde su propia experiencia comunitaria, desde la resignificación y revalorización de los símbolos provenientes de un pasado histórico mítico, pero además desde la necesidad de dar soluciones a su realidad cotidiana, sin olvidar que esta lucha está enmarcada en la lógica corporativa y por lo tanto en la reivindicación de sus derechos colectivos que ellas ven como más efectivos ante quienes las amenazan continuamente (SÁNCHEZ-ECHEVARRÍA, 2015, p. 48).

²⁶⁶ Sánchez-Echevarría (2015) aduz que o modelo de sistema político andino se sustenta no exercício rotativo do poder local e na representação do casal (*chacha/warmi*), com pilares num pensamento ideológico comunitário de unidade e irmandade, voltado ao equilíbrio dos gêneros masculino e feminino em todas as instâncias.

camponesas, mas como mulheres camponesas indígenas originárias (SÁNCHEZ-ECHEVARRÍA, 2015).

Em âmbito estatal, ao incidir diretamente para a convocação e tessitura da CPE, sustentou um discurso fincado nos valores do *vivir bien*, da descolonização e despatriarcalização e, em aliança com setores feministas urbanos, alcançaram a paridade na *Ley Convocatoria* da Constituinte²⁶⁷.

A CPE, por sua vez, terminou por incorporar uma série de reivindicações e mecanismos situados nos termos do *chacha warmi* ou da paridade de gênero. O próprio texto legal inova ao articular a flexão de gênero em toda sua extensão²⁶⁸. A CPE eleva a equidade de gênero a um dos valores sobre os quais se funda o Estado Plurinacional²⁶⁹ bem como orientador da educação²⁷⁰, e atribui à integridade física e mental das mulheres a qualidade de direito fundamental²⁷¹.

No campo da representação política, o poder compartilhado entre mulheres e homens se irradia para todas as esferas de poder, alcançando as direções de partidos e agremiações cidadãs, bem como as instituições plurinacionais²⁷². Os espaços parlamentares, outrora subsumidos ao patriarcado²⁷³, passam a ser regidos

²⁶⁷ “Los argumentos esgrimidos por las Mujeres Presentes en la Historia (feministas, representantes de partidos políticos, mujeres provenientes de las ONG) se sustentaron en teorías del feminismo europeo; los esgrimidos por las “Bartolinas” en la noción andina del *chacha-warmi*” (SÁNCHEZ-ECHEVARRÍA, 2015, p.23).

²⁶⁸ A título de exemplo, Art. 283 da CPE diz que “El gobierno autónomo municipal está constituido por un Concejo Municipal con facultad deliberativa, fiscalizadora y legislativa municipal en el ámbito de sus competencias; y un órgano ejecutivo, presidido por la Alcaldesa o el Alcalde” e o Art. 329 “El Directorio del Banco Central de Bolivia estará conformado por una Presidenta o un Presidente, y cinco directoras o directores designados por la Presidenta o el Presidente del Estado” (BOLIVIA, 2009).

²⁶⁹ Art. 8: “[...] II. El Estado se sustenta en los valores de unidad, igualdad, inclusión, dignidad, libertad, solidaridad, reciprocidad, respeto, complementariedad, armonía, transparencia, equilibrio, igualdad de oportunidades, equidad social y de género en la participación, bienestar común, responsabilidad, justicia social, distribución y redistribución de los productos y bienes sociales, para vivir bien”. A CPE também elenca, no artigo 270, a igualdade de gênero no tocante às entidades descentralizadas: “los principios que rigen la organización territorial y las entidades territoriales descentralizadas y autónomas son: la unidad, voluntariedad, solidaridad, equidad, bien común, autogobierno, igualdad, complementariedad, reciprocidad, equidad de género, [...]” (BOLIVIA, 2009).

²⁷⁰ “Art. 79. La educación fomentará el civismo, el diálogo intercultural y los valores ético morales. Los valores incorporarán la equidad de género, la no diferencia de roles, la no violencia y la vigencia plena de los derechos humanos” (BOLIVIA, 2009).

²⁷¹ Art.15: “[...] II. Todas las personas, en particular las mujeres, tienen derecho a no sufrir violencia física, sexual o psicológica, tanto en la familia como en la sociedad” (BOLIVIA, 2009).

²⁷² Art. 210: “[...] II. La elección interna de las dirigentes y los dirigentes y de las candidatas y los candidatos de las agrupaciones ciudadanas y de los partidos políticos será regulada y fiscalizada por el Órgano Electoral Plurinacional, que garantizará la igual participación de hombres y mujeres” (BOLIVIA, 2009).

²⁷³ No informe anual presidencial, Evo Morales destacou a dimensão dessa transformação na história recente boliviana: “[...] La participación de las mujeres, senadoras frente a los senadores, en las elecciones de 1985, cero de mujeres, en senadores 1990 uno; 1995 uno, de los 27 senadores que

pela igual participação de homens e mulheres na composição da *Asamblea Plurinacional*²⁷⁴, assim como nas *asambleas departamentales*²⁷⁵. Tais disposições constitucionais, que transformaram recentemente a Bolívia no segundo país do mundo em termos de representação feminina no parlamento (ESTADO..., 2017), abrangem, ainda, a equidade de gênero no Executivo, no Judiciário e no Poder Eleitoral²⁷⁶.

Conforma-se, portanto, uma relação dialética em que a Constituição, as *Leyes Fundamentales* e o ordenamento jurídico como um todo reafirmam e expandem o empoderamento das mulheres com o Estado Plurinacional. Sánchez-Echevarría (2015) destaca que:

En los últimos cinco años, la alianza de las “Bartolinas” con la Coordinadora de la Mujer²⁷⁷ ha significado la incidencia en la promulgación de leyes fundamentales, como la ley electoral, la del órgano judicial, la de participación paritaria, de autonomías, la Ley Contra la Violencia hacia la Mujer, Contra el Acoso Político²⁷⁸, la introducción de la perspectiva de género en las Cartas Orgánicas, etc. (SÁNCHEZ-ECHEVARRÍA, 2015, p. 42).

O *proceso de cambio* traduz, portanto, o surgimento de um sujeito histórico indígena originário camponês, bem como feminino. Mas também aqui se percebe o reflexo da liderança indígena originário camponesa no interior do bloco histórico. O

teníamos en la anterior constitución. El 2002, por fin cuatro senadores, no por normas sino por acción política del movimiento al socialismo (MAS – IPSP). [...] En las últimas elecciones, 17 senadoras, 19 senadores, ahí está la representación de las mujeres, gracias a la nueva Constitución Política del Estado Plurinacional. Tenemos ahora 64 diputadas titulares y 66 diputados suplentes, pero quiero decirles hermanas y hermanos, entre titulares suplentes, senadores suplentes y titulares tenemos más del 50% de representación de mujeres en la Asamblea Legislativa Plurinacional” (ESTADO..., 2017, p. 3).

²⁷⁴ Art. 147. “I. En la elección de asambleístas se garantizará la igual participación de hombres y mujeres” (BOLIVIA, 2009).

²⁷⁵ Art. 278 “[...] II. La ley determinará los criterios generales para la elección de asambleístas departamentales, tomando en cuenta representación poblacional, territorial, de identidad cultural y lingüística cuando son minorías indígena originario campesinas, y paridad y alternancia de género. Los Estatutos Autonómicos definirán su aplicación de acuerdo a la realidad y condiciones específicas de su jurisdicción” (BOLIVIA, 2009).

²⁷⁶ Art. 172. “Son atribuciones de la Presidenta o del Presidente del Estado, además de las que establece esta Constitución y la ley: [...] 22. Designar a las Ministras y a los Ministros de Estado, respetando el carácter plurinacional y la equidad de género en la composición del gabinete ministerial” (BOLIVIA, 2009). Da mesma forma, a *Ley del Órgano Electoral*, determina em seus artigos 13 e 31 que as composições do *Tribunal Supremo Electoral* e dos *Tribunales Electorales Departamentales*, respeitarão a equidade de gênero, e a *Ley del Órgano Judicial*, em seu artigo 21, a equivalência de gênero para todos os tribunais.

²⁷⁷ Trata-se de uma rede conformada por 21 organizações feministas de todo o país.

²⁷⁸ *Ley contra el Acoso y Violencia Política hacia las Mujeres*, promulgada em 2012.

aborto persiste como controverso no seio popular²⁷⁹, pois, em função da composição social das classes subalternas e seu histórico de organização e lutas, a maior parte da base social do *Proceso de Cambio* não se apropriou do empoderamento feminista. De qualquer forma, o INE há tempos alertava sobre os números alarmantes de óbitos derivados do aborto clandestino – estimava em ao menos 40 mil abortos anuais e 480 mortes de mulheres derivadas do aborto clandestino, em 2013 (MONTERO, 2013) – e, neste ano, o bloco governista resolveu por enfrentar o tema. Tramita, pois, na *Asamblea Plurinacional* uma proposta de legalização da prática, o que chama a atenção em uma conjuntura regional e mundial de retrocessos em termos de laicidade estatal, bem como de direitos civis de mulheres e minorias.

Da mesma forma, quando o tema é diversidade sexual pululam contradições. Se a CPE veda expressamente qualquer forma de discriminação, restringe, no artigo 63, o matrimônio ao encontro entre um homem e uma mulher²⁸⁰. O novo código de famílias (Ley 603/2014) as reconhece como conformadas por “pessoas naturais” (Art. 02), o que não resultou no reconhecimento de uniões homoafetivas. No segundo semestre de 2016, o *Movimiento de Diversidades Sexuales y Genéricas de Bolivia* e a organização *Iguales Ante la Ley* protocolaram na *Defensoria del Pueblo* um projeto de lei para a criação de uma terceira modalidade familiar – ao lado do matrimônio e da união civil ou de fato – o *Acuerdo de Vida en Familia*. A proposta, contudo, revela-se tímida ao não prever a possibilidade de adoção e demonstra a dificuldade de o “*proceso de cambio*” incidir com tanta intensidade em esferas

²⁷⁹ Em determinada oportunidade, participei de uma roda de diálogos entre jovens de movimentos sociais e entidades, organizada pela Embaixada da Argentina. Duas militantes do movimento feminista expuseram os desafios atinentes à questão de gênero em seu país e, então, abriu-se o debate para trocas de experiências. Em seguida, o tema do aborto monopolizou o debate e era perceptível como as jovens do meio urbano e ligadas a organizações marxistas eram favoráveis à legalização, enquanto as de organizações indígena-camponesa divergiam e expressavam argumentos de fundamentação religiosa.

²⁸⁰ “Art. 14. I. Todo ser humano tiene personalidad y capacidad jurídica con arreglo a las leyes y goza de los derechos reconocidos por esta Constitución, sin distinción alguna.

II. El Estado prohíbe y sanciona toda forma de discriminación fundada en razón de sexo, color, edad, orientación sexual, identidad de género, origen, cultura, nacionalidad, ciudadanía, idioma, credo religioso, ideología, filiación política o filosófica, estado civil, condición económica o social, tipo de ocupación, grado de instrucción, discapacidad, embarazo, u otras que tengan por objetivo o resultado anular o menoscabar el reconocimiento, goce o ejercicio, en condiciones de igualdad, de los derechos de toda persona. III. El Estado garantiza a todas las personas y colectividades, sin discriminación alguna, el libre y eficaz ejercicio de los derechos establecidos en esta Constitución, las leyes y los tratados internacionales de derechos humanos (BOLIVIA, 2009).

Art. 63. I. El matrimonio entre una mujer y un hombre se constituye por vínculos jurídicos y se basa en la igualdad de derechos y deberes de los cónyuges” (BOLIVIA, 2009). Fonte está menor

alheias ao seu núcleo central. Por fim, ressalto que em 2016 o movimento gay conseguiu a aprovação da *Ley de Identidad de Género*²⁸¹, que assegura o direito à alteração do nome social quando a pessoa transexual ou transgênero assim o desejar.

Neste capítulo, analisei a outra face – ao lado de sua indianização – do Estado Plurinacional. Ao contrário de determinadas experiências latino-americanas de deslocamento da condensação de relações de força no interior do Estado – tal qual ocorreu no Brasil, na Argentina, no Uruguai, dentre outros – neste princípio de século XXI, a CPE de 2009 e o Estado Plurinacional revelam o intento de alterar a base material e política do Estado. As nacionalizações, o planejamento e o dirigismo estatal na economia, bem como o redirecionamento da matriz produtiva derivam da nova configuração de poder entre as classes sociais. O bloco camponês-indígena-popular impôs²⁸² seu projeto político ao decadente bloco imperial-burguês-colonial e seu cerne se encontra no Estado Plurinacional.

²⁸¹ Parlamentares da oposição ingressaram com ação de inconstitucionalidade contra esta lei, todavia o *Tribunal Plurinacional* ainda não julgou o caso.

²⁸² Com isto, não pretendo afirmar que não houve concessões durante o processo constituinte e este período histórico como um todo. Também não me refiro à existência de um projeto político moldado e uníssono no seio popular. Busco ressaltar que o Estado Plurinacional figura como *conquista* do bloco popular e derrota política do antigo bloco dirigente, após uma fratricida luta resolvida a partir dos acontecimentos de 2008-2009, ou como afirma Gramsci (2005, p. 129), que houve uma unificação das classes subalternas ao redor de seu projeto político autônomo: “As classes subalternas, por definição, não são unificadas, nem podem se unificar enquanto não se puderem converter em “Estado”: sua história está, portanto, entrelaçada à história da sociedade civil, é uma função “desagregada” e descontínua da história da sociedade civil e, através dela, da história dos Estados ou grupos de Estados”.

7 O 21 DE FEVEREIRO, O PRIMEIRO REVÉS ELEITORAL E AS TAREFAS PENDENTES DO PROCESO DE CAMBIO

O processo político conduzido pelo governo Evo-Linera e organizações sociais entrou na segunda década do século com a tarefa de consolidar a sua hegemonia e aprofundar as transformações do Estado e da sociedade boliviana. Desde a fundação do Estado Plurinacional, em 2010, embora momentos de choques tenham ocorrido, por outro lado, as ideias-força centrais que mobilizaram os eventos políticos a partir das Guerras da Água e do Gás, tal qual a nacionalização dos hidrocarbonetos²⁸³, a indianização do Estado e uma CPE elaborada com a participação popular deixaram de ser controversas – ao menos na esfera pública²⁸⁴ – bem como a liderança incontestada de Evo Morales.

Após o expressivo resultado eleitoral de 2014, que renovou o mandato de Evo-Linera até 2020, o bloco camponês-indígena-popular optou por, logo no início da nova gestão, postular emenda à CPE para permitir nova candidatura do líder *cocalero*. Considerando que, devido à rigidez da CPE, alterações em seu texto requeriam ratificação por referendo popular, em 21 de fevereiro de 2016 a população boliviana saiu às urnas novamente para decidir sobre seu destino²⁸⁵.

Com a apuração terminada, a proposta do MAS-IPSP e das organizações sociais foi derrotada por 51,3% a 48,7%. Princípios da apuração – ao redor de 30% – contudo, revelavam um quadro extremamente adverso, em que o “NO” alcançava 63% e o “SÍ” apenas 37%. A aparente contradição dos números revelava a realidade de rejeição das maiorias urbanas à proposta.

²⁸³ Neste sentido, García-Linera (2016b): “El proceso de cambio creó una matriz explicativa y organizadora del mundo: Estado plurinacional, igualdad de naciones y pueblos indígenas, economía plural con liderazgo estatal, autonomías. Hoy, izquierdas y derechas se mueven en torno a esos parámetros interpretativos que regulan el campo de lo posible y lo deseado socialmente aceptado. Hoy, la gente de a pie construye sus proyectos personales y expectativas en torno a estos componentes potenciados hacia el futuro a través de la Agenda Patriótica 2025, y no tiene al frente ningún otro proyecto de Estado y de economía que le haga sombra. En ese sentido, hablamos de un campo político unipolar. El que el presidente Evo tenga una popularidad y apoyo a la gestión de gobierno que bordea el 80%, según las encuestas hechas en plena campaña por el referéndum, constata este hecho hegemónico”.

²⁸⁴ Durante o trabalho de campo, no decorrer do aniversário de uma alta representante da diplomacia peruana, as pessoas que ela me apresentava apontavam para o caráter ditatorial da atual Constituição e do governo em curso; para elas, o país estaria em um momento de “ditadura da maioria indígena”.

²⁸⁵ A pergunta da consulta popular consistia em: “¿Usted está de acuerdo con la reforma del Artículo 168 de la Constitución Política del Estado para que la Presidenta o Presidente y la Vicepresidenta o Vicepresidente del Estado puedan ser reelectas o reelectos por dos veces de manera continua?”

O primeiro resultado desfavorável ao MAS-IPSP ao longo de uma década coincidiu com o debate proposto por alguns intelectuais sobre o “fim do ciclo de governos progressistas na região”, bem como quanto à necessidade de uma avaliação geral do processo em curso na Bolívia. Quais suas contradições intrínsecas? Que temáticas se mostram mais sensíveis? Por que novamente Evo? Que esperar dos anos que hão de vir e como aprofundar as transformações em torno de mais democracia, direitos e igualdade material?

7.1 AS DISTINTAS RESPOSTAS À PRIMEIRA DERROTA DO BLOCO CAMPONÊS-INDÍGENA-POPULAR

A análise quanto ao resultado do referendo de 21 de fevereiro permite apreender algumas das contradições, dos impasses e das tarefas pendentes no processo boliviano que afloraram após a fundação do Estado Plurinacional.

Stefanoni (2016), investigador inicialmente próximo ao governo e que se apartou ao longo dos anos, Arkonada (2016), intelectual orgânico do *proceso*, e García-Linera (2016b), coincidem ao afirmar a dificuldade de um referendo desta natureza por unificar toda a oposição – em seus diversos espectros políticos, não apenas na direita, mas no campo do indianismo e da extrema esquerda – em campanha comum contra a proposta de emenda constitucional.

Crítico dos rumos tomados nos últimos anos, que conformariam um “*neodesarrollismo’ populista de Evo*”, Stefanoni (2016) aponta também o desgaste de mais de uma década de governo e as dificuldades em transformar utopias mobilizadoras em realidades vitais, bem como erros políticos intercalados, tal qual convocar um referendo para uma nova postulação eleitoral logo após um amplo triunfo eleitoral em 2014. Para ele, os resultados demonstram um recuo oficialista nos setores que nunca tiveram lealdade com o MAS-IPSP: eleitores das cidades grandes e do Oriente, bem como conflitos locais mal resolvidos em Potosí e El Alto. Stefanoni (2016) aponta também o aspecto moral: a crise do *fondo indígena*, do caso Zapata e o uso político da notícia de que Álvaro García Linera não concluiu sua licenciatura de Matemática no México.

Ventila, também, mais duas possibilidades de confluência para o resultado. Uma, o protesto convocado em El Alto e que, nas vésperas do referendo, culminou com o incêndio da prefeitura e a morte de seis pessoas:

La quema de la alcaldía de El Alto [...] dejó en evidencia que los repertorios de acción colectiva que en 2003 abrieron paso a la épica Guerra del Gas, en otro contexto pueden ser la pervivencia de formas de protesta desmesuradas, que impiden un funcionamiento normal de las instituciones y causan muertes. Todo esto genera un fuerte rechazo de las “mayorías silenciosas” hacia los movimientos sociales (STEFANONI, 2016).

Por fim, ele ressalta o argumento utilizado pelas oposições, de fácil aceitação entre setores médios, de que Evo “até teria” realizado boas políticas, contudo, não seria interessante sua perpetuação no poder. Apesar de concordar com seus apontamentos, suas conclusões daí derivadas parecem-me equivocadas: para ele, os governos “nacional-populares” da região teriam dificuldades em aceitar a estabilização de uma nova ordem. Ao cair em perspectiva durkheimiana, ele atribui aos setores “nacional-populares” latino-americanas a tendência, por exemplo, a pensar as Cartas Constitucionais como resultado de correlação de forças transitórias a serem alteradas quando da menor possibilidade de avançar²⁸⁶, bem como a dificuldade das mesmas no fazer político em período de debilidade de seus inimigos.

Ora, as recentes alterações constitucionais em curso no Brasil e na Argentina demonstram, uma vez mais, o elo entre correlação de forças e mudanças no interior do Estado – inclusive em sua Constituição Política – e de sua lógica política. A tese de Stefanoni, que ele atribui a determinado espectro político, é válida, contudo, a qualquer setor político. O que não é dito pelo mesmo, mas aparenta subsidiar tal concepção, é que seria da natureza da esquerda o “germe do autoritarismo”. A simples comparação no tocante à participação popular no período da “democracia pactada” e no inaugurado a partir de 2006, contudo, refuta esse pressuposto.

Há, também, um erro analítico; os resultados de 2014 não atestam mudança de correlação de forças, mas sim sua manutenção e estabilização, desde os eventos

²⁸⁶ Argumenta ele: “Un aspecto de los gobiernos nacional-populares es su dificultad para aceptar un nuevo orden, plasmado por ejemplo en las Constituciones aprobadas durante sus gestiones y su tendencia a pensar esas Cartas como resultado de correlaciones de fuerzas transitorias que hay que cambiar ante la menor posibilidad de ‘avanzar’. [...] Otra dificultad es hacer política con eficacia una vez debilitados sus enemigos” (STEFANONI, 2016).

de 2008-2009, com reflexo no processo eleitoral de 2010. Por fim, indicar a dificuldade de tais governos em fazer política durante períodos de debilidade de seus inimigos novamente induz subliminarmente à visão que torna imanente à esquerda o totalitarismo.

Arkonada (2016) remete a uma derrota tática, motivada por cinco elementos: a ideia-força que habita os setores médios de que democracia se identifica com alternância; uma juventude que não experimentou os anos de neoliberalismo e, portanto, desconhece as condições sociais e econômicas do passado recente e, por isto, por vezes participa da erupção de determinado racismo; a “*guerra sucia*” ocorrida nos meios de comunicação e nas redes sociais, com apoio da embaixada americana na figura de Peter Brennan; os erros do “oficialismo”, que não conseguiu responder a contento nos casos do *Fondo Indígena*, Zapata e no episódio do ato criminoso em El Alto. Por fim, infere a influência do refluxo regional, em que as vitórias conservadoras na Argentina e Venezuela contribuíram para o clima “anti-bolivarianismo”.

Deste cenário, ele conclui os “horizontes que possibilitariam uma vitória estratégica em 2019” (momento da próxima eleição presidencial boliviana): orientar as políticas sociais ao núcleo duro da base social do “*proceso de cambio*”, qual seja, o movimento indígena originário camponês, ao invés de voltar-se às classes médias; definir um horizonte programático conjuntamente às organizações e movimentos sociais; aprofundar o “*proceso de cambio*” e transformá-lo em uma “*normalidad revolucionaria*”, começando pela formação política de amplas maiorias sociais; não titubear sob nenhuma hipótese em novos casos de corrupção envolvendo servidores ou dirigentes políticos; cerrar fileiras atrás do líder insubstituível da “revolução democrática e cultural”, Evo Morales, e, porque não, preparar seu retorno em 2025. Por fim, conclui que:

Algunas conquistas del proceso de cambio son ya irreversibles, no hay más que ver como la oposición racista y xenófoba que atacaba la Asamblea Constituyente golpeando y humillando a las hermanas y hermanos campesinos e indígenas, se ha convertido en la mayor defensora de una Constitución que consagra los derechos sociales, políticos y económicos de las mayorías sociales. El pueblo boliviano ha votado No a la repostulación, pero eso no implica un Sí al retorno del neoliberalismo, sobre todo después de las enseñanzas que se extraen de la experiencia argentina. Es necesario impedir que la derecha se apropie, y resignifique la idea del cambio, es necesario priorizar las políticas sociales para el sujeto del cambio, y generar

políticas comunicacionales para las clases medias y la juventud (ARKONADA, 2016).

García-Linera (2016) aponta a interferência estrangeira, a partir da Ong *National Democratic Institute* - NDI e ações de preparação de ativistas cibernéticos, mas a relativiza ao atribuir o sucesso da ação externa a condições internas do processo político boliviano. Para ele, a drástica alteração nos níveis de extrema pobreza e pobreza e a ascensão social recorde do período Evo-Linera significaram

Un desclasamiento y reencasamiento social, que modifica toda la arquitectura de las clases sociales en Bolivia. [...] La composición boliviana de clases sociales se ha reconfigurado y, con ello, las sensibilidades colectivas, o lo que Antonio Gramsci llama el sentido común, el modo de organizar y receptionar el mundo, es distinto al que prevalecía a inicios del siglo XXI (GARCÍA-LINERA, 2016).

À ampliação de direitos e do consumo, prossegue ele, se somaram uma maior urbanização, e, fundamentalmente, a expansão dos serviços de educação, saúde, comunicação e transporte se irradiaram por todo o território, proporcionando processos de individualização de novas gerações, bem como diversificando as fontes de informação e construção da opinião pública por fora do restrito âmbito do sindicato ou da assembleia (GARCÍA-LINERA, 2016).

Esta recomposição das classes e relações sociais também foi acompanhada de um natural refluxo da etapa insurrecional²⁸⁷ (2003-2009), cuja “estabilidade” reduz a politização social e, conseqüentemente, diminui a centralidade sindical como

²⁸⁷ García-Linera (2015) aduz, então, que, o movimento de massas se dá conforme ondas e que, em período de descenso e à frente do aparelho estatal, a melhoria nas condições de reprodução social podem significar, posteriormente, novos processos mobilizadores: “Os processos revolucionários latino-americanos vão definir seu destino na economia. Por quê? Os ciclos de participação, de mobilização, os ciclos heroicos não são perpétuos, são por ondas, momentos de ascenso, consolidação, estabilização, descenso. E logo vem uma baixa que pode durar semanas, meses, anos, até um novo processo de ascenso social e nessas baixas, que às vezes são curtas, de semanas, às vezes medianas, de anos, ou as vezes longas, já não são os momentos heroicos, de vitalidade (esbanjamento), da generosidade e do universalismo aplicado como vitalidade revolucionária. É o tempo da cotidianidade, dos resultados. E ao governante, ao vice-presidente, ao presidente Correa, ao presidente Evo, ao presidente Lula, Chávez, Kirchner, a sociedade pede: lutamos muito presidente, nos sacrificamos, esse é o nosso processo, é minha conquista, mas, quero também resultados, quero ver minha água potável, quero ver minha rua, quero ver minha escola, quero ver meu hospital. E é aí vice-presidente, você está vivendo isso, aprenda você também, onde temos de mostrar a outra cara do revolucionário. Também se é revolucionário na capacidade de gestão. Na capacidade de gestão econômica do nosso país. O futuro se definirá aí. O que passará na América Latina nos anos 2015, 16, 17 e 2018, que é uma etapa de transição, vai depender de como podemos responder, como podemos atuar, como podemos gerar um conjunto de decisões que dê às pessoas a certeza no âmbito econômico”.

núcleo privilegiado da opinião pública para ampliá-lo a uma pluralidade de fontes – meios de comunicação, gestão estatal, redes sociais (GARCÍA-LINERA, 2016).

García-Linera (2016) também indica a possibilidade de uma desconfiança normal quanto a uma gestão muito larga; de que alguns podem ter pensado que o referendo novamente reelegia Evo, algo desnecessário após sua reeleição em 2014, mas que o voto dos que o apoiavam e votaram “NO” estavam embasados na ideia-força sutilmente construída pela direita de que os governos de esquerda são “autoritários”. De qualquer forma, o central é a recomposição das relações sociais:

Estamos, por tanto, no solo ante una nueva estructura de clases, sino también ante nuevos marcos culturales de movilización y de percepción del mundo. Por todo ello, la convocatoria del sindicato o de la comunidad convertida en capital electoral en 2005 o en 2009, que irradió a sectores de la sociedad civil individuada, hoy no son suficientes para producir el mismo efecto electoral. Sin duda, el mundo sindical obrero, campesino- indígena y vecinal pobre continúa siendo el bastión más sólido y leal del proceso de cambio [...], pero ya no tiene el mismo efecto irradiador de antes. Han surgido otras colectividades sociales entre las clases populares y en las diversas clases medias de origen popular, más volátiles, por residencia, por estudio o por comunidad virtual, que se mueven por otros referentes e intereses, muchas veces de carácter individual (GARCÍA-LINERA, 2016).

E termina por concluir que o MAS-IPSP e os movimentos sociais, devem incorporar em seus repertórios de mobilização as redes sociais, bem como o Estado democratizar o acesso aos materiais de comunicação para rivalizar com a oposição da classe média tradicional (GARCÍA-LINERA, 2016). José Galindo argumenta em sentido aproximado ao de Garcia-Linera:

[...] las organizaciones sociales pierden legitimidad ante una Bolivia cada vez más urbana y cada vez más de clase media (o al menos eso creen ellos, mientras puedan pagarse esa ilusión). Las reglas del juego cambian. El apoyo popular y las calles ya no son los escenarios definitorios de la política. Ahora lo son las redes sociales y los medios de comunicación (GALINDO, 2016, p. 10).

Um estudo realizado por Shirley Ampuero e Sergio Martín-Carrillo com as pesquisas de intenção de voto às vésperas do pleito também ajudam a decifrar os significados dos resultados do referendo. Os investigadores relembram que Evo detém uma série histórica de 53,7% em 2005, 64% em 2009 e 61,3% em 2014,

tendo obtido, em 2008, 67,43% de apoio durante a consulta relativa à revogação de seu mandato. Por outro lado, a CPE foi aprovada por 61,43% dos votos. Desta maneira, há uma linha histórica de apoio em torno a 60%, sendo um “núcleo duro” de, ao menos, 50% (AMPUERRO, CARRILLO, 2016).

Pelas enquetes anteriores ao referendo, registrou-se em dois momentos uma flutuação maior nos números, uma maior em dezembro e outra nas vésperas da consulta. Em outubro de 2015 o apoio ao “SÍ” era de 49%, perfazendo o “NO” 39%, e 11% os indecisos. Entre novembro e dezembro, as denúncias do caso *Fondo Indígena*²⁸⁸ dominam a agenda dos meios de comunicação e os números flutuaram para 40% ao “SÍ”, 54% ao “NO” e 6% de indecisos. Em dezembro o tema perdeu fôlego midiático, momento em que, às vésperas da consulta, há o advento do caso Zapata e o incidente em El Alto (AMPUERRO, CARRILLO, 2016).

No caso Zapata, a senhora Gabriela Zapata publicizou ter conseguido benesses no governo em função de relações amorosas pretéritas com Evo Morales. Durante o desenrolar do caso, pulularam acusações contra Evo: teriam eles tido um filho e o presidente abafado sua morte; em outro momento a acusação seria de um “exílio” da criança no exterior para fins de segurança, dentre outras. Alguns meses após, perante o cruzamento de dados e informações obtidas a partir dos depoimentos da denunciante, concluiu-se que a criança, em verdade, nunca existira (EL CARTEL DE LA MENTIRA, 2016).

Essa série histórica de denúncias e incertezas, mal respondida pelo governo – que por vezes aparentou ele próprio não saber o que realmente ocorrera – foi exposto pelos meios empresariais de comunicação de maneira a influir no resultado em favor do “NO”²⁸⁹.

²⁸⁸ O Fundo Indígena foi criado para financiar a pequenos projetos de comunidades e nações indígena originárias camponesas, dentro da perspectiva de economia plural. No esquema de corrupção, a denúncia partiu de órgão do governo e altos cargos ligados ao governo e a movimentos sociais foram detidos: “Fueron 1.100 proyectos ejecutados por el Fondo Indígena 37, de ellos están siendo investigados. Al respecto, la justicia boliviana investiga los presuntos delitos de incumplimiento de deberes y lesión económica al Estado y procedió a detener a 29 personas involucradas, entre ellas Julia Ramos ex Ministra de Desarrollo Rural, Jorge Choque senador por el MAS y Damián Condori ex integrante del MAS. Las acusaciones fueron hechas por Contraloría General en el mes de febrero del 2015. El Gobierno boliviano en todo momento prestó su apoyo para esclarecer la situación y manifestó la exigencia de que todo el peso de la ley cayera sobre los culpables, “Tolerancia Cero” fue el eslogan gubernamental” (AMPUERRO; CARRILLO, 2016, p. 03).

²⁸⁹ Dentre eles, Fides, Erbol, Pagina Siete, El Deber, Radio panamericana, Correo del Sur, Los Tiempos, El Mundo, CNN español. Após o referendo, o governo lançou o documentário “*El Cartel de la Mentira*”, disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=vqnTSzb9>>, em que se faz uma historicização dos fatos e opções de cobertura jornalística dos meios de comunicação. Interessante perceber, também, que ao tomar tal medida, o governo se afasta da perspectiva liberal

Ocorre que, ademais, às vésperas da consulta popular, em 17 de fevereiro de 2016, uma marcha “de pais de família” se dirigiu à frente da *Alcaldía*, mas redundou no incêndio criminoso do prédio e na morte de seis pessoas (RECUERDAN..., 2017). A ação política nas ruas, a organização popular e, conseqüentemente, o “*gobierno de los movimientos sociales*” foram atrelados à imagem da violência e abordados como de essência anti-democrática pelos grupos empresariais de comunicação. Mesmo em se tratando de um incidente sem nenhum vínculo com o governo nacional, houve impacto na opinião pública e também terminou por influir nos resultados.

Outra variável arguida por Ampuero e Carrillo (2016) a partir da análise histórica das pesquisas é no tocante ao rural-urbano. As maiores oscilações foram verificadas no meio rural: o “SÍ” despenca de 61% a 42%, após as denúncias relativas ao *Fondo Indígena*, enquanto o “NO” sobe de 28% para 50%. Há uma leve melhora para o governo logo após, contudo com nova trajetória de queda com o caso Zapata. É possível que a composição social eminentemente indígena de tal setor contribua – em função da importância atribuída aos valores, à proibidade ante o comum – para um recuo tão intenso. Há, também, a possibilidade ventilada por García-Linera (2016b) de a reestruturação das classes sociais bolivianas e o acesso ao mercado de consumo – especialmente de meios de comunicação – terem contribuído para o deslocamento do sindicato-assembleia como espaço exclusivo de produção de síntese de opinião.

De qualquer maneira, o recuo eleitoral reflete, contudo, que o “proceso de cambio” logrou preservar o núcleo duro de sua base social. Aos condicionantes perenes – desgaste natural de mais de uma década de governo, de alterar a Constituição que se propõe rígida, da oposição quanto à dependência do líder carismático – somou-se um leque de elementos conjunturais – chegada da crise estrutural do capitalismo no continente latino-americano, as denúncias de corrupção e as manobras a elas vinculadas, etc. – que deveriam causar uma intensa instabilidade, em país marcado por rupturas. Conforme recorda Galindo (2016), o país andino nunca conformou uma sociedade afeita ao formalismo e à institucionalidade.

de Estado como aparato institucional acima de conflitos de classes e demonstra que estes permanecem, porém polarizados entre governo e meios de comunicação.

No polo governista, conforme registrei acima, há um amplo arco de justificações para o resultado negativo. Destaca-se, contudo, a importância atribuída à força dos meios empresariais de comunicação e redes sociais. Creio que, em perspectiva imediata, a “*guerra sucia*” revelou-se como elemento central – sem a fabricação e manipulação dos escândalos e sua manipulação, mínimas eram as chances do “NO”. Ela é, sem embargo, apenas um instrumento dentro da totalidade da correlação de forças e deriva das relações sociais, não o oposto.

O tema da corrupção sempre foi oponível pelas frações restauradoras contra governos populares na América Latina²⁹⁰. Seja Allende, que teve em determinado momento todo o seu gabinete destituído pelo parlamento sob acusação de corrupção, ou a forma como tal tema foi articulado pelas oposições em países que recentemente sofreram golpe de Estado. No caso paraguaio, colado à proibidade com a coisa pública também se opuseram valores morais. Assim como na Bolívia, a vida íntima do ex-presidente Fernando Lugo foi abordada para fragilizar o apoio popular ao governo e possibilitar o golpe de Estado.

Portanto, os processos restauradores no continente, em geral, tem se utilizado, em âmbito de ideias-força, do tema da proibidade e de valores morais tradicionais. Na Bolívia, como pontua Linera, as oposições não questionam o “horizonte de época”, mas a competência, a gestão. Em termos de instrumentos, utilizam-se de setores do sistema de justiça e de uma ação articulada dos meios de comunicação com a mobilização de massas de setores médios descontentes. Na Bolívia, provavelmente em decorrência das transformações estruturais no sistema de justiça, não houve sua instrumentalização com fins de luta política. Os elementos supracitados explicam parcialmente o problema, mas há outros, de natureza mais mediata, que não apenas esclarecem o resultado das urnas, como, também, indicam alguns dos desafios postos para o futuro próximo.

²⁹⁰ Bethell (1990) defende que a corrupção revela-se estrutural no conjunto das sociedades latino-americanas. Não cai, contudo, na tentação de atribuir-lhe um povo naturalmente predisposto a práticas de favorecimento e clientelismo, mas, sim, de resultar da formação social do continente: devido à exploração ilimitada e extrema desigualdade, a prática corruptiva por vezes revelava-se como mecanismo de sobrevivência e reprodução social.

7.2 DAS CONTRADIÇÕES INTERNAS AO *PROCESO DE CAMBIO* E A NECESSIDADE DE NOVO *AUFHEBUNG*

Não pactuo com a análise que atesta o fim do ciclo, porque, apesar de sérios problemas enfrentados por governos da região liderados por setores de suas esquerdas nacionais, países importantes como Bolívia, Uruguai e Venezuela permanecem sob esse espectro político. Os recentes processos eleitorais no Equador e na Nicarágua também desautorizam esta análise. Em verdade, a única nação em que a população escolheu o retorno neoliberal foi a Argentina. Por outro lado, as curtas experiências que se postam como alternativas aos governos populares, tal como Temer e Macri, não lograram qualquer nível de hegemonia que permita inferir a consolidação de outro ciclo regional. Se as ideias-força neoliberais conquistaram massas em fins da década de 1980 e princípios de 1990, atualmente as aglutinações em torno de setores restauradores mais se amparam no ódio à esquerda e ao nacional-popular, do que na tessitura de um projeto político alternativo. Houve, isto sim, um avanço conservador na região, em parte decorrente de aspectos comuns aos vários processos políticos em curso, em parte em função de realidades específicas nacionais. Importa buscar sobre que bases materiais e ideológicas esse movimento se desenvolve.

Processos redistributivos como o vivenciado pela Bolívia tendem a, por meio de políticas públicas, modificar as condições de reprodução social do conjunto da população, ou seja, transformar a vida cotidiana no tocante à ampliação do consumo e acesso a direitos. O problema é que, dialeticamente, isto produz uma reconfiguração das classes sociais, suas formas organizativas, suas ideias-força e esperanças mobilizadoras tendem a se ressignificar. As transformações ocorridas em dez anos agora já não são mais sentidas como de início por aqueles e aquelas que vivenciaram o período neoliberal, bem como se constituem em realidade intangível à juventude atual.

Assim, setores deslocados do poder político encontram facilidade em aglutinar um leque maior de pessoas que se percebem “achatadas” pela ascensão social e disputa de bens e posições com segmentos outrora invisibilizados, e se tornam presas fáceis para um discurso de cunho fascista²⁹¹.

²⁹¹ Remeto o leitor à nota de rodapé nº 30, bem como ao capítulo anterior. Assim como essa experiência de discriminação vivenciada ainda no primeiro dia em La Paz, inúmeras outras ocorreriam ao longo dos quatro meses de pesquisa de campo. O mais forte deles, contudo, foi

A política de redistribuição do excedente socialmente constituído, apontada no último capítulo, com o passar dos anos surte menos efeitos que em seu princípio – tal qual demonstram os gráficos relativos à queda da extrema pobreza e pobreza, bem como dados referentes ao abandono escolar – assim como a busca pelo governo do “equilíbrio social” para a devida estabilidade governamental, deslocando o campo das transformações apenas para as políticas públicas e o arcabouço jurídico. Ocorre que o que move o mundo é a contradição e o conflito e não a parcimônia. Assim, aduz Centellas-Rojas (Informação verbal) que:

Entonces son temas todavía de lo que yo llamo enajenación del poder, si la clase dominante que no acaba de ser dominante que no acaba de ser dominante, si quieres en dialéctica, estamos de la primera a la segunda negación, por tanto hay un proceso de inconsistencias, de transición y que falta para que nos potenciemos como proceso revolucionario. La ventaja sí es una, en la Constitución está, el marco general, no solo el vivir bien, si tú la lees en sus ejes transversales, la Constitución te habla de pluralismo básico. Es decir, yo no puedo decir soy revolucionario, soy marxista si soy discriminador, si soy racista²⁹².

Este estágio superior, decorrente da negação do neoliberalismo e da superação [*aufhebung*] da ordem social edificada a partir de 2006, persiste como um desafio. Não se trata, porém, de apegar-se somente ao instituído pela CPE e legislação infraconstitucional, aguardando a materialização de normas constitucionais através de políticas públicas redistributivas. Após a fundação do Estado Plurinacional, o horizonte de época dos movimentos deslocou-se ao instituído: a defesa do *Proceso de Cambio* ou *Revolución Democrática y Cultural*; a *Agenda Patriótica 2025*; a construção do Estado Plurinacional; a possibilidade de nova postulação de Evo Morales e García Linera. Isto, devido à própria natureza do MAS-IPSP que, por se constituir em instrumento político de movimentos sociais, não

quando estava em uma “*movilidad*” regressando para casa e, no trânsito, seu motorista e outro em um carro particular se desentenderam. O “*chofer*” – indígena – pediu desculpas e tentou explicar o ocorrido, mas o motorista – branco – permaneceu irreductível e agressivo. O “*chofer*” persistiu: “*hablemos como caballeros, con tranquilidad*”, mas a cada manifestação simpática do transportador seguia-se uma ainda mais odiosa do motorista. Em certo momento ele não resistiu e bradou em tom muito irônico e agressivo “*Viva Tupac*”. Foi possível ver nos olhos do *chofer* o sentimento de indignação, contudo imediatamente uma passageira gritou “*Viva Evo*”, seguida de certa comemoração no interior da vã. Um colega colombiano que me acompanhava também viu-se atônito com o ocorrido.

²⁹² Entrevista concedida por CENTELLAS-ROJAS, Ximena Ana María. **Entrevista 3** [jun. 2014]. Entrevistador: Daniel Araújo Valença. La Paz, 2014. 1 arquivo de mp3 (1h07min). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice desta tese.

se perfaz em intelectual coletivo, em termos gramscianos, apto a refletir sobre a estratégia política e desde aí definir sua práxis. E, também, em função do robustecimento da liderança de Evo Morales. Como consequência, a irradiação da sociedade civil para o Estado, verificada na primeira metade da década passada, inverteu-se ao longo dos anos. Isto constrói a emergência de duas figuras antepostas: os “estatalistas” e os “hiper-autonomistas”²⁹³ (Informação verbal).

As grandes transformações da humanidade derivam da ação política criativa, auto-organizada das massas, e não de ações estatais. O pragmatismo dos “estatalistas” fere de morte esse potencial criativo das pessoas que, ao agir politicamente, transforma a realidade e a si mesmas. A idealização e abstração dos “hiper-autonomistas” quanto às condições concretas da conjuntura, por outro lado, implicam no desconhecimento de avanços e em uma ação política descolada das condições objetivas. O desenvolvimento da economia comunitária, do trabalho associado, da democracia comunitária, enfim, o avanço do comum sobre o privado, exige outra perspectiva. As massas organizadas devem imaginá-los, sem por isto abdicar do poder arduamente conquistado.

A derrota de 21 de fevereiro reafirmou o que transparecia nos pleitos anteriores; a dificuldade do MAS-IPSP de conformar-se como hegemônico nas capitais. Se o sujeito histórico do processo boliviano se materializa no camponês indígena originário, a partir do qual emerge o MAS-IPSP, o instrumento sempre encontrou dificuldades em sua organização cidadina. A maior urbanização e o acesso a bens de consumo tendem a mais individuação do boliviano urbano. Para reverter tal processo, não se trata apenas de novas metodologias de disputa das redes sociais, como invocam os intelectuais do *Proceso de Cambio*, mas sim da tessitura de relações sociais não coisificadas. Não se trata, portanto, de atribuir a derrota preponderantemente à propaganda midiática, como governo e bloco político em geral avaliaram.

O resultado nas cidades reflete a influência do valor liberal da alternância no poder, o que demonstra que o ser humano individuado se realiza – apesar de não generalizar-se – no espaço urbano boliviano. As melhoras em termos de acesso à renda por parte das classes trabalhadoras tendem a reforçar esse processo de

²⁹³ Entrevista concedida por VIAÑA, Jorge. **Entrevista 2** [jun. 2014]. Entrevistador: Daniel Araújo Valença. La Paz, 2014. 1 arquivo de mp3 (1h44min). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice desta tese.

individualização. Ao não se transformarem as relações sociais²⁹⁴, ao não as descoisificar (MARX, ENGELS, 2007) e contrapor-se à individuação das pessoas, o sentido de mundo delas permanece sob influência de meios alheios ao *Proceso*, como os meios empresariais de comunicação e as redes sociais, por exemplo. Para Viaña (Informação verbal):

Pero la gran deficiencia es crear bases de poder popular hermano, real, de la gente, la gente auto organizada hace sus cosas. Ahora eso también es difícil porque en Bolivia como hay una tradición tan grande de auto organización social, también pueden pesar en un momento en el que impulsan las contradicciones internas a crearte problemas como gobierno [...] Entonces, ¿qué pasa?, que también es importante hermano, aunque sea peligroso, complejo y no sé todo lo que quieras, la necesidad de construir una especie de Estado que esté permeado permanentemente por el empuje de éstas tendencias desde abajo²⁹⁵.

A natureza da forma *multitud*, de muita vontade e potência, neste outro contexto histórico, não lhe possibilita o exercício do papel de sujeito histórico. O “horizontalismo” ou a capacidade da *multitud* de ter uma ação política autônoma, tal qual defendem Negri (2008) e Hardt (2008), responde a situações de conflituosidade aberta e, mesmo assim, foi o *Pacto de Unidad* e o MAS-IPSP que traduziram essa energia revolucionária em um projeto político.

Em verdade, o sujeito histórico mineiro e operário que por duas vezes acercou-se de uma alternativa revolucionária – 1952 e 1971 – permanece por reencontrar-se frente a novas condições objetivas da classe. A COB, apesar de participar das composições de listas de candidatos e candidatas do MAS-IPSP, aproxima-se e distancia-se de acordo com as suas direções políticas do momento, bem como no decorrer de conflitos envolvendo pautas específicas. O operariado mineiro, em uma sociedade eminentemente informal e camponesa, se aproxima, por vezes, a uma aristocracia operária, como aponta Viaña²⁹⁶ (Informação verbal):

²⁹⁴ Determinado dia, em conversa com Eduardo Lonhoff, membro da juventude do Partido Comunista da Bolívia, ele ponderava que o tema do trabalho associado, em suas mais diversas possibilidades – fábricas ocupadas, cooperativismo, etc. – persistia como ponto sensível. E seus efeitos, no meio urbano, revelam-se bem mais nítidos.

²⁹⁵ Entrevista concedida por VIAÑA, Jorge. **Entrevista 2** [jun. 2014]. Entrevistador: Daniel Araújo Valença. La Paz, 2014. 1 arquivo de mp3 (1h44min). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice desta tese.

²⁹⁶ Entrevista concedida por VIAÑA, Jorge. **Entrevista 2** [jun. 2014]. Entrevistador: Daniel Araújo Valença. La Paz, 2014. 1 arquivo de mp3 (1h44min). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice desta tese.

Hay una aristocracia obrera, que gana muy bien, como te digo...en Huanuni hay 5.000 obreros hermano, para un país de 10 millones es un montón [...]. Huanuni es la empresa estatal más grande de COMIBOL y en Colquiri hay 1.000 obreros, casi 1.500. Pero hermano una buena parte de ellos que son los formados políticamente ganan 4 veces lo que gano yo, entonces esos tipos no están pensando en hacer la revolución anti-capitalista hermano, están en otra [...] es una aristocracia obrera hermano. [...] Entonces, no es tan fácil, o sea, el gran problema es, socialismo comunitario en términos de potenciamiento en las estructuras comunitarias hay un déficit, hay que ver cómo hacemos para superarlo, pero en términos de su, digamos, alineamiento de esa perspectiva de horizonte histórico por parte de la clase obrera, no hay un sujeto hermano, o el sujeto está en otra, entonces tú puedes especular todo lo que quieras con buena fe o mala fe respecto a la voluntad política del gobierno pero no es solo eso, ya es un problema estructural [...] O sea, los sectores populares, ¿cuál es su horizonte histórico en términos marxistas?

O modelo de desenvolvimento econômico centrado em grandes projetos estatais, responsáveis pela geração dos excedentes que possibilitam a reprodução social das pessoas, estimula a formação de uma classe operária melhor remunerada, orientada a interesses corporativos, afastada de outras categorias obreiras ou subalternas e sem horizonte ético-político, apenas econômico-corporativo (GRAMSCI, 2005). Como apontei no capítulo sexto, os esforços do governo para atribuir mais direitos aos trabalhadores formais não resultou na ampliação desta fração da classe trabalhadora. Por outro lado, a redistribuição dos excedentes incide na preponderância do valor de troca das coisas frente a seu valor de uso²⁹⁷ (Informação verbal):

[...] Hermano, creando clases medias consumistas no vas a avanzar al anti-capitalismo, o sea ahora, eso no puedes dejar de hacerlo a la vez, ¿cómo haces en esos países? [...] Es un dilema, lo que quiere la gente, las organizaciones barriales y nacionales populares, las FEJUV, quieren mejores condiciones de vida, quiere agua, quiere caminos, quiere alcantarillado, quiere luz, derechos, quieren derechos. Entonces construyes consumidores y no ciudadanos anti-capitalistas hermano. Ahora, cómo transitar en una cosa que te permita, sí bueno, crear consumistas pero a la vez ciudadanos anti-capitalistas, bueno ése es el desafío hermano y no es mala voluntad de nadie, ¿cómo haces? [...].

²⁹⁷ Entrevista concedida por VIAÑA, Jorge. **Entrevista 2** [jun. 2014]. Entrevistador: Daniel Araújo Valença. La Paz, 2014. 1 archivo de mp3 (1h44min). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice desta tese.

Outro tema sensível para o Processo de Cambio são as inúmeras diferenças entre as perspectivas nacional-populares, indianistas, camponesas, originários e urbanos, que por vezes entram em rota de colisão, após a derrota do “inimigo comum” no processo constituinte. A unidade, portanto, mais a provoca o governo, e eminentemente ao redor da figura do *liderazgo* de Evo Morales²⁹⁸. É em torno de Evo que a história dos subalternos bolivianos, desagregada e descontínua (GRAMSCI, 2005) se encontra e se unifica. Consequentemente, a proposta de reeleição ilimitada ou não restrita a duas postulações, irreal para a conjuntura da Constituinte de 2007-2009, de maneira recorrente retorna ao pleito das organizações da Conalcam. No congresso do MAS-IPSP, em dezembro de 2016, uma vez mais as organizações optaram por lançar Evo²⁹⁹ para o período 2020-2025, independente do instrumento que se adotará para viabilizar tal estratégia – novo referendo, renúncia antecipada, etc.

Frente a todas essas adversidades em esfera política, friso que há, contudo, o esforço por constituir uma nova *intelligentsia* boliviana, bem como a promoção de uma formação política que alie as diversas visões das inúmeras frações do campo subalterno. Só em nível de Vicepresidencia, são inúmeros *talleres*, publicações de

²⁹⁸ Viaña comentava comigo que é próprio da natureza da história latino-americana o enfrentamento às oligarquias fazer uso de lideranças “eternas” para sua época: “Pero hay una cosa política interesante, la primera constitución boliviana plantea el presidente vitalicio hermano, o sea, la trayectoria que venimos intentando reconstruir, puedes criticar parcialmente o estar de acuerdo a lo que está pasando en Venezuela, Ecuador, Bolivia, tiene una larga trayectoria [...] la posibilidad real de articular una nación que está tratando de construir un cierto liberalismo, pero además muy avanzado, Bolívar planteaba abolir el pongueaje, abolir el tributo [...] Porque la perspectiva de Latinoamérica desde hace 200 años es esa, por lo menos 180, se ha hecho alrededor de una lógica muy compleja entre la articulación estatal y el liderazgo casi, no sé, llamémosle eterno. Y en la primera época ni siquiera funcionó, Bolívar salió [...] entonces tú dices bueno, o sea aquí hay un problema de construcción del Estado también, que tú puedes decir que es riesgoso, ‘p.’ nos va a estatizar todo, se va a ir a la ‘m.’; bueno, pero hermano, o sea sí puede ser, puede ser que no también, pero bueno, o sea, ¿cómo le haces? O sea, tienes unas masas auto organizadas muy levantistas. Zavaleta tiene una frase muy bonita, dice que el maximalismo de masas, que Bolívar las caracteriza desde el Katari, ¿no?, digamos vuelve estéril toda la política dice, de izquierda, de derecha, revolucionaria, reaccionaria. Y en parte si tú ves la enorme disputa que hay en este bloque de poder, refleja un poco eso, o sea, a ver, no puedes tampoco hacer apología del maximalismo de masas; está bien la democracia es la auto determinación de las masas, no es la democracia burguesa. [...] Pero a veces la única forma de articulación del sujeto subalterno es el Estado y a la vez todo estado aunque intente representar las masas las niega pero hay que cabalgar esa contradicción, no te queda otra hermano, si no ¿que recetas te inventas?” (Informação verbal).²⁹⁸ Entrevista concedida por VIAÑA, Jorge. **Entrevista 2** [jun. 2014]. Entrevistador: Daniel Araújo Valença. La Paz, 2014. 1 arquivo de mp3 (1h44min). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice desta tese.

²⁹⁹ Em conversa com Eduardo Lohnhoff, ele me situava quanto a como se refletia no governo as divisões internas ao bloco popular. Para ele, Linera não será candidato. Juan Ramón Quintana, ex-militar e ligado a eles, estaria descartando-o. Representando um perfil indianista, de conflito com a proposta do socialismo comunitário, estaria David Choquehuanca. Por fim, Carlos Romero, com vínculos com a polícia nacional, seria outro possível nome que buscaria viabilizar-se como candidato.

livros e revistas. A Migraña³⁰⁰, revista de análise política, não só possibilita a escrita de novos acadêmicos ao lado de figuras públicas da intelectualidade mundial, tal qual David Harvey e Antonio Negri, bem como, desde 2016, expandiu os *talleres* de lançamento editorial para capitais além de La Paz³⁰¹. O *Servicio Intercultural de Fortalecimiento Democrático* - SIFDE, vinculado ao OEP, publica inúmeras teses e dissertações sobre o processo democrático boliviano, de nacionais e de estrangeiros, bem como realiza *talleres* de empoderamento³⁰² de organizações e comunidades. Há, portanto, uma opção clara pela ampliação de intelectuais orgânicos como estratégia para consolidação do bloco histórico.

Mas no seio popular aprofundaram-se divergências que ainda no processo constituinte se manifestavam. Se a participação de indígenas de terras baixas, desde a “*Marcha por el Territorio y la Dignidad*” até a Constituinte, mostrou-se necessária para unificar as classes subalternas bolivianas e possibilitar um discurso de oposição ao imperialista-colonial, registrei que desde o princípio o núcleo do processo compõe-se das *trillizas*. Estas se alinham ao horizonte nacional-popular, bem como se consideram parte do *Gobierno de los Movimientos Sociales*. Já Cidob e Conamaq, com críticas à linha extrativista e principalmente após o conflito de Tipnis, sofreram fissuras e atualmente oficialistas e opositores coordenam os setores opostos das entidades fraturadas (CUNHA FILHO, 2016b).

Cunha Filho (2016b), ressaltando que as oposições persistem fragmentadas e incapazes de conformar um projeto nacional para além de trincheiras regionais, também destaca como contradições inerentes ao *Proceso* a necessidade do MAS-IPSP de atrair “convidados”³⁰³, pessoas não orgânicas do Instrumento e, nos últimos anos, por vezes ex-inimigos da direita boliviana e empresários locais. Há, portanto, para além do risco de burocratização inerente à ocupação do poder político, o da

³⁰⁰ Assim, prescrevia o editorial do número 16° da Revista: Continuamos con la reflexión sobre el proceso de cambio, con interesantes reflexiones de jóvenes académicos que apuestan a ser parte del mundo de las ideas que construyen país [...]Que recuperemos el gusto permanente a leer y escribir (tan devaluado por el uso de las redes sociales) para seguir existiendo y trascendiendo como sostiene el Vicepresidente, y que nos devuelva la palabra en una democracia que debe ser cada vez más intercultural, más nuestra, camino al Socialismo Comunitario (REVISTA MIGRAÑA, 2016, p. 9).

³⁰¹ Em 2014, participei do lançamento de uma das edições, na cidade de La Paz. O auditório da VicePresidencia recebeu a mais de quinhentas pessoas e a Revista e dois jovens intelectuais bolivianos foram apresentados pelo próprio Linera.

³⁰² Participei de um destes *talleres*, à época oferecido para lideranças da CSUTCB. Lá, Ximena Centellas Rojas debatia com os camponeses e as camponesas sobre democracia intercultural e socialismo comunitário.

³⁰³ Pessoas originalmente não militantes do partido nem das organizações matrizes – CSTUCB, Bartolinas e Interculturales, provenientes do meio urbano, e que são chamadas a compor as listas de candidaturas do MAS-IPSP.

composição do MAS-IPSP afastar-se de sua origem popular em prol de alianças táticas eleitorais.

Por fim, ressalto que persiste, também, a dificuldade em desenvolver o sujeito econômico do bloco histórico, como afirma Centellas-Rojas (Informação verbal):

porque todavía no nos creemos de que podemos ejercer el poder, de que estamos en el poder, que somos la nueva clase dominante en términos estructurales. Y ¿por qué no nos la creemos? Porque todavía no se ha desplegado la relación económica que sustente este poderío, solo tenemos el poder político y el poder político que está contaminado también por la vieja cultura de dominación, si tú quieres, la contradicción dialéctica existente entre política y politiquería, entre ejercicio de poder y poder enajenado, es decir, estamos aprendiendo a gobernar, estamos aprendiendo a desarrollar, no solo los que están en el gobierno y los marxistas, sino como pueblo, estamos recién decodificando los logros que hemos alcanzado³⁰⁴.

A contradição, em termos de bases materiais, de transformar determinado estágio de desenvolvimento das forças produtivas e relações sociais de produção e, por conseguinte, as condições concretas de reprodução social, persiste como o ponto nodal deste país andino.

Neste capítulo, demonstrei as distintas análises quanto ao contexto político boliviano decorridos dez anos de governo Evo-Linera, que sofreu o primeiro revés eleitoral neste interstício em 21 de fevereiro de 2016. Para além de razões imediatas – tal qual a “*Guerra Sucia*” – do resultado da consulta popular é possível extrair que, de maneira mediata, o resultado reflete o esgotamento da estratégia adotada neste período. Conforma-se, portanto, um cenário em que o *Proceso de Cambio* pode vir a sofrer novas turbulências. Estas, provavelmente derivem das contradições internas ao bloco camponês-indígena-popular, e não da capacidade das oposições de propor um projeto político capaz de disputar a hegemonia no país. Estas persistem enclausuradas nos meios de comunicação e adstritas ao tema da corrupção, tal qual elites de outros países latino-americanos, porém sem alcançar produzir ideias-força que venham a fissurar o bloco popular.

Apesar da crise estrutural do capital, do avanço conservador no continente e da derrota de 21 de fevereiro de 2016, o governo Evo-Linera e o MAS-IPSP

³⁰⁴ Entrevista concedida por CENTELLAS-ROJAS, Ximena Ana María. **Entrevista 3** [jun. 2014]. Entrevistador: Daniel Araújo Valença. La Paz, 2014. 1 arquivo de mp3 (1h07min). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice desta tese.

demonstram preservar um importante “núcleo duro” camponês indígena popular. As transformações econômicas, de reestruturação de classes e políticas do *Proceso de Cambio*, sem embargo, impõem nova onda de mobilização e criatividade popular. As que levaram ao êxito 2005-2014 tendem ao esgotamento ou fragilização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Certa vez, durante o III Seminário Direito, Pesquisa e Movimentos Sociais, José Paulo Netto me entregou uma lista de livros de história da Bolívia e da América Latina. Ele, um dos maiores marxistas que o país já produziu, me alertava que marxismo é, antes de tudo, história e, por ali, eu deveria começar. Como atento pesquisador em formação, acatei o ensinamento e pus-me a dissecar inúmeras páginas sobre as sociedades pré-colombianas, a colonial e a República da Bolívia. Partindo de categorias marxianas, busquei compreender o processo político no curso da história. Por seus líderes proclamarem-no como marcha ao “socialismo comunitário”, a mim interessava analisar esta peculiaridade e as contradições inerentes ao *Proceso de Cambio*, que desperta olhares entrecortados à direita – que o enxerga como autoritarismo – e a setores de esquerda – que o veem como negação do marxismo e das experiências socialistas do século XX.

A origem imediata das transformações na Bolívia vincula-se às consequências econômicas, políticas e sociais da reestruturação produtiva advinda da adoção de políticas neoliberais na década de 1980. O Decreto 21060/86 proporcionou, por um lado, a depreciação das condições objetivas de reprodução social dos bolivianos e das bolivianas e, de outro, a reconfiguração de suas classes sociais. Mas, a grandeza dos *sucesos* deste século XXI não encontra aí suas raízes.

A existência anterior do Império Inca significou o desenvolvimento de relações sociais de produção e de tecnologias de canalização do trabalho excedente que proporcionariam uma formação social particular a esta região. Ressignificada pela exploração colonial, a *mita* possibilitou, de um lado, à Espanha e à Europa transformarem-se em *centro* da terra e, de outro, à classe e etnia se entrelaçarem e perfazerem um universo próprio àquele país andino. Envoltos nos mais diversos processos de exploração capitalista e ciclos políticos da região, a Bolívia se ergueu mediante a constituição de um Estado aparente. Às suas elites, interessava a manutenção da exploração ilimitada do trabalho dos índios e a existência da República – “liberal” – nos exatos limites necessários à sua acumulação de capital.

Mas este padrão de sociabilidade, ao não fincar-se no exercício de hegemonia por parte de suas classes dirigentes e necessitar de amplas massas indígenas, terminou por possibilitar que estas preservassem ou desenvolvessem

formas auto-organizativas e comunitárias – *Ayllus* e, posteriormente, sindicatos – como mecanismos de reprodução social. Ao seguir fundado sobre relações de produção semifeudais, sem o desenvolvimento do assalariamento, a forma Estado não se realizou como Estado moderno – ou seja, o exercício de hegemonia por suas classes dirigentes – e passou por várias crises estatais.

Contra ele, levantaram-se frações regionais de elites apartadas do poder, viabilizando inumeráveis golpes de Estado. Sublevaram-se, também, aqueles e aquelas que tinham seu trabalho surrupiado – e todas as condições de sociabilidade a ele inerentes. Indígenas como Tupak Amaru, Tupak Katari e Bartolina Sisa, dentre outros e outras, lideraram dezenas de milhares de índios em guerra contra a estrutura colonial em dois séculos seguidos. Mineiros, de armas em riste, realizaram uma revolução nacional contra o imperialismo e uma Comuna cem anos após o feito histórico parisiense.

O diferencial da história recente boliviana frente à apaixonante sucessão de lutas que, por séculos, estende-se é que, desta vez, todo o repertório de busca pela *liberación* por parte de suas classes subalternas, confluem. Novos padrões de acumulação capitalista – *acumulação por despossessão* – possibilitaram, objetivamente, a reconfiguração das classes subalternas e estas, em luta cotidiana por direitos, redefinem-se, reencontram-se, como camponeses, como indígenas originários, *vecinais* ou mineiros. E, neste processo, atraem para seu redor demais frações subalternas, bem como setores médios, a cada momento de enfrentamento ao bloco hegemônico.

Não se trata, contudo, de uma análise economicista ou determinista. Ao oposto, é pelo fato do campesinato indígena ter traduzido a potência das sublevações populares contra o neoliberalismo em um programa político autônomo, ter superado o estreito horizonte das demandas econômico-corporativas por ético-políticas, que se explica a vitória – não apenas eleitoral em 2005, mas em termos de disputa de hegemonia em 2009 – e a prevalência do nacional-popular frente ao indígena-comunitário.

O Estado Plurinacional formalmente fundado a partir da CPE de 2009, mas iniciado em 2006, portanto, não se constituía em uma necessidade do capital – tal qual a formação do Estado-Nação – menos ainda se revelava uma “concertação” nacional em prol da descolonização do Estado. Trata-se de uma forma estatal derivada da queda da perda de liderança do bloco imperial-burguês-colonial e sua

substituição pelo camponês-indígena-popular. Este, ao intentar instituir uma nova ordem social, não conta, de maneira alguma, com a complacência do bloco deslocado.

A indianização do Estado caminha *pari-passu* à alteração da matriz produtiva e do controle estatal sobre os excedentes e sua distribuição. Apesar dos choques entre as matizes nacional-popular e indígena-comunitária, é a partir do entrelaçamento entre ambas que se pode aprofundar o *Proceso de Cambio*, bem como a reversão em alguma das duas facetas do Estado Plurinacional pode significar nova crise estatal. O Estado plurinacional, dessa forma, é umbilicalmente vinculado a este projeto político e essas forças. Inexiste como “ideia universal boliviana”, apartada e acima dos conflitos inerentes a ela.

Tem-se, também, que a análise deste processo histórico retira qualquer possibilidade de ver o direito como sistema hermético, fechado em seus próprios pressupostos. Se bem é verdade que o sistema jurídico erguido possibilita a continuação da criação e circulação do valor, também o é que ele não está imune à correlação de forças entre as classes sociais. O deslocar todas as energias para ele é equivocado, como também o é desconsiderar tais conquistas para a estabilização de processos e inícios de novos ciclos. A CPE apresenta, pois, caráter dialético: de estabilização e institucionalização das ideias-força agora dominantes frente à reação do bloco imperial-burguês-colonial, mas também de provisoriedade. Ora, quer a base material sobre a qual se assenta o Estado Plurinacional – planificação, direção e controle da economia e do excedente – quer sua expressão política – a indianização do Estado – mostram-se incompatíveis com o programa das classes proprietárias aliadas do poder. O aprofundamento das mudanças em curso, por outro lado, provavelmente hão de exigir novas disposições normativas, especialmente considerando-se as concessões realizadas à época da *Asamblea Constituyente*.

Portanto, o Estado Plurinacional melhor se constitui como um Estado em transição, em que sua CPE estabelece uma série de categorias abertas – economia plural em lugar da livre iniciativa; democracia intercultural, em lugar da representativa, etc. – que possibilitam novas relações sociais a serem construídas pelo novo bloco de poder, como pode vir a ser desmantelado a partir de nova alteração na correlação de forças no país – seja pela previsão constitucional de

possibilidade de convocação de nova constituinte, seja mediante novo golpe de Estado, comum e recorrente na história do país andino.

Se a Bolívia acompanhou os ciclos políticos latino-americanos, por outro lado, não se encontra, neste momento, tão vulnerável ao avanço conservador em curso no continente. A derrocada do *Proceso de Cambio* mostra-se mais plausível devido às suas contradições internas do que à capacidade das elites de liderar um projeto político que recupere a hegemonia.

O modelo econômico adotado pelo governo Evo-Linera permitiu uma ampliação de direitos, redução da desigualdade social, da pobreza e extrema pobreza. Assim como a reestruturação econômica da década de 1985, esta também implica em novas reconfigurações de classe no interior do bloco popular. Se, com o Estado aparente, a mediação entre indivíduo e sociedade ocorria mediante formas comunitárias auto-organizativas – *Ayllus*, Sindicatos, assembleias e *cabildos* – e, conseqüentemente, a forma de constituição do sentido comum, políticas públicas de transporte, comunicação, transferência de renda, dentre outras, fazem com que concorram outras possibilidades de mediação entre indivíduo e sociedade. Desta forma, a centralidade sindical e comunitária para a formação da visão de mundo, tende a enfraquecer-se.

Por outro lado, a perda relativa de poder aquisitivo frente às massas, de caráter objetivo em termos de inserção no mundo laboral e na divisão de renda, implica em deslocamento e afastamento de frações dos setores médios, em relação ao bloco camponês-indígena-popular, ao qual os setores médios urbanos se acercaram durante as Guerra da Água e do Gás. Assim, a dificuldade de inserção e exercício da hegemonia pelo bloco camponês-indígena-popular nas capitais, derivado da natureza camponesa do sujeito revolucionário – e suas organizações MAS-IPSP, CSUTCB, Bartolinas, etc. – que lideram o processo em curso, agravou-se no decorrer do *Proceso de Cambio*. Da mesma maneira, a economia dependente de um aparato industrial estatal tende a constituir uma aristocracia operária, e setores da “economia popular”, que se desenvolveram por esta década, podem gerar cisões nas classes subalternas.

Ademais, apesar de me ater às especificidades do caso boliviano, em termos continentais e global, assistimos a uma crise das experiências progressistas latino-americanos e do modelo político-institucional brasileiro, que tem afetado todo o

continente. Estas estão atreladas à outra crise maior, a sistêmica do capitalismo³⁰⁵, que tem se constituído em elemento externo desestabilizador de tais processos.

A supracitada reestruturação das classes sociais bolivianas, de qualquer maneira, exige uma pesquisa mais aprofundada, pois sua problematização na literatura sobre o *Proceso de Cambio* persiste incipiente.

Outra contradição interna e a mais importante, desde 2010, é a que opõe os horizontes nacional-popular e o indígena comunitário. Como aponte, equivocam-se aqueles que compreendem o governo Evo-Linera como “extrativista”, “neodesenvolvimentista”, “traidor” do *vivir bien* e da causa indígena. Esta distinção de horizontes – e a preponderância do primeiro frente ao segundo – existia nas classes subalternas anteriormente à ascensão de Evo-Linera, em 2006 e, desde aí, trasladou-se à esfera estatal. E refere-se a uma questão de cunho objetivo: a necessidade de alteração das forças produtivas bolivianas, com vistas a possibilitar novas condições de reprodução social. Se determinado povo indígena se opõe a alguma obra específica, há, logo mais, outro que a reivindica. Esta contradição perdurará enquanto existir o Estado Plurinacional e a única alternativa governamental é assegurar o máximo de decisão democrática, bem como concertada, o que não ocorreu, por exemplo, no caso de Tipnis.

De qualquer maneira, o socialismo comunitário só é possível mediante o desenvolvimento de forças produtivas que possibilitem outro padrão de sociabilidade. O governo Evo-Linera conseguiu uma exitosa política de nacionalizações – mas não de expropriações – reposicionou o controle de excedentes no país. Se, a partir disto, instaurou outro padrão de distribuição de excedentes, por outro lado, não avançou na ressignificação da organização do processo de trabalho – expansão do trabalho associado ante a venda da força de trabalho – o que fortalece, em médio prazo, a perspectiva de indivíduo liberal (sem vida comunitária, associativa, restrito ao seu núcleo familiar).

Se somente a partir da estatização das áreas estratégicas foi possível reestruturar a partilha dos excedentes bolivianos, persiste um longo caminho para a desalienação dos produtores. Apesar da criação de empresas comunitárias para reforçar a produção e economia comunitárias, o horizonte do “socialismo

³⁰⁵ Assim a define José Paulo Netto (2012, p. 415): “[...] há um tipo de crise que o capitalismo experimentou integralmente, até hoje, por apenas duas vezes: a chamada *crise sistêmica*, que não é uma mera crise que se manifesta quando a acumulação capitalista se vê obstaculizada ou impedida. A crise sistêmica se manifesta envolvendo *toda a estrutura* da ordem do capital”.

comunitário” permanece atrelado a políticas redistributivas e não à autonomia e desenvolvimento comunal. Por tratar-se de uma transição de longo prazo, apresenta como decorrência a reinvenção do projeto liberal a partir de novas ideias-força, das transformações decorrentes da nova realidade socioeconômica, ou mesmo do aproveitamento das contradições inerentes ao bloco histórico.

Registro, também, o esforço do governo para a tessitura de uma camada de intelectuais orgânicos que assegurem o aprofundamento da hegemonia camponesa-indígena-popular. Incontáveis seminários, publicações de livros, revistas, realizados desde a Vice-presidência, ou mesmo nas próprias organizações sociais. Mas, na prática, o intelectual coletivo transferiu-se do *Pacto de Unidad* para o Estado, em parte devido à incapacidade do MAS-IPSP de exercer este papel. O colonial e o plurinacional, as disjuntivas indianismo x marxismo, questões étnica e classista, industrialização de matérias primas e o *vivir bien*, “socialismo comunitário para el vivir bien” convivem e chocam-se cotidianamente.

A indianização do Estado afasta ainda mais o bloco derrotado imperial-burguês-colonial. Aquela, por sua vez, só é possível caso o governo consiga assegurar as melhorias permanentes nas condições de reprodução social das pessoas. À série de políticas públicas e mecanismos de redistribuição da riqueza, contudo, não se pode atribuir a via única para a nova sociedade; esta deve decorrer do ímpeto criativo das pessoas organizadas; alternativas de trabalho associado, créditos comunitários, democracia comunitária empurrando desde fora o Estado a movimentar-se e democratizar-se.

Mostra-se imprevisível, também, quando poderiam vir a ocorrer novos momentos de ruptura. A estabilidade alcançada nesta década contrasta-se com esta característica que acompanha a Bolívia por toda sua história. Schavelzon cita uma exposição de Linera, ainda em 2010: “*No hay revoluciones permanentes, son solo por oleadas. Esperamos una nueva oleada de masas. Una oleada de movimientos que pasen por encima del Estado, que vayan aun más allá que el Hermano Evo*” (SCHAVELZON, 2012, p. 320). Mas, estando os principais movimentos participando do governo e tendo como horizonte sua estabilidade, como se daria essa nova onda de sublevação popular e qual seria seu significado?

De qualquer maneira, a estratégia vitoriosa ao longo de uma década começa a mostrar sinais de esgotamento. A piora em dados socioeconômicos como o nível de pobreza e o abandono escolar em 2016, somados à redução do impacto das

políticas públicas nos últimos anos, revelam a necessidade de novas rupturas e aprofundamento do comum.

Trata-se, pois, de um *Estado em transição* que tende a inclinar-se a uma restauração conservadora ou a desenvolver novos processos democratizantes, atrelados, novamente, à questão étnica e classista. A contradição entre redistribuição e acumulação tende a agudizar-se até a necessidade de novas rupturas, ou então, de restaurações conservadoras. Aqui, o Direito, apesar de atender à necessidade de produção e circulação de capital, mostra sua face mais visível de produto de uma correlação de forças em disputa no seio social. Ele estabiliza processos democratizantes, ao passo que também os engessa. Mas, uma sociedade criativa como a boliviana possui meios para alcançar a superação das contradições que o momento lhe impõe.

Ela carrega consigo o legado de Katari – que, antes de ser assassinado, profetizou “volveré y seré millones” – Bartolina, de Tupak Amaru e outras lideranças e milhares de indígenas; a herança do mineiro, “*forjado en la mina, un minero que no le temía a la muerte, todos los días entraba al socavón y todos los días enfrentaba la muerte en el socavón*” (Informação verbal)³⁰⁶, da *multitud* que, sublevada perante as forças armadas, contava, ao fim do dia, as dezenas de civis mortos, mas sem retroceder até à expulsão do presidente que ordenara o massacre.

É esta sociedade, em que a vida humana não alcança o valor de mercadoria, que busca agora, em meio a contradições, tropeços e conquistas, traçar seu desenvolvimento autônomo, interrompido desde a chegada dos colonizadores.

³⁰⁶ Entrevista concedida por AGUILAR-GÓMEZ, Roberto Iván. **Entrevista 1** [jun. 2014]. Entrevistador: Daniel Araújo Valença. La Paz, 2014. 1 arquivo de mp3 (2h11min). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice desta tese.

REFERÊNCIAS

ABREU, Haroldo. **Para além dos direitos: Cidadania e hegemonia no mundo moderno**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

ALBÓ, Xavier. Datos de una encuesta. El perfil de los constituyentes. **Tinkazos**, La Paz, v. 11, n. 23-24, p.49-64, março 2008.

AMPUERRO, Shirley; CARRILLO, Sergio Martín. ¿Qué se juega Bolivia en el Referéndum del domingo? **Centro Estratégico Latinoamericano de Geopolítica**, La Paz, fev. 2016. Disponível em: <<http://www.celag.org/que-se-juega-bolivia-en-el-referendum-del-domingo-por-shirley-ampuero-y-sergio-martin-carrillo-2/>>. Acesso em: 13 de dez. 2016.

ANDRADE, Everaldo de Oliveira. **Bolívia: democracia e revolução** – a Comuna de La Paz de 1971. São Paulo: Alameda, 2011.

AQUINO, Rubim Santos Leão de; LOPES, Oscar Guilherme Pahl Campos; LEMOS, Nivaldo Jesus de. **História das Sociedades Americanas**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

ARCE-CATACORA, Luis Alberto. El Nuevo Modelo Económico Social Comunitario Productivo. **Revista Economía Plural**. La Paz, año 1, v. 1, p, 3-7, set 2014.

ARKONADA, Katu. Bolivia post referéndum: de la derrota táctica a la victoria estratégica. **Telesur**, Caracas, 28 de feb. 2016. Disponível em: <<http://www.telesurtv.net/bloggers/Bolivia-post-referendum-De-la-derrota-tactica-a-la-victoria-estrategica-20160228-0005.html>>. Acesso em: 01 de mar. 2016.

ÁVILA-SANTAMARÍA, Ramiro. **El Neoconstitucionalismo Transformador: el estado y el derecho en la Constitución de 2008**. Quito: Abya-Yala, 2011.

AYO-SAUCEDO, Diego. Las autonomías entre “hegemonistas y consociativos”. In: VICEPRESIDENCIA DEL ESTADO PLURINACIONAL DE BOLIVIA; IDEA INTERNACIONAL; UMSA (Org.). **Miradas: Nuevo Texto Constitucional**. La Paz: Universidad Mayor de San Andrés/Vicepresidencia del Estado Plurinacional/IDEA, 2010.

BARBOSA FILHO, Antonio. **A Bolívia de Evo Morales**. São Paulo: Livro Pronto, 2008.

BARSOTTI, Paulo; PERICÁS, Luiz Bernardo (Orgs.). **América Latina: história, ideias e revolução**. São Paulo: Xamã, 1998.

BETHELL, Leslie Michael. **Historia de América Latina**. Volume 3: América Latina Colonial: Economía. Barcelona: Crítica, 1990.

BOLIVIA. **Constitución Política del Estado Plurinacional de Bolivia de 2009**. La Paz: Vicepresidencia, 2009.

BOLIVIA. Congreso Nacional. **Ley nº 1551 del 20 de abril de 1994**. Ley de Participación Popular [1994]. Disponível em: <http://www.oas.org/juridico/spanish/blv_res16.pdf>. Acesso em: 26 de maio de 2016.

BOLIVIA. **Decreto Supremo N° 28753, de 21 de junho de 2006**. Disponível em: <<http://www.senape.gob.bo/docs/DS28753.pdf>>. Acesso em 04 de jun. de 2016.

BOLIVIA. **Decreto Supremo N° 29272**, de 12 de setembro de 2007. Disponível em: <<http://www.gacetaoficialdebolivia.gob.bo/index.php/normas/descargar/26782>>. Acesso em 20 ago. 2016.

BOLIVIA. **Ley nº 603, de 19 de novembro de 2014**. Disponível em: <<https://www.migracion.gob.bo/upload/marcoLegal/leyes/ley-603.pdf>>. Acesso em 10 de dez. 2016.

BOLIVIA. **Ley nº 3364, de 06 de marzo de 2006**. Ley Especial de Convocatoria a la Asamblea Constituyente. Disponível em: <<http://pdba.georgetown.edu/Electoral/Bolivia/Leyes/LeyConvocatoria.pdf>>. Acesso em 20 de jun. de 2016.

BOLIVIA. **Ley nº 3941, de 21 de outubro de 2008**. Disponível em: <<http://www.lexivox.org/norms/BO-L-3941.xhtml>>. Acesso em 04 de jun. de 2016.

BOLIVIA. **Ley nº 3942, de 21 de outubro de 2008**. Ley del Referendum: Dirimitorio Artículo 398 Y Refrendatorio del Proyecto de Constitución Política del Estado. Disponível em: <<http://www.derechoteca.com/gacetabolivia/ley-3942-del-21-octubre-2008>>. Acesso em 04 de mar. de 2014.

BOLIVIA. Decreto Supremo 21060, de 29 de agosto de 1985. Disponível em <<http://www.lexivox.org/norms/BO-DS-21060.xhtml>>. Acesso em 04 de fev. de 2017.

BOLIVIA. **Ley nº. 065 de 10 de dezembro de 2010**. Ley de Pensiones. Disponível em: <<http://www.defensoria.gob.bo/archivos/Ley065.PDF>>. Acesso em 04 de fev. de 2017.

BORON, Atilio Alberto. **Socialismo Siglo XXI**. ¿Hay vida después del neoliberalismo? Buenos Aires: Luxemburg, 2008.

BUENO, Igor Mendes; SILVA, Maria Beatriz Oliveira da. Constituinte e lutas populares: o materialismo da Constituição e as lutas pela constituinte exclusiva. **Revista Culturas Jurídicas**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p.243-266, 2014.

CEPAL. **Proyecciones de crecimiento de América Latina y el Caribe, 2016 – 2017**. Producto Interno Bruto. Tasas de variación. Santiago do Chile, dez 2016, Disponível em: <http://www.cepal.org/sites/default/files/pr/files/tabla_balancepreliminar2016_esp.pdf>. Acesso em 15 fev. 2017.

CONDARCO-MORALES, Ramiro. **Zarate, el “temible” Wilka**: Historia de la rebelión indígena de 1899 en la Republica de Bolivia. La Paz: Renovación, 1983.

CONFEDERACIÓN DE EMPRESARIOS PRIVADOS DE BOLIVIA - CEPB. **Inversión y crecimiento en Bolivia: Desencuentros recurrentes** Documento de trabajo – UAL. 2013. Disponível em: <<http://www.cepb.org.bo/>>. Acesso em 04 de abril de 2017.

_____. **Política Salarial en las Zonas Urbanas de Bolivia**. Unidad de Análisis Legislativo. Año 5, n. 5, jun/jul. 2016, 16p.

CONFEDERACIÓN Sindical de Colonizadores de Bolivia. Disponível em: <<http://cscb.nativeweb.org/cscb.html>>. Acesso em 10 dez. 2016.

CONSULADO DE BOLIVIA. **Bolivia es el país que más nacionalizó empresas estratégicas que estaban en manos extranjeras**. La Paz, 11 de jan. 2017. Disponível em: <<http://www.consuladodebolivia.com.ar/2017/01/17/bolivia-pais-mas-nacionalizo-empresas-estrategicas-estaban-manos-extranjeras/>>. Acesso em 12 de jan. 2017.

CRONOLOGÍA de la Masacre de Porvenir. **Boletín Semanal Informativo de Coyuntura**, La Paz, 9 de Out. 2008, n. 9. Disponível em: <<http://www.cedib.org/bp/B9/d7.pdf>>. Acesso em 03 de mar. 2016.

CUNHA FILHO, Clayton Mendonça. **A construção do horizonte plurinacional: liberalismo, indianismo e nacional-popular na formação do Estado boliviano**. 2015. 312f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

_____. A reforma previdenciária boliviana: expansão de direitos, mudanças paradigmáticas e continuidades. **Observatório Político Sul-Americano** (On-Line). Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 01-12, fev. 2011.

_____. ‘El Proceso de Cambio’ en Bolivia: un balance de ocho años. **Tinkazos**, La Paz, n. 35, p. 137-153, 1º semestre 2014.

_____. Estrategias de desarrollo e inserción internacional en la Bolivia de Evo Morales. **Revista Andina de Estudios Políticos**, v. VI, n. 1, p. 142-162. 2016a.

_____. Uma década de ‘Proceso de Cambio’: balanço e perspectivas. In: CUNHA FILHO, Clayton Mendonça; VIANA, João Paulo Saraiva Leão (Orgs.). **A Bolívia no século XXI**: Estado Plurinacional, mudança de elites e (pluri)nacionalismo. Curitiba: Appris, 2016b.

ECHAZÚ-CORTÉZ, Carlos. **Otra historia de Bolivia**. La Paz: Al Press, 2010.

EL CARTEL DE LA MENTIRA (la manipulación del Caso Zapata). Dirección: Adrés Salari. Produção: Ministerio de la Presidencia del Estado Plurinacional de Bolivia. Documentário, 81 min. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=vq9TSzb9>>. Acesso em 10 fev. 2017.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. Prefácio. In: MARX, Karl. **As lutas de classes na França de 1848 a 1850**. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. Prefácio da primeira edição. In: MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro II: o processo de circulação de capital. São Paulo, Boitempo, 2014.

ENGELS, Friedrich; KAUTSKY, Karl. **O socialismo jurídico**. São Paulo: Boitempo, 2012.

Entrevista concedida por AGUILAR-GÓMEZ, Roberto Iván. **Entrevista 1** [jun. 2014]. Entrevistador: Daniel Araújo Valença. La Paz, 2014. 1 arquivo de mp3 (2h11min).

Entrevista concedida por CENTELLAS-ROJAS, Ximena Ana María. **Entrevista 3** [jun. 2014]. Entrevistador: Daniel Araújo Valença. La Paz, 2014. 1 arquivo de mp3 (1h07min).

Entrevista concedida por Mariaca, Leonardo. **Entrevista 10** [jul. 2014]. Entrevistador: Daniel Araújo Valença. La Paz, 2014. 1 arquivo de mp3 (33min.).

Entrevista concedida por MILITANTE DO MAS-IPSP. **Entrevista 8** [jul. 2014]. Entrevistador: Daniel Araújo Valença. La Paz, 2014. 1 arquivo de mp3 (40 min.).

Entrevista concedida por NAVARRO-MAMANI, Hilarión. **Entrevista 6** [jul. 2014]. Entrevistador: Daniel Araújo Valença. La Paz, 2014. 1 arquivo de mp3 (26 min.).

Entrevista concedida por SARAIVA-COCA, Ramiro. **Entrevista 9** [jul. 2014]. Entrevistador: Daniel Araújo Valença. La Paz, 2014. 1 arquivo de mp3 (1h e 33min.).

Entrevista concedida por STACY-PEÑA, Claudia. **Entrevista 5** [jul. 2014]. Entrevistador: Daniel Araújo Valença. La Paz, 2014. 1 arquivo de mp3 (33 min.).

Entrevista concedida por TONA-MURISAKA, JOHNNY ATIPAK; VEGA, Marcelo. **Entrevista 7** [jul. 2014]. Entrevistador: Daniel Araújo Valença. La Paz, 2014. 1 arquivo de mp3 (1h28 min.).

Entrevista concedida por VIAÑA, Jorge. **Entrevista 2** [jun. 2014]. Entrevistador: Daniel Araújo Valença. La Paz, 2014. 1 arquivo de mp3 (1h44min).

Entrevista concedida por ZURITA-VARGAS, Leonilda. **Entrevista 4** [jul. 2014]. Entrevistador: Daniel Araújo Valença. La Paz, 2014. 1 arquivo de mp3 (27 min.).

ESTADO PLURINACIONAL DE BOLIVIA. Ministerio de Comunicación. **Informe Presidencial: Día del Estado Plurinacional de Bolivia**. La Paz, 40p., 2017. Disponível em: <<http://www.comunicacion.gob.bo/sites/default/files/media/publicaciones/INFORME%20presidencial%202017%20%20REDES.pdf>>. Acesso em 10 de fev. 2017.

ESTADO PLURINACIONAL DE BOLIVIA. **Las 1001 preguntas para entender el proceso de cambio**. La Paz: Ministerio de Comunicación, 2013.

FERNANDES, Florestan. Padrões de dominação externa na América Latina. In: BARSOTTI, Paulo; PERICÁS, Luiz Bernardo (Orgs.). **América Latina: história, ideias e revolução**. São Paulo: Xamã, 1998.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. Edição crítica de Guillermo Giucci, Enrique Larreta, Edson Fonseca. Paris: Allca XX, 2002.

LA MATANZA DE PORVENIR. Produção: Futurovídeo, 2009. Documentário, 27 min. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=c3yzZtdeM6I>>. Acesso em 20 de abril de 2016.

GALINDO, José. Liderazgos y reglas de juego. **La época**: con sentido del momento histórico. La Paz, año XV, n. 751., 17 de dez. 2016, p.10-11.

GARCÍA-LINERA, Álvaro. **A Potência Plebeia**: ação coletiva e identidades indígenas, operárias e populares na Bolívia. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. A dimensão multicivilizatória da comunidade política. In: SADER, Emir. **Cadernos de pensamento crítico latino-americano**. São Paulo: Expressão Popular, CLACSO, 2008a.

_____. **Balço dos 15 anos de governos progressistas na América Latina**. II Encontro Latino-americano Progressista. Quito, 2015. Tradução: Daniel Araújo Valença. Revisão: Ilana Lemos de Paiva. Disponível em:<http://5c912a4babb9d3d7cce1-6e2107136992060ccfd52e87c213fd32.r10.cf5.rackcdn.com/wp-content/files/Linera_transcricao_fala_10_pontos_AL_final.pdf>. Acesso em 18 de junho de 2016.

_____. **Burguesía Offshore**. La Paz: Vicepresidencia del Estado Plurinacional, 2016a.

_____. **Democracia-Estado-Nação**. La Paz: Vicepresidencia del Estado Plurinacional, 2013a.

_____. **Derrotas y Victorias**. La Paz: Vicepresidencia del Estado Plurinacional, 2016b. Disponível em: <<http://vicepresidencia.gob.bo/Derrotas-y-victorias>>. Acesso em: 10 de dez. 2016.

_____. **Discursos-Análisis-Debate**: 2008-2010. La Paz: Vicepresidencia del Estado Plurinacional, 2010.

_____. **El “oenegismo”, enfermedad infantil del derechismo – O cómo la “reconducción” del Proceso de Cambio es la restauración neoliberal**. La Paz: Vicepresidencia del Estado Plurinacional, 2013b.

_____. **Forma valor y forma comunidad:** aproximación teórica-abstracta a los fundamentos civilizatorios que preceden al Ayllu Universal. Muela del Diablo editores/Clacso/Comuna: La Paz, 2009.

_____. **Identidad Boliviana:** Nación, Mestizaje y plurinacionalidad. La Paz: Vicepresidencia del Estado Plurinacional, 2014.

_____. Indianismo e marxismo: o desencontro de duas razões revolucionárias. In: SADER, Emir. **Cadernos de pensamento crítico latino-americano.** São Paulo: Expressão Popular, CLACSO, 2008b.

_____. **Las empresas del Estado:** patrimonio colectivo del pueblo boliviano. La Paz: Vicepresidencia del Estado Plurinacional, 2012a.

_____. **Las tensiones creativas de la revolución:** la quinta fase del Proceso de Cambio. La Paz: Vicepresidencia del Estado Plurinacional, 2012b.

GARCÍA-LINERA, Álvaro; NEGRI, Antonio. **“Forma valor y forma comunidad” y “poder constituyente”.** Barcelona, abril de 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ZhSUIHIBPQ0>>. Acesso em 13 de março de 2016.

GARGARELLA, Roberto. **El nuevo constitucionalismo latinoamericano:** Promesas e interrogantes. Santiago do Chile: Série Políticas Sociais, nº 153, 2009.

GONÇALVES, Rodrigo Santaella. Marxismo e indianismo na Bolívia: inovações teóricas no pensamento político do grupo La Comuna. In: Encontro Anual da Anpocs, 35, 2011, Caxambu-MG. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 2011.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere.** Volume I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. **Cadernos do Cárcere.** Volume II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. **Cadernos do Cárcere.** Volume III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014a.

_____. **Cadernos do Cárcere.** Volume IV. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014b.

_____. **Cadernos do Cárcere.** Volume V. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014c.

_____. **Cadernos do Cárcere.** Volume VI. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. O Renascimento. In: SADER, Emir. **Gramsci:** poder, política e partido. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

HARDT, Michael. Política y multitud. In: NEGRI, Toni [et al.] **Pensando El Mundo Desde Bolivia: I Ciclo de Seminarios Internacionales**. La Paz: Vicepresidencia del Estado Plurinacional, 2008.

HARVEY, David. **A Produção Capitalista no Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HOBBSBAWM, Eric J. **A Era das Revoluções, 1789-1848**. São Paulo: Paz e Terra, 2011a.

_____. **A Era do Capital, 1848-1857**. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

_____. **Como mudar o mundo: Marx e o marxismo, 1840-2011**. São Paulo, Companhia das Letras, 2011b.

HOLLOWAY, John. **Mudar o mundo sem tomar o poder**. São Paulo: Boitempo, 2003.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA. **Séries Históricas: 80 años generando estadísticas**. La Paz: Estado Plurinacional de Bolivia, 2016.

KATZ, Claudio. **Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo**. São Paulo: Expressão Popular/Perseu Abramo, 2016.

LENIN, Vladimir Ilitch. Cartas de longe. In: ŽIŽEK, Slavoj. **Às portas da revolução: escritos de Lenin de 1917**. São Paulo: Boitempo, 2005.

LEONEL JÚNIOR, Gladstone. Do sujeito revolucionário europeu ao ator coletivo da *hiperpotentia* latino-americana: para a construção de uma nova hegemonia político-jurídica na América Latina. In: Congresso ALAS, 29, 2013, Santiago. **Anais...** Crisis y emergencias sociales en America Latina. Santiago: ALAS, 2013.

LÖWY, Michael. Introdução a Lutas de Classes na Rússia. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Lutas de Classes na Rússia**. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. Notas sobre a recepção do marxismo na América Latina. In: BARSOTTI, Paulo; PERICÁS, Luiz Bernardo (Orgs.). **América Latina: história, ideias e revolução**. São Paulo: Xamã, 1998.

LÖWY, Michel (Org). **O marxismo na América Latina: Uma antologia de 1909 aos dias atuais**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2012.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Defesa do Marxismo: polêmica revolucionária e outros escritos**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Do sonho às coisas: retratos subversivos**. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana.** São Paulo: Expressão Popular/Clacso, 2010.

MARTÍNEZ-PELÁEZ, Severo. **La Patria del Criollo.** Ensayo de interpretación de la realidad colonial guatemalteca. México D.F.: Ediciones en Marcha, 1994.

MARX, Karl. **A Guerra Civil na França.** São Paulo: Boitempo, 2011a.

_____. **As lutas de classes na França de 1848 a 1850.** São Paulo: Boitempo, 2012a.

_____. **Contribuição à Crítica da Economia Política.** Prefácio. São Paulo: Expressão Popular, 2008a.

_____. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel.** São Paulo. Boitempo, 2013a.

_____. **Crítica do Programa de Gota.** São Paulo: Boitempo, 2012b.

_____. **Grundrisse:** manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011b.

_____. **La España Revolucionaria.** Madrid: Alianza, 2014a.

_____. **Manuscritos Econômicos-Filosóficos.** São Paulo: Boitempo, 2008b.

_____. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte.** São Paulo: Boitempo, 2011c.

_____. **O Capital:** crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do Capital. São Paulo: Boitempo, 2013b.

_____. **O Capital:** crítica da economia política. Livro II: o processo de circulação do capital. São Paulo: Boitempo, 2014b.

_____. **Para a questão judaica.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. **Sobre o suicídio.** São Paulo: Boitempo, 2006.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã:** crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feurbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **A Sagrada Família, ou, A crítica da Crítica crítica contra Bruno Bauer e consortes.** São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Lutas de Classes na Rússia.** São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Manifesto Comunista.** São Paulo: Boitempo, 2010.

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política.** São Paulo: Boitempo, 2013.

MEMORIAS Domitila Chungara. **La Época**, La Paz, v. 733, p.19, ago. 2016. Disponível em: <<http://www.la-epoca.com.bo/portada/1470763154/digital/#/1/zoomed>>. Acesso em 11 set. 2016.

MESA-FIGUEROA, José de; GISBERT, Teresa; MESA-GISBERT, Carlos D. **Historia de Bolivia**. La Paz: Gisbert, 2008.

MIGUEL, Luis Felipe. A democracia domesticada: bases antidemocráticas do pensamento democrático contemporâneo. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 45, n.3, p.483-511, 2002.

MOLDIZ, Hugo. **Bolivia en los tiempos de Evo**: claves para entender el proceso boliviano. Bolívia: Ocean Sur, 2009.

MONTENEGRO-QUIROGA, Carlos. **Nacionalismo y coloniaje**. La Paz: Juventud, 2003.

MONTERO, Lourdes. Aborto legal, seguro y gratuito. **La Razón**. La Paz, 22 de jul. 2013. Disponível em: <http://www.la-razon.com/index.php?_url=/opinion/columnistas/Aborto-legal-seguro-gratuito_0_1874212568.html>. Acesso em 11 de jan. 2017.

MONTOYA-ROJAS, Rodrigo. Prólogo à edição brasileira. In: MARIÁTEGUI, José Carlos. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana**. São Paulo: Expressão Popular/Clacso, 2010.

MORALES-AYMA, Juan Evo. **Mi vida**: de Orinoca al Palacio Quemado. La Paz: Artes Graficas Sagitario, 2014.

MORALES-OLIVEIRA, Teresa. Bolivia: la demanda interna, crecimiento y pobreza en la década ganada. **Boletín NUESTRA AMÉRICA XXI** - Desafíos y alternativas - Número 3. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) Grupo de trabajo de "Crisis y Economía Mundial", p. 9-10, 2016.

NEGRI, Toni [et al.] **Pensando El Mundo Desde Bolivia**: I Ciclo de Seminarios Internacionales. La Paz: Vicepresidencia del Estado Plurinacional, 2008.

OLIVEIRA FILHO, Gabriel Barbosa Gomes de. **O Estado Plurinacional da Bolívia: as garantias fundamentais à autonomia e ao autogoverno das autoridades indígenas originárias camponesas**. Dissertação (Mestrado em Direito Constitucional) – Universidade Federal Fluminense – Rio de Janeiro, 2016.

PAIVA, Ilana Lemos de; VALENÇA, Daniel Araújo. A dialética dos direitos humanos: reflexões sobre a atual luta política no Brasil. In: COSTA, Rodrigo Vieira; CAJU, Oona de Oliveira (Orgs.). **Semiárido**: espaço de violações de direitos e potencial de lutas. Mossoró: Queima-bucha, 2015.

PÁRRAGA-DAZA, Rolando. Incidencia Económica de Proyectos de Inversión Pública Sectorial en el PIB de Bolivia (2000-2013). **Revista Estudios de Políticas Públicas**, Santiago do Chile, n 2, nov. de 2015.

PAULO NETTO, José. Crise do capital e consequências societárias. **Serviço Social e Sociedade** [online], Rio de Janeiro, n.111, p.413-429, 2012.

PÉREZ FLORES, F. ; CUNHA FILHO, Clayton M. ; COELHO, A. L. . A construção de um novo modelo de Estado democrático na Venezuela, Equador e Bolívia: características, entraves e contradições. In: 14^o CiSO - Encontro de Ciências Sociais do Norte Nordeste, 2009, Recife. **Resumos** do Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2009.

PERICÁS, Luiz Bernardo. Introdução: José Carlos Mariátegui e o marxismo. In: MARIÁTEGUI, José Carlos. **Dos sonhos às coisas: retratos subversivos**. São Paulo: Boitempo, 2005.

PINTO, Wendy. Charagua consolida la primera autonomía indígena de Bolivia. **Página Siete**. La Paz, 09 de jan. 2017. Disponível em: <http://www.paginasiete.bo/nacional/2017/1/9/charagua-consolida-primera-autonomia-indigena-bolivia-123119.html>. Acesso em 11 de jan. 2017.

PRIMER Manifiesto de Tiahuanaco, 1973. Disponível em: <http://marianabruce.blogspot.com.br/2010/06/primer-manifiesto-de-tiahuanaco-1973.html>. Acesso em 07 dez 2016.

PROCESO histórico de la CSUTCB, s/d. Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia. Disponível em: http://web.archive.org/web/20100802115624/http://www.csutcb.org/apc-aa-files/documentos/items/Proceso__Hist_rico_de_la_CSUTCB.pdf. Acesso em 10 jan. 2017.

POMAR, Valter. **A Estrela na janela: ensaio sobre o PT e a situação internacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014.

_____. **Estratégia em Debate**. Disponível em: <http://valterpomar.blogspot.com.br/2016/08/estrategia-em-debate.html>. Acesso em: 17 ago. 2016.

POMAR, Wladimir. Pensando a longo prazo – classes sociais. **Página13**. São Paulo, 02 mar. 2017. Disponível em: http://www.pagina13.org.br/wladimir-pomar/pensando-a-longo-prazo-classes-sociais/?utm_source=email&utm_medium=email#.WNxmWG_yvIV. Acesso em: 05 mar. 2017.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

RAMOS, Jorge Abelardo. **Historia de la Nación Latinoamericana**. Buenos Aires: Continente, 2012.

RECUERDAN un año del incendio de la Alcaldía de El Alto. **Radio Fides**. Disponível em: <<http://radiofides.com/es/2017/02/17/recordan-un-ano-del-incendio-de-la-alcaldia-de-el-alto/>>. Acesso em 18 de feb. 2017.

RESOLUCIÓN del XII Congreso Ordinario de la CSBS: La Construcción del Instrumento Político, 1998. Disponível em: <<http://cscb.nativeweb.org/resolucion.html>>. Acesso em 20 dez. 2016.

REVISTA MIGRAÑA. **A Diez años del proceso de cambio en Bolivia**. La Paz: Vicepresidencia, n 16, 160p., 2015. Disponível em: <<https://www.vicepresidencia.gob.bo/La-Migrana-una-revista-sin?page=publicaciones>>. Acesso em 10 mar. 2016.

RIVERA-CUSICANQUI, Silvia. **Oprimidos pero no vencidos: luchas del campesinado aymara y qhechwa de Bolivia, 1900-1980**, La Paz: Hisbol/ CSUTCB, 1984.

RIVERA-SANTIVÁÑEZ, Jose Antonio. La evolución político-institucional en Bolivia entre 1975 a 2005. **Revista Estudios constitucionales**, Talca, año 6, n. 8, p. 173-210, 2008.

ROJAS, Rafael. La soledad constitucional del socialismo cubano. **Claves de razón práctica**, Madrid, n. 218, p.44-51, 2011.

ROMERO-ARNEZ, César Manuel. Evaluación del modelo económico de bolivia y su crecimiento basado en demanda interna y exportaciones. **Compás empresarial**, v.6, n 15, 1er cuatrimestre, p.38-47, 2015.

SADER, Emir; JINKINGS, Ivana (Coords.). **Latinoamericana**. Enciclopédia Contemporânea de América Latina e do Caribe. Rio de Janeiro/São Paulo: Laboratório de Políticas Públicas/Boitempo, 2006.

SÁNCHEZ-ECHEVARRÍA, Mireya. **Ser Bartolina en tiempos de cambio**. Procesos de construcción identitaria de la Confederación Nacional de Mujeres Campesinas Indígenas Originarias de Bolivia "Bartolina Sisa" en el Estado Plurinacional. Buenos Aires: CLACSO, 2015. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/becas/20150808105038/360.pdf>>. Acesso em 05 de fev 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa; RODRÍGUEZ, José Luis Exeni. **Justicia indígena, plurinacionalidad e interculturalidad en Bolivia**. Quito: Abya Yala, 2012.

SCHAVELZON, Salvador Andrés. **El nacimiento del Estado Plurinacional de Bolivia: versión para el debate de la democracia intercultural**. La Paz: CEJIS/Plural Editores, 2012.

SILVA, Fabricio Pereira da. **Vitórias na crise: trajetórias das esquerdas latino-americanas contemporâneas**. Rio de Janeiro: Ponteio, 2011.

SMITH, Roberto. **Propriedade da Terra e Transição**: estudo da formação da propriedade privada da terra e transição para o capitalismo no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1990.

STÉDILE, João Pedro. Uma interpretação necessária sobre a luta de classes em nosso continente In: KATZ, Claudio. **Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo**. São Paulo: Expressão Popular/Perseu Abramo, 2016.

STEFANONI, Pablo. Elecciones en Bolivia. Un referéndum por penales. **Le Monde Diplomatique**. Edición 200, fev. 2016. Disponível em: <<http://www.eldiplo.org/notas-web/un-referendum-por-penales?token&nID=1>>. Acesso em 13 mar. 2016.

TAPIA, Luis. Consideraciones sobre el Estado Plurinacional. In: GOSÁLVEZ, Gonzálo; DULON, Jorge (Orgs). **Descolonización en Bolivia: Cuatro ejes para comprender el cambio**. La Paz: VicePresidencia del Estado Plurinacional de Bolivia, 2010.

_____. **La coyuntura de la autonomía relativa del Estado**. La Paz: CLACSO, Muela del Diablo, Comuna, 2009.

TICONA-ALEJO, Esteban. 41 años del Manifiesto de Tiwanaku de 1973. **La Razón**. La Paz. 13 jul. 2014. Disponível em: <http://www.la-razon.com/index.php?_url=/suplementos/animal_politico/anos-Manifiesto-Tiwanaku_0_2087191315.html>. Acesso em: 10 set. 2016.

THOMPSON, Edward Palmer. **Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase**: Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial. Barcelona: Editorial Crítica, 1979.

TODOROV, Tzvetan. **A Conquista da América**: a questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

TRINDADE, José Damião de Lima. **História social dos Direitos Humanos**. São Paulo: Peirópolis, 2002.

URENDA-DÍAZ, Juan Carlos. **El Estado catoblepas**. Un estudio didáctico sobre la Constitución. Las contradicciones destructivas del Estado boliviano. Santa Cruz: 2009.

VALENÇA, Daniel Araújo; PAIVA, Ilana Lemos. **Bolívia: a reinvenção democrática como caminho para a emancipação humana?** In.: BELLO, Enzo. Direito e Marxismo. Caxias do Sul/RS: Educs, 2014.

VALENÇA, Daniel Araújo; PAIVA, Ilana Lemos. **Direitos Humanos: da idealização à materialidade**. In.: NOZU, Washington Cesar Shoiti, et. al. Direitos Humanos e inclusão: discursos e práticas sociais. Campo Grande: UFMS, 2014b.

VICEPRESIDENCIA del Estado Plurinacional de Bolivia. **5 Leyes Fundamentales del Estado Plurinacional**. La Paz: Vicepresidencia del Estado Plurinacional, 2011.

VICIANO-PASTOR, ROBERTO; MARTÍNEZ-DALMAU, RUBÉN. Fundamentos teóricos y prácticos del nuevo constitucionalismo latino-americano. In: **Congreso Mundial de Constitucionalistas**, 2010. Disponível em: <<http://www.gacetaconstitucional.com.pe/sumario-cons/doc-sum/GC%2048%20%20Roberto%20VICIANO%20y%20Ruben%20MARTINEZ.pdf>>. Acesso em 13 de maio 2016.

WOLKMER, Antônio Carlos; FAGUNDES. Lucas Machado. Tendências contemporâneas do constitucionalismo latino-americano: Estado plurinacional e pluralismo jurídico. **Pensar**, Fortaleza, v. 16, n. 2, p. 371-408, jul./dez. 2011.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2011.

ZAVALETA-MERCADO, René. **Obra completa**: Tomo I, Ensayos 1957-1974. La Paz, Plural Editores, 2013a.

_____. **Obra completa**: Tomo II, Ensayos 1975-1984. La Paz, Plural Editores, 2013b.

ŽIŽEK, Slavoj. **Primeiro como tragédia, depois como farsa**. São Paulo: Boitempo, 2011.

ZAPANA-S., Verónica. Ley de unión de personas del mismo sexo excluye la adopción. **Página Siete**. La Paz, 22 de sep. 2016. Disponível em: <<http://www.paginasiete.bo/sociedad/2016/9/22/union-personas-mismo-sexo-excluye-adopcion-110678.html>>. Acesso em 23 de set. 2016.

APÉNDICE

Entrevista concedida por AGUILAR-GÓMEZ, Roberto Iván. **Entrevista 1** [jun. 2014]. Entrevistador: Daniel Araújo Valença. La Paz, 2014. 1 archivo de mp3 (2h11min).

Daniel Valença: Buenas tardes Ministro. Me gustaría...estoy comenzando en verdad... las entrevistas, preguntando para la gente sobre cómo comenzó su militancia, de dónde viene, yo...algunas personas me dijeron que tu vienes del partido comunista ya tienes una larga trayectoria, participó de la asamblea constituyente como vicepresidente, me gustaría que tu hablaras un poquito sobre cómo comenzó en la militancia política en Bolivia que es fuertísima, cada década hay muchas cosas, cada década es una tesis, ¿verdad?

Aguilar-Gómez: Sí, en realidad la línea no viene tanto por el partido comunista, a excepción del MAS-IPSP, militancia no tuve, pero desde la época de...la década de los 70 en la articulación en lo que fue la lucha contra la dictadura de Banzer, mi padre era dirigente de...o era asesor de la Central Obrera Boliviana y fue reprimido en varias ocasiones y a partir de ello es que nos vamos involucrando desde muy jóvenes en la familia al contexto de la actividad política, mi padre clandestino, trabajando con un sector obrero fabril fundamentalmente y nosotros co-ayudando en el contexto de la familia. Ese fue el primer espacio de apertura allá por el año 1974, 75.

Daniel Valença: Lo que yo he leído es que en aquella época en los círculos obreros y también marxistas había una visión muy fuerte de los campesinos y los indígenas como el atrasado, el pre-moderno, como un cambio del análisis de Marx de 18 Brumario de Francia, de los campesinos de allá para la realidad de acá. ¿Era algo así mismo? ¿Cómo era? ¿Había dificultad de diálogo entre los obreros y los campesinos indígenas?

Aguilar-Gómez: Para la década de los 70 había una concepción en torno al tema de la dirigencia de la revolución y la propia concepción de la revolución que tenía un componente complejo y era el tema de la concepción marxista que la llamábamos tradicional, o sea, la concepción obrerista de la revolución socialista. Este tema yo creo que generó una serie de situaciones que después ya en este momento ya para esta época uno lo puede debatir y reflexionar desde el punto de vista del teórico ideológico. La concepción obrerista que venía desde la década de los 30, estaba vinculada fundamentalmente a entender y comprender que la clase obrera vanguardizada por el sector minero, constituía la base ideológica de todo el proceso revolucionario y a partir de ello es que se estructuran los partidos de izquierda muy articulados a lo que es el contexto obrero, fundamentalmente minero. No había partido de izquierda que no tuviera base minera. ¿Por qué? Porque sobre la base de la dirigencia minera se articulaba lo que era la Central Obrera Boliviana, porque la Central Obrera Boliviana define que el secretario ejecutivo tenía que ser minero, por la concepción de la vanguardia de la clase obrera minera, entonces, el movimiento campesino que en esa época era entendido solamente como movimiento campesino y el componente indígena no se lo incorporaba como parte del debate, era considerado en el planteamiento tradicional del enfoque marxista como clase media propietaria, pequeña propietaria, y por lo tanto alejada del interés

revolucionario. Ese planteamiento general era el que primaba en todas las estructuras del debate Marxista y la década de los 70 cuando nos incorporamos al tema de la lucha política, de la lucha sindical, era innegablemente ésa la particularidad. El movimiento universitario con el cual yo me vinculo, mantenía esta concepción y por eso es el que el trabajo más fuerte lo hacían sectores mineros, sectores obreros fabriles y en segundo plano, sectores campesinos, aunque jugaba un rol importante. Ya después de eso viene un segundo tema que es muy característico, es la tradicional fragmentación de las posiciones marxistas, una línea, que era la línea PC, que era la línea tradicional dentro del contexto marxista y que se articulaba muy directamente para la época de la Guerra Fría al tema de la Unión Soviética, todo el tema del Che y todo ese tema que obviamente generaron una situación muy compleja para el Partido Comunista, el PCB (Partido Comunista Boliviano), pero mantuvo siempre una fortaleza en el ámbito sindical. El ámbito del magisterio era otro ámbito donde tenía una presencia fuerte, magisterio urbano y las otras líneas estaban vinculadas al Partido Comunista Marxista Leninista que era de línea maoísta vinculado a China, el otro era el Partido Obrero Revolucionario que era el más antiguo en línea Trotskista, y algunas otras variantes que había en grupos menores. Te decía, yo no milité en estos partidos, y en la Universidad creamos nuestro propio grupo, un grupo universitario y ahí nos mantuvimos muy vinculados al tema marxista en el contexto más que todo de una línea más bien Maoísta.

Daniel Valença: ¿Cómo se llamaba el grupo en la universidad?

Aguilar-Gómez: Nosotros le llamábamos Crítica Marxista Leninista, que tenía una tendencia más Maoísta, de ahí que en esos debates de esa época considerábamos al PC como revisionista. Incluso había un discurso más radical y era el de caracterizar que había dos formas de dominación mundial, una era el Imperialismo Norteamericano y el otro era el social, el Imperialismo Soviético, entonces era parte de un debate a nivel mundial, me acuerdo mucho Charles Bettelheim en todo lo que fue la línea francesa muy vinculada a China, Vietnam, fue posicionando uno de los enfoques en su análisis del Social Imperialismo, pero esto ya, con franqueza, en este contexto, en esta época, ya nos queda como anécdota porque obviamente nos dedicábamos a un debate muy fuerte sobre aspectos importantes desde el punto de vista ideológico, pero creo que habíamos perdido mucho tiempo en debates que no tenían, en ese momento para nosotros, un horizonte de solución, o sea, no íbamos a solucionar el conflicto entre China y la Unión Soviética, no íbamos a solucionar aspectos vinculados a un debate ideológico a nivel mundial y obviamente nos llevó muchas horas el debate sobre eso, cuando en realidad el tema central estaba en la presencia imperialista, el accionar imperialista en nuestro medio que era lo real, a través de los temas de la dictadura, a través de la des-estructuración de las propias organizaciones políticas, a través de infiltrados, etc. Yo creo que ese fue un momento histórico importante, que creó una buena base ideológica, porque gran parte de los que ahora son dirigentes provenimos de varias vertientes de ese momento. Cuál fue la virtud del MAS, en realidad del IPSP: que sobre la base de un cambio radical en las concepciones, desde la propia vanguardia, la concepción de estructurarse el MAS-IPSP, el IPSP primero, porque después electoralmente se convierte en el MAS, se articula sobre una base indígena-campesina y en ese orden indígena-campesina, y sobre la base de esta fuerza de liderazgo y dirección indígena-campesina, van confluyendo los otros sectores y obviamente se van articulando a un proyecto histórico que es el que ahora llevamos adelante como una revolución democrática cultural. Entonces, yo

creo que todo ese debate de la década de los 70 fundamentalmente, que fue el momento más fuerte de la izquierda en Bolivia, en donde las expresiones partidarias llegaron a sus puntos más altos en la estructuración partidaria, en la presencia sectorial. Después de los 70 viene la dictadura y van sobreviviendo los partidos que tenían mejor forma orgánica, especialmente en los sectores obreros. Ya en la década de los 80 para los 90 la izquierda comienza a des-estructurarse, captada por la derecha.

Daniel Valença: Y también con el decreto de la CONMEBOL, ¿no? ¿De la mineración del 85?

Aguilar-Gómez: Exacto. Para el 85 se saca el decreto 21060, que fue el decreto que incorpora el neo-liberalismo, si bien aparecía como un instrumento jurídico, pero en realidad era todo un instrumento ideológico. Es a través de este decreto que se incorpora el neo-liberalismo en sus formas más duras, en todos sus componentes. El tema, por ejemplo de des-estructurar el Estado como un estado productor, haciendo que el tema de la minería que era el soporte pasara al sector privado, se destruye la minería estatal y al destruir la minería estatal, se destruye el sindicato minero, un sindicato minero que tenía una fuerza numérica importante, pero además, lo más importante, una fuerza ideológica, de pronto se ve vulnerable cuando lo trasladan físicamente a regiones que no eran minas, a regiones que no eran suyas y lo que le queda es sobrevivir. El minero, realmente como proyecto ideológico, fue uno de los proyectos más duros que implementó el neo-liberalismo, la derecha, a través del decreto supremo, la re-localización le llamó, y era realmente re-ubicar físicamente al minero en regiones en donde pasaba a ser indefenso. El minero era fuerte porque se había forjado en la mina, un minero que no le temía a la muerte, todos los días entraba al socavón y todos los días enfrentaba la muerte en el socavón. Por lo tanto no le tenía miedo a la muerte, enfrentarse a los militares, enfrentarse a la policía no era para él más que otro día de entrada al socavón, un minero que tenía fortaleza de la dinamita, no tenía un arma, en lo general tenían fusiles, todo, pero la fuerza de lucha real era la dinamita, y por lo tanto podía enfrentarse militarmente también a la policía, al ejército, a los grupos reaccionarios. Un minero que tenía la fortaleza ideológica por las condiciones de vida que ya no tenía nada más que perder y por lo tanto entraba la necesidad de proyectar una transformación revolucionaria. Todos esos elementos que caracterizaban al minero son destruidos por el neo-liberalismo de una manera brutal, se lo saca al minero de la mina y se lo lleva o a las ciudades o se los lleva al campo.

Daniel Valença: ¿El Alto Chapare?

Aguilar-Gómez: El Alto e Chapare. Se le quita la dinamita, por lo tanto ya no tenía como luchar, se le quita el componente de estar vinculado a un espacio en donde laboralmente era muy complejo pero al lugar donde lo llevan en el Alto ya no tiene trabajo y en el Chapare tiene que sobrevivir, aprender a cultivar yuca, arroz para poder remplazar. Entonces, ese es uno de los pasos más complejos y ahí es donde viene, yo creo, un planteamiento muy estratégico de la derecha, del neo-liberalismo, y era des-estructurar una vanguardia potencialmente peligrosa para la derecha. Destruído el contexto del minero, comienza un proceso de descomposición de los sectores de izquierda, una parte del Maoísmo se va al gobierno del MNR, a la derecha, y se vuelven los más reaccionarios. Otra parte de la izquierda, el partido socialista que tenía a Marcelo Quiroga Santa Cruz como uno de sus dirigentes, un

excelente socialista que fue asesinado, comienza a vincularse a través de varios de sus cuadros dirigenciales a partidos de la derecha, se vuelven consultores, se vuelven analistas; sectores vinculados a las formas guerrilleras, a las estructuras guerrilleras o a las estructuras militares dentro de la izquierda, comienzan igual a descomponerse y a entrarse a partir de...

Daniel Valença: Y me parece que también el indianismo, ¿no? Con Víctor Hugo Cárdenas...

Aguilar-Gómez: Y, lo que eran las posiciones indianistas comienzan a ser captados por la derecha a través de, obviamente ofertas electorales, como el tema de Víctor Hugo Cárdenas. Ahí es donde comienzan a surgir un nuevo tipo de dirigentes vinculados fundamentalmente a un nuevo sector social que tenía particularidades diferentes y que la izquierda, el marxismo nunca lo había planteado, ni lo había visto como potencialmente la dirección, y es el movimiento indígena y el movimiento campesino. El primero, Felipe Quispe que comienza a articular un discurso que comienza a ser muy contestatario a lo que era el discurso neo-liberal y comienza a través de lo que es visibilizar la discriminación, el racismo, las formas más excluyentes que tenía la sociedad boliviana, comienza a visibilizar estos elementos y los vuelve un arma de lucha y obviamente se posicionó en un momento importante.

Daniel Valença: ¿Quispe hacía parte de alguna organización?

Aguilar-Gómez: Del EGTK (Ejército Guerrillero Túpac Katari)

Daniel Valença: Que es un partido indianista, ¿sí?

Aguilar-Gómez: Si. Pero más fue un grupo guerrillero, donde el vicepresidente era el que...

Daniel Valença: Sí, sí, del Katarismo. Linera, Juan Carlos...

Aguilar-Gómez: Exacto. Todos ellos entran al tema del EGTK con Felipe Quispe y después bueno viene el período ya donde estaban presos, se des-estructura. Ahí yo creo que, a partir del 85 comienza en el período de crisis en la izquierda, muy dura, des-estructuración de liderazgos, des-estructuración ideológica, se descompone lo que era la tradición histórica de la izquierda sustentada en el minero, el fabril era muy vulnerable, otro sector obrero muy afectado fue el sector fabril que era fuerte en su organización sindical, pero el 21060 incorpora también la flexibilidad laboral que hace que, ¿quieres trabajar? Trabajas y calladito. ¿No quieres trabajar? Te puedes ir porque hay millares que quieren trabajar. Bajo esta modalidad de chantaje es que el sector fabril comienza a ser debilitado. El sindicato fabril cada vez va reduciéndose más hasta quedar obviamente vulnerable. Entonces ahí es donde vine, que históricamente, ya para la década de los 80, el 90 fundamentalmente, comienzan a surgir los movimientos indianistas, los movimientos indigenistas y algunas otras expresiones y como el tema del Chapare, las Seis Federaciones, que comienzan a estructurar una nueva forma de organización política, una nueva forma de organización partidaria, una nueva forma de planteamiento ideológico, una nueva estructuración ideológica y derivan en una nueva forma de partido.

Daniel Valença: Por el libro de Evo parece que Chapare, en la década del 90 era muy claro que era una cuestión campesina y durante el cambio del 90 para...hay la idea de la creación del instrumento en el congreso de la CSUTCB y me parece que cada vez más, lo que era una cosa corporativa de sobre-vivencia frente la política coca cero, comienza a tomar una posición política, una posición de abarcar otras clases, abarcar otros sectores...y toma cuerpo el debate sobre la cuestión indígena, la cuestión de los hidrocarburos, la cuestión de la constituyente. ¿Qué le parece ese debate?

Aguilar-Gómez: Ahí es donde uno de los temas que comienza a surgir como los nuevos planteamientos, porque este período, este proceso, su fuerte es el 85 cuando destruyen el movimiento minero, desorganizan al movimiento sindical, el movimiento indígena campesino era muy débil todavía, por lo tanto en el 85, 90, hasta el 2000 más o menos, mantenían un nivel de dominio y hegemonía los sectores de la derecha, los sectores neo-liberales. A partir de los 90 comienzan a surgir los nuevos movimientos como el tema del instrumento político, en realidad los movimientos indígenas y campesinos como el tema de los cocaleros y después se van articulando, van incorporando el movimiento indígena. El tema de las primeras marchas para la década de los 90, donde el planteamiento inicial era Tierra, Territorio y Dignidad, ese era el planteamiento, las primeras marchas y después van componiéndose, incorporando el tema de la Asamblea Constituyente como ya un horizonte de lucha, mucho más concreto porque Tierra, Territorio y Dignidad, resultaba una consigna muy general, altamente significativa pero muy general.

Daniel Valença: Incluso como conquistar a los sectores urbanos con una plataforma, ¿sí?

Aguilar-Gómez: Exacto. En cambio ya cuando se incorpora el tema de Asamblea Constituyente, ya comienza a haber un sentido de concreción en el horizonte de lucha, por lo menos a mediano plazo. Se va descomponiendo el neo-liberalismo, el neo-liberalismo asienta las formas más duras de pobreza, profundiza la pobreza, destruye todo lo que había sido una base económica del Estado y obviamente comienzan estos movimientos en la década de los 90 y para el 2000, aproximadamente, ya se comienzan posicionar como fuerza política visible. El Presidente Evo Morales ya se posicionó como un líder político, ya el IPSP creado y constituido comienza ya a generar una reacción de nuevo tipo. Ahí es donde, ya para la década de fines de los 90 y principio del 2000, comienza a verse que el neo-liberalismo ya no podía responder a los temas básicos. Para el 85 la gente aplaudía el neo-liberalismo frente a una situación hiper inflacionaria que era extremadamente grave y que la habían parado con sacrificio, con hambre...pero la habían parado. Pero ya para el 2000 la gente volvía obviamente a tener demandas, veía que en vez de mejorar – y ver empeorando – iba a consolidarse una visión de necesidad de cambio. Esto va acumulándose históricamente; emergencia de los campesinos indígenas y obviamente crisis en el contexto neo-liberal preparan el piso para el 2003 que desatan lo que es la “derrota definitiva”, que es una derrota militar en contextos de lo que es un proceso revolucionario, porque [es] una derrota ideológica, una derrota política, una derrota militar al hacer que el movimiento indígena-campesino logre frenar a la Policía de las Fuerzas Armadas, repeler su acción militar, el de la llegada de los mineros aliándose con el movimiento campesino tomando la ciudad de La Paz, les demostró que militarmente no había quien se les pusiera al frente, entonces, esa derrota militar abre la posibilidad innegablemente de

una derrota política, cambio de gobierno e inmediatamente viene el período de transición hasta las siguientes elecciones.

Daniel Valença: Hay incluso gente que dice que en aquel momento era posible sacar del poder a...

Aguilar-Gómez: Sí.

Daniel Valença: ¿Por qué crees que era posible?

Aguilar-Gómez: Claro, porque las condiciones militares en ese momento insurreccionales estaban dadas. ¿Qué es lo que faltaba? Lo que Lenin le llamaba la condición subjetiva, el contexto del partido, el contexto de la organización. A mí me tocó vivir la experiencia de estar en la universidad, yo era docente universitario y con un grupo de estudiantes tomamos la universidad e hicimos que se aperture para que los mineros se alojen ahí y en la noche, cuando los mineros hacían fogatas para cubrirse del frío y poder debatir, yo escuchaba, escuchábamos con todos los compañeros, el debate que había y era muy interesante. Los mineros jóvenes decían mañana vamos a organizar y vamos a entrar de la Plaza San Francisco por la Potosí, ustedes van a entrar por la parte de arriba, les van a meter dinamita a los policías y cuando ellos retrocedan nosotros vamos a ir avanzando casa por casa. Es decir, los mineros jóvenes ya estaban diseñando la estrategia militar de la toma del poder. Avanzar hasta la Plaza Murillo y alcanzarlos. Los mineros mayores, los que tenían más edad y más experiencia, les dicen a los mineros jóvenes: ¿Y para qué vas a hacer eso? ¿Cómo para qué? Pa' sacarlo pues al Sánchez de Lozada del gobierno. Sí, lo vas a sacar, ése ya está muerto, ya no sirve. ¿Pero a quién vas a poner? Y entre ellos se miran y en esa época estaba de dirigente Solares, y dicen, ¿lo vas a poner al Solares? No puedes, ¿qué te pasa? Lo vas a...no me acuerdo que otros dirigentes había...lo vas a poner a éste, no puedes, no tampoco. ¿Quién va a subir? ¿Quién va a tomar el poder? Y comienzan a darse cuenta que el tema no era solamente hacer una derrota militar, sino tener un proyecto histórico.

Daniel Valença: ¿Y Evo en ese momento?

Aguilar-Gómez: Evo en ese momento...en realidad el contexto de la articulación y el ascenso de Evo estaba consolidándose en ese momento, entonces no constituía todavía un referente político general.

Daniel Valença: Capaz de hacer la unificación, la unidad...

Aguilar-Gómez: Exacto, exacto. Él era el dirigente cocalero campesino, de interculturales, pero no era un dirigente de mineros, no era un dirigente de fabriles, era un compañero más. Entonces este tema ha creado un vacío en la dirección y obviamente se llega a la conclusión que estamos en un gobierno de transición.

Daniel Valença: Evo ha dicho incluso en su libro "Mi Vida..." que Fidel habló con él y dijo: "no, no saques el poder porque estamos en otro momento histórico, aguarda..."; eso está en el libro "Mi Vida..."

Aguilar-Gómez: Y eso es lo que realmente sucede, porque uno de los temas que va a ser muy significativo es el tema de la decisión que se toma en ese momento a nivel de los dirigentes políticos, Evo etc...en donde realmente perciben que tomar en ese momento el poder con una situación de crisis, a lo único que

hubiera llevado es a una derrota del movimiento revolucionario. Hay otra experiencia, y te cuento así suelto anecdóticamente, porque es lo que a veces no vas a encontrar en los libros. Para la elección del 2002 ya nos organizamos, ahí es donde nos incorporamos, mucha gente en la Universidad, al MAS, ya comenzamos a trabajar, mi compañero [...] nos organiza los economistas y creamos la Comisión Económica del Programa del MAS y comenzamos a hacer un ejercicio de análisis económico en los moldes académicos que tenemos, combinado con la experiencia política porque era gente que tenía mucha experiencia y trayectoria, excelentes economistas y nos ponemos en la pared nuestro FODA (Fortalezas, Oportunidades, Debilidades y Amenazas) para trabajar las fortalezas, las debilidades, todo el contexto, y ver cuál era el panorama y la conclusión de ese evento en la parte económica; era que si éramos gobierno, nos iban a derrocar seis meses después porque no había una base sólida y eran condiciones totalmente de amenaza en el contexto mundial, contexto productivo como para enfrentar un gobierno en ese momento. Por eso es que la historia te presenta los momentos revolucionarios en los momentos en donde las condiciones objetivas y subjetivas confluyen, y de ahí es que viene el 2003, o sea nuestro análisis fue en diciembre del 2002, y ahí vimos que si éramos gobierno nos derrocaban a los seis meses porque no hubiéramos podido responder a la crisis económica. Viene la crisis política y permite crear un piso de transición y en esa transición es donde se estabilizan ciertos temas y crean la posibilidad, de obviamente, construir liderazgo, construir propuesta y lanzar una mirada estratégica, y es donde ya podemos confluir para las elecciones del 2005. Al 2005 llegamos en condiciones diferentes, por más que había situación de crisis económica, había mucha pobreza, etc...pero ya crea un espacio diferente, ya es un momento diferente. De ahí es que el triunfo del 2005 es abrumador, nadie soñaba un dirigente cocalero, dirigente campesino, dirigente indígena que había sido visible e importante desde mucho tiempo atrás, pero que era solamente sectorializado, que pueda reunir a todos los sectores confluyendo en torno suyo, y ahí es donde viene el factor subjetivo. Evo se convierte en el aglutinador de las demandas urbanas rurales, de obreros, campesinos, de indígenas, de clases medias, hasta de sectores de la burguesía porque no veían ningún horizonte con el neo-liberalismo, ya no les daba ningún horizonte el Carlos Mesa, y obviamente [Evo] aparecía como una esperanza el de ir hacia un cambio en otro sentido. Y obviamente ahí el Presidente logra consolidar un liderazgo a través de su sentido más fuerte y el ser un hombre de pueblo, un hombre de condiciones humildes que había vivido en la pobreza, había estado en condiciones...y el pueblo ve en él su imagen...

Daniel Valença: Igual a Lula en Brasil...

Aguilar-Gómez: Exacto, se identifica y vuelca toda la gente su horizonte de esperanza en ese hombre de pueblo, porque los más letrados, los más leídos, los más estudiados, no habían servido para nada en el momento de tomar decisiones vinculadas al pueblo. Y ahí es donde creo que realmente, se confluyen las condiciones y obviamente se llega a lo que después ya fue articulación de un proyecto revolucionario, que rompe las estructuras y las concepciones que manteníamos en la izquierda. Lo primero que se rompe es la concepción del liderazgo, la dirección la asume, el movimiento indígena-campesino. La concepción que se tenía de que al ser pequeña burguesía, pequeña propietaria no tenía interés en la transformación, queda un poco en debate, en el contexto de...cuando asumen un liderazgo que se constituye en transformador. ¿Cuál es la explicación que yo doy ahí? Que no era la condición económico-social, no era la condición económica la

que primaba en el componente campesino indígena, era el componente social el que primaba. Es decir, por más que sea propietario, y eso obviamente no le dé un horizonte de cambio, la condición de humillado, excluido, marginado, discriminado, le dio la fuerza al movimiento. Y ahí es donde aparece el contexto de la presencia del movimiento indígena-campesino reflejado en el indígena-campesino como el Presidente Evo, vanguardizando al resto de sectores. Inmediatamente de eso, viene el tema de la Asamblea Constituyente, que en su inicio surgió como una demanda y una exigencia, se convirtió al mismo tiempo en un desafío, en una esperanza de la gente. El vicepresidente un día nos mostraba con claridad los temas. Hasta la Asamblea Constituyente, las demandas eran todas sectoriales. Todo el mundo pedía, quiero aumento de salario, quiero aumento de precios, quiero más carreteras, quiero que me respetes mi seguro, todas estaban dispersadas. De pronto todas estas demandas dispersas comienzan a articularse hacia lo que es la confluencia, y todos ven un objetivo mayor y ceden su reivindicación corporativa por su reivindicación histórica. Y ahí es donde todos comienzan a confluir en que, esperemos a la Asamblea. “¡Oye! ¡Tenemos que pedir aumento de salarios! Hay que esperar la Asamblea. ¡Oye! ¡Hay que exigir el tema este! Hay que esperar a la Asamblea. Y se comenzó a confluir, y se le generó a la Asamblea una expectativa, que de repente, estaba sobre-dimensionada. Porque no era la instancia que iba a solucionar todo, sino que iba a crear una base constitucional para ir construyendo el nuevo tipo de sociedad. De ahí es que la Asamblea confluye...yo asumí la condición de vicepresidente de la Asamblea, la presidenta era la Hermana Silvia Lazarte y comenzamos a percibir que se tornaba muy conflictiva. Mucha gente tiene la idea de que la Asamblea, una vez posicionada, genera mucho conflicto en el país. Yo lo que percibo es que fue al revés. Todos los conflictos fueron absorbidos por la Asamblea y por eso la ves como una Asamblea conflictiva. Conflicto con las universidades y el tema de la autonomía siempre ha existido pero lo que pasó fue es que las universidades se volcaron a hacer su movilización en defensa de la autonomía a la Asamblea, entonces era como un huracán que iba atrayendo todos los conflictos. Entonces para mucha gente pareció que la Asamblea era destructiva, porque nos genera más conflictos de los que teníamos antes. No, la Asamblea lo que hizo fue visibilizarlos y atraerlos, juntarlos y ponerlos en un espacio en donde obviamente todos podían mirarlos y veían que era altamente conflictiva. La Asamblea tiene tres etapas: la primera era la preparatoria donde todos están vinculados por el ver qué iba a pasar, organizarse, definir algunos temas en torno a lo que iba a ser el tema organizativo de la Asamblea, pero al mismo tiempo la derecha planificando en cómo iba a destruir la Asamblea, es una fase preparatoria. La segunda fase, es la fase del desarrollo conflictivo de la Asamblea, entre lo que es aprobar su reglamento y comenzar a vincular la Asamblea a la sociedad. Fueron temas muy largos, muy pesados, con mucho conflicto, mucho problema, que comenzaron a hacer perder el interés de la población sobre la Asamblea.

Daniel Valença: Sí porque 3 años, y la impresión de que no sería posible...

Aguilar-Gómez: 2 años, en realidad son 2 años, desde agosto del 2006 hasta...año y medio, todo el 2007, hasta enero del 2008, aproximadamente.

Daniel Valença: Y el referéndum solo en el 2009...

Aguilar-Gómez: El referéndum sí es para el 2009...

Daniel Valença: Sí porque ocurrió también el problema del Congreso, de querer interferir en la Asamblea...necesitaba de la aprobación después del Congreso. Una cosa loca. ¿Cómo es Constituyente y tiene que tener la aprobación de quien es constituido?

Aguilar-Gómez: Ése es un tema que te muestra la complejidad de nuestra Asamblea. Las teorías en el marco constitucional y en el marco de las teorías del Estado, no tenían cabida dentro de la Asamblea. Es bien interesante, en algunas anécdotas estábamos discutiendo el carácter del Estado y en nuestra formación marxista obviamente habíamos leído algunos textos de teorías del Estado, conocíamos temas de Max Weber, de Marx, de Engels, en torno a lo que era el tema del Estado y bueno, articulábamos el tema, ¿no? Y un día entramos al debate con las organizaciones indígenas y ellas plantean y dicen: “Nosotros queremos que en este nuevo estado se reconozcan nuestras naciones”. Y viene un compañero y dice: “Perdón compañeros es que dentro de la teoría del estado, Estado Nación, no puede haber más de una nación, la configuración del estado está sustentado en una nación”. Y un compañero lo mira y le dice: “¿Y quién dice eso?” “Bueno dentro de la teoría constitucional del derecho francés...”; “¿Y quiénes son ellos?” “Bueno son tratadistas constitucionalistas que han desarrollado...”; “Sí, pero habrán escrito para Francia, ¿no? Nosotros, los bolivianos, que vivimos aquí, somos originarios de estas tierras, queremos que nuestro estado sea un Estado que reconozca todas las naciones que somos”. Y de pronto nos dimos cuenta de que las teorías del estado, no servían para nada en la estructuración de un nuevo estado y obviamente vino lo que nosotros le llamábamos, yo le he puesto el nombre “las irreverencias”. De pronto el movimiento indígena-campesino, el movimiento social, el movimiento obrero, el pueblo en general comienza a ser irreverente frente a ciertas tradicionalidades. Es irreverente ante las teorías del estado, es irreverente ante las teorías constitucionalistas. ¿Por qué? Porque acostumbrados nosotros a construir nuestras visiones, hasta en la óptica marxista en función de lo que habían trabajado otros, nos olvidamos de construir nuestras cosas mirándonos nosotros mismos.

Daniel Valença: En vez de aprovechar las herramientas, ha hecho solamente el traslado mecánico de la realidad...

Aguilar-Gómez: Así es. Al marxismo nos pasó eso, con mucha dureza después nosotros aprendimos que nos pasábamos horas y horas en construir una imagen del socialismo en reproducción de...unos de la Unión Soviética, otros de China, otros de Albania, otros de Corea, otros de Cuba, pero nunca nos pusimos a pensar en qué tipo de socialismo nosotros vamos a construir, y obviamente ahí surgieron posiciones muy interesantes, valiosas, y ahí vino un tema que, en mi concepción todavía es debatirlas, y eso es muy complejo porque la revolución no se la hace ni en un día, ni en un año, ni en una década, son procesos que históricamente se van desarrollando y se van configurando en función de lo que sea necesario, el tiempo no es lo determinante. Entonces, yo creo que seguimos todavía debatiendo. Han surgido posiciones como el socialismo comunitario, el socialismo andino, que han comenzado a constituirse en parte del debate ideológico. Algo que yo creo que sí está muy claro, es que en éste debate la concepción en torno a la sociedad del vivir bien, sí es el referente unificador. El marco del socialismo comunitario o el socialismo andino es un tema que todavía genera un marco de debate, porque mientras algunos vienen del contexto del marxismo, por lo tanto, hablar de socialismo es muy natural en construcción de una sociedad. Para otros

sectores como el sector indianista y los sectores indigenistas, el contexto de hablar de socialismo es mala palabra.

Daniel Valença: Es mala palabra, sin duda, es prohibido...

Aguilar-Gómez: Exacto, y tiene un discurso...

Daniel Valença: Y hay un campesino en el medio de los dos todavía...

Aguilar-Gómez: Exacto. Y ahí es donde viene el tema del...el capitalismo, neo-liberalismo, fue una de las opciones que nos han planteado, pero otra de las formas parecidas fue el socialismo en las concepciones tradicionales que nos han mostrado, la Unión Soviética...Nosotros lo que planteamos es una concepción nueva de la vida, una concepción nueva de la sociedad, y viene un discurso que es complejo y es un tema que como digo se está debatiendo, el capitalismo se sustenta en la materialidad y en la individualidad; el socialismo se sustenta en la materialidad y en la colectividad. Nosotros planteamos que la unidad entre el individuo y la sociedad, la comunidad, junto con la naturaleza, configuran la integración real de lo que es el ser humano y de lo que debe ser la sociedad. Por eso es la sociedad del vivir bien. Socialismo, no, no, no, eso es materialidad y un espacio nomás. Entonces, este debate es el que obviamente todavía se está generando como parte de un espacio complejo. La Asamblea no tuvo tiempo de debatir éstos temas. Fue más política en la dinámica, que ideológica. La construcción de los componentes ideológicos de la Asamblea han sido contruidos muy socialmente, han articulado mucho a las organizaciones sociales y obviamente una construcción de la Asamblea en sí misma sobre la base de los espacios del debate muy específico y concreto. Por eso es que tú vas a ver una Constitución que tiene una muy amplia base social y de derechos, lo que le da un sentido social y socialista, pero al mismo tiempo tú vas a tener una debilidad en la caracterización del Estado y fundamentalmente de la parte de la sociedad del vivir bien, que queda solamente como un artículo.

Aguilar-Gómez: Entonces...

Daniel Valença: Proclamativo.

Aguilar-Gómez: Exacto. Es más proclamativo que estructural, mientras que los derechos...ese sí es un tema completo.

Daniel Valença: Hay un libro, de Schavelzon, un argentino que ha hecho su doctorado en Brasil y ha hecho una...de la constituyente, Schavelzon, no sé si tú lo conoces, fue publicado por el Tribunal Electoral, por Juan Carlos...

Aguilar-Gómez: Él estuvo aquí, ¿no?

Daniel Valença: Eso, eso. Y él habla eso, que la Constitución él en verdad la trata como una Constitución abierta, porque no existía la correlación de fuerzas suficientes para avanzar más; al mismo tiempo existían esos varios sectores, el sector de izquierda urbano, el sector campesino que tiene una posición de clase pero al mismo tiempo no es socialista, marxista...el sector indianista que es mucho más para la cuestión multi-cultural y la derecha claro que con el oriente y...entonces él habla más o menos eso, que el producto final es una Constitución abierta, justamente porque deja para el político intentar hacer avances posteriores...

Aguilar-Gómez: Yo creo que en la complejidad que tienen los dos componentes, es decir, es una Constitución abierta porque toca muchos temas, los deja abiertos y permite que ya en los aspectos implementación y legislación venga el otro espacio que es la Asamblea, el Congreso, el Parlamento, el que lo complete, pero al mismo tiempo es una Constitución que te abarca todos los espacios y te los cierra, ¿no? Yo creo que se trabajan los dos temas, en el tema de derechos por ejemplo, si tú te das cuenta, tú los ves sueltos y obviamente es una gama muy grande, pero tú los ves articulados y obviamente los que tú trabajas son, los derechos individuales, los derechos colectivos en una articulación muy armoniosa, el derecho de las personas, el derecho de los pueblos, de tal manera que articule sus dos componentes consolidando lo que sería todo un espacio de derechos en el marco de lo que sería una concepción socialista, en torno al tema de los derechos sociales. Los componentes vinculados a la mirada de la sociedad sobre lo que considera que son los que constituyen sus derechos, entonces yo creo que las caracterizaciones sobre la propia Constitución y la Asamblea son muy complejas y hay que tener un poco de cuidado porque obviamente el quererlas comparar con otros contextos resulta imposible, ¿no? Y obviamente a partir de caracterizarlas. Yo creo que combinan los dos componentes de ser una Constitución abierta y una Constitución que articula, cierra los temas, y obviamente hay temas que quedaron en la memoria y fundamentalmente el constituyente, respecto a lo que fue la estructuración misma de los artículos, ¿no? El primer artículo cuando te caracteriza el Estado, un constitucionalista te dice, éste es un eclecticismo pero llevado al extremo, Estado unitario social de derecho comunitario plurinacional con autonomías. ¿Y qué es eso? Esa es la expresión de un acuerdo político que permitió darle viabilidad a la Constitución. El Estado unitario en la concepción de lo que no podíamos permitir, en un momento donde la derecha estaba avanzando en el intento de desintegrar Bolivia por el contexto de autonomía y la insurrección separatista de Santa Cruz, que fueras por la vía de un Estado autonómico, no, no podías, por lo tanto Estado unitario. ¿Pero cómo? Si habíamos reivindicado que la lucha de Santa Cruz... ¡Ah ya! Entonces le metemos con autonomías, listo, los dos estamos ahí, ¿no ve? Segundo, es un Estado comunitario plurinacional. ¿Pero cómo? Las teorías del estado indican que el Estado debe ser social de derecho porque responde a la sociedad pero responde también a la ley, no puede ser desarticulado la propuesta de la derecha. Y la propuesta del MAS, de las organizaciones era comunitario plurinacional y punto. Lo de social de derecho es una expresión del estado colonial pero obviamente el debate llevó a que, está bien respetémonos entre todos, que seas social de derecho respeto tu posición, pero es comunitario y plurinacional también, ¿de acuerdo? De acuerdo. Se entran las dos posiciones. Ese artículo es la síntesis de los consensos y de los acuerdos que se logran en planos políticos pero que después se traducen en plano social. Es el acuerdo social, el acuerdo es el real sentido del pacto social que una Constitución representa. El pacto social, el contrato social que se expresa en la Asamblea es el primer artículo, lo complejo, lo ecléctico de ése artículo es el consenso entre los sectores urbanos y los sectores rurales, entre las clases medias, burguesías y los sectores indígenas, obrero, es la conjunción de todo eso entre los temas regionales y los temas estatales.

Daniel Valença: Ministro, y dos temas importantes. Había en la propuesta constituyente, en el comienzo, un tema llamado de control social y que después fue retirado por causa de la oposición de la derecha, y todo eso, y bueno, para nosotros desde una perspectiva marxista es muy fuerte...

Aguilar-Gómez: ¿Control social?

Daniel Valença: Control social, sí. Habría un poder de control social, habría poder...

Aguilar-Gómez: No, sí en la Constitución. En realidad es el tema de participación y control social. Lo que sí fue modificado es el sentido de eso, o sea, sí...

Daniel Valença: ¿Cómo era antes?

Aguilar-Gómez: O sea, era mucho más radical, que tú tenías que definir todos los aspectos sobre la base de la consulta da sociedad y obviamente en las organizaciones sociales, lo que generaba una situación de dificultad en términos de gestión, o sea, un poco era si yo tuviera que definir las estrategias educativas sobre la base de un mecanismo de consulta, mmm...como te dijera...iremos al revés...yo defino las políticas educativas en consulta con todos los actores educativos, para aprobar la ley nos hemos sentado en ésta mesa o en eventos más grandes con padres y madres, con todos los sindicatos de maestros, con la iglesia, con los ministerios, con las organizaciones indígenas, con los consejos educativos de pueblos originarios, o sea, nos hemos sentado con todos...

Daniel Valença: ¿Para esa ley de revolución educativa?

Aguilar-Gómez: Para la ley de la revolución educativa. Entonces con ellos hemos consensuado, había temas que uno decía no, el otro decía sí, entonces hemos encontrado la palabra exacta que a los dos los unía y el nivel de participación social y el nivel de consenso fue muy amplio. Eso también hacemos en el contexto de la gestión, nosotros tenemos una obligación, la de rendir cuentas que es un proceso paulatino que se está consolidando. Al principio era convocar a los sindicatos, accionar, aquí esto y esto, respondíamos una pregunta, listo, gracias, hasta luego y nos íbamos. Ahora se está volviendo cada vez más exigente, entonces ahí es donde viene que hay control social, participación social en el tema de la construcción de la norma y la construcción de la gestión en el contexto de un nivel de participación real y un control social que se está consolidando, está madurando. ¿Dónde vino el problema? Que en la primera redacción que se le hizo a la Constitución, trasladabas al sector social de lo que era la gestión en sí, es decir...

Daniel Valença: ¿La de Oruro? ¿O antes?

Aguilar-Gómez: No antes. La anterior. Todo lo tenías que construir sobre la base de la aprobación de las organizaciones sociales, de los sindicatos, etc. Entonces eso iba a volver dificultoso los temas de gestión. Una cosa es definir las estrategias educativas y otra cosa es definir las acciones de gestión en ésta gestión. Entonces donde sí se amortiguó fue el tema de la necesidad de trasladarle a la autoridad, las facultades en términos de su responsabilidad de gestión. En la Constitución están, participación social y control social están como parte de la estructura. Lo único que quedan, lo que sí pueden ser el tema de esta interrogante que me haces, es que queda en el plano consultivo, ese puede ser el cambio. Lo que antes era un plano resolutivo pasa a ser un plano consultivo...

Daniel Valença: ¿No es obligatorio entonces?

Aguilar-Gómez: Es obligatorio pero no es vinculante en algunos temas.

Daniel Valença: A no ser que hagan muchas manifestaciones en las calles.

Aguilar-Gómez: Esa es la forma real del movimiento social de consolidar...

Daniel Valença: Claro y más aún en Bolivia. Ministro y el tema de la economía plural, es un tema difícil porque es también un tema de hacer la unión entre izquierda y derecha y creo que ocurrió un cambio también.

Aguilar-Gómez: Obviamente donde si encuentras un tema bien interesante es en el sentido plural de la Constitución, que de pronto te hablan es un Estado plural, es una economía plural, es una educación plural, es una justicia plural, es una democracia plural. Cuando tú comienzas a escarbar un poco y a ver en donde está esa pluralidad, tú te encuentras aspectos muchos más fáciles de identificar y otros un poco más complejos. La pluralidad en la justicia es fácil porque obviamente hay el componente la justicia ordinaria y la justicia comunitaria, que falta pulir y completar en lo que es la idea, eso es lo que está trabajándose. En el tema de la educación, el plurilingüismo es un tema muy claro, el contenido plural de la currícula también se está articulando, en respecto a lo que son los temas indígenas y los temas no indígenas. Cuando entras al plano de la economía ahí es donde incorporas algunos otros elementos que adquieren un sentido un poco más tradicional, porque lo que tú manejabas era una economía mixta, público-privado, al campesino lo metías en la privada, al cooperativista era una forma privada, social privada. Y donde va el sentido plural es a incorporar las formas comunitarias como parte de las formas de estructuración económica y añade como un componente que fue más político que económico, el componente social a través de lo que es la cooperativa, lo separa de lo privado. Entonces tienes economía pública, economía privada, economía comunitaria y economía social. Entonces sobre la base de esto se articula el reconocimiento de las formas de relaciones económicas que son pre-existentes a la Constitución y lo que hace la Constitución es recogerlas, lo que ahora falta es definir las formas de propiedad y por lo tanto de relaciones de producción de aquí en adelante o en el contexto de lo que sería la consolidación de un enfoque socialista comunitario, un enfoque de la sociedad del vivir bien.

¿Qué es lo que te quiero decir? Que este ha sido el tema más complejo en el tema del diseño, se han avanzado muchos temas, se ha consolidado y se ha invertido lo que antes era la situación de la economía. Un peso mayor, mayor fuerza en realidad en el contexto privado con una debilidad en el contexto público, con todo el tema de las privatizaciones. De pronto ahora ha cambiado, el sector público comienza a ascender, comienza a posicionarse, consolidarse y a ejercer un manejo mucho más directo de todo lo que es el aparato productivo de la economía en general y el sector privado comienza otra vez a ser dependiente con una ayuda importante de parte del Estado, a sobrevivir de parte del Estado, o sea todavía no está en el marco destruir o acabar con la forma del relacionamiento privado porque no hay todavía una capacidad del Estado de reemplazar todos esos componentes, en caso concreto las fábricas.

Daniel Valença: Claro, tiene que hacer el desarrollo de las fuerzas productivas...

Aguilar-Gómez: Exacto. El Estado ha comenzado a ver el tema estratégico, hidrocarburos, minería, litio, el tema de metalurgia, agricultura, comenzaba a posesionar los temas fuertes y de pronto ha consolidado una economía que ha sido muy bien orientada. Hasta ahora, yo te digo lo que uno puede apreciar, es la forma como se han desarrollado ciertos componentes de transición a lo que puede ser una economía socialista, han sido muy bien manejados. Algunos dicen, críticamente dicen, pero no cambió nada de la base capitalista neo-liberal. No, no es cierto eso. Primero neo-liberal ya lo has desechado con el fortalecimiento del Estado y el control del Estado de los aspectos más importantes de la economía. El tema capitalista sí, o sea todavía el mercado existe, todavía la propiedad y tienen sectores importantes, pero algo que el presidente nos decía: “¿Nosotros tenemos capacidad de hacernos cargo de las fábricas y hacer que funcionen mejor que lo que estaban funcionando ahoritita? No, déjalas que sigan funcionando ahí. Cuando tengamos esa capacidad ahí sí recién las vas a reemplazar pero mientras tanto no, ¿por qué, qué vas a hacer?” Como hay aquí un ejemplo de esta visión del presidente; nuestra línea aérea bandera era el Lloyd Aéreo Boliviano, la manejaron como sea y al final la vendieron en un remate fraudulento a un empresario para destruirla y cuando ya sube el presidente al gobierno, viene y dice, lo lógico era, “Hay que recuperar el Lloyd Aéreo”. Y el presidente dice; “¿Cuánto debe Lloyd Aéreo a todo el mundo? Debe 600 millones de dólares. ¿Para qué le vas a dar 600 millones de dólares para pagar deudas y recuperar el nombre? Crearemos otra empresa, que el Lloyd pague sus deudas como quiera”. Y por lo tanto lo que se hace es crear una nueva empresa, BoA, que es altamente rentable, está con niveles de buen servicio, etc. O sea la fortaleza, que es una nueva empresa, y no que trae extradiciones, que está medio muerta. Esa misma concepción dice el presidente, “No te vas a hacer cargo de una fábrica que no la vas a poder hacer funcionar bien, déjalo que el empresario siga funcionando, controla que no te explote al trabajador, que te mejore las condiciones, etc...pero no te hagas cargo de un bulto”. “Ah, pero es una fábrica de papel en donde sí podemos tener un monopolio y un control de parte del estado porque el Estado es el principal comprador de papel, entonces abaratamos los costos para nosotros pero además brindamos un servicio de buena calidad, ahí sí le meteremos”. Van por esa línea. Estos temas son los que se han ido presentando como procesos de transición en el contexto de una economía plural. Uno de los temas que es interesante es cómo se han generado situaciones de control sobre el mercado, ¿no? El mercado es obviamente vulnerable, sensible a muchas elasticidades y una de esas elasticidades es la elasticidad política, la decisión de los empresarios y otra, obviamente al tema de los precios comparativamente. Si ahoritita Bolivia, tiene el precio de la carne está en 10 y en Perú está en 20, no vas a sacar toda tu carne al Perú y por lo tanto salvaste el mercado interno. Una medida que se hizo fue el agarrar y decir, cuando el precio del mercado interno se eleva se prohíbe exportación. No hay exportación. Y al que lo pesquemos le decomisamos. Entonces el productor de carne dice, “¡Pero me estás perjudicando!”. A mí no me importa tu perjuicio, a mí me importa que el mercado interno esté completo. “¿Quieres ganar un poco más? Cubrí el mercado interno, estabilizá el precio y el saldo te autorizo a que lo exportes”. Y eso se ha mantenido así. Comienza a subir el precio del azúcar, prohibición de exportación de azúcar. “¡No puede ser! Que eso es una imposición! No, no es imposición, es cuidar el mercado interno. Se estabiliza el precio del azúcar en el mercado interno, todo tu excedente expórtalo, gana plata ahí, no hay problema eso es bienvenido, no hay problema”. Te das cuenta, o sea, mecanismos de este tipo en una combinación entre una acción de Estado centralista controlando el

mercado pero al mismo tiempo regulando el mercado en un sentido de que ese empresario tampoco fracasase en un contexto de que no te puedes hacer cargo de las empresas. Ha dado buen resultado, con temas como por ejemplo, que también ha dado muy buen resultado, es el de maniobrarlo al mercado a través del tema de generar sobre-ofertas. Nos vino el problema de una zafra muy baja caída en la producción de azúcar, empresarios sacando azúcar, boicot de los empresarios para no haber azúcar, crisis de azúcar, subida del precio y ahí estábamos entrando en una situación parecida a nuestros hermanos en Venezuela, muy crítica, desabastecimiento, etc. Se vino el, ta, primero corte, no hay exportación de azúcar y comienzan a fiscalizar, decomiso de azúcar que esté siendo exportada. Segundo, no podemos, igualito, no ha habido producción, no ha habido zafra, nos falta azúcar, ya. ¿Cuánto te falta? No me acuerdo cuanto era...500.000 toneladas de azúcar. “Tráigalas. ¿Qué país nos puede vender ahoritita 500.000 toneladas de azúcar? Colombia, compren a Colombia tráigase y listo, crece el MAPA, la empresa de producción...o sea a ella llegan 400.000 toneladas de azúcar y comienza a distribuir a los mercados. Inicialmente Venezuela hizo lo mismo, pero de pronto, esa azúcar que se distribuía comenzaba a salir al Perú, o a Colombia y de Colombia la volvían a meter al sobreprecio, entonces han creado un círculo vicioso que no les ha dado resultado. Aquí se logró controlar el tema ése, traer azúcar colombiana, meter el azúcar colombiana en una gran cantidad e ir al empresario. “¿Sigues tú así? Te voy a meter importación.” Entonces ahí el empresario comenzó a regularizar producción, a planificar el tema de la nueva zafra, se tiró zafra de medio término y ta, ta, ta, ta y se re-articuló, ahoritita no tienes ese problema. Pollo, harina, azúcar, aceite, son los elementos que eran más controlados por una agro-industria que manejada y controlada por Santa Cruz y los sectores más reaccionarios querían crear algo vulnerable. Se los ha tumbado con el tema de importación. Nosotros hemos tenido esa posibilidad porque somos economía todavía pequeña, un mercado pequeño y que con una cantidad pequeña puedes meterle una buena inyección a la economía y el empresario tiene dos posibilidades: o te deja de producir y te sigue boicoteando o mejor dice, “No, está bien, mejor seguiré nomás produciendo, estoy ganando y los dejaré tranquilos”. Entonces, este tema de la economía, un tema que sí, desde el punto de vista más estructural todavía está generando un desarrollo de las fuerzas productivas para recién después cambiar o ir hacia las transformaciones en las relaciones de producción. El tema del desarrollo de la economía comunitaria yo creo que es el más vulnerable por las complejidades, es bien difícil que la economía comunitaria se consolide en ciertas regiones que están incorporando o necesitan incorporar la fuerza de trabajo asalariada para mejorar sus condiciones productivas. Y ese es el tema de por ejemplo, zonas productoras de quinua. Mientras la economía era familiar o incluso comunitaria había la posibilidad de utilizar relaciones de intercambio y reciprocidad como la hay en algunas otras formas en donde se compartía trabajo, juntaremos nuestras fuerzas, cultivamos esta tierra y yo después voy y te lo cultivo. Eso mientras la economía era pequeña no había mucho problema, cuando de pronto se vuelve el año internacional de la quinua y hay que producir cientos de hectáreas, miles de hectáreas, ahí es donde comienza el tema de...pucha toda la comunidad no nos alcanza, entonces necesitas contratar mano de obra y ya lo comienzas a asalariar el proceso. Entonces la comunitaria comienza a ser vulnerable de un trabajo asalariado y ahorita nomás puede contratar a muchos y hacer la producción que antes hacía con la comunidad. Entonces, ese sí es un tema que falta yo creo, un trabajo de diseño, de lo que sería el fortalecimiento de las formas comunitarias porque si no va a haber una tendencia a la des-estructuración y

obviamente a la incorporación del trabajo asalariado como base de la economía comunitaria.

Daniel Valença: Y en relación a la cuestión de la educación con la Ley Avelino Siñani, hay varios cambios, la cuestión de la Universidad Indígena, la cuestión de la formación de los maestros, cuáles le parece que son las principales cuestiones...porque me parece que si queremos hacer una disputa de hegemonía para hacer un nuevo proceso político, es necesario, por la educación y por la cultura. ¿Hacer la disputa no?

Aguilar-Gómez: Nosotros teníamos una educación que obviamente venía en el marco de los moldes tradicionales, ¿no? Una educación que en la década de los 90 comenzó a incorporar el tema del neo-liberalismo pero el drama fue que no solamente nos incorporaron una concepción neo-liberal, sino que además lo hicieron de manera parcial e inconclusa. Entonces nuestra crisis educativa se agranda, porque te meten un enfoque que no era adecuado a nuestro país, no pueden terminar esa aplicación y la hacen parcialmente, entonces se genera una situación de crisis extrema en el tema educativo.

Daniel Valença: ¿Cómo se daba eso en la práctica?

Aguilar-Gómez: Porque nuestra currícula de primaria era del 1996, 98 y la currícula de secundaria era de 1976. ¿Te das cuenta? O sea, la reforma educativa nunca pudo terminar de estructurar la currícula de todo el sistema educativo.

Daniel Valença: Porque, yo leí que ocurrió una reforma liberal en el comienzo del siglo XX, otra del código de la educación a mediados del siglo XX y en la década del 90, el programa de reforma educativo.

Aguilar-Gómez: Sí, así es. Los momentos históricos básicamente son, la de principios del siglo XX con enfoque liberal...

Daniel Valença: Positivista...

Aguilar-Gómez: Exacto. La de la década de los 50, 60 con el Código de la Revolución Educativa. El Código de la Revolución Educativa es bien interesante porque plantea una educación liberadora, una educación democrática, etc...y vuelve la educación universal, fue un avance para su momento, y el tercer momento fue el tema de la reforma neo-liberal con la 1565 que incorpora intentos de transformación de la educación pero no los concluía.

Daniel Valença: Hasta ese segundo momento, el código de la educación, ¿no era universal?

Aguilar-Gómez: No.

Daniel Valença: Y tú no crees que eso también puede haber sido una cuestión importante para que la gente no mantuviera sus lazos comunitarios e identidad indígena, ¿y todo eso? Porque existe la discusión de que la educación es la idea de la ciudadanía, de todos son ciudadanos, todos son iguales y la pérdida de la identidad.

Aguilar-Gómez: Sí. La crítica que se le hizo al código de la educación que fue revolucionario para su momento, fue que si bien fue revolucionario en el contexto

educativo porque universalizó la educación, fue excluyente desde el punto de vista indígena. Por eso es que ahora surge un planteamiento nuevo que combina los componentes, el derecho a la educación universal y el contexto de tu propia lengua y cultura. Entonces sí, o sea parte de las formas de des-estructurar a la comunidad fueron las de incorporar los componentes de una educación homogenizante. El derecho a la educación tuvo como efecto inmediato el de homogenizar la educación y por lo tanto generar una des-estructuración de la lengua originaria y la incorporación del español como la lengua universal y la lengua de por qué era lengua de educación.

Daniel Valença: ¿Pero cómo el estado tampoco consiguió llegar a todos los rincones del país? Tampoco consiguió acabar con todo eso.

Aguilar-Gómez: Y obviamente vino el tema de que la dificultad y las distancias más que todo vinculadas a la inexistencia de accesos dejaron a amplios sectores de indígenas y campesinos al margen del sistema educativo. Entonces, universaliza los contextos urbanos, los contextos provinciales pero sigue manteniendo excluido del derecho a la educación, los contextos más alejados y generalmente eran indígenas. Entonces, sí, o sea la reforma del 52, la del 55 en realidad, la del código de la educación, fue transformador en el derecho a la educación pero fue excluyente y preservó las formas coloniales de la educación solamente para ciertos sectores. No dio solución al tema educativo de fondo y al tema estructural. El neo-liberalismo fue mucho más al otro lado, el tema de la universalización. Intentó incorporar temas de educación intercultural, etc...pero lo hizo de una manera muy...el multiculturalismo, pero lo hizo de una manera muy folclorizado. ¿Te das cuenta? O sea, no era construido por los propios indígenas por más que algunos indígenas como Víctor Hugo Cárdenas, dirigieron la reforma educativa de la década de los 90. Entonces se folclorizó y obviamente se trasladó como todo contexto indígena de los sectores más pobres a la responsabilidad de financiamiento externo y al tema de buena voluntad. Ahí el tema es complicado porque cuando terminó el financiamiento externo los proyectos educativos indígenas terminaron y el Estado no los asumió entonces ahora se ha ido transformando todo eso, ¿no?

Daniel Valença: Yo leí la ley, es muy impresionante. Es muy muy muy impresionante.

Aguilar-Gómez: Es fuerte.

Daniel Valença: Es fuerte. Sin duda es muy fuerte.

Aguilar-Gómez: Hay gente que obviamente te dice, sí se daba fuerte en el tema del texto pero el tema es cómo la implementas y ahí es donde quiero llegar. Te explico rápidamente qué es lo que se ha hecho. Uno de los temas más importantes era el de cómo hacer que la educación adquiriera el sentido des-colonizador que era la demanda y el planteamiento principal del movimiento indígena. ¿Cómo hacías? ¿Cuál era la caracterización de la educación, la educación es una educación colonial, en qué sentido? En el sentido de que las formas como se han ido estructurando, los espacios educativos han preservado las formas coloniales, que eran: entender la escuela como un espacio de poder en el sentido de que solamente los que tenían poder podían estudiar; entender la escuela como un espacio de jerarquías, el que estudia, y ahí hablo de escuela en el sentido genérico, el que estudia es el que tiene plata, el que tiene dinero, el que es de una clase social

adecuada. La escuela es un espacio de relaciones de dominación en donde el profesor es el que tiene el poder, por lo tanto lo expresa al alumno. La escuela es solamente para aquellos que puedan accederla y por lo tanto es discriminada y excluyente. Todos estos componentes comienzan a configurarse y se configuran obviamente como espacios de reproducción de formas coloniales en el contexto educativo. A esto se añade el hecho de que no se perciba, no se reconozca ni se respete el tema de la lengua, la cultura, los saberes y conocimientos de los pueblos originarios como conocimiento para ser incorporado en los contextos curriculares y se comience a tener un espacio de diferenciación entre lo que era el conocimiento científico y el conocimiento indígena y obviamente todos estos temas manteniendo estructuras de diferenciación en lo que eran los procesos educativos entre el urbano rural que el urbano de mayor calidad, etc. Todos estos temas nos llevan a un primer desafío que era el tema de la des-colonización; hacer que la educación sea un derecho universal, pero además de ser un derecho universal que sea un derecho de los pueblos a educarse en el contexto que los pueblos consideran...

Daniel Valença: ¿Algo como Paulo Freire en la década de 50, 60 en Brasil?

Aguilar-Gómez: Sí.

Daniel Valença: No con esa palabra, pero la idea es la misma.

Aguilar-Gómez: Sí. En realidad, gran parte de los compañeros que han trabajado el contexto de lo actual se han construido sobre la base de obviamente de pedagogos como Freire, gran parte de la gente indígena que es la que ha ido construyendo también parte del tema y obviamente tiene una base de educación popular bien interesante. Entonces, uno de los temas que es el más importante es el de la des-colonización, estaba trabajado y estaba manejado desde diferentes miradas.

El tema de la des-colonización; 1) Había que trabajarlo en el sentido de lo que era la norma, que si bien no es el primer elemento sí es un elemento importante para que se comience a crear obligatoriedad en el contexto del sistema educativo. Ahí es donde la Constitución política, la ley 70, la ley educativa y algunas leyes complementarias como la ley de derechos lingüísticos comienzan a configurar una base muy interesante de transformación de la educación en su concepción, en cómo la entendemos a la educación y obviamente en su proyección histórica. ¿Para qué estamos educando? Este contexto normativo se vincula a un segundo componente que para nosotros es muy importante, en el tema indígena fundamentalmente y es la institucionalidad, y esto está vinculado a la creación, como efecto de la ley y de manera real administrativamente para gestión de organismos como el IPELC. El IPELC es el Instituto Plurinacional de Estudios en Lenguas y Culturas. No sé si en Brasil tienen lo que los españoles tienen, el Instituto Cervantes y la Real Academia de la Lengua Española que es la que te regula todo el componente, el uso de la lengua española y te dice como debes escribir, como debes pronunciar, etc. Hemos creado el IPELC que tiene 37 institutos de lengua y cultura, uno por cada pueblo. El Instituto de Lengua y Cultura Aymara, el Instituto de Lengua y Cultura Quechua, el Instituto de Lengua y Cultura Guaraní, etcétera y el pueblo Afro boliviano, por eso son 37, ¿no? Son 36 originarios más los afros, que ellos se han incorporado a este tema, ellos reivindican. Cultura, sin ninguna duda, lengua, ya viene un debate; pero ellos dicen, nosotros tenemos una lengua propia y queremos recuperarla. Perfecto, ése es tu derecho, tu decisión. Yo no te voy a decir si es lengua o no, vendrán los

lingüistas y dirán no, pero es que no hay una estructura fonética, articulada a un tema. Ese es un tema de debate, el pueblo se reivindica con su lengua y cultura, dejemos que ellos configuren ese tema. Entonces esta institucionalidad es muy importante para nosotros porque antes lo que había eran los programas, el programa PITB se llamaba. Programa de educación Intercultural Bilingüe de tierras Bajas. Era un programa financiado por la Cooperación Internacional para el desarrollo de los alfabetos, etc. Un día terminó la plata y ahí se terminó, por lo tanto el PITB desaparece. Lo que nosotros hicimos, fue, toda esa experiencia institucional que había, financiada por Cooperación Internacional, la hemos asimilado y esto es financiado por el Tesoro General de la Nación. Es decir, es el Estado quien da sostenibilidad. A esto, le hemos añadido al tema institucional... además éste nuestro instituto es la autoridad relacionada a la aplicación de lengua y cultura en la educación, por lo tanto, quien va a aprobar los alfabetos es ésta organización. No el ministerio, al ministerio nos lo traen de rebote, es ésta institución. ¿Quién va a aprobar las resoluciones de normalización lingüística? ¿Cómo se va a escribir en Aymara? Aymara es muy interesante: tú tienes la palabra “sumaj”, en la constitución dice, “Nosotros buscamos la sociedad del sumaj qamaña”. La sociedad del vivir bien, “sumaj qamaña” es vivir bien. Pero vienen los aymaras y nos dicen, sumaj, si es sumaj es con j, piensan un ratito y dicen no, es con doble j. Ah! Doble j. Viene otro lingüista y dice no, está mal, es “sumax” con x, viene otro y dice, no, no, no, no es con x, es “suma”, se escribe pero se pronuncia “sumaj”. Viene otro y dice no, no, no tiene que ser suma-ja, y esto obviamente se traduce... Entonces tú te das cuenta el gran problema de la lengua aplicada en educación, es que si no está normalizada no vas a poder hacer textos educativos en lengua originaria. Entonces ésta diferencia viene el IPELC, primero el ILLC Aymara, el Instituto de Lengua y Cultura Aymara y dice la forma correcta de escribir es ésta, lo aprueba mediante resolución administrativa y lo pasa al IPELC para que él determine también mediante otra resolución su aplicación de manera general. Mira, este tema administrativo e institucional que aparece como un tema burocrático, para nosotros y para el movimiento indígena es el salto más importante porque le hemos transferido del Estado (Ministerio de Educación), la responsabilidad al movimiento indígena que tome decisiones sobre lengua y cultura aplicada a educación.

Daniel Valença: ¿Y para publicación de libros y todo?

Aguilar-Gómez: Ellos son los que deciden. Hay un tercer elemento que es el que adquiere más fuerza y es el tema de la currícula, la norma, la institucionalidad, a esto le hemos añadido un presupuesto muy significativo. El personal del Ministerio son 450 personas, al IPELC le he dado 180 ítems y son pagados por el Estado, por lo tanto ya no son un proyecto y que va a terminar. Esto ha sido lo más importante porque te ha permitido que estos institutos de lengua-cultura tengan compañeros, hermanos, profesionales, maestros de cada uno de los pueblos que esté remunerado y por lo tanto esté dedicado a esa actividad. Por lo tanto, ya no es un tema de a ver quién nos ayuda, veremos quién coopera, alguna buena voluntad... ¡nada! Es el Estado que lo asume y lo proyecta. El tema de la currícula está articulado a... nosotros manejamos 3 currículas: la currícula base, que es la del Estado y es la intercultural, esta es “inter”; la currícula regionalizada es la currícula de los pueblos y esta es “intra”. Y aquí viene un tema que en el caso boliviano sí se ha desarrollado, normalmente se ha trabajado con educación intercultural bilingüe y era, educación intercultural es decir varias expresiones culturales articuladas al manejo de dos componentes lingüísticos, el español o el

portugués, y la lengua originaria. Nosotros hemos incorporado, uno es el “inter” pero otro es el “intra”, dentro de la comunidad se desarrollan componentes propios que fortalecen la lengua y la cultura de la propia comunidad. Y el tercero es el currículo diversificado, que es más para adaptación en algunos contextos muy locales, en una zona es agrícola entonces no es pecuaria, entonces van a diferenciarse componentes de articulación de la educación productiva de acuerdo a sus particularidades, pero estos son los dos componentes fundamentales. La currícula base es la del Estado y es uniforme para todas las escuelas, es homogenizante, ¿no? Pero la currícula generalizada es la respetuosa de la diversidad de cada uno de los pueblos. Un problema que teníamos es que siempre tendemos a hacer esta jerarquía pero en realidad el componente viene así: la currícula base, la currícula regional, regionalizada, que se articula sobre la base de una palabra que los propios pueblos han desarrollado, la armonía o la armonización. Entonces tú tienes una construcción curricular que armoniza la currícula base del Estado que es homogénea con una currícula regionalizada que es del pueblo. Y ahí es donde tú vienes configuraciones...el ejemplo más simple, es el tema de historia. Tú vas a tener la historia del mundo, la historia de Bolivia, la historia del pueblo Aymará, de la Nación Aymará, pero además puedes incorporar historias de Pacajes, que es una de las expresiones de Aymara y dentro del contexto de lo que el maestro tiene que desarrollar va a estar toda esta historia.

Daniel Valença: O sea, entonces en una escuela donde tiene esa comunidad, ¿es posible trabajar todo eso?

Aguilar-Gómez: Tienes que trabajar.

Daniel Valença: Y los maestros, ¿cómo reaccionan a eso? Porque creo que tienen que estudiar y...

Aguilar-Gómez: Eso sí es un problema. Pero en lo general se han ido adaptando porque el maestro rural viene de condición originaria. Aymaras no hay problema, Quechuas no hay problema, Guaranís...ya vamos teniendo algún problema, los otros pueblos, son pueblos donde se está planteando una estrategia diferente. ¿Por qué? Porque son pueblos pequeños con mucho maestro migrante, el 99% de sus maestros son de otras regiones, son Aymaras, son Quechuas, entonces ahí viene una diferencia en el contexto de cómo se van...en un maestro de la zona Altiplánica no hay problema porque el maestro habla Aymara, generalmente es de la zona, por lo tanto el incorporar este tema no le va a causar problema, simplemente re-ordenar su programa y sus contenidos. Entonces ahí, en otras zonas es construir, ahí viene la diferencia, la diversidad.

Daniel Valença: ¿Y de dónde viene la decisión de lo que es para ser incorporado? Es con la participación de la...

Aguilar-Gómez: Ésta, la base que es la del Estado, homogenizante, es aprobada a través de todos, maestros, especialidad del Ministerio y quién aprueba la resolución es el Ministerio. La regionalizada la aprueba el pueblo. Hacen seminarios, nosotros les apoyamos con financiamientos para sus talleres, mesas técnicas, traer a sus profesionales...

Daniel Valença: Estudiantes, llaman a sus familiares, todo...

Aguilar-Gómez: Hacen eventos que les llaman congresos educativos, ampliados educativos, talleres educativos, mesas técnicas y cada pueblo de acuerdo a su forma de organización, va estructurando lo que es su currículo regionalizado. En alguna ocasión, cometen el error de caer en manos de una ONG y una ONG pedagógica va y les dice, yo te lo voy a hacer. Es muy respetado ese tema manteniendo siempre el cuidado de que no venga como expresión de la ONG sino que venga como expresión del pueblo. ¿Entonces qué hacemos? La currícula regionalizada aprobada por el pueblo tiene que venir firmada por la organización de ese pueblo. El caso Guaraní por ejemplo, tienen la APG, la Asamblea del Pueblo Guaraní que es una organización que aglutina a todas las comunidades y a todas las autoridades originarias del pueblo Guaraní. En cada una tiene sus formas, tiene que venir firmado por ellos, se trabaja con el ministerio, les apoyamos todo, pero la construcción y la decisión es de ellos. Yo les dije con la resolución de ustedes basta, ya no necesitamos más. Y vienen las organizaciones y me dicen, “No, necesitamos la resolución del Ministerio. ¿Por qué? Porque si tú lo apruebas con una resolución la autoridad intermedia no me va a hacer caso, en cambio con tu resolución yo voy y le digo, “El Ministro dice que apliques”. En esta concepción, que todavía está presente en los mandos medios del Ministerio de Educación, que son los directores distritales, la parte burocrática que, “No tienes la orden del Ministro, no te lo aplico”. Entonces nosotros sacamos la resolución de aprobación de su resolución sin cambiarle ni una coma, a tal punto que si nos vienen redactados con componentes traducidos al castellano mal redactados, los dejamos como está. ¿Por qué? Porque es el pueblo que tiene que asumir la responsabilidad y es el pueblo que lo ha construido así. Entonces lo que sí les recomendamos, porque ya hay profesionales en el ámbito indígena, entonces, que trabajen esa parte con cierto cuidado. Entonces esta currícula, es construida por el pueblo, aprobada por el pueblo y nosotros la validamos mediante resolución ministerial para su aplicación en el contexto de las escuelas. Si tú te das cuenta, éste tema todo el marco de derechos, todo el marco de institución de la ley, sustentabilidad, con el Estado sosteniendo, más los componentes vinculados al tema de la currícula, como el componente de lengua, cultura, incorporadas al tema educativo, nos lleva a una situación muy interesante a respecto de des-colonización. Es el pueblo que está construyendo su propia mirada de educación y es lo que el pueblo quiere que se incorpore lo que se va a incorporar dentro del contexto educativo. Esto, en comunidades indígenas. ¿Y en las ciudades? Ah no, en las ciudades tú tienes una currícula base que es la predominante, tienes una currícula regionalizada que es muy débil por el contexto diverso y lo que sí salta es la currícula diversificada. Donde sí entra es el tema de lengua y cultura del área de influencia, por ejemplo aquí se enseña como segunda lengua el Aymara, en Santa Cruz, el Guaraní, o el Chiquitano, más que todo el Guaraní, en Cochabamba el Quechua, en las escuelas, es decir, el bilingüismo está yendo al multilingüismo. Vas a tener en cada región a jóvenes bilingües en el contexto de las lenguas de influencia. Hay muchos que dicen pero eso, ¿qué impacto va a tener de manera real en el contexto fortalecimiento de las identidades en los contextos regionales? Ahora nuestro modelo es básicamente trilingüe en el horizonte de...porque el interés del maestro es incorporar el inglés más como el componente articulador. Hay un discurso muy bonito del vicepresidente que dice, “La lengua originaria es para que la comunidad se comunique, el español para que la comunidad se comunique con otros pueblos y el inglés para comunicarnos nosotros, nuestras comunidades con el mundo”. Es básicamente trilingüe en el contexto. Entonces este es un primer componente que es el que hemos trabajado con mucha

fuerza y a veces no se perciben estos dos componentes como los elementos más importantes, porque normalmente esto es lo que la gente lee. ¿Qué dice la norma? ¿Que dice la Constitución? Ah está muy bien, está avanzada.... ¿Pero y la han ejecutado? Sí, a través de esto y a través de esto; es decir, lo estamos poniendo en marcha. Ya se están generando propuestas que están consolidando la concepción des-colonizadora no homogenizante, que los pueblos indígenas han reivindicado como el derecho a la educación. Este es uno de los temas más fuertes. Hay otros temas, como por ejemplo el tema de la revolución docente, la hemos llamado, porque es uno de los temas más complejos, el tema de la calidad educativa tiene uno de sus elementos en el contexto del docente y nuestros docentes han estado sustentados en...cuando ellos eran estudiantes les enseñaban a memorizar, a repetir; cuando van a ser maestros les enseñan a ser maestros memorizando y repitiendo; cuando salen de maestros y van a sus clases enseñan a memorizar y repetir. Entonces, la calidad educativa generalmente ha tendido a caer, producto de este enfoque. Lo que se ha trabajado mucho es el tema de la transformación docente. Nosotros teníamos una estructura normalista, la normal, el Instituto Normal brindaba una formación de maestros tres años, equivalente a técnico superior y obviamente con nivel de especialidad.

Daniel Valença: ¿Esto era hecho por el Estado o por alguna organización?

Aguilar-Gómez: Por el Estado. En realidad por los tres, Estado, iglesia y privado. Ahora, estos institutos los hemos transformado en Escuelas Superiores de Formación de Maestros con un componente que es el Estado exclusivamente, el Estado es el que forma docente.

Daniel Valença: ¿Eso para las licenciaturas? Por ejemplo quien va a hacer química, física, matemática.

Aguilar-Gómez: Esos maestros eran formados en las normales solamente con tres años, no en las universidades. Ahora esta Escuela Superior la hemos convertido en una formación de cinco años...

Daniel Valença: Igual a la universidad entonces...

Aguilar-Gómez: Exacto. Y licenciatura, pero con una diferencia, es exclusivamente para la formación de maestros, no se forman otros tipos de profesionales como los de la Universidad. Entonces, el licenciado en matemáticas en nuestra Universidad, ¿cuál es su destino? Ser pues matemático, en cambio en otros países el destino de un licenciado en matemáticas es ser maestro de matemáticas. Nosotros por la complejidad y por las condiciones rígidas que teníamos por este tema normalista nos hemos quedado con la exclusividad en la formación de las Escuelas Superiores para los maestros, ahora a nivel de licenciatura, pero es igual, de acuerdo a la especialidad.

Daniel Valença: Y eso va a valer para todas las áreas, por ejemplo, ingeniería...

Aguilar-Gómez: No, no. Solamente para maestros. Y vienen los dos temas; el ingeniero, no puede entrar a dictar clases en el magisterio, solamente en la Universidad y el maestro no puede dictar clases en la Universidad, solamente en el magisterio. Ahora, este cambio lo hemos complementado con la creación de la

Universidad Pedagógica que ya había, pero la hemos consolidado. La Universidad Pedagógica lo que vas a hacer es el posgrado. Entonces lo que vamos a hacer es que este maestro de matemáticas formado ya en cinco años pase a especializarse en un nivel superior en el contexto de lo que sería su área de especialidad, matemáticas. Aquí sí, viene el tema de la Universidad. El licenciado en matemáticas con un buen currículo es el que me va a venir a dictar al maestro su maestría en matemáticas. Entonces, si tú te das cuenta para nosotros es un cambio fundamental de un maestro que era formado en 3 años y considerado como un técnico, llegar ya a los marcos de especialidad, es un tema bien positivo. ¿Cómo creamos la base de eso? Esta estructura estaba, aquí teníamos los maestros de los otros son 150.000 a éste nivel, ahora hemos hecho un programa que se llama Programa de Formación Complementaria para los que están en ejercicio, dos años de estudio adicional, les aumentamos dos años y ahoritita estamos terminando con 139.000 maestros que van a obtener la licenciatura. Ya los hemos jerarquizado e inmediatamente ya va a venir el tema de estructurar todo el tema del desarrollo; y ya tenemos ahoritita una planta de 3.000 maestros pasando maestría entonces, ahí vamos a crear una muy buena masa crítica para que el tema del nivel de formación pueda consolidarse. Este es uno de los temas importantes ante el rezago que teníamos nosotros de un sistema de magisterio muy débil académicamente y obviamente con muy baja formación para los contextos actuales. Para una sociedad que estaba creciente, una estructura normalista fue importante, pero para un contexto ya exigente, obviamente ésta ha sido una transformación radical. Y un tercer elemento que es el que estamos trabajando es el tema de la educación productiva. Vamos a sacar el bachillerato con nivel de técnico medio.

Daniel Valença: ¿Cómo es eso?

Aguilar-Gómez: Un grado menos que el técnico superior, o sea, van a ser seis años de estudio de un bachillerato humanístico y técnico donde se les va a dar obviamente todo el contexto de lo humanístico, se añaden horas de trabajo y el estudiante saldría con una titulación que sería bachiller técnico medio en una área de...

Daniel Valença: Van a ser la dos cosas entonces, técnico y...

Aguilar-Gómez: Los dos, va a ser los dos. Este tema está vinculado a lo que es incorporar el componente productivo como parte del proceso formativo. Productivo en los dos temas, en producción de conocimiento es decir, volverlo científico el contexto ya no repetitivo, y un segundo tema, el de producción material que esté vinculado a lo que es el contexto de una articulación laboral en los contextos que sean de su decisión. Este tema es el que va a ayudar mucho a que las condiciones en las cuales terminada la secundaria, en los sectores que se inserten al ámbito laboral se inserten en mejores condiciones que lo que sería un simple bachillerato humanístico. Es un poco lo que sucede. El ejemplo más anecdótico que se pueda tener de una formación tradicional en la educación era que en una región amazónica, en una región selvática donde no hay acceso caminero, se entra por lancha y hay que aprender a sobrevivir en la inundación, cuando viene la víbora, cuando viene el yacaré, cuando viene la boa, hay que ver qué planta comer y qué planta no, de pronto aparece un maestro de literatura y les incentiva o los obliga a leer Don Quijote de la Mancha. Parece como ridículo. Realmente, ¿qué sentido tiene el hecho de que les hagas leer un texto así? O otro, que le enseñes

física en un contexto donde el estudiante no tiene ni idea en qué lo va a utilizar. De pronto vienen compañeros del Ministerio junto con gente de la Universidad y comienzan a diseñar una serie de prácticas en donde a través de la física pueden trabajar varios temas, desde lo que es el componente de la óptica, combinada con...no me acuerdo de unos ejercicios muy bonitos de aplicación...hasta llegar a la determinación de niveles de agua, medición de niveles de agua, si el río está subiendo, si va a haber inundación, tendencias, etc. De pronto el maestro de física les dice que pongan sus medidores en el río y comienzan a hacer sus prácticas, ta, el río, el medidor, ta y ta y comienzan a hacer todas sus prácticas de cuánto subió el río, 2 cm profesor, ya, entonces si en una semana ha subido 5 cm, ¿cuánto va a ser la proyección? Ah vamos a estar en un mes con inundación...Entonces comienzan a hacer aplicaciones al mismo tiempo que les da un nivel de formación adecuado en el contexto de la física teórica o la matemática. Entonces, el sentido productivo, lo que no es novedoso pues Freire ya lo desarrolló; es novedoso para nuestro contexto y, ¿dónde viene lo novedoso? En la decisión política y en el diseño de las estrategias para que el magisterio no sufra efectos negativos en sus derechos para que los trabajadores del magisterio no sientan que les estás obligando e imponiendo un modelo educativo y venga el tema de su derecho al paro. ¿Lo ve? Necesitamos y el triunfo es ése, incorporar estos elementos en un contexto de consenso y de actitud de compromiso del maestro y eso es lo que hemos logrado. Nuestra ley fue promulgada en sindicato rural, el presidente promulgó en el sindicato rural. Yo he ido a los ampliados de los maestros, a exponer la ley, a debatir, estábamos, no siempre, pero estábamos en debate y obviamente ahí es donde han surgido las posibilidades de un debate muy horizontal y ahí viene la diferencia de actitud. El sindicato del magisterio siempre ha sido un sindicato fuerte, en el mundo es un sindicato fuerte.

Daniel Valença: ¿Y aquí es trotsko no?

Aguilar-Gómez: En cuatro departamentos. La Paz y Cochabamba son trotskos y en Oruro o Potosí son semi-trotskos, no son militantes pero tienen esa tendencia. El resto del país tiene otras posiciones como sindicatos. Nosotros tenemos dos confederaciones, o sea cada departamento tiene una federación, se juntan y hacen la confederación. Y tenemos 2 confederaciones; confederación de maestros urbanos y confederación de maestros rurales, son dos sindicatos. Con los rurales ellos dicen la ley es nuestra, la currícula es nuestra, por lo tanto todo este proceso lo llevamos, lo dirigimos nosotros. Los urbanos, entran y dicen; “Estamos de acuerdo con la ley – menos los trotskos – pero queremos debatir el tema de la currícula, queremos debatir el tema del enfoque metodológico, queremos debatir el tema de las cargas horarias”. Entonces ahí es donde se genera...

Daniel Valença: Los peros, pero, pero, pero...

Aguilar-Gómez: Sí, los peros. La gran pena es que tienen debilidad desde el punto de vista de la propuesta, entonces generalmente aperturamos el debate pero es débil y muy lento el tema de la incorporación. Vamos al maestro de base y a él es el que comenzamos a incorporar en el tema del debate que obviamente nos brinda un espacio de mayor claridad respecto a si es correcto o no el incorporar un elemento, ¿no? Entonces, eso nos ha llevado a una vinculación con el magisterio en lo general positiva, con el trotskismo en un debate político ideológico y con acciones políticas que hasta ahora hemos logrado consolidarlas. Aquí hay un tema que es bien complejo, por ejemplo, se reconoce el derecho a la huelga, pero cuando hacen

paro los maestros les descontamos el día del paro. Entonces vienen y dicen; “¿Cómo se dicen ustedes revolucionarios socialistas si me estás descontando?” Y ahí viene la construcción del discurso y el planteamiento. Yo les he ido a ver un ratito, si quieren tener debate, vamos a tener debate y es un debate clarito. El paro y la huelga es el método de lucha natural del obrero. ¿Por qué? Porque cuando el capitalista no le da lo que le corresponde al obrero y el obrero reivindica mejora salarial, mejora de las condiciones de trabajo, el obrero golpea al capitalista donde más le duele, en la plusvalía, en la ganancia, en la producción. Por lo tanto el obrero va y le suspende la producción hasta que el capitalista balanceando el tema dice; “Pucha, estoy perdiendo mucho, mejor darles un incremento salarial y obviamente vuelvo a recuperar mi tasa de ganancia, o los reprimo”. Y a la mala y reemplazándolo hace que vuelva la producción, pero el método natural de lucha del obrero era afectar donde más le duele al capitalista, en el bolsillo. En educación el tema es complejo. ¿Por qué? Porque donde más le duele a la familia y a la sociedad nos golpean, en la educación de nuestros hijos. Sí, pero nuestro derecho, y Freire lo planteó en el tema de que parte de la obligación de la lucha de los maestros es el transmitir y enseñar a luchar y lo hace a través del paro, cuando leí eso dije; “Uy, Freire nos está contradiciendo”. Hasta que llega una parte que lo utiliza mucho con los compañeros del sindicato y dice; “Ésta concepción es válida obviamente en los gobiernos anti-democráticos, en aquellos que están contra el pueblo, pero no puede mecánicamente reproducirse esta concepción en el contexto de un gobierno revolucionario progresista o un gobierno que esté vinculado al pueblo”. O sea ya han venido a protestar con lo que dice Freire. El dogmatismo y el sectarismo son destructores del sindicalismo del magisterio. Entonces, ¿adónde quiero ir? Y no solamente como demagogia en el tema del discurso. Cómo hemos logrado sostenernos en un diálogo, ésta es la mesa del diálogo con los sindicatos, con los maestros porque hemos logrado transmitirles y mostrarles que nuestra actitud no es la de tradicionalmente el patrón estatal que ve a los otros como sus obreros, sus trabajadores, etcétera y obviamente tienen una actitud de ese tipo. Hemos logrado, en algunos momentos avanzar más allá de la propia reivindicación del sindicato. Por ejemplo, nosotros teníamos rezago en las horas pagadas al maestro, entonces siempre se ha trabajado a nivelar, a mejorarlas, entonces hemos logrado crear fondos especiales de nivelación del salario del maestro y se ha avanzado de manera significativa. El salario del maestro en los últimos 8 años ha crecido cerca del 95%.

Daniel Valença: ¿En cuánto está más o menos ahora?

Aguilar-Gómez: Ahorita depende, en el área rural por el tema de los bonos un maestro...o sea, comparativamente en términos de dólar obviamente te parece muy bajo pero el promedio de un salario en Bolivia es...un maestro del área rural en promedio te está ganando 4.000 bolivianos, 4.500 bolivianos, estamos hablando de 400 dólares aproximadamente.

Daniel Valença: ¿Pero más de tres salarios mínimos? En torno de tres salarios mínimos.

Aguilar-Gómez: Más o menos, es más, más que 3 salarios. En urbano, sí es más bajo, 2.000, 2.500 el salario de un maestro, en promedio, 2.500 a 3.000 bolivianos aproximadamente, 2 salarios mínimos, porque el rural tiene un bono adicional, el urbano no. Ahora, comparativamente si tú lo ves desde el punto de vista de las horas trabajo obviamente viene un tema de una situación salarial ahora

relativamente adecuada, no es un excelente salario pero sí es un salario promedio de lo que podría ser del sector público.

Daniel Valença: Ministro, y para no molestar más...en relación a la Universidad, yo he visto que ocurrieron muchos cambios con la cuestión de la Universidad Indígena y el aporte y... ¿qué más usted podría hablar? Y también otro problema es que con toda la gente con quien hablo dice que la derecha está ahora en la Universidad, que creo que en Brasil es lo mismo, en verdad creo que en la Universidad pública es lo peor.

Aguilar-Gómez: Sí, yo creo, que es el período histórico en donde las Universidades se han derechizado a nivel de América latina, se han incrustado los sectores más reaccionarios y obviamente a partir de ellos comenzó a generar diferencias ideológicas sobre el movimiento universitario, no en todos obviamente, pero sí estamos en una época de crisis del movimiento universitario de izquierda, ¿no? Venezuela es muy notorio, Ecuador no sé cómo está, pero Venezuela, en el contexto Colombia que era movimiento universitario muy fuerte se ha debilitado, ¿en el tema del Brasil, igual no?

Daniel Valença: Sí. Allá o es trotskismo o es derecha, no hay mucho más que eso. Claro que hay otras manifestaciones pero crecieron mucho, crecieron mucho, sin duda.

Aguilar-Gómez: Ahí, lo que un poco anecdóticamente nosotros decimos, ¿no? En la época de las dictaduras, en la época de la derecha, las Universidades nos tenían a nosotros en las salas. Cuando viene el presidente Evo Morales nos comienza a convocar, diputados, senadores, alcaldes, concejales, ministros y de pronto nos salimos de las Universidades y nos vamos a esos espacios políticos y la derecha que deja el gobierno y el poder, comienza a volver...y de pronto este ciclo, hace que, de pronto posicionado en las universidades, viene el discurso de derecha con expresiones pero aberrantes en algunos momentos, como en las formas más duras de racismo, de agresión hacia el movimiento indígena. Ahora, frente a esa situación...o sea un poco...la Universidad, por más que es una Universidad pública y autónoma, fundamental en el contexto de lo que es la lucha democrática y social del pueblo boliviano con una tradición de lucha muy fuerte, se comenzó a quedar estancada en los contextos de las estructuras tradicionales. Ahí es donde de pronto, una de las formas como se le puso un poco de alerta a la Universidad pública para que comience a moverse y no lo ha hecho y comience a despertar a que estamos en proceso de cambio, al margen del tema partidario de gobierno, respetando su autonomía que pudiera insertarse a componentes sociales y de respuesta social más fuertes, no lo ha hecho, comienzan a surgir opciones de Universidad que antes eran muy controladas por la [...]. Yo fui Rector de la Universidad y gran parte de lo que ahora critico yo lo hacía, aunque siempre tuve una actitud más abierta en algunos temas, el tema social, el tema de vincularse al ámbito provincial, fueron parte de mis estrategias más fuertes. ¿Pero qué es lo que pasó? La Universidad pública vino y dijo; "Nosotros somos los únicos espacios universitarios". Cuando aparece la Universidad privada dicen, "Nosotros no los reconocemos, no los reconocemos, no los reconocemos", y mientras decía no los reconocemos, no los reconocemos, se fueron creando las Universidades privadas con más fuerza y llegaron a consolidarse cuando en realidad la Universidad pública debería haber articulado mecanismos de control y seguimiento del control académico, etcétera,

sobre la Universidad privada para mantener siempre el nivel y que no caiga como negocio. Pero la Universidad se quedó simplemente en el tema de yo digo que no los reconozco, no los reconozco y no los reconozco pero igual se siguieron fortaleciendo. Y frente a eso, viene el tema ese de cuando ingresa la primera cholita de pollera aquí a la Universidad, 92 y fue un lunarcito que había ahí, ahora ya uno ve más, porque obviamente se ha comenzado a influir más y el tema de la identidad, preservando la vestimenta, ha sido un tema que ha sido importante para eso, así uno veía más cholitas, una cantidad importante; pero como concepción todavía la universidad sigue siendo muy colonial y salamanquina. Entonces ahí es donde surgen las opciones a la Universidad Indígena como parte...

Daniel Valença: ¿No había antes?

Aguilar-Gómez: No había.

Daniel Valença: ¿Es de ese gobierno?

Aguilar-Gómez: Sí. No había. Y no se aceptaba, no se veía como positiva el tema de una Universidad Indígena porque se pensaba y se veía que podía ser algo así como un gueto académico, ¿lo ve? Muy aisladas, muy cerradas en el tema este del indígena cuando en realidad como Universidad deberían abrirse. Pero se vio que política e ideológicamente ante la actitud de las Universidades que mantenían una concepción muy colonial, salamanquina y cerrada había la necesidad de comenzar a generar mecanismos de respuesta segmentada, selectiva, hacia lo que era el tema indígena. Y estas tres Universidades se crean en contextos regionales, Aymara, quechua, y de tierras bajas.

Daniel Valença: ¿Es una en Cochabamba?

Aguilar-Gómez: Otra aquí en La Paz, en Warisata y otra en Santa Cruz. Como diseño histórico y como diseño de las organizaciones indígenas está todavía en un tema desafío; por más que van a tener la primera promoción este año, el 2 de agosto ya salen los primeros licenciados; pero se va a tener todavía un tema de consolidar los enfoques originarios que se le plantearon. Tienen una junta comunitaria que participan las organizaciones indígenas, tienen ciertas obligaciones como el uso de la lengua de manera común, cotidiana, el tema de las formas culturales, unas lo han hecho más, otros menos. Entonces, ahí es donde viene un tema que se plantea como el gran desafío, ¿no? El de consolidar realmente en el enfoque comunitario productivo a las Universidades indígenas. Lo ha hecho la Aymara, en un sentido muy positivo, la guaraní también pero la quechua no, la quechua quedó muy como tradicional.

Daniel Valença: ¿Y los estudiantes son de origen indígena?

Aguilar-Gómez: No se hace convocatoria, se hace selección por organización indígena. Cada organización indígena propone un número de estudiantes. Es de estructura cerrada como internado y de permanencia ahí y bajo el principio tienen que articular las formas comunitarias como base del relacionamiento. Entonces, esos temas en la Aymara sí se han desarrollado muy bien, en la Guaraní también ha habido un buen avance, en la Quechua no, en la Quechua no han podido articular mucho y se ha quedado medio en lo tradicional. Hay una etapa de reajuste que se está teniendo en las Universidades Indígenas para que se haga un re-

posicionamiento del sentido originario, ¿no? El debate sobre si existen o deben existir las juntas comunitarias o no, algunos estudiantes comenzaron a reivindicar el tema de la autonomía y ahí es donde las propias organizaciones indígenas les dijeron, ¿autonomía de quién? Autonomía de nosotros, de los indígenas, de las organizaciones sociales, porque autonomía del estado, el gobierno, nosotros somos los que dijimos, ¿autonomía de quién? O sea ahí viene un debate fuerte, porque para algunos un avance histórico sería que se les dé autonomía en el contexto de las tradicionales, cuando la estructura misma es diferente. Entonces, hasta las formas de representatividad estudiantil, algunos vienen y dicen, “Nosotros nos estamos organizando” y la organización indígena les dice, “Perfecto está muy bien, pero ojo, tú tienes que organizarte en función de tu organización matriz, no en función de tu propia organización. Tú has venido designado por tu comunidad y tienes que volver a tu comunidad a trabajar. Por lo tanto no es que tú eres un profesional libre, tú tienes un mandato de tu comunidad”. Ese es el tema que ahorita está debatiendo, sobre este reajuste y yo creo que en los próximos meses se va a tener, después de esta primera promoción, un proceso de reposicionamiento de la Universidad indígena. Es un proyecto histórico, ideológico del movimiento indígena.

Daniel Valença: Creo que es algo cerca de PRONERA en Brasil, que son cursos para la gente rural y que el movimiento de los trabajadores rurales sin tierra y otros movimientos del campo dicen que van a disputar los cupos, esos estudiantes, y entonces hacen una selección entre ellos y entran y tienen esa idea de que esa gente después vuelva a su comunidad, a su campo para que lleguen allá también, la gente profesional, la gente con conocimientos para ayudar a la comunidad, sin duda. Pero está el componente étnico claro, obvio.

Aguilar-Gómez: Sí. Lo que hay que ver bien es el tema de...el modelo fuerte de la Universidad Indígena es que deberían haber reproducido las formas comunitarias en la Universidad para el desarrollo de una concepción comunitaria dentro del proceso de formación profesional. Con todo en algunos casos sí lo han hecho, en otros no, pero no es solamente el tema de la formación, ¿dónde está la debilidad? Creo que en las propias estructuras académicas que reproducen las formas tradicionales, entonces no es tanto en darle la formación al indígena sino el de formar nuevos cuadros profesionales indígenas en una concepción indígena, para los espacios indígenas que generen niveles de equilibrio respecto de lo que eran los profesionales.

Daniel Valença: Hasta para ocupar cargos en la burocracia y todo eso después.

Aguilar-Gómez: Sí. Claro, porque después va a venir el tema del profesional que tenga el uso de la lengua, el tema de la experiencia de las formas comunitarias, va a tener mucha mejor opción para cargos de la burocracia que el que viene de un contexto tradicional urbano, ¿no? Entonces aquí el tema de los cupos es un tema complejo, es un tema muy difícil todavía de manejarlo.

Daniel Valença: Muchas gracias ministro, por toda la disponibilidad.

Entrevista concedida por VIAÑA, Jorge. **Entrevista 2** [jun. 2014]. Entrevistador: Daniel Araújo Valença. La Paz, 2014. 1 archivo de mp3 (1h44min).

Jorge Viaña: Esta cuestión es clave porque te plantea cuestiones estructurales para hacer un análisis de bloque histórico, ¿no? O sea, el bloque histórico no es alianza de clases, ¿no? El bloque histórico incorpora elementos de estructura y elementos de superestructuras y alianzas de clases, ¿no? Y este tema es clave porque esa parte en Bolivia, claro, Zavaleta una parte analiza, pero se muere en el 84, ¿no? Entonces, una clase obrera tan joven que renuncia al poder aunque ha destruido al estado y al ejército, que no es poca cosa, casi ningún lugar del mundo, por lo menos en el siglo XX, mediados del siglo XX, del 50 para acá digamos, casi no hay, ¿no? Pero eso determina una cosa bien compleja y bien particular de esta configuración de relaciones de clase, o sea, el proletariado nunca construyó una vocación de poder, por lo menos hasta el 52 y la revolución es la demostración de eso, ¿no? Zavaleta claramente te dice, “Los del proletariado renuncian al poder, nadie les ha robado el poder, ellos han renunciado al poder porque no han construido referencias de auto gobierno, no se veían gobernándose a sí mismos”. Bueno, pero después lo complejo es que justamente a eso quiero llegar, después hay un proceso digamos, de intentos muy tortuosos y difíciles de intentar acercarse en la asamblea popular pero era casi imposible después del 52, a eso voy. O sea, no era solo un problema de que los partidos de izquierda no le daban bola al campesinado en situaciones muy partidistas, superficiales, que también era verdad, si no por la mecánica de clases, o sea viene la revolución, viene el pacto militar campesino, el campesino estaba alejadísimo del mundo obrero, etc. Entonces vienen los años 70, etcétera y apenas después el campesino indígena está tratando de salir del pacto militar campesino, 70, 71, 72...

Daniel Valença: ¿Con la masacre que ocurrió contra los campesinos?

Jorge Viaña: La masacre de Tolata y Epizana del 74, y ahí ya se acabó el pacto militar...pero tardó un poquito en morirse hasta el 78, ¿no? Que se funda la CSUTCB ahora ahí voy, el inicio de este proceso en verdad es del año 79, de lo que estamos viviendo hasta ahorita, porque es la primera vez que intentan converger obreros e indígenas campesinos en un proceso de acercamiento que reconfigura a toda la relación de clases.

Daniel Valença: ¿En el 79?

Jorge Viaña: 79.

Daniel Valença: ¿Ocurrió algún congreso, alguna cosa para...?

Jorge Viaña: Ocurrió lo que...hay un texto de Zavaleta que se llama “Las masas en noviembre”, justamente que plantea eso. Entonces, “Las masas en noviembre” justamente plantea que noviembre del 79, que es una defensa conjunta de indígenas, campesinos y de obreros contra un golpe de estado de Natusch, un milico, es un momento constitutivo o sea, un momento constitutivo para Zavaleta quiere decir muchas cosas pero en lo fundamental en su sentido gramsciano es un momento de disponibilidad hegemónica, o sea están vaciándose las creencias digamos, que tenían antes en su disponibilidad como sujeto colectivo y se están construyendo otras, que en este caso sería el acercamiento del mundo indígena, campesino, al sector de izquierda, obreros y sindicales. Este es un tema clave de los

momentos constitutivos, entonces ése es un momento constitutivo clave además, el año 79, porque es la primera vez que hay la posibilidad o sea remontar, en ese momento no tan remota pero tampoco no logra se constituir Sóviet ni nada de eso, pero del acercamiento del mundo campesino indígena al mundo obrero. Entonces eso hay que estudiarlo un poco porque...y viene la democracia, el año 82, recién había dos o tres añitos de que estaban intentando construir otro proyecto, no cuaja y corre el proyecto de la democracia liberal burguesa, chau...y ahí poco a poco se empiezan a construir los sujetos pero, ¿cuál es el tema? Que después se cae la clase obrera en el año 85, 86...

Daniel Valença: Claro, con el decreto...

Jorge Viaña: Sí...y ahí todo el proceso neoliberal. Entonces ahí tienes que ir rastreando, bueno, pero ahora a que voy...yo veo una lectura un poco cocalera hermano, de tu visión de lo que ha pasado, o sea yo creo que son muchos sujetos muy complejos, pero además, muy importante fueron la coordinadora de lucha del agua, en Cochabamba, los Aymaras en el propio abril del 2000 ya se movilizan, pero en septiembre del 2000 hay un gran levantamiento Aymara en la zona, la CSUTCB había recuperado su tradición indianista, el año 98...

Daniel Valença: ¿Cómo fue pero en el 2000? No he leído nada sobre eso, el levantamiento Aymara...

Jorge Viaña: Más importante que todo hermano, Guerra del Agua y después el levantamiento Aymara en septiembre del 2000.

Daniel Valença: En septiembre?

Jorge Viaña: En septiembre del 2000.

Daniel Valença: Ah yo no he leído, yo solo he leído del Impuestazo, Guerra del Agua y Guerra del Gas...el levantamiento Aymara no he leído.

Jorge Viaña: Muy importante mano, por que además mira, Guerra del Agua abril del 2000, levantamiento indígena Aymara, muy fuerte, muy importante en septiembre del 2000, después junio del 2001, otro levantamiento Aymara, pero además ahí...esta vez parecía Chiapas, los indígenas Aymaras armados, fundan un cuartel general indígena y se alían, cocaleros, coordinadora y Aymaras, o sea el Evo, el Felipe Quispe y el Oscar Olivera, se alían, ¿ahora qué nos jode? La elección que venía el 2002, pero hermano esta lectura es muy cocalera porque en realidad lo central fue lo Aymara, del 2000 hasta el 2003 otra vez son los Aymaras hermano, ¿cachás? Entonces mira, tienes abril, septiembre, ¿no? Abril coordinadora, ahí sí juegan un papel clave los cocaleros, pero fue más urbano, ¿no?, grupos ambientalistas, una parte de obreros de la Manaco, vecinos, regantes, la organización de regantes de Cochabamba; septiembre Aymaras, junio, julio 2001 Aymaras...

Daniel Valença: ¿Y porque fue el levantamiento de Aymaras en septiembre?

Jorge Viaña: Fue por temas de ellos, básicamente la ley por territorio...pero ya era un cuestionamiento al estado, así abierto, ¿no? Todavía no demasiado, pero junio y julio del 2001 sí ya había una fractura colonial del estado, querían que...el Felipe Quispe les dice, "Nosotros vamos a hablar de presidente a presidente, vos

sos el presidente de los caras y yo de los indios”, ¿no? Muy importante y febrero el impuestazo que conoces, ¿no? Ahí hay un movimiento cocalero muy interesante en enero del 2002, cuando intentan cerrar el mercado de Sacaba, una represión muy fuerte pero son como cinco o seis hitos de lucha que hay que reconstruir. Está en el librito que si quieres...va a salir en la Feria del Libro. Pero bueno, hay varios textos sobre cada momento, ¿no? Yo he hecho algunos; entonces hay muchos actores, la coordinadora, FEJUVE, los Aymaras, los cocaleros, después el Alto, ¿no?, bueno muchos actores, coordinadora de la Guerra del Agua, del Gas.

Daniel Valença: ¿Y esos sectores todavía no hacían parte aún del MAS?

Jorge Viaña: No. El MAS era muy chiquitito. El MAS era, hasta el 2002, casi secundario diría yo hermano.

Daniel Valença: ¿Hasta el 2002?

Jorge Viaña: Sí. Incluso después del 2002, hasta el 2003 yo creo...

Daniel Valença: Hasta el 2005...

Jorge Viaña: Hasta el 2005 capaz. En 2002 ya tenían algunos diputados, senadores, cosas, pero...el MIP también, el Movimiento Indígena Pachakuti de Felipe Quispe tenía seis o siete diputados. O sea, tienes que armar una cosa de una complejidad más grande, de actores, de procesos, ¿no? Ahora, todo es el MAS pero antes era muy poco.

Daniel Valença: ¿Y porque crees que ha hecho con que Evo consiguiera el liderazgo frente a esa pluralidad y a esa diversidad, conseguir hacer la unidad de esos sectores?

Jorge Viaña: Muchos factores hermano. Mira, uno es que para bien o para mal tenían cierta claridad respecto a un empecinamiento de participar en el mundo liberal estatal, ¿no? Querían su sigla, no había, conseguían otra, ¿no? Izquierda unida, ¿no? O sea, había una claridad de que había que participar en el mundo liberal electoral, estatal, que otros grupos no tenían, o sea lo utilizaban de una forma mucho menos obsesiva y con tanta claridad de...tenían una flexibilidad mayor, Felipe Quispe era de un indianismo mucho más radical, entonces era mucho más difícil que construir alianza con sectores urbanos.

Daniel Valença: Y creo que la posibilidad de la posición y discurso de Evo de conseguir llegar a un nivel político, no solo del grupo y me parece que el indianismo más radical tenía un elemento unificador de la cuestión indígena pero por otro lado por tener esa dificultad, esa posición más de construir una hegemonía, no hubo suceso con eso.

Jorge Viaña: Sí, exactamente. Sí, sí. Y bueno, ciertas habilidades personales, incluso políticas. Por ejemplo en las elecciones que hubieron, no sé en qué año fue, creo que 96, en esa época era el IPCP, ¿no? Estaba el...como se llamaba, se me ha olvidado el nombre...que fue candidato a presidente, o a vicepresidente, y el Evo era candidato a diputado con otros cinco o seis, ¿cómo es que se llamaba este dirigente? Y él cree que lo hacía muy bien pero el Evo ya participó de diputado pero salió diputado, pues. Y este acabó fuera del partido, no me acuerdo del nombre, es muy famoso. Se pelearon pues...bueno no me acuerdo, un dirigente de

Cochabamba...Ahora este tema de la constitución hermano, mira yo ahora sí tengo una lectura del...el proceso constituyente fue muy complicado, o sea empieza en el 2006, 2007, 2008, se aprueba en diciembre del 2007, pero era casi imposible aplicarla, casi todo el 2008 negociaciones, meses de meses. Ahora, tal vez fue un error táctico, por ejemplo no se entra a la constituyente con ninguna circunscripción especial, y tal vez el MAS creía que con eso iba a facilitar que no cuestionen la, no sé la constitucionalidad pero es un debate muy interesante porque en el 2005 ya Mesa estaba convocando a una constituyente con 36 circunscripciones especiales, o sea, hubo una cosa muy compleja, una tensión y una tira de fuerzas entre las organizaciones del pacto de unidad y el gobierno, ¿no? De hecho el pacto de unidad casi motorizó toda la constituyente y el gobierno trataba de pensar a ratos de controlar, de participar, pero eso fue por ejemplo, en la participación de un grupo que se llamaba el grupo de los 12, que las organizaciones le decían el grupo de los 12, que venía justamente desde el ejecutivo digamos, a tratar de volver constitucional las propuestas del pacto de unidad pero el pacto de unidad los veía con recelo, ¿no?, como que estos tipos que no se metan demasiado y mezclaba a eso el momento político que vivías, o sea el sector de derecha había ganado en casi todos los departamentos orientales...

Daniel Valença: La cuestión separatista...

Jorge Viaña: Claro, era una época muy complicada...entonces tenías por un lado, digamos una disputa legítima de una permanente tensión entre movimiento y gobierno, el propio Evo sale una vez a decir, "Aquí charlando nos hemos dado cuenta que el problema somos nosotros, no la constituyente, nosotros somos la meta, todavía no es un problema de la constitución, o sea como una especie de poder del estado que cobra cierta conciencia de que la constituyente, que capaz ate sinceramente creía que era importante, no era tanto, y la constituyente creyéndose que era igual o más importante que el gobierno, ¿me entiendes? Ahora había muchas cosas, mala intención e incapacidad política pero yo lo que básicamente veo es como una cosa normal pero complicada, la constituyente tratando de imponer su poder constituyente "y la puta madre", y el gobierno diciendo, "No, ustedes no son la meta hermanos, nosotros somos la meta", o sea, háganse voz pública del Evo, eso no es un chisme, es un tema público. Y entonces hay una permanente interlocución y rupturas, medianas, chicas que se profundizan hasta el 2010 y ahí viene una ruptura fuerte con CIDOB y ahora con el...o sea eso hay que analizar en términos también de hegemonía, ¿no?, de posibilidad de construir bloque histórico o bueno, ¿pero me entiendes lo que yo quiero decir? Ahí hay un tema bien complejo de...en ese escenario lo que es muy meritorio con todas las deficiencias por un lado los constituyentes, por otro lado el gobierno es que se logra acabar, pero eso mismo muestra que ni así va a funcionar porque el 2006, 2008, 2007 a diciembre entre Oruro y La Calancha, aprueban la constitución pero de enero a junio no se podía implementar, no se podía ni siquiera aprobar...

Daniel Valença: Si porque dependía del Senado...

Jorge Viaña: Porque el gobierno en parte define que sea así también, porque los constituyentes decían, "¿Pero y cómo es que ahora la constitución que nosotros hemos aprobado ustedes la van a arreglar?" Entonces en eso surge, yo digo, entre las disputas entre la constituyente, digamos el bloque indígena, el pacto de unidad y

el gobierno, pero además la derecha que está en medio de estas; hay dos grandes peleas, una interna y otra con la derecha...

Daniel Valença: Y me parece que ninguno de los grupos tenía la fuerza para decir, “es así y listo”.

Jorge Viaña: Pero además digamos, que la pelea con la derecha hacían que estas peleas tampoco llegaran muy lejos...el CIDOB podía pero no demasiado, el gobierno también aceptaba lo que el bloque indígena le imponía a veces, ¿no? De hecho muchas veces dijeron, “Bueno, no tenemos proyecto constituyente, el proyecto constituyente es lo que ha hecho el pacto de unidad”, así te decía a veces digamos los sectores más oficialistas del gobierno. Esto es muy importante entender porque hay visiones muy maniqueas ¿no?, hay unas visiones muy anti-estatalistas, hiper-movimientistas, que no entienden esta tensión y creen que los malos son los del gobierno, traidores, etcétera y también hay la otra un anti-movimiento de un estatismo pragmático que se “caga” en todo el mundo y dicen, “que dejen de joder”, el CIDOB que deje de “joder” todo el mundo y que funcione el estado. Esto es interesante pero se mueve en un escenario en el que estás digamos, compelido a mantenerte en unidad, o sea y hubiera sido demasiado estúpido para cualquiera más autonomista o más oficialista dentro del bloque de poder que si quieres ser de izquierda, pelearse demasiado, entonces las peleas llegaban hasta por ahí. Entonces cuando acaba eso en 2008, eso se arrastra hermano y el ejecutivo no sabe muy bien qué hacer, entonces hizo ocho o diez meses desde que está aprobada la constitución pero en realidad no sabe si la vas a poder aplicar “la puta madre”, estos negocios con la derecha, aprovecha ahí usando unos cuantos diputados que antes eran medio izquierdosos para hacer el gancho con Podemos; bueno, no controlaban las cámaras, ¡era “jodido” hermano! Las cámaras de senadores y diputados estaban controlados por la derecha, ¡era un lío! Llega un momento en el que ocurren tres cosas. Primero el revocatorio en agosto, “puta” que eso cambia totalmente el panorama, Evo gana con 67%, se controlan las cámaras de diputados y senadores y justamente se entra en un proceso de negociación de la constituyente. Pero hay un tema “jodido” se cambian ciento y tantos artículos de la constitución, se arma un pleito con diez sectores constituyentes, y es tan “jodido” que el propio Álvaro García es público hermano, te presto el texto dice, “Esto es una constitución de transición, ¿por qué? Porque hemos hecho concesiones viejo, y, ¿por qué hemos hecho concesiones?, porque si no nos ibas a chingar, chau!” Listo, ahora, ¿será verdad?, ¿no será verdad?, esa es la evaluación que hacía el ejecutivo, o sea, el círculo de poder de gobierno. Es interesante pensarlo, porque yo no sé si había que realmente hacer tantas concesiones o no, no lo sé, hay una distancia corta todavía, ¿no? Pero lo que evidentemente pasó fue que se viabilizó, o sea, y viene el punto de bifurcación con la masacre de Porvenir en setiembre del mismo año, 2008. Entonces coinciden digamos, la salida del proceso constituyente con el momento de reelección del Evo y derrota política militar de la derecha. Ahora, ¿por qué es eso importante? Yo pienso, es mi lectura, no sé...que en realidad la consecuencia de ese momento es que en realidad, la victoria tan grande electoral del 67%, la derrota de la derecha y la salida de la constituyente hace que por lo menos la gente más lúcida, más auto-determinativa etc, menos anti-estatalista, sabíamos que era una constitución de transición aunque tiene cosas re-avanzadas que incluso sus signos de transición son muy difíciles de cumplir, como es que el alimento sea un derecho humano, salud universal para todos, ¡imposible mano! O sea qué ni en 10 años ni en 20, pero bueno. Ahora, ¿qué pasó? A mí me parece que

lo que ocurrió ahí catapultó el proceso hacia una especie de consolidación definitiva de un estado de correlación de fuerzas en la que ya no se va a profundizar demasiado nada más, o sea, podemos seguir diciendo que es una constitución de transición pero en los entes ya nadie la piensa como una constitución de transición, ni en las organizaciones, ni el gobierno ni nadie o sea, hermano hasta ahí hemos podido llegar, ¡nos ha costado tanto!

Daniel Valença: Me parece incluso que la gente en general tiene la constitución como la meta máxima...

Jorge Viaña: La meta máxima, claro. Pero es curioso, ¿te das cuenta?, porque en medio de tanta efervescencia, tensiones complejas en el bloque de poder y de izquierda, indígenas, lo que quieras...unificados porque la derecha "jode" demasiado, cuando desaparece todo eso, por un lado estalla una especie de implosión de las contradicciones internas estas, Raúl Prada se emputa y empieza a decir barbaridades, el CIDOB se aleja del gobierno también, o sea hermano lo del TIPNIS también fue "jodido", tú puedes decir bueno pero no han matado a nadie, sí pero hermano pero han reprimido una marcha indígena...pero además, ¿para qué? Ésa era la pregunta, o sea, se supone que nosotros sabemos más que nadie que cuando reprimen una marcha indígena, más bien lo que estás haciendo es ponerla de víctima y potenciarla y para que llegue a su objetivo o sea, fue complejo. Por eso te digo, existieron contradicciones internas muy complicadas que empieza en diciembre del 2010 con el gasolinazo y el TIPNIS del 2011, estamos en el 2014, o sea estuvo poco porque el gasolinazo retrocede rápido. El TIPNIS después de un tiempo públicamente anunciado en la Argentina, el Álvaro un poco reconoce que sí, que deberíamos haber tenido más tacto e ir a las comunidades y bueno...ahora, en Ecuador no reconoce eso, aquí tampoco mucho. Pero bueno, ¿qué tienes? Tienes un escenario muy interesante en el que yo digo, no sé, es mi hipótesis, ¿no?, el remate tan complicado del cambio de relación de fuerzas casi crea una especie de invisibilidad epistemológica a los sujetos, es como que ya no "jodan, no jodan más, puta ya no jodan", "puta" hemos estado en riesgo del separatismo, "puta" en la reelección fue fácil pero no se sabía que iba a ganar con 67%, la negociación parlamentaria fue "jodida" todo el año 2008, "puta", o sea, y en el 2010 claramente se ve eso, o sea, se empiezan a implementar las leyes sobre todo las de autonomías y electoral, las 5 leyes fundamentales del estado. El estado ya entra en otra, ¿me entiendes?, ya nadie piensa la constitución en términos de transitoriedad, no "jodas", ¿transitoria a qué?, esto es lo que hay, es lo que es y no hay nada más allá, o sea...además ni siquiera lo piensan, ¿será bueno?, ¿será malo?, pero está interesante pensarlo. Y desde las organizaciones se exacerba, "puta" hay que reconducir esto, ya hay gente que se zafa demasiado, o sea, está bien hacer críticas pero, hermano, decir que este es un gobierno anti-indígenas, son cosas locas, ¿no?

Daniel Valença: Pero me parece también que hay un lado, por ejemplo en organizaciones como el CSUTCB, una preocupación más oficialista y por otro lado en términos de CONAMAQ y CIDOB, el debate de la interculturalidad y del plurinacional, hace con que, por ejemplo economía plural y democracia plural, caber todo eso. O sea, la manera con que ese cosmos-visión acaba siendo compatible con la situación actual y que es capitalista.

Jorge Viaña: Claro. Bueno, vamos volver afuerita un poco, ¿no?, (...) algo importante es esa cosa más compleja de sujetos que ya hemos hablado. La

segunda, yo creo que los ciclos de cambio de correlación de fuerzas, ¿me entiendes esa frase?

Daniel Valença: Sí claro.

Jorge Viaña: ...te crea una especie de cegueras cognitivas, o sea, a veces bueno, a veces malo; por ejemplo, del 2006 al 2008 a nadie se le ha ocurrido incluso hasta el 2010, 11, “puta” pelearse mal y romper con el gobierno, ¿me entiendes? Porque tenías la presión de la derecha, entonces, tú decías, “puta” se notaba intuitivamente incluso que no podíamos pelear, yo tenía posición más autonomista y tú más capitalista pero eso tiene un límite. Cuando desaparece esto, la gente ya se enloquece hermano, ¿me entiendes? Entonces te peleas a muerte...Y otro ejemplo, el cambio de correlación de fuerzas del 2008 con estos cuatro momentos entre agosto, setiembre y octubre del 2008, te crean la otra. O sea, tú racionalmente puedes decirle a la gente, pero además tampoco fue muy difundido, o sea fue en un seminarito donde estaban los “comunas” que Raúl Prada le criticaba un poco, entonces él dijo que era una cuestión de transición, tampoco se dijo mucho pero bueno puedes decir eso. Pero el momento de cambio que estás empezando a vivir rutinariamente después del 2008 sepulta totalmente esa idea, ¿me entiendes? O sea, ahorita nadie habla, ni de casualidad, ni el más radical de hacer otra cosa, apelando a que es transicional, abierta, nada, nadie ni los radicales lo dicen.

Daniel Valença: Sí es de eso que yo estaba intentando hablar, es que la impresión, la apariencia que me da es que por parte de los movimientos más cercanos al estado, CSUTCB, Bartolina, la posición es, “es nuestro gobierno y vamos a intensificarlo” y por el lado de los indígenas la discusión es, “ah, porque era intercultural, porque es des-colonial”, pero el debate de esto en ningún momento toca en la democracia burguesa y ni en la economía burguesa, es solo en la cuestión cultural.

Jorge Viaña: Yo creo que mira, o sea, cuando tú lo ves en el presente hay cosas que se pierden de vista que son importantes, o sea, yo siento que ahorita, claro lo del CIDOB es algo complejo, ¿no?, es más difícil pero lo del CONAMAQ en verdad, yo creo que habría que ver si realmente hay una ruptura ahí. Yo creo que la gente de abajo comprende la importancia más o menos de las dos cosas, por eso impide la ruptura, o sea, permite que haya un ala medio oficialista si quieres, ¿me entiendes?, que digan no “jodan”, han tomado la sede, se han peleados entre ellos, porque necesita un canal de interlocución con el gobierno que siente que su gobierno es malo, el Evo es un cocalero, o sea hay ahí dirigentes indígenas. Pero por otro lado también comprende un poco la importancia de tener un ala que le corrija un poco a éstos, ¿me entiendes?, o sea, yo siento que hay cosas bien profundas ahí adentro.

Daniel Valença: Sí, es muy parecido, por ejemplo al movimiento sin tierra en Brasil y el gobierno, al PT...

Jorge Viaña: Exactamente, el MST. Hay gente que comprende la importancia, que no es chocar de frente con Lula o con la Dilma, que capaz que hay ratos debe dar ganas y deben tener razón, porque hacen “cagadas”, o sea, la reforma agraria no avanza, bueno, pero hermano por otro lado, no es pues hermano Collor de Melo y no tienes soviets, o sea ¿qué va a venir si cae la Dilma?, va a venir la derecha. Hermano hay que ser reformista cuando no te queda otra, o sea, ¿qué vas a hacer?

Entonces, ese tema es interesante conversarlo bien, porque yo siento que en Bolivia ha cuajado una especie de ceguera muy “jodida”, muy oficialista, estatalista, apologista de todo lo que hace el gobierno, estúpida, y del otro lado igual, un hiper-autonomismo anti-estatalista, “puta” que tú puedes compartir casi todas sus premisas y sus argumentos pero sus conclusiones son muy estúpidas, o sea...

Daniel Valença: En general es en el campo indigenista que existe esa posición, ¿no?

Jorge Viaña: O de intelectuales, como es Tapia y ..., que son tipos muy lúcidos y muy eruditos pero hermano, decir que es un gobierno anti-indígena es demasiado. Tú puedes hacer las críticas que quieras, ¿no?, y se van a enojar seguro los oficialistas, pero, ¿me entiendes?, es un problema de principio de realidad. O sea, y ahí hay un tema muy importantes de, capaz como metodología, plantearte los horizontes de visibilidad que te abre cada correlación de fuerzas, pero no es lo mismo, hermano 2006, no es lo mismo 2008, no es lo mismo 2010 y no es lo mismo 2014 y no va a ser lo mismo después de la próxima elección, si no se gana otra vez con 2/3, con todas las cámaras, estás “jodido” hermano. Entonces ahí hay un tema que vincula correlación de fuerzas, sujetos colectivos y un problema epistemológico, ¿me entiendes? Eso es lo que a mí me ha hecho recordar ahorita y estoy lanzando así esta hipótesis, estoy pensando un poco... todos, los sectores más lúcidos sabían que era una constitución de transición por eso también se han imputado tanto los constituyentes, etc. Porque qué “mierda” ustedes tienen que... esa constitución estaba aprobada como estaba aprobada, ustedes no tienen por qué corregir y era el debate entre el poder constituyente... pero ahora de eso ya nadie se acuerda hermano, o sea, o se han pasado a la oposición...

Daniel Valença: El debate de la economía plural fue planteado por la derecha por Podemos de la economía plural, crearon un manifiesto de ellos diciendo que, “bueno, no abrimos mano de 3 cosas, una del carácter mestizo del país, otra de la cuestión de la nación y otra de la cuestión de la economía plural”, y esos 2 últimos puntos están en la constitución.

Jorge Viaña: Pero ahí ten cuidado porque mira, peor todavía el tema de autonomías, ha sido la bandera con que la oligarquía cruceña y los conservadores querían torturar al proceso y después el MAS se acabó apropiando de la cocina hermano, que era lo inteligente de hacer o sea, no te podías oponer a un proceso de descentralización y autonomía, entonces era, hermano es mejor que elijas a tu gobernador de tu departamento a que lo elija el presidente, y si no tienes la fuerza política para ganar ahí, bueno te “jodes” hermano, ¿me entiendes? Entonces, hay que tener cuidado, o sea sí ha planteado la derecha pero también han planteado muchos otros sectores de izquierda o sectores campesinos-indígenas, cooperativistas que se benefician de eso aunque unos son muy “pendejos” otros no. O sea, hay que tener cuidado quien plantea por qué, o sea, autonomía lo planteó la derecha y acabó siendo ahorita la bandera, teníamos un estado plurinacional democrático unitario autonómico y esa era bandera de la derecha. Pero tú tenías que apropiarte de esa bandera yo creo que es igual en el tema de economía comunitaria. Yo creo que no planteó demasiado tampoco la derecha, porque no tiene mucho interés en eso, es como ahorita “joden” con el tema del medio ambiente pero es con lo que pueden “joder”, por eso “joden”, ¿me entiendes? No es que se han vuelto de pronto amantes de los pajaritos... Entonces hay que tener cuidado, o

sea, sí puede ser que ha planteado pero ni siquiera ha sido tampoco un eje, un eje ha sido autonomías. Ahora el tema de fondo de economía plural, ¿no?, yo creo que tiene que ver con una cosa clave que es...ahorita ha costado tanto el proceso pos-constituyente 2008, todo el 2008, realmente el 2009 se empieza a intentar hacer algo que se parezca a un germen de estado provisional; 2010, en junio salen las leyes y ahí es donde se pudre todo, los “hijos de puta” porque plantean que las leyes del estado nacional están inculcando los derechos a la autonomía indígena y al derecho a la consulta y el gobierno percibe “puta”, pero para hacer un camino tengo que hacer consulta no “jodan, entonces les mete, ¿no? O sea empiezan las interpretaciones del estado plurinacional y hay, pero hermano eso nadie lo ha leído en términos históricos, o sea, yo digo no tiene una distancia, hace una gran mistura histórica, ahora que ha abierto un conflicto, que es las interpretaciones como te digo. El gobierno dice, “no “jodan” hermanos, para hacer un camino yo no tengo que pedirle permiso a nadie”, pero la “cagan” y los indígenas dicen, “sí pero tienes que pedir permiso”. ¿Qué tienes ahí? Yo diría hermano, sí en términos más progresistas, intelectuales, puedes decir que es una cuestión de transición, pero ahorita nadie lo plantea así y a nadie le importa eso, entonces no existe, existe para los boleros gramscianos que están revelando la importancia histórica de las cosas. Y segundo, comprender que recién realmente desde el 2009, 2010, o sea hace 4 años, estás intentando construir un estado plurinacional, cuando en realidad las adversidades son más grandes porque no es la derecha la que te “jode” sino nuestras propias contradicciones internas, por ejemplo lo del TIPNIS también es una disputa por territorio, ¿qué es lo indígena originario campesino que hemos aprobado en la Constitución? Era un artefacto político que permitía construir unidad entre Chimanes, Yuracarés, cocaleros, Aymaras, Quechuas y todos. Pero...

Daniel Valença: ¡Hay una pluralidad enorme!

Jorge Viaña: ¡Claro, después te “jodes” pues hermano! Porque viene un originario campesino después estalla en pedazos en el TIPNIS, porque una cosa es ser un Chimán, Yuracaré que vive con 400 kilómetros de casa y otra cosa es un cocalero que tiene necesidad de expandir sus cultivos de coca, bueno eso hermano, no está ni bien ni mal, así es. Entonces era una disputa por territorio de hecho cuando se titula el TIPNIS, el Evo titula el TIPNIS, 126.000 kilómetros cuadrados que todo el polígono sur, ¡lo saca del TIPNIS hermano! Y eso va a parar a manos de los cocaleros, además legalmente. Ahora tú puedes decir, bueno pero debe haber gobernado para todos, ¡pero es cocalero hermano! ¿O sea que quieres?, no le vas a pedir que no sea lo que es, puede ser bueno, malo y tú evaluar, pero este planteamiento hermano, así es. Y además si “joden”, porque además digamos los dirigentes TIPNIS ahora han acabado claramente aliados a la derecha, o sea era verdad también que los dirigentes...ahora tu error puede haber sido meter a todos en la misma bolsa en vez de decir los dirigentes son unos cabrones pero no chocarte contra todo el movimiento indígena de tierras bajas. Hay un conjunto de deficiencias, interpretaciones, pero también lo hicieron porque el movimiento se presentaba muy anti-cocalero hermano, y qué querías que haga un dirigente, o sea, sáquenlo a la “mierda”. Entonces, este es un ejemplo más que el cambio de correlación de fuerzas en realidad te abre otra disputa más “jodida”, pero que la gente lo ve al revés, otra ceguera cognitiva, más “jodidas” son nuestras disputas internas de lo que eran las disputas con la derecha, tal vez estaba el riesgo separatismo Camba, en ese momento, la partición de la patria. Pero en este momento está en riesgo, la posibilidad de mantener el bloque de poder en el

gobierno, la unidad, y eso es más “jodido”. Bueno, las dos cosas son “jodidas”, pero una es más “jodida” en un sentido otra en otro, ¿tú me entiendes? Ahí hay un tema de correlación de fuerzas, momento político y posibilidades e imposibilidades. Lo del tema binario campesino era imposible que estalle o sea, todos estaban felices hasta el 2008, 9, 10, porque tenías una correlación de fuerzas en la que era casi imposible que nos peleemos entre nosotros, llegaba hasta cierto punto y no es por maldad o bondad, el otro es más traidor, es así. Porque esas explicaciones muy conspirativas son muy estrechas, ¿no? Hay también esas “huevadas” pero no definen todo. En un momento político hay cosas que son un límite aunque uno sea muy traidor, el otro no tanto, lo que sea, y en otro momento no. Y lo que hace cambiar eso es la correlación de fuerzas, la derecha ha desaparecido desde el 2009. Y entonces bueno, sobre ese problema de constitución abierta etc., yo lo plantearía en términos de sí en un sentido teórico y hay hasta textos del Álvaro que puedes usar para mostrar que era una constitución de transición, etc., abierta, como quieras llamarle. Pero ahorita no está instalado en ningún lado o sea, no tiene una fuerza real, material de movilización de masas ni siquiera tiene una fuerza intelectual de alguien que esté diciendo...por ejemplo en Ecuador sí, ya hubieron dos constituyentes, una que se hizo creo en el 96, no me acuerdo, y estaba ahí parado y se lanzaron a otra constituyente y la lograron hacer y la gente decía, “están locos”, y lo hicieron. Ahora si era bueno o malo habrá que evaluar las dos procesos constituyentes, pero lo hicieron. Aquí no hay eso hermano. Te pongo un ejemplo, en Ecuador, sería interesante que agarres también, aunque sea mínimamente, ¿cuándo fue? y si realmente éste proceso constituyente segundo fue mucho más avanzado que el primero no solo en los resultados sino en los procesos, ¿no sé si te responde lo que querías saber?

Daniel Valença: Responde sí.

Jorge Viaña: Y lo tercero es lo de la economía plural, ¿lo ves?

Daniel Valença: Sí

Jorge Viaña: Que más o menos ya te he dicho, o sea ya te he planteado, o sea me parece que...ahora, el tema real ahí es la posibilidad efectiva de estarse haciendo o no eso que se dice y yo creo que ahí estamos teniendo una enorme incapacidad pero justamente por lo que te digo porque 2009, 10, realmente recién se está empezando y por ejemplo la autonomía indígena es igual, avanza de una forma tan lenta hermano, además es muy difícil porque no hay los recursos, porque no saben cómo hacer, ¿no?, “puta” ahora ya ahora con guitarras no sabes si es do, re, mi, fa o fa, sol, la, si, hermano. Ahora, bueno puedes interpretar un poco más digamos, suspicazmente y decir que no hay voluntad política, bueno, tú ves digamos, yo veo así, o sea hay una combinación entre cierta imposibilidad política y cierta dificultad real de hacer las cosas pues, o sea, no con la economía plural, autonomías indígenas, todos los temas.

Daniel Valença: ¿Y cómo tú ves la cuestión del socialismo comunitario porque he percibido que las charlas de Evo están intentando siempre hacer una ligación, una aproximación entre la crítica al imperialismo, que creo que es algo de todos esos campos populares, creo que en todas hay, pero en la cuestión del socialismo no hay tampoco esa unidad, al contrario, los sectores indígenas principalmente y otros hay una visión un poco distorsionada de lo que sería el socialismo y...

Jorge Viaña: Lo que pasa es que, a ver hermano, o sea es que uno puede teorizar un montón del obrero MAS, al obrero social y el Negri, la re proletarización bajo formas difusas, lo que quieras, pero hagas lo que hagas, piruetas que hagas, no hay un sujeto obrero que esté construyendo perspectivas anti-capitalistas, un sujeto obrero colectivo. Entonces es muy difícil plantearse, o sea ¿cómo?, ¿me entiendes? Los indígenas y los campesinos no van a plantear un problema anti-capitalista y los obreros tampoco, si es que no tienen...el obrero no es revolucionario por excelencia tampoco, es capital variable, ¿no ves?, está enajenado, “jodido”, el capital los ha convocado, configura a su subjetividad, todo hace el capital. No están ahí porque se quieren, están ahí porque el capital los ha llevado. Por eso se emborrachan, le pegan a su mujer y son unos “hijos de puta”, ¿no? Entonces, a ver, es un problema estructural también, en ese sentido es una deficiencia del bloque histórico en el sentido de configuración de clases o sea, no es sólo un problema de que el Álvaro ha hecho un discurso en el parlamento, “avancemos hacia el socialismo comunitario”, que está bastante bien que lo haga pero hermano, es que como yo te diga haremos este camino, pero ninguno de nosotros se salva y ni sabe hacer el camino, o sea...

Daniel Valença: Sí, me parece que hay un intento de difundir la cuestión todo el tiempo en la charla, yo he escuchado creo que cuatro charlas de Linera aquí desde que llegué y todas él habla de eso, de que nosotros no queremos capitalismo, nosotros queremos otra posibilidad pero una cosa es la cuestión de la charla y del intento de movilizar y construir una...bueno, nuevos elementos que sean parte de la unidad y principios que la gente asimile y otra parte es en la realidad como...

Jorge Viaña: Exacto. Ahora yo digo, claro puede ser bien intencionado en la perspectiva de ir creando ese sujeto colectivo anti-capitalista, ahora yo creo que tampoco se afana demasiado pero lo dice porque se da cuenta de que tampoco hay ese sujeto o sea, ¿quién?, ¿cómo vamos a hacer ahorita en las medidas anti-capitalistas?, o sea no es solo un problema de voluntad del estado.

Daniel Valença: Hay una cierta... esta sensación de algunos sectores pero muy chiquito.

Jorge Viaña: Claro hermano, esto no es Petrogrado del 17, ¿no ves? Igual tú puedes decir, bueno la China no había, digamos el partido comunista basado en una lucha de los campesinos, sí, pero los sectores urbanos sí habían construido una cierta estructura proletaria que se suma a ese proceso o sea, ¿no?...a ver, el tema de fondo ahorita es; ponemos en duda si hay o no la voluntad política de lanzar hacia el socialismo, además pensando en qué “mierda” sería eso en las condiciones actuales porque también bueno avanzar hacia el socialismo para dar un salto al vacío suicida, quien sabe si estará bien. Lenin también frenó insurrecciones y pelotudeces o sea, los bolcheviques querían abolir la moneda, el mercado, todo y después se dan cuenta que habían llevado a la catástrofe a la revolución soviética, entonces retroceden y le meten acumulación originaria socialista en el mando al campesino, o sea...pero [...] pero bueno, con estos debates del 26, 28. Se muere Lenin y “puta”, hermano, ¿qué vamos a hacer?, o sea no se puede, no puedes abolir el mercado, la moneda, ¿qué “mierda” vamos a hacer? El propio Lenin dice el capitalismo de estado hay que traer la cadena de...a la “mierda”. Ahora, fue un error, no fue un error, el Che criticó eso y además subestiman, ¿no? Al Che se lo ve como un guerrillero, que nunca hizo nada. Hay unos libros muy bonitos en que analiza,

¿no?, y dice, “aquí hubo un grave error de reconstitución de las...capitalistas, criticando los manuales de la URSS. Pero bueno, también está la crítica de los académicos de los años 60, no sé si has leído, este tipo...hay un libro que se llama “Las luchas de clases en la URSS” de Charles Bettelheim, hay un montón de gente, ¿no? La raya de Naieb que hablan de capitalismo de estado, ¿no? Bueno, pero a ver, en balance o sea, ¿qué “mierda” sería el socialismo si encima no tiene ese insurrecto anti-capitalista o sea, que cosa te vas a inventar? O sea, los indígenas, campesinos o los sectores urbanos populares van a construir socialismo, ¿cómo? O sea, y por eso es lo que Venezuela estaba haciendo, ojalá sigan haciendo hermano; era difícil pero era interesante porque estaba basado, a ver, en los círculos bolivarianos, que es lo que no hay aquí hermano. O sea, los círculos bolivarianos intentaban realmente construir una democracia de masas desde abajo, ¿no? Incluso al PSUV se lo está centralizando demasiado, Chávez se da cuenta y dice, “dejen de “joder”, vuelve a abrir al que no quiere estar en el PSUV pero está afiliado al proceso y está en otra perspectiva clasista o no le interesa demasiado una lógica de articulación segmentada y vertical, articulada al estado, o sea, ése es el dilema, ¿cómo avanzamos al socialismo? Porque uno puede decir y bueno, pero ¿por qué no hacen más cosas?, y ¿qué vamos a hacer hermano?, o sea, vamos a expropiar la pequeña...¿qué vamos a hacer? O sea, y ¿qué sujeto va a sostener eso? Es igual a la minería, la minería dice y bueno y ¿por qué no despropian la...el proletariado de las minas que ahorita de lo único que está preocupado es de su salario, el gobierno puede caer en un dilema muy “jodido” estructural, al expropiar minas de los japoneses, es decir, “puta”...

Daniel Valença: Sí porque la federación de mineros, por ejemplo, es una cuestión mucho más corporativa de que...

Jorge Viaña: ¡Claro viejo! Ellos quieren diputados, senadores y quieren mejorar sus salarios, el máximo dirigente de los mineros gana 30.000 bolivianos hermano, o sea, gana seis veces más que yo y cuatro veces más que un ministro y entonces dicen, “¿pa qué voy a ser ministro? Si aquí no me hago pleitos, no trabajo y gano el triple, no, gano 5 veces más”, está feliz. Entonces ahí hay un tema, el socialismo comunitario, bueno pues podemos intentar que también se puede decir que no se ha avanzado mucho en el término de potenciar la economía comunitaria campesina, que eso sí se puede hacer.

Daniel Valença: ¿Tú crees que no se avanzado mucho en ese tema?

Jorge Viaña: Yo creo que no se ha avanzado mucho, hermano.

Daniel Valença: Pero, ¿hay un ministerio sobre esa temática, no hay?

Jorge Viaña: Sí, pero digamos la teoría del socialismo comunitario era canalizar recursos de la nacionalización, de expresión de excedentes a empresas estatales y canalizarlos a la economía. Se está haciendo un poco, ha mejorado, se han roto los monopolios digamos, la producción y centralización de la soya en Santa Cruz. Se están haciendo cosas, bueno pero si realmente tú quieres avanzar a un potenciamiento fuerte de la economía comunitaria, la economía campesina, “puta” tienes que disponer un 6, 8, 10% al PIB para hacer eso, y bueno, no sé, no tengo los datos pero no se está destinando ni es 0,5%. Ahora la otra también es, hay sectores que te van a cuestionar del propio gobierno, y te van a decir, “no “jodas” hermano si hay que usar ese 10% para tener la planta separadora de líquidos, para industrializar

el litio, no “jodas” con la vía, no sé, campesina de industrialización”. O sea, aquí hay que crear bases estructurales industriales de un estado moderno, no sé, ¿me entiendes? Entonces, ese tema es muy complejo porque incorpora un debate sobre posibilidades reales y voluntad política y las dos cosas van juntas o sea, si tú vieras ahorita un proletariado anti-capitalista, “puta” y el gobierno no empieza a expropiar más cosas al capital privado, sí es falta de voluntad política pero no es eso hermano, ¿cómo haces? La gran pregunta ahorita es hermano, “puta” más allá de los slogans socialismo en el siglo XXI y la “puta madre”, ¿cómo hacemos socialismo en Bolivia y en Venezuela, cómo? Sin clase obrera consciente que está luchando y no solo además por salario sino ¿no ves?, por expropiar a los grandes propietarios de tierra, que además esa expropiación sea viable, ¿cómo hermano? Entonces, ahí no es un problema de la mala voluntad o el reformismo pequeño burgués del gobierno, o sea, es un problema estructural. Ahora tú puedes decir bueno, se pueden hacer otras cosas más pequeñas, avanzar poco pero avanzar más. Sí, pero bueno, ese es ahorita el debate, ¿qué cosas serían esas, me entiendes? Por ejemplo la minería, ¿cómo avanzamos un poco más?

Daniel Valença: La reforma tributaria también, de la tributación.

Jorge Viaña: También el tema de la reforma tributaria, en fin ¿no? Pero además el gran dilema es que también está totalmente claro que el socialismo que tenemos que construir, no es estatalizar todo hermano. Marx planteaba en términos muy claros la auto organización de los productores directos a escala nacional, eso es el comunismo, no es estatalizar los medios de producción. Ahora una parte sí, porque no va a manejar, no sé, cualquier sector de la sociedad. Entonces, ahí es interesante ese debate porque también supera las dos visiones, ¿no?, “puta’ estamos avanzando al socialismo, no ‘jodan’ y no critiquen que está mal, pero otros dicen “porque son unos traidores que no estamos avanzando”. Sí hermano, pero y si no fueran traidores, ¿qué tendrían que hacer?

Daniel Valença: Ni 8 ni 80, sin duda.

Jorge Viaña: Exactamente hermano. Condiciones estructurales, avances reales de un sujeto colectivo que hay o no hay y bueno, ahí mete el análisis político de la voluntad política de la sociedad o del gobierno pero sobre la base de una cuestión real ¿no?

Daniel Valença: ¿Y tú crees que en la cuestión de la disputa cultural, sea en la educación, sea en términos de medios de comunicación, creo que hay algunos problemas también y para...

Jorge Viaña: Hay también, creo que hemos avanzado muy poco hermano.

Daniel Valença: Sí, por ejemplo es con los medios de comunicación se avanzó creando la comunicación estatal, el periódico Cambio, la Tele Estatal pero no hay avance de la comunicación en las organizaciones.

Jorge Viaña: Exactamente, porque incluso en eso se hizo hasta más, por ejemplo el canal PAT, la TV, que eran bien anti-oficialistas ahora casi son del gobierno, o sea, no sé si se lo han comprado o no, bueno pero en eso se ha avanzado hartito. Pero la gran deficiencia es crear bases de poder popular hermano, real, de la gente, la gente auto organizada hace sus cosas. Ahora eso también es

difícil porque en Bolivia como hay una tradición tan grande de auto organización social, también pueden pesar en un momento en el que impulsan las contradicciones internas a crear problemas como gobierno.

Daniel Valença: Sí y que es un intento del gobierno de enflaquecer a las organizaciones que ya existen.

Jorge Viaña: Exactamente, ahora tú puedes...hay gente que lo puede ver bien porque te dice, "hermano estamos en unidad no 'jodan' tanto" digamos, otros lo pueden ver mal y dicen, "'puta' es mucho tutelaje, subordinación, o sea, no 'jodan'". O sea, depende quien eres también y a veces tienen razón unos y a veces tienen razón otros. Por ejemplo, en la constituyente el propio CONAMAQ no quería ir solo con el MAS, de hecho a la constituyente llegaron con el MAS, con un grupo que se llamaba AS creo que era, o sea depende de la coyuntura hermano. El MAS, ¿que decían? Decían, "hermano, pero a ver, si los del CIDOB, CONAMAQ y la 'puta madre', todo el mundo va con el que le da la gana, no vamos a tener fuerza en la constituyente loco, ¿qué hacemos? La derecha nos va a sacar a la "mierda", o sea tenemos que estar unidos". Ahora, a nombre de unidos los burócratas imponen sus "cagadas" pero están montados en una idea correcta para la coyuntura, ¿me entiendes? Entonces tú no puedes decir y bueno pero el gobierno malvado ahora quiere a todos someternos, no hermano, o sea no es tan sencillo, ¿me entiendes? Y del otro lado también, "puta" la gente te dice, "pero...haber Jorge, hermano, 'puta' lo que necesitamos es avanzar en cambios estructurales más que solamente...", sí hermano, pero si no ganamos la próxima elección y si no nos compactamos en la constituyente, que en eso tienen razón los del MAS, no hay largo plazo hermano, "cagamos".

Daniel Valença: ¿Tú has visto el programa de gobierno para el próximo mandato?

Jorge Viaña: No lo he visto, no es público todavía, no es público. Están ahí diciendo cosas pero no hay, están preparando. Pero, ¿por qué es tan importante esto hermano?, porque yo creo que en el exterior generalmente hay una visión o muy negativa o muy idealizada hermano. Entonces, "puta" yo voy, yo por ejemplo he ido a México, he ido a Argentina y a un montón de lugares y digo hermano a ver, o sea no te cases tan rápido con los auto determinativos, "puta" idealizan demasiado el movimiento hermano, aunque tienen razón en muchas cosas, y no te cases tampoco demasiado con las visiones estatistas porque a veces hacen cagadas o sea, hermano lo del TIPNIS, lo del gasolinazo son temas complicados.

Daniel Valença: Por ejemplo en Brasil, en el campo de izquierda claro, no en el campo Trotsko, pero en el campo de izquierda en general más crítico al PT y al gobierno, la idea es que Brasil, Argentina, son países de centro o centro derecha y Bolivia, Venezuela, Ecuador, son países revolucionarios. En el campo de izquierda en el derecho en Brasil la gente que está estudiando sobre el proceso de Bolivia, Venezuela, Ecuador, en general lo hace de manera completamente alejada de los procesos políticos y relaciones de poder, es algo como plurinacional y la temática indígena, como si la temática indígena estuviera totalmente alejada de clases, de poder, de correlación de fuerzas, de trabajadores versus empresarios y otros sectores de las clases dominantes y entonces allá hay una idealización muy fuerte, por eso también es que yo he elegido ese tema porque me gusta la posibilidad de

una transición por vía democrática y claro, los problemas y los aciertos que hay alrededor de eso y...

Jorge Viaña: Claro, por ejemplo mira, indígena ordinario campesino que está en la constitución es absolutamente pertinente y viable hasta el 2008, o 9, después, es imposible hermano, se vuelve una especie de ilusión y sigue en la constitución.

Daniel Valença: Sí, idealización.

Jorge Viaña: Claro. Ahora no es que estaba mal, estaba bien el 2006, 7, 8, ¿cómo ibas a compactar los digamos, los chimanes, yuracarés, CSUTCB, CIDOB, CONAMAQ, pacto de unidad, bloque indiano, cómo los compactas? “Putá”, fue inteligente hermano, indígenas, originarios, campesinos, ya nadie “jodan”, todos entran en esto, serás colonizador, indio yuracaré, o aymara; todos somos indígenas, originarios, campesinos. Eran muy inteligentes y estaba bien y sirvió. “Todo lo que existe merece perecer”, esa es la frase de Marx diciendo que era hegeliano, ¿entiendes? Y después perecíamos hermano, merecía existir, era muy útil, era el artefacto político más inteligente para crear unidad, sacar la constituyente y después se fue a la “mierda” porque después eres yuracaré, si vos eres aymara y el otro es colonizador, ¿me entiendes? Entonces la gente no ve eso, te dice, “ah no, está mal eso” o “está bien”, sí hermano, no está bien ni mal en abstracto. Para mí estaba bien en el 2006 hasta...después no es que está mal, es que caducó y no podía no caducar, así funciona la política, la realidad, ¿no? Pero unos creen que tienen que adecuar el mundo a sus categorías, ¿no? ¡Deja de “joder” hermano! ¡No es así, es al revés! ¿De qué estás hablando? Claro es igual ahorita, constitución de transición hermano, o sea, “puta”, sí pues, pero se ha desarrollado...entonces a ver, eso es muy interesante porque yo sí veo hermano mucha falta de marxismo, justamente, o sea, esto está bien y esto está mal, la “puta” madre. No hermano, esto no es una receta de cuñapés, entonces harina ya listo, no. Eso es mucho más complicado porque, a ver, yo por ejemplo en general, con los anti-estatalistas comparto casi todos sus argumentos y casi todos sus puntos de vista hermano...con los anti-estatalistas, hiper-autonomistas, bla, bla, bla...Pero después hacían un salto loco, hacía una conclusión estúpida, o sea, no pues hermano yo también soy, viejo. O sea, yo he comprendido la crítica y la auto crítica al socialismo autoritario, esto, esto, esto, pero hermano eso es una cosa...otra, el estado no va a desaparecer hermano porque no nos guste o sea, el estado es un campo de disputa...

Daniel Valença: No está ni cerca de desaparecer...

Jorge Viaña: Claro. Ahora, hay que estar el estado como un campo de disputa, la autonomía como búsqueda, esa tensión hay que manejarla, hay cabrones que no entienden esto, hay cabrones que entienden lo otro, ya. Pero hermano, no es que “puta” aquí, no ve, el estado es una “mierda”, todos son traidores, no hermano, o sea no, no es así; o lo otro también, hay cabrones que se “cagan” en el movimiento y le meten y hay que criticarlos. Entonces, esa es la cosa clave y yo eso no veo mucho, veo en la Mabel Thwaites es muy interesante, del Grupo de estado de la Clacso. Tiene un librito justamente que se llama eso, “El estado como contradicción y la autonomía como búsqueda”. Dice, “no seamos estúpidos hermano, en Bolivia, Ecuador, Venezuela, incluso Argentina y Brasil, ¿qué vas a hacer? El estado no va a desaparecer, ahora tampoco va a dejar de ser una maquinaria de dominación tampoco, eso es una estructura segmentada de mandos, vertical, que “jode” a los movimientos, a los piqueteros, a los aymaras y a todo el mundo. ¿Pero y cómo

manejamos esa contradicción, diciendo que el Evo es un traidor? No hermano, o sea, no es verdad.

Daniel Valença: Por ejemplo, ahora que nosotros en Brasil conseguimos un poquito más de correlación de fuerzas para que el tema de la reforma política sea un tema del programa de gobierno, un tema de plataforma de elección, porque por ejemplo, hasta ahora el sistema electoral en Brasil es completamente del poder económico.

Jorge Viaña: ¿No han pensado ni en “pedo” en hacer una constituyente? Que democratice...

Daniel Valença: Constituyente, con la cuestión política pero ahora tenemos una cierta correlación que es posible hacer eso.

Jorge Viaña: Claro pero ustedes están “jodiendo”, ¿no?

Daniel Valença: Sí, y, o hacen o entonces será sacado, porque por ejemplo, un concejal en Brasil...hay concejales de derecha que lleva gastado como 1 millón de dólares para elegirse concejal. Es imposible que un estudiante, que un campesino, que un miembro del Partido de los Trabajadores de un sector más duro del partido llegue ahí...pero es la respuesta de la correlación de fuerzas para ahora.

Jorge Viaña: Claro, lo inteligente allá es eso ¿no? Seguir pujando adentro para reformas políticas, reforma agraria...¿qué te vas a poner a decir la Dilma es traidora? No “jodas”. Aunque lo fuera, o sea, no lo es, pero...será un programa de reformas más tibias que aquí, y bueno pero, ¿qué más hay? Hay Lenin, el partido Lenin, hay Sóviets auto organizados, consejos obreros como en Italia en los 70, ¿no hay hermano! O sea, no hay una tendencia más radical que tenga posibilidades de movilización de masas efectiva y de concretización de un proyecto.

Daniel Valença: ¿Tú crees entonces que aquí hay una necesidad muy fuerte de mayor pujanza en el sector popular?

Jorge Viaña: Las dos cosas yo creo. O sea, mantener, construir y recuperar autonomías desde abajo construyendo poder popular, llámale como quieras hermano, ¿no? Tal vez suena muy chavista el poder popular, pero como quieras llamarle hermano. Poder desde abajo, auto organización, grupos y a la vez hermano, hay una cosa en Gramsci que a mi mano me ha...yo lo sigo dando vueltas, o sea en Gramsci está muy clarito, la necesidad de la ocupación del estado para que los sectores subalternos construyan unidad, hay veces que no hay otra hermano, o sea, ¿cómo construís? Incluso Gramsci dice así, súper pesimista te dice, “hermano, la historia de los subalternos es disgregada y discontinua”, ¿porque así es su historia! O sea, no es ahora vamos a hacer el club de obreros campesinos, no es así, hermano, o sea esa es la aspiración de Marx, de Lenin, que está todo bien pero en Bolivia en el 52 era imposible, o sea era absolutamente imposible. Es más, toma el poder la clase obrera, ¿y por qué no ejerce el poder? Porque no estaba en su horizonte el poder. Zavaleta dice una cosa bien bonita que dice, “Mandan a llamar a los más parecidos a los cuales acababan de derrotar para que se los gobierne”, ¿no? O sea, eran tan poderosos ante el enemigo pero tan débiles ante sí mismos, ¿no? Dice que tenían una extraña enfermedad intelectualista, solo a los doctorcitos podían ver gobernando, tenía que ser abogado, ¿no ves?, ingeniero o pequeño burgués. Los

indios y los obreros no gobiernan hermano, aunque eran muy radicales, belicosos lo que quieras, nunca habían construido, digamos, referencias de auto gobierno. Entonces, ¿qué pasa?, que también es importante hermano, aunque sea peligroso, complejo y no sé todo lo que quieras, la necesidad de construir una especie de estado que esté permeado permanentemente por el empuje de éstas tendencias desde abajo.

Daniel Valença: ¿Había una propuesta en la constituyente de Oruro, sobre el poder social, ¿no? Y después fue sacado.

Jorge Viaña: No, está en la constitución.

Daniel Valença: ¿Pero ha cambiado mucho, no?

Jorge Viaña: Sí, ha cambiado mucho, la han recortado...

Daniel Valença: ¿Cómo era la propuesta en el comienzo?

Jorge Viaña: Ellos mismos no sabían muy bien, ¿no? ese también es el tema hermano, por eso llegaban los abogados y el grupo de los 12 y “puta” hermano...es que es interesante hermano, nadie sabe lo que no quiere pero después no sabe qué es lo que quiere, ¡claro! Y cuando sabe lo que quiere no sabe cómo eso lo puede materializar, que es normal también hermano, o sea ¿qué vas a hacer ahí? “Putá” hermano el CSUTCB...además Gramsci y Zavaleta para mí son grandes porque justamente...Zavaleta es muy gramsciano, ¿no? Casi todas las categorías son solo aplicaciones y pulir las categorías de Gramsci, ¿no? Óptimo social, momento constitutivo, eje estatal, esas cosas. Porque comprende las dos cosas hermano, o sea, yo en eso hermano, estoy ahora sí súper claro, por eso estoy contento hermano, antes yo era más anti-estatalista, autonomista, más “jodido”, pero hermano, o sea es verdad, es decir cómo construyen los subalternos unidad, qué papel puede jugar el estado, ahora, ¿es peligroso?, ¡claro hermano! ¿Pero qué cosa no es peligrosa?

Daniel Valença: Incluso en la cuestión del liderazgo. ¿Cómo hacer eso? Como Evo, como Lula...

Jorge Viaña: Exacto, como Chávez hermano.

Daniel Valença: Antes yo veía eso como una debilidad, hoy ya tengo un poquito más de tranquilidad en cuanto a eso, porque ¿cómo puede hacer la unidad entre CSUTCB y CIDOB?

Jorge Viaña: ¡Claro! Y sectores intelectuales y esto, lo otro. Ahora, yo digo, sí es una debilidad pero no la vamos a superar tan fácilmente o sea, sí es delicado que el proceso dependa de un individuo y está mal en teorías lo que quieras, ¿no? Pero hermano, pero así funciona, o sea ¿cómo...?

Daniel Valença: Así es la realidad, fue así con Lenin, ¿no?

Jorge Viaña: No sé si con Lenin, eso es una tradición muy latinoamericana yo creo.

Daniel Valença: ¿Tú crees?

Jorge Viaña: Sí, o sea, algo muy interesante, el fin de la colonia te plantea una cosa clave que era la importancia de Bolivia en el año 1826 de fundar una especie de horizonte político, eso creo yo, es una hipótesis, por ahí muy bolivianista, chauvinista. Pero primero la pregunta, ¿por qué Bolivia es uno de los últimos países en independizarse? Hay muchas razones, el Cerro Rico que era “puta”, los españoles preferían perder cualquier cosa menos el Cerro Rico, segunda, una disputa muy grande porque Charcas pasa de Virreinato de Lima a Virreinato de La Plata, entonces los dos reclaman jurisdicción y bueno, al final se arma una cosa, una cuña entre Lima y Buenos Aires que es Bolivia, por eso también cada uno le quita, ¿no? Bolivia pierde la mitad de su territorio, en menos de 100 años. Pero hay una cosa política interesante, la primera constitución boliviana plantea el presidente vitalicio hermano, o sea, la trayectoria que venimos intentando reconstruir, puedes criticar parcialmente o estar de acuerdo a lo que está pasando en Venezuela, Ecuador, Bolivia, tiene una larga trayectoria, es igual que el tema ¿me entiendes? de...o sea, a ver...la posibilidad real de articular una nación que está tratando de construir un cierto liberalismo, pero además muy avanzado, Bolívar planteaba abolir el pongueaje, abolir el tributo, que se “cagan” hermano, lo ven y lo adulan y después se va y se “cagan” o sea, más colonialista que el estado colonial literalmente, o sea, no es arenga, es verdad. Entonces, ¿cuál es la forma de resolver? Horizonte de época hermano, “puta” Bolívar dice, “estos se van a sacar a la “mierda”, entonces presidente vitalicio”. Ahí entra Marx en el debate, ¿no? Con ex oficiales del ejército español que fundan repúblicas con presidentes vitalicios. Marx se hace la burla de Bolívar con todo este debate, es bien interesante hermano, dice, “ese Napoleón “suelo”, “de quinta”, [...], “puta” barbaridades le dice, ¿no? Creo que un poco injusta, es la verdad pero el debate es interesante, ¿me entiendes? Porque la perspectiva de Latinoamérica desde hace 200 años es esa, o sea, tú puedes decir por qué no tienen la capacidad el Evo, el Chávez de cuestionar esto, “puta” hermano bastante se ha avanzado para que se avance una cosa tan neurálgica, o sea articular los procesos estatales y los procesos de transformación profunda, siempre desde hace 200 años, por lo menos 180, se ha hecho alrededor de una lógica muy compleja entre la articulación estatal y el liderazgo casi, no sé, llamémosle eterno. Y en la primera época ni siquiera funcionó, Bolívar salió “cagado”, Sucre también, casi lo matan, entonces tú dices bueno, o sea aquí hay un problema de construcción del estado también, que tú puedes decir que es riesgoso, “puta” nos va a estatalizar todo, se va a ir a la “mierda” bueno pero hermano, o sea sí puede ser, puede ser que no también, pero bueno, o sea, ¿cómo le haces? O sea, tienes unas masas auto organizadas muy levantistas. Zavaleta tiene una frase muy bonita, dice que el maximalismo de masas, que Bolívar las caracteriza desde el Katari, ¿no?, digamos vuelve estéril toda la política dice, de izquierda, de derecha, revolucionaria, reaccionaria. Y en parte si tú ves la enorme disputa que hay en este bloque de poder, refleja un poco eso, o sea, a ver, no puedes tampoco hacer apología del maximalismo de masas; está bien la democracia es la auto determinación de las masas, no es la democracia burguesa. Es una frase de Zavaleta muy bonita, adecuada entre Marx, Gramsci hace esta frase, pero nunca es la auto determinación de masas perfecta. Pero a veces la única forma de articulación del sujeto subalterno es el estado y a la vez todo estado aunque intente representar las masas las niega pero hay que cabalgar esa contradicción, no te queda otra hermano, si no ¿que recetas te inventas? O te vuelves muy estatalista, o te vuelves muy hiper-autonomista y la “cagas”. Porque en este proceso no hay nada fácil, pues hermano, si tú estás queriendo hacer socialismo después de la experiencia de la URSS y de la

China que ahorita es hiper-capitalista, ¿qué vas a...? Yo digo, hay que más bien vivirlo desde otro lado hermano, sin tanta ansiedad y sin tanta... ¡Claro viejo! Tomad distancia histórica, no justifiques las “cagadas” estatalistas y pragmáticas, trata de identificarlas pero tampoco justifiques el hiper-autonomismo así, ¿no ves?, “puta” necio, no sé, pues hermano creo que ahorita ya podemos hacer, no sé, el anarquismo, no ver el anarco comunismo sin estado hermano. Porque yo también quisiera eso pero ¡no se puede! Entonces no sé si te ayuda ese debate, es muy interesante porque eso es muy gramsciano, yo creo que Gramsci ahí...o sea, no es que es estatalista pero entiende la importancia del estado y tampoco es que es hiper-autonomista, esto, lo otro, pero entiende la importancia. Hermano, ¿de dónde vienen las revoluciones? De la gente, de ahí, nunca viene del estado, el estado no va a hacer revoluciones ni aunque sea estado popular ni nada, ni plurinacional ni nada, el estado es estado hermano. Ahora hay estados mejores que otros, ¿no? Lenin decía, “a un estado czarista preferimos un estado burgués”, pero mejor estar en un estado de los Sóviets. Pero hermano no hay que confundir, o sea si tienes un estado czarista y construyes un estado burgués, bueno estás mejor, digamos, ahora si puedes avanzar más, mejor, pero el problema es quien evalúa si se puede avanzar más, sobre qué bases reales, con qué principios de realidad. Y hay gente que no tiene ningún principio de realidad...algunos ahorita están muy locos, dijo a ver viejo ya, ¿quién va a hacer lo que estás diciendo, no? Rectificar el proceso, tumbar a este gobierno hacer comunas auto organizadas, ¿quién va a hacer eso? Hay alguien que está haciendo eso...

Daniel Valença: Yo he leído algunas cosas así, yo he leído...

Jorge Viaña: ¿Sos loco hermano? Ahora, sus premisas, sus fundamentos y sus argumentos yo los comparto casi todos hermano, te lo firmo, pero el balance político y las conclusiones, hermano ¿estás en la luna?, o sea, lee la realidad. Además ahorita dijo en pleno derrumbe del sistema hegemónico norteamericano, que se vuelve mucho más violento, esto es bien más estúpido hermano. O sea, ahorita nadie quiere hacer lucha armada ni los cubanos hermano, nadie quiere hacer en ningún lado, solo las FARC, que ya también es complicado porque 15.000 hombres movilizados o 20.000, ¿cómo sostienes? ¿de dónde sacas recursos?, “puta” hermano, o sea es “jodido”. Bueno otra cosa es medio oriente, los palestinos bueno, ahí capaz no hay otra, ¿qué vas a hacer hermano?, pasas de colonia británica a colonia israelí, “puta” hermano, no les puedes decir que no piensen en la lucha armada, ¿qué vas a hacer hermano?, no “puta”, o sea te han chingado y te siguen chingando, bueno, pero incluso ahí puedes decirles bueno capaz la única que te queda ya que eres muy inteligente, no sé haremos otras cosas. Entonces no sé, ¿me entiendes? Ahí es un tema, o sea yo creo que el tema ese del análisis que hace Gramsci, de la revolución francesa hasta la comuna de París, es lo que hay que aplicar en Latinoamérica hermano, porque son procesos que van a durar 80 años, ahora por ahí se mueren a los 40 o reviven a los 56.

Daniel Valença: Sí, hay esa posibilidad también, sin duda.

Jorge Viaña: Porque ahorita no sabes cómo va a ser el mundo de aquí a 30 años, ni siquiera 20 hermano.

Daniel Valença: ¿Tú conoces a Valter Pomar de Brasil?

Jorge Viaña: No.

Daniel Valença: Es del Partido de los Trabajadores, creo que es uno de los principales intelectuales del PT hoy.

Jorge Viaña: ¿Cómo se llama?

Daniel Valença: Valter Pomar.

Jorge Viaña: ¿Puedes escribir los nombres de los que me has dicho ya?

Daniel Valença: Sí, claro, yo voy a enviarte por correo.

Jorge Viaña: Anótame algunos ahorita hermano, ¿puedes ahorita?

Daniel Valença: Sí, puede, puede, vamos a ver, aquí. Tiene un blog muy interesante.

Jorge Viaña: Ah ya, sí el blog después me lo puedes mandar. Este flaquito gramsciano que se llama, que me has dicho, ¿Wagner cuánto? El cumpa de Coutinho.

Daniel Valença: Ah sí, Marco Aurelio Nogueira. Creo que tengo algunas cosas...

Jorge Viaña: Sí, este otro que me has dicho del blog.

Daniel Valença: Valter Pomar, es buenazo, un intelectual fuertísimo de la actualidad.

Jorge Viaña: Ya, ¿y otros marxistas así, brasileiros?

Daniel Valença: Ah bueno, está Ricardo Antunes...

Jorge Viaña: ¿Y conoces a alguno de ellos?

Daniel Valença: Bueno, Valter Pomar es de nuestro grupo, del partido.

Jorge Viaña: PT ¿no?

Daniel Valença: Eso. De la izquierda del PT porque hay varios grupos. Ricardo Antunes ahora está en el PSOL (Partido Socialismo y Libertad) es una disidencia del PT desde el 2005, desde el comienzo del gobierno. Ricardo Antunes escribe mucho sobre el mundo laboral, mucho, sobre el mundo de trabajo. Pero hay otro que para mí es el mayor marxista vivo hoy en Brasil, que se llama José Paulo Netto. Ese tengo buen contacto con él, Paulo Netto, él forma parte del Partido Comunista de Brasil, pero también en Brasil hay Partido Comunista y Partido Comunista do Brasil, que es de la alianza del gobierno y su partido es de oposición de izquierda al gobierno, PCB. Pero es buenazo en el análisis marxista, buenazo, creo que es el mejor marxista vivo hoy, ya es un señor, ya es bien viejito, es del Servicio Social, creo que es Trabajo Social el nombre, Servicio Social, hay Ciencias Sociales y hay una otra que en Brasil le llamamos de Servicio Social, otra área temática también. Creo que esos son algunos de los principales. El Valter Pomar es leninista y trabaja mucho con Gramsci también pero es leninista con mucha fuerza y está volcado a la lucha política directa o sea, escribe y reflexiona sobre la lucha política, no hace una reflexión sobre marxismo más ideológico, más idealizado, hace una reflexión sobre

la lucha directa entonces, en una semana está escribiendo contra las políticas de la derecha, en la otra contra trotsko, es muy buenazo.

Jorge Viaña: Ya, ¿y a estos tú los conoces no?

Daniel Valença: Sí, José Paulo Neto tiene una discusión sobre el marxismo como un todo que es muy buena, Ricardo Antunes sobre la cuestión de trabajo, del mundo de trabajo, sin duda. Lo que Ricardo Antunes plantea es que el mundo del trabajo no se fue, al contrario, está más fuerte de lo que nunca pero a partir de otras maneras de otras formas que...

Jorge Viaña: ...com eso volvemos voluntad de construir anti-capitalismo hermano, ¿no? Porque aquí también el Álvaro ha escrito un librito que se llama "Reproletarización"...

Daniel Valença: Sí ¿Cuándo fue eso?

Jorge Viaña: 2001, creo, por ahí o 2000.

Daniel Valença: Yo creo que voy a intentar leer todas las obras de Álvaro de esa década, porque es muy bueno y tiene un análisis de la realidad muy bueno, muy fuerte. En Brasil yo leí "La potencia plebeya", hay una traducción al portugués y es fantástico, vas percibiendo que a lo largo de varios años el análisis de lo intelectual acompaña el proceso político, a veces consigue ver un poquito más adelante, otras veces, se rezaga.

Jorge Viaña: Claro, incluso en la idea de potencia plebeya está un poco ese déficit, ¿no? O sea, la clase obrera hermano, ¿cómo lo vamos a hacer?

Daniel Valença: Las que son de la forma de multitud y...

Jorge Viaña: Claro, la forma de multitud puede tener mucha voluntad y potencia pero hermano, ¿cómo haces?

Daniel Valença: Y eso yo percibí mucho, por ejemplo he estado con mucha gente del CSUTCB, de Bartolina, interculturales y es una cosa impresionante la cuestión de la organización, de la disciplina militante pero al mismo tiempo también es muy preocupante la falta de horizonte, si tú preguntas ¿pero dónde estás? Estoy con el proceso de cambio. ¿Pero porque es un proceso de cambio? Y me parece que con los interculturales eso es aún más difícil, me parece que las visiones aún más idealizadas, la visión de des-colonial, pero eso al contrario de ser una cosa potenciadora y una palabra de orden para la gente, inmovilizadora, se transforma en algo solo y alejado de la realidad. Los campesinos ya tienen un poquito más y son un poquito más fuertes con esos conflictos, ¿no? Creo que incluso por su condición de clase, pero mismo así hay una dificultad muy grande de ver. No sé si el ingreso de la COB en la concertación de los movimientos que apoyan el gobierno, si es bueno, ¿da para hacer una presión en esa posición?

Jorge Viaña: Es bueno, pero el problema está en que claro, las condiciones en las que ahorita se desarrolla la política de la clase obrera son condiciones bien "jodidas". Hay una aristocracia obrera, que gana muy bien, como te digo...en Huanuni hay 5.000 obreros hermano, para un país de 10 millones es un montón.

Daniel Valença: ¿Dónde hay 5 mil?

Jorge Viaña: En Huanuni. Huanuni es la empresa estatal más grande de COMIBOL y en Colquiri hay 1.000 obreros, casi 1.500. Pero hermano una buena parte de ellos que son los formados políticamente ganan 4 veces lo que gano yo, entonces esos tipos no están pensando en hacer la revolución anti-capitalista hermano, están en otra. Entonces son una clase obrera que se está formando pero de entrada, con un tema muy “jodido,” es una aristocracia obrera hermano.

Daniel Valença: Sí, porque en verdad la gran parte de la mano de obra urbana está en la informalidad, está en las calles, está en...

Jorge Viaña: Y además el capitalismo ha hecho la cosa más inteligente que es justamente desmontar los núcleos obreros, desde Detroit hasta Pekín hermano, o sea. Entonces, no es tan fácil, o sea, el gran problema es, socialismo comunitario en términos de potenciamiento en las estructuras comunitarias hay un déficit, hay que ver cómo hacemos para superarlo, pero en términos de su, digamos, alineamiento de esa perspectiva de horizonte histórico por parte de la clase obrera, no hay un sujeto hermano, o el sujeto está en otra, entonces tú puedes especular todo lo que quieras con buena fe o mala fe respecto a la voluntad política del gobierno pero no es solo eso, ya es un problema estructural...

Daniel Valença: ¿Y tú crees también que la cuestión de la organización vecinal no tiene tampoco condiciones de traer una respuesta para esto?

Jorge Viaña: Es que, a ver, la organización vecinal hermano, es lo que decía la Mabel, que a mí me parece interesante, ¿no? O sea, los sectores populares, ¿cuál es su horizonte histórico en términos marxistas? O sea, es muy difícil, tal vez algún ex minero te plantea algo medio anti-capitalista pero, ¿qué es lo que quieren hermano? Y lo que estamos haciendo es complejo también por eso estaba interesante la posición del uruguayo, de Mujica ¿no? Hermano, creando clases medias consumistas no vas a avanzar al anti-capitalismo, o sea ahora, eso no puedes dejar de hacerlo a la vez, ¿cómo haces en esos países? O sea, no es Suiza o Dinamarca que ya ha construido una base material y que puedas pensar otras cosas, politiza a la gente. Es un dilema, lo que quiere la gente, las organizaciones barriales y nacionales populares, las FEJUV, quieren mejores condiciones de vida, quiere agua, quiere caminos, quiere alcantarillado, quiere luz, derechos, quieren derechos. Entonces construyes consumidores y no ciudadanos anti-capitalistas hermano. Ahora, cómo transitar en una cosa que te permita, sí bueno, crear consumistas pero a la vez ciudadanos anti-capitalistas, bueno ése es el desafío hermano y no es mala voluntad de nadie, ¿cómo haces? Es igual a los años 50, a mí me cuenta un amigo y me decía, “puta” hermano Perón hacia hacer edificios como este, ¿no ves?, 50 ya lo mejor pa’ la clase obrera, les ponían pisos de parquet con madera y “puta” los tipos sacaban el parquet para hacer el asado en su terraza. O sea, habías construido consumistas, ellos no tiene la importancia de que tenga su casa bonita con parquet, más cómodo, tu hijo no se resfría. ¡Los tipos sacan el parquet para hacer asado! O sea, ¡no le des rosas a los chanchos! Hay por un lado una buena dosis de necesidad de crítica, de la voluntad política, donde quieras, con sus diferentes niveles en Brasil, en Argentina, de diferente forma en Bolivia, Ecuador, pero si no incluyes un análisis estructural justamente de bloque histórico, bloque histórico no es alianza de clases, o sea, ni siquiera eso realmente hemos logrado acá. Recién la COB se está incorporando en una perspectiva de regateo de su ser obrero, ni siquiera de cuestionárselo. Entonces a ver, si analizas en términos

de bloque histórico, no hay un bloque histórico, se está construyendo, bases materiales [...] base estructural de cambio de la estructura económica. El problema de hegemonía no es solo un problema político, también es un problema de generar bases económicas, el problema de hegemonía es un problema económico y político, en eso hemos avanzado un poco. Y lo otro se ha avanzado aparentemente más pero también es poco, entonces, por eso digo, o sea, ¿cuál es la idea bonita de Gramsci?, que desde la Revolución Francesa hasta la Comuna de París la idea básica es esa ¿no? La burguesía aquí nace como aspirante al poder pero viene las restauraciones napoleónicas, la revolución de 1848 y aquí nace la clase obrera como lo novísimo, aquí había pero no aspira al poder, aquí sí. Y aquí se cierra ¿por qué?, porque lo nuevo se impone que es la burguesía y lo novísimo termina de morir que es la clase obrera, o sea, ya no ‘jodan’. Entonces eso está pasando en latino américa hermano, es un buen esquema no de análisis solamente de Robespierre, y los Sans-culottes...hay clase obrera ¿ahorita? ¡No hay! Pero capaz sí haya en 30 años que hagan un intento de toma del poder pero capaz que les va mal como en el 48, ésa es la revolución latino americana. Entonces por eso es tan importante verlo en esa perspectiva de 100 años, 50, 70, ahora no para justificar, bueno entonces nos “cagamos” y no intentamos en nada del socialismo a nombre de qué va a tardar 40 años, no tampoco. Pero bueno, ese debate no te lo da nadie hermano ahorita aquí, ni en Brasil creo mucho. La perspectiva gramsciana para mí es eso, es comprender en el contexto histórico la importancia de la toma del poder pero a la vez de la construcción de hegemonía y que eso dura 10, 20, 30 años. Zavaleta tiene una frase muy bonita que dice, “La historia avanza fracasando” dice, y los hombres que están haciendo las cosas en ese momento no pueden hacer las cosas de otra forma. Pero avanzan fracasando, no avanzan triunfando, ¡pero avanzan! Entonces la gente no entiende esa cosa dialéctica, avanza pero fracasando y bueno hermano, o sea ¿cuánto más podemos sostener esto? Capaz que no demasiado, 5 o 6 años. Se va a la “mierda” Venezuela, es “jodido” con Bolívia porque se van a entrar en la lupa...Está avanzando, ahora fracasando, sí tal vez hermano, quien sabe, ojalá que no. O sea cuando no combinas coyuntura con transformaciones estratégicas estructurales, te equivocas porque solo piensas en las transformaciones estructurales estratégicas y se te cae la coyuntura, o al revés.

Daniel Valença: Valter escribe mucho sobre eso, sobre la cuestión de la década del 80 en adelante, la izquierda en el continente, de hecho la elección de un camino nacional popular y socialista que incluye acciones dentro del campo capitalista pero al mismo tiempo acciones de contestación del campo capitalista y cómo hacer una manera que se fuerce la correlación de fuerzas pero al mismo tiempo no se exceda y haya una contra revolución, la contra ofensiva de la derecha, que es la disyuntiva entre los trotskos y el reformismo puro, que tiene que estar siempre en el medio, entre una cosa y otra.

Jorge Viaña: Claro! Hay cosas que cuestionan que son verdad, pero el problema es, ¿se puede hacer lo que tú planteas? No se puede, y no es porque yo no quiero ni porque soy traidor, todos queremos ir al socialismo hermano. Ahora el problema es que nadie sabe qué es eso y cómo hacerlo, menos los que están ahorita de ministros, diputados, están en otra hermano, o sea están tratando de sostener mínimamente esta “cagada”, a veces mal, a veces bien. Entonces yo digo, esa permanente interlocución y rupturas entre los gobiernos y los movimientos, se necesita mucha madurez para, estando en el gobierno o en la sociedad, sostener las dos cosas. Avances aunque sea mínimos en la estrategia de transacciones

estructurales pero cuidando la coyuntura que no se te caiga a la “mierda”. A veces armamos puras maquinarias electorales donde nadie está formado, a nadie le interesa cambios estructurales de ningún tipo y bueno pero también, ¿qué va a hacer Bolivia después de 8 años de sostener esto? Otra cosa es difícil que haga. Ahora tú puedes decir, bueno pero por lo menos formen bien, haremos cursos, hay escuela adecuada...sí hermano, en eso estoy yo, digamos...

Daniel Valença: Sí, me parece que hay un intento de hacer escuelas de formación, está la vicepresidencia, está la Escuela Nacional de formación del MAS, hay algunos...

Jorge Viaña: Ahora, ¿se puede hacer más y mejor hecho? ¡Claro! ¿Y a veces no hay voluntad política? También a veces no hay hermano, o no hay comprensión del tema. Entonces este nivel de debate yo no veo casi nunca hermano, por eso ya me aburre a veces, digo pero hermano, ¡no sean tan necios! O sea...

Daniel Valença: ¿Tú estás en la vicepresidencia aquí?

Jorge Viaña: Estaba yo de director de ese centro de investigaciones, pero bueno este proceso electoral y mil cosas han hecho que...mejor me bajo de ahí y voy a entrar de investigador al centro. Entonces, este es un tema clave hermano, porque tienen que ayudarnos pues, la gente de afuera, hay gente que puede ver con mucha más claridad...es como cuando ves a tus amigos, ¿no?, los defectos de ellos los ves claritos y los tuyos no.

Daniel Valença: Claro, claro, claro...sí y mi idea es esa también, bueno si yo elegí esa propuesta de investigación es porque me gusta el proceso y contribuir con alguna cosa. El sábado estoy saliendo para Cochabamba, los trabajadores sociales tienen un curso de formación de marxismo, yo estaré allá para ayudar en la formación.

Jorge Viaña: Qué bueno. ¿Cuáles trabajadores sociales?

Daniel Valença: ¿Tú conoces a Patricia Chávez? Ella es la que me invitó. Entonces, creo que es eso también porque alía dos cosas, tu intención como investigador pero también tu intención como militante político porque nosotros queremos que el proceso se desarrolle aquí y en todos los lugares donde haya posibilidad. Bueno, me quedaré aquí hasta fin de julio o comienzo de agosto, pero en el 2015 trataré de volver, con seguridad, porque en Brasil tú haces la investigación de doctorado por 3 o 4 años y hay un momento donde tú haces una defensa previa y los profesores de la banca, del examen, hacen varias sugerencias, entonces voy a tener que sistematizar mucha cosa, llevar varios libros para leer en Brasil y después de esa banca volver para hacer nuevas entrevistas, para ver nuevas visiones. Pero me gusta eso porque aquella idea, “ah porque la constitución es una cosa fantástica y los plurinacionales y la justicia indígena, es una cosa muy idealizada, no me gusta, no contribuye con nada”.

Jorge Viaña: Pero lo que pasa es que mira, por ejemplo un tema clave, ¿no?, el tema de la tierra hermano. O sea en la constitución está que nadie puede tener más de 5.000 hectáreas, nadie está intentando implementar eso hermano, porque es imposible, ¿cómo haces? Se te cae toda la producción agrícola y además te compras un pleito terrible con la oligarquía cruceña...

Daniel Valença: Incluso con la constitución se mantuvo la propiedad anterior de más de 5.000 hectáreas, los que tenían más de 5.000 antes continuaron teniendo.

Jorge Viaña: Claro, pues, porque la ley está colgada ahí en el aire hermano. Ahora, a todos nos encanta, es maravillosa, menos a los que tienen 100.000 hectáreas, pero ¿qué hacemos? Tenemos 3.000 de esas cosas en la constitución, ¿cómo haces que el alimento sea un derecho humano, a ver hermano? Tienes que producir lo mínimo de alimento necesario aunque sea como mercancía. Entonces necesitan que se las piensen bien, tener un plano de 5 o 10 años y capaz ni así funciona. Y la verdad es que sí hay muchas cosas que se están haciendo, o sea en algunas cosas sí en otras no. Por eso te digo en algunos lugares sí el estado nos ha tomado, y no es que nosotros hayamos tomado el estado pero no por eso vas a decir, bueno, en general nos ha tomado el estado y ahora nosotros ya no hemos tomado nada. Es una disputa hermano, sigue ahí la disputa con errores, defectos, problemas.

Daniel Valença: ¿Y hay algún incentivo a la producción social en el campo, a la producción colectiva? Por ejemplo en Brasil hay una cosa que es histórica que es la propuesta de reforma agraria y hay asentamientos en donde el movimiento de los trabajadores rurales sin tierra consiguen hacer con que la gente trabaje colectivamente pero en la mayoría de las veces no lo logran porque cada uno quiere trabajar solo. No sé si aquí consiguen hacer eso, tal vez con el tema indígena eso pueda ser un poquito más fácil, no sé.

Jorge Viaña: Sí, pero se ha concentrado mucho del 2010 al 2014 en tratar de hacer los grandes proyectos de transformación estructural, por lo tanto grandes obras basadas en la infraestructura, petróleo, gas, caminos. Entonces bueno, ahí sí se podría decir hermano, habría que hacer un análisis de los presupuestos del 2009, 10, hasta ahora, cuánto se usa para realmente potenciar la economía, y sí, yo pienso que tampoco se ha avanzado mucho y tal vez sí ahí habría que hacer una crítica, en fin, ¿no? Pero hermano, o sea no se puede tener la chancha, los chanchitos y la fábrica de embutidos todo junto y...

Daniel Valença: Claro, sin duda. Y estás en el país que era el más pobre de Sudamérica con el desarrollo de las fuerzas productivas más débiles.

Jorge Viaña: Claro, si tú no desarrollas fuerzas productivas técnicas más o menos avanzadas, no vas a salir nunca del extractivismo. Ese debate del extractivismo o anti-extractivismo se lo maneja de una forma muy "boluda", ¿no? O sea, Brasil que es la octava economía del mundo ha profundizado su perfil extractivista pero no es porque Lula es traidor, o sea, "puta". ¿Porque qué va a hacer Brasil? O sea, es un campo que está definido por la división internacional del trabajo o sea, no lo define Lula. Y si Brasil no puede hacer demasiado, ¿qué va a hacer Bolivia hermano? Va a dejar de producir gas para que los ecologistas estén felices? No hermano. Ahora, por otro lado los cabrones estatistas también se aprovechan de eso para hacer "cagadas", también hay eso. Pero bueno, ese es el tema, cuando hay "cagadas" en un lado dices, cuando hay "cagadas" en el otro, dices.

Daniel Valença: Buenazo, buenazo...

Jorge Viaña: Es interesantísimo hermano...

Daniel Valença: ¡Sí muy bueno! Sigamos hablando, hay muchas cosas para hablar y muchas cosas para leer también.

Jorge Viaña: Sí claro. Con calma hay que meterle.

Daniel Valença: Yo te voy a enviar una lista de libros que me sugirieron para que tu hagas otras...

Jorge Viaña: Ya súper. Voy a ver si tengo un tiempito de ponerte unos cuantos libros.

Daniel Valença: Ah sin duda, gracias, gracias, gracias...y el contacto de Oscar también, de algunos de la derecha es importante, es interesante...

Jorge Viaña: Sí, si quieres hablar con él, súper hermano.

Daniel Valença: Buenazo, buenazo. ¡Sigamos, sigamos en el trabajo! Jorge, ¿yo puedo utilizar la entrevista para finalizar mis trabajos?

Jorge Viaña: Sí claro, puedes.

Daniel Valença: Sí, gracias.

Entrevista concedida por CENTELLAS-ROJAS, Ximena Ana María. **Entrevista 3** [jun. 2014]. Entrevistador: Daniel Araújo Valença. La Paz, 2014. 1 archivo de mp3 (1h07min).

Daniel Valença: Buenas tardes. Me gustaría preguntarte cuál es el papel de la Constitución de 2009, cómo tú la percibes, cómo tú la ves.

Ximena Centellas: La Constitución es todo un proceso de refundación del Estado, o sea, yo creo que la Constitución, más que una norma escrita que define muchas conquistas populares, es una victoria popular porque ha habido un sujeto social boliviano que articula diferentes sectores y clases, no en una alianza de clases, sino en un proceso de estructuración y de lucha en la que la vanguardia es el movimiento indígena originario campesino pero que recoge mucho del proceso de lucha del movimiento obrero desde el 52 en Bolivia que es la Fundación de la COB. Entonces lo que se habla que es la memoria corta y la memoria larga, como menciona Silvia Rivera, ella le puso el nombre pero es la realidad, o sea es la conquista de 500 años de un intento de tener un estado que sea propio, ¿no es cierto? Porque en Bolivia siempre se habló, por eso, de la inestabilidad democrática porque el estado nunca abarcó el conjunto de la población, a pesar de que somos solo 10 millones, tenemos un amplio territorio para esos 10 millones, nunca el estado llegó hasta el último rincón del país, nunca atendió al conjunto porque era un estado colonialista y discriminador hasta el 2006, un estado que no consideraba la mayoría de la población. Las mujeres recién votamos desde el 52 y el indio es ciudadano desde el 52, estamos hablando apenas de 70, 80 años atrás. Entonces, la Constitución que se aprueba el 2009 es la expresión del conjunto de demandas tanto históricas como concretas y actuales de los diferentes sectores, pero además la reivindicación de un conjunto de derechos tanto individuales como colectivos que son inscritos a través de un proceso constituyente muy rico. Entonces, si tú quieres decir cómo se inscribe esta Constitución, se inscribe en medio de una lucha de clases poderosísima, por eso no se puede hablar de esta Constitución sin entender todo el proceso constituyente que ha implicado una tensión de fuerzas, una correlación de fuerzas, la resistencia del lado conservador nacional por evitar la modificación, el avance impetuoso de los diferentes sectores que han puesto en letras de molde todo. Las mujeres, por ejemplo, heredamos la tierra, tenemos en conjunto el 50% del poder y se han reivindicado un conjunto de demandas que teníamos históricamente, el sector indígena originario campesino, los gays, o sea, todo el mundo, como se dice en Bolivia popularmente, metió su cuchara en esa Constitución y lo puso en letras de molde. Pero esa redacción, ese entendimiento del pueblo boliviano no ha sido tan sencillo porque mientras los constituyentes en un momento se sentaban en comisiones a redactar al otro momento se estaban agarrando a palos con la oposición y al otro momento volvían a sentarse y a reflexionar. La reflexión también ha sido interna dentro del MAS, dentro de las organizaciones políticas, por eso te hablaba, digamos el tema género, nosotros podemos plantear muchas reivindicaciones pero, de hecho, de la organización política del MAS por ejemplo tenías que pelear con los varones el tema de los derechos de la mujer. Entonces, el proceso constituyente es muy rico, es como yo les decía a varios amigos constituyentes, es la mejor escuela política que han podido tener porque era una dinámica teórica y práctica y de redacción inmediata, o sea, ahorita estoy redactando, pensando y al otro rato me estoy agarrando a puñetes con la oposición, es decir, fue una dinámica muy fuerte la constituyente.

Daniel Valença: También los conflictos con la propia base social, ¿no? Por ejemplo, tú hablaste ahora de la cuestión de los derechos de género y de diversidad sexual y creo que hace dos, tres semanas un grupo de mujeres hicieron una manifestación por el casamiento gay y me recuerdo que el presidente del senado, Rojas habló que era una cuestión de dolencia mental la cuestión de la homosexualidad, o sea, dentro del propio bloque hay mucha pluralidad de acuerdo con su origen...

Ximena Centellas: Esa es la clave de nuestra Constitución, que ha logrado capturar esa diversidad no solamente cultural, no solamente de clases sino también de pensamiento ideológico. Por eso se pone como primer punto que es un estado plurinacional e intercultural que tiene que ver con un concepto muy amplio de interculturalidad y resume la lucha de diferentes sectores pero que además, en el caso boliviano, han aprendido lecciones históricas, o sea, no somos el típico país con una típica izquierda como fue la izquierda latinoamericana, que unos pensaban y otros luchaban. Acá ha habido un proceso de asimilación de esa crisis histórica. ¿Qué pasó con nuestra izquierda? Todas las vertientes aquí en el 85 fracasan: los maoístas, los trozkistas, los stalinistas, todos los "istas" y el pueblo boliviano dice ¿ahora qué? Esta izquierda no me sirve. Porque esa derrota no solo implica una falta de capacidad o de vocación de poder en el gobierno del partido comunista que era el más grande en ese momento en Bolivia, demuestra una incapacidad de la clase pequeño burguesa de llevar adelante un proceso revolucionario, que la clase obrera no había gestado un líder a la altura del proceso del sujeto social.

Daniel Valença: ¿Y por qué tú crees que los campesinos consiguieron ocupar ese espacio?

Ximena Centellas: Ahí viene. Porque la clase obrera que había hecho la historia de la consciencia, había escrito programas, había marcado línea antiimperialista en este país, no generó un liderazgo acorde. El pecado original tiene que ver también con la llegada del marxismo a Bolivia. El marxismo a Bolivia ingresa a partir de la pequeña burguesía y no de la clase obrera. Y es ella la que transmite la formación ideológica. Evidentemente la clase obrera potencia, se organiza, maneja una visión socialista pero no llega a forjar un liderazgo, porque está corporativizado a ratos, por el MNR, por los procesos que vienen antes de la fundación de la colonia. Pero no importa porque hemos aprendido esa lección histórica, entonces la clase obrera no es derrotada a bala, no es derrotada con una dictadura, cae por su propia incompetencia no como clase pero sí la dirección política de esa clase que es la vieja izquierda. Lecciones que en Brasil, Argentina, Chile todavía no se han aprendido del todo como en Bolivia. Fue muy dramático para nosotros por el proceso pequeño poblacional, por la fuerza de la vanguardia obrera, por la virtud boliviana de tener una sola central de trabajadores, que tampoco lo tiene el resto de la América Latina. Entonces, eso nos enseñó a ser un compacto sujeto social que lucha contra una burguesía que no es tan potente, aunque hay una fuerte intromisión imperialista siempre en este país y la embajada siempre ha manejado muchos conflictos, asesinatos, tomas, exterminio de grupos guerrilleros y demás pero, digamos, es una burguesía débil, no tenemos una poderosa clase media que neutralice la opinión pública y amortigüe el sistema y la clase obrera que, al verse impotente de tomar el poder, por la propia situación de este sujeto social que no tiene dirección política acorde, genera todo este proceso de removimiento, se suman los 500 años de la colonización y también el hecho de que los pueblos indígenas, lo que te decía, ha

habido en Bolivia históricamente una resistencia al manejo estatal. No solo el estado era colonialista desde arriba, discriminador y era para unos cuantos blancos y hombres además, sino el hecho desde abajo que nunca se garantizó ni se comprendió lo que era el país. Los indios no existían, los indios no contaban y la mayoría de la población boliviana entre indios y mujeres no era contada para el estado. Entonces se genera la resistencia colonialista en el mundo indígena, una subversión, una incredulidad que todavía subsiste ahora y lo has debido ver, respecto al funcionamiento del estado. “Yo no creo en el estado”, o sea, no es como en Brasil, en Chile, donde el estado tiene una fuerte presencia, un fuerte respeto a su institucionalidad, en Bolivia no, en Bolivia ¿a quién le importa el estado? Porque el estado no es nuestro y además porque esta resistencia aimara pasiva quechua, de los pueblos indígenas originarios campesinos generaba sus propias autoridades a través de sus usos y costumbres. Entonces, tú tenías problemas en una ciudad, en un departamento porque está un alcalde, un corregidor que tiene que ver con el estado colonial pero está el *jilakata*, la *Mama Talla*, está el *Mallku* que para ellos es más valedero que el alcalde o el gobernador. Aparte, una alcaldía tan pobre, una gobernación tan pobre que la gente prefiere sus autoridades propias, sus formas de gobierno, su propio manejo de ejercicio de poder. Siempre en Bolivia ha habido esto, más velado, menos velado pero la resistencia aimara pasiva o quechua ha estado siempre vigente y no solo en el mundo aimara y quechua, también en el resto de los pueblos indígenas que manejaron sus pueblos, fue la forma de resistir ante la colonia. Entonces, esa ingobernabilidad boliviana daba lugar también a que: no nos gustaba un presidente, lo sacábamos, o sea, aquí no se asienta la democracia liberal representativa y la potencia de un estado, desde nunca. Entonces, para nosotros, cuando la clase obrera fracasa, es derrotada, es dispersada por el neoliberalismo que ha vivido toda la América Latina, se reconfigura la lucha pero ¿qué pasó con estos mineros? Por eso los campesinos adquieren el rol dirigencial. Estos mineros que son expulsados como parias por todo el territorio nacional, hay hijos de ellos que son los que se van a Cochabamba y que constituyen lo que será la base ideológica de los cocaleros. Entonces, los cocaleros en el Chapare son hijos de mineros, entonces, tienen una consciencia histórica lacrada con sangre, los padres y las nuevas generaciones, pero aparte de eso, el hecho de haber sido expulsados como relocalizados, mal llamados relocalizados los mineros, hace que ellos jamás quieran soltar ese pedazo de tierra que tienen para producir coca. Entonces la defensa del katu de coca no tiene que ver con el narcotráfico tanto como el hecho de “yo ya no voy a volver a ser condenado, a ser un paria errante que no tenga de qué vivir” y defenderán con su vida ese pedazo de tierra. Si a eso le sumas el hecho de la consciencia antiimperialista minera, la consciencia de clase heredada de los viejos mineros, pero además la presencia de las tropas norteamericanas en territorio cocalero, permanente abuso de derechos humanos, violación de mujeres, robos, asaltos, asesinatos a mansalva, al extremo indignante de izar la bandera norteamericana como si fuera territorio norteamericano el Chapare, ¿no? Yo iba a dar talleres allá y eso parecía una película de Vietnam porque pasaba el helicóptero y los camuflados, es decir, era un territorio tomado el Chapare con una violación absoluta y brutal de los derechos humanos. ¿Qué pasa? Esa consciencia del sector indígena se concretiza, se cristaliza con una memoria histórica hacia el socialismo. Es lo que siempre hago la broma, no se hace una revolución solamente porque hay pueblos indígenas, pueblos indígenas originarios hay en Guatemala, México, Ecuador, etc. y eso no implica garantía exclusiva de que haya proceso de revolución. El otro tema está la modalidad de la resistencia de esos pueblos

indígenas; hay pueblos quechuas más agresivos, menos agresivos. Yo tengo una hipótesis que tengo que refrendarla con una investigación, que el mundo aimara tiene un otro componente, por ejemplo la diferencia entre Bolivia y Perú, si analizas, no basta, por eso te decía, tener solamente pueblos indígenas. El quechua peruano es muy diferente del boliviano. Pero ¿qué cambia la lógica en Bolivia?, el componente aimara; 50% de aimaras y 50% de quechuas es en Bolivia, diferente al Perú que tiene un 3, 2, 5% de aimaras y el resto son quechuas, hablando de su composición originaria campesina, entonces el componente aimara tiene otras características, además porque el incario que fue dominado por los quechuas somete a los aimaras, pero los sometimientos que se hacían en la época del inca eran de negociación, lo que hacía el inca, inteligentemente, era sumar a la nobleza aimara a su corte de nobles y agrupar y el dominio se mantenía. Pero la resistencia aimara pasiva tiene componentes muy interesantes, viene desde la cultura del Tiwanaku el que hasta el día de hoy es uno de los conflictos que probablemente después ojalá no tenga que enfrentar el gobierno es, los aimaras dicen bueno aquí nos van a resarcir también los quechuas, ahora somos aliados porque hay un enemigo en común pero ellos nos han domesticado y nos han sometido en una época; y el componente del aimara es distinto, es más agresivo, es mucho más pacífico y callado, por eso se dice resistencia aimara pasiva porque lo que hacía el aimara era, el español le decía: “vas a poner este vaso aquí” y el aimara le miraba, “ya”, pero no lo ponía, entonces que piensan los españoles, y hasta lo piensan ahora los argentinos con la migración boliviana, que este es un imbécil que no me ha entendido, no, te ha entendido perfectamente pero no le da la gana. Eso se llama resistencia aimara pasiva, ahora, no te voy a enfrentar, no voy a pelear contigo, no, no lo hago y punto. Tiene otros componentes la lógica aimara, que equilibran porque son más radicales y esto me lo decían ellos mismos, hacen una comparación entre Tupac Amaru y Tupac Katari. Tupac Amaru es un dirigente quechua del lado peruano, Tupac Katari es aimara, entonces, ve el discurso, te dicen ellos mismos. Tupac Amaru te decía que él quería ser reconocido como virrey por el rey español, él quería ser reconocido como monarca del incario pero monarca dentro de la corona española. ¿Qué te plantea Tupac Katari? Revolución total, autodeterminación, a él no le interesaba ser reconocido como monarca porque él había sido oprimido también por los quechuas. Entonces, el radicalismo aimara tiene un componente muy fundamental en Bolivia también, porque el quechua negocia, el quechua te transa, concilia en momentos, y en Bolivia es igualito en Sucre, Cochabamba que son las zonas quechuas, es muy diferente a la zona aimara que es la parte de Potosí. En Bolivia todas estas cosas, primero un mundo indígena compuesto así por aimaras y quechuas casi en 50%, una vanguardia cocalera que además es aimara y quechua porque no te olvides que estos hijos migrantes aimaras, quechuas, mineros, porque el minero era aimara y quechua han ido a Cochabamba, entonces eso hace que los cocaleros reflejen una vanguardia política muy superior en un mundo indígena. Que ayuden en el aglutinamiento y, sobretodo, en el radicalismo primero y en la potencia de su lucha. Por eso te decía, un cocalero que sufre violencia de derechos humanos, que no quiere perder su katu, que no va a ser paria y que tiene que enfrentar al imperialismo todos los días, es muy radical, muy claro en su antiimperialismo y en su proyecto histórico. Entonces eso sacude al mundo indígena originario campesino, hace alianzas entre aimaras, quechuas, etc, pero también hacen alianza entre tierras altas y tierras bajas; hay una articulación y confluencia de demandas además, porque el mundo indígena está reclamando la potestad territorial, la autodeterminación territorial, hacen la marcha indígena, ellos

son los primeros en plantear la consigna de la asamblea constituyente porque quieren recuperar. Pero si tú te fijas, la columna vertebral de todo este tema son dos: la recuperación de la potestad territorial, sean aimaras, quechuas, indígenas originarios, guaraníes, chipayas, y el otro tema es el derecho a gobernarse a sí mismos, la autodeterminación, que también incluye a los cocaleros en su visión antiimperialista clásica. Entonces, todo esto se puede convertir y articular progresivamente a través de la lucha de un sujeto social poderoso, que no solo reivindica el tema de los indígenas originarios campesinos sino que se transporta para ser el portador de las demandas de todos los sectores sociales, de todas las clases, incluida la clase obrera aunque sea como discurso, por eso se habla del socialismo comunitario, se articula un sujeto social con un proyecto histórico a partir de estas reivindicaciones que son estructurales y que tienen que ver con el estado, por eso es tan importante la constituyente y la nueva constitución. No es que se ocurrió porque el MAS llegó al poder que tenemos que hacer una nueva constitución, no, era una reivindicación desde las bases y desde las clases sociales de realmente desenvolverse en su autodeterminación y su auto poder.

Daniel Valença: Señora Ximena, una cosa antes de avanzar en ese tema. Tú me hablaste sobre la diferencia histórica y cultural entre aimaras y quechuas y lo que yo había leído y hablado con la gente es que hay distinciones pero no me lo dijeron desde esa perspectiva que tú me hablaste, me lo dijeron en la perspectiva de que los aimaras son buenos en la cuestión de comercio, de desarrollo económico y los quechuas tienen un espíritu más asociativista, más colectivista. ¿Te parece bien esa visión o crees que es equivocada?

Ximena Centellas: Sí y no. Mira, lo que pasa es que la lógica del ayllu y la economía comunitaria es desde el incario, pero no te olvides que hasta Mariátegui se confunde cuando piensa que el incario era socialista, no era socialista. Una cosa es que haya protección al conjunto de la población, una cosa es que haya colectividad en la producción y los medios de producción de la tierra, pero era un estado despótico. Si tú quieres ver con claridad (trecho incomprensible), es también una reglamentación despótica, porque “si tú robas te corto la mano, si tú mientes te corto la lengua, si eres flojo te azoto porque tienes que trabajar las tierras del inca”, o sea hablaremos claro, sin idealizar la cosmovisión andina, o sea, si bien tiene valores comunitarios, la integración, por ejemplo, el vivir bien que es la integración entre la naturaleza y yo, para resumirlo es sencillo, si yo no estoy bien, si los demás no están bien y si no estamos bien con la naturaleza. Es así de sencillo el vivir bien, eso está bien, muchas culturas comparten esos criterios, pero el mundo incario fue despótico. Entonces, yo no creo que podamos describir cual, porque ahorita no hay aimaras puros ni quechuas puros, estamos en el capitalismo y no te olvides que en Bolivia ha habido reforma agraria. Esta reforma agraria también ha quebrado, a partir del minifundio, el surcofundio, lo que se llama el comunitarismo, o sea hasta donde podemos decir, pucha en esta comunidad la tradición, cosmovisión y sentido comunitario está intacto, eso es falso, no solo que han sufrido mestizajes por la sobrevivencia frente a la colonia y la religión católica sino también en temas económicos básicos. En una época en Bolivia, hasta hace unos años, hasta el neoliberalismo, el 70% del abastecimiento de productos lo hacía el pequeño productor campesino boliviano, la papa, todo eso. Viene el neoliberalismo y a partir de ahí la explotación del campesinado, es decir la clase obrera como el campesinado, era bien clarito, de manual de economía política como la plusvalía y la explotación campesina también se daba en una subsunción de capital. Pero pasa el

neoliberalismo y el problema del minifundio hace que el campesino pierda un criterio comunitario, yo no idealizo nada, yo desde el gobierno intenté hacer proyectos con los compañeros campesinos pero cuando tú dices trabajaremos comunitariamente te dicen: un ratito, él tiene 50 hectáreas y yo tengo 100, yo tengo que recibir más, claro. Porque la lógica capitalista no ha dejado de estar. Es cierto que el mundo aimara a partir del neoliberalismo, los sectores aimaras, por ejemplo en La Paz que concentra el mundo aymara nos han vuelto mercado persa como ciudad y como campo, baja la productividad totalmente pero eso no quiere decir que el aimara tenga tendencia comerciante. Ahora, el comercio, si hablamos, es ancestral en Tupac Amaru, Tupac Katari, es más, organizan las rebeliones gracias a que eran comerciantes pero el punto es: no es constitutivo de la idiosincrasia, ¿no? Tiene que ver con lo que hablamos del capitalismo. ¿Hasta dónde la economía comunitaria se ha sostenido en esta resistencia cultural? Es muy interesante y hay que leer más en profundidad la resistencia indígena originaria campesina porque no es como la gente lo hace ver muy folclórico, tenemos ahora la interculturalidad y todos nos ponemos poncho y nos ponemos a tocar, etc., es ridículo, eso es una caricatura. Si hablamos en profundidad, en el estado boliviano ha habido una resistencia económica, una resistencia cultural, una resistencia religiosa, política como te he explicado: “las autoridades no me interesan”. Económica: hasta donde ha podido el campesinado, ha mantenido el comunitarismo hasta donde ha podido porque tienen que sobrevivir. La potencia de la clase obrera era porque había una sola patronal estatal en Bolivia, no eran empresas dispersas, eso generó la potencia de nuestra central obrera de los trabajadores. Entonces, la realidad es que el proceso económico, por un lado sí, hay comunidades donde se mantienen valores, costumbres, hasta producción económica pero no había un despliegue, ha habido una subsunción al capitalismo, al comercio, entonces, ese es nuestro desafío como gobierno marxista, regenerar o construir las nuevas relaciones socialistas de producción pero a partir de esta realidad de diversidad cultural, pero además de diversidad de visión porque, para hacerte una broma, si tú me preguntas donde hay la economía comunitaria en Bolivia, te voy a decir: yo te muestro una empresa comunitaria de ecoturismo que hay aquí cerca pero ahorita está funcionando del contrabando; lo que se conoce ayni desde el incario, está entre la mafia contrabandista del Perú y la boliviana y en el desaguadero los dos se cubren, los dos se ayudan, las cosas viene y pasan, nadie se balea y ahí está el ayni, que es un modelo de economía comunitaria de reciprocidad, de apoyo mutuo para que a los dos nos vaya bien en la tierra o en la producción minera, ahí está el ayni entre contrabandistas; entonces, economía comunitaria, sí, pero para quién y para qué y bajo que modalidad. Entonces, esa es nuestra realidad todavía, muy dispersa, muy diversa, la economía de los otros pueblos indígenas es mucho más primitiva, prácticamente de comunismo primitivo de manual de Marx. Entonces, lo que tenemos que ver es como integramos esto con un estado que estamos generando una protección de los recursos naturales, una protección del desarrollo estratégico, pero ojo, tenemos que generar un aparato productivo que no existía en Bolivia. Nuestra burguesía es tan débil y pobre que no supo nunca ni producir ni negociar. De buitres pobres, recogiendo las migajas del imperio y jamás produjeron nada en este país. Entonces, el debate para el socialismo comunitario es: vuelve la vieja izquierda, los fantasmas reaparecen, los que discutieron los hechos de Los Ángeles y nunca tomaron el poder porque hacemos estado nacional, desarrollismo económico, hacemos socialismo directamente. Hay sectores que plantean esto del socialismo comunitario que lo plantean también nuestros líderes. El socialismo comunitario, en sencillo, te puedo

decir que es la visión de la transformación socialista de la economía, la sociedad y el estado en el marco del vivir bien. Si quieres decir, el comunismo que planteó Marx aquí se llama vivir bien y eso es a lo que queremos llegar y ¿cómo? Está todavía en construcción. Entonces en algunos lados yo tengo una teoría de cómo generar este cambio de relaciones económicas, hay que hacer proyectos productivos pero partiendo de esas realidades del compañero que te va a decir “yo tengo 50 hectáreas y él tiene 20 y aquí me das de 50 y a él le das de 20”. Tenemos que regenerar un proceso de colectividad de la propiedad. No vamos a cometer el error de los socialismos pasados de decretar la anulación de la propiedad privada por decreto porque no funciona y así hacer un socialismo y un estado paternalista y protector. Si analizas críticamente y autocríticamente todavía nuestro estado es paternalista, porque esto de los bonos y todo también implica una fuerte dosis de paternalismo y de impedir algo que es maravilloso en nuestra constitución, es decir, si tú analizas bien toda la parte de revocatoria de mandato, ¿a qué tiende nuestra constitución? A dejar de delegar el poder para ejercer el poder directamente. En términos democráticos bajar a la democracia representativa para que la comunitaria directa y participativa sea la que mande, en otras palabras, aquí sí el pueblo gobierna, delibera y gobierna pero es un proceso, por ejemplo, la rotación de mandato, el referéndum, todo lo que hemos puesto son formas de la democracia comunitaria que ejercían en las comunidades, la rotación, todo eso, pero es un proceso todavía de transformaciones, no solo de la cultura dominante, lo que hablaba en el taller, sino que también tiene que ver con realidades económicas, tenemos que sustentar ese empoderamiento porque si no ¿de qué estamos hablando?, en este momento el aparato productivo boliviano, salvo, la protección estatal y dominio de los recursos estratégicos naturales, está igual. Es peor, ha crecido el cooperativista minero que no es ninguna buena cosa, el mundo de los gremiales y transportistas que nos ha heredado el neoliberalismo, gracias a estos 6 años y el potenciamiento de la vanguardia, o sea, del movimiento indígena originario campesino, más bien se ha potenciado y enriquecido, es lo que reniega la vieja burguesía y dice “bueno, ahora la burguesía es chola”. No sé si es nueva burguesía del todo porque no llega a tener un ejercicio extensivo hacia el poder. No sé si llega a constituirse como una burguesía pero sí es un estamento desclasado que tiene poder económico y que quiere poder político, es un estamento de clase y se han desclasado, se han empoderado y quieren articulación con el estado, pero no llega a constituirse en una nueva burguesía en los términos clásicos de la definición de clases y tampoco ha incidido en una rearticulación de las relaciones de producción, es un sector estamentario, poderoso económicamente pero eso no implica que reestructurado. Entonces hay que tener mucho cuidado, yo no puedo decir que Brasil es un imperio, oh discúlpame, es el país más grande del continente, sí, tienen una lógica muy etnocéntrica, sí, pero eso no los hace imperio. La Petrobrás manejaba 70 u 80% de nuestras reservas de gas, no eran las transnacionales, ni la Repsol, ni la Total de Francia, era la Petrobrás Brasil, pero eso no les hace imperio a ustedes tampoco, cada cosa en su lugar. Los términos de intercambio que teníamos con el gobierno brasileño, se llevaban el 82% y nos dejaban el 18 y yo he visto la conferencia de prensa en la que a Lula casi lo estrangulan porque él aceptó los contratos y los firmó cediendo al revés porque ahora el Campo de San Alberto, que es uno de los que controlan la Petrobrás nos deja el 92% y con el 8% la Petrobrás es rentable. Ahora, eso lo hace imperio a Brasil, no. Es lo mismo, aquí no se puede hablar de una nueva burguesía en el sentido clásico teórico de Marx, lo que sí hay es estamento desclasado con poder económico. Y ¿adónde vamos? Esa es la

pregunta del millón, en la Constitución está el socialismo comunitario como visión, te diría como sueño, pero no hay todavía el puente.

Daniel Valença: Sí, lo que yo percibí es que hay una charla como movilización, como el “vivir bien” es una palabra de orden que hace con que se mantenga una determinada unidad, una identidad y eso se profundiza, no quiere decir te puedes perder en la cuestión puramente multicultural o puedes avanzar para otra cosa y si vas a hablar marxismo, stalinismo total, es obvio que el vivir bien va a movilizar más a la gente que. ¿Por qué Marx, por qué tal?

Ximena Centellas: Exacto, hay un prejuicio además hacia el marxismo por el trauma que hay con la vieja izquierda que te contaba porque nunca supo representar a los sectores sociales y tienen razón, es parte del proceso de resistencia, de autodeterminación también, “ahora me auto represento, ya no necesito a estos doctores, a estos marxistas intelectuales, lo puedo hacer por mí mismo”, está bien, pero el tema de fondo es cómo construimos este socialismo.

Daniel Valença: La cuestión de la democracia intercultural y profundización de esa democracia, ¿cómo se da? Estábamos hablando ayer sobre la experiencia de Porto Alegre, creo que tú conoces la cuestión de “orçamento participativo”. ¿Hay experiencias de democracia directa aquí para, claro, hay el mandato revocatorio, para firmar tratados en el ámbito internacional hay que consultar a la gente, pero, hay algo que hace que toda la gente, más allá de la participación de la sociedad civil, también tenga una participación y un control social sobre el estado cada vez reduciendo más esa distancia entre el estado y la sociedad civil?

Ximena Centellas: Hay un problema: constitucionalmente están los canales y las potestades, la posibilidad de los ciudadanos, por ejemplo, yo como boliviana puedo ir, denunciar y pedir informe y ahora nada es reservado, o sea, a mí me tiene que informar cualquier ministerio lo que está pasando con mi plata, mi proyecto, lo que sea. El tema es, que yo llamo a esta etapa, porque estamos viviendo un proceso de transición, en mi exposición yo ponía por eso, la Revolución democrática popular, el tema de cambiar las lógicas, porque con la colonización y los procesos de cómo era el estado boliviano antes hemos sido enajenados, ¿no es cierto? Aparte el boliviano, así como al brasileño le puedes decir que tiene un etnocentrismo muy fuerte, el argentino tiene un ego tremendo, el boliviano es a la inversa, tiene un complejo de inferioridad marcado por la cultura de dominación. Ellos nos han enseñado que los bolivianos no podemos, no sabemos, somos incapaces, porque así nos han dominado y domesticado como colonia. Entonces, aquí el tema es que yo llamo a esto la enajenación del poder. Si bien, como sujeto social, en colectivo, se ha puesto en la constitución mecanismos de referéndum, revocatoria de mandato, acción directa popular, hay un montón de cosas, en los hechos ¿por qué a ratos no se usa?, aunque la utiliza el presidente, por ejemplo, la revocatoria de mandato todo el mundo volvió a votar y con más fuerza por el presidente, porque todavía no nos creemos de que podemos ejercer el poder, de que estamos en el poder, que somos la nueva clase dominante en términos estructurales. Y ¿por qué no nos la creemos? Porque todavía no se ha desplegado la relación económica que sustente este poderío, solo tenemos el poder político y el poder político que está contaminado también por la vieja cultura de dominación, si tú quieres, la contradicción dialéctica existente entre política y politiquería, entre ejercicio de poder y poder enajenado, es decir, estamos aprendiendo a gobernar, estamos aprendiendo a desarrollar, no solo

los que están en el gobierno y los marxistas, sino como pueblo, estamos recién decodificando los logros que hemos alcanzado. Como metáfora o moraleja, diría que hemos tomado muy rápido el poder y todavía no estamos aprendiendo o madurando los mecanismos, las formas, ejercer lo que en nuestra propia constitución hemos establecido en letras de molde, son proceso de rearticulación. Entonces, ha habido una etapa fuerte donde se potencia este proceso, donde se aprueba la constitución que es la etapa de la resistencia de la burguesía pasada que estaba en el poder, entonces toda esa etapa hasta el 2009, 2010, que se aprueba es la etapa de consolidación. Ahora, es una etapa más difícil porque es una etapa donde tenemos realmente re articular y construir a largo plazo y todavía no nos damos cuenta de la magnitud de poder, de posibilidades que se tiene, como mujeres, como indígenas, como lo que quieras. Las propias mujeres, por eso yo en muchos talleres cuestiono y les digo: ¿nos han regalado el 50% o lo hemos luchado? Y si lo hemos luchado ¿por qué no lo ejercemos? ¿Dónde estamos? Pero es lo mismo, no nos la creemos que tenemos derecho, que podemos hacerlo. Entonces son temas todavía de lo que yo llamo enajenación del poder, si la clase dominante que no acaba de ser dominante que no acaba de ser dominante, si quieres en dialéctica, estamos de la primera a la segunda negación, por tanto hay un proceso de inconsistencias, de transición y que falta para que nos potenciemos como proceso revolucionario. La ventaja sí es una, en la constitución está, el marco general, no solo el vivir bien, si tú la lees en sus ejes transversales, la constitución te habla de pluralismo básico. Es decir, yo no puedo decir soy revolucionario, soy marxista si soy discriminador, si soy racista. El pluralismo, la transparencia, la autonomía, descentralización del estado pero que tiene que ver más que con un tema de federación, de la posibilidad gubernamental, de ejercicio de poder descentralizado, autodeterminación territorial. Para la gente es un tema de potestad territorial, la autonomía, el pluralismo, la democracia intercultural, es decir, la expansión de las otras formas democráticas sobre la democracia representativa que es la forma de gobierno de una vieja burguesía que ya no nos compete ni nos interesa. Esos ejes transversales dentro de la constitución son los que nos permiten avanzar de otra manera.

Daniel Valença: Pero creo que está difícil para superar la representativa, ¿no? Yo percibí que al fin la representativa continúa siendo la principal, tanto que hay tanta pelea dentro del bloque, quién es candidato, quien no es, si tenemos condiciones, si no tenemos, etc.

Ximena Centellas: Por dos razones: una, que es la tabla de salvación de la derecha y la oposición. Los más preocupados en que sobreviva el sistema partidario y siga funcionando la lógica de los partidos son ellos, al MAS no le interesa, si te fijas, porque no necesitamos, en términos de vigencia política porque más importante que el MAS son las organizaciones sociales en Bolivia, o sea, el MAS solo en momento de elecciones es importante porque es la sigla para entrar al proceso, pero en general, el poder está en las organizaciones sociales. Yo he trabajado en la escuela de formación política del MAS y más peso tiene el dirigente de las CSUTCB, de las Bartolinas que el MAS. El MAS solo importa para inscribirnos para ser candidatos. Ese es un elemento y el otro elemento es la potencia con que la gente quiera sostener todavía la democracia representativa., es porque así es como hemos llegado a la presidencia, esta ha sido una revolución pacífica, hemos evitado una guerra civil, un enfrentamiento general claro y han sido estos mecanismos de la representativa en esa potencia que demostró el MAS pero como organizaciones

sociales y no como partido porque incluso por ellos se denomina instrumento, no es ni partido político, ni organización porque es desde las bases.

Daniel Valença: Eso es buenazo pero por otro lado hay un problema contradictorio que es la dificultad de tener una vanguardia, un centro político que reflexiona y...

Ximena Centellas: Mira, para ponértelo en sencillo el MAS jamás va a ser un partido bolchevique, ni una columna guerrillera organizada al estilo cubano, porque es muy importante en Bolivia el antecedente de cómo se resuelve nuestra visión con la izquierda, y los movimientos sociales dicen “no queremos la izquierda pequeño burguesa, no la queremos, nos ha discriminado, nos ha maltratado, era discriminadora colonialista y machista, por supuesto”. Muy marxista en el papel rojo y la tinta con la que escribía las cosas pero en la práctica, igualito, entonces esa autocrítica, ese trauma que tiene incluso hasta el presidente con la izquierda, que lo tiene por eso el Alvaro, por eso tiene tantos anticuerpos ante la gente claro, los caras izquierdistas no les gustamos a los movimientos sociales porque “tú me usabas de escalera”, te dicen de frente, y es verdad. Entonces, partido bolchevique, no. Entonces, ¿qué es el MAS? Es la articulación de varias organizaciones sociales en términos políticos. Ellos, la fundadora del MAS, mi compañera Bartolina, la Julia Ramos decía “nosotros teníamos el cuerpo y necesitábamos el brazo político y eso es el MAS para las organizaciones”. Entonces, estoy de acuerdo contigo, necesitamos una vanguardia política organizada que esté en el estado y no esté en el estado, esté en los movimientos sociales, que haga como un estado mayor de las clases. Pero ese papel, de manera muy rudimentaria, obviamente, lo cumplen las organizaciones sociales. Lo que prima en la política nacional es el sindicalismo, no es la visión política bolchevique porque no quieren esa forma de organización, porque la vanguardia indígena originaria campesina, además, no tiene tradición de militancia política partidaria como la tenía la clase obrera, entonces, son factores que impiden que el MAS como instrumento político se consolide como una organización y un estado mayor. Por eso yo hago una historización del sujeto social boliviano que se articula, se ensambla, se genera una vanguardia, que era la cocalera, pero eso como proyecto social, políticamente, ahora, no hay instrumento político.

Daniel Valença: ¿Y tú crees que esa unidad obrera, originaria, campesina es coyuntural o crees que está solidificada a punto de ser un proyecto a mediano, largo plazo?

Ximena Centellas: Mira, como proyecto histórico no se va a disolver, pero no te olvides que las dirigencias, las organizaciones sociales... ¿Cuál es el peligro de una revolución? La burocratización, la derechización. Entonces, yo te decía, hay un proceso de transición, de enajenación del poder, uno pensaría a lo leninista, que si hay un partido bolchevique, eso va a ser la vanguardia organizada y el núcleo moral, etc, pero ahorita no es así en Bolivia. En Bolivia, la extrema pobreza, el proceso que estamos viviendo de mejoras, distorsiona un poco, mejora la situación pero el MAS no va a cumplir ese rol, las organizaciones sí, pero como organizaciones sociales en acción, en movimiento, pero en este momento están como paradas por el ejercicio del poder de gobierno. Hay una burocratización, también, de las dirigencias, no nos vamos a engañar, entonces lo que tenemos que lograr, por eso yo trabajo aquí, es un proceso de formación lo más amplia, rápida y profunda posible de estas organizaciones y que ellas sigan activando para generar una vanguardia organizada

política que no necesariamente va a ser partidaria. Reforzar al MAS, sí, o reconfigurar lo que es la militancia masista a nivel de las organizaciones pero no vas a poder generar un partido bolchevique porque no es la lógica del sujeto social, no les interesa, es más, tienen, como te decía, un trauma, solo diles “formación de cuadros” y estás loca pero si tú le dices “es un taller para vivir bien”, pase. Así de sencillo es el asunto, entonces, tenemos que poco a poco sí organizar esta vanguardia, lo que yo llamaba, porque trabajé también en la presidencia, lo que tenemos que formar es el gestor político, es decir, gente con capacidad de ejercicio de poder en la gestión pública pero con visión política y de proyecto histórico y profundizar el debate. En Bolivia, en realidad, también es poco probable una burocratización al estilo soviético porque los recursos estatales [son pocos], y hay un control social y un corporativismo de las organizaciones que nos da una salvaguarda que no es lo mismo, que tiene que ver con la democracia comunitaria y la lógica, por ejemplo, en las comunidades a la autoridad electa que tiene que ser más pareja en términos muy clásicos, la conservan y si no cumple el rol la cambian. Entonces, esa lógica se mantiene a nivel de la democracia directa participativa de los sindicatos que también se ha constitucionalizado, entonces, es la lógica nacional. Pero todavía no hemos llegado al punto de decir “yo puedo gobernar”. Lo que dice la gente es “yo voy a mirar que el Evo haga bien y que no le hagan meter la pata al Evo”. Esa es la lógica todavía nacional.

Daniel Valença: Yo he percibido más o menos eso, que en el ámbito de la sociedad civil hay una democracia, una participación, un control social muy fuerte...

Ximena Centellas: Es costumbre comunitaria.

Daniel Valença: Eso, es una cosa que siempre estuvo viva, que no fue el estado que creó y siempre ocurrió y hasta los que trabajan con humor infantil. Yo estuve en el desfile del 16 de julio y había la organización sindical de los trabajadores del humor infantil. Eso es increíble, para Brasil es completamente impensable, los lustrabotas que tienen su periódico, tienen su asociación, los que tienen quioscos, o sea, es un país donde su pueblo es antes de más nada es comunitario, organizado y tal. Pero la duda es, ¿cómo hacer con que eso se traslade para el estado?

Ximena Centellas: Es que no tiene que trasladarse.

Daniel Valença: No, digo ese control y esa participación social, no de neutralizar en términos organizativos desde afuera del estado sino cómo hacer con que se supere esa división entre estado y sociedad civil o disminuya.

Ximena Centellas: En realidad, el poder tiene que estar abajo desarrollando la democracia intercultural, que es lo que nos dice la constitución: yo como ciudadano puedo cuestionar pues que lo ejerzamos ya desde las organizaciones sociales. Por eso me preocupo, por eso estoy en este rol, para que un compañero sepa por qué hablamos de democracia intercultural, que quiere decir que yo puedo hacer revocatoria de mandato, para qué la hago, y la haré, como tú dices desde mi organización de lustrabotas, desde mi organización de mujeres y empezaré, por eso hay que despertar la chispa, yo puedo ejercer poder aquí, ahora, o nada tendrá sentido lo que yo doy en mi taller y que la gente lo agarra perfectamente eso. ¿Tú necesitas ser ministro, alcalde, gobernador, diputado para ejercer poder?, ¿dónde está el poder? Entonces siempre utilizo esa metáfora de ¿por qué la Petrobrás se

hincó y firmó el contrato?, ¿qué poder tenía el Evo? No tenemos fuerza militar frente al Brasil, no tenemos fuerza económica alguna, la fuerza social. Porque el mundo sabía que el Evo estaba representando a un pueblo que estaba decidido. Entonces, si nosotros hacemos lo mismo en chiquito para los temas que nos interesan desde cada lugar, ¿qué estamos haciendo? Entonces en Bolivia, felizmente, como no se ha desarrollado tanto la democracia representativa y la democracia comunitaria, directa y participativa es una costumbre tenemos que desplegar eso.

Daniel Valença: Que tiene que ver también con el desarrollo de las fuerzas productivas, ¿no?

Ximena Centellas: Exacto, en lo productivo, en todo, amparados en la Constitución, no hay nada más que hacer, eso va a ser el socialismo comunitario. Compañero, ejerce el poder, deja de delegar. Aquí, ahora. Entonces, lo podemos hacer al natural y con protección del estado y en legalidad. Lo único que tenemos que lograr es que en este proceso de transición haya una vanguardia política capaz y clara en las nuevas generaciones, en las mujeres, de decir “yo puedo gobernar este país”. Es más, mi deber es gobernar desde aquí abajo y no esperar que el Evo me resuelva todo. Por eso hablaba de la descolonización, que quiere decir, yo dejo de ser ahijado, yo dejo que el otro me resuelva para resolver yo los temas, yo estoy aquí para hacer las cosas, para que se aplique el bono, para que me den mi distribución tributaria. Entonces, si el boliviano tiene esa tendencia, como tú decías, como anarquista, de ahí nace. La ventaja en Bolivia es que tenemos las condiciones sindicales, orgánicas y hasta históricas para hacerlo y la tradición cultural y la Constitución. Este sujeto social, además, se ha creado así en un proceso de deliberación y discusión, solo basta seguir apuntalando eso. El problema que hemos tenido, además, es que en la primera fase, todos nuestros cuadros, entre comillas, han terminado siendo senadores, diputados, parlamentares, ministros, hemos dejado en el llano los movimientos sociales y encima se te corrompen unos cuantos entonces tenemos que retomar una formación y una articulación política pero no puedes caer en el viejo esquema izquierdista. Por eso yo terminaba defendiendo a Lula, no puedo ser como el partido comunista del Brasil que le anda gritando a Lula “ah que bonito”, porque como yo no estoy tocando la guitarra bien fácil es criticar, a ver, estáte en el estado y resolvéme el hambre aquí y ahora.

Daniel Valença: Creo que la diferencia entre el MAS y el PT también tiene eso en relación a la izquierda que se consiguió ver los nuevos procesos sociales y se instituyó una forma de partido que, cada uno con su especificidad y distinto, el PT es un partido de masas, no es un partido de cuadros, tampoco quiere decir que no es necesario que los del PT tengan capacidad de cuadros.

Ximena Centellas: El punto es, en relación al Lula y al PT, que ha logrado la hazaña que no ha logrado la izquierda en América Latina: unirse. 20 años ha tardado pero lo ha hecho y ha llegado al poder. El punto no es solo eso sino cómo ejercemos poder, como nos auto reconocemos en esa capacidad de generación de relaciones de producción, en otras palabras, no es el huevo o la gallina, no es yo hago un decreto de expropiación de la propiedad privada, analiza la constitución en la parte económica, el pluralismo está también en la diversidad económica. A lo que tenemos que tender es a que las relaciones económicas dominantes sean las comunitarias sobre el resto, pero no es anulando y avasallando las demás.

Daniel Valença: Pero es difícil ¿no? Porque la economía capitalista es, antes que nada, muy eficiente.

Ximena Centellas: Aquí no, ¿no has visto como es nuestro vendedor, nuestro comprador? No hay educación capitalista, esa es nuestra ventaja.

Daniel Valença: Nosotros hoy fuimos hasta la Cumbre y fuimos a tomar el taxi y preguntamos el precio hasta La Cumbre y nos dijo “ida y vuelta era 150 y me quedo aguardando una hora”, le preguntamos si queríamos volver en una hora y media y dijo que sería el mismo precio, o sea, no está en la lógica capitalista.

Ximena Centellas: El capitalismo no se ha expandido en una lógica total, no. Esa subsunción formal y real es en un diminuto aparato productivo que es Bolivia, por eso te digo que me hace feliz ser boliviana y no brasileña porque la transformación del capitalismo brasileño, eso sí es grave. Me imagino, porque hay una burguesía consolidada y sectores económicos empoderados, es la sexta economía del mundo, o sea, cambiar al socialismo Brasil, eso sí que es difícil. Pero en Bolivia no, nuestro aparato productivo es chiquitito.

Daniel Valença: ¿Y tú crees que ya hay acciones consistentes para la cuestión de la economía comunitaria?

Ximena Centellas: Sí, el Ministerio de Producción está desarrollando, tenemos un compañero argentino que ha hecho su doctorado, es un economista político marxista muy eficiente, Julio Gambina, lo debes haber conocido, ha venido a hacer una consultoría sobre socialismo comunitario para ver como desde el Ministerio de Producción se pueden empezar los proyectos que empiecen a articular y desarrollar esto, o sea, se está intentando, ese es nuestro desafío, pero históricamente, culturalmente y geográficamente tenemos las condiciones.

Daniel Valença: Para concluir, ese libro de Schavelzon habla que Linera decía que es una Constitución que en aquel momento era la posible para la correlación de fuerzas y él indica como si fuera una cosa más abierta, una cosa que hasta, tal vez, pudiera ser después cambiada. ¿Qué te parece, ya estamos en otro horizonte, en otro momento?

Ximena Centellas: Ya estamos. Lo que pasa es que Álvaro ha intentado hacer debates pero empezó con el capitalismo andino y muchos que somos marxistas lo hemos mirado y pensamos que es un desubique. Incluso decían otros compañeros en el MAS, “los marxistas son el problema” y yo les decía, “bueno, muéstrenmelo” porque tampoco es así, o sea, hay criterios de socialismo, marxistas en el propio pueblo que han sido incorporados a partir de la lucha sindical, pero hablarte que aquí hay este grupo que ya tiene clarito lo del socialismo comunitario, no. Es más yo tengo una cartilla de socialismo comunitario que me publicó la vicepresidencia, aunque el Álvaro no estaba de acuerdo con todo lo que pongo ahí sobre el socialismo comunitario porque es un debate, porque además lo tenemos que construir. Como yo digo en mis talleres, ¿por qué comunitario? Porque es en Bolivia. “A la boliviana” implica muchas cosas desde el vivir bien hasta la visión, hasta la clase que lo va a hacer, todo. Muchos compañeros del MAS te van a decir, desde el Damián te va a fregar con eso, a mí no me interesa, yo estoy feliz aquí. Entonces, cuando tú los cuestionas y les dices “no hemos hecho esto para hacer una burguesía aimara o quechua”, ahí reaccionan. Hemos luchado para la auto total

determinación, para la emancipación con el propio chantaje cultural dentro, pero esto no es solo de Marx, yo debatía con David Coquehuanca, el canciller, y me decía: “no puede ser, ya, olvídate del marxismo”, y yo respondía: “ahora dame una forma de cambiar del capitalismo al vivir bien y yo la sigo”. O sea, no es que a mí me gusta el alemán y que sea pensamiento occidental, porque te salen con eso ¿no? Lo que yo llamo el originalismo, la caricatura. Por eso lo citaba al David, porque él tiene el trauma con la vieja izquierda, pero no todos los marxistas son iguales, es igual que con Cristo, pobre Cristo con los cristianos y pobre Marx con los marxistas, pero dame una teoría que nos ayude a generar este puente, no hay.

Daniel Valença: Y me parece que la cuestión del indianismo puede ser una fuerza movilizadora en lo que tiene que ver con las herramientas del marxismo, la reflexión de cómo hacer, del trayecto, ni tanto a un punto ni tanto a otro porque creo que una cosa que fue muy importante fue cómo los de Chapare consiguieron hacer con que lo que era una demanda eminentemente territorial y campesina cambiara para una demanda política, y creo que ahí entra la cuestión indígena.

Ximena Centellas: Pero es dialéctica, está el lado revolucionario y el lado conservador. Igualmente en la izquierda, mucho discurso pero a la hora de elaborar hay mucho colonialismo. Pero ¿qué salva al proceso boliviano? Su alto nivel de organización, los desorganizados están organizados y sindicalizados y esto es tan claro que la propia embajada [americana] ha hecho análisis e investigaciones al respecto para quebrar nuestros procesos organizativos. Por eso la expulsión de la USAID, la USAID ha venido a decir que aquí son muy democráticos los bolivianos, se organizan para todo, dejen de fregar, tenemos que potenciar un estado paternalista que les resuelva la cera, el basurero. ¿Por qué se organizan? Porque es la forma de quebrar el poder del Evo y lo hemos trabajado. Así que si el enemigo también se da cuenta por algo es. El tema de fondo es ese y esa es nuestra base, nuestra solidez y nuestra fuerza, somos pequeñitos, no pensamos en la economía mundial, por eso te digo, Brasil es más complicado, pero nosotros ya. ¿Por qué nos negaban que las transnacionales firmaran los contratos? Porque es un mal ejemplo para el mundo nomás, porque nuestra economía no afecta a nadie. Felizmente. Pero son condiciones históricas, geográficas concretas y el otro elemento, para concluir lo económico es que el (não identificável) políticamente ahorita es la segunda reserva de gas del continente, nos ha dado un poderío que en la época en que la izquierda quiso gobernar este país, no había. Dependíamos del estaño y Estados Unidos venía a sacar sus reservas y nos mandó al diablo con la crisis, en cambio ahora no, el Evo es todopoderoso porque si quiero vendo, si no quiero no vendo y se acabó.

Daniel Valença: Claro y hay una realidad latinoamericana bien menos vulnerable, ahora hay países hermanos.

Ximena Centellas: Claro, no somos como la Cuba socialista que se quedó solita y tenemos la potencia de nuestros recursos naturales. Porque en Bolivia hay de todo como en Brasil, en pequeñito pero de todo, hay plátano, papa, carne, frijol, todo pero en Brasil es grande, aquí es chiquitito, pero tenemos todo, hierro, litio, entonces, eso lo tenemos que saber manejar pero por eso yo confío en este sujeto social, es como una mamá que confía en sus hijos, no individualmente, yo puedo agarrar un dirigente y flecharlo porque hay originalistas, hay la nueva forma de racismo... tú mascas coca y yo fumo, yo me pinto, pero discúlpame, quien eligió la clase donde has nacido, tú has elegido el capitalismo a mí no me quitas el derecho

de ser la revolución, si traiciono colgáme, pero si tú traicionas yo también te cuelgo, o sea, aquí nadie escoge la clase, pero tienes que hacer una lucha, no me voy a poner pollera y manta para darte el gusto porque eso sería más bien hacer caricatura y faltarte el respeto, pero es un proceso de pluralismo, como lo dice la Constitución, porque el momento constituyente, además tan efervescente es que despliega esta hermosa Constitución. Ninguna consultoría, ni grupo de los más eminentes abogados, porque han venido un montón de españoles a ver nuestro proceso, podían haber redactado esta Constitución si no era el sujeto social en vivo, por eso es hermosa, la hizo este pueblo, no la hizo un conjunto de abogados letrados. Por eso yo adoro esta Constitución, con todos los cortes, cercenamientos, mutilaciones que se le ha hecho por problema de la transacción, yo estaba en el Palacio y vi como el presidente dijo no. A muertos, yo cedo la Constitución, yo evito la guerra, yo prefiero transar algunos puntos pero aquí evitamos la guerra civil, la huelga de hambre y toda la vaina después y tenía razón porque la derecha perdió toda posibilidad. Porque no nos olvidemos de Nicaragua, El Salvador y tantos procesos que el Imperio ha usado así y todo el montaje, vinieron los serbios realmente con armamento a querer matar al presidente, eso es real, eso no es cuento, y con mucha inversión de aquellos que nos rodean [embajada americana], que no duermen, no pegan el ojo, pero hay que estar cerca del enemigo para conocerlos. La embajada se ha metido 15 indígenas aimaras y quechuas para estudiarlos, para entender la lógica, el pensamiento, la forma de organización, es más todos sus funcionarios tienen clase de aimara y quechua a las 7 de la mañana y los de la embajada te hablan perfectamente aimara y quechua. Porque si no la ganan la empatan, no la pueden perder, ellos no entendían porque cayó el gobierno de Sánchez Losada y te comento eso si los cocaleros y los yungas bajaban por la zona del norte en manifestación, entonces ellos acostumbrados a lo que siempre hacían en Brasil, Argentina y Chile en la dictadura les dijeron a sus asesores: vayan a balear ahí, y los campesinos, la gente se va a asustar, se va a meter bajo su cama y la marcha va a bajar sin pena ni gloria. No pues, es Bolivia, resistencia aimara pasiva y todo pero empiezan a balear en la zona de Villa Fátima y la gente se pregunta ¿quién carajo está baleando? En lugar de asustarse la gente salía y se engrosaron las marchas. En 2003, en la Guerra del Gas. Los asesores yanquis no entendían porque no nos asustábamos, por qué los bolivianos hemos derrocado dictaduras. Bueno también, seamos honestos, la policía boliviana al lado de la policía federal del Brasil es diferente, aquí no hay respeto a la autoridad, es diferente porque aquí no ha habido un estado tan poderoso tampoco, entonces nuestras fuerzas represivas son acordes a nuestra realidad. Toda la vida ha habido pelea entre la policía y los militares, desde el 52. La policía tenía hartos armamentos y es la que hace toda la rebelión y desde esa época los militares les quitan el armamento y desde esa vez hay esa rivalidad de siempre, qué fuerza es mejor y la policía para los militares fueron traidores porque ellos les dieron las armas en el 52 al MNR en la revolución. Por eso les quitaron los almacenamientos de armas.

Daniel Valença: ¿Y en 2003, durante la guerra del gas?

Ximena Centellas: La policía estaba con nosotros, con la gente. Si los policías mueren porque salen a proteger a la gente porque los militares empiezan a disparar y hay 5 policías muertos porque hicieron escudo porque la gente salió a apoyar la movilización de los policías, en la Plaza Murillo, salen los policías en marcha, estaban amotinados, unos changos del colegio golpean el Palacio, lo apedrean, no había protección al Palacio, entonces llaman a las fuerzas militares y en eso la

policía estaba gritando con la gente en la Plaza Murillo y llegaron los militares y ahí se enfrentaron a balazo limpio, yo estaba viendo por televisión como un partido del mundial y los policías sacaban sus pistolitas y el ejército con ametralladoras y pusieron sus escudos y a la gente atrás porque la gente estaba gritando con ellos contra el gobierno y por proteger a la gente mueren 5, pero el ejército llega con todo y quienes llegan del ejército aparte son soldaditos recién reclutados porque los altos mandos ya tampoco estaban obedeciendo al presidente y así fue, y claro, mueren del otro lado también entonces se armó una grande. Después de todo ese enfrentamiento la población civil sale, y estaba con la policía, el propio coronel de la policía se sacó su chamarra y dijo yo dejo este uniforme si van a matar y abraza los cinco ataúdes de los policías que cayeron defendiendo a la población civil. El ejército era lo único que sostenía al gobierno y además se enfrenta con los mineros también en las carreteras. Ellos no entendían porque el boliviano es así, en El Alto se para el pecho frente a bala, no tiene con qué defenderse. E decían “¿que pasa?”... ¡Es la resistencia aimara! Es lo que te digo, ¡cuidado! Sobre todo con los aimaras, los han oprimido, el día que revienten los aimaras no sé. Cuando la zona oriental del país molestaba los fríen en aceite, el aimara cuando se desboca es porque tiene tanta represión, es de terror y todavía no se ha levantado el pueblo aimara. Ahorita todo este proceso es más manejado por los quechuas y el quechua es conciliador, es más tranquilo.

Daniel Valença: Muchas gracias, un gusto.

Entrevista concedida por ZURITA-VARGAS, Leonilda. **Entrevista 4** [jul. 2014]. Entrevistador: Daniel Araújo Valença. La Paz, 2014. 1 archivo de mp3 (27 min).

Daniel Valença: Buenas noches Leonilda, es un gusto estar aquí con usted. En la década del 70 había un pacto campesino y militar, y después ese pacto se rompió y creo que es después de eso que la CSUTCB es creada y también toma cuerpo, ¿a qué atribuyes tú ese cambio de la posición de los campesinos?

Leonilda Zurita: Bueno, quizá para nosotros en aquel momento en la década de los 70, después de las dictaduras, cuando en aquel momento se hizo un pacto con el campesinado pero ha sido otro fracaso, otra insurgencia que ha podido utilizar el Banzer, para poder solamente disimular. Pero sin embargo ese pacto ha podido romperse, ha podido...ya el campesinado no solamente es hacerse engañar, ya se dieron cuenta y es por eso, entendemos nosotros cuando en aquel momento hubo...y que solamente era engaños y nos decían, a la minoría se suma la mayoría y con las dictaduras del 70 al 80, han sido, de verdad que años...de nada ha servido democracia, sino ha sido violada la democracia, ha sido un momento de cómo poder acallar la voz del campesino. Y por eso nosotros entendíamos que el pacto era solución, pero no era solución, al contrario era peor, como en las dictaduras agarran los líderes y es matar, matar y matar, era mentira. Entonces, era solamente para engañar al campesino, pero desde ese momento en el 80, empezamos a poder organizarse, ya el campesino se organiza como una confederación, en los años 80, a la cabeza del hermano Renato Flores.

Daniel Valença: Durante el gobierno de Silas, ¿no?

Leonilda Zurita: Exactamente.

Daniel Valença: Yo leí que el gobierno incentivó la fundación de la CSUTCB.

Leonilda Zurita: Así es, como Silas estaba de parte de los pobres, entonces asintió y organizó para poder que hubiera una organización de campesinos como la CSUTCB y funda el hermano Renato Flores, pero por supuesto, como era un gobierno de izquierda era parte de los pobres, entonces empezó a organizarse para que también esa gente se organice y reclame sus derechos. Entonces vemos desde ahí hasta ahora se cumplieron 35 años, ya su fundación creció como la CSUTCB. Pero cuando ya los campesinos nos organizábamos, también las mujeres se organizaron. Entonces entendemos nosotros de verdad que es muy importante organizarse para defender sus derechos, para obtener una demanda justa para el campesinado, aunque el campesinado, quien trabajaba en el área rural siempre es discriminado, despreciado, humillado. Pero sin embargo dentro de eso para nosotros era como poder darse cuenta, los campesinos, porque antes solamente nos decían que para el campesino no hay política, no tienen política, su arado, su hacha, su machete. Entonces dentro de eso entendemos que desde esta fundación se empieza a fortalecer, organizar en los 9 departamentos y de qué manera también como CSUTCB que somos parte filial a la Central Obrera Boliviana.

Daniel Valença: ¿Y a qué atribuyes tú tanta fuerza de la CSUTCB?

Leonilda Zurita: Bueno la atribución ha sido cómo organizarse, defender sus terrenos, porque como supuestamente en el año 52, cuando la reforma agraria

aparece y con la reforma agraria ya la tierra es para quien la trabaja, para quien la cosecha. Con eso nos engañaron...pero con la reforma también aparecieron terratenientes, los nietos, los ahijados en oriente, extensiones de terrenos, tenían títulos, tenían todo. Entonces pero sin embargo, para dentro de eso, después de la reforma agraria y como campesinos, organizarse para tener la subtenencia de la tierra, quitándoles a los patrones, porque para el patrón se trabajaba, de 10 días tenían que trabajar 8 días, sábado y domingo para su familia y de lunes a viernes para el patrón y de 10 vacas, la mejor vaca hay que llevarla para el patrón, así era. Entonces creemos que ha tenido una misión o un objetivo de cómo ya no ser esclavos ante el rico y a no ser pongos ante un empresario. Entonces se dieron cuenta para poder hacer esa situación, entonces lo que entendemos es que gracias a la conciencia de nuestras organizaciones que han sido ejecutivas para poder llevar y fortalecer nuestra CSUTCB. Y hoy es la gloriosa confederación que acoge a todos los trabajadores del campo y ahora una filial mas, ahora el presidente Evo Morales.

Daniel Valença: ¿Y por qué tú crees que fue justamente en la década del 90 que creció tanto la CSUTCB, su fuerza, fue por Chapare, qué te parece? Porque por ejemplo, la cuestión campesina, indígena y obrera siempre existieron en Bolivia, ¿no? ¿Qué es lo que explica que tenga ahora tanta fuerza, tanta movilización, tanta capacidad de lucha?

Leonilda Zurita: Bueno, primero nosotros entendemos que como organización la CSUTCB en la década de los 90, primero antes del 85 los mineros eran vanguardia de Bolivia pero con la 21060 del año 85, los mineros han sido relocalizados de su trabajo, fuentes de trabajo. Entonces en cuanto los mineros van bajando, los campesinos van creciendo y ahí nos damos cuenta en el año 85, 88, empezamos como CSUTCB somos la regional de la federación especial de los trabajadores campesinos del trópico, filiales a la CSUTCB, entonces empezamos a organizarnos, a prepararnos, porque también como productores de coca que somos, del Chapare, ha sido primero una batalla en el año 88, lo quisimos nosotros que se apruebe la ley 1008 porque no consultaron con nosotros. Entonces aparecemos como CSUTCB vanguardia defensores de nuestra patria, la vanguardia. Empezamos la batalla en el trópico desde el año 90, 91, 92 hasta el 2003, era una batalla en la defensa de la madre tierra, en la defensa de la hoja sagrada de coca porque acaso si tú no defiendes la madre tierra, entonces no están defendiendo la coca, sino que la coca está produciendo encima de la madre tierra, entonces defender la coca es defender la madre tierra. Defender la madre tierra era defender nuestros recursos naturales renovables y no renovables, como nuestro petróleo y nuestros ríos, nuestras aguas, eso son las cosas principales de nuestra madre tierra. Y por eso surge como vanguardia de Bolivia, como organizaciones campesinas indígenas, que somos parte de la CSUTCB. Nos organizamos, nos movilizamos y hoy en donde estamos es gracias a la lucha de los campesinos para poder tener cualquier situación, como nuestra nacionalización y tener un gobierno de izquierda.

Daniel Valença: Claro, sin duda. ¿Y la lucha de Chapare en el comienzo tenía el apoyo de la gente, del ejército, del país, de La Paz, o solo después con la guerra del agua y la guerra del gas? ¿O tú crees que en el comienzo era más difícil, estaban más aislados, había más apoyo, qué te parece?

Leonilda Zurita: Bueno primero para nosotros cuando la guerra en el trópico desde el año 92, 3, igual eran detenidos nuestros dirigentes y para nosotros de

verdad que era triste la vida en el trópico porque siempre nos acusaba el gobierno, narcotraficantes, cocaineros, nos decían pichicateros. Por supuesto, yo me recuerdo la primera marcha del 94 sobre tierra territorio la gente nos acogía, la primera marcha de puras mujeres desde Cochabamba hasta La Paz con dos intervenciones, la gente lloraba junto a nosotros, la gente nos apreciaba, pero también había gente mala que nos hacía detener represión con militares. Pero sin embargo dentro de eso, como era lucha regional a veces no entendía el pueblo por qué nosotros luchábamos y por qué nosotros trabajábamos por este. Ahora es que surge este proceso de cambio y poco a poco por supuesto el año 95, 96 ya la gente también nos odiaba en los departamentos, cuando tú marchabas nos despreciaban, éstos son monos amarillos, ¿qué quieren aquí? Cuando pichiamos, el acudicado, nos criticaban, nos odiaban, decían vienen a ensuciar la ciudad, éstos pichicateros ¿qué quieren? Éstas flojas, vayan a trabajar para sus maridos, nos decían en la ciudad, porque entonces la batalla era luchar y luchar, defender los derechos que nadie nos entendía. Pero verás que hoy en día ha habido un cambio profundo cuando después de que hemos ido en el año 95, 97, 99, 2002, el pueblo se da cuenta, mucho más, en el 2002 cuando expulsan al compañero Evo y todo el pueblo, mientras que nosotros 5 mujeres con más de 70 dirigentes encarcelados, no había quien defendiera al Presidente Evo, por eso lo expulsan del parlamento por decir la verdad, por defender derechos humanos y por defender a los pobres. Ahí el que odiaba y discriminaba ha defendido a nuestro presidente y por eso el pueblo se da cuenta, razona, reflexiona y dice, ¿hasta cuándo vamos a ser escaleras de estos ricos, de estos imperialistas que son payasos del imperio que con el poder económico nos quieren acallar. Y entendemos por eso, nosotros pensamos como en el año 97 solo sacamos 4 diputados, entonces en el 2002 de cuatrito llegaremos solo a 15 diputados como nosotros dijimos, resultado no son 15, ¡27 diputados! Entonces como hemos crecido hoy y el pueblo se da cuenta, por decir la verdad han sido expulsados del parlamento, por defender derechos humanos han sido expulsados del parlamento, entonces nosotros entendemos que dentro de esa situación lo único que nos corresponde, hoy el pueblo más que nunca, estar con nuestro presidente. Hoy le aprecian, hoy le quieren, hoy en día cuando vas a una comunidad, abuelita, abuelo a quien le da la mano, lloran. Entonces se ve que...hoy estuve por el mercado y me dicen, ¡qué viva doña Leonilda, siga adelante, nosotros estamos con ustedes, vamos a ganar! Entonces un mensaje que nos da el compañero Evo no es flojo, está trabajando, o sea, esos mensajes nos dan a que razonar y reflexionar y de qué manera también seguir aportando hoy, que vienen las elecciones generales el 12 de octubre. Entonces por tanto lo que nos queda es seguir fortaleciendo, orientando, concientizando a la cabeza de la dirección nacional y a la cabeza de nuestros ejecutivos como la CSUTCB, Damián Condori y también Doña Juanita de las Bartolinas y comunidades interculturales como el hermano Ever Choquehuanca, porque estas tres organizaciones son las que han hecho nacer este proceso de cambio, instrumento político, soberanía de los pueblos, movimiento al socialismo. Porque este proceso, hoy en día, de veras que ya nadie lo va a parar, continúa y continuará y seguirá continuando porque nuestro proceso tampoco ha sido gratis, no ha sido regalo de nadie, sino un dolor, un sacrificio, muchos muertos, muchos heridos, muchos detenidos y muchos procesados. Y por eso no hay donde perderse, ojos cerrados y entendemos, comprendemos que el 12 de octubre todos votamos para ganar la victoria para desde Bolivia para América entera y el mundo entero.

Daniel Valença: Claro. Y me parece que para además del CSUTCB, Bartolina e interculturales también los obreros están más unidos ahora, ¿no?

Leonilda Zurita: Hoy más que nunca, de verdad que antes solamente luchábamos estas 3 organizaciones, hoy, este año ya la Central Obrera Boliviana se suma al proceso de cambio, ahí están petroleros, mineros, fabriles, micro-empresarios, pequeño empresario, la salud, los profesores, o sea te digo, todos hoy se suman a este proceso. No hay quien quede en la calle, los que van quedando son los que todavía traicionan al pueblo, los que todavía venden la patria o quieren vender la patria, que todavía quieren regalar nuestras riquezas, todavía lo que es nuestra herramienta de trabajo del gobierno quieren regalar, quieren negociar el avión, los carros. Entonces, éstos son los que van quedando pero el pueblo definirá, decidirá el 12 de octubre con su voto, porque para nosotros es importante que exista esa unidad para poder seguir trabajando, hoy más que nunca a la cabeza de la Central Obrera Boliviana, ¡como nunca! Hoy, por eso nuestro presidente ha tenido que marchar, ha pedido de la Central Obrera Boliviana, junto a su pueblo el día 1 de mayo. Entonces hay buen avance y buena selección para poder seguir transformando nuestra patria, construyendo la patria grande y para las futuras generaciones de nuestro pueblo.

Daniel Valença: Me parece que la unión de campesinos obreros con la cuestión indígena es la fuerza de ese proceso, ¿no?

Leonilda Zurita: Esa es la base principal, esa es la base, la raíz primordial de este proceso de cambio, todos, por eso nadie es dueño del partido, todos somos dueños, los pobres, los discriminados, los humillados. Y es por eso lo que nos queda ahora es poder seguir trabajando, fortaleciendo y tener los 2/3 en diputados y en senadores; aunque hay algunos pequeños problemas internos, nos están diciendo que vamos a dar voto castigo, voto cruzado, pero ahí tenemos que ir a trabajar, a hacer campaña, a orientar, concientizar, seguro algunos candidatos no han sido elegidos, han sido quizás a dedo y por eso, pero creemos que ya están inscritos, no hay otro camino, sino el camino es de seguir trabajando, orientando, haciendo las campañas correspondientes para tener la victoria.

Daniel Valença: Sí, porque el estatuto del MAS determina que sean las organizaciones que elijan sus candidatos por el MAS, ¿no?

Leonilda Zurita: Así es. De abajo para arriba se elige y no de arriba para abajo. Antes el imperio o los neoliberales de arriba elegían al candidato, ahora nosotros elegimos de abajito para arriba.

Daniel Valença: Claro. ¿Y cómo es la cuestión de la democracia intercultural después de la nueva constitución, ¿qué cambió en la democracia?

Leonilda Zurita: Bueno, hoy en día gracias a nuestras autoridades la democracia respeta, se defiende, se trabaja, se construye y para seguir trabajando y de qué manera también seguir fortaleciendo, yo creo y entiendo, que nuestra democracia intercultural es de todos. No es solamente tuyo, también mío, también de los demás. Porque democracia antes era nomás representativa, hoy es participativa. La interculturalidad, de verdad hoy no solamente la democracia tiene hombres de corbata, sino de jocota, de abarca. Entonces creemos que esta hiper-culturalidad para nosotros es importante la inclusión de los que estaban abandonados, fuera de nuestra constitución política pero hoy incluidos en nuestra constitución.

Daniel Valença: ¿Tú tienes ejemplos de democracia participativa?

Leonilda Zurita: ¡Claro! Porque ahora somos elegidos, antes era representativa, hoy es participativa, yo en la democracia participo, antes otros por mi nombre representaban pero hoy yo puedo definir, decidir las futuras generaciones, pero antes yo no definía, encima de mí otros definían, decidían, ¿cómo quieres Bolivia? Pero hoy yo y tú y otros todos definiríamos cómo queremos nuestra patria.

Daniel Valença: Por medio de las organizaciones.

Leonilda Zurita: Mediante nuestras organizaciones sociales, mediante nuestras autoridades locales, departamentales, nacionales y junto a nuestras organizaciones sociales.

Daniel Valença: Claro, porque las organizaciones participan en la confección de las leyes, de esos procesos ¿no?

Leonilda Zurita: Así es.

Daniel Valença: Sí y para terminar, ¿qué esperar del proceso de cambio? ¿Cómo profundizarlo, en qué vamos a profundizarlo, qué hay para hacer? ¿Cuál es nuestro proyecto para el futuro?

Leonilda Zurita: Bueno, primero, antes vivíamos una guerra no declarada, hoy vivimos en armonía con nuestra naturaleza madre tierra, en sociedad, en armonía con la sociedad civil y militar. Antes nosotros odiábamos a los militares porque nos pegaban, nos mataban, pero hoy en día hay una plena armonía que se vive entre hermanos, ellos son nuestros hermanos, también nosotros somos, porque ellos surgen de nosotros y ellos también son nuestros hijos, entonces entendemos nosotros que antes como nos pegaban, hoy como están trabajando. Antes nuestros militares también se hacían manejar con la DEA norteamericana y con la CIA, ellos comandaban. Hoy con nuestro presidente se les ha devuelto la dignidad de ser comandantes de cada institución militar, pero antes no era así. Pero hoy como Bolivia, como pueblo de verdad hemos podido descansar estos 8, 4, 8 años del gobierno que tenemos a nuestro hermano Evo pero algunos dicen ya, pero tercera vez, nada, manda la constitución política del estado del artículo 181 si no me equivoco o 86, dice que una vez más se va a ratificar. Claro, 4 añitos de República de Bolivia, después tenemos, primera gestión, va a cumplir 5 años como estado plurinacional y decía en la base de la nueva constitución política, ahí dice en el artículo que una vez más se puede ratificar. Entonces nosotros entendemos, en esta vivencia y en este espacio, ha habido muchas transformaciones pero sí, 2015 para allá queremos ahora cómo vivir más allá, lo que queremos es mantener empresas, industrializar todas nuestras riquezas que tenemos. Gracias al hermano Evo que ya hemos podido empezar a nacionalizar, recuperar, industrializar nuestras materias prima. Antes jamás se dijeron, hoy a veces yo digo, los candidatos no tienen ética ni moral, ¿por qué? Porque ellos, ¿qué hicieron por nuestro pueblo? Han capitalizado, han privatizado, han robado, pero ahora éstos corruptos, éstos vende patria quieren retornar pero el pueblo ya no está dormido ya está despertado, ya sabemos pensar, razonar, reflexionar que también soy de Bolivia yo y no puede decidir nadie encima de yo. Entonces creemos en las futuras generaciones, nosotros de abajo, ellos de arriba y van creciendo los jóvenes, por eso nunca más se escribirán historias en nuestra patria, nuestra Bolivia, sin la presencia de la mujer y sin la presencia de la

juventud. Entonces lo que nos queda ahora es cómo puedo trabajar las campañas correspondientes pa tener, obtener, ganar, en estas elecciones nuestras candidatas y candidatos.

Daniel Valença: Sí. Tú dijiste que las Fuerzas Armadas hoy son vistas como hermanas y los sectores de derecha empresariales. ¿Tú crees que ellos...creo que ellos no soportan esta situación no? De tener un gobierno de Evo.

Leonilda Zurita: Más bien están orgullosos, los sectores empresariales, porque también gracias al presidente Evo ahí tienen trabajo, sus negocios avanzan. Antes su trabajo no servía pero hoy en día, más sensibles, y gracias nos dicen y van a apoyar a nuestro presidente porque si no gana nuestro presidente ellos van a fracasar, ¿porque qué gobierno va a ser como nuestro presidente?, nadie. Entonces creemos que nuestros empresarios también se suman al proceso de cambio.

Daniel Valença: ¿Tú crees que hasta los empresarios?

Leonilda Zurita: Sí. Ahora digamos de 20, 3 ponele, los demás apoyan.

Daniel Valença: Los demás apoyan. Claro. Y la cuestión del socialismo comunitario, ¿qué te parece?

Leonilda Zurita: Bueno de nosotros el tema de socialismo comunitario es que todos somos en común. No puede ser que tú digas, mi parcela es mía y nada más, nada. El socialismo es la solidaridad, reciprocidad, socialismo para mí es la complementariedad, vivir bien en armonía con nuestra sociedad, con la madre tierra, todos somos por iguales. Y por eso comunitario es en común, nada de solitos, un grupito, no, sino en común, trabajar de todos para todos y para el pueblo boliviano. Y no ver los intereses de grupos o de personas, sino hay que trabajar para el pueblo porque el pueblo te necesita, el pueblo es el que define y para el pueblo entendemos que nuestro proceso de cambio es del pueblo y para el pueblo.

Daniel Valença: A partir de la recuperación por el estado, de empresas, de la inversión del estado...

Leonilda Zurita: Así es. Porque hoy, la inversión del estado, si hablar de la economía, hay mucho que hablar y seguro ya te han informado en las otras entrevistas pero sin embargo, en la economía un solo ejemplo, en 180 años nos dejaron 1 millón 700 mil dólares y hoy que nosotros estamos 4 años de República de Bolivia, 5 años de estado plurinacional, se ha ahorrado nuestro presidente, 15 mil millones dólares de reservas internacionales, qué tal que nosotros podamos gobernar 180 años, ¿cuánto de plata ahorraríamos para Bolivia?

Daniel Valença: Claro.

Leonilda Zurita: Entonces es una diferencia y dentro de eso lo que nos queda es cómo poder seguir profundizando, informando las cosas que ha hecho nuestro hermano Evo. Porque somos de una cultura diversa, somos diversidad, somos quechuas, aymaras, mosatenes, somos de polleras, ahora somos de pantalón, somos de vestido, tenemos sombreros, huarca, tojos, mantas, ponchos, todo, somos una cultura diversa, y tenemos una economía estable. Por eso somos invisibles, ¿por qué invisibles? porque nunca más no vas a...visiblemente para poder seguir fortaleciendo, por eso nuestra Bolivia necesita y decimos que necesitamos

profesionales en diferentes áreas para seguir haciéndole el compromiso, acompañando a los proyectos de desarrollo para la patria, porque la patria lo necesita, el pueblo lo necesita, por eso lo dice siempre el hermano presidente, gracias a la lucha de los movimientos sociales se han recuperado, se han nacionalizado nuestros hidrocarburos.

Daniel Valença: Claro. ¿Y por qué Evo consiguió juntar tanta gente diversa, plural como tú dices, de tanta diversidad, de tanta culturas distintas?

Leonilda Zurita: Nuestro presidente, primero, siempre ha sido honesto, siempre ha sido de decir la verdad, no le gusta la mentira y siempre un dirigente tiene que saber escuchar y nuestro hermano Evo sabe escuchar, escucha al pueblo y por eso entendemos comanda. Yo me recuerdo la marcha del 2008, del 13 al 21 de octubre, que se ha podido marchar, ha comandado miles y miles, cuando Tupac Katari lo estaba abarcando, descuartizando con cuatro caballos, él decía, yo moriré, pero volveré millones y seré millones. Entonces eso lo que nos da es una tarea reflexionativa, trabajativo porque nosotros somos pasajeros, lo que estás haciendo se queda para el pueblo y es por eso nosotros entendemos, comprendemos como pueblo, como organización, que lo que debes es trabajar y trabajar, fortalecer, fortalecer a sus movimientos sociales.

Daniel Valença: Está bien. Leonilda, un gusto, muchas gracias, ¿puedo utilizar tu entrevista para mi trabajo?

Leonilda Zurita: Claro, adelante, no hay ningún problema.

Entrevista concedida por STACY-PEÑA, Claudia. **Entrevista 5** [jul. 2014]. Entrevistador: Daniel Araújo Valença. La Paz, 2014. 1 archivo de mp3 (33 min).

Daniel Valença: Buenas tardes Ministra Claudia. Me gustaría que usted hablara un poco sobre su historia política antes de llegar al ministerio.

Claudia Stacy: Bueno yo soy de Santa Cruz, que es un departamento que está en el oriente boliviano, en la frontera con el Brasil, que es mucho más caluroso y siempre he vivido en Santa Cruz, que económicamente, es la ciudad más importante de Bolivia en este momento, pero que tiene una cultura política muy conservadora, porque durante toda su historia fue como una isla, o sea que no estaba integrada a los corredores económicos del país, no tenía nada que ver con el tema minero, por ejemplo. Como la minería ha marcado mucho nuestra historia, nuestra economía, entonces Santa Cruz, Beni y Pando permanecieron al margen hasta los años 50 más o menos. Entonces una vez que desembarca el estado boliviano en Santa Cruz, a partir de los años 50, hay una especie de choque de culturas, de civilizaciones casi; en esa época, con todas las deficiencias del estado boliviano, era un estado moderno, si se compara con la organización política, social y económica de Santa Cruz. Entonces yo vengo de esa cultura conservadora, donde se mueve mucho dinero, uno va a Santa Cruz y parece una ciudad muy moderna, una ciudad en crecimiento, pero políticamente es una sociedad muy conservadora. Cuando empiezan las movilizaciones, del 2003 sobre todo, para derrocar a Gonzalo Sánchez de Losada, en Santa Cruz comienza a fortalecerse, como en otras etapas de la historia cruceña, un discurso regionalista, autonomista. Siempre que el estado nacional ha llegado a Santa Cruz con ideas modernizadoras, que privilegien lo funcional por encima de lo estamental, por encima de ese orden patrimonial que hay en Santa Cruz, siempre la respuesta de la élite política cruceña ha sido enarbolar las banderas del regionalismo y decir: descentralización, autonomía o federalismo, cualquier cosa digamos, para desvalorizar y cuestionar ese “desembarco”. Lo mismo sucede a partir de la crisis de octubre del 2003, en Santa Cruz vivimos unos años muy violentos, de mucha violencia política pero también racista en contra de los migrantes coyas, de los marxistas, entonces a mi me interesó mucho poder comprender como una sociedad, que ha convivido con una fuertísima inmigración de hace más de 50 años, de repente, se empiezan a dar de manera casi cotidiana éstos eventos racistas y violentos. Cuáles son los discursos que se tejen para, destapar digamos, todo ese racismo, porque no es que se inventa, estaba oculto, estaba ahí y se instrumentaliza de cierta manera. Entonces ahí produzco varias investigaciones y varios estudios, sobre todo referidos a los discursos políticos y a las identidades políticas de Santa Cruz, que se mezclan un poquito con las identidades culturales también. Esa fue mi militancia política, en un momento en que había mucha confusión de que es lo que está pasando en Santa Cruz y como es que éste discurso logra captar esa masa de gente, porque era impresionante, todo el mundo era regionalista, cientos de miles de personas, entonces yo no tuve un papel partidario, sino un papel político desde mi trabajo intelectual. Para las elecciones nacionales del 2009, yo me presento como candidata a cuarta diputada plurinacional suplente y estuve participando en un colectivo que fue central para Santa Cruz, para el MAS y para el gobierno también que es “Santa Cruz somos todos”. “Santa Cruz somos todos”, era un colectivo de intelectuales que nos reuníamos y el primer manifiesto de “Santa Cruz somos todos”, cuestiona ese discurso de la élite tradicional cruceña, porque la élite tradicional cruceña, siempre ha tenido una

capacidad enorme de capitalizar y hegemonizar. Ellos hablaban por ejemplo: “Santa Cruz le dice no al marxismo”, pero no hay una sola Santa Cruz y no todos pensamos lo mismo; entonces ahí por primera vez, en toda esa cosa de emergencia, de movilizaciones y de discurso, salen intelectuales reconocidos por la gente, por la sociedad, diciendo : “aquí no hay un solo discurso”, “Santa Cruz no es una sola cosa”, acá hay muchas culturas, muchas identidades y hay un autoritarismo por parte del comité cívico, de pretender representar a toda Santa Cruz, cuándo ellos ni siquiera han sido elegidos democráticamente y representan unos intereses económicos elitistas y ahí se terminaba ese manifiesto diciendo “Santa Cruz somos Todos” o sea no es solamente el comité. Entonces ahí se rompe el discurso unívoco del Comité Cívico Cruceño y se empiezan a trabajar discursos alternativos para romper eso.

Daniel Valença: ¿Ellos hicieron también un referéndum autónomo al margen de la ley?

Claudia Stacy: Si, fue en el año 2008.

Daniel Valença: ¿Cómo fue eso?

Claudia Stacy: Cuándo sale la Constitución Política del Estado, en diciembre del 2007, de Oruro, desde Santa Cruz ya se venía en los años anteriores, desde el 2006 más o menos, se venía trabajando o sea en un cierto momento en un cabildo se había definido que se empiece a trabajar en un estatuto autonómico para Santa Cruz. Eso se trabajó unos meses, pero después lo dejaron ahí parado y cuando sale la constitución de Oruro, ellos retoman esa idea, apuran y sacan una propuesta de estatuto. No había autonomía tampoco, entonces ellos apuran este estatuto y salen casi al mismo tiempo los dos textos. Pero en el caso del estatuto de Santa Cruz, no había sido socializado. Ahora se supone que quienes más o menos lo escribieron, pero no fue un grupo de gente que en realidad lo escribió. Al final hicieron como una gran asamblea, vinieron concejales, vino gente que no había sido elegida para escribir el estatuto, que tenían algún grado de representación política, pero que los habían elegido para que trabajen en un municipio y no para que hagan un estatuto departamental. Entonces si uno revisa ese estatuto del 2008, es exactamente lo contrario de la Constitución incluso de la Constitución de ahora. Por ejemplo ese estatuto sale en el 2007 pero se somete a referéndum en el 2008, por eso decimos el estatuto del 2008. Entonces decía que la distribución de la tierra, en último caso, iba a ser definida por el gobernador o temas electorales también, temas de justicia, era entonces un estatuto federalista, no era autonómico, autonomista, era federalista prácticamente. En Santa Cruz, en ese tiempo había una visión de “ustedes hagan lo que quieran con Bolivia, pero nosotros somos Santa Cruz, nosotros nos vamos a gobernar a nosotros mismos”. Como había ese fuerte apoyo, esa legitimidad en Santa Cruz y había persecuciones a quien piense diferente, uno no podía ir a la plaza, había lugares a los que uno no podía ir porque en cualquier momento te señalaban de masista y te pegaban, ha habido golpizas, era terrible.

Daniel Valença: ¿Me dijeron que había la juventud fascista Fasco?

Claudia Stacy: Si, la Unión Juvenil Crucinista, que era el brazo operativo del Comité Cívico, que se organizaba para ir a pegar a la gente, era enfrentamiento físico. Entonces en mayo del 2008, porque ellos siempre tenían la Corte Departamental Electoral de su lado, entonces la Corte Departamental desoyendo los

mandatos de la Corte Nacional, que le decía ese referéndum, o sea, hay que entender que la constitución que estaba vigente en ese momento, no admitía la posibilidad de la autonomía ni de un estatuto departamental, entonces ellos estaban haciendo cosas anticonstitucionales. De todos modos se celebra el referéndum y ahí, en ese 4 de mayo del 2008, lo que sucede es que hay muchos enfrentamientos físicos a favor y en contra del estatuto. Las organizaciones sociales se organizan y en la mayor parte de las provincias de Santa Cruz, en la mayor parte del área rural, no se puede celebrar el referéndum porque interceptan las movilizaciones, queman las ánforas, hubo muchos enfrentamientos ese día y en las ciudades, en algunas mesas, tampoco se pudo votar y hay una gran abstención también, el 40% de la población cruceña no votó en ese referéndum. Entonces que hacen ellos, eran las nueve de la mañana, no había gente en los puntos de votación, agarran y lo sacan al cardenal, Santa Cruz es una ciudad muy católica y ahí era la primera vez que teníamos un cardenal que era cruceño, entonces lo sacan al cardenal y lo llevan a votar con todos los canales y ahí comienza a salir la gente de sus casas a votar. Fíjate como hasta la Iglesia Católica estaba de parte de la derecha, la Corte Electoral, la Iglesia Católica todos eran lo mismo. Pero con todo, el 40% de la población no fuimos a votar y de los que fueron a votar ese día, 10% más o menos dijeron “no”, no aprobamos ese estatuto. Entonces en los hechos ese estatuto en un referéndum ilegal fue apoyado por más o menos un 50% de la población cruceña, tampoco tenía mucho peso. Pero todo sigue demasiado caliente, demasiado enfrentado hasta setiembre del 2008. Ahí hay un informe muy interesante en una publicación del Cegis del año 2009, que es un informe mundial que se hace sobre la situación de los pueblos indígenas, entonces sería bueno que pudieras revisarlo porque ahí relata bien lo que pasó en setiembre del 2008. Debes buscarlo en el Cegis, es un informe mundial y ahí buscas el informe de Bolivia y da cuenta, por ejemplo, que la derecha tomó más de 40 instituciones públicas y ahí se organizó sobre la marcha las organizaciones sociales que apoyaban al proceso, se organizaron y cercaron Santa Cruz; luego se produce la masacre del Porvenir en Pando y ahí se miden las fuerzas y se termina el empate.

Daniel Valença: ¿Y en la constitución de 2009, cómo está la temática de autonomía, porque es un estado unitario, pero no hay autonomía departamental, municipal y regional?

Claudia Stacy: Tenemos esos cuatro tipos de autonomías, la autonomía departamental está clara, no, tiene sus competencias, la autonomía municipal también, la autonomía municipal viene de antes de la constitución del 2009 y empieza prácticamente en los años 90, entonces ellos vienen de régimen un poco más antiguo, pero en los departamentos lo que se opera es una transformación de la prefectura, que decíamos nosotros, que era básicamente una representación del presidente en los departamentos y eso se convierte en un gobierno departamental, con un cuerpo legislativo, con competencias, con recursos. En el caso de las autonomías indígenas, es una experiencia muy de avanzada a nivel mundial; todavía nosotros no tenemos ningún gobierno indígena, pero la constitución permite que se formen las autonomías indígenas, a partir de municipios que tengan una mayoría de población indígena o a partir de tierras comunitarias de origen. En nuestro país se han titulado tierras comunitarias de origen, que muchas veces los límites de esas TCO que nosotros llamamos, no coinciden con los límites municipales, entonces, la convención de municipios de autonomía indígena es más fácil, porque ya están los límites definidos; en el caso de las TCO es un poquito más difícil y hay que tomar

muy en cuenta, el concepto que tenemos en la constitución de pueblos indígenas. Nosotros decimos pueblos y naciones indígenas originarios campesinos que tengan sistemas políticos, económicos y sociales compartidos y que ocupen ancestralmente esos territorios donde actualmente habitan. Entonces por mucho que una comunidad aimara se traslade al Beni, no es ese su territorio ancestral, entonces no puede conformar ahí un gobierno indígena.

Daniel Valença: Me dijeron que hay muchos problemas de los indígenas de tierras bajas con los interculturales, porque claro, los interculturales tienen más organización.

Claudia Stacy: Lo que pasa, que los indígenas de tierras bajas son minoría, mientras que en tierras altas son mayoría. En Pando por ejemplo hay cinco pueblos indígenas, todos son vulnerables; dos o tres de ellos tienen menos de cien personas. Hay una autonomía muy interesante que está saliendo de un municipio que es en Charahua, al sur de Santa Cruz, en el Chaco cruceño, que es el municipio más grande del país y ellos ya tienen su estatuto aprobado por el tribunal constitucional y tienen que someterlo ahora a un referéndum para que la gente defina si entra o no; hay entonces digamos, procesos muy avanzados, pero hasta ahora no tenemos gobiernos indígenas.

Daniel Valença: ¿Ese sería el primero entonces?

Claudia Stacy: Ese y uno de Totorá Marca. Luego tenemos la autonomía regional. La autonomía regional se conforma por la unión de varios municipios que deciden tener una planificación conjunta y que reciben competencias de la autonomía departamental.

Daniel Valença: Creo que en relación a nuestro sistema en Brasil, sería como una región metropolitana, que es un agregado de municipios. Bueno es un poquito diferente, porque allá tiene La Paz, tiene El Alto y varios otros municipios muy cerca, entonces es conurbado.

Claudia Stacy: Nosotros tenemos regiones metropolitanas aquí también. Desde aquí, desde el ministerio estamos intentando, ya se ha conformado, hace como un mes la primera que es Cochabamba, que son siete municipios y ahora estamos viendo que también se conformen en La Paz y Santa Cruz, porque no tiene sentido si no, muchas cosas basura, agua, transporte.

Daniel Valença: Como siempre la disposición de las clases sociales de acuerdo con el sitio. En Brasil los ricos están en la playa, los pobres están muy lejos. Aquí con relación al frío, los pobres están en el frío máximo, los sectores medios en un frío más o menos y los ricos en la zona sur que es más calentito.

Claudia Stacy: En Santa Cruz es más por zonas, ahí no hay mucho de ese tema de frío-calor y hay algunos barrios que son bastante mezclados también en Santa Cruz. Hay algunos que están bien determinados pero hay otros donde se mezcla. Ahora, la región metropolitana no es necesariamente una región autónoma, sino que cuando hablamos de la región metropolitana, hablamos de varios municipios que crean una instancia de coordinación para definir políticas conjuntas, pero cada uno sigue siendo alcalde o alcaldesa y siguen siendo municipios separados y ejecutan sus competencias de municipios y también participa el

gobierno departamental y nosotros como gobierno nacional también, pero es más como una suma de voluntades; mientras que en las regiones autónomas, son varios municipios, hay inclusive una posibilidad de que los municipios pueden desaparecer, pero no es eso necesario. Se está conformando una región en el Chaco, por ejemplo, de Tarija, donde hay tres municipios y ellos han recibido unas ciertas competencias de la Asamblea Departamental, entonces tienen ciertas competencias de la asamblea departamental, entonces tienen ciertas competencias que vienen de la autonomía departamental, pero no todas. Y ahí un poquito el temor es que en el Chaco se conformó esa región por plata, porque esa región es gran productora de hidrocarburos, entonces ellos han podido tener, de todo lo que el departamento reciba por hidrocarburos, nosotros recibimos el 45%, que es un montón de plata. Entonces tienes un municipio como Caraparí con poquísima gente, que recibe un montón de plata y no saben que hacer con su plata; pero además la gente sigue siendo pobre, es escandaloso; y ahora como se piensa que hay petróleo, hidrocarburos en el norte de La Paz, en el norte de La Paz también quieren hacer su autonomía regional para quedarse con la plata.

Daniel Valença: Creo que ese es el principal problema de la cuestión de autonomía, la cuestión de los ingresos de los recursos financieros para el estado.

Claudia Stacy: Pero ese es un tema que nosotros estamos conscientes que siempre va a estar en discusión. En España que tienen una experiencia de más de 30 años, siguen discutiendo esto, en Alemania que es federal, cada cierto tiempo revisan su fórmula de distribución de recursos. Este es un tema en el que se van haciendo pactos que luego se revisan, estamos conscientes de eso también.

Daniel Valença: ¿Hay algún planeamiento para una revisión, por ejemplo en el próximo mandato de Evo?

Claudia Stacy: Si, la ley marco establece que seis meses después que se hayan publicado los resultados del último censo, éste ministerio con el ministerio de economía, debemos presentar una propuesta metodológica hacia el pacto fiscal; eso quiere decir que a fines de año tendríamos que presentar una propuesta de como construir un nuevo pacto fiscal para la distribución de los recursos.

Daniel Valença: Y parece que la cuestión tributaria aquí es muy difícil aún, ¿no?

Claudia Stacy: Pero está bastante institucionalizado, se ha avanzado mucho desde los años 90 en ese tema, y los datos oficiales que tenemos, es que la gente está tributando muchísimo más, se ve un crecimiento fuerte en temas de impuestos, hay más plata y la gente paga sus impuestos.

Daniel Valença: Estamos en otro ministerio, pero por ejemplo en Brasil estamos discutiendo mucho, la posibilidad durante el próximo gobierno, de que la tributación no sea generada por la producción y por el trabajo y sí por la propiedad y la riqueza, o sea impuestos a grandes fortunas, impuesto de renta proporcional como era hasta la década del 90, teníamos cinco fajas de tributación: hasta R\$ 1.700 no paga, de ahí para arriba va in crescendo. En la década del 90 con el neoliberalismo, cambió para solo tres fajas y de manera estática y la última faja, creo que era de R\$ 4.000 o R\$ 5.000, pero el que gana por ejemplo R\$ 50.000 paga lo mismo.

Claudia Stacy: Aquí paga más quien más recibe y son porcentajes, no hay niveles.

Daniel Valença: En relación al socialismo comunitario, escuché de unas tres a cinco charlas de Evo, de Linera también de dos a tres, y está siempre intentándose hablar de esa cuestión, creo que como una idea de unidad, como fue la Asamblea Constituyente al comienzo del proceso, pero ¿cómo se concretaría eso, cuáles son los pasos que se han dado para ello?

Claudia Stacy: El socialismo comunitario es una visión a largo plazo. Nosotros, dentro de nuestro proceso, tenemos contradicciones importantes todavía, lo que vos decías por ejemplo, el tema intercultural en los pueblos indígenas; ahí hay una negociación constante respecto de las necesidades de cada uno de éstos sectores, cuánto territorio necesita un pueblo indígena para sobrevivir. Tenemos el caso de TCOs tituladas para pueblos indígenas y ahí no vive nadie, todos los indígenas viven afuera, pero tampoco les vas a pedir que se queden ahí a morirse, entonces tiene que haber toda una estructura que permita que ellos estén en sus territorios. Hay también muchas contradicciones interna, el tema de la minería, por ejemplo, nosotros que vemos el tema de la autonomía indígena estamos preocupados y en el tema autonómico en general también, porque nosotros seguimos siendo regidos por normas administrativas de los años 90, que han cambiado un montón de veces, cada año un decretito cambiando tal artículo, tal inciso, pero no se ha presentado como en la ley de minería, por ejemplo, que reemplaza al código minero neoliberal, no se ha presentado una propuesta total completa para revolucionar a la administración pública. Entonces tenemos ahí algunos temas burocráticos que siguen funcionando en contra de nuestro proceso. Yo soy feminista. Nosotras, las mujeres hemos avanzado mucho en éste gobierno, muchísimo, muchísimo, no sólo en acceder a puestos de decisión, sino en temas de redistribución de riqueza, derechos laborales, por ejemplo si yo tengo un hijo que esté muy enfermo, mi jefe está obligado a darme permiso, por ley, las trabajadoras domésticas también, entonces hay varios temas contra la violencia, contra el acoso político; ¿a qué quiero llegar con esto?, a que en el gobierno y sobretodo por parte del presidente Evo, y ahí ha ido contagiando y se va haciendo un principio de la gestión pública, hay una visión de justicia social, entonces, si se presenta, por ejemplo, una idea como lo del doble aguinaldo, que no es el doble aguinaldo por si mismo, el doble aguinaldo es una política de la redistribución de las riquezas, que nace de decir que hay gente que está ganando mucho dinero, pero no está redistribuyendo ese dinero. Entonces esos comerciantes que ganan tanto plata, los banqueros que están ganando tan bien, los empresarios, que redistribuyan esas enormes ganancias a sus empleados, ése es el principio del doble aguinaldo por ejemplo. Entonces hay toda una mirada de redistribución de la riqueza, que yo pienso que hay otros países donde no se ve de manera tan fuerte eso, más allá de los bonos digamos, políticas públicas que son un cuestionamiento al poder económico en sí, o sea no sólo es el estado el que tiene que repartir, sino todos, no podemos ganar demasiado más que la generalidad y a mí me parece eso, como una antesala al socialismo comunitario, pero también hay que decir que en éste gobierno, todo lo que es comercio, consumo se ha fortalecido bastante, lo cual no es muy socialista ni tampoco es muy comunitario, pero por otro lado también, se están tomando medidas económicas para frenar la circulación de dinero. Se lanzan los bonos BCB directo, que compras como letras de cambio y eso es para retirar efectivo del mercado y que la gente no lo malgaste, no haga subir mucho los precios. Entonces yo veo esto del socialismo comunitario más como una

mirada a largo plazo y ahí me parece que las autonomías indígenas tienen mucho para decir; es decir si nosotros logramos, como bolivianos y bolivianas, tener gobiernos indígenas fuertes, pero basados en sus principios y procedimientos propios, a mí me parece que de ahí puede salir el germen, las alternativas, las miradas que nos permitan construir en los hechos, en lo concreto ese socialismo comunitario. Porque la democracia liberal tiene sus limitaciones, y yo le pongo mucha esperanza a los gobiernos indígenas, pero como te digo, no es un proceso tranquilo y corto, porque nosotros en este momento tenemos nueve estatutos en proceso, siete que ya están completos, consensuados y todo, y si vos revisas y comparas los estatutos, hay algunos que son bien municipalistas, que parece una alcaldía casi, pero hay otros pueblos que tienen sus estatutos muchos más interesantes, que te llaman la atención, la forma que tienen de organizarse los pueblos indígenas y en todo caso, éstos pueblos que ahora tienen esa mirada ya contagiada del municipio, de aquí a cinco años van a revisar sus estatutos y van a recuperar algunas cosas, entonces no es un tema inmediato que se va a dar, porque tampoco podemos olvidar que los pueblos indígenas están atravesados por todo lo que es la democracia liberal y la modernidad.

Daniel Valença: En la parte oriental debe ser más fuerte aún, porque son poquitos y el poder económico es grande.

Claudia Stacy: Claro. Ha habido ahí como mucho más atravesado, pero también hay pueblos que viven más marginados, pueblos menos numerosos. Ahora, lo que yo pienso ahí, es que cuando un pueblo ya tiene demasiado pocos habitantes, es muy difícil que logre conformar una autonomía indígena, porque muchos de los recursos que van a recibir, dependen de la cantidad de población que tengan y si son pocos van a tener poca plata y no van a ser sostenibles. Entonces la autonomía está pensada, en principio, para pueblos indígenas de tierras bajas, los pueblos, digamos, más numerosos de tierras bajas están en convivencia con gente que no es indígena y los pueblos indígenas que se han mantenido al margen de la sociedad occidental son ya demasiado pocos.

Daniel Valença: Creo también que hay problemas con enfrentamientos de intereses con campesinos, y con la derecha, ¿no? Porque para la derecha no es bueno perder esos espacios.

Claudia Stacy: Y ahí, nosotros como MAS, también tenemos nuestras contradicciones, porque en la mayor parte de esos gobiernos indígenas ya no se van a elegir por partidos políticos, sino entre ellos y hay gente del MAS que no está de acuerdo con eso.

Daniel Valença: Muy bien muchas gracias. ¿Puedo trabajar con tu entrevista para mi tesis?

Claudia Stacy: Sí, claro, sin problema.

Entrevista concedida por NAVARRO-MAMANI, Hilarión. **Entrevista 6** [jul. 2014]. Entrevistador: Daniel Araújo Valença. La Paz, 2014. 1 archivo de mp3 (26 min).

Daniel Valença: Que es conamaq?

Hilarión Navarro: Es Concejo Nacional de Ayllus y Markas de Qollasuyo.

Daniel Valença: ¿Porque su nombre es así?

Hilarión Navarro: Es una organización fundamentada de los markas y ayllus para administrar los pueblos

Daniel Valença: Hilarión, tú estabas hablando de los originarios. ¿Hay vinculación entonces sobre conamaq y el tema del indianismo, Fausto Reynaga o no, hay solo influencia? ¿O son cosas distintas?

Hilarión Navarro: Los pueblos indígenas originarios siempre han estado unido y siempre ha defendido unido, organizado, su territorio y el Consejo de gobierno de Conamaq tiene su estructura de autoridad a través de su estructura de autoridad tiene su libre gobernabilidad, su libre determinación, autogobierno y creemos que los pueblos indígenas originarios, a partir de eso con los principios, con valores e ideologías hemos participado en diferentes leyes, tanto en la ley de consulta previa, libre e informada y como también en la defensa de los recursos naturales, en la defensa de los recursos naturales no es defender solamente los recursos naturales porque también hay que cuidar nuestra madre tierra, si no cuidamos a la madre tierra, si siguen contaminando, y eso significa va a seguir enferma nuestra madre tierra y como vamos a erradicar la pobreza, como vamos a llegar a una soberanía alimentaria, y por eso nosotros estamos exigiendo de que debe respetarse las leyes, las normas establecidas en el país a partir de la Constitución Política del Estado, después la ley de marco de autonomías, ustedes participaron de la ley de autonomía indígena originaria...

Nosotros participamos, hoy por hoy ya no es una ley hecha solamente de una consultora, como antes los gobiernos invitaban, bueno, a los consultores de Estados Unidos, ellos hacían, pero hoy por hoy las organizaciones sociales participamos y bajo una consulta de organizaciones sociales que realizan las leyes, esos son los cambios claro, en 3 años, en 4 años, evento en Potosí, evento Cochabamba, evento en Oruro, evento en Santa Cruz, evento en La Paz, evento en diferentes departamentos sociales.

Daniel Valença: ¿Y consigue ser también un debate con las bases sociales de la organización por ejemplo con la gente que está en la punta de la conamaq, se llega hasta allá el debate sobre la ley?

Hilarión Navarro: En todo caso, de acuerdo a su estructura de autoridad nosotros llamamos a los caciques, a los curacas, a los jilacatas, a todos los llamamos a un evento y ahí informan y participan ellos también aportan su pensamiento de acuerdo la normativa sin vulnerar lo que es la Constitución Política del Estado entonces, creemos, hoy por hoy esos son los cambios. Ahora ya no se hace nomás unilateralmente, antes elaboraba una consultora, pagaban y eso ni siquiera consultaban, aprobaban y hasta dictaban esos gobiernos dictatoriales, pero

hoy por hoy no es dictadura, hoy por hoy es consensado con todas las organizaciones sociales.

Daniel Valença: ¿Todas esas leyes que vinieron después, de la autonomía, de la educación, de la revolución en la educación, del deslinde judicial todo ello entonces contaron con la participación de las organizaciones?

Hilarión Navarro: Con la participación de las organizaciones, por supuesto en la Ley de Deslinde Jurisdiccional todavía tenemos diferencias, no está contemplado la que es justicia indígena originaria pero ¿por culpa de quiénes? por culpa de algunas autoridades oportunistas como Rafael Quispe como Vecera no han participado porque ellos había estado yendo, pues, con la derecha. Ahora recién rescatamos nuestra casa grande de los pueblos indígenas y ahora estamos participando, ya estamos observando que leyes no han participado que leyes solamente observaban y estaban encostados con la derecha. Y la derecha había estado manejando, utilizando el poncho, utilizando a los pueblos indígenas originarios y los estaban dividiendo y hoy por hoy estamos más que nunca unidos y ahora también vamos a pedir algunas leyes, si no hemos participado tenemos que participar y hay que reformarlo, ¿no?.

Daniel Valença: ¿Había, entonces, un conflicto dentro de Conamaq, entonces, en el proceso de cambio y Quispe era un líder indígena aimara no?

Hilarión Navarro: Aimara, pero ese había sido, por eso utilizado por la derecha infiltrado por la derecha y nos estaba engañando a los pueblos indígenas originarios y hoy por hoy donde aparece apoyando a una empresa privada que es Samuel Doria Medina frente amplio, entonces eso es traicionar a los pueblos indígenas originarios él es enemigo, él es enemigo de los pueblos indígenas originarios el ya no nos representa y además, es más, ha desconocido organizaciones de los diferentes suyos, de las diferentes nacionalidades de sus hermanos y de sus hermanas, entonces creemos hoy por hoy en una obligación organización conjunta porque nosotros hemos hecho la ley 070 de Elizardo Pérez y Avelino Siñani, seguimos trabajando en la educación, la malla curricular, la educación comunitaria como debemos participar, como debemos incluir los saberes ancestrales.

Daniel Valença: Yo leí y me parece muy buena la ley. Habla de la cuestión de la descolonización, muy fuerte.

Hilarión Navarro: Creemos que hay que descolonizar ahí en la alfabetización y creemos, estamos analizando en la implementación fuerte de la ley, principalmente en el campo, muy fuerte, eso es la iniciativa de los pueblos indígenas originarios entonces ahora nos falta todavía avanzar en la parte de la salud, valorar nuestras medicinas tradicionales, nuestras abuelas nuestros abuelos no utilizaron medicinas de la farmacia, mas utilizaron su propia planta medicinal y por eso aguantaban mucho tiempo por eso, por ejemplo una píldora siempre va a causar una gastritis, úlceras pero lamentablemente antes con nuestras medicinas ancestrales favorablemente que era una vivencia muy tranquila, pero creemos que tenemos que implementar todas esas cosas en la parte salud, tenemos también una comisión de la salud y seguramente ellos tienen que implementar esa situación.

Daniel Valença: ¿Y en la cuestión de la tierra se avanzó?, ¿En la demarcación de la tierra, de los ayllus, la cuestión de la democratización del acceso a la tierra, porque hay aun latifundistas en Bolivia, no?

Hilarión Navarro: Hubo, pero hoy por hoy nosotros los pueblos indígenas siempre habíamos luchado defender la tierra territorio, no solamente estas defendiendo tu terrenito estas defendiendo cuando defiendes a la tierra territorio estas defendiendo a los recursos naturales, defiendes a tu sembradío, defiendes todo, en general y también hemos avanzado mucho en lo que es el saneamiento territorial, hemos saneado nuestros propios territorios, de acuerdo a nuestra vivencia ancestral, de acuerdo a nuestras sayañas de acuerdo a como nuestros abuelos se manejaron entonces eso está respetándose entonces nosotros no somos terratenientes, más bien nosotros somos, tenemos que rescatar lo que es nuestro territorio, tenemos que respetar nuestros derechos.

Daniel Valença: En relación con la democracia intercultural, ¿lo que cambio con la nueva constitución? Porque me parece que la democracia representativa es aún muy fuerte en relación a las demás o te parece que ha cambiado ese conjunto?

Hilarión Navarro: Bueno, nosotros como bolivianos como pueblos indígenas originarios queremos incluso exportar lo que es este proceso de cambio, históricamente hacemos nuestra propia ley, la Constitución Política del Estado, la ley de marco de autonomía la ley de consulta previa libre, informada, respeto a la madre tierra, respeto los valores, los principios; ama sua ama llulla ama kella, esos son los valores ancestrales de nuestros abuelos y cuando decimos intraculturalidad en el campo o la ciudad no hay diferencia. Pueblos indígenas originarios también existimos en la ciudad también tenemos quizás nuestras casitas porque el pueblo indígena originaria es trabajador desde la mañana está trabajando hasta el oscurecer pero con su trabajo tiene derecho a tener en todo lado y por eso el pueblo indígena está en todo rincón, por eso decía hace rato, por eso creemos que el pueblo indígena originario tenemos leyes establecidas y esas leyes, esas sabidurías y ese avance en el proceso de cambio hay que expandir a Latinoamérica y el mundo y el Caribe porque prácticamente tienen que implementar, tienen que defender los recursos naturales en diferentes naciones. Entonces creemos que eso es muy importante para nosotros y creemos que el pueblo indígena originario seguiremos peleando, la lucha continúa, sabemos que hoy por hoy continúa la derecha todavía quiere encostrarse, que todavía quiere revivir nuevamente con la plata que tiene desde la embajada norte américa de EEUU, el señor Gonzalo Sánchez de Lozada que todavía se está manejando a plan de control remoto, que sigue manejando, nosotros como pueblo indígena originario no vamos a permitir eso porque ahora ya no están los ojos vendados, ahora el pueblo indígena originario sigue y siempre estará de pie y siempre defenderemos tierra territorio, siempre defenderemos los derechos colectivos a nivel nacional.

Daniel Valença: ¿Qué es lo que falta en el proceso de cambio para el futuro, cuál es la esperanza?

Hilarión Navarro: Falta todavía, quizás algunas comunidades, algunas Ayllus, algunas Markas, algunos Suyos, llegar a todo rincón, avanzar con los proyectos avanzar y erradicar la pobreza, proyectos, proyectos de desarrollo en la agrícola porque el hermano presidente ya tiene una agenda patriótica de los 13 pilares fundamentales ¿no?, erradicar la pobreza y eso no solo va ser, no solo tiene que ser

con las organizaciones sociales, tanto con las hermanas Bartolinas, como los hermanos de CSUTCB, CONAMAQ, todos juntos tenemos que operativizar porque la necesidad es una sola y creemos que una lucha conjunta y si nosotros vamos a mantener la unidad y así vamos a garantizar lo que es este proceso de cambio.

Daniel Valença: ¿Hay modelos de proyectos que están bien que están funcionando, desde la Constitución para acá que son ejemplos de cambio?

Hilarión Navarro: Claro que sí, mira para nosotros históricamente los gobiernos neoliberales nunca han pensado en la tecnología de punta en Bolivia. Hoy por hoy está el satélite Tupak Katari, telecentros, computadoras, hoy por hoy nuestros hermanas y hermanos en las comunidades van a tener acceso a la información, acceso a la televisión, acceso a la luz, antes no teníamos la luz en las comunidades ahora ya se está terminando la instalación de luces, el camino; los caminos es muy importante, carreteras asfaltados, frontera a frontera, falta, falta carreteras aún hay que trabajarlo. Lo que nunca paso Dakar por Bolivia, los neoliberales nunca querían que pase por Bolivia, hubo un momento incluso desde EEUU, Manfred Reyes Villa decía DAKAR no tiene que pasar por Bolivia. Y ese discursos algunos empeñados con la derecha decían: no va pasar por Bolivia Dakar, pero las organizaciones sociales garantizaron, los pueblo indígenas originarios garantizamos y hoy por hoy también va pasar Dakar 2015 por Bolivia y está muy bonita y eso son los procesos y ese es el proceso de cambio.

Ningún presidente bajaba a inaugurar proyectos, proyectos en diferentes municipios en diferentes ayllus, marcas y suyos y hoy por hoy un presidente trabajador que no es un presidente calientasillas, antes marginados el pueblo indígena originario, el sombrero, el poncho el chicote, el originario era indio, campesino, aborígen. Hoy por hoy el indio, el campesino en el palacio, el indio, el originario en el palacio, trabajando en el beneficio de los bolivianos y creemos así juntos vamos a avanzar y erradicar la pobreza.

Daniel Valença: ¿Qué te parece la propuesta de socialismo comunitario?

Hilarión Navarro: Es muy bonito pero hay que implementar poco a poco, ¿no? No es de la noche a la mañana, el proceso es poco a poco, entonces, por eso es un trabajo conjunto no solamente los pueblos indígenas en Bolivia, también hay que aglutinar los pueblos indígenas a nivel del mundo. Debemos exportar las sabidurías ancestrales, lo que hemos avanzado en Bolivia. Y estamos muy contentos en lo que hemos avanzado y vamos a seguir avanzando, trabajando de manera conjunta.

Daniel Valença: Para concluir, ¿tú puedes explicarme un poquito cómo funciona el ayllu ya que para nosotros que no tenemos origen indígena es difícil imaginar cómo funciona, cómo se organiza?

Hilarión Navarro: El pueblo indígena originario no pierde nada, desde el nacimiento ancestral tiene su propia raíz, plantada de donde es, de donde es su origen, donde es su territorio y no pierde su identidad. Y el pueblo indígena originario no está buscando cargos, y tiene sus propios valores, siempre su pensamiento es: por sí mismo tiene que gobernarse, un gobierno indígena originario y hoy por hoy tenemos que llegar a eso, con el hermano presidente y un partido político movimiento al socialismo, es un instrumento político que apoyamos todas las organizaciones sociales y fue por él el proceso de cambio pero si estamos llegando

a un pacto de unidad nacional, significa que estamos avanzando y creemos que vamos a llegar a un gobierno propio en Bolivia, a un gobierno indígena originario, gobernar por sí mismo defendiendo los recursos, administrando en Bolivia, mismo buscando industrias grandes para el Estado Plurinacional de Bolivia. Los pueblos indígenas originarios tenemos mucho valor, mucho principio, nuestra estructura de autoridad que tiene que respetarse y buscar y llegar a un sumak kawsay, un bien vivir, y juntos vamos a avanzar en este proceso de cambio para llegar a una consolidación real valorado por todos los bolivianos y bolivianas.

Entrevista concedida por TONA-MURISAKA, JOHNNY ATIPAK; VEGA, Marcelo. **Entrevista 7** [jul. 2014]. Entrevistador: Daniel Araújo Valença. La Paz, 2014. 1 archivo de mp3 (1h28 min).

Daniel Valença: ¿Cómo fue tu militancia política, cómo fue al principio, el inicio?

Tona-Murisaka³⁰⁷: Lo que tenemos un poco que puntualizar, para diferenciar, es lo que significa el indianismo, ¿qué es el katarismo? Actualmente, se manejan dos términos que están muy en boga, muy de moda que son la izquierda y la derecha, yo siempre lo he manejado, entonces hay una corriente política que es justo el indianismo, el katarismo que es propio de los pueblos indígenas originarios y tiene su constitución en Bolivia, pero esta parte se olvidan de mencionar, se olvidan completamente, ningún texto de historia de Bolivia si comienzas a revisar, te va a explicar con un sentido más objetivo, con más de una concepción política; te mencionan hubo esto y hubo esto pero nada más. Pero nosotros trascendemos y vamos mucho más allá, fundamentalmente hablamos de la reconstitución de Tahuantinsuyo. El Tahuantinsuyo, podemos decir, que es más o menos como habla Hugo Chávez, de la conformación de países bolivarianos, porque quienes conforman el Tahuantinsuyo son los mismos países de que habla Hugo Chávez, incluso vamos mucho más allá. Entonces, eso es la primera idea, Bolivia, Venezuela, Ecuador, Chile, Perú, Panamá, Honduras y parte de México. Es en ese sentido que vamos proponiendo ésta visión indianista.

Daniel Valença: Qué hay pueblos indígenas en esos países que tienen proximidad.

Tona-Murisaka: Correcto, otra cosa importante, es diferenciar movimientos sociales de movimientos políticos indianistas kataristas. Los movimientos sociales se basan, fundamentalmente, en lo que es el sindicalismo (infra-estructura, etcétera), en los movimientos políticos indianistas kataristas es donde se plantea una posición ideológica dentro del contexto político, por ejemplo el “vivir bien”, *Sumak Qamaña*; ésta no es una idea ni de la izquierda ni de la derecha, esta idea surge de los movimientos indianistas kataristas, ellos son los que han generado el vivir bien, el Sumak Qamaña. El hecho histórico de que, por ejemplo, se considere como un segundo símbolo la Wiphala, esta Wiphala no representa a los partidos de derecha y no representa a los partidos de izquierda, pero sí representa a los movimientos de las nacionalidades originarias, por lo tanto también estamos los indios. Entonces, así sucesivamente podemos ir mencionando otros elementos que ahorita el Evo está agarrado a todo eso que desde otro punto de vista está genial.

Daniel Valença: ¿Pero el Evo desde la década del 90 ya estaba con esa plataforma o fue después?

Tona-Murisaka: El indianismo surge en 1968, de manera oficial, porque ya comienzan a salir literaturas del pensador Fausto Reinaga. Entonces a partir de ese año se van fortaleciendo en las diferentes instituciones, por ejemplo en las Universidades en 1972, donde aparece el primer movimiento universitario, el Muja

³⁰⁷ Inicialmente, o entrevistado era Johnny Atipak Tona Murisaka, sendo que Marcelo Vega o acompanhava e sentiu-se à vontade para opinar no decorrer do diálogo.

(Movimiento Universitario Julián Apaza), donde entran justamente los hermanos aimaras, quechuas, guaraníes a las Universidades, porque todavía se hacía discriminación, todavía no teníamos acceso, mis abuelos no tenían acceso y se van conformando grupos de debate, grupos de discusión para fortalecer el indianismo y aquí comienzan a plantearse las posibilidades de participación en los eventos electorales a nivel nacional, con nuestros propios líderes con nuestras propias autoridades; de ahí surge, por ejemplo, el Mitka, Movimiento Indígena Tupac Katari, liderado por Constantino Lima, a la cabeza del hermano Luciano Tapia, a la cabeza del hermano Marcos Marín, entre otros. Y justamente si tú has estado en el encuentro del 21, hay una persona mayor que, no sé si te acuerdas, que le quiso entregar algo al Álvaro Linera, muy mayorcito, él después de dos días ha fallecido y no le hemos enviado homenaje, fue uno de los grandes mentores del indianismo, o sea aquí recuperamos nuestros símbolos, hablamos del Año Nuevo aimara, la Wiphala, del vivir bien, incluso ya habíamos planteado de la modificación de las manecillas del reloj, que este último tiempo ha estado picando fuerte. Entonces el indianismo, lo que plantea fundamentalmente, es que se constituya un Estado, pero a partir del concepto indio, el término indio es un término más a nivel político, porque nosotros no somos indios, somos originarios, somos campesinos, somos nativos y etc., etc. que justamente va desarrollando esta confusión la propia izquierda, la propia derecha, nos pelean pero la tenemos ganada del punto de vista político y decimos que somos indianistas. Aquí, tal vez en su inicio fundamentalista, el indio tiene que gobernarse, nada blanco, más radical esa es la corriente. El indianismo, digamos, es el que origina o da nacimiento al concepto katarismo, posteriormente a eso surgen otros planteamientos.

Daniel Valença: Tú estabas hablando sobre el surgimiento de la organización y del partido político indianista, yo había leído que no tuvo éxito electoral en aquel momento, ¿cuál crees que es la razón para eso?

Tona-Murisaka: Primero en esos tiempos, existía la discriminación, existía todavía el rechazo coordinado de que el indio no podía tener la capacidad intelectual para poder generar política, que el indígena no tenía sus símbolos, o sea, nos han hecho ver como que nosotros absolutamente no estuviéramos aptos o preparados para plantear un posicionamiento político.

Daniel Valença: Y me parece que eso también dentro de la propia gente era aceptado, por ejemplo, gente que era indígena pero no votaba en indígenas.

Tona-Murisaka: No había una participación masiva electoral consciente, por eso nos ha dificultado muchísimo en las primeras elecciones, en las primeras elecciones hemos estado en unos 7%, hasta que cuando nosotros sacamos por primera vez un diputado, dos diputados, en 1978, ha sido donde más energía hemos tomado, ha sido en 1978.

Daniel Valença: ¿Ya estaban en la dictadura?

Tona-Murisaka: Correcto. El primer diputado es Julio Tuniri, después entra Constantino Lima. Es más, Fausto Reinaga también ha sido diputado por Potosí y entra por el MNR. Después de esto surgen lo que son los movimientos kataristas a la cabeza de Genaro Flores, dirigente sindical y ahí en ese grupo aparece Víctor Hugo Cárdenas, pero lo que los abuelos nos cuentan, es que Víctor Hugo Cárdenas, nunca ha tenido la iniciativa de poder participar en estas reuniones, el que sí

participa es su padre de Víctor Hugo Cárdenas, el que lo jala, el que lo lleva y le dice “aquí es donde tienes que estar”, le obliga y de tanto insistir, comienza a generar ideas. Pero el katarismo ya viene, digamos, esa concepción política, de una persona, y nos mandaron como símbolo filosófico a esa persona que es Julián Apaza (Túpac Katari), de ahí viene el katarismo. Gerardo Flores es el dirigente de la CSUTCB, sindical, y él dice: haremos nuestro brazo político, que es el katarismo, aquí aparece Fernando Untoja, uno de los kataristas, Víctor Hugo Cárdenas; la diferencia con el concepto de manejo es que en el katarismo dicen: nosotros los indios vamos a manejar, pero también vamos a invitar a los blancos, porque hay mestizos, indios con ojos celestes, vamos a conformar, entonces esas son las concepciones diferentes.

Daniel Valença: ¿Pero continúa existiendo también una persona indianista más pura?

Tona-Murisaka: Abrazamos los dos, entonces los unos kataristas nos dicen que somos fundamentalistas, que nada de K'aras [blancoides], no es así, y justamente terminan metiendo la mano, los de izquierda, los de derecha, nos hemos peleado y dividido. El MITKA se divide en dos, los dirigentes se pelean, había cierta rivalidad. Luego surge el katarismo de Cárdenas y Untoja. Untoja participando en las primeras elecciones ya comete el primer error haciendo alianzas con la Acción Democrática Nacionalista, incluso le ha llevado a cambiar la sigla porque el MRTKL es de Víctor Cárdenas, el MKL lo fundamos nosotros, Marcelo también es fundador del MKL a la cabeza de Fernando Untoja, le llevamos a vicepresidente en la primera salida a Ticuasú, para oriente y occidente más o menos. Aquí nos dividimos, porque después nos enteramos que Untoja había hecho un convenio a escondidas con Acción Democrática Nacionalista. No teníamos dinero para la campaña, pero de repente hubo dinero y nosotros cuestionamos, y nos convencimos de que Oscar Eid, que ha sido ministro también, operador político [...], a través de Oscar Eid, Untoja desvió una buena cantidad de plata para la campaña, entonces los denunciemos y nos dividimos, fracturamos el MKL; luego aparece de repente como KND, Katarismo Nacional Democrático, entonces te das cuenta como ha tenido la habilidad, tanto la izquierda como la derecha, de meter sus mafias, dividirnos y hacernos pelear. Entonces hasta el encuentro del 21 hubo intentos de unificación, hubo encuentros a puertas cerradas, nos hemos sacado la [...], pero no tuvimos la habilidad de poder articularnos.

Daniel Valença: Y en ese tiempo, ¿cuál era la visión de la izquierda sobre el indianismo katarismo o también sobre las etnias, porque he leído que se ha trasladado mucho de manera ortodoxa la teoría de Marx sobre la realidad europea para una realidad totalmente distinta, y, pero, hecho de manera ortodoxa?

Tona-Murisaka: Todas las teorías venían de afuera y era un poco difícil o es imposible que nos vengan a encajar eso, pero la izquierda era la que más asimilaba éstos conocimientos europeos como los de Marx, incluso algunos de nuestros hermanos indianistas agarraron la teoría marxista, y trataron un poco de que este pensamiento originario vaya su curso de una manera eficaz, pero no se ha podido lograr y justamente estos grandes líderes indianistas kataristas, estaban conscientes y estamos conscientes, que esas teorías, esas corrientes no vienen con nuestra realidad, siempre a través de la imposición.

Daniel Valença: ¿Y tú no crees por ejemplo, que Linera consiga utilizar esa categoría de teorías a partir de una realidad y de un conocimiento de acá de Bolivia?

Tona-Murisaka: Con Linera ocurre un fenómeno interesante.

Daniel Valença: porque él cambió en los últimos 20 años, porque yo he leído que en el comienzo de la década del 90 era bien... porque las fábricas, porque...

Tona-Murisaka: Sí, sí, Linera acuña el término indigenista [...] él es indigenista. Y para nosotros el indígena es aquel blanco que habla por el indio. Pero Linera está muy consciente de que el fundamento, la base ideológica política actual, junto al hermano Evo, sale de los partidos indianistas kataristas y ese día nos rindió homenaje y algunas veces lo hemos invitado y a nuestros líderes le dice “maestro”, pero queda ahí. Todavía hay algo de eso, que está receloso. Por eso que en dos gestiones del gobierno del Evo, nosotros no hemos ocupado espacios políticos, no tenemos un indianista, un katarista ministro o vice ministro.

Daniel Valença: ¿El Canciller (David Choquehuanca) no es indianista?

Tona-Murisaka: No es. Él tiene una visión, como persona es indio es indio, pero no tiene nuestra visión política, está más digamos con la teoría del socialismo, busca la libertad, pero, eso pero tú mismo te das cuenta, que en el interior de él, hay un indianismo, las cosas que habla, justamente estas cosas que salen por la boca del Canciller es lo que nosotros nos hemos planteado y el también está consciente. En éste encuentro que hubo el 21, justamente, era un poco para ver, porqué nos habíamos dividido completamente, no se había hecho ningún encuentro indianista katarista desde hacía más de 38 años, durante las reuniones, y lo hicimos, y se manifestó claramente que sí, que apoyaba este proceso, pero que también nos gustaría sumarnos, ser partícipes.

Daniel Valença: Es curiosa esa deliberación porque nosotros tuvimos que salir.

Tona-Murisaka: Y llegamos a la conclusión que lo que estábamos exigiendo es participación, ahora en el Estado, que nos corresponde como generadores de ideas y hasta ahora no tenemos respuesta. Lo que alguien decía por ejemplo, “la derecha nos llama permanentemente”, Doria, los otros hermanos, “vengan”, “Marcelo ven a ser senador”, pero es tan fuerte nuestra convicción que no pensamos en iniciar esto. Ahora estamos esperando la posición de Evo, porque tenemos una reunión pendiente con él porque nos va a recibir y estamos esperando la respuesta, pero si no ocurriese, yo creo que ésta vez vamos a tener que pasar a ser indianistas kataristas, pero ya con ideas críticas, lo que significa que no vamos a estar a la derecha, que no nos vamos a alejar de éste proceso, sabemos que pertenecemos al proceso, sabemos que tenemos que fortalecerlo de una manera crítica. Eso es lo que ha ocurrido el 21 de mayo, han participado muchos, había radicales también pero se consiguió la unidad.

Marcelo Vega: En el Encuentro han estado las nuevas generaciones de indianistas, muy jóvenes, los más antiguos han estado también. Los más antiguos, me imagino, para observar que hacemos y, a lo mejor, para criticarnos, pero al final tampoco nos criticaron y se quedaron callados. En ese sentido un poco, por decir así, nos han dado su aval para que nosotros hagamos, han visto que lo estamos

manejando bien, pero ellos se han pervertido lamentablemente y siguen su huella torcida. Siguen manejando el ámbito prevendalista, sacarle ventaja personal, total; nosotros no estamos buscando eso, no, nosotros queremos la liberación total de nuestro pueblo. Nuestra vida ha sido dedicada a eso. Como dice Jonhny, nos invitan aquí y allá, la derecha, la izquierda. Hoy nomás nos han invitado, pero es pues, traicionar nuestros principios, no podemos. Creemos y yo estoy seguro, hermano, que nosotros podemos avanzar con un buen equipo de mucha convicción, un poco podría decir somos místicos, y en ese sentido, vamos a avanzar. Con toda seguridad, si usted está en contacto con nosotros, se va a enterar de cosas que vamos a seguir avanzando. Este proceso se va a profundizar, es nuestra tierra, es nuestro esto, nadie más puede ocuparlo; es nuestro tiempo, ha llegado nuestro tiempo, hemos esperado cinco siglos para este proceso y este es el inicio. Evo es el inicio, como que los otros están pensando que van a volver, no, eso es difícil. Si hacemos un buen análisis, nuestros hermanos, ya lo hemos visto en esos días, la CSUTCB, las Bartolinas, los Interculturales, los propios de la Central Obrera, si bien están viendo el buen trabajo que está haciendo el hermano Evo, no son indianistas, pero llevan como David, en su sangre, en su piel, en su carne lo llevan; lo que les falta es un poquito más de esto. Por eso nosotros hemos pedido la creación del Instituto de Indianismo y Katarismo. El actual gobierno lo dice, como ha dicho en su discurso el vicepresidente: “hay que indianizar a Bolivia” y nosotros estamos más conscientes, porque nuestro planteamiento, no solamente ha quedado ahí, porque indianizar es descolonizar y ahora, en las naciones del G77, con esa palabra, nuestro discurso se ha incorporado. Los 133 países han querido crear el Instituto de Descolonización, entonces se está manejando nuestro discurso y sí, es seguro que vamos a avanzar.

Daniel Valença: Mismo aquellos que no son militantes del indianismo, pero son de otras corrientes de izquierda, me parece que en la cuestión indígena tienen una unidad, aquellos que tú hablabas que en el comienzo la gente no votaba al indio, ahora parece que la cuestión indígena hace que la gente tenga un sentimiento de pertenencia, ¿es así?

Tona-Murisaka: Otro fenómeno que ha ocurrido y tal vez eso nos fortalece ha sido que el Movimiento Indígena Pachakuti también de corriente indianista liderado por Felipe Quispe, así como Germán Choquehuanca, participan después del Mitka, del MRTKL, en las elecciones directas y logramos sacar 9 diputados, eso es histórico, en el 2002 y ahí si revisamos las intervenciones en el anuario de la Cámara de Diputados, podemos ver la capacidad ideológica política que hemos tenido nosotros, el de poder plantear, el de poder contestar a la derecha, el de poder expresar nuestro repudio de abuso hacia la izquierda, porque Germán Choquehuanca, en plena sesión lanzó la Constitución Política del Estado como lo hizo Atahualpa ante la llegada de los españoles. Eso está grabado y es algo histórico, en el 2002. Nosotros, el MIR, ha sido un elemento, un vector importante para la expulsión de Gonzalo Sánchez de Losada, nosotros organizamos los bloqueos, dimos la línea. No estábamos en el MAS; ahí hemos comenzado a crear afinidad con Evo Morales y ahí, políticamente, hemos hecho buen trabajo. Eso fue en el 2002, políticamente, porque ellos llegaron con unos 25 diputados el MAS y articulados con los movimientos sociales, estaban juntos en el Parlamento, porque entonces Evo era diputado y nosotros también.

Daniel Valença: ¿Tú crees entonces que la presencia en el Parlamento facilitó la aproximación del indianismo con el MAS?

Marcelo Vega: Yo puedo decirle, hermano, que nosotros como kataristas, hemos estado de una manera que no parecía correcta, que no era correcta, pero hemos compartido momentos con el hermano Morales. El hermano Morales hablaba únicamente del proletariado, de los oprimidos, un discurso que le habían inculcado sobre el Che Guevara. Era el discurso que manejaba el hermano Morales, pero nosotros que compartíamos las oficinas, que compartíamos charlas fuera del Parlamento, le sugerimos que en lugar de hablar de oprimidos, de izquierda, maneje el lenguaje de los aimaras, de los quechuas, de los guaraníes, de los indígenas y bueno, hizo eco e hizo un giro en su discurso y ya no se le escuchó más hablar de los oprimidos, de las clases oprimidas, ya habló de los indígenas aimaras y más se fortaleció eso, cuando hubo el bloqueo de Felipe Quispe. Felipe estaba casi solo como Secretario Ejecutivo del CSUTCB y ya estaban queriendo aplastarlo al hermano Felipe como dirigente de la CSUTCB. Sugerimos que el hermano Evo como dirigente de los coccaleros amenacen con un bloqueo si no atienden las demandas del CSUTCB y el hermano Evo amenazó y se dio una especie de alianza entre Evo Morales y Felipe Quispe, eso es historia y está en todos los periódicos, se dio y los gobiernos neoliberales bolivianos, dieron un paso atrás y Felipe se fortaleció y el movimiento indígena boliviano se fortaleció más. Eso fue en 2001, 2002 y se fortaleció profundamente porque es histórico lo que les dijo después de esos bloqueos, porque se reunió con las autoridades, con el presidente interino Ramírez y les dijo: “ustedes son inquilinos y nosotros somos los dueños” y fue un hito que se marcó, para reunirse los obligó a ir a las comunidades. Ese avance se alargó con las posiciones indianistas kataristas, porque Felipe Quispe es indianista, es de los indianistas fundamentalistas, han tenido siempre su línea fundamentalista, nada con el blanco, nada con el ara. Ha sido su posición. Ahora claro, como todo humano ha evolucionado y ya no es tan fundamentalista. Nosotros somos de extracción indianista katarista, en su momento también hemos sido fundamentalistas, pero los razonamientos, los análisis, nos llevan a comprender que hay hechos irreversibles en la sociedad y hay cosas que no se pueden desconocer, entonces hay que poner flexibilidad para convivir en una sociedad. Además nuestros principios indianistas kataristas, nunca han sido discriminadores en ninguna forma y no vamos a ser discriminadores. La historia nos enseña, larguísima pasajes de nuestros ancestros, diciendo que nunca han sido discriminadores de ninguna forma; mal haríamos nosotros en ser fundamentalistas por una causa de rencor, no es posible. Pero hay hermanos que han sido sí, como el hermano Reinaga altamente fundamentalistas, se ha dicho “muérte al blanco”, pero el propio hermano Reinaga evolucionó, porque terminó diciendo: “el ser indio no es color de piel, es cuestión de mentalidad, de pensamiento”. Hay indígenas con mentalidad blanca, más peligrosos que el propio blanco y puede haber blancos con mentalidad india, que pueden ser buenos aliados en el proceso de la liberación plena de las naciones indígenas regionales.

Tona-Murisaka: Producto de eso tenemos al Rumi Maqui (que es mano de piedra en quechua), que era un blanco militar que estaba en la corona española, en el ejército español, se infiltraron con los grupos indígenas que estaban buscando su liberación para saber cuál era la estrategia militar de los indios contra los españoles militares y éste infiltrado (no recuerdo el nombre), ve el sufrimiento del pueblo indígena, ve la discriminación a la cual eran sometidos por parte de la corona

española, y él mismo se convierte como un teniente y encabeza éste levantamiento indígena en 1868, entonces el general Rumi Maqui se da la vuelta contra el ejército español, esto nos hace pensar que el indianismo ya no es tan fundamentalista como en la época del 72; claro también era la cultura muy diferente, entonces nosotros asumimos y maduramos y también estamos conscientes que, por ejemplo, todas las sugerencias políticas se están dando como nosotros queríamos, se ha dado absolutamente todo lo que nosotros pensábamos. Antes, por ejemplo, hablar de la ionov amarela, era hablar de herejía, solamente era cosa de indios y mira cómo se expandió, han festejado en Chile, Argentina, en Texas también lo han hecho, ha habido música, se está expandiendo el pensamiento indianista. Lo propio y, por ejemplo antes, por la época del 80, 85, cuando tú estabas en la universidad y lanzabas como un frente, ahí por ejemplo los universitarios fundamos en San Andrés, cuando vieron (não consegui entender) ahí detonaron la (não consegui entender), hay universitarios para fundar la Federación Universitaria Local (FUL), y nosotros pusimos ese nombre a nuestro frente y nos discriminaron, los trostkos, nos decían, estos son indios de mierda. También la izquierda, por ejemplo el movimiento Bolivia Libre, no hubo debates, se aliaron y nos sacaron a la “mierda”, diciendo que los indios, querían volver atrás, que traen la coca; pero después vemos que en las elecciones estudiantiles universitarias, todo tiene el nombre “aimará”, “pacha”, “coca”, no sé.

Daniel Valença: ¿Y ustedes no creen que esa aproximación entre indianismo y sectores de la izquierda, porque por ejemplo, creo que los trostkos nunca se van a aproximar porque tienen una posición muy cerrada, es algo como el indianismo más radical, es una posición que no hay flexibilidad, ustedes no creen que esa aproximación puede hacer una unidad importante, por ejemplo, hay obreros que se identifican con el Che Guevara, hay otros que con Tupac Katari, pero si tienes las dos cosas juntas, tienes una unidad de los de abajo porque por ejemplo, a izquierda y derecha hay indianismo, derecha son los de arriba, izquierda tú puedes tener una posición política distinta de ella y viceversa, pero en general son los sectores de abajo, son los trabajadores, campesinos, indígenas, es decir, son sectores distintos de los de abajo; ustedes no creen que esa aproximación es buena para lograr la unidad de todos los sectores?

Tona-Murisaka: Aproximaciones hemos intentado muchas veces, pero no lo hemos logrado ahora. Pero yo creo que el primer elemento, el primer vector para ésta aproximación serían éstos fenómenos que estamos haciendo con el pensamiento, vivir bien por ejemplo, igual es tema cuestionado, la gente, la clase trabajadora acepta vivir bien, ahora está el tema del reloj por ejemplo, que no están de acuerdo, que eres retrógrado. Esa idea que maduró el hermano Choquehuanca, lo maduró el hermano Eugenio, lo maduró el hermano David y el hermano Simón Yampara, por ejemplo, y son ideas muertas, el sentido del equilibrio, el sentido del orden, porque siempre nos han impuesto la medida del tiempo.

Marcelo Vega: E esa medida del tiempo nuestros ancestros nos decían que no sabíamos física, química, matemáticas y es totalmente falso. Más bien, por el contrario, nuestros ancestros han sido los mejores conocedores científicos de lo que es la sabiduría de los astros, de la física, de la química, de las matemáticas; es increíble como nuestra sociedad no conoce lamentablemente y nosotros los indianistas que investigamos y los círculos indianistas sí estamos informados, pero la sociedad en su conjunto como resultado de la educación, por eso el planteamiento

también de Avelino Siñani y Elizardo Pérez para cambiar ciertas cosas, cierta lógica, no es simplemente un planteamiento hormonal ni apasionado sino es un racionamiento de lo que vivimos, la naturaleza, aquí en este instante es de día, del otro lado es de noche pero nos han universalizado, resultado de todo el proceso de colonización.

Daniel Valença: ¿El reloj en la Plaza Murillo es aimara, es reciente?

Marcelo Vega: Tiene nuestra medida del tiempo propia, lo hemos hecho en el Año Nuevo, este año.

Tona-Murisaka: Hemos cambiado la medida del tiempo, antes era con números romanos, pero justamente con ésta visión indianista, cosmológica si se quiere, hemos cambiado las manecillas con la iniciativa de David Choquehuanca, el canciller y de Eugenio Rojas. Por eso la hora crítica por todos lados se ha sentido. Estas cosas eran así, no aceptaban como ahora, pero va pasando el tiempo y nos demuestra como teníamos razón en cuanto a las cosas que planteamos.

Marcelo Vega: Yo le puedo reforzar un poquito lo que ha dicho Jonny. En cierto momento podemos decir, sí se ha dado o no, pero vamos a partir de un punto fundamental, yo tomo como parámetro siempre los razonamientos que no son totalmente académicos, pero son siempre lógicos los del hermano Fausto Reinaga cuando dice : “si queremos liberarnos los indios, tenemos que sacarnos de la cabeza cuatro cosas: la derecha, Cristo y Marx”. ¿Por qué? Si hacemos un análisis, obviamente Cristo porque la invasión trajo la cruz por delante para avasallarnos, esa fue la bandera que usaron y con ese pretexto nos consideraron inclusive seres sin alma, fue un proceso larguísimo, histórico. Luego, la izquierda con Marx, tenemos que tener la capacidad de rescatar, de reponer nuestro propio paradigma, nuestro propio modelo, propio y no copiar nada. En el momento en que estamos basándonos en las ideas de Marx y sus derivaciones múltiples que hay después de Marx: troskismo, stalinismo, etc.,etc. estamos mostrando que no tenemos la capacidad de pensar por nosotros y alguien como Marx nos lo tiene que pensar y no tiene que ser así. Nosotros tenemos la capacidad de pensar y ahí está precisamente el rescate de nuestro paradigma, de nuestro modelo que hoy se llama indianismo katarismo, lo hemos llamado así, porque tendríamos que buscar un nombre, tal vez perfectísimo, tendría que ser el pensamiento originario pre americano; pero ahora ya no hay marcha atrás, está en la constitución lo indio, es de fines del siglo, en la constitución ya no hay marcha atrás; a menos que venga, como está proponiendo Juan De Granados, que implícitamente dice que vamos a volver a la República y no al Estado, para él no hay naciones indígenas que van a ser las bolivianas y punto; ahí muere para él. Es una ignorancia del señor Juan De Granados. Como hemos dicho también, el fundamentalismo nos va, tal vez, a atrasar y ahí yo quiero recordar, de alguna manera, las ideas del Che, que son las últimas ideas revolucionarias de la izquierda, se identifican con la lucha de los desprotegidos, por los pobres, no tanto por los indios, sino por los más explotados. Nosotros los indianistas luchamos por los abusados, por los explotados, por los exterminados. Porque no somos aquí nomás, Estados Unidos ha exterminado a todos nuestros hermanos, Chile ha exterminado a todos nuestros hermanos, en Brasil se siguen exterminando como animales en la selva a nuestros hermanos, en Cuba, en Argentina, en Uruguay, en Paraguay, sigue el abuso de los alemanes, de la descendencia europea que está gobernando en Paraguay, siguen abusando de nuestros hermanos tupí guaraní que

de esa regiones, entonces en cierto modo, sí, tiene que darse al MAS una especie de alianza que, como el Che, se identifica con los explotados.

Daniel Valença: Hasta porque los explotados en Bolivia la mayoría absoluta o todos son indígenas, si yo estoy en Sopocache los que están en el café son blancos y los que están trabajando son indígenas. Porque hay también una cuestión y hablando de la realidad actual de Brasil. Che vivía en un espacio en donde la cuestión indígena no era fuerte porque la gente fue muerta, entonces creo que era difícil para él conseguir percibir la importancia de la cuestión indígena porque no estaba en su horizonte. Por ejemplo, en Brasil es muy fuerte la cuestión afro, muy, muy fuerte, porque está la cuestión indígena, pero está bien lejos de la alcaldía de la gran ciudad, entonces la cuestión afro es más fácil de ver porque está frente a ti. Tú miras el chico que está con automóvil alemán es blanco, el chico que está manejando el ómnibus es afro.

Marcelo Vega: Pero hermano, hay una dificultad con la izquierda entonces hay que servir, ¿no? ¿Por qué? Porque no podemos conjugarnos con la izquierda como el MIR, esas son izquierdas revolucionarias, menos con el MLN de izquierda, son izquierdas de los blancos, son izquierdas así, coyunturales, porque les conviene se llaman izquierda, ¿no? Entonces, ha habido un momento, parece increíble, de apreciación, ADN de izquierda, había, así como ADN de derecha. Por eso en cierto modo, si bien se puede admitir a la izquierda, hay que tener cuidado. Al final de cuentas, por eso es el proceso de descolonización. Toda la COB se dice de izquierda, nunca se va a reconocer como indianista, katarista, ni aimara, ni quechua, ni tupi guaraní.

Daniel Valença: Pero yo he visto en algunos actos, ellos son con (não comprendi)

Marcelo Vega: Claro, pero porque están tomando consciencia también, porque no nos tenemos que olvidar que el 90% de los mineros son aimaras, quechuas o indígenas y la élite nomás son mestizos o criollos. Ahora en la SESUD se ven nuestros hermanos por efectos del sindicalismo también son izquierdistas, entonces lo mismo sucede con nuestros hermanos interculturales que en su momento son ciudadanos que se han ido al área rural porque no tenían trabajo y son gente con mentalidad urbana que está tratando de rescatar por eso que se llamaban colonizadores, pero hoy ya no se llaman colonizadores, se llaman interculturales porque está cuestionada la palabra colonización. En ese sentido, hermanos, hay un avance, y el avance como lo ha dicho cuando ha estado aquí el vicepresidente Alvaro, ha dicho: gracias a ustedes ha sido posible este proceso, a los indianistas. Y eso no es mentira, eso es real y vamos a seguir avanzando hasta que logremos la totalidad de la toma del poder por los indígenas originarios no solamente para el gobierno, hay que reconstruir el tahuaintisuyo porque nos han dividido tanto, nos han descuartizado totalmente, así como lo descuartizaron a nuestro abuelo Tupac Katari, nuestro tatarabuelo, así lo han descuartizado a nuestro territorio.

Tona-Murisaka: Tahuaintisuyo: tahua significa cuatro, inti es el sol y suyo es nación, o sea, los cuatro estados hijos del sol, y cómo te decía, así nos vamos hasta el norte.

Marcelo Vega: Termino de decirle. Nos han descuartizado, hermano, tan graciosamente, que un territorio que era de uno solo, del collasuyo lo han dividido en

dos, nos han descuartizado. El Lago Titicaca que era de uno ahora es de dos, con frontera, Perú y Bolivia, si bien que abajo no hay frontera, los peces andan libremente de un país a otro, los bolivianos nos debemos estar comiendo peces peruanos y los peruanos, peces bolivianos. Pero nos han descuartizado, pues hermano, es un proceso terriblemente, un genocidio fatal el que han hecho con nosotros, con nuestros territorios y con nuestros pueblos por eso no tiene que ser sorprendente que cuando se ha lanzado el bono dignidad, por ejemplo, peruanos que tienen su nacimiento en la frontera con Puno, etc tienen carné también boliviano, porque son aimaras, su familia está aquí, es como hicieron con Alemania, les han puesto el muro de Berlín, los alemanes del este, los del oeste tenían parte de su familia de este lado, parte al otro lado. A nosotros nos han creado, no hay un muro, pero hay una frontera, nos han dividido, nuestros hermanos tupí guaraníes estamos divididos en toda la Amazonia, estamos en Perú, estamos en Brasil, estamos en Paraguay, estamos en Bolivia. Por eso el paradigma del indianismo katarismo es uno de los paradigmas que ha tomado cuerpo no solamente ya en Bolivia sino que se está posicionando a nivel de toda Latinoamérica de todo lo que era el Abya Yala, estamos reposicionándonos y por eso nosotros usamos un criterio, en su oportunidad no podríamos dejar de entrar, sería un error abandonar aún cuando esté trabajando con un entorno de caras al hermano Evo, sería un error y una traición a nuestros principios dejar atrás. Estamos en difíciles situaciones porque el propio hermano Evo no es indianista pues, ahí comprendes, ¿no?, Evo no es indianista, Evo es de cuna guevarista, es de izquierda, pero es guevarista. Entonces hay esa especie de separación entre los indianistas kataristas y él y la misma separación existe entre nosotros los indianistas kataristas con David Choquehuanca, el canciller, que es un rectísimo aimara pero como no está compenetrado, él siente el amor a su ancestro, a su padre, a su familia, a su apellido pero un poco no entiende adónde vamos y yo, podemos decir así, yo le califico una vanidad personal que será como la luminaria dentro del gabinete, ¿no? Con el pensamiento indígena originario.

Daniel Valença: ¿David es uno que tiene pelo largo?

Marcelo Vega: No, el canciller, David Choquehuanca, de él estamos hablando. Entonces es difícil, ha sido difícil, hermano, pero vamos a lograrlo porque somos la nueva generación, lo vamos a lograr, estamos avanzando de manera enorme, enorme, yo diría que estamos avanzando a pasos agigantados ahora, en este momento, podría decir, hermano, alguien que me escuche podría criticarme por decirlo. El hermano Evo es una aimara, eso no lo va a negar nadie, eso es innegable, su formación es observable pero es comprensible porque es el fruto de todo un proceso de colonización. Por el otro lado, es por la fuerza, nosotros los indianistas siempre hemos dicho, inclusive antes de Evo decíamos: somos un gigante dormido, sin cabeza, hemos estado en busca de nuestra cabeza, años la hemos estado buscando y lo seguimos haciendo con nuestros mitines, nuestra participación, siempre hemos estado buscando la cabeza, hemos creído que la cabeza puede ser Germán, hemos creído que la cabeza puede ser otro líder, Felipe Quispe, pero lamentablemente su método no ha funcionado, como te decía ha sido todo un proceso difícil porque el indio, desde los partidos políticos con nombres de indios, katarismo, no han votado, nosotros decimos: el indio no votó por el indio, pero ¿por qué? Precisamente nos faltaban más análisis. Han hecho tal destrucción de nuestra mentalidad, hermano, que el propio indio niega ser indio, ¿cierto? Entonces, en este momento están rescatando, porque se cambiaban hasta de

apellido. Hay el caso de un hermano aimara peligroso, como decía Renán, es indio pero es muy peligroso, ¿no es cierto? Él es Choquehuanca pero ahora es Cárdenas, ¿no? antes era Contori y ahora es Conde, entonces son procesos de destrucción terrible que han sucedido en nuestro estado y estamos avanzando más rápido pero ya nos complace que ciertos parámetros de conducta están retomados totalmente. Por ejemplo la democracia comunitaria ya está incorporada totalmente, el paso más grande es el avance de la democracia comunitaria porque es la decisión de los grupos, lo que decide la mayoría es lo que se hace. Por eso va a ser difícil consolidar las acciones que vienen. El proceso es irreversible y el de la democracia comunitaria ya está incorporado.

Daniel Valença: ¿Cómo funciona en la práctica la democracia comunitaria?

Marcelo Vega: En el momento que la COB se incorpora ya está de hecho la democracia comunitaria. La democracia comunitaria, claro, nos falta perfeccionar, es rotativa, participativa y en consenso. Si, digamos, nosotros somos la mayoría consultamos, se hace en contra, pero la mayoría manda, tienes que someterte a lo que nosotros como comunidad mandamos, en su momento a lo mejor se oye otro pensamiento, otra propuesta, yo tengo que acatar lo que ustedes deciden, eso es la democracia comunitaria donde nadie le está serruchando a nadie como la oposición, haya razón o no haya razón no hay que destruir o con el pensamiento izquierdista del Trotsky. El trotskismo dice, en sus reuniones dicen: nosotros queremos el poder para el proletariado, si nosotros no somos gobiernos, sean indianistas, kataristas, derechistas, lo que sea, hay que destruir. Entre quien entre, molestan, porque ellos creen que ellos van a ser gobierno, nunca van a ser gobierno.

Daniel Valença: ¿Pero esa democracia comunitaria es territorial? ¿Cómo funciona? Por ejemplo, yo estuve en un congreso campesino de la Federación de Campesinos de Cochabamba por 3 días en Bolívar y fue una experiencia muy diferente a Brasil. Primero, por la participación con 8000 campesinos, segundo, la cuestión de idioma muy fuerte, toda la gente hablaba quechua todo el tiempo, yo no entendía nada y tercero, porque eran horas y horas de trabajo y después se llevaba para la Asamblea General y se aprobaba, se rechazaba, se aprobaba, se rechazaba. ¿Es algo así? ¿Cómo funciona?

Marcelo Vega: Claro, es un poco sí el rescate que llevamos en la sangre de los ayllus. Los ayllus son las familias, los conjuntos de familias, los markas, los suyos donde cada uno ve sus intereses, pero nadie ve su interés para sí mismo, tenemos que avanzar y tenemos que ver que no me perjudique o le perjudiquemos al otro, si hay que avanzar, entonces avanzamos, no tenemos que ver eue lo perjudique y que me perjudique, ni que lo perjudiquemos al otro, intercambiamos en las reuniones sectoriales y luego ya se reúne la plenaria y ahí se ponen de acuerdo. Por eso se usan las pausas, ¿no? Es un sistema en el cual, precisamente, intervienen 3 principios fundamentales: la reciprocidad, la complementariedad y la solidaridad, entonces bajo esos principios lo que a él le falta, yo le puedo dar, lo que a mí me falta, él me puede dar, nos colaboramos y ahí vamos hacia el suma qamaña, el "vivir bien", nadie está para perjudicar a nadie. En cambio, con el pensamiento de la derecha, de lo capitalista, privatista e individualista, pues no, primero yo, después yo y siempre yo y si él se está muriendo de hambre es su problema, a mí que me importa, que se sacrifique, trabaja como yo y no es así pues en este sistema. Por

eso que las determinaciones que se asumen son comunitarias y lo que se decide se cumple.

Daniel Valença: ¿Y si no se cumple que pasa? ¿Hay la justicia indígena?

Marcelo Vega: Normalmente casi no se rompe, no se rompe, casi no se rompe y el MNR lo utilizó bien para su beneficio desde el 52, el MNR mismo no sabía, los aimaras y quechuas sabían que él había hecho bien con la reforma agraria supuestamente pero no se daban cuenta que les habían robado a ellos mismo su propia revolución y que los estaban engañando, no se dieron cuenta, pero como tenían fe en la buena fe de ese proceso, el voto era contundente a favor del MNR pero cuando se dieron cuenta, ya pues, dijeron: no, nos han tomado el pelo, porque ninguna reforma agraria en lugar de ejecutar nuestras tierras más bien va a haber más latifundistas y los hermanos los sucumbieron en minifundistas, hasta el surcofundio, entonces es un problema complejo, hermano, bien complejo, entonces la democracia comunitaria se está rescatando.

Daniel Valença: ¿Y está ahora incorporada al Estado o no? ¿Es una cosa de la comunidad?

Marcelo Vega: No, todavía no porque si estuviese incorporada sería en la constitución pero sí en los partidos políticos.

Daniel Valença: Porque la constitución dice que la democracia en Bolivia es representativa, comunitaria y participativa, ¿no?

Marcelo Vega: Claro, pero en la parte de las reglamentaciones es donde falla, donde permite todavía la conformación de los partidos políticos y los partidos políticos son instituciones que han traído de Europa y los partidos políticos siempre responden a una élite y además de responder a una élite, al criollaje, además tienen un dueño. El dueño del partido de Doria Medina es Doria Medina, el dueño del MSM es Juan del Granado, así, por decir, de otros partidos, el dueño de los demócratas de Santa Cruz tiene su dueño que es Costas.

Daniel Valença: ¿Con el MAS es diferente, no?

Marcelo Vega: En el MAS no hay dueño, es una organización donde las organizaciones sociales son los que le dan la vigencia. Y son los que deciden.

Daniel Valença: Porque mira, en Brasil es más o menos lo mismo, los partidos de derecha siempre tuvieron un dueño hasta que vive y después su hijo, el hijo del hijo, son heredables. Bueno, nació el Partido de los Trabajadores, yo soy afiliado al Partido de los Trabajadores y claro, Lula es como Evo, es una persona que está muy para afuera del partido, es un líder, es igual a Evo, no hay como minimizar su fuerza, pero no hay como decir que es un partido que tiene un dueño que atiende los intereses de los de arriba.

Marcelo Vega: Claro, ahora, por ejemplo, en la elección de los diputados y senadores, de los asambleístas, de los concejales, de los alcaldes, ya no decide pues como decide. Ahorita por ejemplo quien ha decidido que la vicepresidenta de la candidatura del MSM sea esa señora, quien lo ha decidido ha sido (não consegui entender), dicen que ha sido consulta, no ha habido ninguna consulta, al final él lo ha decidido, por eso digo, se ha retomado el modelo de la democracia comunitaria

está retomado, porque las listas que van a hacer o que han debido hacer la SESUD???, imposible que el hermano Evo pueda tocar, porque entonces se destruye un bloque terrible. Difícil que destruya las listas de las bartolinas, en cambio el hermano Evo debe tener un grave problema con las listas de las ciudades, ahí sí es peligroso, porque no tienen esa mentalidad comunitaria, se están luchando, se están peleando, hasta se están pegando.

Tona-Murisaka: Un poquito para complementar el tema político. Nosotros en estas siguientes elecciones estamos preocupados porque los kataristas sabemos que va a ganar el hermano Evo, pero nos preocupa no esta elección sino la subsiguiente elección, 2020 es lo que nos preocupa. Y por eso tal vez la idea del Alvaro, no sé qué pensará, ¿no? Nosotros quisiéramos fortalecer este proceso por dentro del estado. Ahorita es como que el Evo hace fiesta en este local, y nosotros estamos mirando desde la terraza, ¿no?, lo que están haciendo, así estamos, nos sentimos así, es una de las bases que nosotros queremos, queremos estar en la fiesta, ahí adentro. La otra cosa que me preocupa en estas elecciones es que la derecha se va a fortalecer, ahorita están dispersos pero lo que nosotros tenemos como análisis político es que se pueda perder los dos tercios en estas elecciones, justamente por el tema de la ciudad, en la ciudad es donde están los problemas. En el área rural los demás sí van por el Evo por convicción, es nuestra sangre pues lo van a votar. La Paz siempre ha sido cuna del MSM, esas cosas son las que nos preocupan. Ahora tú decías, por ejemplo, porque no se pueden unir con los izquierdistas, pero por estas cosas que ha mencionado Marcelo nos desconfiamos de la derecha como también de la izquierda. Actualmente nosotros estamos vistos como enemigos principales de la derecha y también de la izquierda, nos tienen miedo.

Daniel Valença: Pero hay clases de izquierda ¿no? ¿Ustedes van a sacar candidatos en esa elección o no?

Tona-Murisaka: No, ahorita no tenemos personalidad jurídica, no hemos sacado por el MAS. La única que hemos tenido así del MIP (movimiento indígena pachakuti) y por división interna lo hemos perdido también. Por eso, digamos, los hermanos líderes que han estado en el 21 están tranquilos pero también preocupados después que les han dicho: terminamos nuestro ciclo ahora nosotros tenemos que asumir como responsabilidad del indianismo katarismo, tienes digamos, algunos caprichos de algunos dirigentes que quieren alianza con Antezana, Antezana con los demócratas, Rafael Quispe se ha ido con el Doria Medina ¿no? Está ahí disperso. Eso es lo que un poquito había que mostrarle al presidente, cómo están dispersos, ¿está viendo los líderes? El protagonismo ya sea personal, político, están comenzando a buscar, digamos, militancia en los partidos de la derecha y es lo que nos preocupa a nosotros fundamentalmente, ¿no? Y por estas razones es que todavía no estaríamos, o por la experiencia histórica también, ¿no? Por ejemplo, han traicionado con la reforma agraria a los campesinos del 52, Saratevilca también ha sido traicionado. Porque ha confiado en un blanco, le han dicho, yo voy a gobernar y después como indio te va a tocar, ahí le dan pendencia al enemigo. Saretevilca organiza tres o cuatro vilcas, organizan un levantamiento y derrotan al enemigo, y el blanco la semana siguiente lo asesina a Saratevilca y son estas cosas que nosotros estratégicamente con esto nos podemos unir, pero ya digamos, ensalzarlo o empalmarlo de manera muy profunda, creo que no. Ahora mismo se nos da cuenta de que nosotros somos peligrosos para la derecha y

también para la izquierda e incluso para algún entorno del presidente. Por eso hemos hecho acercamiento, hemos hecho muchas señales con este encuentro, le hemos dicho, hermano aquí está el proceso de cambio, aquí está el Alvaro, el Alvaro está interesado, Alvaro tiene nuestra resolución pero parece que hasta ahí nomás o eso es lo que estamos entendiendo, hasta ahí nomás. Incluso percibo de que el Alvaro nos ve como algo de museo y los kataristas han hecho su trabajo, han hecho esto y los valoramos pero ahí nomás y esto continúa, por eso en la resolución de este encuentro nacional indianista katarista, una de las resoluciones importantes, y esta es referida al tema generacional, nosotros vamos a consolidar la primera academia nacional de indianismo katarismo, va a haber continuidad, tiene que haber continuidad, entonces es cuando el Alvaro escucha de los indianistas y piensan que se termina con el Felipe, con el Germán, no, hay otra generación, en la UPEA, ¿te das cuenta? La Universidad Pública del Alto. Ahí están indios, aimaras, quechuas, de todos lados, de todas las provincias, entonces esto ya es una corriente indianista que se está fortaleciendo, hay una universidad privada, la UTA, Universidad Indígena Tlahuanki Sur, es privada, ahí si tú vas a una visita, hermano, todos son indianistas kataristas, te van a hablar de esto que estamos nosotros hablando, que nos estamos fortaleciendo, y cuando tú hablas con algún dirigente de los trabajadores, de la COB, ellos después dicen, sí, yo tengo origen indígena, y es más, ellos practican en su comunidad lo que nosotros practicamos en nuestra vida cotidiana, de espiritualidad, de festejar el Año Nuevo, de la Wiphala como segundo símbolo, pero quien estará explicando el sentido filosófico del Wiphala en los cuarteles, en el Ministerio de, en las Fuerzas Armadas, un día un general decía, ya hermano, ustedes enseñan con el cirismo, porque el cirismo viene con él, también nos han impuesto, el símbolo es una imposición, ¿no? Entonces en el servicio militar nos imponen, pues, historia de la bandera, ¿no? y ahora yo digo quien estaba explicando la simbología filosófica de la Wiphala, los colores, y justamente así, hermanos, como tú, llegan de Brasil, de Estados Unidos, de Dinamarca a ver nuestros estudios y nada raro que algún día ellos nos vengán a explicar el sentido de la Wiphala como los bolivianos, entre comillas, están mudos y ciegos, son cosas que están ocurriendo, ¿no? Entonces estas son algunas de las cosas que estamos socializando, pero creemos como dice Marcelo, el indianismo, la concepción ideológica está creciente en este proceso de cambio.

Daniel Valença: ¿Y cómo creen que será la profundización del proceso de cambio? Porque o se profundiza o hay un derrumbe, un retorno de la derecha.

Tona-Murisaka: No, yo creo que cuando el Alvaro dice “indianizar” y esto es importante, es descolonizar, eso tenemos que hacerlo ya. ¿Y quiénes van a consolidar este proceso de cambio? Los jóvenes, los jóvenes que están en la misión histórica de profundizar y esta profundización se va a dar a partir de la descolonización.

Daniel Valença: ¿Y que sería la descolonización?

Tona-Murisaka: Recuperar la filosofía, recuperar nuestra historia, recuperar nuestros símbolos, recuperar nuestros nombres, recuperar nuestros apellidos, nuestras fiestas, ¿no? Porque después del reloj ahora, es un avance, es algo pequeño todavía, nosotros ahora queremos plantear el calendario, incluso el calendario que nosotros tenemos es gregoriano, es una imposición. Para el hombre indígena, el día no comienza a las doce y un minuto de la noche, para nosotros

comienza a las 6 de la mañana cuando sale el sol. Pues con el nacimiento del sol das los buenos días, ahí comienza el día, pero para la imposición, los croatas, los españoles, el día a qué hora empieza, a las 0 horas y un minuto y a partir de eso te dicen buen día pero para nosotros sigue siendo noche, ¿no es cierto? Entonces, son estas cosas que hay que ir revisando, en la filosofía lo mismo. Tanta reverencia, hermano, hemos hecho, todas las fiestas indias han sido sepultadas por la simbología cristiana, los católicos han impuesto. Dicen: 3 de mayo, en realidad es fiesta de la chacana y la han puesto como la fiesta de la cruz; 25 de julio dicen fiesta del Tata apóstol Santiago pero es fiesta del rayo, o sea han ido poniendo nombres católicos a nuestras fiestas, estas cosas tenemos que recuperar. Por eso decimos, el tema de identidad es un tema que hay que trabajarlo muchísimo. Es como Marcelo decía, ¿no? Hay indios que actualmente se niegan, no soy indio, dicen. Son estas cosas que tenemos que ir superando, creo que es el segundo paso importante. En el tema económico, con el Evo ahora hemos avanzado, ¿no es cierto? Queremos recuperar ahora ciencia y tecnología pero si nos damos cuenta y hablamos de la ciencia y tecnología de los ancestros están sacando muchas otras cosas. Hay una ensambladora en el alto que tiene el nombre de Quipo. Quipo es un término que pertenece a ciencia y tecnología de nuestros ancestros, son estas cosas que estamos fortaleciendo. Y este lado un poquito el gobierno ha dejado flaco, tenemos un Viceministerio de Energía, que para nuestra manera de ver se tendría que convertir en un Ministerio, no ya en un viceministerio. Y también el indio tiene que superar algunas taras, como el Felipe dice: ¿cómo voy a hablar con el blanco, no? Ahora tenemos que tener un relacionamiento más cerca, más dinámico con ustedes los del Brasil, con los mapuches de Chile, que nos reunimos ahorita aquí en esta oficina, hay grandes profesionales intelectuales indígenas.

Daniel Valença: ¿Y dentro de la colonización ustedes no creen que es necesario también la cuestión de la tierra y la cuestión de las industrias? Porque, por ejemplo, profundizamos una serie de cosas pero si Doria Medina u otro continúa siendo el propietario de mucha cosa, él tiene un poder económico que se traslada para político-ideológico también muy fuerte. Puede, en cualquier momento, en una situación de crisis crecer y oprimir todo eso que se ha hecho.

Tona-Murisaka: No es un interés, digamos, de Doria querer profundizar este proceso, lo que Doria quiere, hermano, es patentar sus bienes, patentar sus tierras. El principal problema que ha tenido el indígena ha sido el problema de tierras, el tema de impuestos. Si revisamos la historia, Tupac Katari se levanta contra ese tipo de abuso de tierra y eso, Saratevilca también se levantaba y por las imposiciones y demás cosas. Ahora, nosotros, como pueblos indígenas originarios, lo que habíamos planteado en la conclusión del encuentro es, justamente, trabajar en lo que es seguridad alimentaria, (não entendi) alimentaria, recuperar los tambos, recuperar nuestras pivas, la manera de almacenamiento que nuestros ancestrales usaban que duraban hasta 15, 20, 30 años guardando alimentos, (não entendi) alimentaria, entonces antes eso no era conocido como algo científico, eran cosas de indios y expertos de afuera que están estudiando este sistema de almacenamiento de alimentos, ¿no es cierto? Y así está ocurriendo en todos los sectores de la ciencia y de la tecnología. Recuperar, por ejemplo, la (não entendi) de los tejidos que siempre hablamos, decía el canciller, hay piedras en Brasil, piedras machos ¿no es cierto? Es social. Pero la derecha que dice: ¿cómo le va a poner sexo a las piedras? Se mofan, se mofan, entonces son estas cosas que hay que ir explicando. Otra de las cosas que nos hemos dado cuenta que nos falta es que nosotros produzcamos

literatura. Nuestras literaturas son artesanales y no tenemos el sustento económico para poder hacer textos. Tenemos un libro escrito, pero si yo te lo muestro, es subversivo, si lo muestro nos van a decir: estos indios quieren cambiar todo. El himno nacional es colonialista, estamos hablando del himno boliviano, es una marsellesa que la melodía, antes, se hacía en presentación de circos el himno boliviano, se lo modifica, se le pone letra, está aquí, lo estamos sustentando, hermanos, con bibliografía adecuada, recortes de periódicos lo que fuera. Entonces, aquí estamos haciendo bolsa al himno boliviano, el (não entendi) vivir, tener relación con nuestra sociedad y este libro es artesanal. ¿Impresión? Aquí, hermano, se contrata un dibujante, lo colamos, lo pegamos. Así están saliendo nuestros libros. Son dos tomos, te lo voy a regalar después, yo te lo doy. Entonces hemos escrito: Origen y Constitución de la Wiphala, cuando Germán era citado, cuenta como se origina la Whipala, el porqué de los 7 colores. El origen de la Wiphala es a partir del cruce de dos arcoíris que en la provincia de Huancuapac el inca Atahualpa sale en un día lluvioso y ve el cruce de dos arcoíris y en la parte interior donde se cruzan se reflejan los siete colores de la Wiphala, ahí está su origen, o sea, es algo natural, es algo de la madre tierra. Así se origina, y los colores también. Pero si tú me dices de dónde se origina la bandera boliviana, el término bandera de dónde viene. Bolívar, viene el bulevar, pero quien participa del bulevar: o sea, son conceptos que tienes que saber, que mostrar. Wiphala significa algo plano que flamea; bandera boliviana viene de bandeirantes, de los bandoleros, de los pillos ¿no? Son estas cosas que hay que meter en la cabeza de los jóvenes, y así sucesivamente. Nosotros tenemos el Maritaca ¿no? El río Amazónico, para hacer turismo, una de las casas comerciales dice tehuelcacuti, en inca quiere decir: sacerdote y está más relacionado al término de la iglesia católica, son estas cosas que hay que ir mostrando. Por eso decimos que indianizar es una tarea escabrosa pero que tenemos nosotros como indianistas kataristas la responsabilidad de asumir. Por eso nosotros queremos estar dentro de esa fiesta donde el Evo participa, participa su entorno, por eso es importante participar. Hay que descolonizar el Parlamento, la Cámara de Diputados, hay que indianizar. Ahorita no ocurre eso. Los del MAS están haciendo leyes, leyes, leyes todos los días, pero en algunas, como dice Marcelo, no hay reglamentación, en su mayoría no hay reglamentación. Entonces son estas cosas que tenemos que ir nosotros asumiendo como una responsabilidad de este estado plurinacional, por eso es importante nuestra participación, pero hasta ahora no tenemos respuesta. Nosotros aún para ellos somos peligrosos porque si nosotros entramos vamos a modificar muchas cosas y van a ser estructurales con fundamento político-filosófico y científico. Nos tienen miedo, ¿por qué nos tienen miedo?

Marcelo Vega: Yo, querido hermano, quiero terminar mi intervención ahora explicando lo siguiente: el encuentro del 21 nos ha llevado a recibirte, vamos a apoyar este proceso de cambio para profundizarlo, para evitar que la derecha y los neoliberales y las minorías criollas abusivas de nuestro país puedan retomar el poder. Nosotros lo tenemos que evitar, en ese sentido hemos expresado nuestro respaldo a la profundización del proceso de cambio, lo hemos expresado en el documento que hemos entregado al hermano Evo que esa es nuestra posición, estamos con usted pese a las debilidades que presenta, ahora, tiene debilidades. La debilidad más importante que presenta es que el hermano Evo, si bien es aimara, no es indianista ni katarista. Ahora, que está manejando el discurso indianista y katarista, está manejando el lenguaje indianista katarista, lo está, lo ha hecho suyo. Entonces, creemos que debemos ser partícipes de este proceso, porque somos

indianistas kataristas. Por esto, hermano, nuestra posición es fortalecer el proceso a través de distintas acciones, y bueno, si el hermano Evo accede a darnos la puerta con toda seguridad que lo vamos a votar, sí, a él, pero si aún nos diera la espalda, pues estamos seguros que este proceso es irreversible, entrará otro pero una muestra de que es irreversible de que pueda volver Doria, de que pueda volver a través de Santa Cruz, el propio Rubén Costas o el Samuel, es para ellos difícil volver al gobierno, ya no es posible. El paso que se ha dado con el MAS, con todas sus debilidades, ya no tiene reversión. Imposible, hermano, imposible que los dirigentes, las dirigentes del Pacto de Unidad cedan un pedazo de lo que ya tienen, es difícil. ¿Qué falta ahí? Indianizar, ahí se consolida totalmente. Esa es nuestra posición, hermano.

Daniel Valença: ¿ustedes están dispuestos a regalarme el documento del Encuentro del 21?

Marcelo Vega: Claro, una fotocopia.

Daniel Valença: Sería muy importante, estoy tomando todos los documentos de los encuentros, de COB, del katarismo, de las más diversas organizaciones populares.

Tona-Murisaka: Lo que nosotros queríamos hacer es presentarlo de manera pública nuestra conclusión, nuestras notas pero estamos muy respetuosos, estamos esperando a que nos convoque el presidente, es un compromiso a través del vicepresidente Alvaro, estamos en eso. Esta tarde o mañana te damos porque igual vamos a socializar esto.

Marcelo Vega: Íbamos a tener un segundo encuentro para socializar pero el compromiso había sido que el encuentro lo vamos a realizar después de sostenida la reunión con las autoridades del gobierno, hasta entonces no lo íbamos a convocar porque lo tenemos que volver a socializar el contenido, para fortalecer también el contenido, ¿no? Entonces, no hay ningún inconveniente darte una fotocopia porque ya, cuando entra a una oficina, ya circula. El documento ya está, seguramente, en circulación en los niveles del estado porque no lee uno, el propio presidente es imposible que lea, leen sus asesores, se reúnen, lo analizan, cada uno se saca su fotocopia entonces, ya es de circulación, se puede decir, ya no es de reserva, ya no es confidencial.

Tona-Murisaka: Hermano, nos gustaría que nuestro documento esté en tu trabajo de doctorado, en tus conclusiones.

Daniel Valença: Yo también estoy intentando contribuir, claro que no soy de origen indianista ni tampoco conocía hasta poquito tiempo atrás, hace 2 o 3 años atrás, soy de un origen de izquierda, marxista, pero no es ese marxismo Trotsky, al contrario es un marxismo que cree en la potencialidad de la gente de cada lugar, los de abajo y en cada lugar hay una forma de manejar los de abajo sus cosas, en su lucha, pero sin duda es un posición de admiración para el proceso de Bolivia por el estado plurinacional, por todo lo que he visto. Y bueno, estoy aquí desde abril y creo que no pasaron dos días que no haya habido un taller, una reunión, un arte en la calle, la impresión que da es que hay todo un proceso en que la gente está movilizada. Claro, hay mucha pluralidad, hay una dificultad para avanzar más, pero creo que también es nuestro el objetivo, tratar de contribuir con algo, de divulgar.

Tona-Murisaka: ¿Tú estás hasta cuándo?

Daniel Valença: Hasta julio.

Tona-Murisaka: Bueno te podemos dar el documento.

Daniel Valença: Puede ser la semana que viene. Yo te llamo, estoy saliendo para Cochabamba mañana, voy a hacer una formación allá pero creo que el lunes estoy de vuelta sino lo máximo el martes. Ah me gustaría que ustedes dijeran solo el nombre, la organización y si yo puedo manejar la entrevista para el trabajo, si hay la autorización.

Tona-Murisaka: Mi nombre es Johnny Atipak Tona-Murisaka.

Marcelo Vega: Marcelo Vega, soy también katarista.

Daniel Valença: ¿y puedo trabajar con la entrevista?

Marcelo Vega: Sí claro.

Daniel Valença: Buenazo, gracias.

Entrevista concedida por MILITANTES DO MAS-IPSP. **Entrevista 8** [jul. 2014]. Entrevistador: Daniel Araújo Valença. La Paz, 2014. 1 archivo de mp3 (40 min).

Militante do MAS-IPSP 1: Terminamos con la orden de aprehensión ilegal, éramos perseguidos políticamente más por la división interna que ha habido dentro del MAS, hay dos seccionales, el que dirige ahorita es el vicepresidente que nosotros pusimos a raíz de que el vicepresidente quiso tumbar al presidente y hacer su propia estructura dentro del MAS por los intereses personales. Porque acá en Montero, ¿cuál es la figura? Es el vicepresidente, el otro, de antes. El vicepresidente tiene otra seccional. Derrocaríamos el presidente de la seccional a bala, a las autoridades, concejales, alcaldes, diputados, asambleístas. Entonces el vicepresidente dijo: él no va a estar con nuestra gente, y ¿quién es su gente? Su hermano, es narcotraficante hasta 7 años en Palmasola por asesinato y de todo. Pero como se enriqueció con el narcotráfico, ahora está dentro del MAS al igual que hay muchos narcotraficantes que se meten dentro del partido político de los más humildes para taparse con el poncho, para tapar el negocio ilícito y de todo. Entonces uno de ellos es él que quiso hacer su propia estructura, que iba a tumbar al compañero. Hubo una pelea que vinieron de la departamental a querer abalar la seccional del otro con sus fuertes intereses, entonces, nosotros, las organizaciones de aquí nos movilizamos, dijimos: no, acá se respeta lo que se elige democráticamente a Humberto, que es el presidente. Ahí hubo una pelea donde nos denominaron autores intelectuales a mí y a Humberto. Con presión política de los concejales que estaban en contra del alcalde porque más allá de poner sus autoridades lo que querían era tumbar al este alcalde, que era del MAS. Entonces hubo una sucesión de golpes donde el vicepresidente salió muy lastimado. La gente se enojó porque él maneja grupos de choque con sus hermanos que son narcotraficantes, que son maleantes prácticamente. Manejan sicarios, incluso gente extranjera, brasileña, peruana, para hacer su trabajo sucio. Y en cada congreso que hay ellos se imponen a golpe y a puñete, imponen candidatos, imponen decisiones. La otra vez la gente se cansó y les han sacado la incordia y nos han acusado a mí y a Humberto que estuvimos hasta ahorita, yo ya voy siete meses pero ya arreglaron el problema de él, porque se hizo captura, lo llevaron preso y por un pasito de salvó Humberto de estar en Palmasola. Ahora yo estoy procurando salir en las próximas dos semanas, sigo todavía con orden de aprehensión.

Daniel Valença: O sea, entonces, ellos tienen influencia en la justicia también.

Militante do MAS-IPSP 1: Sí, ese es el tema que no se ha tocado todavía aquí en Bolivia, el tema de (não entendi), sigue maleada por jueces, por abogados, por fiscales, por la policía. El año pasado secuestraron a mi vieja, la secuestraron y la mataron por allá, por Santa Bárbara a mi madre. Y este año quisimos reabrir el caso con el vice ministro, logramos tener comunicación con el vice ministro. El vice ministro lo autoriza al comandante de la policía de acá que reabra el caso de la señora Arteaga, que se tiene que esclarecer, no puede quedar en la impunidad y mi hermana quiso reabrir el caso acá y la denuncia que asentamos y todo, no hay nada, el documento ha desaparecido como si nunca hubiera pasado, como si nunca hubiera muerto, como si nunca nada. Desapareció incluso de las instancias policiales de acá y alguien para mover eso tiene que tener, en primer lugar, economía muy fuerte, para poder manipular a la policía o al comandante de la policía para hacer desaparecer esa documentación. Cuando hubo ese problema acá

y nosotros estábamos prófugos y me fui a dormir a la casa de la compañera que estaba estudiando Derecho. Y el segundo día ella me dice: no vengas porque un auto está dando vueltas por acá y eran unos maleantes de esos pero para su mala suerte la policía los encontró y los revisaron para ver que estaban llevando, tenían dos 38, una 9 milímetros con la intención siempre de hacerte cosquillas y los detuvieron. Entonces, el panorama que se vive acá, en el día no le tememos mucho al tema de la policía especialmente yo no porque es difícil que te den la orden para capturar en un lugar público, pero en la noche es el problema que salen los maleantitos esos y hay que andar con mucho cuidado.

Daniel Valença: ¿Y esa gente está en el MAS ahora?

Militante do MAS-IPSP 1: Están pues, están en el MAS, incluso quien los avala a ellos es la Gabriela (não entendi), no sé qué le habrán dicho pero ella los apoya, en cambio, a nosotros quien nos apoya desde la máxima es Concepción, la vicepresidenta. Pero la (não entendi), siempre tuvo un cierto grado de respeto por el Evo porque ella es la impulsora de la constituyente, de la asamblea constituyente.

Daniel Valença: Pero ustedes son interculturales también, ¿no?

Militante do MAS-IPSP 1: No.

Daniel Valença: Porque creo que Concepción es intercultural, ¿no?

Militante do MAS-IPSP 1: Sí pero apoya a Elías, Elías es intercultural.

Militante do MAS-IPSP 2: Porque eso es en el área rural, del campo, en la ciudad es distinto.

Daniel Valença: ¿Y cuándo tú comienzas a militar políticamente?

Militante do MAS-IPSP 1: Desde que asumió el Evo, tenía 20 años pero mi primera intervención así de joda, ha sido en la guerra del agua en Cochabamba cuando salía con nosotros hondas y salíamos pero ni siquiera sabíamos porque estábamos yendo pero toda la gente, las organizaciones decían: vamos todos y como siempre los jóvenes son los primeros. Yo vivía en Cochabamba, mi padre es de allá.

Daniel Valença: ¿Pero sus padres eran militantes?

Militante do MAS-IPSP 1: No, mi abuelo sí era combatiente de la Guerra del Chaco.

Daniel Valença: ¿Y tú después fuiste al MAS y hay alguna otra organización o solo el MAS?

Militante do MAS-IPSP 1: Nacimos en el MAS pero una de las contiendas que se hizo por una causa justa fue el tema de la universidad queríamos abrir una universidad acá, porque la gente de todo el norte, creo que un 35% de Santa Cruz, tenía que ir a Santa Cruz para pasar clases porque solo había una carrera acá. Con Vanessa a la cabeza, mi hermana que ya era dirigente de los jóvenes se decide impulsar ese proyecto de universidad para que tenga acceso también la gente del campo, los que no tienen acceso. Pero no se pudo dar porque también los de allá son vivos, como forman parte de las grandes élites dijeron: ¿Qué quieren?

¿Universidad? Metan, manden una carrera. Y a raíz de ese impulso que se quiso dar con la creación de esta universidad mandaron 10 carreras para acá y con eso se me armó. Hay que pelear por acceso a la universidad, medicina, enfermería, veterinaria, derecho, petroleras, sistemas mandaron, pero la lucha no fue en vano. Esa lucha y ese movimiento hicieron que se den más condiciones o presionar para que sí haya más universidad acá en Montero. Después de eso ya fue la pelea del 4 de mayo, ya estuvimos presos una vez con Elías en Ayacucho, por el tema que nos declararon terroristas por el atentado al canal Unitel que es recontra facho, que domina, eso fue en 2008. Cuando el enfrentamiento del plan 3 mil caímos presos de vuelta con un compañero peruano.

Daniel Valença: Y dime una cosa, después de la guerra del agua, ¿enseguida te fuiste al MAS?

Militante do MAS-IPSP 1: Aquí vinimos a parar cuatro años más tarde de la guerra del agua, nos vinimos a Montero porque mi madre era de acá, del oriente.

Daniel Valença: ¿Pero tú comenzaste a militar después de la guerra del agua?

Militante do MAS-IPSP 1: Sí, cuando asume la presidencia el Evo, en 2005.

Daniel Valença: ¿Y qué piensas que te movilizó para querer militar?

Militante do MAS-IPSP 1: Ver tanta injusticia social. No solamente contra mi persona, mi familia sino también contra mucha gente, y uno se empieza a dar cuenta y empieza a razonar porque tenemos que apoyar a candidatos que ni siquiera cambian la situación y desde ahí es que vamos formándonos y siempre con esa perspectiva de que llegado el momento, cuando nos toque asumir a cualquiera de los compañeros que formamos parte de un cuadro acá en Montero, tenemos que asumir para cambiar esa triste realidad. Así como a nuestro presidente le ha tocado asumir y cambiar la realidad de los bolivianos.

Daniel Valença: ¿Por qué Evo y el MAS? ¿Por qué no otro partido, por qué no Felipe Quispe?

Militante do MAS-IPSP 1: Porque Evo era más popular y se identificaba con el partido de izquierda y Felipe Quispe más con el campesinado, era más radical, por su posición étnica. Entonces, el Evo logró tener la aceptación no solo del campesinado sino también de una gran porción de la clase media.

Daniel Valença: Sí porque Quispe tiene la cuestión indígena muy fuerte.

Militante do MAS-IPSP 2: Sí hasta ahora, salió en el periódico que dijo que hay que tumbar al presidente y formar un verdadero gobierno indígena.

Daniel Valença: ¿Y durante el proceso constituyente algo marcó aquí en la ciudad, en el departamento, qué recuerdos tienes del proceso constituyente? ¿Ustedes participaron?

Militante do MAS-IPSP 1: Participamos en la marcha de Caracollo a La Paz, 208 kms durante 8 días, en apoyo a la constituyente que había largado la nacional diciendo que deberíamos marchar y nosotros nos sentíamos identificados con la causa, sabíamos que se iba a cambiar la constituyente para bienestar de muchos de

los bolivianos aunque no se ha cambiado en su totalidad pero han sido grandes reformas las que se han hecho.

Daniel Valença: ¿Hay alguna cuestión más fuerte que crees que no cambió y que era importante cambiar?

Militante do MAS-IPSP 1: Sí pero se ha ido cambiando cada año del gobierno del Evo. Al principio se pensaba de manera radical pero se han hecho enmiendas pero con el pasar de los años nos damos cuenta que era como una estrategia porque cada año se implementaban nuevas leyes. Al principio no estaba ni la ley de Avelino Signani, tampoco se tocó mucho el tema tierra-territorio que después se fue implementando, el tema del poder judicial que ha quedado escrito pero falta concretizarlo, hacer lo que dice la constitución porque muchas de las leyes ni se hacen, solamente están escritas, pero año tras año se han ido generando nuevas leyes en beneficio, que han sido conquistas de las clases sociales más empobrecidas.

Daniel Valença: ¿Y durante el proceso de la constituyente ustedes hacían reuniones, había una discusión más allá de los constituyentes o era algo más alejado de ustedes?

Militante do MAS-IPSP 1: Acá en el oriente era más alejado, se podría decir que en el occidente las organizaciones trabajan mucho más que acá.

Daniel Valença: ¿Consiguieron hacer reuniones, debatir propuestas, sugerencias allá, tú crees?

Militante do MAS-IPSP 2: Sí, a pesar de que algunas veces el gobierno, el presidente pregonaba cambiar la constitución, modificar, a pesar de la campaña mediática brutal que ha hecho la derecha, porque satanizaban nuestra constitución, que va a haber aborto, que la iglesia católica, totalmente satanizaban a esta nuestra constitución. Y ha costado sangre, ha habido un enfrentamiento duro en Sucre, después se ha trasladado a Oruro.

Daniel Valença: ¿Te recuerdas cómo fue ese de Sucre?

Militante do MAS-IPSP 2: Claro, por ejemplo en Partachuelo hemos ido compañeros a respaldar porque el comité cívico estaba estructurando allá y como hemos encontrado material que la gobernación financiaba al comité cívico, hemos quemado algunos pero hemos guardado las áncoras, cómo enseñaban estrategia en cartulina, allá en las comunidades, en Portachuelo que era el nido de la derecha, en San Carlos, en Buenavista, los cambas salían a decir: que matémos a estos coyas un desprestigio bárbaro, satanizada la constitución.

Militante do MAS-IPSP 1: Se llegó a tomar las instituciones acá en el oriente, en 2008.

Militante do MAS-IPSP 2: Que si tienes dos casas te van a quitar una, que no hay respeto a la propiedad privada con sus medios de comunicación le metían a la gente ha sido duro, bastante duro.

Daniel Valença: ¿Y ocurrieron conflictos violentos también? ¿Formaron una juventud cruceña?

Militante do MAS-IPSP 2: Sí, incluso en esos momentos pregonaban la nación cambia, la medialuna.

Daniel Valença: ¿Pero eran armados, violentos?

Militante do MAS-IPSP 1: Sí, nosotros fuimos de acá precisamente a apoyar a los compañeros del plan 3 mil que ahora es de Edgar Ribero, era el presidente de la departamental, ahora está trabajando con la escuela de formación política, en ese entonces era el presidente de la departamental, lo que es Salustio hoy y fuimos un grupo de 10 jóvenes de acá a apoyar en el plan 3 mil. El plan 3 mil era como decirte el distrito 3 de acá, de Montero, en Santa Cruz lo mismo. Ese día era el día del paro cívico y todos tenían que acatar porque sino salía la unión y los hacía cagar. Y nosotros les decíamos, venga compañera, no pero si voy me van a pegar, no aquí estamos nosotros y al igual que nosotros había de varios municipios jóvenes y organizaciones para hacer resistencia y decir que acá en el plan 3 mil no se va a acatar el paro cívico porque nosotros no nos sentimos identificados con estas personas que están decretando este día con un paro cívico en rechazo a la constitución y en apoyo a su estatuto autonómico que tenían ellos, que era su mini constitución pero para unos cuantos, que no estaba representando ni a la mayoría de los cruceños, solo a unos cuantos. Entonces ahí lograron el enfrentamiento, tomaron consciencia los compañeros comerciantes, se armaron de valor, nosotros nos agarrábamos a piedrazos allá adelante y las compañeras venían así llevando en las polleras y en los mandriles, trayendo los ladrillos y lo más relevante ese día fue cuando ingresó una movilidad de uso oficial y nosotros lo interceptamos y le decimos: no puede entrar al plan 3 mil, _no, queremos hacer unas tomas,_ no pueden entrar, y los vimos medio susceptible y le dijimos: vamos a hacer una revisión y dentro del auto tenían petardos, tenían un arma, una metralleta, entonces le decomisamos eso, logramos decomisar ese armamento y ya en la noche se puso más feo porque en la noche ya los comerciantes que nos apoyaban también se fueron, se dispersaron y los de la Unión Juvenil estaban con armas de fuego, en la noche empezaron a sonar los tiros y un compañero de Cochabamba, siempre lo recordamos, creo que está trabajando ahora apoyando la constitución también, el compañero Sombra, llega y me dice: Belizaga, tenemos algo para defendernos y eran chocolatitos, dinamita, y para defendernos lanzamos 2 o 3 de esos y eso hace impacto y también los hizo ahuyentar. Ellos estaban con armas de fuego pero nosotros también estábamos ahí para resguardar al día siguiente porque al día siguiente seguían los enfrentamientos y al día siguiente, por desgracia, nos pillan con explosivos y nos llevan a la policía a mí y a Roger, el compañero de Perú y en la policía nos cuestionan y nos dicen: ustedes son terroristas; _ no compañero, nosotros estamos defendiendo aquí a la gente más humilde, nosotros tenemos estos explosivos para defender esa gente, pero muchos de ellos eran ignorantes y con esos conceptos enraizados de que no pueden haber más sublevaciones, tienen que, en nombre de la paz, aguantar las injusticias y todo. Hasta que llegan los de Canal 13 de Unitel para ver quiénes eran esos del plan que se les ha pillado con explosivos. En eso ya le llama la Mayor Murillo, Roger, el peruano y le dice: Mayor Murillo, por favor, deme un minuto ¿puedo dirigirme a usted? Quiero hablarle unas palabras. ¿Qué quieres?, le dice. _Mire Mayor, parece que usted no ha leído a Sucre, parece que usted no sabe lo que quería Bolívar, parece que a usted le gusta que se discrimine aquí a la gente, que se patee a la gente de pollera, que se denigre a los más pobres. Si nosotros hemos estado con explosivos nunca ha sido para robar, sino más bien para defender a nuestros compañeros de todas aquellas

humillaciones e injusticias que estaban recibiendo por parte de aquellos delincuentes, que son delincuentes pagos, porque la Unión Juvenil cruceñista no se movilizaba gratis, ellos eran pagados. Creo que tomó consciencia el Mayor Murillo y antes de que entre Unitel con las cámaras a la oficina nos dice: súbense a aquella camioneta de allá que está con carpa y van a ir a un lugar seguro. Y yo esposado con mi compañero Roger, de Perú y no nos quedaba más, salimos por la puerta de atrás y nos subimos a la camioneta. Salimos de ahí, prendieron la camioneta, subieron otros dos oficiales y todavía con miedo ahí adentro porque dijimos: un lugar seguro es un lugar donde nos van a soltar o nos van a hacer desaparecer acá y no había como escapar porque yo estaba enmanillado de él con esposas. Pero resulta que más bien llegamos al día siguiente a lo que es el trópico de donde salió el Evo, ¿no? Tuvimos la suerte de ir a parar ahí. Y la dirigencia allá tiene un grado de poder político bien fuerte en base a la organización de sindicatos y de todo. Ellos tienen repercusión y se puede decir tienen poder sobre las instituciones judiciales. Allá nosotros les explicamos porque estábamos con explosivos y los mismos dirigentes, lo que es acá, digamos, el presidente de la seccional al toque como si él fuera un alto mando militar le dice al comandante de la policía: suéltelos. Y nos sueltan, nos llevan ante un abogado, nos dotan de un abogado, hablan con el juez y le preguntamos que tenemos que pagar o que tenemos que hacer y el dirigente de allá nos dice: no, acá la justicia, los jueces y los fiscales tienen que actuar y trabajar a favor del pueblo, si ellos no trabajan, nosotros nos organizamos y los sacamos. Ese es el grado de organización que tienen allá en el trópico, por eso uno de los sectores bien fuertes acá en Bolivia que yo considero, es el sector del trópico.

Daniel Valença: ¿Y el oriente está mejor ahora, hay más organización, cómo está la situación del oriente? Porque durante la constituyente era una cosa muy separatista, la derecha tenía movilización de masas, conseguía juntar 500 mil personas, un millón. Ahora, ¿cómo está la situación? ¿Qué te parece?

Militante do MAS-IPSP 1: Ha habido más organizaciones, se han ido formando, se ha ido organizando la gente, tomando consciencia, tal vez, por los grandes cambios que está haciendo nuestro presidente, primero. Segundo, se podría decir que no hay tanto esa pelea porque también mucha de la gente que siempre ha vivido de la política, que siempre ha estado en las instituciones, ha llegado a pasar para el bando ganador, y pero, yo diría, no sé si es una estrategia de nuestro presidente cuando él dice: el MAS es incluyente, con mejor facilidad han llegado a parar al MAS y ni siquiera solamente como militantes sino como autoridades políticas, como autoridades administrativas, alcaldes y diputados y diputados que se ha visto también que le han ido haciendo mucho mal al partido. Mucho mal porque aquí mismo en el municipio de Montero, las autoridades invitadas como son Mariscal, como son esta Vilma, concejales, han sido los que nos han impulsado o presionado al fiscal para que nos metan una orden de aprehensión a nosotros que hemos estado cuando ellos ni siquiera estaban, cuando ellos eran derecha, eran oposición, eran MNR. Eso es lo que se está viviendo acá en el oriente que tienden a pasar a bando ganador, tal vez algo más pueda ayudar mi compañero respecto de ese tema.

Militante do MAS-IPSP 2: Más allá de eso hay otro tema. Por ejemplo, debido al cambio económico que ha pasado nuestro país el aliado está rico, la derecha oligárquica de Santa Cruz. El comité cívico eran los empresarios, la Cainco, la Cao, ahora ese bloque está andando de manos con el presidente al que en su momento

rechazaban y financiaban al comité cívico. Ahora el empresariado está apegado al plan como la economía va creciendo, les conviene a los empresarios sacar crédito del estado y eso, entonces como han cambiado las cosas. Cuando al presidente lo recibían diciendo: que coya, que indio, ahora se campea, va al Tahuichi, Aguilera Costas, ahí ha entrado a lo que es la fexpocruz, antes no había llegado, ahora mismo también estos sectores claro están buscando qué les conviene, ahora andan más agarrados de la mano y se han desprendido del comité cívico, de la gobernación. Claro ¿qué les van a dar ellos? Entonces ese cambio se ha dado en Santa Cruz, en el oriente, este empresariado ha empezado a andar de manos con el gobierno que también les van a sacar sus ventajas, por nada más están viniendo y por ejemplo el último pronunciamiento de (não entendi), fue la canción de la autonomía, el icono del oriente boliviano ahora le ha compuesto una canción al presidente. Llama mucho la atención que un tipo ultra conservador, de ultra derecha ahora está identificándose con este consenso, que puede ser un caballito de Troya. Pero ahora este señor que ha tenido repercusión contra, cómo es posible que quien le ha cantado a la autonomía, ahora esté cantándole al presidente.

Daniel Valença: ¿Y tú crees que ese proceso puede, por acaso, inviabilizar o molestar el proceso de cambio?

Militante do MAS-IPSP 2: Por supuesto y una gran debilidad que tiene nuestro partido, que tal vez sea una estrategia el incluir, que a la larga pueda terminarse este partido en un partido tradicional, más de derecha porque con excesiva cantidad se está infiltrando gente de la derecha y políticos están viniendo a para al MAS. Eficiencia es un partido que ha nacido con compromiso, con una causa, para una lucha. Que a la larga puede terminar cambiando el curso de este proceso de cambio en nuestro país, principalmente con esto de invitar a libre pensantes que en su momento el partido les ha dado la oportunidad a los intelectuales para que demuestren el compromiso al país, que a la larga, el caso de la libre pensante, la diputada que se declaró independiente, el partido, el gobierno le ha dado esa oportunidad. Mucha gente se está infiltrando porque ven este partido que es una fuerza arrasadora, todo el mundo quiere aprovechar, se está plegando. Entonces, esa es una gran debilidad y en cuanto a la formación política- ideológica que carecemos las grandes masas sociales, el brazo fuerte de este proceso de cambio somos nosotros el campesinado que carece de esa formación, a pesar que tiene la lucha revolucionaria a morir pero sí carecemos de formación ideológica y es el caso de Kerman que me han comentado de esta compañera que en una cumbre latinoamericana sentimos una vergüenza nosotros, los bolivianos, al intervenir en semejante evento, pésima la formación, entonces, eso es lo que pasa, es una gran debilidad dentro del partido.

Daniel Valença: ¿Y para el futuro qué prevén, imaginan, piensan que va a ocurrir en los próximos años?

Militante do MAS-IPSP 1: Primero tienen que fortalecer el partido porque la verdad que nos sentimos identificados no con el nacimiento, de haber nacido en un partido de izquierda y haber hecho toda la vida política con un partido de izquierda. Y es por tal motivo que nosotros lo sentimos en carne propia, nos duele que un partido que ha nacido para defender a los pobres, para erradicar la corrupción, terminar con las injusticias y buscar mejores días para los bolivianos, se esté yendo en declive solamente porque nosotros hemos permitido que entre gente así, gente

que ha venido a destruir, haga paralelismo no solamente dentro del partido sino también dentro de las organizaciones. Si en Montero hay TSS, hay dos grupos, si hay bartolinas, hay dos grupos de bartolinas, si hay juanas, hay dos grupos de juanas, si hay Marcelo Quiroga, hay dos grupos de Marcelo Quiroga y que no solamente fue parte la gente sino que arrastran con ellos la historia de aquellas organizaciones por las cuales se han formado y a los sectores que se deben. Pienso yo que se tiene que reforzar dentro de las organizaciones, se tiene que concientizar y se tiene que buscar algo que dijo el hermano de Fidel en la Cumbre, Raúl castro dijo: la derecha siempre va a dividir, siempre una de las estrategias es dividir, crear desacuerdos en los países de Latinoamérica y ante estas estrategias no nos queda a nosotros más que buscar unidad, unidad y más unidad. Fue algo bien relevante que me marcó.

Daniel Valença: ¿Y el proceso de cambio para dónde va? ¿Qué tú crees?

Militante do MAS-IPSP 1: Pienso que mientras las organizaciones sociales no estén juntas para defender este proceso, la derecha siempre va a penetrar, ya ha penetrado en el poder judicial y en el poder institucional de las instituciones que siguen ellos en el poder institucional pero no ha podido penetrar tanto en las organizaciones sociales y eso es para mí lo más imprescindible, que se tiene que tratar de fortalecer, de reforzar con formación política, formación de cuadros ideológicos en cada una de las organizaciones sociales, tiene que acabarse, pienso yo, desde mi punto de vista el tema del protagonismo dentro de las organizaciones sociales y cuando hay una actividad de trabajadores sociales, voy, yo apoyo. Trabajadores sociales y yo formo parte de la organización deportivo-cultural y si hay un evento con los de Marcelo Quiroga en Santa Cruz, voy y confraternizo y me olvido de ese factor que es el de estar ahí como actor principal del evento, de buscar protagonismo político que es lo que divide dentro del MAS a las organizaciones sociales. Muchas veces el tema de estar en la tarima, que si yo estoy sentado al lado del presidente, que si estoy sentado al lado de una autoridad, para mí eso es falta de formación cuando sabemos que el fondo y el interés político tiene que ser el bien común de todos los compañeros que pensamos de una sola forma. Entonces acá lo que tiene que haber es formación para que todos piensen de una sola forma.

Daniel Valença: ¿Pero está ocurriendo esa formación, o es una debilidad?

Militante do MAS-IPSP 1: Está ocurriendo pero debería incentivarse más. Pienso que esta formación se debe llevar en el colegio, en los últimos dos años de colegio la formación política porque acá más bien con la ley Avelino Signani, un poquito, pero acá en el oriente todavía los dos últimos años que se lleva de historia en el Sisfenetro, el sistema educativo, en el año de promoción, el pre prom, historia de Sánchez llevábamos, historia de los Estados Unidos y los últimos dos meses de 4º medio decía: historia de Bolivia, pero los últimos dos meses cuando estamos más concentrados en la promoción, buscar padrinos, buscar la etiqueta, que terno me voy a poner. Y lo peor es que sales del nivel medio para internarte en la universidad, en la universidad que está cagada por la mayoría de los docentes, que no comparten con este gobierno a menos que les den mejores salarios y aun dándole mejores salarios ellos tienen una mente muy enraizada entonces así van largando, van expulsando profesionales de la universidad, pero profesionales no al servicio de su país sino más bien profesionales al servicio de su interés personal. Entonces, la formación tiene que venir desde el colegio para que ellos lleguen preparados a la

universidad, para decir: yo voy acá al campo de guerra, a la boca del lobo pero voy con un conocimiento, con un argumento donde no me van a meter en los 5, 6 o 7 años de estudio, no me van a sacar un profesional que solamente me sirva a mí sino que voy a servir y contribuir al desarrollo de mi país.

Daniel Valença: Muy bien, ¿tu nombre?

Militante do MAS-IPSP 1: Sergio Gobeizaga de Arteaga.

Daniel Valença: ¿La organización que haces parte?

Militante do MAS-IPSP 1: Organización deportivo-cultural Patria.

Daniel Valença: ¿Y MAS PSP?

Militante do MAS-IPSP 1: Sí, formo parte del MAS y PSP. La dirección de Montero y ahorita ocupo el cargo de secretario de comunicación social dentro de la seccional del MAS de Montero en representación de los jóvenes.

Daniel Valença: ¿Puedo utilizar tu entrevista?

Militante do MAS-IPSP 1: Sí me gustaría mucho que se comparta la historia de Bolivia en otros lugares que sé que los compañeros deben estar viviendo peor o igual que yo perseguidos políticos, tal vez problemas familiares, problemas económicos pero desde aquí quisiera decirles que hay que tener fuerza y hay que seguir luchando hasta que se pueda.

Entrevista concedida por SARAVIA-COCA, Ramiro. **Entrevista 9** [jul. 2014]. Entrevistador: Daniel Araújo Valença. La Paz, 2014. 1 archivo de mp3 (1h e 33min).

Daniel Valença: Una cosa que yo percibí es que, me parece que ellos tienen como una charla, pero es una charla muy fuerte en el campo indígena, por ejemplo parece ser una confrontación y su forma de entrar de una perspectiva en una confrontación.

Ramiro Saravia: Sí, bien hablar de feminismo en Bolivia no es lo mismo hablar del feminismo de los 60, 70 con toda la liberación sexual y con toda la lucha estudiantil en Europa y en los EEUU. Pues esa moda acaba de llegar recién aquí en los finales de los 90 en pleno neoliberalismo, como ya no había izquierda, MUJERES CREANDO era quien estaba en el movimiento Izquierdista. De esa manera nosotros nos relacionamos con ellas porque empezamos como un movimiento también libre, libertario, autónomo. Ellas eran de La Paz y nos parecía interesante pero cuando fuimos conociéndoles empezamos a ver actitudes patriarcales a pesar de que ellas son feministas, y una cosa, por ejemplo, un acto que no nos gustó, hacen muchos actos para la media, hacen polémica, contrataron a hombres de la calle, que duermen en la calle para hacer arte en la San Francisco, y pintarle sus órganos genitales, eso en una sociedad tan conservadora como es La Paz, Bolivia es muy polémico y ellas buscan la polémica. A mí me hubiera gustado que contraten a alguien de su clase, a universitarios o profesionales. Cosa que nadie estaría dispuesto a hacer por dinero, pero sí utilizan al pobre para eso. Estas haciendo lo mismo que hacen los poderosos, utilizan a los débiles para hacer tu acto de lucha y eso es éticamente reprochable. Buscaron siempre el espectáculo, tuvieron un programa en TV Burguesa y fueron más conocidas, pero nunca lograron salir de La Paz como organización, entonces su característica es que van a Europa y consiguen fondos. Llevando el discurso de la mujer así sucede con el tema “niños” y el medio ambiente, es dinero asegurado. Entonces ellas utilizaron bien el marketing y en Europa lograron el apoyo de las feministas internacionales. Y por eso tienen un Hotel en la sede de Boston que cuesta \$80 la noche. Y cuando venían a buscarnos siempre nos hablaban de MUJERES CREANDO y nosotros decíamos pero eso es como una empresa, y nos decían – no importa ellas son Feministas. Son gente pudiente, no son campesinas ni pobres.

Daniel Valença: ¿Dime tú crees que comenzó el proceso de cambio?

Ramiro Saravia: Bueno yo viví la peor etapa que era el neoliberalismo y la caída del movimiento obrero, y cómo el movimiento campesino comenzó a jugar un rol protagónico en plena etapa neoliberal, tanto los cocaleros de Evo Morales como los campesinos de La Paz Aymaras. Aquí tiene que ver mucho el 92, primero el 90 la marcha indígena por el territorio y la dignidad de los pueblos del oriente, por primera vez en 500 años llegan a La Paz los pueblos de la selva, fue histórico. Fue la primera vez que se hizo público, visible, 22 como pueblos originarios, y eso marca un hito en el movimiento indígena porque hubo apoyo de lo poco que quedaba de las organizaciones urbanas, éramos muy pocos apoyando, sobre todo la iglesia revolucionaria que apoyó bastante y grupos y personas porque no había nada más interesante, así que el 90 fue un apoyo masivo y lograron conseguir territorios con

ese apoyo ciudadano. Los recibieron en La Paz fue majestuoso porque hicieron un ritual a la PACHAMAMA, los quechuas y los aymaras se abrazaron con los otros, fue un abrazo de 500 años. Se encontraron y bueno, eso marca un hito muy importante porque ellos meten en la política el término territorio porque nosotros solo conocíamos el concepto político de tierra, la tierra es para quien la trabaja, pero territorio era lo de abajo y de arriba y era una concepción indígena de la selva. Por eso el estado dio territorio, no dio tierra, dio territorio grande para que los pueblos suban y bajen en el río. En los 500 años hubo una campaña continental donde estaba Evo Morales y muchos de nosotros que era la campaña de resistencia indígena, negro y popular. Estaban Morales, la Rigoberta Menchú, los líderes. Evo fue invitado a Guatemala, en todas las ciudades hubo concentraciones de los 500 años, se trabajó mucho, no solo era indígena, y de ahí yo vine a La Paz y era un millón de indígenas, estaba lleno de wilphalas en el 92, ahí fue la fuerza indígena. A los 500 años decían: aquí estamos, no nos mataron y seguimos existiendo. Pero no teníamos un partido, un instrumento y ahí los pueblos indígenas resolvieron hacer una asamblea de nacionalidades y pueblos indígenas, se hablaba de un instrumento de las naciones indígenas, no había partidos. Luego vino el 94, que fue la gran explosión e influencia del zapatismo, de lo indígena, ver chaparritos indígenas fue algo que ayudó mucho, en México que nunca se escuchaba de lo indígena. Así que en 95 la CSUTCB hace el Congreso en Santa Cruz solo para discutir el tema del instrumento político, no les dicen partido, les cuesta decir partido porque representa corrupción de la derecha. Entonces, ahí se hace el sueño del 92 de no solamente ir a las elecciones. Ahí se discutieron dos cosas: una fue hacer como Chiapas, volver desde Chapare con armas así, para derrocar al neoliberalismo y a la derecha o ir a las elecciones burguesas, las elecciones democráticas. En el movimiento campesino lo que se decide, se acata, todo. Y deliberaron y dijeron: la mayoría quiere elecciones. El movimiento indígena siempre ha actuado en bloque. Yo doy clases de historia. Siempre actuaron en bloque. Cuando vino Che Guevara era imposible que triunfara sin los campesinos porque los campesinos habían hecho un pacto con los militares y gracias al campesino, el MNR estuvo más de 20 años en el gobierno porque había otro pacto porque el MNR les dio tierras a los campesinos. No es como el de la ciudad que “yo me voy en otro partido”. No, en general, los campesinos actúan en común.

Por eso que desde el 95 hasta ahora es lo que decidieron ellos, decidieron cambiar la historia y son mayoría. Pero eso fue histórico porque los campesinos nunca se atrevían a crear si instrumento político, pensaban que tenía que ser un licenciado pero ya con los 500 años y todo el proceso y la falta de izquierda hizo que venga esto.

Daniel Valença: ¿Tu sabes porque evo y no fue un quispe del movimiento indianista?

Ramiro Saravia: Buena pregunta, lo que pasa es que tienes que entender que cuando se da la lucha cocalera entre los 80 y 90, yo estuve ahí, Evo es mi amigo, yo era dirigente de colegio y Evo venía por los campesinos de Cochabamba y la central obrera juntos lo apoyamos siempre a Evo. Porque El Chapare cuando EEUU decide someter y decir COCA CERO porque era una política de que nadie plante coca, el campesino tuvo que organizarse y ahí surge con más fuerza la presencia de Evo Morales, porque hubo otros dirigentes antes de él pero a Evo le toca la parte más difícil del proceso. Entonces, Evo fue muy consecuente en esa lucha pero además al

ser zona que no dependía de Cochabamba sino de la embajada norteamericana era como un pequeño Vietnam, había muchas muertes, mucha intervención norteamericana y de ahí nace el sentimiento, primero la coca es cultura, es un elemento que necesitas, es una lucha anticolonial porque no se puede hacer desaparecer. La coca no solo es Chapare, es toda Bolivia y simboliza la lucha anticolonial, pero el hecho de que Estados Unidos imponga, es la lucha antiimperialista, entonces se junta la lucha anticolonial de 500 años con la imposición norteamericana del momento. Esos son elementos fundamentales para entender el liderazgo de Evo porque a partir de eso fue Evo quien más uso la Wiphala junto con la imagen del Che, no había banderas rojas, solo las Wiphalas y banderas del Che, y había miles Wiphalas en las barricadas porque fue el único sector visible que resistió, así la COB adopta en su escudo la Wiphala. En el 89 en la convención de la COB los campesinos pelearon en Oruro por una tesis: de que los campesinos también pueden estar a la cabeza de la COB y los obreros casi se mueren, pero fue así. Y entonces crearon una secretaría.

Daniel Valença: Porque de cualquier manera los campesinos son sindicalizados también.

Ramiro Saravia: Claro, pero la estructura orgánica es vertical, proletarios tienen un 51%, campesinos 20 y clase media los demás. Fuimos contra esa estructura vertical y no entendieron los obreros. Porque claro, era lógico, ya no había una clase obrera mineradora revolucionaria pero luego lo entienden en el 92 cuando ven indígenas en toda la ciudad y van a entender con la presencia de Evo, es todo un proceso. Los obreros ya no hacían en nada, salían en marcha para apoyar a su patrono en épocas neoliberales. Ahora recién con la Cumbre Sindical Antiimperialista se está abriendo.

Daniel Valença: ¿Y tú por qué crees que no había banderas rojas en el comienzo del proceso, solo wiphala y che guevara?

Ramiro Saravia: Porque después de la dictadura no vino socialismo, acá gobernó la izquierda, el partido comunista, UDP, más europea y no tenía indígenas y fue un fracaso total, la cosa es que fue un desastre de gobierno y quedo en la imagen del gente que eso es izquierda, inflación, corrupción, escasez, hambre, porque la gente hacía cola a las 4 de la madrugada para comprar 1 boliviano de pan. Para cobrar el sueldo tenías que cobrar mochila. Indígena era primitivo cuando hay un momento de avance progresista del 69 al 71 aquí en Bolivia tuvo una bonita experiencia que se llama la asamblea popular, un gobierno popular, y se convoca a asamblea popular en el parlamento porque dijo yo como militar “no puedo gobernar solo”, necesito del pueblo entonces, como el pueblo popular convoca a la asamblea popular y estaba la COB y toda la izquierda y otros partidos políticos fue impresionante.

Y ahí que discutían el 70 parte del 71, quién es más rojo, quién es marxista o leninista, qué decía el campesino, el movimiento campesino agarraba lo del Marx y decían: el movimiento campesino ha traicionado el Che está con el pacto militar campesino y es un pequeño burgués, lo dice Marx en el capítulo tanto y por tanto nunca será vanguardia, además ahora es traidor. Y no dejaron participar en la asamblea popular de los movimientos y de la izquierda y no lograron entrar a los campesinos. Eso es un error, estamos hablando de cuando el campesino era más que ahora, nos los dejaron porque era un pequeño burgués, un pequeño

propietarios, es bien un análisis trotskista, nunca dijeron que es cultura, la izquierda no conocía Bolivia, era un izquierda que lo que los libros europeos decían lo repetían así, nunca pudieron conocer bien y eso era en general la izquierda, había uno que otro intelectual que se acercaba como Carlos Mariátegui en Perú y acá como el sociólogo Zavaleta Mercado pero estos no leían, él no era ninguno que estaba ahí. Entonces, el tema era que fue un fracaso rotundo. ¿Y qué pasó con esa gente de izquierda? Se fue a la derecha toda una generación, sus hijos ya no son de izquierda. Yo conozco en Argentina, Chile, Brasil, el abuelo comunista, el hijo comunista, el nieto sigue comunista, tiene biblioteca, es una izquierda culta, en Bolivia no hay eso, por eso no tenemos movimiento universitario, ni militancia partidaria ni política, cero.. Entonces, ya te imaginaras que la gente decía chau Bolivia, la izquierda se había acostumbrado a que la clase obrera de izquierda podía ser. Pero como no había, todos se fueron a la derecha, así como Fukuyama decía “es el fin de la historia” acá solo hay capitalismo, fue vergonzoso intelectuales de izquierda, de los mejores, asesorando al Banco Mundial. En el 92 lo indígena se puso de moda, la derecha utiliza lo indígena, al 93 hay elecciones y el Goñi con el asesoramiento de los EEUU nombra de presidente a Víctor Hugo Cárdenas. Él era lo mejor, el más intelectual que produjo el movimiento indígena hasta ahora pero se vendió, no hizo caso al Evo, nos hizo creer que estaba con nosotros y se fue. Porque la idea era tener algo con Víctor Hugo y Víctor Hugo se fue a la derecha y con él se fueron los últimos izquierdistas, así que se acabó la izquierda. Entonces, por eso el movimiento campesino...

Lo del Linera es parte de la izquierda pero fue una guerrilla de jardín, aquí la única guerrilla sería fue la del Che, después son guerrillas de jardín, le llamamos, pero no tiene incidencia en el pueblo, estábamos hablando de 5 locos que salen a medias. Además te voy a decir todos los que cayeron eran jovencitos los de Linera, todos los que lucharon en sus grupos eran de pastoral juvenil, mis compañeros, y me decían: ¡Hey! Ramiro tú nunca caes, debes ser de la CIA. Yo no caía porque no estaba, pero te jodían el trabajo político porque cuando cayeron cerraron todas las últimas puertas del trabajo político porque aunque no estés van a decir que tal vez estás en la guerrilla. Y cuando salió Linera vino a mi carrera y todos le echaron flores al Linera y vino del avión recién salidito de la cárcel yo me levanté y le dije todo, - que bien, que yo admiraba lo que hicieron pero que a mí en mi trabajo de base, me jodió mi trabajo porque me relacionaron y él reconoció y desde entonces es mi amigo porque él sabe que fue así. Y mis amigos me decían ¡Cómo le vas a decir así! “Guerrillita de jardín” y él se reía. Porque era así, no puedes hacer así sin las masas, sin la gente, es como una aventura. Pero él creo que cuando aceptó la vicepresidencia fue lo mejor lo hemos apoyado, porque clases medias apoyamos a Linera, también a Evo, pero él jala a cierta clase media. Y todo estaba desarticulado, los únicos que se organizaron fueron los campesinos. Por eso el 2002 en Cochabamba el MAS no tenía gente, el hijo de Filemón era como el dueño nos decía –Carajo, ustedes han participado en la guerra de agua, van a ir de un diputado, prohíbo no aceptar. Y nosotros le dijimos ¡Ya! Vamos a votar por el MAS pero no hacemos política por ser un diputado, porque además había un convenio en la Coordinadora del Agua, que era un movimiento de llevar a últimas consecuencias el movimiento, pero todos los de la coordinadora, incluido nosotros les habían ofrecido diputaciones, cargos y todos habían aceptado menos nosotros. Nos pusieron contra la pared, pero al final dijeron: bueno, los respeto y no hemos aceptado, no porque no apoyamos sino porque nosotros pensamos que el trabajo está abajo, entonces muchos con nosotros quieren ser figura para tener algo y como nosotros no

hacemos eso y cuando están así a la mitad se van, porque ellos están queriendo utilizar a nosotros, nosotros no vamos a dar trabajo decíamos, entonces ven y se van a otros así es la política, pero hay gente que nos admira que nos respeta y lo que decimos nosotros tiene voz. No tenemos capital económico pero tenemos capital simbólico.

Daniel Valença: ¿Y como fue la guerra del agua?

Ramiro Saravia: ¡Ah ya! La guerra del agua lo que logró fue hacer que las participaciones sean ya urbanas, antes habían sido campesina. –en la década de los noventa especialmente indígena, y después Chapare con Evo. – el indígena siempre se organizó mucho antes, pero la urbano no había como ver, entonces la guerra del agua sirvió para movilizar al mundo urbano, obviamente también estuvo el mundo rural. Evo estaba con nosotros apoyaron los campesinos y apoyaron lo urbano y con eso logramos ser luego coordinadora del GAS, trabajamos para el GAS en 2003. No solo fue La Paz, el alto, sino toda Bolivia. Con los campesinos ya no necesitabas hablar, ellos reunían gente, ellos iban a venir, el tema era el urbano y sirvió la guerra del agua porque fue urbano.

Fue rural también, fue ambos pero siempre se ve lo urbano porque la empresa transnacional era de la ciudad, pero la ley de agua afectaba al campesino, no solamente era el tema de una transnacional, era la ley, y por eso es que se deshace la ley, se reúne el parlamento y sacan esa ley privatizadora para toda Bolivia, la ley de agua afectaba a toda Bolivia pero solo se levanta en Cochabamba, y sabes ¿Por qué crees? porque en Cochabamba no hay agua hace 50 años, recién este gobierno con el proyecto “misicuni” va a haber al año, pero no hay 24 hrs, un día hay y dos días no hay agua. Por eso en Cochabamba el tema del agua era un tema sensible, y que la privaticen y te cobren el 400% la gente explotó, pero solo fue en la ciudad de Cochabamba y el campo de Cochabamba por los regantes porque los campesinos ya estaban organizados.

Daniel Valença: Entonces la ley era nacional pero la privatización fue local.

Ramiro Saravia: Exacto, Cochabamba esperó la reunión del parlamento de un lunes, el último día de la guerra del agua, el parlamento deshace la ley y para Cochabamba. Por eso fueron 10 días. No es solo para Cochabamba, es nacional la ley.

Daniel Valença: Creo que no había una organización fuerte popular nacional que fue el movimiento una cosa más espontánea.

Ramiro Saravia: Si pero fue la coordinadora, nosotros estábamos en el edificio de los fabriles en una reunión que estaban el Evo, Mallku, el de la coordinadora que era un obrero, el regante y por los jóvenes nosotros, no estaban ni universitarios, solo nosotros en una reunión así, para decir que hacemos con el Goñi en el 2003 era una reunión impresionante, nosotros estábamos en la cúpula de los movimientos como jóvenes, eso te lo ganas, nadie te lo da para estar en una reunión con los capos, eso fue en 2002 – 2003, después de la guerra del agua que nos organizamos y ya fuimos articulando. Todas las organizaciones despertaron durante la guerra del agua y luego vino la guerra del gas entonces fue una explosión de movimientos, todo eso lo capitaliza el MAS porque no había otro, quien lo iba a capitalizar, ya habían hecho su instrumento, el Evo era ya diputado, después lo

censuran, lo sacan pero fue como el indicado, eso es bueno porque había otro que el Evo quería que vaya pero ese era un falso campesino. Alejo Vedis pero fue al inicio, él dividió pero él no tenía gente así que era un universitario además que a la vez era campesino, al final se fue con la derecha, entonces es todo un proceso re interesante que me tocó vivir y he visto el declive de la clase obrera del 85 del 86 pero ahora está resurgiendo.

Daniel Valença: ¿En la guerra de agua la cob no estaba presente?

Ramiro Saravia: Si estaba pero más simbólico, estaban los fabriles pero más simbólicos, es que ellos tienen experiencia, la COB tiene una gran experiencia de movilización pero los líderes, porque la base había cambiado pero los líderes seguían. Pero como dice el vicepresidente, era la multitud incluso tú ibas nomás, no había de que “tú tienes que ser la COB” allá se llamaba coordinadora, entrababa todo el pueblo, así fue autónomo, consultivo y todo hasta los dos primeros años. Cuando eligen diputados, senadoras, los de la coordinadoras, no solo se van al MAS, se van a la derecha, centroizquierda diputados y Retinco quedó solo. Quedamos solos y fue muy triste porque era una organización importante para Cochabamba, por eso Cochabamba a diferencia de El Alto nunca tuvo más poder político, del 2000 al 2002 Cochabamba tuvo el poder, era referente político pero cuando los dirigentes se van a otros partidos se desacredita y no hay alguien que lidere, desde entonces Cochabamba no tiene liderazgo. Los de Chapare son aparte y los de Chapare tuvieron que venir a defender a los de la ciudad pero los fascistas le pegaron a los campesinos así que los campesinos dijeron: Ya no vamos a venir más por temas de la ciudad, ustedes tienen que resolver y hubo racismo. Eso fue el 11 de enero de 2007, en pleno gobierno de Evo. No solo fue en Cochabamba, fue como una especie de que la derecha quería dar el golpe con los comités cívicos y con los gobernadores de Cochabamba y el gobernador de Cochabamba era de la derecha aliado a la media luna. El 5 de enero ocurrió un hecho, los campesinos estaban en la plaza y que querían que el gobernador de la derecha se retracte de lo que había dicho una semana antes: Viva la independencia de Santa Cruz en un acto de derecha y nadie dijo nada, tuvieron que venir los campesinos y decir: retráctate, pero la ciudad era derechista, entonces estuvieron una semana y uno de esos días, el 5 de enero, reprimen, y como los campesinos estaban ahí sacan a todos, la represión fue con todos y eso fue grave porque nunca nos habían sacado de la plaza desde el 2000, entonces quemaron los autos de la prefectura, la puerta de la prefectura, y el gobernador se hizo la víctima y dijo que el Evo los mandó y era absurdo porque el campesino era un sector, era todo un pueblo, para ellos éramos todos indios y nos parecemos todos e hizo creer que fueron los indios a quemar la ciudad y así hablaban y hubo un racismo impresionante y hacían como concurso en la radio y la televisión de derecha empezaron a decir “¿estás de acuerdo de que un indio venga a la ciudad y que quemé tu ciudad y tu plaza?”, y el 11 de enero, en una semana se organiza la derecha no había palos de beisbol, no había palos para las picotas de los azadones de los campesinos, en el mercado no había porque la derecha había comprado todo para armar a los jóvenes fascistas. Ese 11 de enero organizaron una marcha en otra plaza y había un puente y los policías estaban al medio, aquí una gran marcha de la derecha y aquí los campesinos que están en la plaza haciendo vigilia y nosotros en la plaza. Como la policía estaba al medio nadie pensaba que iban a pasar, que iban a dar una vuelta y punto, pero no, estaba bien planificado. Los policías los dejaron pasar porque ellos sabían que iba a haber eso porque estaban al frente y los campesinos no estaban armados, estaban

descansando, durmiendo, los viejitos, los abuelitos, eran las 2 de la tarde y todos los canales de televisión, la prensa jugo un papel importante estaban televisando en directo. Yo lo estaba viendo por TV y vi que rompieron el cerco y los fascistas con palos y fierros y dijimos: vamos, tenemos que ir a defender a los campesinos. Entonces yo llegué a la plaza y vi un primer muerto, un cocalero que lo mataron a balazos porque su vanguardia de ellos tenía armas y palos, pero también estaban armados y lo traen a la plaza muerto porque en la guerra del agua también hubo un muerto y lo trajeron a la plaza. Pero era diferente la coyuntura, el error fue que al traerlo creó pánico en la plaza porque decían: ya están a una cuadra de la plaza y nos van a matar a todos. Nunca había sentido un pánico colectivo, entonces dijimos: tienen que llevárselo de la plaza porque no se lo puede velar aquí porque esto va a crear miedo, entonces se lo llevaron a otro lado. Lo trajeron a la plaza por esa memoria de que cuando murió un compañero en la guerra del agua lo trajimos a la plaza, pero era diferente, esa vez estábamos ganando, éramos fuertes y en esta ocasión ellos estaban avanzando, había miedo. Cuando se calmó la cosa avanzamos desde la plaza hasta el puente y salió el ejército y en el puente donde antes estaba la policía vino el ejército, la policía militar y no nos dejaron pasar y en ese retroceso de cuerpo a cuerpo murió uno de ellos. Cuando murió el indígena, la gente no sabía ni hablar su nombre y le hicimos un homenaje el 11 de enero y luego murió otro, José Colque pero los medios decían que había muerto solo un campesino pues no sabían su nombre, pero cuando muere uno de ellos, un joven de clase media, blanco lo divulgaron mucho diciendo que muere un ciudadano. Los medios son una mierda. Pero la clase media alta cuando alguien se le muere entra en pánico y empezaron a llamar a sus hijos para que salieran, entonces por eso los retrocedimos y yo vi una actitud de la gente que iba a quemar todo el barrio de los ricos porque ni te imaginas la rabia que tuvo la gente cuando mataron un campesino. El gobierno es del Evo, no del gobernador. El problema es que hubo un vacío de poder porque cuando hubo la represión en la plaza el Evo destituye al de la policía porque no puede hacer eso y hubo dos horas sin policía y por eso nos entramos a la plaza y quemamos todo porque no había policía. Entonces, ese hecho la derecha va a utilizar el 11 de enero para crear toda la idea del racismo y les fue mal. Al final fue sorprendente, hermoso pero como no podíamos pasar allá dijimos: no vamos a poder pasar porque está el ejército. Y era de río en río, era muy chistoso y yo estaba en la vanguardia y ellos tenían motos y uno con el palo y ellos estaban muy armados y con cascos. Como no pudimos ir, tuvimos que ir a los medios de comunicación que quedaban aquí, en el centro, destrozados y la policía y el ejército tuvo que venir a defenderlos, destrozados estaban, fue lo más hermoso que pudo pasar, como el pueblo pudo saber quién era el culpable y la prensa estaba así, porque se sabe que los periodistas comentaron ese racismo y si tú revisas los programas puedes llevar a los medios, a los periodistas a proceso porque fue una semana que ellos incitaron a que estas clases altas que le tienen miedo al otro, no conocen al campesino, porque sus abuelos conocían pero ellos ya no. Es todo un tema sociológico porque antes teníamos un mercado y ricos y pobres íbamos al mercado popular pero cuando nace el neoliberalismo aparecen niños de la calle y pobreza y hambre entonces hay más gente que se dedica a robar, los niños de la calle entonces cuando ellos venían al mercado decían: nos roban los niños de la calle entonces, en los 90 hacen sus shopping center, hacen sus supermercados y no quieren venir donde está el pueblo y ahí es donde aparece también la seguridad, la policía privada, no había acá, o sea que el neoliberalismo fue causante de muchas cosas. Entonces sus hijos ya no tienen relación con el pueblo andino, con los campesinos, los desconocen. Y si tú le

dices el indio es malo, ellos piensan: hay que matarlo y eso fue lo que pasó, el tema sociológico es así. Porque hoy se habla del antes y después del 11 de enero en sociología para Cochabamba. Venimos de la guerra del agua donde estábamos unidos campo y ciudad, la ciudad apoyaba, del techo de los edificios te daban papel para quemar, apoyaban así, pero eso el 11 de enero se corta, se rompe esa unidad campo-ciudad y en términos sociológicos para Cochabamba es traumático porque siempre Cochabamba fue la cuna de la interculturalidad y el 11 de enero demuestra que aquí hay racismo, así de claro, así de vergonzoso. Por eso nadie quiere hablar de Cochabamba el 11 de enero porque todos los intelectuales son clase media alta y tienen parientes en la derecha, pero los más inteligentes saben que es así y reconocen, hay pocos pero se habla así, es una vergüenza lo que pasó el 11 de enero. ¿Sabes lo que decían los medios? “¿Acaso nosotros vamos al campo y a sus montañas a quemar su plaza, a molestarles? Qué nos dejen tranquilos estos indios, es nuestra ciudad, es nuestra plaza.” Nunca vienen a esta plaza, van a otra plaza pero es así y si tú comparas el discurso de los 40, antes de la revolución, era igual que el 2001, es igualito.

Daniel Valença: ¿Y cómo se llama la plaza?

Ramiro Saravia: Central de Cochabamba que es donde tenemos nuestro panel y la Universidad Popular. Primero hubo la guerra del agua en febrero, dos días, vinieron policías de La Paz, dalmatas y nosotros les ganamos. Fueron dos días de lucha y el último día yo siempre recuerdo, a mí me dio pena la policía porque les hicieron formar en la Gobernación y el pueblo delante de ellos los escupían, los insultaban, a ellos los pusieron en fila y la gente los insultaba, había mucha gente, y la policía muy fuerte, especializada y ganamos porque pusimos cables para las motos porque venían un policía acá y otro atrás, bien armados esos policías, no había en Cochabamba, eran de La Paz y nosotros pensamos que con eso se acabó la guerra del agua, que iban a respetar el acuerdo, pero no. Pasó febrero, marzo, abril y dijimos: ésta es la vencida y organizamos en abril, la primera semana, bueno ya en febrero sacamos las noticias en la plaza, en el panel pero solo por una semana pero en abril ya sacamos todos los días, el panel ya no salía una vez al mes, una vez a la semana sino todos los días porque la gente quería verse en el periódico y la prensa solo pasaba imágenes de lucha y todos querían verse en las fotografías de los periódicos, de la lucha, era continuo durante 10 días.

Daniel Valença: Durante la guerra del agua ustedes hicieron (não entendi) de los periódicos.

Ramiro Saravia: Sí, pero cada día, antes era de vez en cuando. Además el panel de noche no lo guardábamos, no había necesidad y entonces, yo pasaba 2 de la mañana, 3, 4 y siempre había gente, y es un éxito en comunicación tan grande que dijimos: esto hay que continuarlo, así que terminó la guerra del agua y la gente siguió viniendo a la plaza y es lo que queda en la plaza, la gente viene a la mañana, tarde y noche pero ya no 200 mil, 200 ahí en el centro y entonces hablan de política, de lo que está pasando, es un centro político.

Daniel Valença: ¿Llegó a 200 mil participantes en la guerra del agua?

Ramiro Saravia: Del campo y ciudad cada día porque era como una insurrección y los niños de la calle dejaron la droga y fueron los comandantes de las barricadas más principales. Sí, es impresionante, eso fue nuestra escuela. Así que

nosotros tocábamos música y los ‘troscos’ venían. Como había cientos de barricadas, tocábamos en las principales y había una barricada donde la federación del trópico que estaba Evo Morales. Los universitarios, todos, tenían su barricada los niños de la calle, la plaza y tocábamos y dimos una vuelta, fuimos donde Evo, luego a los de la universidad y había un grupo trosquista que nos conocían y nos joden, dicen: compañeros, esto es en serio, se va a venir la revolución, ustedes están en carnaval con eso de la música, esto es en serio. Entonces vimos que decía la gente y el pueblo decía sí, porque estaban aburridos en la barricada y nos veían venir con la música alegre y decían: que se queden, que se queden y los cagamos a los ‘troscos’. ¿Cómo nos van a decir eso? Entonces dijimos, la música, la cultura tiene que estar con la lucha y ¿sabes qué pasó? Después de eso todas las marchas de la COB o de otro sector nos invitaban para tocar, pero nos invitaban por todo y por nada, nos querían manipular, ya estábamos cansados porque era cualquier marchita, a las grandes sí íbamos pero que sea por tu sector ya no tenía mucho chiste, entonces dijimos, ya no vamos a ir a las marchas pero nos daban la cabeza, por eso fuimos visibles para la prensa. Además llevábamos murales, cuadros, nosotros hacíamos visual porque el movimiento antiglobalización en el mundo era así también. Como sabíamos cómo había que impactar lo hacíamos en las marchas porque cantábamos, entonces éramos muy militantes y la prensa tocaba, siempre estábamos en las fotos, y los ‘troscos’ tenían envidia porque decían a estos siempre los sacan, en cualquier marcha están. Por eso lo del 2011 fue grande pero hubo otros, un paro cívico de derecha. Entonces como no hay vanguardia en Cochabamba, en la plaza hicimos un mitin y fuimos a desbloquear contra la marcha de la derecha, fuimos hasta el estadio y eso era peligroso porque ellos estaban armados. Estábamos muy aguerridos, desbloqueábamos y logramos ir a su territorio, cruzamos el puente y había un montón de gente y ellos pensaban que éramos muchos, entonces dijimos: acá nos van a matar. Y teníamos que volver a la plaza y estábamos lejos, entonces tuvimos que ir de dos pero fue increíble cómo llegamos y la prensa quería ver violencia. A mí me entrevistó uno del periódico local ‘Los tiempos’ que son de derecha, yo no quería la entrevista pero al final dejé y me cambiaron. Cuando hay conflicto político todos los periódicos sacan una separata durante una semana, 3 días, de acuerdo al conflicto porque es un conflicto nacional. Entonces sacaron una separata y en primera plana: ‘Red Tinku, el grupo de choque del MAS se aproximó contra el comité cívico’, pero yo no me molesté porque puedes provocar la envidia de gente del MAS o la envidia de otros grupos porque meses antes habíamos formado la Juventud Antifascista pero esto fue de la plaza, fue algo espontáneo y no sabíamos que íbamos a ir hasta ahí. Pero siempre en la izquierda hay esos celos, por un lado te podías joder en la misma izquierda y por otro lado, la derecha te tenía detectado el nombre. Pero creo que estábamos muy débiles, es que aquí las organizaciones estamos así, luego bajamos, y ya no había Juventud Antifascista, nada, por eso fuimos los de la plaza, solitos. Entonces, la plaza es como una pequeña vanguardia cuando hay conflicto.

Daniel Valença: ¿Y hay clases todos los días, hay el panel de los periódicos?

Ramiro Saravia: Sí, sí, por eso puedes reunir a la gente, si no hubiera eso... Es así mira, ¿conoces la guerra de Irak? ¿Conoces lo de las Torres Gemelas? Bueno, esas son noticias internacionales. En la plaza se refleja lo que pasa a nivel local, nacional e internacional. Me acuerdo el 11 de septiembre de 2001 en la plaza donde hubo la guerra del agua, nosotros estábamos haciendo un homenaje a Salvador Allende a las 11, 12, pusimos la figura de Salvador en el panel, viene un

chico y nos dice: están atacando Estados Unidos y yo le digo: estás loco, ¿de qué estás hablando? No le entendí y entonces, cuando volvimos a casa a almorzar había sido lo de las Torres Gemelas y a cada rato te lo pasaban. Entonces, como la gente tiene que hablar siempre va a la plaza a debatir, escucha la noticia al mediodía y tienen que ir a la plaza a debatir, es como automático. La UR no debate, en los movimientos no hay debate, en el MAS tampoco, tienes que ir a la plaza. Entonces volvimos a la plaza y los periódicos habían sacado un extra, los periódicos de la tarde. Entonces, la cara de Salvador Allende el 11 de septiembre la dimos vuelta e hicimos otra cara y pusimos un título y le cambiamos la noticia, por eso es contra información, y le pusimos 'Los únicos terroristas son los Estados Unidos' y ahí pusimos el Obama, Bin Laden, la gente de la CIA. No te imaginas la polémica que causamos, ese titular estuvo como un mes, amarillo quedó, pero fue impresionante la plaza de Cochabamba y la gente loca decía: los terroristas son los árabes y nosotros: no, no. Así, contra CNN.

Daniel Valença: ¿Y ustedes hacen eso todos los días?

Ramiro Saravia: Sí, pero tiene más éxito cuando hay conflicto, ahí lo leen todos porque tienen que leer, cuando hay conflicto se llena más.

Daniel Valença: ¿Cuántas personas llegan para leer?

Ramiro Saravia: Cientos, muchos, no tenemos estadística pero por lo que nos han pasado es que ya no son solo adultos sino también jóvenes de la universidad y colegios. Porque un problema difícil acá es que los universitarios no leen, los colegiales peor, no les interesa la política. Ahora, poco a poco, por lo menos viene en pareja a leer porque la plaza es un lugar de encuentro. Hay un lugar en la plaza bajo el cóndor y como nunca llegan temprano leen el panel y es conocidísimo. Cuando la coyuntura política es fuerte es al mediodía y a las 6 pero es cada día, las clases de la universidad popular pero los debates son espontáneos. Pero viene mucha gente de derecha porque todos saben que la plaza es así con el proceso y vienen a provocar y se arma ahí. Vienen provocar, a remover el gallinero.

Daniel Valença: ¿Tienes alguna foto para enviarme para publicar en mi blog sobre la plaza?

Ramiro Saravia: Si tú buscas en el google: activistas de la plaza, hay muchas y en el nuestro tenemos uno que es Universidad Popular Libertaria de la Plaza y tenemos una página y ahí ponemos las clases, todo. Y están los activistas internacionales que nos visitan y de vez en cuando sacamos fotos.

Daniel Valença: ¿Cuáles crees que son ahora los dilemas, las dificultades del proceso de cambio?

Ramiro Saravia: Uno es la gestión pública. Una cosa es hacer grandes movilizaciones y otra cosa es ser gobierno. Y los movimientos estamos aprendiendo a ser gobierno y en los movimientos hay personas, y las personas no tienen una ideología clara, consecuente y militante pueden cometer actos de corrupción porque ver en el estado la oportunidad de enriquecerse. Por eso es un tema de gestión de los municipios, de las gobernaciones, de todo el aparato estatal, la administración pública porque ahí se habla mucho de que hay corrupción. Eso no quiere decir que hay más corrupción que antes que es lo que la derecha trata de decir, eso es

mentira, más bien, es más difícil, porque hay varias leyes que son anticorrupción. Pero sí hay porque hemos heredado un estado neoliberal y colonialista y el gobierno no ha hecho masacre blanca, no ha despedido a todos sino que ha cambiado solo los directores. Entonces hay una política de educación de gestión pública pero hay engaños también, es muy complicado, el estado es como un monstruo que da pasos muy lentos para desburocratizar todo eso. Entonces ese es el tema, que está ligada la cuestión de gestión pública al de corrupción. Lo otro es una debilidad que tiene el gobierno de formación y educación política. No tenemos muchos espacios dedicados a la formación y educación política o educación popular porque el neoliberalismo mató toda la experiencia de educación popular y el movimiento campesino ha hecho su propio proceso pero en la ciudad es diferente, como no hubo movimiento universitario, el neoliberalismo ha ahecho un buen trabajo ideológico y cultural. Entonces, nosotros hacemos ese trabajo de educación y formación política, damos talleres en los distritos, barrios, sea del movimiento, del MAS, no importa, pero sí del proceso. Y es interesante porque las herramientas que utilizamos es educación popular y participativo, la silla siempre es en círculo, es norma, pero tenemos un problema, ellos siempre están así como ayer, es típico del MAS, de los sindicatos. Nosotros hacemos dinámicas y queremos que los que estén 4 o 5 horas salgan sabiendo, y en la evaluación se nota, dicen: es la primera vez que he entendido esto, tenía una laguna, ahora veo más claro y creo que es la mejor satisfacción que alguien que no habló, al final hable. En la evaluación hablan todos, nadie se escapa. Entonces, es muy participativo y eso viene de la educación popular que en Bolivia desaparece en los 80 y rescatamos la experiencia de educación popular que hubo con Paulo Freire en Brasil y en toda América Latina. Por eso tenemos un centro social que es hecho después que el Evo es gobierno y porque creíamos que el estado, el gobierno o los grupos del gobierno iban a copiar la experiencia del centro social. Tampoco hay otros grupos autónomos, es el único. 'Mujeres creando' es diferente porque ellos funcionan con apoyo internacional, tienen un hotel, nosotros no vamos a tener un hotel, es mucho dinero, en una zona céntrica. Nosotros consideramos que el avance, la profundización va por ese lado, por la formación y educación política a todo nivel porque en las reuniones del MAS cuando se reúnen no discuten lo que pasa en Bolivia, están discutiendo de cargos todo el año, están peleándose por eso. Entonces uno que quiere ir al MAS y ve eso ya no vuelve porque no está yendo a eso, entonces de ahí que estamos creando otros espacios, otros grupos afines al MAS como son Luceros del alba y que cuesta porque hay una cultura de hacer política y querer hacer otra política del hombre nuevo, de ser más honesto, más comprometido, cuesta. No lo creen, te dicen: algo estar queriendo, seguro una diputación, por algo haces, no saben que es por formación y por compromiso, como ellos no tienen esa formación es común escuchar que al final todos luchan por un interés personal, te lo dicen los mismos del MAS y eso es un tema de formación. Nosotros estamos convencidos de eso porque hemos visto todo el proceso histórico y es eso, por eso es bajo el nivel. Entonces, hay la necesidad de criar brigadas de educación política y nosotros en enero, ya habíamos empezado el año pasado, pero en enero queremos plantearles a los grupos del MAS y otros, de hacer brigadas de trabajo solidario internacional en Cochabamba. Tenemos las condiciones, el centro social para hacer educación popular, primero en la plaza pero también hacer trabajo social, de apoyo escolar, es que hay mucho que hacer y a veces no hay gente. Ahorita no hay educadores populares capacitados; lo que es típico en el gobierno es que va un ministro X y habla de un tema X y les da un certificado como en una conferencia magistral y la

gente va por el certificado, no le interesa si entendió o no, muy pocas preguntas y eso no es formación, eso es informarte. Formación implica leer en grupos de estudio, luego hacer una plenaria, una nacional. Bueno con Pati siempre hemos soñado eso, pero bueno hay poco interés. Lo que pasa que no hay un movimiento, eso no es un movimiento... porque en otros países hay un movimiento de educadores populares y 1 vez o 2 al año tienen escuela, hay movimiento de brigadistas, de moralistas, hay movimiento de centros sociales, aquí no hay movimiento. Se habla mucho de hacer formación política pero se hace muy poco y se hace muy disperso y mal y es un desastre. Yo conozco la experiencia de Venezuela y me he quedado sorprendido, es parecido al MST que tienen centros, casas y tienen profesores pagos por el estado, todo el año vienen jóvenes un mes, dos semanas, se van, infraestructura. Aquí el estado alquila de la empresa privada para comida, para local, para hotel, no tiene algo propio, no hay una política así de decir, bueno le metemos y hacemos esto. Tenemos la esperanza de hacer una propuesta pero tiene que ser a lo grande, no puede ser a lo pequeño. Porque lo nuestro es pequeño, pero incidimos porque donde vamos nos conocen, para eso estamos en el gobierno. Mira el panel, ¿sabes lo que me decían los del MAS? Cuando estemos en el gobierno vamos a hacer cientos de paneles, ni uno hicieron, eso está mal, estés en el gobierno o no estés, es cuestión de compromiso. No digas que lo vas a hacer cuándo estés en el gobierno porque no lo has hecho. Entonces, no es un tema de dinero, es un tema de actitud política. El otro problema que tenemos cuando hablamos de formación es que nos llaman y preguntan en qué hotel va a ser, los pasajes en avión, etc. ¿De qué están hablando? Así organizan, somos diferentes, y cuelgan. Es que hay una cultura diferente, tipo ONG, que muchos de los que vienen quieren todo pago y eso nos ha cagado. Hasta el 2003, 2004 hicimos nosotros eventos nacionales, Red Tinku era nacional pero ninguno logró auto gestionarse y quedó solo Cochabamba, pero hicimos cosas con los jóvenes porque los jóvenes, no hay movimientos juvenil en Bolivia y en 2000 había necesidad y lo hicimos hasta el 2003, vinimos para el 22 de enero del 2005 cuando el Evo se posicionó nosotros estábamos llorando, pero después dejamos de hacer porque pensamos que el estado iba a hacer pero no tienen experiencia en temas juveniles, hay una ley de jóvenes, una ley de culturas que todavía no aprobamos. Y nosotros trabajamos en todas, la ley de juventud y la ley de cultura, lo que nos interesa es nuestro tiempo.

Daniel Valença: La disputa de valores es por ahí.

Ramiro Saravia: Sí, y por eso nos interesa la experiencia del Brasil, hay una buena también de Colombia y Ecuador. Aquí tenemos mucha cultura pero en leyes estamos muy atrasados.

Daniel Valença: Creo que de manera autónoma, de la gente, es fuerte. Pero la política pública del estado me parece que no avanzó.

Ramiro Saravia: No, no ha avanzado. Nosotros por esta situación de ser visibles, cuando trabajamos del 2000 al 2004 que fue el auge de los movimientos, luego viene el MAS, después que sube el gobierno aparecen grupos que no había como Juventud Comunista, PC que no había, ahora hay, 'trosquistas' tampoco había mucho, ahora hay. Es como que los viejos comunistas quieren hacer política cuando las condiciones están buenas pero eran de derecha y empiezan a criticar, a decir que está mal. Pueden criticar pero el problema es que no hicieron nada y además no

son nada, por eso el MAS es más movimientos, o sea, hay personas pero el MAS viene de los movimientos, entonces es muy difícil que el MAS pueda hacer una alianza MAS-PC. Te cuento esto porque tuve la oportunidad de ir a Suecia a un encuentro y me encontré con bolivianos que vivían en la época de los 70. Había un partido comunista, marxista, leninista y no hay esto en Bolivia, partidos que ya no hay y yo les digo: pero ustedes siguen viviendo en el pasado, en Bolivia eso ni escuchamos. Porque los que se van al exilio se quedan como cuando se fueron de aquí, incluso tienen sus grupos. Pero ocurrió un fenómeno con la subida de Evo, chau los grupos y todos con el proceso. El Evo ha logrado unificar, sobre todo el voto que ahora es voto en Argentina, en España, hoy escuché que de 100 encuestados, 85 votan por Evo, está bueno tanto en Bs. As. Como en Madrid, ha logrado unificar. Pero claro, siempre hay uno que otro viejo comunista que viene por la plaza y cree que sabe más porque nos dice: ustedes no saben nada, él cree que él solo tiene formación política, y eso está mal porque si tú tienes formación política, tienes que compartir y no decir: yo sé, ustedes no saben. En la plaza nos pasa, viene uno y nos dice: ustedes son unos ignorantes, no han leído Marx, y eso no es bueno porque no se puede tratar así a la gente, decir que no eres nada. Tienes que hacer educación popular, pero hay esas actitudes, es un absurdo, por eso necesitamos una gran escuela nacional de formación política nacional. Y se puede. Nosotros lo hacemos sin dinero, cómo no lo va a hacer el gobierno.

Daniel Valença: Es lo que hablamos en Brasil de la central obrera que tiene plata porque no hace eso de manera mejor.

Ramiro Saravia: Por eso me gustaría que nos visites un día y veas la plaza que es lo más politizado que hay en Cochabamba en términos de cotidiano, no de dirigentes, de gente como uno, de la calle que están politizados. Eso es por las charlas, las discusiones, es una auto escuela, entonces cuando yo voy a una comunidad campesina, lejos, o cuando voy a una cumbre o algo así me hablan y yo digo: ¿de dónde lo conozco? Ah, de la plaza, porque todos pasan, es increíble y ellos no hablan generalmente pero luego te acuerdas. La vez pasada nos detuvo la policía y el tipo me decía: ah, tú eres de la plaza, porque es re popular, porque se para la gente y como yo también doy clases. Es una bonita experiencia que salió en este periódico, es algo público, es abierto. Pero no te buscan, ni se interesan, ni les vale, porque no les interesa que el pueblo se forme porque si a ti te interesa vas y buscas, porque hay tan pocos que hacen eso. No me digas que un Ministerio no te puede dar hojas o algo. No les interesa pero yo siempre digo que si no vienen ellos, tienes que ir tú. Entonces, estoy pensando hacer un pequeño proyecto, tal vez no un gran proyecto, pero mandar a todos lados y ver qué pasa, como hay campaña y no sé qué, pero madurar la idea. Y la idea no es que sea para mí sino para la gente, porque uno puede tener una idea pero no quiere decir que yo tengo que estar a la cabeza, lo que está valiendo es que lo hagan. Estoy queriendo hacer eso y no sé si lo hago pequeño o lo hago global porque lo que hacemos es suficiente para nuestra capacidad pero para un proyecto de estado necesitas ser más grande, soñar a lo grande. Y en el intercambio nuestra experiencia es muy buena porque han venido de Venezuela, de Argentina, han venido catalanes, del país vasco, franceses, alemanes, muchos activistas y siempre a la plaza y hablan. Y siempre que pasan les decimos que preparen su tema y vayan a la plaza, así que más o menos conocemos los temas, en Argentina la Monsanto, en Brasil Monsanto con el MST, la Soria, el Pase Libre famoso, entonces hay mucha experiencia y nos dejan, a veces, un video del Pase Libre, los chilenos y nosotros no tenemos nada que dar, no tenemos nada.

Así que la... tiene un pequeño video de lo que te conté, pero es porque vinieron unas lideranzas argentinas. Es muy bonito porque justo en esos días hubo la Campaña para el Sí o No a la Nueva Constitución y los de la derecha vinieron a la plaza y se armó lío porque la plaza es del pueblo y vinieron ellos. Y fuimos, el panel lo tenemos allá y estaba la policía y lo bonito es que los periodistas argentinos le dicen a los de la derecha: ¿Por qué te opones a la Nueva constitución? ¿Lo leíste? No, pero igual me opongo. Y otro dice, me opongo porque es comunista, es de Venezuela. ¿Pero lo leíste? No. Y otra periodista dice: ¿Puedes opinar? No, él es el que sabe. Pero si estás con el No, ¿puedes opinar? No, no, pregúntale a él. Increíble. Eso está en un video que se llama Voces de la Plaza, Red Tinku, y está la Tinkuna.

Daniel Valença: ¿Está en internet?

Ramiro Saravia: Creo que no, no se´, creo que sí, pero no lo han puesto, yo tengo una copia, te la puedo conseguir. Y ahora estamos apareciendo en otra película pero documental que unos holandeses filmaron, es una historia de Bolivia y Holanda que se va a estrenar y salimos, la plaza, la Tinkuna y van a dar en un festival internacional de cine de derechos humanos, ha sido escogido y yo aparezco ahí. La historia es como Oliver Stone que hizo Más allá de la frontera, es así, es cine documental que es con tomas y entrevistas y es para pantalla grande. El otro es video, es diferente. Entonces, nos han visitado muchos investigadores, periodistas, activistas, somos como la referencia siempre estamos con amigos de otros lados que aparecen, no es algo planificado, y en el estado yo le pregunté a Patricia y me dijo que no hay, o sea, el estado no tiene como una dirección que canalizan todos los que hacen tesis y que colaboren. Está el Embajador y eso es muy oficial pero no hay relaciones con movimientos. Eso lo hacemos, es nuestro trabajo por eso se mantuvo la organización tanto tiempo porque es una auto gestión pero tratamos que se queden en la casa y no en un hotel, pagan algo, muy barato lo que pagan pero nos ayuda a mantener así que la fiesta es lo mejor que hacemos para recaudar fondos y hay épocas altas y bajas porque no todos viajan todo el año pero en enero, febrero vienen muchos de Brasil, argentina, todo por la facultad y julio y agosto de Europa pero a nosotros no tanto, más al turismo, pero igual caen, pero hay. Y los bolivianos que viven en Europa sacan vacaciones y Cochabamba tiene una fiesta y se quedan un mes entonces la plaza está llena de bolivianos que han estado en Argentina, agosto es un fenómeno porque trabajan en Europa y sacan vacaciones un mes bolivianos que viven en otro lado, fuera de Bolivia pero son del proceso de cambio y en la plaza también hablan como están en Argentina, hablan ya a lo argentino pero son bolivianos y en agosto en la plaza la hacemos al mediodía la formación y a las 6 porque es época alta, es la época más llena pero a nosotros nos gusta más enero porque es más latino, mucho latino, los europeos pueden ser de izquierda todo pero las actitudes son diferentes, es cultural, pero también hay buenas ondas, hay otros que ya saben que es comunitario, pero hay de todo.

Daniel Valença: Ramiro, tu nombre y tu organización para cerrar la entrevista.

Ramiro Saravia: Mi nombre es Ramiro Saravia del Movimiento Red Tinku de Cochabamba.

Daniel Valença: ¿Puedo trabajar con tu entrevista?

Ramiro Saravia: Claro, claro.

Entrevista concedida por MARIACA, Leonardo. **Entrevista 10** [jul. 2014]. Entrevistador: Daniel Araújo Valença. La Paz, 2014. 1 archivo de mp3 (33min).

Daniel Valença: Buenas noches, Leonardo, es un gusto entrevistarte. Me gustaría que me dijeras cómo comenzaste tu militancia, de dónde vienes.

Leonardo Mariaca: Buenas noches, mi nombre es Leonardo Mariaca, soy el Coordinador Nacional de los Trabajadores Comunitarios Sociales de Bolivia. Bueno, como anécdota, tal vez, de cómo y por qué he llegado a ser militante del proceso de cambios te podría decir que he iniciado el año 2006 cuando el Presidente llegó como primer mandatario a Palacio, el Presidente indígena, en el cual, en principio, tal vez, ninguno de los bolivianos creía que iba a llegar, era algo imposible pensar tener un presidente del estrato social del cual viene, realmente fue sorprendente cuando nos enteramos del resultado del 54%, eso era en diciembre del año 2005, que ha sorprendido a los bolivianos, me imagino también en el exterior, a los latinoamericanos y en el mundo, ¿no? A partir de eso nace mi inquietud, mi militancia para ser parte de este proceso de cambio porque se hablaba de un proceso de cambio y se hablaba también de una revolución democrática, tú ya habrás oído hablar y posteriormente se hablaba ya del socialismo comunitario como ejes, lineamientos políticos, digamos, en ese entonces. Yo he sido parte del Programa Nacional de Alfabetización, todavía no tenía organización en esos años, en mayo del 2006 es cuando yo me incorporo al Programa Nacional de Alfabetización, aquí en La Paz, yo soy del departamento de La Paz, nací aquí, vivo también aquí aunque conozco también todo el país. A partir de eso es que ya, palpando las realidades y la satisfacción personal que tuve de alfabetizar a las hermanas, hermanos que han sido parte de mi curso, aproximadamente unas 30 personas, una satisfacción muy personal que todas ellas y todos ellos puedan aprender a leer y escribir y empezar a articular algunas palabras, ha sido una de las experiencias más interesantes que tuve en mi vida. Y ahí nace mi inquietud de querer ayudar a la gente, de querer ayudar a la profesión e inmediatamente me invitan a incorporarme a los trabajadores sociales comunitarios. Tal vez, en un inicio, participaba por el trabajo social, en esos años, me acuerdo que incluso vendíamos pan, vendíamos algunos productos de primera necesidad que los empresarios cruceños habían hecho sabotaje en términos de productos de primera necesidad de Santa Cruz porque Bolivia prácticamente depende en cuanto a víveres, a productos, de Santa Cruz. Eso fue en 2006.

Daniel Valença: Entonces dentro de las acciones de la oposición estuvo también el boicot económico.

Leonardo Mariaca: Exactamente, había un boicot, sobre todo con productos que venían de Santa Cruz y ahí se ha articulado la media luna con un discurso de división, esa media luna entre Tarija, Santa Cruz, Beni y Pando. Entonces, políticamente estaba sucediendo eso y personalmente yo estaba haciendo parte de un movimiento que hace trabajo social y al mismo tiempo hace el trabajo político: los trabajadores sociales comunitarios. Hay también la parte educativa por la cual yo he ingresado y nos hemos vinculado ya como actores políticos del segmento social.

Daniel Valença: Cuéntame un poco cómo es la organización, dónde surgió, cómo funciona, por qué surgió, por qué nació.

Leonardo Mariaca: La organización nace, prácticamente, desde que el presidente llega al Palacio e inmediatamente hace un convenio con el ALBA-TCP entre Fidel y Chávez de formar sus jóvenes en la hermana República de Cuba, entonces ahí se ha llevado unos cursos denominado Técnicas Básicas del Trabajo Social Comunitario que, en un principio, ha durado un mes en Cuba, un mes encerrados allá y, posteriormente retornan a Bolivia los compañeros, los 1209 compañeros que han viajado a Cuba en una primera tanda, retornan y se funda la organización, es decir, ya se había fundado allá cuando terminó el curso el 21 marzo en Cuba y allí ya se había designado quien iba a ser coordinador departamental y una figura para elegir aquí en Bolivia al coordinador o coordinadora nacional en ese entonces. Llegando a Bolivia ya se estructura en los 9 departamentos porque han ido jóvenes de los 9 departamentos.

Daniel Valença: ¿Y los jóvenes que fueron, todos tenían ya alguna militancia?

Leonardo Mariaca: Una gran parte era militante del MAS pero otros no, otros eran invitados que por invitación de amigos diputados, por invitación de otros dirigentes de la SESU USD, de las bartolinas, viajaron a Cuba.

Daniel Valença: Pero eran personas seleccionadas, ¿no? Pero eran personas que ya tenían alguna confiabilidad.

Leonardo Mariaca: Exactamente, eran sobre todo jóvenes que habían trabajado en campañas que eran hijos de dirigentes sindicales, hijos de compañeros que habían logrado llegar a la Asamblea Legislativa, a la Cámara de Diputados mayoritariamente urbanos entre la clase media y la clase baja. Entonces, en Bolivia ya se estructura, se nombra coordinadores departamentales en cada departamento y se elige una Coordinación Nacional a la cabeza del compañero Leytón y ahora de una compañera de La Paz. De ahí surge como primera tarea de nosotros, la alfabetización, el Programa Nacional de alfabetización: Yo sí puedo. Hemos debido alfabetizar entre el año 2006, 2007, 2008 más de 20.000 compañeros a nivel nacional. En todo caso nosotros hemos iniciado ese programa como facilitadores, como coordinadores del programa, en algunos casos, movilizándonos para captar compañeros y compañeras que no supieran leer y escribir y había también compañeros que hacían la instalación de paneles solares en las comunidades más alejadas donde no había luz, entonces, cargados de paneles, de televisores, de VHS hemos iniciado esa campaña. Posteriormente ya se ha sumado la Universidad, los estudiantes de las normales y todo aquel que quería alfabetizar. Esa ha sido una de las misiones que hemos cumplido. Otra de las misiones importantes, una segunda misión, que ha iniciado en el año 2008, en marzo o abril, es el Programa Nacional de Eficiencia Energética, se han cambiado los focos incandescentes por los focos fluorescentes, entonces, también ha tenido su impacto en la población porque ha reducido la electricidad, el consumo de energía eléctrica en un 40, 50% en algunos casos. Ese es también un aporte al medio ambiente, bajar la parte económica principalmente, sobre todo, el cuidado del medio ambiente y entre otras tareas más importantes también está la Misión Moto Méndez, que es un censo de las personas con discapacidad que el objetivo era calcular el porcentaje de discapacidad en Bolivia juntamente con médicos venezolanos, cubanos y nosotros como trabajadores sociales que hemos servido de guía, hemos estado también como traductores en algunos casos, en la sistematización de la información y esta misión nos ha permitido conocer a fondo la realidad de Bolivia, sobre todo de las personas con

discapacidad que hay en las provincias, en las comunidades, en las ciudades tal vez los atiende la iglesia o alguna fundación pero en las comunidades estas personas sí están olvidadas. Entre ellas no me acuerdo la Misión Citel socializando las tarifas de consumo de la telefonía que era carísimo en 2006, 2007 a partir de un decreto se ha redondeado el pago de consumo por llamadas al segundo que anteriormente era al minuto, es otra de las tareas que cumplimos.

Daniel Valença: Es una asociación entre la (não entendi) y el estado, el gobierno con el desarrollo de actividades conjuntas.

Leonardo Mariaca: Sí, por lo menos hasta el año 2010 ha habido esas selecciones, ha habido misiones financiadas por el ALBA-TCP entre los 3 países: Cuba, Venezuela y Bolivia, esta función de la alfabetización, el Programa de los Focos Ahorradores, la Misión Moto Méndez, esas 3 han sido misiones grandes que nos han permitido terminar de articular a la juventud, muchos de manera voluntaria y otros asumiendo cierta responsabilidad en el manejo de estas funciones.

Daniel Valença: ¿Y otros grupos fueron para Cuba o solamente la primera?

Leonardo Mariaca: Fueron 3 grupos, el primero fue de 1209, el segundo fueron más compañeros del oriente, alrededor de 500 compañeros y el tercero ya fue un poco más del Cide, digamos, más de especialización, digamos, de dirigentes, cargos de dirección. Luego, por el alto costo que tiene enviar desde Bolivia a Cuba, sobre todo para el estado boliviano y Cuba asumir la responsabilidad de tenerlos en sus universidades, ya el año 2008 vinieron ya los profesores cubanos aquí a Bolivia. Estuvieron hasta el año 2011, principios del 2012. Ellos viajaban a diferentes departamentos para formar en técnicas básicas para el trabajo social comunitario. Ahí nuestra estructura se ha fortalecido con presencia en los municipios, si en un principio era solo urbano, en las capitales, sobre todo, con los cubanos han llegado a los municipios rurales. En ese entonces había como 35 municipios a 50 municipios con cubanos. Ellos han llegado con el curso de técnicas básicas.

Daniel Valença: ¿Pero ahora no hay más?

Leonardo Mariaca: Desde el año 2012 ya, mediados del 2012 ya no tenemos injerencia cubana, la organización ya prácticamente se maneja solo.

Daniel Valença: ¿Hace su propia formación para los más nuevos?

Leonardo Mariaca: Seguimos con técnicas básicas en trabajo social pero la formación ya la realizamos nosotros con facilitadores, con los compañeros más activos, o algunos invitados que hacen parte del ejecutivo, personalidades, autoridades que van a darnos discursos.

Daniel Valença: ¿Ustedes están con cuántos mil ahora?

Leonardo Mariaca: Bueno, ahorita en nuestra base de datos tenemos 5682, eso hasta el 2013, pero hemos cortado entre 2012 y 2013 no hemos podido formar que ese es requisito para que puedan empezar, entonces en esta gestión hemos formado alrededor de 500 compañeros más, entonces ya deben ser en torno de 6000 pero eso no significa que toditos sean activos, muchos de ellos ya ocupan alguna función dentro del estado.

Daniel Valença: (...) hay un millón y medio registrados y creo que 200.000 son militantes, es así. Infelizmente, la proporción podía ser lo opuesto, pero la realidad es esa. Tú me dijiste que cuando el Evo fue electo, nadie creía que sería tan fuerte. ¿De dónde salió tanta fuerza del Evo, dónde crees que está la fuerza del proceso, donde nace, cuáles son los momentos o que es lo más central en tu análisis sobre lo que pasó para cambiar desde 2005, qué pasó antes del 2005?

Leonardo Mariaca: Para mí es un proceso histórico que viene desde las noches de los pueblos, 1781, desde los levantamientos indígenas, la opresión que hubo de parte de los españoles en toda Latinoamérica, antes llamado (no entendí), se han gestado diferentes movimientos para derrocar la opresión, la sumisión, la esclavitud. Esa lucha que se ha dado desde la colonia y luego viene la república con un sistema neoliberal en los años 80, 90, parte del 2000, se ha acumulado una fuerza, para mí, por lo menos, una fuerza que ha sido capaz de cambiar la historia, y esa fuerza son las organizaciones sociales, los movimientos indígenas, los movimientos sindicales, los movimientos campesinos entre los cuales podemos mencionar a la COB, a la SESU USD, a las bartolinas, los movimientos gremiales, es decir, entre el año 2000 y 2003 es donde se ha profundizado esto, ya ha empezado a tomar consciencia sobre todos los bolivianos y esta parte del occidente sobre todo, el Alto, La Paz, las organizaciones sociales a nivel nacional, han tomado consciencia de que debemos gobernarnos nosotros mismos, ese ha sido el discurso desde los 90, desde la fundación del MAS que ha permitido y ha calado en los bolivianos y sobre todo en los sectores que han construido el instrumento político por la soberanía de los pueblos, eso es legítimamente este movimiento que ahorita cala formalmente en los movimientos del socialismo, por temas de formalidad ante el Tribunal Superior Electoral para poder presentarse y competir con los partidos políticos. Entonces, para mí es la sumatoria de las luchas sociales, de todos los sectores, sobre todo en la parte urbana, sectores de izquierda, sectores que han manejado la revolución, la imagen del Che, la imagen de Marcelo Quiroga en Santa Cruz y en las comunidades rurales reivindicando los mensajes de Tupac Katari, (no entendí los nombres indígenas), que son líderes también del gobierno, ellos han sido los gestores en la colonia y han luchado por la liberación de este país.

Daniel Valença: Me parece que hay una unidad obrero, campesina, indígena que sustenta todo eso.

Leonardo Mariaca: En estos momentos, sí.

Daniel Valença: ¿Tú crees que esa unidad que hay hoy, SESU USD, COB, o mejor, no entre las organizaciones pero de ese imaginario indígena, campesino y obrero, tú crees que es una unidad popular, fortificada, qué te parece?

Leonardo Mariaca: Yo creo que históricamente hubo experiencias como el Pacto campesino-militar en la presidencia de Barrientos, con Villarruel también se ha intentado hacer este pacto para garantizar, sobre todo, la estabilidad de los gobiernos, ¿no? Después vienen los gobiernos militares y autoritarios que en los años 70, sobre todo, han anulado la democracia. Creo que este es un momento vital de la unión entre los movimientos indígenas, campesinos, sindicales y yo creo que más bien estamos en ese proceso de unirnos en la parte urbana, con los movimientos, tal vez intelectuales, que se están sumando. Por lo menos en estos 9 años, el Pacto de Unidad ha permitido y ha garantizado, además, la estabilidad del Presidente Evo Morales y este año, 2014, estamos viendo que ese pacto que se

realizó el año 2008 o 2007, el Pacto de Unidad conformado por las organizaciones matrices, sobre todo, y alrededor, otras organizaciones como la COB que aglutina los movimientos sindicales urbanos, sobre todo, ha permitido esta fuerza y del Pacto de Unidad se ha creado el CONAP- CAM que es otra fuerza en respuesta a los movimientos cívicos que hubo en Santa Cruz en 2008 en oriente. El CONAP- CAM, en estos momentos, está formado, actualmente, por las 5 organizaciones matrices, incluida la COB y alrededor están otras organizaciones sociales más triviales, jóvenes y nosotros también estamos dentro del CONAP- CAM apoyando y siendo parte de las decisiones que se realizan en esos espacios.

Daniel Valença: ¿Hay reuniones periódicas del CONAP- CAM?

Leonardo Mariaca: Sí, en estos momentos el CONAP- CAM se reúne de acuerdo a la coyuntura. Hubieron varios hechos, desde el golpe cívico prefectural, el amotinamiento de los policías, otros intentos de aquellos que supuestamente apoyan a los pueblos indígenas, el tema del (nãõ entendi) que ha sido más una decisión por intereses de ONGs que han movilizado esto, son coyunturas con las que el CONAP- CAM ha estado en defensa de eso. En esos momentos se organiza, se articula con todos los sectores, con todos los movimientos sociales que apoyan el proceso de cambio. Podemos decir que el CONAP- CAM es una fuerza de defensa cuando existe una provocación a este proceso que se ha constituido y, sobre todo, en defensa de esta revolución democrática y cultural.

Daniel Valença: Tú hablaste del socialismo comunitario, ¿qué te parece, cuál es la posición del CONAP- CAM, de las organizaciones en relación a eso, qué es el socialismo comunitario?

Leonardo Mariaca: Bueno, ha sido lo que faltaba, tal vez, en este proceso de cambio, faltaba un posicionamiento político, ideológico, la filosofía de este gobierno, adónde quiere ir. Entonces, así como el neoliberalismo, el liberalismo es una opción para varios países y se ha gobernado en Bolivia bajo ese sistema de dominación, capitalismo, sobre todo, el socialismo comunitario es una opción también política bajo el paraguas del “vivir bien” porque el comunitarismo viene de esas raíces del “vivir bien” que son los usos y costumbres, es una filosofía de vida de nuestros hermanos que vivían en comunidad, que siempre han vivido en comunidad. Además irradian valores, valores que van a ser constitucionalizados en la Carta Magna, “ama suwa, ama quella, ama lulla”, que significa “no robarás, no mentirás, no seas flojo”, esos son principios del “vivir bien”. Entonces, el socialismo comunitario, para mí, es un posicionamiento político, ideológico que rescata los valores comunitarios y también rescata los principios de las luchas revolucionarias que se han dado en todo el mundo. En ese camino está Bolivia, en establecer de que haya mayor oportunidad, que haya más inclusión de los sectores que nunca han sido tomados en cuenta por los gobiernos neoliberales, ni antes, ni después, que ahora sí están siendo tomados en cuenta, son autoridades, son representantes dentro de la Asamblea Legislativa, tienen la oportunidad de proyectar alternativas para este país. Posiblemente nos falte todavía construir ese sentido comunitario, todavía estamos en ese camino.

Daniel Valença: ¿Qué crees tú que más falta todavía?

Leonardo Mariaca: Bueno, haciendo una comparación metafórica, tal vez, con la Nueva Constitución, se han levantado los pilares de este proceso de cambio, eso

significa las columnas, el cimiento, creo que falta ahora ver qué tipo de puertas, qué tipo de paredes, de ventanas y seguramente, más adelante, qué color va a ser, metafóricamente hablando. Creo que en ese proceso falta eso, cómo vamos a organizar nuestras formas de economía, por ejemplo. Si bien hay la economía privada que se respeta, la economía estatal que se está dando en estos momentos algunas empresas estatales como ENATEX, YPFB y otras que han surgido porque anteriormente Bolivia ya no tenía empresas y ahora se han recuperado esas empresas y están siendo administradas y gracias a ello hay una mayor inversión y hay, además, superávit en el país, hay más recursos fiscales. Nos falta, tal vez, profundizar la economía comunitaria y ese es el reto de la nueva generación, de cómo generamos economía comunitaria sin confundirla con la economía privada, estatal, la cooperativizada que existe en estos momentos. Para mí falta eso, un poco profundizar cómo generamos más oportunidad a aquellos que no la tienen, profundizar la economía comunitaria, eso es una debilidad en este momento pero que se está dando ya con algunas iniciativas, sobre todo, en la parte rural con algunas leyes que se han ido aprobando.

Daniel Valença: Está bien. ¿Alguna otra cosa que quieras agregar con relación al proceso?

Leonardo Mariaca: Bueno, personalmente, creo que estamos viviendo una revolución que muchos han pensado que iba a ser con armas como se había dado en otros países. Tenemos la idea de que la revolución es con armas, cuando hablamos de revolución nos referimos a Cuba, a esos procesos como se ha dado en Europa con la Revolución Industrial con muertos, pero en Bolivia es único, es uno de los casos más interesantes, creo yo, para otros países que se ha dado la revolución pero en la democracia, en las urnas, votando, eligiendo, y el pueblo boliviano, yo creo que no se ha arrepentido de darle un voto de confianza al presidente Evo Morales que ha cambiado, prácticamente el país. El país en estos momentos puede soñar, lo que antes nos decían: Bolivia se está muriendo y ahora, gracias al Presidente, podemos soñar en cosas grandes. Nadie hubiera imaginado tener un satélite, por ejemplo, no estaba ni en la mente, seguramente, de los gobernantes, que han tenido oportunidad de manejar este país. Nuestro presidente ha sido uno de los que ha proyectado el satélite, nadie podía imaginar un teleférico en La Paz, y va a ser el teleférico más grande no sé si del mundo o de Latinoamérica. Nadie podía imaginar nacionalizar una empresa estratégica como YPFB, nadie podía imaginar, sobre todo, el respeto, la soberanía, la dignidad que se ha manejado en los niveles diplomáticos. Ahora podemos decir, los bolivianos, que los países que están alrededor nuestro y los países europeos nos respetan y respetan las decisiones que tomamos y creo que eso es lo más ponderable de nuestro presidente. Realmente ha demostrado que hay personas que pueden generar, hay personas que pueden transformar el país y sacar un país adelante para fortalecer la autoestima, recuperar, yo diría la autoestima de los bolivianos, o generar una autoestima nueva para los bolivianos. Los bolivianos en estos momentos representados, nos sentimos con la idea que este país puede salir adelante buscando nuevo desarrollo, no copiando el desarrollo de predador que tienen otros países, un desarrollo combinando el “vivir bien”, respetando el medio ambiente y, sobre todo, planteando nuevos paradigmas para el resto del mundo. En ese sentido Bolivia es un referente para los pueblos.

Daniel Valença: Muchas gracias.